Universidade do Minho
Escola de Direito

Germano Guimarães Rodrigues

Políticas Públicas para os Refugiados com Deficiência no Brasil

março de 2024

Políticas Públicas para os Refugiados com Deficiência no Brasil
Germano Guimarães Rodrigues
UMinho | 2024

Universidade do Minho
Escola de Direito

Germano Guimarães Rodrigues

Políticas Públicas para os Refugiados com Deficiência no Brasil

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Direitos Humanos

Trabalho efetuado sob a orientação da
Profª. Doutora Andreia Sofia Pinto Oliveira

março de 2024

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositoriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição
CC BY

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus Todo-Poderoso, Deus o Pai, Deus O Filho, O Senhor Jesus Cristo, e Deus O Espírito Santo, que na Sua grandeza incompreensível olhou com amor para este «pequeno pardal»; ao Único Deus, Nosso Salvador, sejam a Glória, Majestade, Poder e Autoridade, por intermédio de Jesus Cristo, Nosso Senhor, antes de todas as eras, agora e para todo o sempre, Amém! (Jd 1:25). Dedico este trabalho primeiramente a Ana Cristina, minha esposa e amiga, o ar que respiro todos os dias, o meu amor. Aos meus filhos, Samuel e Sarah, é um gosto quando me chamam de «painho». Amo-os com toda força. Aos meus queridos pais, Manoel e Gecilda, e aos meus irmãos Leonardo, Felipe, Beatriz e Isabel, se eu pudesse levava-os para todo lugar comigo, mas como tal não é possível trago-os perto, no coração. O meu apreço aos «Josés»: o José Hilário, o José Rodrigues, o José Carlos, a Maria José e a Alice (um José oculto), e o Adeíldo José. Quero externar minha admiração por todos os docentes que de algum modo me ajudaram a enxergar os fatos da vida à luz de princípios. Ao professor mestre Luiz Soares de Lima, ilustre docente da Universidade Regional do Cariri-URCA, na cidade de Crato, do Estado do Ceará, por ter dito e insistido em que «ainda era possível», quando me parecia impossível almejar a carreira acadêmica. De um modo especial, quero agradecer a servidora da URCA, sra. Fátima Cabral, por sua solicitude e paciência. Ao Ministério Público do Estado do Ceará que me autorizou o afastamento para este ciclo de qualificação acadêmica. Especialmente, quero enfatizar a dedicação da minha colega promotora de justiça Isabel Guerra, ladeada pela assessora ministerial Raquel Gomes. Nestes quatro anos estas devotadas profissionais contribuíram decisivamente com este projeto, cuidando de tudo na promotoria de que sou titular. Que o Senhor possa recompensá-las ricamente, de um modo que só Ele sabe! Meus sinceros agradecimentos à senhora Professora Doutora Andreia Sofia Pinto Oliveira, para mim uma das maiores expressões do Direito em língua portuguesa de nossos dias. Agradeço penhoradamente a sua orientação e, sobretudo, o incentivo para estudar a temática dos refugiados. A todos os professores doutores e professoras doutoras, membros do corpo docente do Mestrado em Direitos Humanos da Escola de Direito da Universidade do Minho, admiro sua excelência e contínua disposição de produzir ciência no mais alto nível. A todos os funcionários das universidades, bibliotecas, arquivos e livrarias, uma lembrança especial por sua discrição e constância. Ao amado povo português de Lisboa, do Algarve, do Porto, Vilar Formoso, «Fronteira da Paz» para muitos refugiados, de Faro, de Braga, de Ponte de Lima, de Marco de Canavezes, de Guimarães, «obrigadíssimo» por sua hospitalidade! Até já, continuação, força!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS REFUGIADOS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

RESUMO

O regime de proteção internacional dos refugiados é o consenso entre os Estados-Partes da Organização das Nações Unidas sobre a gestão dos movimentos populacionais forçados, especialmente a partir da primeira metade do século XX. Tendo como documento base a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967, a proteção internacional inicialmente concebida para o reassentamento de refugiados de guerra europeus, no decurso das décadas subsequentes foi alargada progressivamente. Assim, outros regimes de proteção de âmbito regional vieram a ampliar a abrangência dos institutos do asilo/refúgio para beneficiar outras nacionalidades, permitindo que recebam o *status* de refugiado, bem como outras modalidades de proteção. Entretanto, só recentemente o Direito Internacional dos Refugiados passou a interagir com outros ramos do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a partir da compreensão de que outras vulnerabilidades se sobrepõem à condição de refugiado, como no caso das pessoas com deficiência forçadamente deslocadas. Assim, agrava-se o potencial de violações aos direitos humanos desse grupo social minoritário ainda mais vulnerável em relação ao conjunto mais amplo de deslocados. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência-CDPD é até hoje o documento internacional a receber o maior número de adesões por parte dos Estados. Nela se inscreve o artigo 11º que estabelece o dever de os Estados adotarem todas as medidas necessárias à proteção de pessoas com deficiência em situação de risco humanitário ocasionada por conflitos armados, emergências humanitárias e calamidades ambientais, com base no Direito Internacional Humanitário e do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Levando em conta a carência de estudos dedicados a este grupo minoritário de sujeitos do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a proposta desta dissertação é avaliar a suficiência e a adequação das políticas públicas em curso no Brasil na perspectiva do nível de proteção *pro homine* estabelecido pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).

Palavras-chave: Deficiência. Interseccionalidade. Políticas. Refúgio. Vulnerabilidade.

PUBLIC POLICIES FOR REFUGEES WITH DISABILITIES IN BRAZIL

ABSTRACT

The international refugee protection regime is the consensus among States Parties to the United Nations on the management of forced population movements, especially from the first half of the 20th century. Having as its base document the 1951 Geneva Convention on the Status of Refugees and its 1967 Protocol, international protection, initially designed for the resettlement of European war refugees, was progressively expanded over the subsequent decades. Thus, other regional protection regimes expanded the scope of asylum/refuge institutions to benefit other nationalities, allowing them to receive refugee status, as well as other types of protection. However, only recently has International Refugee Law begun to interact with other branches of International Human Rights Law, based on the understanding that other vulnerabilities overlap with the refugee condition, as in the case of forcibly displaced people with disabilities. Thus, the potential for violations of the human rights of this minority social group, which is even more vulnerable in relation to the broader group of displaced people, is aggravated. The United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities-CRPD is to date the international document to receive the largest number of adhesions by States. It includes Article 11, which establishes the duty of States to adopt all necessary measures to protect people with disabilities in situations of humanitarian risk caused by armed conflicts, humanitarian emergencies and environmental calamities, based on International Humanitarian Law and International Law. of Human Rights. Taking into account the lack of studies dedicated to this minority group of subjects of International Human Rights Law, the purpose of this dissertation is to evaluate the sufficiency and adequacy of public policies in progress in Brazil from the perspective of the level of pro homine protection established by the Convention UN Committee on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD).

Keywords: Disability. Intersectionality. Policies. Refuge. Vulnerability.

INDICE GERAL

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS ii

AGRADECIMENTOS iii

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE iv

RESUMO v

ABSTRACT vi

INDICE GERAL vii

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS MAIS UTILIZADAS ix

LISTA DE TABELAS x

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I. A PROTEÇÃO AOS REFUGIADOS 10

1. Na Antiguidade, eram «viajores e doentes» 10

2. O asilo nas Idades Média e Moderna 18

3. Os sistemas internacionais de proteção dos refugiados 23

3.1. A dignidade da pessoa humana como fundamento da proteção 27

3.2. Os sujeitos do direito internacional dos refugiados 33

3.3. Os mandatos internacionais de proteção aos refugiados 36

4. Os sistemas regionais de proteção aos direitos humanos 42

4.1. Os sistemas africano, interamericano e europeu de proteção aos refugiados 49

4.1.1. Deslocados internos e pessoas com deficiência: o sistema africano 49

4.1.2. Direitos humanos, soberanias e integração regional: o sistema interamericano 52

4.1.3. Judicialização dos direitos humanos: o sistema europeu 56

4.2. Direitos humanos e refugiados nos países islâmicos e sul-asiáticos 60

5. Estrangeiros no Brasil 66

5.1. Políticas do Brasil colonial e imperial: escravos e imigrantes europeus 71

5.2. Primeira fase republicana: europeização e industrialização 78

5.3. Segunda fase republicana: adesão ao sistema das Nações Unidas 80

6. Políticas de refúgio do Brasil contemporâneo: cooperação internacional e direitos humanos 90

6.1. Aspectos procedimentais do sistema de refúgio brasileiro 98

CAPÍTULO II. OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 111

1. Histórico da proteção às pessoas com deficiência 111

2. Caridade, filantropia e assistência social 115

3. A era dos direitos das pessoas com deficiência 123

4. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no direito interno brasileiro 128

5. O estatuto jurídico das pessoas com deficiência no Brasil 137

6. Interseccionalidade, vulnerabilidade e os direitos das pessoas refugiadas com deficiência 148

7. Os tratados internacionais de direitos humanos e o sistema de justiça brasileiro 173

CAPÍTULO III. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS REFUGIADAS COM DEFICIÊNCIA 178

1. As políticas centralizadas de âmbito federal 178

2. As relações internacionais dos entes federativos descentralizados 181

3. A proteção de dados das pessoas refugiadas com deficiência 195

4. Outras políticas de âmbito federal param as pessoas refugiadas com deficiência 207

4.1. Os direitos dos refugiados com deficiência, antes da nova lei de migração brasileira 212

4.2. A «Operação Acolhida» e os direitos das pessoas refugiadas com deficiência 214

4.3. Avanços legislativos sobre os direitos das pessoas refugiadas com deficiência 225

5. Interiorização e integração local de pessoas refugiadas com deficiência 231

5.1. Boas práticas nos estados brasileiros 235

5.2. Boas práticas nos municípios brasileiros 253

6. Iniciativas do sistema de justiça brasileiro 265

6.1. Iniciativas do Ministério Público nos estados federais 266

7. Iniciativas do sistema das Nações Unidas para as pessoas refugiadas com deficiência no Brasil 275

7.1. Cátedra Sérgio Vieira de Mello: a dimensão acadêmica do ACNUR no Brasil 287

8. Perspectivas da proteção às pessoas refugiadas com deficiência no Brasil 295

CONCLUSÕES 298

BIBLIOGRAFIA 303

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS MAIS UTILIZADAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CDPD	Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
cf.	conferir
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
ONU	Organização das Nações Unidas
op.cit.	obra citada
p.	página
pp.	páginas
PCD(s)	pessoa(s) com deficiência
s/d.	*sine data*
s/l.	*sine loci*
s/p.	sem numeração de página

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Os direitos das pessoas com deficiências nas Constituições Estaduais brasileiras 146

Tabela 2 - Políticas estaduais de atenção aos refugiados (e outros migrantes) 250

Tabela 3 – Políticas municipais de atenção às pessoas refugiadas 260

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação analisamos as políticas públicas[1] para as pessoas refugiadas com deficiência no Brasil, com foco nos respetivos quadros normativos, instituições e boas práticas[2] de atendimento às demandas de direitos humanos voltados para este segmento minoritário mais vulnerável de pessoas forçadamente deslocadas[3].

Por meio da *Resolução nº A/RES/70/1, de 25 de setembro de 2015*, que adotou a *Agenda 2023 para o Desenvolvimento Sustentável: Transformando o Nosso Mundo*, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu como grupos mais vulneráveis as pessoas refugiadas (e outros migrantes) e as pessoas com deficiência (PCDs), sobretudo para incentivar os Estados-Membros a estabelecerem normas específicas e políticas diferenciadas de proteção e de promoção dos direitos previstos nos respetivos regimes internacionais[4].

No ano de 2021 o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) calculou em 90 milhões de pessoas o número de pessoas forçadamente deslocadas[5], dentre estas, cerca de estimou-se em 15% (quinze por cento), ou seja, 12 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência[6].

---

[1] «[...] Política pública [é] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)» (Cf. Celina SOUZA, «Políticas públicas: uma revisão da literatura», *Dossiê Sociedade e Políticas Públicas, Sociologias*, nº 16, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2006, p. 26, disponível em www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pta03n16.pdf (scielo.br) (interpolações nossas, aspas suspensas no original) [14.3.2022].

[2] «As políticas públicas versam sobre opções. As opções são escolhas que o Estado, na sua interação com a economia, pode e deve fazer, dada (*sic*) as suas limitações» (Cf. Guilherme Waldemar d'Oliveira MARTINS, *Manual de Políticas Públicas: As Opções Económicas do Estado*, 1ª Edição, s/l., Editora d'Ideias, 2022, p. 18).

[3] «Despite the recent elections and the positive outlook that they bring to the recovery of the country, the Haitian State, weakened by the earthquake, cannot yet ensure that vulnerable or disabled people, people with health problems or victims of sexual abuse in Haiti would receive sufficient or adequate care by the State in case of return. In this context, Governments should refrain from conducting returns to Haiti» (Cf. UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES/OFFICE OF THE HIGH COMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, *Joint Return Advisory Update on Haiti*, UNHCR_OHCHR, Genebra, Nova Iorque, s/p., 2011, disponível em https://www.unhcr.org/media/joint-unhcr-ohchr-return-advisory-update-haiti [14.9.2023].

[4] «People who are vulnerable must be empowered. Those whose needs are reflected in the Agenda include [...] persons with disabilities (of whom more than 80 per cent live in poverty), [...] refugees and internally displaced persons and migrants. We resolve to take further effective measures and actions, in conformity with international law, to remove obstacles and constraints, strengthen support and meet the special needs of people living in areas affected by complex humanitarian emergencies and in areas affected by terrorism» (Ver UNITED NATIONS (UN), *Resolution nº A/RES/70/1 adopted by the General Assembly on 25 September 2015, Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, Nova Iorque, 2015, disponível em https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/291/89/PDF/N1529189.pdf?OpenElement Microsoft Word - 1516301E.docx (un.org) (omissão nossa) [23.1.2024].

[5] Ver Amanda Karolini BURG *et al.*, «Refúgio, fechamento de fronteira e Estado de Coisas Inconstitucional (ECI): um estudo a partir da Ação Civil Originária (ACO) nº 3.121», *Revista Direito GV*, vol. 18, nº 1, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP, 2022, p. 3, disponível em www.bibliotecadigital.fgv/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/85607/80782 [5.7.2022].

Já no ano de 2022 a representação do ACNUR no Brasil registrou 127 refugiados e migrantes com deficiência em abrigos das cidades de Boa Vista e Pacaraima, do Estado de Roraima, no contexto da política federal nomeada «Operação Acolhida», que tem como objetivos axiais a ordenação da fronteira Brasil-Venezuela, o acolhimento humanitário e interiorização de pessoas mais vulneráveis em deslocamento transnacional.

Somente no período entre 2018 e 2022 o ACNUR contabilizou 978 venezuelanos e venezuelanas com algum tipo de deficiência, «sendo a maioria vinculadas a transtornos mentais (35%), visão (24%), auditivo (19%), pessoas com mobilidade reduzida (4%), pessoas com distúrbio de fala (7%) e outros tipos de deficiência (11%)»[7].

Verdade é que nas primeiras décadas do século XXI os fluxos de deslocamentos forçados têm aumentado expressivamente, na proporção do irrompimento de novos conflitos armados internos e internacionais[8] e ocorrências ambientais, para além de graves e generalizadas violações aos direitos humanos visto que alguns Estados têm sido incapazes de oferecer segurança às suas populações[9].

Para além dos países ditos de «imigração clássica» da Europa, América do Norte, África e Médio-Oriente, a América Latina [10] tem sido vista como uma destino relativamente seguro, nomeadamente a partir do ano de 2010, ano em que os fluxos massivos de populações em deslocação forçada aumentou expressivamente[11].

---

[6] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Intervenções do ACNUR Brasil para a Proteção de Pessoas Refugiadas com Deficiência*, Brasília-DF, 2022, p. 2. Ver também Fernando FONTES, *Pessoas com Deficiência em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016, p. 17.

[7] Ver ALTO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Intervenções do ACNUR Brasil para a Proteção de Pessoas Refugiadas com Deficiência*, Brasília-DF, 2022, p. 3, arquivo próprio enviado pela Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil.

[8] Em torno de 6.340.300 ucranianos e estrangeiros residentes na Ucrânia se deslocaram forçadamente desde o início do conflito russo-ucraniano em fevereiro de 2022. Calcula-se que 5.936.700 estão em países europeus e 403.600 fora da Europa (Cf. UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR), *Operational Data Portal, Ukraine Refugee Situation*, Genebra, 2024, disponível em https://data2.unhcr.org/en/situations/ukraine?_gl=1*1qf1hox*_rup_ga*MTQ0MTE0NDU0NS4xNjYzMzIwNjY4*_rup_ga_EVDQTJ4LMY*MTY5NDUzMTMyOS4zOC4xLjE2OTQ1MzEzODQuMC4wLjA.*_ga*MTQ0MTE0NDU0NS4xNjYzMzIwNjY4*_ga_1NY8H8HC5P*MTY5NDUzMTMyOS4zOC4xLjE2OTQ1MzEzODQuMC4wLjA.#_ga=2.208869970.1153179155.1694531330-1441144545.1663320668Situation Ukraine Refugee Situation (unhcr.org) [9.1.2024].

[9] Como veremos, estudos prévios feitos pelo governo brasileiro sobre a situação do Haiti, Venezuela e Afeganistão definiram as políticas de refúgio e imigração aplicadas para os nacionais destes Estados que buscam acolhimento no Brasil.

[10] «Some 6.9 million Venezuelans (includes refugees, asylum-seekers and other people in need of international protection) have left their country since 2017, predominantly seeking protection in Colombia, Ecuador, Peru, Brazil, Chile and, to a smaller extent, the United States of America. In 2018 alone more than 2.5 million Venezuelans left their country, the second largest annual flow from a single country of origin recorded in this dataset» (Ver UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES (UNHRC), *Refugee Data Finder*, Genebra, 2024, disponível em https://www.unhcr.org/refugee-statistics/insights/explainers/forcibly-displaced-flow-data.html [09.01.2024].

[11] Notoriamente, as crises humanitárias do Haiti e Venezuela, os conflitos armados em África e Médio Oriente, e a guerra russo-ucraniana, marcaram as duas últimas décadas como causas reconhecidas de deslocamentos massivos de refugiados.

Até o encerramento de nossa investigação, o governo brasileiro havia reconhecido 65.840 nacionais estrangeiros como refugiados. Os números mais expressivos de solicitações de reconhecimento do estatuto de refugiado foram nos anos de 2018 com 79.831 aplicações, em 2019 com 82.552 aplicações e em 2022 com 50.355 solicitações, sendo predominantes a nacionalidade venezuelana, e a hipótese objetiva a existência de graves e generalizadas violações a direitos humanos[12].

No tocante à regularização imigratória, registraram-se 505.951 nacionais estrangeiros acolhidos, provisoriamente, com base em autorizações humanitárias, de trabalho, de residência ou de reunião familiar. As nacionalidades de origem da maioria destes nacionais são o Iraque, Burquina Faso, Mali, Síria, Afeganistão, Ucrânia, Haiti e Venezuela[13].

A Lei de Refúgio brasileira nº 9.474, de 22 de julho de 1997, define pessoa refugiada como aquela que é obrigada a deixar seu país de origem ou de residência habitual em razão de fundado receio de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou opiniões políticas, e estando fora do seu país de que tem a nacionalidade, não possa, ou em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país.

Também se considera refugiada a pessoa que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa, ou em virtude daquele receio a ele não queira voltar[14].

Para além da definição de refugiado da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967, a Lei de Refúgio nº 9.474, de 22 de julho de 1997 albergou a definição da Declaração de Cartagena de 1984, que inclui a hipótese de graves e generalizadas violações de direitos humanos, entre as causas que podem ensejar a proteção na modalidade do refúgio[15].

---

[12] Dentre 139 nacionalidades cadastradas – em torno de 67% do total – a maioria eram solicitações feitas por nacionais venezuelanos (Cf. Gustavo Junger da SILVA, *et al.* (orgs.), *O Refúgio em Números*, 8ª. edição, Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2022, p. 46, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Refúgio_em_Números/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf) [16.10.2023].

[13] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES PARA OS REFUGIADOS, *Painel Brasil no Fórum Global sobre Refugiados*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugiados/dados-sobre-refugiados-no-brasil/ [14.12.2023].

[14] De acordo com o Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 28 de julho de 1951 e seu Protocolo de 31 de janeiro de 1967 (Cf. Fernando de SOUSA, *et al.* (coords.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2022, p. 539).

[15] Embora não tenha assinado a Declaração de Cartagena, no entanto o Brasil agregou à sua Lei de Refúgio o conceito de refugiado contido na cláusula Terceira da Declaração: «[...] a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região [América Latina, Central e Caribe] é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública» (Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, *Declaração de Cartagena,* Cartagena, 1984, disponível em

A seu turno, a Constituição Federal de 1988 garante o usufruto de direitos e garantias para os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, em igualdade de condições[16], e as relações entre o Estado brasileiro e o estrangeiro residente no país, concretamente, por meio do acesso aos direitos e bens públicos, na forma das leis infraconstitucionais.

No entanto, tais direitos não vinculam o Estado brasileiro ao reconhecimento do estatuto de refugiado, pois a situação jurídica de uma pessoa refugiada (ou outra condição imigratória) pode mudar, se porventura incidirem as causas de cessação ou de perda do estatuto[17].

Em qualquer situação, as obrigações protetivas inscritas na Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo Opcional de 1967 devem ser cumpridas pelo Estado brasileiro, desde o momento em que o solicitante é admitido em território brasileiro[18].

Nos anos de 1980, o ACNUR enunciou recomendações de procedimento para os agentes imigratórios, diante de situações envolvendo solicitantes de refúgio que apresentassem indícios de perturbação mental.

Em tais casos, os agentes deviam convocar imeditamente a intervenção de médicos para definir a natureza e grau do distúrbio, e assim viabilizar medidas especíais de acolhimento e garantia de direitos[19].

Por sua vez, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) de 2006 enuncia que os Estados-Partes têm o dever de promover medidas de proteção para PCDs em

---

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf) (interpolação nossa) [21.7.2022].

[16] Ressalvadas as exceções constitucionais, de cargos públicos privativos de brasileiros natos: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V - da carreira diplomática; VI - de oficial das Forças Armadas; VII - de Ministro de Estado da Defesa (CF/88, artigo 12, § 3º). É também vedado aos estrangeiros o exercício de direitos políticos, consoante o artigo 14 da CF/88.

[17] Ver Guilherme Assis de ALMEIDA e Nora RACHMAN, «Pessoa em situação de refúgio e a concepção política de direitos humanos», *in* André de Carvalho de Ramos *et al.*, *70 Anos da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados – (1951-2021): Perspectivas de Futuro*, Brasília-DF, 2021, p. 22, disponível em www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/12/70-anos-projeto-WEB.pdf. 70-anos-projeto-WEB.pdf (acnur.org) [14.09.2023].

[18] A Polícia Federal é o órgão que fiscaliza a circulação de nacionais estrangeiros, nos aeroportos e fronteiras terrestres, que também recebe as solicitações de refúgio e providencia os documentos de regularização provisória, para além de outros que permitirão o acesso a bens e serviços públicos em território brasileiro.

[19] «The examiner should, in such cases, whenever possible, obtain expert medical advice. The medical report should provide information on the nature and degree of mental illness and should assess the applicant's ability to fulfil the requirements normally expected of an applicant in presenting his case (see paragraph 205 (a) above). The conclusions of the medical report will determine the examiner's further approach» (Ver UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR), *Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status and Guidelines on International Protection Under the 1951 Convention and the 1967 Protocol Relating to the Status of Refugees* (reissued), Genebra, 2019, p. 45, disponível em https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees | UNHCR) (itálicos nossos) [21.7.2023].

situação de crise humanitária, por meio da articulação entre o direito internacional dos refugiados, o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos[20].

Neste sentido, as políticas de cumprimento da CDPD devem incluir a coleta de dados estatísticos e de investigação, em conformidade com as garantias de proteção de dados, mormente a confidencialidade e a privacidade, a ética na recolha, a desagregação e o tratamento dos dados, para além das garantias de acessibilidade para as PCDs e outras que desejem ou precisem aceder as informações[21].

Entretanto, agências da ONU reuniram evidências de que muitos candidatos à proteção internacional deixavam de declarar a deficiência por receio de que as autoridades lhes negassem a entrada regular no território dos Estados de acolhimento.

Noutras situações, PCDs não eram identificadas nos controles imigratórios pela ausência de protocolos de identificação e de profissionais capazes de fazer a triagem eficiente de casos de deficiência.

Consequentemente, a justificação sobre a carência de políticas para este segmento minoritário dentro do universo mais ampl de solicitantes de asilo/refúgio fundamentou-se na indeterminação sobre os números de indivíduos e as especificidades de suas demandas[22].

Com efeito, Aguiar Nogueira assinala que durante longo tempo as pessoas com deficiência em situação de refúgio foram como que invisíveis nas estatísticas de muitos Estados[23].

---

[20] «Artigo 11.º Situações de risco e emergências humanitárias Os Estados Partes tomam, em conformidade com as suas obrigações nos termos do direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos, todas as medidas necessárias para assegurar a protecção e segurança das pessoas com deficiências em situações de risco, incluindo as de conflito armado, emergências humanitárias e a ocorrência de desastres naturais»

[21] «Artigo 31.º Estatísticas e recolha de dados 1 - Os Estados Partes comprometem-se a recolher informação apropriada, incluindo dados estatísticos e de investigação, que lhes permitam formular e implementar políticas que visem dar efeito à presente Convenção. O processo de recolha e manutenção desta informação deve: a) Respeitar as garantias legalmente estabelecidas, incluindo a legislação sobre protecção de dados, para garantir a confidencialidade e respeito pela privacidade das pessoas com deficiência; b) Respeitar as normas internacionalmente aceites para proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais e princípios éticos na recolha e uso de estatísticas. 2 - A informação recolhida em conformidade com o presente artigo deve ser desagregada, conforme apropriado, e usada para ajudar a avaliar a implementação das obrigações dos Estados Partes nos 16 termos da presente Convenção e para identificar e abordar as barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência no exercício dos seus direitos. 3 - Os Estados Partes assumem a responsabilidade pela divulgação destas estatísticas e asseguram a sua acessibilidade às pessoas com deficiência e às demais».

[22] Cf. OFFICE OF HIGH COMISSIONER ON HUMAN RIGHTS (OHCHR), *Addressing Disabilities in Large-scale Movements of Refugees and Migrants: Joint Statement by the Committee on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families (CMW), and the Committee on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD)*, Genebra, 2017, disponível em https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CMW/JointStatementCMW-CRPDFINAL.pdf JointStatementCMW-CRPDFINAL.pdf (ohchr.org) [11.7.2022];

[23] Cf. Ary Jorge Aguiar NOGUEIRA, «Pessoas com deficiência refugiadas: indesejáveis e invisíveis», *Brazilian Journal of Development*, vol. 5, nº 10, Curitiba, 2019, p. 17740, disponível em https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/3599/3404 View of Pessoas com deficiências refugiadas: indesejáveis e invisíveis/ Pessoas com deficiências refugiadas: indesejáveis e invisíveis (brazilianjournals.com.br) [26.04.2023].

Não obstante, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelce o dever de os Estados coletarem dados credíveis e suficientes para o mapeamento das demandas de pessoas com deficiência, de um modo geral, como medida preparatória de todas as outras políticas[24].

Assim, o Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados publicou as Conclusões Gerais sobre Refugiados com Deficiência e Outras Pessoas com Deficiência Protegidas e Assistidas pelo ACNUR nº 110 (LXI), em 2010.

Neste documento, o Comitê recomenda aos Estados-Partes da CDPD a adoção de medidas específicas de proteção para às mulheres, crianças e idosos com deficiência, por entender que estes segmentos são mais suscetíveis à «discriminação, à exploração, à violência e à violência sexual e baseada no gênero, podendo ser excluídas do apoio e dos serviços»[25].

Portanto, o segmento minoritário de PCDs em situação de refúgio necessita de políticas públicas específicas que assegurem garantias adicionais de acesso à informação, à saúde, moradia, educação, renda mínima e trabalho assalariado[26].

O êxito de tais medidas dependerá de procedimentos de identificação que sejam feitos o quanto antes possível, de preferência no momento em que uma PCD formaliza a solicitação de refúgio, respeitadas as normas internacionais e internas de proteção de dados tendo em mente evitar o risco de violação a direitos fundamentais, como aliás refere a Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes: «Use the registration process to identify specific assistance needs and protection

[24] « Identifying persons with disabilities is the first step in ensuring that they can benefit from the specific protections afforded to them in accordance with the international human rights treaty obligations of the States concerned. States should ensure that formal, legally defined procedures are put into place to ensure accessibility for persons with disabilities, including women and children with disabilities and persons with psychosocial and intellectual disabilities, in reception and detention centers. States must ensure that psychosocial and legal counselling, support and rehabilitation is provided for persons with disabilities, and that protection services are age, gender and disability sensitive. States duties concerning freedom from exploitation, violence and abuse of persons with disabilities must guide response programmes targeting victims of torture and other forms of violence, including sexually-based violence» (*Idem*, p. 3).

[25] Cf. UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES, *Conclusions on International Protection, Adopted by the Executive Committee of the UNHCR Programme 1975-2017 (Conclusion N° 1-114)*, *Conclusion on Refugees with Disabilities and Other Persons with Disabilities Protected and Assisted by UNHCR No. 110 (LXI) – 2010,* Genebra, 2017, p. 322, disponível em https://www.refworld.org/pdfid/5a2ead6b4.pdf5a2ead6b4.pdf (refworld.org)(itálicos nossos) [22.5.2023].

[26] «"O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) atua na resposta humanitária com a inclusão de pessoas refugiadas e migrantes com deficiência e trabalha para que os direitos dessas pessoas sejam garantidos e sua dignidade, asseguradas", afirma Astrid Bant, representante do UNFPA no Brasil. Apesar de muitas vezes invisibilizadas, elas não são poucas. Entre as quase 7 mil pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela atualmente abrigadas em Roraima, 5,87% têm alguma deficiência. Apenas no Abrigo Pricumã – um dos abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista onde o UNFPA atua –, são 61 pessoas: quase 11% do total de abrigados no local» (Ver FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA), «Ninguém para trás: pessoas refugiadas e migrantes com deficiência devem ter seus direitos assegurados», Brasília-DF, 2022, disponível em https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/ninguém-para-trás-pessoas-refugiadas-e-migrantes-com-deficiência-devem-ter-seus-direitos UNFPA Brasil | Ninguém para trás: pessoas refugiadas e migrantes com deficiência devem ter seus direitos assegurados (aspas suspensas no original)[10.10.2022].

arrangements, where possible, including but not exclusively for refugees with special protection concerns [...] as refugees with disabilities»[27].

Assiste-se na atualidade à escalada de fluxos de deslocamentos forçados, sobretudo por conta do irrompimento de novos conflitos armados internos e internacionais[28], para além das ocorrências ambientais e graves e generalizadas violações aos direitos humanos por manifesta incapacidade ou incompetência de alguns Estados em oferecer a devida segurança jurídica aos seus jurisdicionados[29].

Neste cenário de fluxos de populações em deslocamento internacional, o ACNUR e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) apontam que entre 7.000 pessoas em situação de refúgio acolhidas no Estado de Roraima, contabilizadas em 2022, cerca de 610 pessoas eram pessoas com deficiência.

Portanto, é nosso objetivo nesta dissertação avaliar a suficiência e a conformidade das políticas públicas do Estado brasileiro à regra *pro homine* do artigo 4º da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, relacionadas às demandas singulares das pessoas com deficiência (PCDs) em situação de refúgio[30].

Dividimos a dissertação em três capítulos. No primeiro delineamos o percurso histórico da proteção internacional aos refugiados, versando os principais eventos e marcos legais de ligação dos regimes jurídicos universal e brasileiro para os refugiados de um modo geral e mais particularmente para o grupo mais vulnerável das pessoas com deficiência forçadamente deslocados.

No capítulo seguinte, falamos sobre a evolução histórica dos direitos das pessoas com deficiência. Partimos de evidências antigas em direção aos sistemas normativos atuais, até chegarmos

---

[27] Cf. UNITED NATIONS (UN), *New Yprk Declaration for Refugees and Migrants*, Nova Iorque, 2016, p. 17, disponível em www.unhcr.org/media/new-york-declaration-refugees-and-migrants-0New York Declaration for Refugees and Migrants | UNHCR (omissão nossa) [20.01.2024].

[28] Em torno de 6.340.300 ucranianos e estrangeiros residentes na Ucrânia se deslocaram forçadamente desde o início do conflito russo-ucraniano em fevereiro de 2022, dos quais 5.936.700 estão em países europeus e 403.600 fora da Europa (Cf. UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR), *Operational Data Portal, Ukraine Refugee Situation*, Genebra, 2024, disponível em https://data2.unhcr.org/en/situations/ukraine?_gl=1*1qf1hox*_rup_ga*MTQ0MTE0NDU0NS4xNjYzMzIwNjY4*_rup_ga_EVDQTJ4LMY*MTY5NDUzMTMyOS4zOC4xLjE2OTQ1MzEzODQuMC4wLjA.*_ga*MTQ0MTE0NDU0NS4xNjYzMzIwNjY4*_ga_1NY8H8HC5P*MTY5NDUzMTMyOS4zOC4xLjE2OTQ1MzEzODQuMC4wLjA.#_ga=2.208869970.1153179155.1694531330-1441144545.1663320668Situation Ukraine Refugee Situation (unhcr.org) [9.1.2024].

[29] As políticas de refúgio e imigração do Estado brasileiro para os nacionais a situação do Haiti, Venezuela e Afeganistão foram adotadas com base nas análises prévias de situação de países, feitas pelo Comitê Nacional para os Refugiados, de ordem do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério das Relações Exteriores (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Nota Técnica nº 3, de 25 de novembro de 2020*, *Análise Detalhada da Situação do Afeganistão no Intuito de Verificar a Aplicabilidade do Dispositivo de Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos para Reconhecimento da Condição de Refúgio*, Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), Brasília-DF, 2020, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio/anexos/SEI_08018.001832_2018_01Afeganistao.pdf/view) [22.9.2022].

[30] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*, *Assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*, Brasília-DF, 2009, disponível em Decreto nº 6949 (planalto.gov.br) https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm [9.10.2023].

à fase atual em que o regime internacional materializado na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo vieram a ser integrados sem reservas aoo direito interno brasileiro por meio da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nomeada a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Em um terceiro capítulo que antecede as conclusões olhamos atentamente para as boas práticas de níveis federal, estadual e municipal aplicáveis às PCDs em situação de refúgio.

Para além da atividade posta em prática nas esferas de governo, também são reportadas e analisadas outras ações institucionais promovidas por outros atores engajados na rede de proteção e promoção dos direitos de PCDs em situação de refúgio e outros migrantes, tendo em conta que as políticas imigratórias do Estado brasileiro são implementadas por diversos setores do governo, atuando de forma intersetorial.

Por outro lado, as políticas da atualidade são tendencialmente transversais, pois os sistemas de refúgio e imigração do Brasil partilham responsabilidades com agências internacionais do sistema das Nações Unidas, com organismos de integração regional, a exemplo do sistema MERCOSUL, e interagem com outros setores da sociedade civil, por força de normativos internacionais integrados ao direito interno.

Neste capítulo, enfatizamos ainda o desenvolvimento (ainda recente) das relações diretas entre os estados e os municípios e instituições como o ACNUR e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), assim como a interação dos órgãos do sistema de justiça brasileiro com o sistema onusiano de proteção aos direitos humanos.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir de artigos, monografias e trabalhos acadêmicos de língua portuguesa brasileira e europeia, assim como as convenções internacionais de direitos humanos, de nível global e regional, documentos produzidos pelas organizações internacionais, instrumentos de *soft law* e as leis internas[31], sem descurarmos, ainda, as decisões dos tribunais brasileiros e do sistema interamericano de direitos humanos.

Utilizamos os termos «ações públicas», «políticas públicas» e «instrumentos de gestão pública», intercambiadamente, ao referirmo-nos a quaisquer planos, programas e iniciativas elaboradas,

[31] «Art. 48. Os preceitos desta Lei deverão ser interpretados em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 *e com todo dispositivo pertinente de instrumento internacional de proteção de direitos humanos com o qual o Governo brasileiro estiver comprometido*» (itálico nosso) (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, Define Mecanismos para a Implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e Determina Outras Providências*, Brasília-DF, 1997, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm) [8.7.2022];

implementadas, coordenadas e financiadas pelo poder público, com o objetivo de intervir em determinados setores da sociedade[32].

Quanto aos titulares dos direitos em causa, usamos como sinônimas as expressões «pessoas com deficiência (PCDs) em situação de refúgio» e «pessoas em situação de refúgio com deficiência», independentemente da natureza, do grau e da duração do comprometimento físico, mental ou psíquico[33].

[32] Inclusivamente as iniciativas em curso nos Poderes Legislativo e Judiciário brasileiros que se afinam com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.

[33] «"O Comité considera que a diferença entre a enfermidade [doença] e deficiência é de grau e não uma diferença de caráter. Um problema de saúde que se considera uma enfermidade pode converter-se em uma deficiência devido a uma incapacidade consequente durável ou ao seu caráter crónico. Um modelo de deficiência baseado em direitos humanos exige ter em conta a diversidade de pessoas com deficiência (considerando i) do preâmbulo) e a interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras devidas a atitudes e o ambiente (considerando e) do preâmbulo). O Comité observa igualmente que, em conformidade com o Artigo 4°, n° 4, da Convenção, não se veem afetadas as obrigações do Estado Parte enunciadas em outros instrumentos de direitos humanos em que é Parte como a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, não são afetadas. O Comité observa que esta última Convenção define o termo "deficiência" como deficiência física, mental ou sensorial, seja de natureza permanente ou temporal, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, que pode ser causada ou agravada por ambiente económico e social(...)"» (*Caso Ms.S.C vs Brasil. Com. N° 10/2013, 2014, Doc. CRPD/C/12/D/10/2013, § 6.3*, Jurisprudência do Comitê da ONU para as Pessoas com Deficiência, *apud* Filipe Venade de SOUSA, *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Ordenamento Jurídico Português: Contributo para a Compreensão do Estatuto Jusfundamental*, Coimbra, Edições Almedina, 2018, p. 76).

CAPÍTULO I. A PROTEÇÃO AOS REFUGIADOS

1. Na Antiguidade, eram «viajores e doentes»...

Na altura do séc. IV depois de Cristo, achou-se na cidade de Cesareia, cidade da região da Ásia Menor[34], conhecida como Capadócia, a «Basilíada», nome que deriva do seu fundador, São Basílio Magno (329 ou 330 d.C.), um dos mais destacados expoentes do cristianismo oriental.

A maior parte dos elementos descritivos da Basilíada provém de suas correspondências pessoas, especialmente a Epístola 94 (cerca 370 d.C.) dirigida a Elias, nomeado governador pelo Império Romano.

A Basíliada era uma edificação construída de modo simples e funcional: uma casa de oração, um centro administrativo e um conjunto de alojamentos[35].

Havia enfermeiros com a missão de encontrar pessoas desamparadas nas ruas e estradas, e levá-los para as estalagens para que recebessem alimentos e cuidados de saúde e higiene.

Já que os pobres não eram bem aceitos na cidade, Basílio concebeu um lugar para eles nos arredores da urbe. Mas os viajantes ricos que desejassem pousar na Basilíada tinham ali um abrigo seguro para eles mesmos, familiares, serviçais e animais de carga[36].

As mesmas instalações destinadas aos pobres eram também utilizadas por visitantes ilustres, inclusive o próprio bispo Basílio que tinha por costume pousar lá. Outro bispo proeminente, Gregório de Nazianzo, amigo de Basílio, viu naquele empreendimento pelo menos três engajamentos: a filantropia, manifesta no acolhimento aos viajantes, o amparo material para os pobres e o cuidado para com os doentes[37].

O empreendimento obteve financiamento público e isenção de tributos. Surpreendentemente, o próprio imperador romano Valêncio[38], ferrenho adversário do cristianismo oriental de vertente ortodoxa

[34] Situada na região montanhosa da antiga Anatólia ou Ásia Menor, hoje pertencente ao território da Turquia.

[35] Ver Andreas MÜLLER, «"Tudo isso é adorno para o lugar...": o grande projeto diaconal e caritativo de Basílio de Cesareia», tradução brasileira de Luís Marcos Sander, *Estudos Teológicos*, Escola Superior de Teologia-EST, São Leopoldo, vol. 58, nº 2, 2018, p. 374, disponível em https://www.redib.org/Record/oai_articulo1840311-"tudo-isso-é-adorno-para-o-lugar"-o-grande-projeto-diaconal-e-caritativo-de-basílio-de-cesareia [15.7.2022].

[36] Cf. Andreas MÜLLER, «Tudo isso é adorno para o lugar...», *op.cit.*, nota 96, p. 374.

[37] *Idem*, p. 375.

[38] Ver Helena Amália PAPA, «Memórias sobre o imperador Valente nos testemunhos dos Padres Capadócios: a morte do imperador e denúncias contra o Cristianismo ariano (Séc. IV d.C.)», *Revista de História*, Universidade Estadual de São Paulo-UNESP, vol. 39, São Paulo, 2020, p. 5, disponível em https://www.scielo.br/j/his/a/zGv6gkn4Fm4kh6RxQxTQ3gL/?format=pdf&lang=pt [4.6.2022].

grega, ordenou a doação de lotes de terra nos arredores da metrópole, possibilitando a construção de novas instalações da Basilíada[39].

Basílio conseguiu convencer os ricos da cidade a fazerem doações para o sustento da obra de caridade dirigida aos fracos e incapacitados, pois para o eminente religioso a diplomacia devia servir ao bem de todas as pessoas, principalmente os pobres, os doentes e os forasteiros[40].

Pesem embora os poucos vestígios da antiga edificação, é notável a precisão dos detalhes contidos nas missivas que São Basílio enviou a amigos e oficiais da Igreja e do Império Romano.

Graças à ciência e técnicas modernas de investigação arqueológica, a história e a cultura de civilizações ainda mais antigas foram razoavelmente reconstituídas.

Jean-Claude Pérpere descreveu as cidades-estados da Suméria mesopotâmica, Ur, Lagash, Kippur, Kish, Umma, que floresceram no terceiro milênio antes de Cristo (2600 a.C.)[41].

O autor refere que a organização política e social destes núcleos populacionais era personificada no rei, cuja legitimidade e permanência no poder amparava-se sobretudo na força dos exércitos ao seu serviço.

Cerca de 3.500 anos antes de Napoleão Bonaparte, o rei-sacerdote babilônico Hammurabi montou uma máquina de guerra organizada e bem treinada, composta de homens livres que se engajavam nas fileiras como voluntários.

Seu único lema era a proteção mútua contra a injustiça e contra os inimigos, válida para os soldados e oficiais, sob pena de morte[42].

As grandes cidades-Estados mesopotâmicas mantinham relações por meio da guerra, e em tempos de paz, do comércio mútuo.

Assim, é provável que os primeiros acordos régios de que se tem notícia tenham sido feitos para garantir a segurança das caravanas que faziam o transporte de mercadoras e escravos de uma cidade para outra[43].

---

[39] Cf. Andreas MÜLLER, *op. cit.*, p. 377. Não há resíduos arqueológicos da Basilíada, o que se atribui a destruições ocorridas no séc. XI. Mas persistem as ruínas da antiga Basílica – 60m de comprimento por 30m de largura – que oferecem uma vaga ideia da magnitude do empreendimento maior no qual se inseria [15.7.2022].

[40] O imperador Valêncio era adepto da doutrina do arianismo, a qual rejeitava a coexistência das naturezas humana e divina na pessoa de Cristo. Esta doutrina foi sustentada principalmente por Atanásio, bispo de Alexandria, até ser proclamada como doutrina oficial da igreja do Oriente, por ocasião do Concílio de Niceia em 325 d.C. Basílio era francamente afiliado à doutrina de Atanásio, e como tal, considerado um adversário religioso do imperador. Sobre este tema, ver Nicu DUMITRAŞCU, *Basil, The Great, Faith, Mission and Diplomacy in the Shaping of Christian Doctrine*, Abingdon, Routledge, 2018, pp. 5-6.

[41] Cf. Jean-Claude PÉRPERE, *As Cidades do Dilúvio*, Coleção Portas do Desconhecido, Publicações Europa-América, p. 84.

[42] «Se um capitão ou um tenente se apoderou dos bens de um soldado, oprimiu este soldado, o entregou por dívida, o abandonou a um poderoso num processo, ou roubou a este soldado o presente que o rei lhe dera, este capitão ou este tenente será executado» (*Idem*, p. 124).

De um modo geral, os governantes das cidades-Estado infligiam praticamente todo o custo das guerras ao seus súditos por meio de impostos. Houve exceções, como o rei-sacerdote Ur-Nanshe e o rei-reformador Urukagina, «o Bom»: «[ele] devolve a liberdade ao povo [...], preservando-o do roubo e das exações; o «sacerdote de nenhuma aldeia já não entra no pomar da mão de um homem podre (*sic*) para lhe tirar os seus frutos», o poderoso «já não faz mal à viúva e ao órfão»[44].

As cidades-Estados da antiga Mesopotâmia eram sociedades bem mais evoluídas do que a maioria dos grupamentos nômadas do Médio-oriente.

Contudo não foram descobertos indícios de que um sistema legal de acolhimento de estrangeiros ou mesmo se tais costumes sequer eram praticados[45].

Algumas poucas sentenças insculpidas em rocha mencionavam escravos fugitivos. Porém, não se pode dizer que se tratava de um conjunto de regras de proteção dos injustamente perseguidos. Eram na verdade ameaças dirigidas a quem acolhesse um escravo fugitivo e se demorasse a devolvê-lo aos seus donos.

Tais inscrições foram parcialmente recuperadas dos Códigos de Ur-Nammu. Este códice primitivo insculpido em pedra foi descoberto em 1952. Consiste em um conjunto de leis sumérias do séc. XVIII a.C. Na disposição de número XVIII, lê-se: «Si un esclavo o una esclava huye de la ciudad y es capturado por un hombre, el amo del esclavo debe pagar a quién los capturó dos siclos de plata»[46].

A única referência a acolhimento no Código de Hammurabi prescreve a devolução de escravos fugitivos, mas de modo a quem buscou acolhida em outra morada: «Se alguém acolhe na sua casa, um escravo ou escrava fugidos da Corte ou de um liberto e depois da proclamação pública do mordomo, não o apresenta, o dono da casa deverá ser morto»[47].

---

[43] «[A] pouco e pouco, os monarcas estrangeiros compreendem que têm interesse em proteger estes negociantes ousados e em tratar com eles. As relações comerciais não são uma fonte de lucros para todas as partes? É possível que as cidades sumérias tenham enviado emissários a certos potentados, a fim de assinarem tratados que garantissem a vida e a liberdade de negócio dos seus mercadores» (interpolação nossa) (*Ibidem*, pp. 80-81).

[44] Cf. Jean-Claude PÉRPERE, *As Cidades do Dilúvio*, *op.cit.*, p. 87: «Passou o tempo dos reis bons, que se faziam representar em ações pacíficas. Morreu Ur-Nanshe, rei de Lagash, que o artista esculpiu supervisionando as obras de um canal de irrigação e transportando aos ombros a argila destinada à construção de um templo».

[45] Cf. Andreia Sofia Pinto OLIVEIRA, *O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa: Âmbito de Protecção de um Direito Fundamental*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, pp. 19-20.

[46] Cf. Cesar Adolfo VERA e Andres HERRERA, "El Código de Ur-Nammu», *IV Congreso Nacional de Sociología Jurídica*, *Sección Sistema Jurídico,* Universidad de Tucuman, San Miguel e Tucumán, 2003., disponível em https: issuu.com/anku/docs/codigo_urnammu/11 [4.6.2022].

[47] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, s/d., disponível em www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/Normas_Direitos_Humanos/CÓDIGO%20DE%20HAMURABI.pdf CÓDIGO DE HAMURABI.pdf (policiamilitar.sp.gov.br) [4.6.2022].

No século XIII antes de Cristo, certas práticas de asilo de caráter extrapenal para delinquentes comuns tornaram-se conhecidas no Egito[48].

Séculos mais tarde, o Egito ainda tornar-se-ia o berço da vida monástica, tanto a vertente individualista fundada por Santo Antão Egípcio (250 d.C.), como a vertente comunitária inaugurada por São Pacômio de Tebas e Alexandria (287 d.C.)[49], sendo que em ambos os casos havia instalações destinadas aos mais pobres. Nestas comunidades os residentes eram pessoas que voluntariamente haviam-se afastado da vida urbana, passando os dias em ocupações espirituais, tais como orações, abstinência temporária de alimentos, castidade absoluta e a prestação de serviço individual e comunitário[50].

Estes modelos de vida em comunidade bem podem ter inspirado o modelo vivencial da Basilíada, dadas as aproximações de ordem teológico, monástica e ética social. Porém, os discípulos de Basílio tinham o dever de manter-se afastados dos valores e comportamentos das zonas urbanas, cultivando hábitos de piedade e contemplação espiritual, no mesmo passo que deviam procurar servir os pobres, os órfãos e os forasteiros que eram mantidos forçadamente às margens exteriores da cidade.

A proposta de vida piedosa na Basilíada era de feição dúplice: uma, de espiritualidade interna; outra, de manifestação desta espiritualidade por meio de «boas práticas»[51] de serviço aos necessitados.

Os desertos do Médio-Oriente revelariam ainda mais detalhes surpreendentes para o ocidente moderno e industrial. Em 1947, nas cavernas de Qumram, região do mar Morto, Cisjordânia, foram encontrados pequenos blocos de argila e inscrições em peles de animais e rolos de pergaminho que ajudaram a reconstituir boa parte da narrativa bíblica do Antigo Testamento.

O Livro de Êxodo integra a coleção de escrito que compõem o Antigo Testamento, de autoria tradicionalmente atribuída a Moisés. Por volta do ano 1230 antes de Cristo, cerca de 4 milhões de

---

[48] Cf. Andreia Sofia Pinto OLIVEIRA, *O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa...*, *op.cit.*, p. 21.

[49] Ver Cristiane TAVARES, «Pacômio: o precursor do monacato cenobítico», *Ecclesia*, Sacra Arquidiocese Ortodoxa Grega de Buenos Aires e América do Sul, Curitiba, 2002, pp. 3-4, disponível em https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/monaquismo/pacomio_o_precursor_do_monacato_cenobitico.html Pacômio: o precursor do monacato cenobítico (ecclesia.com.br) [5.7.2022].

[50] Cf. Manuel do Rosário Oliveira ÉVORA, Santo Antão, Modelo do Cristão Perfeito na Vita Antonii de Santo Atanásio, 2015, 24f., Dissertação Final (Mestrado Integrado em Teologia (1° grau canónico)), Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Lisboa, 2015, p. 5, disponível em www.proquest.com/openview/d591ddd42b929eec753138e0e8c0fe71/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y Santo Antão, Modelo do Cristão Perfeito na Vita Antonii de Santo Atanásio - ProQuest [5.7.2022].

[51] Este é tema a desenvolvido no capítulo III da dissertação, no contexto brasileiro atual.

pessoas[52] migraram do Egito para a faixa de terra que situada a leste do mar Mediterrâneo, ao norte do Egito, ao sul do Líbano e da Síria, e a oeste da Jordânia[53].

O primeiro código de leis teria sido transmitido a Moisés pela divindade auto-denominada «Eu Sou O Que Serei»[54], consistia em dez regras de comportamento religioso e ético conhecidas como o Decálogo, ou «Dez Mandamentos»[55].

Valmor Silva refere que o uso de nomes correspondentes a atributos ou características de personalidade nas religiões monoteístas judaica, cristã e islâmica[56].

Este autor refere que embora os sentimentos e afeições se manifestem de modo diverso no campo místico-religioso, é possível identificar na maioria das expressões religiosas que há no mundo o propósito de apreender cognitivamente a realidade física e o mundo metafísico[57].

Naquele contexto histórico e geográfico específico em que viveram os hebreus bíblicos, as migrações ocorriam basicamente por rotas terrestres, e as relações entre as tribos semi-nômades dos

---

[52] «Excluídas as mulheres, crianças e levitas, o conjunto era de uns 600.000 homens. Quase quatro décadas mais tarde, quando a geração rebelde tinha perecido no deserto, a cifra era aproximadamente a mesma» (Livro de Números, capítulo 26) (Cf. Samuel J. SCHULTZ, *A História de Israel no Antigo Testamento: Um Exame Completo da História e Literatura do Antigo Testamento* (e-book), tradução brasileira de Daniela Raffo, Vida Nova/Semeadores da Palavra, São Paulo, 2008, p. 47, disponível em disponível em https://vdocument.in/a-historia-de-israel-no-antigo-testamento.html?page=1 [30.5.2023].

[53] Cf. Werner KELLER, *História do Povo Judeu: Da Destruição do Templo ao Novo Estado de Israel*, tradução portuguesa de Brito Roma, Alfragide, Edições Acrópole, 1966, p. 10.

[54] «Na própria Bíblia Hebraica, Deus recebe vários nomes, como Yhwh, Elohim, El-Shaddai. Inúmeros outros nomes referem-se a atributos divinos ou a representações e imaginários da divindade, como Deus dos pais, Poderoso de Jacó, Temor de Isaac, Rocha de Israel, Pastor, Poderoso, Criador, Senhor, Meu Rei, Nossa Justiça» (Cf. Valmor SILVA, "Deus na linguagem proverbial: análise do uso do nome de Deus em provérbios e expressões populares da Bíblia e da atualidade", *Horizonte*, *Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-PUC-Minas*, vol. 14, nº. 43, Belo Horizonte, 2016, p. 892, disponível em www.academia.edu/61461691/Deus_na_linguagem_proverbial_análise_do_uso_do_nome_de_Deus_em_Provérbios_e_expressões_populares_da_Bíblia_e_da_atualidade (99+) Deus na linguagem proverbial: análise do uso do nome de Deus em Provérbios e expressões populares da Bíblia e da atualidade | Valmor da Silva - Academia.edu) [5.10.2022].

[55] Cf. A BÍBLIA SAGRADA, *Antigo e Novo Testamentos,* tradução em português de João Ferreira de Almeida, versão Almeida Revista e Atualizada no Brasil, 2ª. edição, Barueri, Sociedade Bíblica do Brasil-SBB, 2008, p. 103.

[56] Para os judeus, o nome da Divindade não deve ser dito de maneira insolente ou vã, mas pode ser conhecido pelos seus atos e atributos. Os cristãos referem-se à Divindade como Deus o Pai, Deus o Filho Jesus Cristo e Deus o Espírito Santo. Allah é a divindade cultuada pelos muçulmanos, o qual pode ser identificado por mais 98 nomes, na verdade, adjetivações que indicam atributos intransferíveis. Por exemplo, «Allah, o Misericordioso», que também pode ser entendido como «a misericórdia de Allah» ou «Allah é misericordioso» (Cf. O ALCORÃO, *Livro Sagrado do Islã*, tradução brasileira de Mansour Chalita, Centro Cultural Beneficente Árabe Islâmico de Foz do Iguaçu, s/l., s/d., disponível em https://www.academia.edu/88657556/Alcorao_Livro_Sagrado_do_Isl_trad_Mansour_Challita (99+) Alcorao Livro Sagrado do Isl (trad.) Mansour Challita | Carina Vale - Academia.edu [20.9.2023].

[57] «O "inefável e sem forma" adquire, através da linguagem, contornos de realidade descritível e até narrável» (Cf. Valmor SILVA, *op. cit*, p. 891, disponível em www.academia.edu/61461691/Deus_na_linguagem_proverbial_análise_do_uso_do_nome_de_Deus_em_Provérbios_e_expressões_populares_da_Bíblia_e_da_atualidade (99+) Deus na linguagem proverbial: análise do uso do nome de Deus em Provérbios e expressões populares da Bíblia e da atualidade | Valmor da Silva - Academia.edu) (aspas suspensas no original) [5.10.2022].

desertos se faziam com base numa espécie de «código não-escrito», em que se exigia o respeito e hospitalidade para com os estrangeiros e viajantes.

Contudo, os antigos hebreus não encontraram vida fácil nas terras de passagem. Nos 40 anos de migrações circulares na Península do Sinai, os hebreus sofreram perseguições e travaram disputas territoriais ao custo de muitas vidas humanas[58].

Apesar das condições adversas, concomitante às leis surgiram as primeiras instituições: o ofício religioso, o serviço militar e a legislação. Especialmente a lei dos hebreus, ou lei de Moisés, contém disposições bastante avançadas para o seu tempo.

Em certos aspetos, a lei mosaica já apresenta um sistema rudimentar de tratamento dos estrangeiros, a exemplo da regra de não-opressão: «Também não oprimirás o forasteiro; pois vós conheceis o coração do forasteiro, visto que fostes forasteiros na terra do Egito»[59].

Havia um sistema de normas que impunha os mesmos deveres civis e religiosos para os naturais do povo e para os estrangeiros: «A mesma lei e o mesmo rito haverá para vós outros e para o estrangeiro que mora convosco»[60].

Outro aspeto que nos parece relevante mencionar consiste no sistema de proteção territorial reservado a quem cometesse um crime de homicídio não-intencional. A regra geral para o crime de homicídio era a morte do agressor.

Porém, se os juízes da cidade entendessem que não tinha havido intenção de matar, o causador do dano poderia morar em uma das seis cidades de refúgio designadas por Moisés[61].

Nestas cidades de refúgio, a autoridade civil e religiosa era completamente exercida sacerdotes da tribo de Levi ou levitas[62]. Para permanecer com vida, o indivíduo refugiado tinha de sujeitar-se à restrição de sua liberdade de ir e vir, devendo ficar dentro dos limites da cidade de refúgio durante todo o tempo em que fosse vivo o sacerdote-governante da cidade de acolhimento[63].

Se o refugiado viesse a sair dos limites da cidade antes deste acontecimento, a pena capital tinha de ser consumada pelo «vingador do sangue», o qual detinha a legitimidade para isto em razão.

---

[58] As deslocações do povo hebreu nas terras entre a Península do Sinai e o Médio Oriente estão nos livros de Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, reconhecidos como fontes com apreciável valor histórico, para além do seu significado religioso para os crentes.

[59] Cf. A BÍBLIA SAGRADA, *op.cit.*, p.107.

[60] *Idem*, *op.cit.*, p. 209.

[61] *Idem*, *op. cit.*, pp. 242-243.

[62] As cidades de refúgio situavam-se em regiões elevadas e providas de recursos naturais abundantes: Quedes, Siquém, Quiriate-Arba (Hebrom), Bezer, Ramote e Golã ((Ver A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, p. 326).

[63] Segundo a tradição judaico-cristã, a autoridade do sacerdote não era apenas religiosa, mas também civil. Esse oficial representava a própria autoridade da lei, de modo que a sua morte significava a revogação da lei que pesava contra alguém.

Após a morte do sacerdote, a pena era considerada remissa e o direito de deambular devolvido completamente ao refugiado, podendo ele voltar para a sua própria terra e família sem o peso da condenação e da perseguição do vingador do sangue[64]: «O cuidado do Deus dos hebreus com o sentido de justiça ia ao ponto de ter salvaguardado os responsáveis por homicídio acidental, ou não premeditado e sem dolo, do princípio da justiça retributiva», segundo a opinião de Brissos-Lino[65].

Mangalakova[66] e Altobelli[67] escreveram a respeito de resquícios destes antigos costumes em legislações antigas ainda vigentes em comunidades minoritárias da Albânia, de Kosovo e de Montenegro.

Com relação ao tratamento dos que vinham de fora, os viajantes e peregrinos, muitas vezes o acolhimento devia ocorrer na própria tenda do anfitrião, que desde então tornava-se responsável pela vida e segurança do convidado, de sua família e dos seus pertences, incluindo os animais pertencentes ao hóspede e os servos deste.

Todo aquele que pedisse ajuda ou refúgio a um hebreu não podia ser repudiado nem sofrer maus-tratos, mesmo que procedesse de um povo inimigo. Contudo, o hóspede tinha o dever moral de proceder pacificamente e de respeitar as leis da terra e os costumes dos anfitriões.

Como bem pontifica Venade de Sousa, a proteção e o dever de exercê-la em favor dos mais fracos constitui-se um tema recorrente da literatura religiosa, dos costumes civis e das leis penais dos antigos hebreus[68].

Na verdade, o tema geral da lei mosaica, replicado em outros escritos da tradição judaico-cristã, resumia-se na exigência de que os indivíduos e grupos mais fortes cuidassem dos órfãos e viúvas, dos doentes e estrangeiros, por serem estes reconhecidamente mais frágeis[69].

A doutrina ética e social de fundo cristão, na sua maior parte influenciada diretamente pelos ensinos de Jesus Cristo[70] e dos seus seguidores mais prominentes, como Paulo de Tarso, incluem a hospitalidade entre os deveres recíprocos dos seguidores do Cristianismo primitivo[71].

---

[64] Cf. A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, pp. 243-244.

[65] Cf. João BRISSOS-LINO, «O ressentimento nacionalista do profeta Jonas face ao princípio da justiça retributiva», *Ad Aeternum, Revista de Teologia*, nº 1, Instituto de Cristianismo Contemporâneo, Universidade Lusófona de Lisboa, Lisboa, p. 123, disponível em https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/11743/1/ressentimento_nacionalista_profeta_jonas_principio_justica_retributiva.pdf [14.01.2024].

[66] Cf. Tanya MANGALAKOVA, *The Kanun in Present-Day Albania, Kosovo, and Montenegro*, International Centre for Minority Studies and Intercultural Relations (IMIR), Sofia, 2004, p. 2, disponível em pdc.ceu.hu/archive/00003864/01/) [27.09.2022].

[67] Ver Donato ALTOBELLI, *Il Kanun: etica e tradizione politica in Albania*, Facoltà di Scienze Politiche Corso di laurea in Scienze Politiche e relazioni internazionali Cattedra di Filosofia Política, Itália, 2006/2007, p. 56, disponível em www.vatrarberesh.it/biblioteca/ebooks/ilkanun.pdf [27.9.2022].

[68] Ver Filipe Venade de SOUSA, *Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas, à Luz da Norma do Artigo 74º, nº 2, alínea h) da Constituição da República Portuguesa e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, Coimbra, Edições Almedina, 2014, pp. 21-22.

[69] Ver A BÍBLIA SAGRADA*, op. cit.*, p. 281. Em outro contexto, o uso da mesma expressão no Novo Testamento pode ser visto no evangelho de Mateus, capítulo 5, verso 38 (*op. cit.*, p. 1251): «Ouvistes que foi dito: Olho por olho, dente por dente».

Na Grécia antiga, os templos e outros locais de culto eram sagrados e invioláveis, uma vez que representavam a morada dos deuses na terra, bem como a sede dos ofícios religiosos.

Em tais lugares, não era permitido aplicar as leis punitivas quer sobre os escravos fugitivos, endividados ou mesmo pessoas que haviam cometido delitos graves.

Porém, gradativamente o privilégio da concessão do asilo passou a ser mediado pelo povo e pelo príncipe, destacando-se da esfera de exclusividade dos templos.

No apogeu romano, o Imperador personificava a unidade do poder político, religioso e militar[72], de modo que o privilégio de asilo foi absorvido pela graça imperial[73].

Costumes semelhantes serão vistos nas relações entre os povos do Médio-Oriente e os europeus, no contexto das disputas pela posse de Jerusalém, entre os anos de 1095 e 1300[74].

Mesmo se uma cidade fosse sitiada, prevalecia um código costumeiro de honra entre os senhores da guerra, que abrangia a libertação e a retirada em segurança das mulheres e dos filhos de príncipes e nobres, e na troca negociavam-se vantagens ou resgates em dinheiro[75].

A questão é que para os muçulmanos medievais não havia dever mais sagrado que proteger a *hajj* (peregrinação) aos lugares sagrados do Islão. Afinal, as escrituras e a tradição islâmicas, inspiradas nos ensinos do profeta Maomé, transmitidos oralmente para os seus adeptos, referem-se a deveres de atenção especial para com os recém-chegados, particularmente os peregrinos devotos que se deslocavam sazonalmente para as cidades sagradas dos muçulmanos[76][77].

---

[70] «Quando vier o Filho do Homem, na sua majestade e todos os anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória, *e todas as nações serão reunidas na sua presença*, e ele separará uns dos outros, como o pastor separa dos cabritos as ovehas; e porá as ovelhas à sua direita, mas os cabritos, à esquerda; então, dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo. Porque tive fome, e me destes de beber; *era forasteiro, e me hospedastes*; estava nu, e me vestistes; enfermo, e me visitastes, preso, e fostes ver-me» (itálicos nossos) (Cf. A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, p. 1288).

[71] «*Não negligencieis a hospitalidade*, pois alguns, sem o saber acolheram anjos» (itálico nosso) (Ver A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, p. 1596).

[72] Cf. Joana D'Arc de SOUZA, «As religiões no Império, o culto ao imperador e a influência da ideologia imperial», *in* Clóvis Ecco *et al.* (orgs.), *Transformação Social Economia e Literatura Sagrada, Anais do VI Congresso Internacional em Ciências da Religião, XIII Semana de Estudos da Religião*, Goiânia, Editora PUC Goiás/América, 2012, p. 116, disponível em https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/53208393/2012_VI_Cogresso_Internacional_em_Ciencias_da_Religiao_287-288-with-cover-page-v2.pdf [23.6.2022].

[73] Ver Andreia Sofia Pinto OLIVEIRA, *O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa..., op. cit.,* pp. 23-24.

[74] *Vide* Simon Sebag MONTEFIORE, *Jerusalém: A Biografia*, 5ª edição revista e aumentada, revisão portuguesa de Carlos Jesus, Lisboa, Editora Crítica, 2022, p. 331.

[75] *Idem*, *op. cit.*, p. 337.

[76] «Tens ouvido (ó Mensageiro) a história dos *honoráveis hóspedes* de Abraão? Quando se apresentaram a ele e disseram: Paz!, respondeu-lhes: Paz! (E pensou): "É gente desconhecida." E voltou rapidamente para os seus, e trouxe (na volta) um bezerro cevado. Que lhes ofereceu...Disse (ante a hesitação deles): "Não comeis?"» (destaque nosso, aspas suspensas no original) (O ALCORÃO, *Livro Sagrado do Islã*, Centro Cultural Beneficente Árabe Islâmico de Foz do Iguaçu, s/l., s/d., p. 486, disponível em https://www.academia.edu/88657556/Alcorao_Livro_Sagrado_do_Isl_trad_Mansour_Challita (99+) Alcorao Livro Sagrado do Isl (trad.) Mansour Challita | Carina Vale - Academia.edu) [2.9.2023]. O livro de Gênesis, cap. 18, versos 1-6, é a versão mais antiga deste episódio da vida do patriarca Abraão (Cf. BÍBLIA SAGRADA, *op.cit.*, p. 22).

Mackintosh-Smith menciona que as condições de proteção a pessoas e bens de cristãos impostas por Iyad ibn Ghanm (al-Raqqah, norte da Síria, em 639 ou 640) compreendiam severas restrições à liberdade de expressão religiosa e de culto, como também se exigia o pagamento de quatro dinares ou 17 gramas de ouro, e assim «as igrejas [cristãs] não serão destruídas nem ocupadas»[78].

2. O asilo nas Idades Média e Moderna

O instituto do asilo foi largamente utilizado em toda a Europa Ocidental, durante a Alta Idade Média. Por séculos, a concessão do asilo foi monopólio da Igreja, sendo aplicada para suspender temporariamente a punição de determinados delitos, nomeadamente os que fossem apenados com punições mais drásticas.

Como ensina Sofia Oliveira, a Igreja detinha a prerrogativa absoluta de acolher alguém dentro dos limites da propriedade eclesiástica. A Igreja também era a detentora do privilégio de eleger o beneficiário da proteção[79].

A partir do século XII depois de Cristo, a autoridade da Igreja sobre o direito de asilo começa a ser questionada pelos governantes seculares, incomodados com o facto de que os clérigos impediam a entrada de oficiais do rei nos recintos sagrados onde muitos transgressores da lei se refugiavam, causando sérios embaraços à aplicação das leis de cunho punitivo[80].

Com o passar do tempo, e na medida em que se fortalecia o poder temporal, os soberanos passaram a impor suas próprias regras de exceção ao privilégio que as autoridades eclesiásticas exerciam no tocante à proteção territorial.

Na primeira metade do séc. XIV, por determinação do rei de Portugal contida no *Livro das Leis e Posturas*, o asilo concedido pela Igreja já não podia beneficiar os homicidas e ladrões contumazes, incendiários, servos fugitivos, acusados de heresia e de delitos sexuais, sonegadores de impostos e profanadores de igrejas[81].

---

[77] O livro de Gênesis, cap. 18, versos 1-6, é a versão mais antiga deste episódio da vida do patriarca Abraão (Cf. BÍBLIA SAGRADA, *op.cit.*, p. 22).

[78] Cf. Tim MACKINTOSH-SMITH, *Árabes: Uma História de 3000 Anos de Povos, Tribos e Impérios*, tradução portuguesa de Miguel Freitas da Costa, 1ª edição, Lisboa, Edições 70, 2022, p. 247 (interpolação nossa).

[79] *Vide* Andreia Sofia Pinto OLIVEIRA, *O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa*, *op.cit.*, pp. 25-26.

[80] *Idem*, *op. cit.*, p. 27.

[81] *Vide* Andreia Sofia Pinto OLIVEIRA, *O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa..., op. cit,* p. 27.

Judeus e sarracenos delinquentes ou que estivessem em dívida financeira para com cristãos não podiam refugiar-se ao abrigo da Igreja, de acordo com o citado Livro (1211-1357), e conforme as Ordenações Afonsinas (1454-1511)[82].

Pode ver-se que naqueles dias o asilo eclesial era aplicado seletivamente, não raro por razões contrárias à própria doutrina de acolhimento e ao universalismo que a Igreja apregoava, segundo os cânones oficiais.

Mais controverso ainda foi o papel da Igreja Católica como causa direta de deslocamentos forçados ocorridos na fase da Inquisição em Portugal, em Espanha e na Itália. Em estudo sobre as inquisições portuguesa, espanhola e italiana, Francisco Bethencourt relata que em 1º de novembro de 1478 uma «nova» Inquisição foi inaugurada pela Bula Papal *Exigit Sincerae Devotionis Affectus*.

Os inquisidores de facto começaram seu trabalho em 1480, quando foi ordenada a detenção arbitrária de «hereges» na cidade espanhola de Sevilha: «[a] detenção de centenas de acusados durante o primeiro mês de atividade, entre os quais se encontravam os cristãos-novos mais poderosos da cidade (os mais ricos e os mais influentes politicamente), provocou um efeito de pânico testemunhado pela fuga de milhares de pessoas para as terras senhoriais e para o estrangeiro»[83].

Sofia Oliveira informa que o asilo eclesial declinou gradualmente, muito em função dos abusos frequentes que acabaram por desvirtuar o papel da instituição: «[a]s igrejas tornaram-se espaços onde frequentemente se dava guarida a toda a espécie de malfeitores e que eram objeto de invasões e de ataques por parte das autoridades civis»[84].

No centro da Europa, a Reforma protestante desencadeou uma ação enérgica por parte do alto clero. Centenas destes dissidentes foram severamente perseguidos e mortos sob as leis do clero romano. Outros milhares foram salvos graças a esta proteção territorial.

Inevitavelmente, e apesar da forte resistência da Igreja, o asilo religioso foi paulatinamente abolido em França, Espanha, Alemanha, Itália e Portugal[85].

A Reforma protestante precipitou o esvaziamento do privilégio eclesiástico do asilo territorial: «[a] intolerância com que foram tratados os dissidentes da Igreja Católica obrigou-os a fugir para

---

[82] *Idem, op. cit.*, pp. 28 e 29.

[83] «Os inquisidores tiveram de publicar uma ordem, no início de 1482, exigindo dos nobres – especialmente do marquês de Cádis e do duque de Medina Sidonia – o recenseamento dos «conversos» refugiados nos seus territórios, a detenção dos acusados e a sua entrega ao tribunal, sob pena de excomunhão, confisco de bens, perda de dignidades e de cargos» (Cf. Francisco BETHENCOURT, *Histórias das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*, 1ª edição, Porto, Círculo de Leitores, 1994, p. 18) (aspas horizontais no original).

[84] Cf. Andreia Sofia Pinto OLIVEIRA*, O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa..., op. cit.*, p. 31.

[85] *Idem*, *op. cit.*, p. 34.

territórios de reinos, também eles em conflito com o Papa»[86]. Centenas destes dissidentes foram severamente perseguidos e mortos sob as leis do clero romano.

Nestas circunstâncias bem diversas do período originário do asilo na Europa, a concessão do asilo beneficiou os perseguidos pela Igreja, contribuindo assim para o fortalecimento da figura dos soberanos, não apenas por ser o garantidor da proteção do direito à vida e as liberdades fundamentais de pensamento, de expressão e de culto, mas também porque representava um poder secular à altura do papado[87].

Em 1648, a paz vestefaliana finalmente delimitará os poderes dos Estados e da Igreja Romana, e demarcará o início da construção teórica do direito internacional moderno. Então, o instituto do asilo será paulatinamente assimilado pelo Estado, representado pelo rei.

Este detinha o poder absoluto de decisão sobre quem merecia ou não ser acolhido no território do reino, e assim, a situação jurídica do estrangeiro dependia completamente do favor real.

Do final do século XVII ao final do século XIX, os Estados-soberanos foram os protagonistas das instituições do direito internacional, inclusivamente das relações externas que abrangiam as questões de asilo internacional, aniquilando definitivamente a primazia da Igreja Romana sobre a concessão do benefício assim como a preeminência da religião nos temas de interesse de Estado e de governo.

Como bem acentua Sofia Oliveira: «[a]s motivações para a fuga, ao longo da Idade Moderna, eram, essencialmente de ordem religiosa. Na Idade Contemporânea, as razões são, fundamentalmente, políticas»[88].

Nos anos subsequentes, o instituto da proteção territorial evoluiu em correspondência com o progressivo fortalecimento dos Estados-nação, no intervalo entre a Revolução Francesa e o término da Grande Guerra (1789-1918).

Depois de encerrada a Grande Guerra, milhares de deslocados europeus não podiam retornar para seus países de origem. Para administrar a situação caótica que se instalara, funda-se a Sociedade das Nações[89].

Nesta fase embrionária de consenso dos Estados soberanos em torno de finalidades e comuns, o cientista norueguês Fritjoj Nansen, nomeado primeiro Alto-Comissário do Alto Comissariado para os

---

[86] Cf. Andreia Sofia Pinto OLIVEIRA*, O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa..., op. cit.,* p. 36 (interpolação nossa).

[87] *Vide* Andreia Sofia Pinto OLIVEIRA*, O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa...*, *op.cit.*, p. 37 (interpolação nossa) .

[88] *Idem*, p. 42.

[89] *Vide* César Toyokazu HIROSE, «A proteção internacional dos Refugiados antes de 1951: o contexto da Liga das Nações», *Cosmopolita: A Política do Direito Internacional, O Direito da Política Internacional*, s/l., s/p., 2021, recuperado de https://www.cosmopolita.org/post/a-proteção-internacional-dos-refugiados-antes-de-1951-o-contexto-da-liga-das-nações-e-a-oir 2 A Proteção Internacional dos Refugiados antes de 1951: o contexto da Liga das Nações e a OIR (cosmopolita.org) [10.9.2022].

Refugiados Russos[90], instituiu o documento de viagem que ficou conhecido pelo seu nome - o «Passaporte Nansen» - por forma que milhares de russos desnacionalizados pelo novo regime bolchevique russo pudessem encontrar acolhida em outros países e evitassem as punições que os aguardavam em seu próprio país.

De igual modo, muitos nacionais de origem armênia sob perseguição do império turco-otomano também tiveram acesso ao Passaporte Nansen[91].

Não obstante o facto de que muitas nacionalidades foram desmerecidas, estima-se em 450 mil o número total de deslocados beneficiados, de procedências russa, armênia, grega e búlgara.

Fischel de Andrade esclarece que o êxito inicial do Passaporte Nansen não garantiu o pleno sucesso das ações em favor de populações deslocadas, durante a vigência da Liga das Nações: «[E]m 1922, o número de Estados que aceitaram emitir documentação em favor dos refugiados era 56.

Somente oito se comprometeram com uma Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1933; e tão-somente três Estados se tornaram parte de uma Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados provenientes da Alemanha, de 1938»[92].

Certo é que a Liga das Nações havia sido fundada precipuamente para resolver o problema dos deslocados europeus da Grande Guerra[93]. Apesar da sua linha de atuação inicialmente regionalizada, o trabalho da Liga das Nações estendeu-a para outros nacionais não europeus, representando um evidente avanço institucional no tratamento do tema das migrações internacionais.

Milhares de deslocados foram por ela beneficiados com documentos de viagem e outras providências para que pudessem reconstruir suas vidas noutros países.

Entretanto, depois de um breve *intermezzo*, a Europa caía novamente no abismo da guerra. As obstinações de expansão e de ódio nacionalista recalcado por duas décadas viriam novamente à tona, de braços dados com o projeto de destruição total das estruturas do adversário e de aniquilação étnico-populacional. A derrota do inimigo só seria completa de fosse ele erradicado da face da terra.

---

[90] Ver UNITED NATIONS, *United Nations Library & Archives Genebra*, *File C1381/277/R.301/20-Russian Refugees-Dr. Nansen, High Commissioner*, 2022, disponível em https:// archives.ungeneva.org/russian-refugees-dr-nansen-high-commissionerRussian Refugees - Dr. Nansen, High Commissioner. - UN Archives Geneva (ungeneva.org) [22.10.2022].

[91] Ver UNITED NATIONS, *Arrangement of 12 May 1926 relating to the Issue of Identity Certificates to Russian and Armenian Refugees League of Nations*, Treaty Series, vol. LXXXIX, nº. 2004, Genebra, 2022, disponível em https:// www.refworld.org/pdfid/3dd8b5802.pdf Arrangement of 5 July 1922 with regard to the Issue of Certificates of Identity to Russian Refugees*[1] (refworld.org) [16.9.2022].

[92] *Vide* José Henrique Fischel de ANDRADE, *A Política de Proteção a Refugiados das Nações Unidas: Sua Gênese no Período Pós-Guerra* (1946-1952), *op. cit.*, p. li.

[93] Ver César Toyokazu HIROSE, «A proteção internacional dos Refugiados antes de 1951: o contexto da Liga das Nações», *Cosmopolita: A Política do Direito Internacional, O Direito da Política Internacional*, s/l., s/p., 2021, recuperado de https://www.cosmopolita.org/post/a-proteção-internacional-dos-refugiados-antes-de-1951-o-contexto-da-liga-das-nações-e-a-oir 2 A Proteção Internacional dos Refugiados antes de 1951: o contexto da Liga das Nações e a OIR (cosmopolita.org) [10.9.2022].

Uma «catástrofe imensurável»[94], nas palavras de Ian Kershaw, cujas causas, específicas das primeiras quatro décadas do século XX na Europa foram: «1) a exploração do nacionalismo étnico-racista; 2) as exigências desmesuradas e irreconciliáveis de revisionismo territorial; 3) uma terrível luta de classes, que recebeu um enfoque concreto através da Revolução Bolchevique na Rússia; 4) uma crise prolongada do capitalismo [...]»[95].

Para Kershaw, as disputas históricas entre Alemanha e Inglaterra pela hegemonia do poder na Europa influenciaram decisivamente o acirramento das escaladas de conscrição militar massiva e o predomínio de sentimentos nacionalistas, no período entre os anos de 1922 e 1933[96].

Tais sentimentos recrudesceram nos primeiros trinta anos do século XX, fazendo eclodirem múltiplos focos de violência contra minorias étnicas, a exemplo das guerras balcânicas nos anos de 1920, e a perseguição à minoria helênico-armênia sujeitas ao domínio imperial turco-otomano, entre os anos de 1915 e 1923.

Na Alemanha do período hitlerista, já em 1933 contavam-se sete campos de concentração nazi - Dachau, Esterwege, Lichtenburg, Sachsenburg, Oranienburg, Columbia-Haus e Fuhlstüttel - para onde eram levadas pessoas com disfunções mentais e físicas.

Margarida Ramalho escreveu: «para além dos opositores políticos, são aí internados portadores de deficiências físicas e mentais, homossexuais, testemunhas de Jeová, ciganos e judeus»[97].

Em 1939, o regime nazi secretamente iniciava o seu «programa de eutanásia» que resultou na morte de 200.000 deficientes mentais tidos como «inúteis», pelas mãos de médicos e enfermeiros que deveriam cuidar deles[98].

«A questão de quem devia viver ou morrer foi primariamente ideológica», segundo Kershaw[99]. Tragicamente, a política de purificação racial foi o argumento utilizado pelo regime hitlerista para «justificar» o morticínio de milhares de cidadãos alemães e de outras nacionalidades que tinham alguma deficiência.

---

[94] Cf. Ian KERSHAW, *A Europa, 1914-1949: À Beira do Abismo,* tradução portuguesa de Miguel Freitas da Costa, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2018, p. 22.

[95] *Idem*, *op. cit.*, p. 22, omissão nossa.

[96] *Ibidem*, *op. cit.*, pp. 49-50.

[97] Ver Margarida de Magalhães RAMALHO, *Vilar Formoso, Fronteira da Paz*, 2ª Edição, Almeida, Projeto do Pólo Museológico, Município de Almeida, 2018, p. 33.

[98] Cf. Ian KERSHAW, *A Europa, 1914-1949: À Beira do Abismo,* tradução portuguesa de Miguel Freitas da Costa, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2018, p. 427.

[99] Cf. José Henrique Fischel de ANDRADE, *A Política de Proteção a Refugiados das Nações Unidas: Sua Gênese no Período Pós-Guerra* (1946-1952), *op.cit.*, p. cl.

Não havia opções melhores para a multidão de deslocados forçados, senão aceitar as parcas condições oferecidas pelos Estados de acolhimento. Sofia Oliveira descreve a condição jurídica da maior parte dos deslocados: «[...] populações inteiras que se deslocavam desprovidas de nacionalidade, de bens, de tudo.

Os refugiados das primeiras décadas do século XX são, por isso, uma massa heterogênea de pessoas de nacionalidades, raças, religiões e estatutos socioeconómicos diferentes»[100] (omissão nossa).

Durante os mandatos da *United Nations Relief and Rehabilitation Administration* (UNRRA) e do *Intergovernamental Committee on Refugees* (IGCR), em 1946, a maioria dos Estados dispostos ao acolhimento de refugiados havia recebido um número muito reduzido de pessoas de difícil integração, nomeadamente as pessoas com deficiência.

Neste sentido, Fischel de Andrade assinala que na gênese da política internacional para os refugiados a Noruega foi, praticamente, o único país a receber doentes de tuberculose e pessoas com deficiências diversas, por razões exclusivamente humanitárias[101].

3. Os sistemas internacionais de proteção dos refugiados

Findas as operações da IGCR e UNRRA (1947), a Organização Internacional para os Refugiados (OIR) foi comissionada para a proteção internacional dos refugiados (1946-1952).

Na sua Constituição foram estabelecidas as três modalidades de soluções duráveis vigentes até os dias de hoje: a repatriação voluntária, o reassentamento e a integração local[102].

---

[100] Cf. Andreia Sofia Pinto OLIVEIRA, *O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa*..., *op. cit.*, p. 53.

[101] «Importa assinalar que esse país é uma referência mundial em termos de legislação interna dedicada à proteção dos direitos das pessoas com deficiência, mesmo antes do advento da CDPD e do seu Protocolo Opcional. Nesse cenário, merecem destaque a Lei Norueguesa de Direitos Humanos de 1999, que assegura a aplicação de diversos tratados internacionais de direitos humanos em âmbito interno, como também, a Lei Norueguesa sobre a Proibição da Discriminação em Razão da Deficiência, de 21 de julho de 2013. Contudo, a Noruega não incorporou a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência-CDPD ao seu ordenamento jurídico interno, como fizeram a União Europeia e o Brasil, embora a tenha assinado e ratificado, «nos últimos anos tem existido um debate público sobre a possibilidade da Noruega tornar-se parte em protocolos opcionais à CDPD, à Convenção dos Direitos da Criança-CDC e à Convenção sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o que de facto ainda não aconteceu. O ponto nevrálgico da questão é que uma parte da opinião pública norueguesa considera que caso o Estado norueguês reconheça a competência dos Comitês para o monitoramento e recepção de queixas individuais ao abrigo das citadas convenções, estará a renunciar a parcela de sua soberania; no fundo, permanece viva a discussão sobre a primazia do modelo onusiano de monitoramento do cumprimento de tratados em face da soberania de um Estado (Cf. Njal HOSTMAELINGEN, «Os direitos das pessoas com deficiência: o caso da Noruega«, *in* André Victor e Njal Hostmaelingen (eds.), *Direitos das Pessoas com Deficiência,* Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Internacional Law and Police Institute, Edições Silabo, p. 83)

[102] Cf. José Henrique Fischel de ANDRADE, *A Política de Proteção a Refugiados das Nações Unidas: Sua Gênese no Período Pós-Guerra* (1946-1952), 327f., 2006, Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2006, pp. cclvi e ccc, disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3726/1/Tese.pdf Repositório Institucional da UnB: A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas : sua gênese no período pós-guerra (1946-1952) [23.7.2022].

Ao fim de cinco anos de mandato, a OIR havia repatriado apenas 72.917 refugiados e deslocados de guerra procedentes de 18 países, sendo a maior parte de países europeus. Entretanto, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), por meio da Resolução nº 428 (V) de 14 de dezembro de 1950[103].

O mandato do ACNUR vincula-se originariamente ao cumprimento da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo Adicional de 1967. Seu propósito é articular junto aos Estados-Partes da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados a proteção de pessoas forçadamente deslocadas de seus lugares de origem ou de residência habitual, nomeadamente os refugiados[104] e apátridas[105].

Conforme o Estatuto do ACNUR e a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, compete ao Alto Comissário negociar soluções duradouras em articulação com os Estados, com as organizações internacionais e entidades privadas.

Como dissemos, o ACNUR deu primazia às soluções tradicionais para a questão dos refugiados, a repatriação voluntária, o reassentamento para outro país diverso daquele em que se fez a primeira solicitação, e o reconhecimento do estatuto de refugiado, tendo como ponto culminante a integração local[106].

Porém, a complexidade e a intensificação dos fluxos migratórios internacionais e de movimentos de refugiados da atualidade tiveram o condão de exigir outras soluções intermédias mais rápidas e menos burocráticas, nomeadamente para garantir a permanência regular e em condições dignas dos solicitantes de refúgio, durante o prazo de tramitação de um pedido de refúgio.

Tais instrumentos de proteção complementar são aqueles previstos no direito interno, como sucede no caso dos solicitantes de refúgio no Brasil.

---

[103] Cf. João Mota de CAMPOS, (coord.) *et al.*, *Organizações Internacionais*, 5ª. edição, Coimbra, Edições Almedina, 2019, p. 31.

[104] Exceto os refugiados sob a tutela da *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East-UNRWA*, constituída nos termos dos arts. 7(2) e 22 da Carta das Nações Unidas, e nas Resoluções 302 (IV) de 8 de dezembro de 1949 e 392, de 2 de dezembro de 1950, da Assembleia Geral da ONU.

[105] Os apátridas também estão compreendidos no mandato do ACNUR, por força dos arts. 6º (ii) e B, do Estatuto do ACNUR, e art. 1º (2), do Estatuto dos Refugiados, a Resolução ECOSOC 526 A (XVII), de 26 de abril de 1954, e a Resolução AG da ONU 896 (IX), de 4 de dezembro de 1954. A condição de apátrida no Brasil é reconhecida pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, se favorável o parecer do Comitê Nacional para os Refugiados (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portaria Interministerial nº 5, de 27 de fevereiro de 2018*, Ministério da Justiça e Segurança Pública, disponível em https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/4716363/do1-2018-02-28-portaria-interministerial-n-5-de-27-de-fevereiro-de-2018-4716359 [11.10.2022].

[106] Cf. UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES, «Durable Solutions», *Integration Handbook*, disponível em https://unhcr.org/handbooks/ih/getting-started/what-resettlement What is resettlement | UNHCR Integration Handbook, Genebra, 2022, [22.10.2022].

De imediato, a Polícia Federal emite um documento de registro provisório de nacional estrangeiro, que viabiliza a emissão de uma série de outros documentos, para além da regularização familiar[107] e a autorização de residência[108].

No âmbito da proteção internacional, o Alto Comissário do ACNUR detém a competência geral para declarar ou não a condição de refugiado[109], na forma dos parágrafos 6 e 7 do Estatuto do ACNUR, assim como a perda ou a exclusão do estatuto[110].

A definição de excluído (ou não merecedor) do estatuto inscreve-se no artigo 14 (2) da Declaração Universal dos Direitos do Homem, incidindo sobre quem figure como arguido em «processo por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas».

O texto da DUDH afirma que é determinante a presunção arrazoada de que alguém tenha cometido ou de que seja culpado de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas como causa de exclusão do direito de invocar a proteção internacional do Estatuto dos Refugiados[111].

Por sua vez, o artigo 1º, F, alíneas (a), (b), (c) e (d), do Estatuto dos Refugiados detalha as causas objetivas de desmerecimento da condição de refugiado[112].

---

[107] «Art. 2º Recebida a solicitação de refúgio, a polícia federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional. Parágrafo único. Com a emissão do protocolo a que se refere o caput, a polícia federal fornecerá gratuitamente o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018*, *Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório* Brasília-DF, 2018, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9277.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.277%2C%20DE%205%20DE%20FEVEREIRO%20DE,sobre%20o%20Documento%20Provisório%20de%20Registro%20Nacional%20Migratório D9277 (planalto.gov.br) [5.2.2024].

[108] «Art. 21. Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o qual autorizará a estada até a decisão final do processo. § 1º O protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividade remunerada no País (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997*.

[109] «O ônus da prova relativo à exclusão é do Estado (ou do ACNUR) e, assim como em todos os procedimentos de elegibilidade, ao solicitante é aplicável o benefício da dúvida. Entretanto, na hipótese do indivíduo haver sido processado em um Tribunal Penal Internacional, ou quando a responsabilidade individual pelos atos que suscitaram a exclusão for presumida, conforme indicado no parágrafo 19 destas diretrizes, o ônus da prova é invertido, criando uma presunção de exclusão passível de ser afastada» (*Vide* ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiados de Acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 Relativos ao Estatuto dos Refugiados*, Brasília-DF, 2013, p. 125, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_criterios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado.pdf) [16.9.2022].

[110] ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, *Estatuto do ACNUR*, Nova Iorque, 1950, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR [22.10.2022].

[111] *Vide* ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Paris, 1948, disponível em https://brasil.un.org/index.php/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanosDUDH [16.9.2022].

[112] ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, *Estatuto do ACNUR,* 1950, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR [22.10.2022].

O reconhecimento da condição de refugiado pelo ACNUR ou pelo Estado de acolhimento constitui-se um ato meramente declaratório, pois reconhece um facto preexistente.

Tal declaração não cria o facto ou uma condição que um indivíduo ou grupo antes não tivesse, mas reconhece os efeitos jurídicos produzidos a partir do ato declaratório[113].

Por outro prisma, são refugiados nos termos da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados: a) os refugiados estatutários, assim reconhecidos em outras fontes anteriores à Convenção; b) os refugiados convencionais, pessoas que se tornaram refugiadas por receio justificado de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a certo grupo social ou em virtude suas opiniões políticas, nos termos da Convenção[114].

Para além do âmbito subjetivo da Convenção de Genebra de 1951, a proteção derivada de outros instrumentos internacionais contra o *refoulement* de estrangeiros, como ocorre no caso das vítimas de tortura ou de tratamentos desumanos ou degradantes, «acabou por se repercutir numa ampliação do próprio conceito de pessoa merecedora de proteção internacional», na lição de Ana Rita Gil[115].

Conforme pensa esta autora, a tendência ao alargamento da proteção concedida a outras pessoas em situação de refúgio tornou-se mais concreta nos sistemas regionais, primeiramente na Organização da Unidade Africana (antiga União Africana) (1969), por meio da Convenção da Organização da Unidade Africana que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África (1979).

Depois, o sistema interamericano adotou a tipologia ampliada de refugiado, constante da Declaração de Cartagena (1984), que alberga as situações de grave e generalizada violação aos direitos humanos como causa análoga à perseguição, para fundamentar uma solictação de refúgio no continente latino americano e região do Caribe[116].

Na Europa, os candidatos a asilo que não reúnem as condições de elegibilidade, nos termos da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Rrefugiados e seu Protocolo de 1967, podem pleitear as modalidades de proteção complementar ou subsidiária, alternativamente.

Isto significa que a pessoa poderá ser contemplada com uma modalidade não-convencional de proteção, motivada pela ausência de condições de retorno seguro ao país de origem, em razão do risco de tortura, penas desumanas e degradantes, ou ameaças graves e individuais contra a vida ou a

[113] Cf. Fernando de SOUSA, *et al.* (coord.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2022, p. 539.

[114] Cf. Fernando de SOUSA, *et al.* (coord.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais*, *op. cit.*, p. 539.

[115] Cf. Ana Rita GIL, *Estudos sobre Direito da Imigração e do Asilo*, Lisboa, Petrony Editora, 2021, p. 243.

[116] Cf. Ana Rita GIL, *op. cit.*, p. 244.

integridade física, como resultado da omissão ou ação do próprio Estado ou de violência indiscriminada no contexto de conflito armado internacional ou interno[117].

Ana Rita Gil recorda-nos que a proteção subsidiária é um produto da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, na resolução de casos de proibição de devolução por violação ao artigo 3º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH), sem descurar que as regras sobre condições de elegibilidade e causas de exclusão do direito de asilo são reguladas pela Diretiva 2011/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011[118].

Não obstante, para Ana Rita Gil o dilema ainda por resolver não se refere aos casos evidentes, mas nos casos de solicitantes excluídos da proteção do Estatuto ou da proteção subsidiária. mas que não podem ser expulsos do território em razão do princípio *non refoulement*, como se afigura nos casos previstos no artigo 17º da Diretiva Qualificação, em que a pessoa excluída da proteção subsidiária «não poderá ser afastada, sem prejuízo do artigo 3º da CEDH e do artigo 19º, nº 2, da CDFUE»[119].

3.1. A dignidade da pessoa humana como fundamento da proteção

A definição de dignidade da pessoa humana ainda é imprecisa, sendo que o Direito e a Filosofia dialogam constantemente no esforço de suprir a vagueza conceitual do termo[120]. Verdadeiramente, todos os Estados-Membros das Nações Unidas concordam com a ideia de que o ser humano é por natureza digno, mas nem todos concordam com a *mesma* ideia de dignidade da pessoa humana, na medida em que cada sistema regional de proteção aos direitos humanos apresentam modulações em relação aos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Máxime nos sistemas (incompletos, por assim dizer) dos Estados árabes e asiáticos, a dignidade da pessoa humana é modulada pela tradição cultural, especialmente no que toca às relações sociais e políticas de governo e de Estado profundamente influenciadas pela tradição religiosa, desde há muitos séculos.

---

[117] Ver PARLAMENTO EUROPEU, *Directiva 2011/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 2011, que Estabelece Normas Relativas às Condições a Preencher pelos Nacionais de Países Terceiros ou por Apátridas para Poderem Beneficiar de Protecção Internacional, a um Estatuto Uniforme para Refugiados ou Pessoas Elegíveis para Protecção Subsidiária e ao Conteúdo da Protecção Concedida*, Jornal Oficial da União Europeia, Estrasburgo, 2011, disponível www.eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011L0095&from=PT (europa.eu) [20.10.2022].

[118] Cf. Ana Rita GIL, *op. cit.*, p. 246.

[119] Idem, p. 246.

[120] Cf. Júlio Rodrigues COELHO NETO, *Dignidade Social: Direitos Fundamentais e as Fronteiras da Atividade Prestacional do Estado*, 2014, 564f., Tese (Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016, p. 25, disponível em https://repositorio.ul.pt/handle/10451/25140?mode=full [8.9.2022].

Como assinala Jorge Miranda, «[p]or circunstâncias históricas de vária índole, a ligação jurídico-positiva entre direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana só começa com os grandes textos internacionais e as Constituições subsequentes à segunda guerra mundial», para além de apontar o facto de que a afirmação da dignidade da pessoa humana deve-se à tradição cristã, como é devida a Immanuel Kant a sua transposição ou transfiguração na filosofia política[121].

À falta de um conceito uniforme e com o potencial de ser aceito por todos os Estados, o princípio vai adquirindo forma e conteúdo na proporção em que as normas de direitos humanos, as instituições e políticas públicas são geradas e implementadas em todas as regiões do globo, com variantes regionais e condicionantes de ordem política e cultural.

Assim, a dignidade da pessoa humana se faz presente nos principais textos de direito internacional de direitos humanos, mesmo em face o vácuo conceitual e das complexas relações entre os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas.

Por si mesma, a ideia de uma dignidade inerente à pessoa humana, de dimensão universal, permeia as leis e instituições de proteção aos direitos fundamentais dos indivíduos, independentemente de gênero, idade, raça, religião ou qualquer outro fator identitário.

Embora inexata, a dignidade da pessoa humana constitui-se o «valor-princípio» que legitima o sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Ela imprime o sentido último dos direitos fundamentais e das obrigações estatais correspondentes, como também se constitui o objetivo declarado do sistema universal de proteção dos direitos humanos.

Consequentemente, é suposto que os Estados adotem medidas governamentais assentadas na ideia da dignidade como pressuposto de valorização do ser humano, por forma a justificar todos os meios necessários à promoção de uma existência digna a todas as pessoas[122].

Versando os antecedentes normativos do sistema onusiano de direitos humanos, Dan Plesch menciona que em 1941, no auge da 2ª Guerra Mundial, EUA e Reino Unido assinaram a Carta do Atlântico, documento político que delineava uma visão do que viria a ser o mundo no pós-guerra, bem assim a conceção a respeito dos valores que deveriam imperar na sociedade reconstruída[123].

---

[121] Cf. Jorge MIRANDA, *Direitos Fundamentais*, 3ª edição, Coimbra, Edições Almedina, 2020, p. 232.

[122] «O princípio da dignidade da pessoa humana emprega ao ordenamento constitucional uma concepção nitidamente antropocêntrica. Assim, todo o texto constitucional, mesmo no que tange a regras de organização e procedimento, deve ser ordenado e interpretado em função do ser humano. Do mesmo modo, qualquer interpretação constitucional que vá de encontro à idéia de dignidade resulta em ofensa não somente a um princípio constitucional específico, mas também ao próprio conceito de Estado Democrático de Direito» (*Vide* Cf. Júlio Rodrigues COELHO NETO, *op. cit.*, p. 71)

[123] «"The President of the United States of America and the Prime Minister, Mr. Churchill, representing His Majesty's Government in the United Kingdom, being met together, deem it right to make known certain common principles in the national policies of their respective countries on which they base their hopes for a better future of the world. First, their countries seek no aggrandizement, territorial or other; Second, they desire to see no territorial changes that do not accord with the freely expressed wishes of the peoples concerned; Third, they respect the right of all peoples to choose the form of

Recentemente, o Reino Unido e os EUA revisitaram os compromissos e valores declarados na Carta do Atlântico de 1941, acrescentando-lhes a dignidade inerente ao ser humano, os direitos humanos e a dignidade do trabalho[124].

---

government under which they will live; and they wish to see sovereign rights and self-government restored to those who have been forcibly deprived of them; Fourth, they will endeavor, with due respect for their existing obligations, to further the enjoyment by all states, great or small, victor or vanquished, of access, on equal terms, to the trade and to the raw materials of the world which are needed for their economic prosperity; Fifth, they desire to bring about the fullest collaboration between all nations in the economic field with the object of securing, for all, improved labor standards, economic advancement, and social security; Sixth, after the final destruction of the Nazi tyranny, they hope to see established a peace which will afford to all nations the means of dwelling in safety within their own boundaries, and which will afford assurance that all the men in all the lands may live out their lives in freedom from fear and want; Seventh, such a peace should enable all men to traverse the high seas and oceans without hindrance; Eighth, they believe that all of the nations of the world, for realistic as well as spiritual reasons, must come to the abandonment of the use of force. Since no future peace can be maintained if land, sea, or air armaments continue to be employed by nations which threaten, or may threaten, aggression outside of their frontiers, they believe, pending the establishment of a wider and permanent system of general security, that the disarmament of such nations is essential. They will likewise aid and encourage all other practicable measures which will lighten for peace-loving peoples the crushing burden of armaments" (Cf. NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, *The Atlantic Charter*, Canadá, 1941, disponível em www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_16912.htm NATO - Official text: 'The Atlantic Charter' - Declaration of Principles issued by the President of the United States and the Prime Minister of the United Kingdom, 14-Aug.-1941) [19.11.2023].

[124] «Today, the President of the United States and Prime Minister of the United Kingdom reaffirm their commitment to work together to realise our vision for a more peaceful and prosperous future. Our revitalised Atlantic Charter, building on the commitments and aspirations set out eighty years ago, affirms our ongoing commitment to sustaining our enduring values and defending them against new and old challenges. We commit to working closely with all partners who share our democratic values and to countering the efforts of those who seek to undermine our alliances and institutions**.** First, we resolve to defend the principles, values, and institutions of democracy and open societies, which drive our own national strength and our alliances. We must ensure that democracies – starting with our own – can deliver on solving the critical challenges of our time. We will champion transparency, uphold the rule of law, and support civil society and independent media. We will also confront injustice and inequality and defend the inherent dignity and human rights of all individuals. Second, we intend to strengthen the institutions, laws, and norms that sustain international co-operation to adapt them to meet the new challenges of the 21ª century, and guard against those that would undermine them. We will work through the rules-based international order to tackle global challenges together; embrace the promise and manage the peril of emerging technologies; promote economic advancement and the dignity of work; and enable open and fair trade between nations. Third, we remain united behind the principles of sovereignty, territorial integrity, and the peaceful resolution of disputes. We oppose interference through disinformation or other malign influences, including in elections, and reaffirm our commitment to debt transparency, sustainability and sound governance of debt relief. So too will we defend key principles such as freedom of navigation and overflight and other internationally lawful uses of the seas. Fourth, we resolve to harness and protect our innovative edge in science and technology to support our shared security and deliver jobs at home; to open new markets; to promote the development and deployment of new standards and technologies to support democratic values; to continue to invest in research into the biggest challenges facing the world; and to foster sustainable global development. Fifth, we affirm our shared responsibility for maintaining our collective security and international stability and resilience against the full spectrum of modern threats, including cyber threats. We have declared our nuclear deterrents to the defence of NATO and as long as there are nuclear weapons, NATO will remain a nuclear alliance. Our NATO Allies and partners will always be able to count on us, even as they continue to strengthen their own national forces. We pledge to promote the framework of responsible State behaviour in cyberspace, arms control, disarmament, and proliferation prevention measures to reduce the risks of international conflict. We remain committed to countering terrorists who threaten our citizens and interests. Sixth, we commit to continue building an inclusive, fair, climate-friendly, sustainable, rules-based global economy for the 21ª century. We will strengthen financial stability and transparency, fight corruption and illicit finance, and innovate and compete through high labour and environmental standards. Seventh, the world has reached a critical point where it must act urgently and ambitiously to tackle the climate crisis, protect biodiversity, and sustain nature. Our countries will prioritise these issues in all our international action. Eighth, we recognise the catastrophic impact of health crises, and the global good in strengthening our collective defences against health threats. We commit to continuing to collaborate to strengthen health systems and advance our health protections, and to assist others to do the same» (Cf. THE UNITED STATES FEDERAL GOVERNMENT, *The New Atlantic Charter*, Washington, 2021, disponível em https.//www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/10/the-new-atlantic-charter/ The New Atlantic Charter | The White House) (destaques nossos) [19.11.2023].

Ainda nos anos 1940, 26 Estados (depois, mais 19) oponentes do eixo Alemanha-Itália-Japão e seus aliados assinaram a Declaração das Nações Unidas de 1942[125]. Publicada três semanas depois do bombardeamento japonês à base naval americana em Pearl Harbor, e cinco anos antes da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Declaração das Nações Unidas foi «a primeira expressão multinacional destes valores [dos Aliados]», nas palavras de Dan Plesch[126]. Nela foram incorporados valores de preservação dos direitos humanos e da justiça interna e internacional e de observância à Carta do Atlântico de 1941.

Após o término da 2ª Guerra Mundial, promulgou-se a Carta das Nações Unidas (1945)[127], na qual se erigiu a dignidade da pessoa humana ao *status* de pressuposto jurídico, político e filosófico da resolução comum a todos os povos de evitar o flagelo da guerra, sobretudo os crimes perpetrados pelo regime nazi[128].

Compreende-se, então, por que motivo o princípio da dignidade da pessoa humana inscrito na Carta das Nações Unidas deve ser interpretado, inicialmente, como uma reação ao profundo aviltamento do gênero humano que as guerras europeias desencadearam.

Neste sentido, era urgente sensibilizar a opinião pública mundial quanto à legitimidade de instrumentos e organizações internacionais que unissem todos os Estados no sentido da paz internacional duradoura. Por sua vez, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada por meio da Resolução AGNU nº 217 (III), de 1948, reconhece a dignidade da pessoa humana como valor inerente e inalienável do ser humano[129], fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo[130].

A Declaração teve o propósito de servir como um alerta pungente para o resultado da ausência de limites à conduta dos Estados, nas suas relações mútuas como no exercício do poder sobre os indivíduos sujeitos à sua jurisdição. Ultrapassar estes limites, para além de uma transgressão à ordem

---

[125] Ver GOVERNMENT OF THE UNITED KINGDOM, *Declaration by The United Nations, done at Washington on January 1, 1942, with Related Documents*, disponível em https://treaties.fcdo.gov.uk/data/Library2/pdf/1942-TS0005.pdf [20.11.2023].

[126] Ver Dan PLESCH, *Os Direitos Humanos Depois de Hitler: A História Perdida da Acusação dos Crimes de Guerra do Eixo*, 1ª. Edição, Temas e Debates-Círculo de Leitores, Lisboa, 2018, p. 23 (interpolação nossa).

[127] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas*, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htmD19841 (planalto.gov.br) [3.9.2022].

[128] A 2ª Guerra Mundial é mencionada expressamente nos artigos 53, nº 2 e 77, nº 1, alínea b). A palavra «guerra», como substantivo, é dita apenas duas vezes, uma no Preâmbulo e outra no artigo 107 da Carta das Nações Unidas.

[129] Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Nova Iorque, 1948, disponível em https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Microsoft Word - Document1 (ohchr.org) [5.9.2022].

[130] *Idem*, art. 1º: «Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade».

internacional, claramente delineada e sem concessões, e cabível em situação de paz ou de conflito, pode significar a autodestruição da humanidade[131].

Contudo, como bem observou James Brierly ainda nos primórdios da ONU, a lacuna conceitual acerca da dignidade da pessoa humana não foi suprida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pois «[não] sendo um tratado, mas uma simples declaração, a resolução não se destinou a obrigar os Estados que a adoptaram.

No entanto, goza de uma autoridade apreciável como regra matriz dos direitos e das liberdades fundamentais[132]. Como decorrência lógica dos princípios da DUDH foram promulgados diversos instrumentos vinculativos essenciais e inderrogáveis, que compõem o chamado núcleo fundamental e inderrogável de direitos humanos (*core instruments*).

Este epicentro normativo é integrado por convenções internacionais proibitivas de condutas acentuadamente ofensivas à dignidade humana - como a prática de tortura - e de outras que fixam um padrão mais elevado de proteção a determinados grupos de pessoas mais suscetíveis a violações de seus direitos[133].

Tais segmentos mais vulneráveis são as pessoas com deficiência, as crianças, os trabalhadores imigrantes e suas famílias, e os refugiados, estes últimos incluídos em razão da possibilidade de rechaço ou de devolução para o lugar em que estavam a sofrer perseguição ou sendo submetidos a tortura e outros tipos de tratamento desumano ou degradante[134].

A dignidade inerente é também um postulado de fé para os povos das Nações Unidas, ao lado dos direitos fundamentais do homem, enquanto espécie distinta dos animais, do valor da pessoa humana, independente do gênero ou de qualquer outro fator identitário, e da igualdade de direitos de homens e mulheres.

---

[131] «Num regime democrático, pluralista, liberal, há que procurar uma ideia de dignidade aberta a diferentes referências, embora com um núcleo comum irredutível correspondente ao adquirido após a segunda guerra mundial, plasmado na Declaração Universal» (Cf. Jorge MIRANDA, *Direitos Fundamentais*, 3ª edição., Coimbra, Edições Almedina, 2020, p. 232). É do mesmo autor a afirmação de que a dignidade humana pertence à pessoa «portadora de deficiência» e exige a sua inclusão humanitária (*op. cit.*, p. 233).

[132] Ver James L. BRIERLY, *Direito Internacional*, 2ª edição, tradução portuguesa de M.R. Crucho de Almeida, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1967, p. 297.

[133] Ver UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMISSIONER ON HUMAN RIGHTS (OHCHR), *The Core International Human Rights Instruments and Their Monitoring Bodies*, Nova Iorque, 2022, disponível em https://www.ohchr.org/en/core-international-human-rights-instruments-and-their-monitoring-bodies [22.10.2022].

[134] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991, Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*, Brasília-DF, 1991, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm D0040 (planalto.gov.br) [9.9.2022].

A dignidade da pessoa humana interfere em direitos específicos como a liberdade a partir do nascimento (art. 1º) e o direito à existência digna garantida por meios econômicos suficientes para o indivíduo e sua família (art. 23º, nº 3)[135].

Em complemento à DUDH, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PDESC), ambos de 1966, utilizam a expressão «dignidade inerente» nos respectivos Preâmbulos.

O art. 10º, nº 1, do PIDCP estabelece o tratamento digno aos indivíduos privados de sua liberdade, como um direito que lhes assiste e um dever dos Estados, e o art. 13º, nº 1 do PDESC estabelece a dignidade como uma condição a ser alcançada por meio do acesso à educação e da participação da vida social garantidos a todos[136].

Para além das fontes de direito internacional que já mencionamos, a maioria das convenções e declarações (*universal instruments*) que versam direitos humanos reportam-se à dignidade da pessoa humana nos seus preâmbulos e dispositivos[137].

Todavia, existem alguns poucos instrumentos universais que não se referem à dignidade da pessoa humana. Disto são exemplos os seguintes diplomas internacionais: i) Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo por Agentes da Lei [138] e ii) Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado[139].

Importante salientar que República Federativa do Brasil ratificou quase todos os instrumentos fundamentais de direitos humanos, com exceção da Convenção Internacional sobre a Proteção dos

[135] Art. 23º, nº 3: «Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social» (Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Nova Iorque, 1948, disponível em https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Microsoft Word - Document1 (ohchr.org) [5.9.2022].

[136] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992, Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,* Brasília-DF, 1992, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm D0591 (planalto.gov.br), e *Decreto nº 592, de 06 de julho de 1992,* Brasília-DF, 1992, disponível em https://www. www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm D0592 (planalto.gov.br) [12.9.2022].

[137] Ver UNITED NATIONS (UN), *Human Rights Instruments, Core Instruments*, Nova Iorque, 2022, disponível em www.ohchr.org/en/instruments-listings#tab-1 OHCHR | Human Rights Instruments [19.9.2022].

[138] Ver UNITED NATIONS (UN), *Basic Principles on the Use of Force and Firearms by Law Enforcement Officials, adopted on 07 September 1990, by the Eighth United Nations Congress on the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders*, Nova Iorque, 2022, disponível em https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/basic-principles-use-force-and-firearms-law-enforcement [19.9.2022].

[139] Cf. UNITED NATIONS (UN), *Abolition of Forced Labor Convention (nº 105), adopted on 25 June 1957 by General Conference of the International Labour Organisation at its fortieth session*, Nova Iorque, 2022, disponível em https:// www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/abolition-forced-labour-convention-1957-no-105 Abolition of Forced Labour Convention, 1957 (No. 105) | OHCHR [19.9.2022].

Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias, e do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais[140].

3.2. Os sujeitos do direito internacional dos refugiados

O refúgio internacional integra o quadro de obrigações primárias dos Estados-Partes da Organização das Nações Unidas, por forma que a todos incumbe a resolução dos problemas internacionais humanitários, conforme o artigo 1, nº 3, da Carta das Nações Unidas[141].

Tal responsabilidade decorre diretamente da personalidade de direito internacional ilimitada dos Estados. Estes são os entes de Direito Internacional plenos de poderes para gerenciar a circulação nas fronteiras externas e nos espaços territoriais internos.

Por outro lado, os Estados detêm o poder de mobilizar recursos permanentes para prosseguir as estratégias de política interna e externa.

Maria Luísa Duarte ensina que os Estados se caracterizam sobretudo pela natureza soberana dos poderes que exercem, entendendo-se por soberania «o poder político de determinação primária das formas de organização e de representação da comunidade política, incluindo a definição dos meios e procedimentos do exercício dos correlativos poderes de autoridade»[142].

O protagonismo dos Estados na cena internacional, diz-nos a citada autora, é um dos princípios do estatuto jusfundamental da Organização das Nações Unidas (artigo 2º, nº 1, da Carta das Nações Unidas)[143].

Neste sentido, Wladimir Brito lembra que a personalidade jurídica do Estado é «produto de um facto histórico-sociológico e político, a sua soberania. É dela que deriva diretamente a personalidade de qualquer Estado, não sendo, portanto, necessário, qualquer tipo de reconhecimento»[144].

Na doutrina clássica da subjetividade internacional, os Estados são tidos como os únicos com plena capacidade de adquirir direitos e obrigações na ordem internacional, logo, a aptidão para serem

---

[140] Cf. UNITED NATIONS (UN), *Human Rights Instrument: Date into Force*, Nova Iorque, 2022, disponível em indicators.ohchr.org [19.09.2022].

[141] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, Promulga a Carta das Nações Unidas, da Qual Faz Parte Integrante o Anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, Assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, Por Ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas*, Rio de Janeiro, 1945, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htmD19841 (planalto.gov.br) [3.9.2022];

[142] Cf. Maria Luísa DUARTE, «O Estado e os Outros: quem é quem no Direito Internacional», *in* Maria Luísa Duarte, *et al.* (coords.), *Ordem Jurídica Global do Século XXI: Sujeitos e Actores no Palco Internacional*, Lisboa, AAFDUL, 2020, p. 33.

[143] Ver Maria Luísa DUARTE, «O Estado e os Outros: quem é quem no Direito Internacional», *in* Maria Luísa Duarte, *et al.* (coords.), *Ordem Jurídica Global do Século XXI: Sujeitos e Actores no Palco Internacional*, Lisboa, AAFDUL, 2020, p. 33.

[144] Cf. Wladimir Brito, *Direito Internacional Público*, 2ª. edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, p. 307.

sujeitos, e os demais atores, entidades não-estatais e os indivíduos, o objeto das relações jurídicas interestaduais.

Nesse modelo teórico, somente os Estados preenchem os requisitos de «estadualidade», quais sejam, uma população permanente, um território determinado, um governo, e a capacidade de entrar em relação com os demais Estados[145].

Quanto à personalidade jurídica das organizações internacionais, já em 1949 o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) havia reconhecido à ONU a capacidade jurídica de reclamar a reparação dos danos diretamente a si causados: «Ultrapassada a visão mais ortodoxa da subjetividade internacional, o TIJ, no parecer consultivo sobre a reparação de prejuízos causados às Nações Unidas, afirmou que é sujeito de direito internacional aquele que "é capaz de ser titular de direitos e deveres, que tenha a capacidade de exercer esses direitos através da submissão de reclamações de internacionais"»[146].

O parecer consultivo sobre a legalidade da ameaça ou do uso de armas nucleares de 1996, revela o entendimento do TIJ sobre a total capacidade dos Estados para serem titulares de direitos e deveres na ordem internacional: «os Estados são os únicos sujeitos de direito internacional com personalidade jurídica ilimitada, e por isso, todos os outros, incluindo o indivíduo, são titulares de uma posição mais limitada»[147].

As Organizações Internacionais possuem personalidade jurídica internacional, com diferenças de grau e de natureza relativamente aos Estados. E quanto à personalidade jurídica internacional do indivíduo? Este virá a adquirir centralidade e protagonismo a partir de instrumentos próprios do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Consoante Benedita Queiroz, a evolução da personalidade jurídica individual internacional se desdobra em três segmentos: i) a proteção internacional dos direitos humanos: os direitos; ii) a responsabilidade internacional criminal do indivíduo: as obrigações; iii) outros desenvolvimentos: na área do direito internacional humanitário, consular, proteção diplomática, no direito internacional do

[145] Ver Maria Luísa DUARTE, «O Estado e os Outros: quem é quem no Direito Internacional», *op. cit.,* p. 34.

[146] Cf. Benedita Menezes QUEIROZ, «O indivíduo no Direito Internacional: a proteção internacional dos refugiados em tempos de pandemia», *in* Maria Luísa Duarte, *et al.* (coords.), *Ordem Jurídica Global do Século XXI: Sujeitos e Actores no Palco Internacional*, Lisboa, AAFDUL, 2020, p. 534 (itálicos e aspas no original).

[147] Cf. Benedita Menezes QUEIROZ, «O indivíduo no Direito Internacional: a proteção internacional dos refugiados em tempos de pandemia», *op. cit.*, p. 535.

trabalho, na proteção internacional aos refugiados, direito económico internacional, a proteção dos grandes investidores internacionais em face de sanções económicas, etc[148].

Entretanto, Wladimir Brito opina no sentido de que «quanto aos indivíduos, a sua personalidade jurídico-internacional não precisa também de ser reconhecida, pois para ser uma pessoa jurídica internacional, com personalidade, basta que o seja sob o ponto de vista do direito interno do seu Estado de origem[149].

Como é cediço, a personalidade jurídica internacional do indivíduo é muito menos abrangente do que a personalidade jurídica dos Estados e das organizações internacionais. Contudo, o facto de a doutrina internacional reconhecer uma capacidade do indivíduo para adquirir direitos e obrigações internacionais, e portanto, possuir personalidade jurídica de direito internacional, é de relevância imensurável.

Equivale a dizer que o indivíduo suplantou a barreira crítica da condição passiva de beneficiário de ações humanitárias, e alcançou a condição de sujeito de direitos e obrigações previstos em documentos internacionais.

Diante disto, podemos considerar que a fase atual da proteção aos refugiados, principalmente os mais vulneráveis dentre estes, deve muito à mudança qualitativa do *status* do indivíduo, ainda que o pertencimento à jurisdição de um Estado sujeite o indivíduo às leis gerais e à obrigação de respeitar as normas internacionais que o respetivo Estado firmou[150].

Portanto, o reposicionamento do indivíduo no quadro dos sujeitos de direito internacional dos direitos humanos justifica a possibilidade de que reclamação individual por suposta violação aos direitos humanos ampara-se em documentos fundantes, como a Carta das Nações Unidas de 1945, vinculante para os Estados signatários.

Não podemos pensar de modo diverso em relação à Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, em que pese a ausência de vinculatividade formal, que é suplantada pelo

---

[148] Ver Benedita Menezes QUEIROZ, «O indivíduo no Direito Internacional: a proteção internacional dos refugiados em tempos de pandemia», *op. cit.*, p. 544-545.

[149] Cf. Wladimir BRITO, *Direito Internacional Público*, 2ª. edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, p. 309.

[150] «[Durante] muito tempo o entendimento predominante acerca da soberania nacional, a cuja defesa os Estados atribuíam muita importância, teve também o condão de limitar a idéia de promoção e proteção dos direitos das pessoas apenas para as hipóteses em que os direitos dos súditos do próprio Estado estavam em jogo, como nos conflitos armados, constituindo obstáculo para a idéia de que havia direitos universais, pertencentes a todas as pessoas, sem distinção de qualquer espécie e não obstante o lugar onde estejam» (Ver Paulo Henrique Gonçalves PORTELA, 2007, 309f., *Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos: Análise à Luz do Princípio da Prevalência dos Direitos Humanos nas Relações Internacionais do Brasil*, Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará-UFC, Fortaleza, 2007, p. 153, disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12517/1/2007_dis_phgportela.pdf) Microsoft Word - Dissertação - versão final definitiva para impress (ufc.br) [21.11.2022].

reconhecimento do seu *status* de norma de princípio universal de direitos humanos, e portanto, de regra base de todas as funções de competência da Organização das Nações Unidas.

Com maior razão e fundamento um indivíduo ou grupo de indivíduos, titulares de direitos humanos, poderão utilizar os instrumentos dotados de força vinculante, como a Convenção de Genebra Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo à Convenção de 1967, e a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, para fundamentar juridicamente uma reclamação de suposta violação aos direitos humanos perante as instâncias internacionais, atendidas as formalidades que, à evidência, condicionam a defesa destes direitos.

3.3. Os mandatos internacionais de proteção aos refugiados

A organização intergovernamental responsável pela gestão de planos, medidas e negociações intergovernamentais em matéria de populações deslocadas é o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)[151], a qual se reporta diretamente ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

As Diretrizes Internacionais nºs 4[152], 8[153], 9[154] e 13[155], do ACNUR denotam que a deficiência deve ser considerada um fator relevante na decisão de mérito relativamente ao reconhecimento do estatuto de refugiado. Uma vez reconhecida pelo Estado de acolhimento, a deficiência ativará os mecanismos de proteção previstos em normas internacionais.

Ressalte-se, por oportuno, que a própria Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados estabelece no Artigo 24, 1, (b), a obrigação dos Estados-Partes de promoverem o bem-estar social de pessoas com deficiência refugiadas, em condições de igualdade com os nacionais dos Estados de acolhimento e outros imigrantes.

---

[151] Cf. UNITED NATIONS (UN), *General Assembly, Resolution 428 (V), Statute of the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees,* Nova Iorque, 1950, disponível em https://www.unhcr.org/publications/statute-office-united-nations-high-commissioner-refugees Statute of the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees | UNHCR [6.10.2022].

[152] Cf. UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES, *Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status and Guidelines on International Protection Under the 1951 Convention and the 1967 Protocol Relating to the Status of Refugees*, Genebra, 2019, p. 112, disponível em https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees | UNHCR) [27.11.2023];

[153] *Idem*, pp. 149, 155, 158, 161.

[154] *Ibidem*, p. 169.

[155] *Ibidem,* p. 247, disponível em https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees | UNHCR) [27.11.2023].

Embora as citadas Diretrizes sejam aplicáveis somente na fase de mérito das solicitações de refúgio, devem servir como repositórios de interpretação *pro homine* do dispositivo convencional, em nossa opinião, a fórmula mais adequada para resolver os que envolvem os direitos de PCDs solicitantes de asilo/refúgio.

Comecemos pela Diretriz nº 4. Este documento exprime um fundamento *sui generis* para o indeferimento do estatuto de refúgio, levando em conta as características do solicitante e as condições do país no qual a fuga ou deslocamento interno é considerado, no contexto do país em questão, poderia o solicitante ter uma vida normal sem enfrentar dificuldades desproporcionais.

Ademais, também devem ser sopesados os fatores de existência de perseguição pretérita, de segurança e proteção, respeito aos direitos humanos e a possibilidade de subsistência econômica no lugar de acolhimento pretendido.

Importa referir que a deficiência é tida como um dos vetores decisivos para avaliar se o assentamento de um solicitante mais vulnerável em determinada região seria desproporcionalmente difícil, e neste caso, se outra medida diversa do refúgio seria mais adequada para garantir os seus direitos[156].

A Diretriz nº 8 estabelece que a análise de mérito sobre a existência de fundado receio de perseguição, deve sopesar todas as circunstâncias que fragilizamos as crianças com deficiência, em razão do elevação risco de violações de direitos humanos, quer pela ausência de tratamento médico adequado, quer pela discriminação, abusos ou atos de violência por parte de familiares ou da comunidade.

A perseguição pode ser reconhecida também no caso de crianças com deficiência que são excluídas do acesso a direitos econômicos, sociais e culturais (p.ex., o direito à educação), ante a ausência ou insuficiência do registro de nascimento.

A deficiência também deve ser ponderada na avaliação do contexto de pertença a um grupo social minoritário, vítima de perseguição, caso o solicitante seja também uma PCD; de igual modo, o estado mental necessário (*mens rea*) igualmente deve ser levado em conta, no caso de ser o solicitante de refúgio uma criança recrutada para atos criminosos ou de guerra.

[156] Cf. UNITED NATIONS HIG COMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR), *Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status and Guidelines on International Protection Under the 1951 Convention and the 1967 Protocol Relating to the Status of Refugees*, Genebra, 2019, pp. 107-114, disponível em https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees | UNHCR [27.11.2023].

Na fase de coleta de dados do solicitante, em se tratando de criança com deficiência, todos os meios necessários para facilitar a comunicação e a expressão de pontos de vista da própria criança, o quanto possível, devem ser empregues pelos órgãos e agentes migratórios[157].

A Diretriz Internacional nº 9 põe em causa a situação de crianças e adultos «intersexuados», isto é, aquelas que sofrem de distúrbio de desenvolvimento sexual, de origem cromossômica, que exteriormente se manifesta em anatomias atípicas do fenótipo homem/mulher tradicional.

Tais pessoas podem ser sujeitas a perseguição, discriminação e abusos por terem uma deficiência física ou condição mental.

Podem também serem considerados como algo maligno ou parte de feitiçaria, o que em certos contextos sociais acaba pode atingir toda a família.

Nesses casos, a multiplicidade de situações individuais exige dos decisores um olhar atento para cada pedido de refúgio motivado por orientação sexual, dadas as singularidades das pessoas e suas narrativas[158].

Vale referir a existência de outra agência internacional comissionada para a proteção de refugiados, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinianos no Próximo Oriente a *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East* (UNRWA), centrada em promover as condições necessárias ao reassentamento de refugiados palestinianos no Médio-Oriente.

Não é demasiado lembrar que as três grandes religiões monoteístas, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, apresentam reivindicações comuns ligadas à região da Palestina, o que

[157] Cf. UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR), *Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status and Guidelines on International Protection Under the 1951 Convention and the 1967 Protocol Relating to the Status of Refugees*, Genebra, 2019, pp. 145-164, disponível em https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees | UNHCR [27.11.2023].

[158] «Refugee claims based on sexual orientation and/or gender identity often emanate from members of specific sub-groups, that is, lesbian, gay, bisexual, transgender, intersex and queer individuals (usually abbreviated as "LGBT", "LGBTI" or "LGBTIQ"20). The experiences of members of these various groups will often be distinct from one another; and, as noted above at paragraph 4, between members. It is, therefore, essential that decision makers understand both the context of each refugee claim, as well as individual narratives that do not easily map onto common experiences or labels» (Cf. UNITED NATIONS HIG COMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR), *Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status and Guidelines on International Protection Under the 1951 Convention and the 1967 Protocol Relating to the Status of Refugees*, Genebra, 2019, pp. 165-183, disponível em https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees | UNHCR [27.11.2023].

indiscutivelmente acentua os desafios a enfrentar no campo da diplomacia e da política externa mundial gravitantes em torno deste tema[159].

O mandato da UNRWA foi outorgado por Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, na mesma altura em que a recém-criada nação de Israel ingressava no quadro de Estados-membros da entidade[160].

Para além da referência obrigatória às Resoluções imediatamente antecedentes, as Resoluções AGNU nº 194 (III), de 11 de dezembro de 1948, e nº 302 (IV), de 8 de dezembro de 1949 são lembradasa cada renovação do mandato da UNRWA, sendo previsto entre os anos de 2019 e 2023[161].

A Diretriz Internacional nº 13, de 20 dezembro de 2017, enuncia que todas as demais Diretrizes Internacionais, para além de outras Diretrizes e regimes de proteção regionais, devem ser aplicadas ao mandato de proteção da UNRWA, bem como todos os benefícios previstos na Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, na hipótese de a pessoa solicitante enquadrar no segundo parágrafo ´do Artigo 1 (D) da Convenção[162].

Nesta Diretriz nº 13 esmiuçam-se os critérios e procedimentos relativos aos deslocados palestinianos, onde a deficiência é mencionada expressamente como uma das causas que podem determinar a condição de uma pessoa como refugiada sob a cobertura da UNRWA[163].

---

[159] Cf. Gustavo Oliveira Teles de MENEZES *et al.*, «De Trump a Biden: a disputa pela influência dos Estados Unidos nos Balcãs e no Oriente Médio», *in* Sebastião Carlos Velasco e Cruz, e Neusa Maria Pereira Bojikian (orgs,) *De Trump a Biden: Partidos, Políticas, Eleições e Perspectivas*, Editora Unesp, São Paulo, 2021, p. 182, disponível em cepik__brancher_2021_eua_china_trump_biden.pdf (ufrgs.br) [22.9.2022].

[160] Ver UNITED NATIONS (UN), *General Assembly Resolution A/RES/302 (IV), Adopted by the General Assembly on 8 December 1949*, Nova Iorque, 1949, disponível em https://www.insdip.com/pt/uncategorized/4o-periodo-de-sesiones-1949-1950/ 4ª sessão (1949-1950) Assembleia Geral das Nações Unidas - (insdip.com) [5.11.2022].

[161] A última renovação prevê um mandato entre 2019 e 2023 (Cf. UNITED NATIONS (UN), *General Assembly Resolution A/RES/74/83 Adopted by the General Assembly on 13 December 2019*, Nova Iorque, 2019, disponível em https://www.unrwa.org/sites/default/files/resolution_assistance_to_palestine_refugees_a_res_74_83.pdf [6.10.2022].

[162] «Quando esta proteção ou assistência houver cessado, por qualquer razão, sem que a sorte dessas pessoas tenha sido definitivamente resolvida de acordo com as resoluções a ela relativas adotadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas, essas pessoas se beneficiarão de pleno direito do regime desta Convenção» (Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Estatuto do ACNUR*, Genebra, 1951, disponível em www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR Estatuto do ACNUR [16.9.2022];

[163] «The personal circumstances of the applicant are relevant to the determination of whether one of the objective reasons exists to justify the application of the second paragraph of Article 1D. Thus, each claim must be determined on its individual merits, enabling consideration of factors that are specific to the applicant. These personal circumstances may include age, sex, gender, sexual orientation and gender identity, health, disability [...]» (UNITED NATIONS HIG COMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR), *Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status and Guidelines on International Protection Under the 1951 Convention and the 1967 Protocol Relating to the Status of Refugees*, Genebra, 2019, p. 247, disponível em https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees | UNHCR (omissão nossa) [27.11.2023].

Faz-se oportuno ainda referir que grande parte das demandas de apoio humanitário prestado a pessoas em situação de risco humanitário nas jurisdições do ACNUR e da UNRWA é desenvolvido em articulação com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), no contexto de conflitos armados e outras situações de risco humanitário. O CICV é uma organização não-governamental atípica, criada em 1864 por uma associação filantrópica com a finalidade de socorrer população civis e ex-combatentes em contexto de conflitos armados[164].

O mandato da CICV é determinado nas Convenções de Genebra I, II, III e IV, de 1949, no art. 3º comum às quatro Convenções e nos Protocolos I e II, ambos de 1977, e III, de 2005, Adicionais às Convenções de Genebra. O Comitê também avalia o cumprimento pelos Estados dos direitos e deveres dos participantes em hostilidades, de proteção às pessoas e aos bens de qualquer maneira por elas afetados[165].

Conforme o ensino de Maria de Assunção Pereira, a normatização internacional do tratamento dos feridos e doentes em contexto de conflitos armados tem início com a I Convenção de Genebra de 22 de agosto de 1864, à qual se somaram outros princípios em 1868, aplicáveis à guerra marítima.

Nas Conferências da Haia, em 1899 e 1907, aprovam-se os Regulamentos das leis e costumes da guerra em terra (II Convenção de 1899 e IV de 1907), que remetem à Convenção de 1864. Como refere a autora, os diplomas citados destinavam-se a «melhorar a sorte dos militares feridos em campanha»[166].

Em 1929, aprova-se nova Convenção ainda centrada em melhorar as condições dos militares feridos em campanha, no entanto, avanço mais expressivo se vai perceber com a adoção da I Convenção de Genebra para Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha e a II Convenção de Genebra, para Melhorar a Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos das Forças Armadas no Mar, de 12 de agosto de 1949.

---

[164] «[...] a celebração da Convenção de Genebra de 1864 mostra que Dunant conseguiu persuadir, com seu idealismo, os grandes líderes europeus. Em 1876, o Comité Internacional de Socorros e Feridos passa a designar-se Comité Internacional da Cruz Vermelha. E se a preocupação mobilizadora deste movimento começou por se centrar no auxílio aos feridos de guerra, os seus objetivos foram-se alargando, levando à celebração de mais e mais instrumentos convencionais, mantendo a Cruz Vermelha um papel decisivo na sua elaboração» (*Vide* Maria Assunção do Vale PEREIRA, *Noções Fundamentais de Direito Internacional Humanitário*, 1ªedição, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 8 e 9) (omissão nossa).

[165] Maria Assunção do Vale PEREIRA ensina que os modelos-tipo de acordos de sede a celebrar com o CICV lhe atribuem estatuto análogo às organizações intergovernamentais. Embora controversa, diz a autora, reconhece-se «a personalidade jurídica internacional a este organismo, como tem sido reconhecido por diferentes organizações internacionais e Estados (Cf. Maria Assunção do Vale PEREIRA, *Noções Fundamentais de Direito Internacional Humanitário*, *op. cit.*, p. 122).

[166] Cf. Maria de Assunção do Vale PEREIRA, *Noções Fundamentais de Direito Internacional Humanitário*, 1ªedição, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, p. 289.

Maria de Assunção Pereira assinala o facto de que estas Convenções não explicitam «o sentido a dar aos termos *feridos, doentes e náufragos*, senão aquele que se deve entender "de acordo com o sentido comum dos termos", como é regra afirmada no nº 1 do artigo 31 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados, de 1969» (aspas suspensas no original)[167].

A proteção aos militares feridos será desenvolvida no Título II do I Protocolo Adicional, no II Protocolo Adicional e com recurso ao artigo 3º comum às 4 Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, estender-seá- aos militares atingidos por conflitos internos[168].

O artigo 30 da III Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949 Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra determina os cuidados de higiene e assistência que devem ser dedicados aos prisioneiros de guerra com enfermidade grave, ou cujo estado exija tratamento especial, intervenção cirúrgica ou hospitalização.

São asseguradas facilidades especiais (segundo a CDPD, estas poderiam ser interpretadas como sendo as «condições razoáveis de adaptação e de acessibilidade»), para os «inválidos», em especial os prisioneiros invisuais (cegos).

Prescreve-se o direito ao tratamento médico, de preferência feito por profissionais da mesma nacionalidade do paciente. O direito a próteses dentárias e óculos merece uma regulação específica nesta III Convenção[169].

Os Anexos I, II e III à III Convenção revelam-se de importância crucial para a definição da natureza e grau das doenças e ferimentos dos prisioneiros, e com base nestes critérios, se devem ser repatriados diretamente ou se podem permanecer em tratamento como prisioneiros.

O Anexo III é singularmente relevante, em razão da matéria de que trata: o custeio externo das necessidades dos prisioneiros de guerra, nomeadamente por via de doações . O Anexo III é singularmente relevante, em razão da matéria de que trata: o custeio externo das necessidades dos prisioneiros de guerra, nomeadamente por via de doações[170].

Por sua vez, a IV Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, Relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra, estabelece medidas específicas para as pessoas «inválidas» nos Artigos: 14

---

[167] «Regra essa que só cede no caso de as partes pretenderem dar sentido particular a determinado termo, como decorre do nº 4 da mesma disposição» (Cf. Maria de Assunção do Vale PEREIRA, *Noções Fundamentais de Direito Internacional Humanitário*, 1ªedição, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 290-291).

[168] *Idem*, *op. cit.*, p. 291.

[169] Ver COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, *As Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949*, Referência, Genebra, 1949, p. 99-100, disponível em https.//www.icrc.org/pt/publication/convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949 [27.11.2023].

[170] Cf. COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, *As Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949*, *Referência*, Genebra, 1949, pp. 143-150, disponível em https.//www.icrc.org/pt/publication/convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949 [27.11.2023].

(Zonas e Localidade Sanitárias e de Segurança); 16 (Feridos e enfermos; I. Proteção geral); 17 (II. Evacuação), 18 (III: Proteção aos hospitais); 20 (V. Pessoal dos hospitais); 21 (VI. Transportes terrestres e marítimos), 22 (VII. Transportes aéreos); 98 (Recursos financeiros e contas individuais); 127 (Transferência de internados); 132 (Durante as hostilidades ou durante a ocupação)[171].

Chama-nos a atenção o facto de o artigo 44 da IV Convenção de Genebra estabelecer uma cláusula protetiva, para os refugiados que não estiverem de facto sob a proteção de nenhum governo. Estes não devem ser tratados como inimigos pela Potência detentora, exclusivamente com base em sua subordinação jurídica a um Estado inimigo[172].

4. Os sistemas regionais de proteção aos direitos humanos

Criados por iniciativa de Estados pertencentes às macrorregiões continentais, os sistemas interamericano, africano e europeu de proteção aos direitos humanos efetivamente exercem funções como instâncias consultivas e/ou judiciais dos Estados-Partes das respetivas Convenções de Direitos Humanos: a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a Carta Africana dos Direitos Humanos e a Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (CEDH).

Um dos argumentos favoráveis aos sistemas regionais assenta na presunção de que as afinidades regionalizadas facilitam o diálogo político e a cooperação entre os Estados, tendo em vista os comuns interesses de desenvolvimento[173].

Não obstante, veremos que foi a Guerra Fria a mola propulsora da formação dos blocos regionais, como também o fenômeno da descolonização em África. As tensões persistentes entre os países do ocidente, liderados pelos EUA e NATO, e a leste pela URSS e aliados do Pacto de Varsóvia também contribuíram decisivamente para o acirramento da desconfiança dos países asiáticos e árabes e o seu consequente distanciamento da proposta onusiana de reconhecimento dos direitos humanos nos termos da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

Aliás, a ideia de um quadro único de direitos de todos os seres humanos pareceu a muitos Estados uma expressão homogeneizante das grandes potências nos campos econômico e político, para

[171] Cf. COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, *As Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949*, *Referência*, Genebra, 1949, pp. 143-150, disponível em https.//www.icrc.org/pt/publication/convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949 [27.11.2023].

[172] *Ibidem*, p. 174.

[173] Cf. Bárbara Correia Florêncio SILVA *et al.*, «Os sistemas regionais de proteção dos Direitos Humanos», *Equidade, Politize e Civicus*, Instituto Mattos Filho, 2021, s.p., https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/sistemas-regionais-de-direitos-humanos/Os Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos | Politize! [6.10.2022].

além de um subterfúgio de carácter ideológico e cultural, substitutivo da estratégia de expansão territorial.

Por um lado, os Estados signatários da Carta das Nações Unidas tinham ciência do significado da sua adesão a um projeto de comunidade universal de nações, qual seja, o reconhecimento da personalidade jurídica internacional da Organização das Nações Unidas, instância na qual todos os Estados teriam voz e voto, com a mesma deferência[174].

Apesar disto, não houve unanimidade duradoura quanto à proposta de uma única fonte de valores universais. Na altura, havia Estados que desejavam expandir sua influência internacional, por forma que alinhar-se a qualquer dos lados antagônicos da Guerra Fria não pareceu uma opção estratégica aceitável, tampouco que fosse a única opção.

Marina de Mendonça faz-nos lembrar de que na altura em que os Estados vencedores do segundo grande conflito mundial articulavam a criação da ONU, abrindo-se portas à adesão geral para outros Estados, começava a ruir a construção geopolítica da África planeada pelas potências da Europa na Conferência de Berlim (1885) especialmente a Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália e Portugal.

A colonização revelou-se demasiado dispendiosa. Afinal, o continente africano naquela altura não tinha infraestruturas de desenvolvimento, ao que se somavam as quase ausentes condições de auto-sustentabilidade das populações locais.

Não demorou muito para que as questões de sobrevivência gerassem conflitos étnicos, por forma que os europeus tiveram de atuação impositivamente com o uso de forças militares. Sintomaticamente, o uso da força exógena gerou o nacionalismo e o consequente movimento independentista africano.

Por outro lado, os europeus entenderam que manter investimentos e boas relações com as regiões africanas descolonizadas poderia ser algo mais vantajoso do que manter um sistema governativo dominante, que desde muito já se encontrava desgastado pela articulação de movimentos nacionalistas de cariz étnico racial, como o pan-americanismo, e de foro religioso, representado mais intensamente pelo movimento pan-islamista[175].

Entre os anos de 1857 e 1980, a África foi oficialmente descolonizada. Contudo, a independência teve um alto custo para muitos Estados africanos. A África é o segundo continente mais

[174] Exceto pelo poder de veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, que cabe exclusivamente aos EUA, Rússia, China, França e Reino Unido, nos termos do artigo 23 (1) da Carta das Nações Unidas.

[175] Cf. Marina Gusmão de MENDONÇA, «A descolonização da África: nacionalismo e socialismo», *Sankofa, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, 2019, p. 118, disponível em https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/158261/153444 [4.11.2022].

populoso do mundo, dividido em mais de 50 países, para além de centenas de tribos e etnias, línguas e dialetos, e apresenta baixos índices de desenvolvimento na maior parte do seu território.

Crises governamentais, problemas climáticos, conflitos armados internos e internacionais, fluxos massivos de refugiados e de deslocados internos, morticínios em larga escala, elevado nível de dependência tecnológica e de investimentos externos têm atrasado o desenvolvimento da região, em que pesem as abundantes riquezas naturais.

No cenário médio-oriental, encerrava-se o período de mandato britânico na Palestina (1917-1947), e assim, a mediação da disputa israelo-palestiniana foi transferida para a ONU. A proposição das Nações Unidas feita no final dos anos de 1940, consiste na criação de dois Estados, um Estado árabe e outro israelense, para além do aspeto mais fraturante, a saber, a repartição de Jerusalém, considerada pelos israelenses a capital administrativa do Estado moderno de Israel e do *Knesset*, o Parlamento israelense[176].

O antagonismo hegemônico da Guerra Fria expandiu-se pelo mundo, moldando a política externa até os anos de 1990. A esperança de estabilização vivida nos anos 1990, logo deu lugar ao estarrecimento.

Após a morte do marechal Tito, a unidade por ele concebida e mantida por meios políticos e militares deu lugar a conflitos étnicos de alta letalidade, vitimando milhares de civis inocentes e combatentes europeus[177].

A seu turno, os Estados sul-asiáticos punham em causa a efetividade de um único sistema de proteção aos direitos humanos, reflexo da visão de mundo universalista e liberal do ocidente industrializado, poderia compatibilizar-se com as leis e costumes herdados das tradições milenares entranhadas em todos os quadrantes sociais.

Ainda na fase embrionária das Nações Unidas, à disparidade econômica entre os dois grandes países anglo-franco-saxões, os Estados Unidos e o Canadá, diante dos vizinhos centro e sul-americanos, somou-se a inspiração socialista soviética para suscitar levantes de tomada de poder (por exemplo, em Cuba), ainda que de um modo geral, até os meados dos anos de 1980, a maior parte dos Estados sul-americanos estivesse de par com os vizinhos do norte.

---

[176] Referimo-nos às Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas 181 (II), A, B e AB, de 29 de novembro de 1947 (divisão territorial da Palestina) e 194 (III), de 11 de dezembro de 1948 (internacionalização de Jerusalém), que podem ser visitadas em www.insdip.com/pt/resoluciones-asamblea-general-nu/ Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas - (insdip.com) [26.9.2022].

[177] A Assembleia Geral das Nações e o Conselho de Segurança das Nações Unidas formularam diversas Resoluções sobre a situação de violações de direitos humanos na ex-Jugoslávia (1992-1995). Destacamos a Resolução 743, de 21 de fevereiro de 1992, que esteve em vigor até a assinatura dos acordos de Dayton (1995), quando essa operação da ONU foi substituída por uma operação da OTAN, denominada IFOR (*Implementation Force*).

Garcia Marques refere que o projecto norte-americano de expansão comercial na América Latina desde século XIX havia utilizado a «proposta de aproximação e colaboração em torno de questões políticas e econômicas entre os países do continente».

Os Estados Unidos patrocinaram as Conferências de Washington de 1889 e 1890, a fim de implementar sua agenda econômica na América Latina, sendo que todas as nações do continente, com exceção do Canadá, foram convidadas a participar do projeto norte-americano relativamente à concretização de objetivos comuns em diversas áreas de interesse da política externa convencional[178].

Este precedente preparou o caminho para intensa movimentação de alta cúpula dos países americanos nos anos de 1890 a 1933, cujo zênite foi a criação da União Pan-Americana, fundada sobre a doutrina do panamericanismo, capitaneada pelos Estados Unidos da América[179].

A 2ª Guerra Mundial mobilizou praticamente todos os esforços norte-americanos em afirmar sua posição de liderança no Velho Mundo. O ano de 1948 assistirá o surgimento da Organização de Estados Americanos, por ocasião da IX Conferência Internacional Americana realizada em Bogotá, na Colômbia.

Ali foram lançados os marcos legais do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e a Carta da Organização dos Estados Americanos, este o documento fundador da Organização dos Estados Americanos (OEA)[180].

A influência do Sistema Interamericano sobre o direito interno dos Estados avançou gradativamente por meio de documentos multilaterais assinados entre os anos de 1969 e 1999[181]. Durante a fase de construção deste sistema regional, os estadunidenses tornaram-se a referência

[178] Ver Guilherme Ramon Garcia MARQUES e William dos Santos MELO, «As conferências internacionais de Estados americanos e o Consenso de Washington: a política externa norte-americana e a criação de uma área de influência na América Latina», *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, vol 6, nº 2, Madri, 2017, p. 130, disponível em https://journals.eagora.org/revSOCIAL/article/view/118 As Conferências Internacionais de Estados Americanos e o Consenso de Washington: a política externa norte-americana e a criação de uma área de influência na América Latina | SOCIAL REVIEW. International Social Sciences Review / Revista Internacional de Ciencias Sociales (eagora.org) [6.10.2022].

[179] «As conferências seguintes - do México, em 1901; do Rio de Janeiro, em 1903; de Buenos Aires, em 1910; de Santiago, em 1923; de Havana, em 1928; de Montevidéu, em 1933; de Lima, em 1938; de Bogotá, em 1948; e de Caracas, em 1954 - procuraram aperfeiçoar essas modalidades de cooperação, cujos objetivos eram a reorganização da Oficina Comercial das Repúblicas Americanas, o estabelecimento de mecanismos econômicos que facilitassem o desenvolvimento do intercâmbio comercial, a criação de sistemas de comunicação interamericanos e questões referentes a recursos naturais (*Idem*, *op. cit.*, p. 130).

[180] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, *Convenção Americana sobre Direitos Humanos: Anotada com a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos*, 2ª edição, Brasília, 2022, disponível em https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaInternacional/anexo/STF_ConvencaoAmericanaSobreDireitosHumanos_SegundaEdicao.pdf Convenção Americana sobre Direitos Humanos (stf.jus.br) [28.9.2023].

[181] Cf. Alan BOETTGER, *A Efetividade do Sistema Interamericano de Direitos Humanos à Luz da Teoria da Interconstitucionalidade*, 2021, 157f., Dissertação (Mestrado em Direito da União Europeia), Escola de Direito da Universidade do Minho-UMINHO, Braga, 2021, p. 87, disponível em repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/74663 Universidade do Minho: A efetividade do Sistema Interamericano de Direitos Humanos à luz da teoria da interconstitucionalidade (uminho.pt) [6.10.2022].

incontestável de âmbito regional, pois de facto conseguiram difundir suas crenças econômicas e culturais em boa parte da América latina.

Apesar desta vantagem teórica e de contar como membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) os trinta e cinco Estados independentes do continente americano, nem todos ratificaram a Convenção Americana dos Direitos Humanos de São José da Costa Rica (1969), alguns o fizeram com reservas ao reconhecimento das competências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos[182].

Com efeito, mesmo no ambiente da Organização das Nações Unidas no qual todos os Estados-Partes têm voz e voto, a força política e o poder decisório não se distribuem equanimemente, nomeadamente no que se refere à intervenção justificada da comunidade dos Estados nos assuntos de soberania interna e na interpretação comum dos postulados universais de direitos humanos.

Os sistemas regionais compartilham diferenças e semelhanças, como bem assinala Christof Heyns[183], mas em geral seguem o modelo do sistema onusiano: um tratado constitutivo, uma declaração de direitos humanos, um ou mais órgãos de monitoramento e uma instância de julgamento, exceto o sistema europeu, que não conta mais com uma Comissão, quer para admissão prévia quer para consulta, sendo hoje exclusivamente judicial[184].

Julgamos que os sistemas regionais foram projetados para garantir o respeito às afinidades que têm entre si os países de um determinado continente. No plano conceitual, a proposta teria em vista a

[182] O Brasil depositou o instrumento de ratificação da Convenção em 1992 e reconheceu as competências consultivas e contenciosas da CIDH e da CtIDH em 1998: «"Brazil: (Interpretative declaration made at the time of adhesion) The Government of Brazil understands that Articles 43 and 48, (D) do not include the automatic right of on site visits and inspections by the Inter-American Comission of Human Rights, which will depend on the express consent of the State. by the Inter-American Commission of Human Rights, which will depend on the express consent of the State. Reconocimiento de Competencia – "The Government of the Federative Republic of Brazil declares its recognition as binding for an indefinite period of time, ipso jure, of the jurisdiction of the Inter-American Court of Human Rights on all matters relating to the interpretation or application of the American Convention on Human Rights, according to Article 62 of that Convention, on the condition of reciprocity, and for matters arising after the time of this declaration"» (Ver ORGANIZATION OF AMERICAN STATES (OAS), *American Convention on Human Rights "Pacto of San Jose, Costa Rica (B-32), Signatories and Ratifications*, São José da Costa Rica, 1969, disponível em https://www.oas.org/dil/treaties_B-32_American_Convention_on_Human_Rights_sign.htm :: Multilateral Treaties > Department of International Law > OAS ::)[19.11.2023].

[183] Cf. Christof HEYNS, *et al.*, «Comparação esquemática dos sistemas regionais de direitos humanos: uma atualização», tradução brasileira de Luís Reyes Gil, *Sur-Revista de Direito Internacional*, vol. 3, nº 4, 2006, p. 161, disponível em https://www.scielo.br/j/sur/a/3ZJXknHLtRjyKm6krvqr85M/?format=pdf&lang=ptSUR4-PORTUGUES-MIOLO (scielo.br) [19.9.2022].

[184] O Protocolo nº 11 (1994) à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, oficialmente, Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, extinguiu a Comissão Europeia dos Direitos, fundindo-a ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, e retirou do Comité de Ministros a atribuição residual decisória. Assim, hoje o sistema é completamente judicial. O indivíduo ganhou, por força do Protocolo nº 11, o direito de petição individual «como sujeito de direito internacional com capacidade jurídica plena» (Cf. Filipa Aragão HOMEM, *O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e o Sistema de Proteção de Direitos Fundamentais Nacional: Estudo sobre a Aplicação do Princípio da Subsidiariedade no Caso Português*, Coimbra, Edições Almedina, 2019, p. 29).

adoção de decisões, normas e políticas comuns sobre direitos humanos mais próximas das singularidades regionais do que as decisões de âmbito global[185].

Por norma, a jurisdição das cortes regionais rege-se pelo princípio da subsidiariedade em relação às jurisdições dos Estados, o que se constitui o óbice perentório à atuação das cortes como órgãos de substituição originária ou recursal das jurisdições dos Estados-Partes.

Assim também a longa duração de um feito judicial não autoriza o acionamento da jurisdição das Cortes dos sistemas regionais. Estas não possuem competência judicial plena e não se posicionam como instâncias recursais dos órgãos judiciais dos Estados.

Sua atuação pauta-se no princípio da subsidiariedade ou complementaridade da jurisdição internacional, o que exige primeiro que o queixoso apresente a causa em todos os órgãos judiciários e que estes tenham proferido uma decisão.

Ainda em atenção ao princípio da subsidiariedade da jurisdição regional em face das jurisdições dos Estados-Partes, exige-se que a parte comprove o exaurimento de todos os recursos previstos na lei nacional[186].

No fundo, as cortes regionais de direitos humanos declaram a sua interpretação a respeito de uma suposta violação aos direitos humanos somente quando se evidencia, de modo inequívoco, a ação ou a omissão de agente ou de agência de um Estado, com o potencial de causar dano aos direitos humanos convencionados, ou que efetivamente o tenha causado[187].

O acionamento da jurisdição das Cortes realiza-se por meio de denúncias ou queixas[188], em que pessoas individuais ou coletivas solicitam alguma providência acautelatória em face de intervenções estatais.

---

[185] A existência de sistemas regionais de direitos humanos permite adotar mecanismos de cumprimento que se coadunam melhor com as condições locais do que o sistema de proteção global, universal. Uma abordagem mais judicial do cumprimento pode ser apropriada, por exemplo, a uma região como a Europa, enquanto uma abordagem que abra espaço também para mecanismos não judiciais, como comissões e revisão de pares, pode ser mais apropriada a uma região como a África. O sistema global não tem essa flexibilidade» (Cf. Christof HEYNS *et al.*, *op. cit.,* p. 162, disponível em https://www.scielo.br/j/sur/a/3ZJXknHLtRjyKm6krvqr85M/?format=pdf&lang=ptSUR4-PORTUGUES-MIOLO (scielo.br)) [19.9.2022].

[186] «A Corte Interamericana de Direitos Humanos [...] em função de sua natureza de tribunal internacional, está fundamentada no auto reconhecido princípio da subsidiariedade, cuja dimensão substancial caracteriza-se pela atribuição de deferência aos Estados que ratificaram a CADH para desenvolver o conteúdo dos direitos convencionais» (omissão nossa) (Cf. Breno Baía MAGALHÃES, *Pluralismo Constitucional Interamericano: A Leitura Plural da Constituição de 1988 e o Diálogo entre O Supremo Tribunal Federal e A Corte Interamericana de Direitos Humanos*, 2013, 385f., Tese (Doutoramento em Direito), Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará-UFPA, Belém, 2013, p. 173, disponível em http://repositorio.ufpa.br/ /jspui/bitstream/2011/7497/1/Tese_PluralismoConstitucionalIntramericano.pdf. RIUFPA) [26.9.2022].

[187] «Assim, em primeira linha, a tarefa de respeitar e proteger os direitos humanos dos seus cidadãos incumbe, pois, aos próprios Estados, através da acção dos seus tribunais ou de outras autoridades nacionais» (Ver Filipa Aragão HOMEM, *O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e o Sistema de Proteção de Direitos Fundamentais Nacional: Estudo sobre a Aplicação do Princípio da Subsidiariedade no Caso Português*, *op. cit.*, p. 47).

[188] O artigo 47 do Regulamento do TEDH estabelece os requisitos formais da apresentação de queixas. Isso porque cerca de 90% das queixas (de Portugal) são rejeitadas liminarmente por não terem sido feitas na forma regulamentar. Esta informação é conferível em TRIBUNAL EUROPEU DOS

Contudo, os sistemas africano e interamericano adotam uma fase de admissibilidade prévia à aceitação das reclamações, que se processa perante as respectivas Comissões de Direitos Humanos.

Uma vez apresentada a queixa necessariamente a Comissão a apreciará. Se for admitida, então a Comissão a remete para Corte, com ou sem recomendação de que se apliquem medidas cautelares suspensivas de atos normativos ou administrativos violadores de direitos humanos, bem como a restauração ao *status quo ante* ou, sendo impossível fazê-lo, a cominação de reparações indemnizatórias[189].

No sistema europeu é o próprio TEDH quem aprecia diretamente as queixas, sem a intermediação de outro órgão, sendo lícito ao Tribunal a aplicação de medidas cautelares dirigidas aos Estados ou reparações razoáveis[190].

O sistema europeu tem produzido imenso volume de jurisprudência, proporcionalmente ao número elevado de queixas que processa e julga durante todo o ano[191]. Já as cortes regionais africana e interamericana julgam por ano um número de feitos bem menor que a congênere europeia.

Os juízes do TEDH trabalham em regime de tempo integral e exclusivamente dedicado às funções pretorianas. Mas os juízes africanos e interamericanos devem pôr-se à disposição das respectivas Cortes para o trabalho em tempo integral, somente nos períodos em que são marcadas as sessões de julgamento.

Em todos os casos, os magistrados se sujeitam a vedações genéricas quanto ao exercício de atividades incompatíveis com o cargo de juiz, como também a incompatibilidades específicas para o exercício cumulativo de funções públicas[192].

DIREITOS HUMANOS, «Como apresentar devidamente uma queixa», tradução oficial para a língua portuguesa, 2022, disponível em https://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=applicants/por&c= Applicants Portuguese (coe.int) [26.9.2022].

[189] Cf. Christof HEYNS *et al.*, *op. cit.*, p. 166, disponível em https://www.scielo.br/j/sur/a/3ZJXknHLtRjyKm6krvqr85M/?format=pdf&lang=ptSUR4-PORTUGUES-MIOLO (scielo.br) [19.9.2022].

[190] Ver TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS, *Regulamento do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, artigo 39º*, Secretaria do Tribunal, 2020, disponível em https://dgpj.justica.gov.pt/Portals/31/GRI/2020.03.01_Regulamento%20TEDH_vclean.pdf2020.03.01_Regulamento TEDH_vclean.pdf (justica.gov.pt) [5.11.2022].

[191] Cf. Christof HEYNS *et al.*, *op. cit.*, p. 164.

[192] Cf. Christof HEYNS *et al.*, *op. cit.*, p. 165. O Regulamento Interno do Tribunal Africano pode ser visitado no *link* https://www.african-court.org/wpafc/wp-content/uploads/2021/04/Rules-Final-Revised-adopted-Rules-eng-April-2021.pdfRules-Final-Revised-adopted-Rules-eng-April-2021.pdf (african-court.org) [27.9.2022]. Já o Regulamento da Corte Interamericana pode ser consultado no *link* https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/v.estatuto.corte.htmEstatuto da Corte IDH (oas.org) [27.9.2022].

4.1. Os sistemas africano, interamericano e europeu de proteção aos refugiados

4.1.1. Deslocados internos e pessoas com deficiência: o sistema africano

Em linhas gerais, os princípios da proteção aos refugiados são gizados nas normas fundantes do sistema universal de direitos humanos. Primeiramente, a Carta das Nações Unidas de 1945 que compromete os Estados-Membros da ONU no sentido do respeito aos direitos humanos[193]; depois, a Declaração Universal do Direitos do Homem, de 1948, e finalmente, a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967.

Contudo, tais enunciados foram sujeitos à (re)interpretação regionalizada e posteriores codificações, adaptadas às singularidades das regiões continentais do globo.

No continente africano, a Organização da Unidade Africana, de 1963, adotou a Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA) que Rege Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África[194], posteriormente, adotou-se a Carta Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos (CADHP), de 1981, que criou a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CoADHP)[195].

Posteriormente, o Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos propiciou a criação do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (TADHP), de 1998[196], dando forma ao sistema de proteção regional aos direitos humanos, sob o mandato da Organização da Unidade Africana (OUA), depois substituída pela União Africana[197].

---

[193] «Artigo 1. Os propósitos das Nações unidas são: [...] 3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião» (Cf REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto n° 19.841, de 22 de outubro de 1945, Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrantes o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência da Organização Internacional das Nações Unidas*, Rio de Janeiro, 1945, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm D19841 (planalto.gov.br) (omissão nossa) [29.12.2023].

[194] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África*, Adis Abeba, 1969, dhttps://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Convencao_Refugiados_OUA.pdfConvenção da Organização de Unidade Africana que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África (acnur.org) [29.12.2023].

[195] Vide AFRICAN COURT ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS (ACHPR), *African (Banjul) Charter on Human and People's Rights*, Nairobi, 1981, disponível em https://www.african-court.org/wpafc/wp-content/uploads/2020/04/AFRICAN-BANJUL-CHARTER-ON-HUMAN-AND-PEOPLES-RIGHTS.pdf [29.12.2023].

[196] Ver TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS (TADHP), *Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos sobre a criação de um Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (TADHP)*, Burkina Faso, 1998, p. 9, disponível em https://www.african-court.org/wpafc/how-to-file-a-case/?lang=pt-pt Apresentação de Petições - African Court on Human and Peoples' Rights (african-court.org) [19.9.2022].

[197] Cf. UNIÃO AFRICANA (UA), *Acto Constitutivo da União Africana*, Lomé, 2000, disponível em https.// www.iri.edu.ar/publicaciones_iri/manual/Doc.%20Manual/Listos%20para%20subir/Africa/carta_unionafricana.pdf [26.12.2023].

Este Protocolo impõe aos Estados a obrigação de proteger as pessoas com deficiência em situação de risco: «Article 12 Situations of Risk States Parties shall: a) Take specific measures to ensure the protection and safety of persons with disabilities in situations of risk, including situations of armed conflict, forced displacements, humanitarian emergencies and natural disasters».

O direito das pessoas com deficiência a uma especial assistência foi reconhecido na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, de 1981[198].

Contudo, será a Convenção da União Africana sobre a Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África, de 2009[199] o primeiro instrumento vinculativo de âmbito regional a enunciar a deficiência como um fator de agravamento da condição de pessoas em deslocamento forçado.

No Preâmbulo da Convenção os Estados-Partes enunciam a ligação do sistema regional africano com o sistema das Nações Unidas, na medida em que citam como fontes do direito internacional a Declaração Universal dos Direitos do Homem e diversos outros instrumentos vinculativos do Direito Internacional dos Refugiados e do Direito Internacional Humanitário.

Some-se a isto que a própria Convenção inscreve no seu artigo 9, nº 2, uma obrigação especial, pelo que «[os] Estados-Partes comprometem-se a [p]restar protecção especial e assistência às pessoas deslocadas internamente com necessidades específicas, nomeadamente [...] *os deficientes físicos ou que sofram de doenças contagiosas*»[200] .

Faz-se mister lembrar que a Convenção de Kampala encontrou subsídios nos Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos da Organização das Nações Unidas (1998), os quais

---

[198] «Article 18: 4. The aged and the disabled shall also have the right to special measures of protection in keeping with their physical or moral needs» (Cf. AFRICAN UNION, *African Charter on Human and Peoples' Rights*, Nairobi, 1981, p. 6, disponível em https:// www.african-court.org/wpafc/wp-content/uploads/2020/04/AFRICAN-BANJUL-CHARTER-ON-HUMAN-AND-PEOPLES-RIGHTS.pdf AFRICAN (BANJUL) CHARTER ON HUMAN AND PEOPLES' RIGHTS (african-court.org) [14.9.2023];

[199] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Convenção da União Africana sobre a Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África*, Kampala, 2009, p. 13 e 14, disponível em www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/convencao_de_kampala.pdf [18.10.2022].

[200] «RECORDANDO a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Convenção de 1948 sobre a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, as quatro Convenções de Genebra de 1949 e os Protocolos Adicionais de 1977, a Convenção das Nações Unidas de 1951, Relativa ao Estatuto dos Refugiados, o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967, a Convenção da OUA de 1969 Regente dos Aspectos Próprios aos Problemas dos Refugiados em África, a Convenção de 1979 sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos de 1981 e o Protocolo a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativo aos Direitos das Mulheres em África de 2003, a Carta Africana dos Direitos e bem-estar da Criança de 1990, o Documento de Adis Abeba sobre Refugiados e a Deslocação Forçada das Populações em África de 1994, e os outros instrumentos relevantes dos direitos humanos das Nações Unidas e da União Africana, e as pertinentes Resoluções do Conselho de Segurança (omissão nossa) (Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Convenção da União Africana sobre a Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África*, Kampala, 2009, disponível em www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/convencao_de_kampala.pdf) [18.10.2022].

vieram a ser adotados como fonte autorizada pela ONU e pelos Estados-Partes da antiga Organização da União Africana, sucedida pela União Africana.

No contexto dos deslocamentos internos africanos, a interconectividade da deficiência e o deslocamento forçado deve ser alvo de ações concretas que tenham como pressuposto o facto de que as pessoas com deficiência, «correm um risco acrescido de verem os seus direitos humanos violados, sofrerem ofensas à sua integridade física e apresentarem outros problemas de protecção»[201].

Os Princípios Orientadores nº 4 e nº 19 dedicam às PCDs em contexto de deslocamento interno os seguintes direitos específicos: i) a garantia de não discriminação em razão de deficiência, de proteção e assistência exigidas pelas suas condições, e um tratamento que tome em consideração as suas necessidades especiais (nº 4); ii) a prioridade para receber tratamento médico, até num grau máximo de exequibilidade e com um mínimo de atraso possível, bem como o acesso aos serviços psicológicos e sociais (nº 19)[202].

Para além da aplicabilidade de âmbito regionalizado, reconhece-se a validade universa dos Princípios Orientadores em Matéria de Deslocações Internas, de 1998[203] e seu Manual de Aplicação dos Princípios Orientadores em Matéria de Deslocações Internas, de 1999[204], o Protocolo sobre Protecção e Assistência a Pessoas Internamente Deslocadas, de 2006 (mais 9 outros protocolos ao Pacto sobre Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos)[205].

Cabe referir brevemente que o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativos aos Direitos dos Idosos em África, de 2016 revela-se uma fonte particularmente avançada, pois promove o entrecruzamento das vulnerabilidades de idade e deficiência. O artigo 13º, 1 a 3

---

[201] Ver GABINETE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COORDENAÇÃO DOS ASSUNTOS HUMANITÁRIOS (OCHA), *Manual de Aplicação dos Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos*, Nova Iorque, 1999, p. 9 disponível em dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_deslocados_internos.pdfPortugese Handbook.doc (dhnet.org.br) [18.10.2022];

[202] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos*, Genebra, 1998, pp. 2 e 5, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Documentos_da_ONU/Principios_orientadores_relativos_aos_deslocados_internos_1998.pdf [18.10.2022].

[203] Os Princípios Orientadores em Matéria de Deslocamento Interno e a Convenção de Kampala estabelecem para os Estados a obrigação de de adotarem medidas específicas de proteção a pessoas deslocadas com deficiência (Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Manual para Parlamentares nº 20 - 2013, Deslocações Interna: Responsabilidade e Acção*, União Inter-parlamentar, Genebra, 2013, pp. 18, 37, 47, 48, 67, 80, 90, 93 e 104, disponível em https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=54226adb4 Manual para Parlamentares N (refworld.org)) [18.10.2022]

[204] Ver GABINETE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COORDENAÇÃO DOS ASSUNTOS HUMANITÁRIOS (OCHA), *Manual de Aplicação dos Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos*, The Brookings Institution, Projecto sobre Deslocação Interna, Nova Iorque, 1999, disponível em dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_deslocados_internos.pdfPortugese Handbook.doc (dhnet.org.br) [18.10.2022].

[205] Ver INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, *Deslocações Internas em África: Um Desafio ao Desenvolvimento*, Genebra, 2010, p. 5, disponível em https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/inline-files/201210-af-internal-displacement-in-africa-development-challenge-thematic-pt.pdf201210-af-internal-displacement-in-africa-development-challenge-thematic-pt.pdf [18.10.2022].

estabelece o dever de os Estados-Partes adotarem legislações e medidas especiais para PCDs idosas, de acordo com os padrões regionais e internacionais, e que tais medidas sejam positivamente levadas a cabo, no âmbito das comunidades de vivência[206].

Falando ainda sobre as pessoas com deficiência em deslocamento interno, os Princípios Orientadores estabelecem critérios de proteção de assistência e proteção e recomendam procedimentos de identificação de pessoas com deficiência e/ou que sofram de alguma doença (como o VIH/SIDA).

Os Princípios também recomendam aos Estados a garantia de que as pessoas deslocadas com deficiência participem dos processos de consulta sobre as medidas de proteção que lhes afetam diretamente, bem como se lhes assegurem o direito de não-discriminação motivada pela deficiência, e o direito de acesso a tratamento médico adequado à deficiência.

A responsabilidade primária de assistir e proteger os internamente deslocados é dos governos nacionais, mas em razão da insuficiência de leis internas dos Estados, a Convenção de Kampala revela-se o instrumento vinculativo mais eficiente para a prossecução de medidas específicas para as pessoas em deslocamento interno mais vulnerabilizadas pela deficiência.

Com efeito, ainda que circunscrita à geografia africana, a Convenção de Kampala é a única fonte de direito internacional regional, com força vinculativa, que entrecruza as vulnerabilidades do deslocamento interno e a deficiência no próprio texto normativo.

Isto porque a Convenção enuncia a titularidade de direitos específicos de proteção, assistência e reabilitação, e imputa às autoridades públicas os respetivos deveres de proteção, para além de criar um regime de responsabilização por negligência das autoridades no exercício de suas competências[207].

4.1.2. Direitos humanos, soberanias e integração regional: o sistema interamericano

Falemos agora a respeito do sistema interamericano de proteção dos refugiados. Em primeiro lugar, ampara-se na Carta das Nações Unidas, de 1945; da Declaração Universal dos Direitos Humanos,

[206] «Artigo 13º Protecção de Idosos com Deficiência Compete aos Estados-membros: 1. Adoptar legislações e outras medidas para proteger os idosos com deficiência; 2. Garantir que as referidas legislações e outras medidas estejam em conformidade com os padrões regionais e internacionais; e 6 3. Garantir que os idosos com deficiência tenham acesso à dispositivos de assistência e cuidados especializados, que satisfaçam as suas necessidades nas suas respectivas comunidades (Ver UNIÃO AFRICANA, *Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos dos Idosos em África*, Adis Abeba, 2016, pp. 5 e 6, disponível em https://au.int/sites/default/files/pages/32900-file-protocol_older_person-p.pdf)[29.12.2023].

[207] Ver INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE (IDMC), *Deslocações Internas em África: Um Desafio ao Desenvolvimento*, Genebra, s. data, p. 6, disponível em https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/inline-files/201210-af-internal-displacement-in-africa-development-challenge-thematic-pt.pdf201210-af-internal-displacement-in-africa-development-challenge-thematic-pt.pdf [18.10.2022].

de 1948; da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951 e seu Protocolo Adicional de 1967.

Devemos considerar também os diplomas regionais de direitos humanos que são a Declaração Americana dos Direitos do Homem, de 1948 e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969. Para além destas normas fundamentais, o sistema é integrado por vinte e um textos, entre convenções, declarações e normas operacionais[208].

A estrutura e o conteúdo das fontes regionais de direitos humanos guardam similaridade com as normas do «núcleo intocável» do sistema onusiano, composto por nove tratados de direitos humanos. Entre estes, destacamos a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, promulgada em 1999[209].

Como já referimos, o sistema interamericano é estruturado primeiramente sobre a Organização dos Estados Americanos (OEA), fundada em 1948, sobre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CtDIH), criadas em 1969. A CDIH é o órgão consultivo da OEA em matéria de direitos humanos, e também o órgão que observa o modo como os Estados-Membros da OEA implementam os tratados e compromissos *soft law* de âmbito regional.

Em 1992, o Brasil reconheceu a CIDH com reservas aos artigos 43 e 48, alínea «d»[210]. Por meio do Decreto Legislativo nº 89, 3 de dezembro de 1998, o Congresso Nacional brasileiro aprovou o reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e em 2002, a Declaração de Reconhecimento da Competência Obrigatória da Corte foi promulgada pelo Decreto nº 4.463, de 8 de novembro de 2002[211].

---

[208] Ver ORGANIZATION OF THE AMERICAN STATES (OAS), *More Rights for More People*, disponível em https://www.oas.org/en/IACHR/jsForm/?File=/en/iachr/mandate/basic_documents.asp OAS:: IACHR :: Basic Documents in the Inter-American System [22.10.2022].

[209] Ver COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, *Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*, Cidade da Guatemala, 1999, disponível em https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/discapacidad.asp [6.11.2022].

[210] «Art. 2° Ao depositar a Carta de Adesão a esse ato internacional, em 25 de setembro de 1992, o Governo brasileiro fez a seguinte declaração interpretativa: "O Governo do Brasil entende que os arts. 43 e 48, alínea "d", não incluem o direito automático de visitas e inspeções in loco da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as quais dependerão da anuência expressa do Estado" (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto n° 678, de 6 de novembro de 1992, Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969*, Brasília-DF, 1992, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htmD678 (planalto.gov.br) (aspas, itálicos e sublinhado no original) [18.10.2022].

[211] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto n° 4.463, de 8 de novembro de 2002*, *Promulga a Declaração de Reconhecimento da Competência Obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Sob Reserva de Reciprocidade, em Consonância com o Art. 62 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José), de 22 de novembro de 1969*, Brasília-DF, 2002, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4463.htmD4463 (planalto.gov.br) [18.10.2022].

Compete à CIDH receber e examinar, em primeira mão, as queixas de particulares contra os Estados, remetendo-as para a CtDIH. Por sua vez, compete à CtDIH o julgamento de possíveis responsabilidades dos Estados-Partes por violações aos direitos humanos praticadas nas respectivas jurisdições. A CIDH e da CtDIH funcionam com base em seus próprios estatutos e regulamentos, e possuem atribuições consultivas da OEA em matéria de direitos humanos[212].

Recentemente, a Comissão IDH publicou a Resolução nº 2/2021, de 24 de outubro de 2021, que, em termos gerais, solicita aos Estados uma postura mais solidária em relação aos deslocados haitianos, especialmente os deslocados com deficiência, no sentido de que sejam elaboradas as «ações e programas com enfoques diferenciados, interseccionais e interculturais, que lhes permitam [aos Estados] atender a discriminação múltipla que pode acentuar os obstáculos e riscos ao desfrute de direitos[...]»[213].

Por meio da mencionada Resolução, a CIDH insta a cada Estado-Parte a «considerar, entre outras questões, a acessibilidade, disponibilidade de informação, interpretação em francês e crioulo e condições de idade e deficiência»[214], e medidas de prevenção contra a «xenofobia, discriminação e formas conexas de intolerância baseadas na origem étnico-racial, gênero, orientação sexual, deficiência, língua ou idioma, situação socioeconômica ou situação de mobilidade humana»[215].

Em termos bastante gerais, a proteção aos refugiados no sistema interamericano de direitos humanos consiste na articulação entre os dispositivos da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967 e as normas imigratórias dos Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos.

Assim, a gestão dos movimentos de refugiados nas Américas se distingue por suas regras próprias adequadas às particularidades sub-regionais, como resultado da integração dos Estados americanos iniciada a partir do final do século XIX.

Eis a razão pela qual a Lei de Refúgio nº 9.474/1997 determina que o Comitê Nacional para os Refugiados deverá interseccionar todo o quadro de normas internacionais, de alcance global, os

---

[212] Todas as fontes normativas, estatutos e regulamentos do sistema interamericano de proteção podem ser consultadas em https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/mandato/dbasicos.asp OEA :: CIDH :: Documentos Básicos em Matéria de Direitos Humanos no Sistema Interamericano (oas.org) [18.10.2022].

[213] Cf. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH), *Proteção das Pessoas Haitianas em Mobilidade Humana: Solidariedade Interamericana*, Resolução nº 2/2021, 2021, p. 6, disponível em https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-2-21-pt.pdf [22.10.2022].

[214] *Idem*, p. 8.

[215] Cf. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH), *Proteção das Pessoas Haitianas em Mobilidade Humana: Solidariedade Interamericana*, Resolução nº 2/2021, 2021, p. 11, disponível em https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-2-21-pt.pdf [22.10.2022].

instrumentos regionais de cooperação e as leis nacionais relativas ao tratamento de estrangeiros residentes no Brasil[216].

Ressalte-se, que a Resolução nº 2, de 24 de outubro de 2021 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) faz remissão direta à Resolução nº 4, de 07 de dezembro de 2019, intitulada *Princípios Interamericanos sobre Los Derechos Humanos de Todas Las Personas Migrantes, Refugiadas, Apátridas y Las Víctimas de La Trata de Personas*.

Neste documento, é dito que as medidas de proteção genéricas aos deslocados internacionais devem ser moduladas em relação a determinados grupos de pessoas mais vulneráveis, como no caso das pessoas com deficiência e aquelas em situação de refúgio, sendo de todo recomendável aplicar-se-lhes regras específicas tendo em linha de conta as desvantagens sociais e as circunstâncias pessoais que obliteram o exercício pleno dos seus direitos[217].

Neste sentido, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CtIDH) já tem decidido que a vulnerabilidade decorrente da deficiência deve ser considerada pelos Estados-Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) por intermédio de medidas específicas de proteção que, em última análise, atenderão as obrigações gerais de respeito e de garantia dos direitos humanos previstas na CDPD[218].

Aliás, a temática imigratória no continente americano foi tratada no Pacto de Los Angeles, quando os Estados ali representados falaram de uma ampla integração para pessoas refugiadas e para pessoas em situação de vulnerabilidade, na forma das respetivas legislações nacionais.

---

[216] O Brasil integra a Comunidade Andina de Nações (como associado), a Conferência Sul-Americana sobre Migrações (CSM), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) (Cf. Mayra Coan LAGO, *Política Migratória Brasileira e Comparada na América do Sul* (e-book), 1ª edição, São Paulo, Missão Paz-Fundação Rosa Luxemburgo, 2021, pp. 182- disponível em https://missaonspaz.org/politica-migratoria-brasileira-e-comparada-na-america-do-sul/ e-Book-Politica-Migratoria-Brasileira-e-Comparada-na-America-do-Sul-Mayra.pdf (rosalux.org.br)) [30.8.2022].

[217] «El umbral de las torturas, tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes es aún menor en los casos de migrantes en situación de vulnerabilidade [...], como [las] *personas con discapacidad, solicitantes de asilo, refugiados y apátridas*» (Cf. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH), *Principios Interamericanos Sobre Los Derechos Humanos de Todas Las Personas Migrantes, Refugiadas, Apátridas y Las Víctimas de La Trata de Personas, Resolución 04/2019*, San José da Costa Rica, 2019, p. 9, disponível em https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Principios%20DDHH%20migrantes%20-%20ES.pdfPrincipios DDHH migrantes - ES.pdf (oas.org)) (itálicos nossos) [6.11.2022].

[218] «A Corte Interamericana considera que toda pessoa que se encontre em situação de vulnerabilidade é titular de uma proteção especial, em virtude dos deveres especiais cujo cumprimento por parte do Estado é necessário para atender às obrigações gerais de respeito e garantia dos direitos humanos. A Corte reitera que não basta que os Estados se abstenham de violar os direitos, mas que é imperativa a adoção de medidas positivas, determináveis em função das necessidades particulares de proteção do sujeito de direito, seja por sua condição pessoal, seja pela situação específica em que se encontre, como a deficiência» (Cf. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, *Resolução no Caso Ximenes Lopes*, São José da Costa Rica, 2023, disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/ximenes_lopes_25_09_23_spa.pdfximenes_lopes_25_09_23_spa.pdf (corteidh.or.cr) [4.10.2023].

Entretanto, as demandas específicas de PCDs em situação de risco humanitário não foi mencionada mais acuradamente na redação do texto final do Pacto[219].

4.1.3. Judicialização dos direitos humanos: o sistema europeu

Tratemos, agora, do primeiro sistema regional de proteção aos direitos humanos, criado em 1959, o sistema europeu de proteção aos direitos humanos. Neste quadro, destaca-se o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), colegiado permanente que acumula funções consultivas junto ao Comitê de Ministros do Conselho da Europa, bem como a competência jurisdicional, na condição de intérprete da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, de 1950.

Teoricamente, os juízes do TEDH poderiam exercer outras funções, desde que compatíveis com as atribuições do cargo, e sem prejuízo às atividades costumeiras do Tribunal[220]. Porém, o volume de casos em tramitação, a partir do início de suas atividades em 1959[221], exige nada menos que a dedicação total dos juízes[222].

Na fundação do sistema europeu dos direitos humanos, sua estrutura abrangia: a Comissão Europeia de Direitos Humanos, formada por especialistas nesse ramo do conhecimento; a Corte Europeia de Direitos Humanos, integrada por juízes, e o Comitê de Ministros do Conselho da Europa. Na altura, a Comissão e a Corte não funcionavam em caráter permanente, e o Comitê de Ministros também exercia a competência judicante, em certas matérias[223].

---

[219] «[...] We support efforts that allow all migrants, refugees, asylum seekers, *and persons in situations of vulnerability* to integrate into host countries and access legal identity, regular status, dignified employment, public services, and international protection, when appropriate and in accordance with national legislation, to rebuild their lives and contribute to those communities [...]» (Cf. UNITED STATES OF AMERICA, *Los Angeles Declaration on Migration and Protection*, Washington, 2022, disponível em Los Angeles Declaration on Migration and Protection | The White House) (omissões e itálicos nossos) [30.9.2023].

[220] Cf. TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS (TEDH), *Regulamento do Tribunal*, artigos Estrasburgo, 2020, disponível em https://dgpj.justica.gov.pt/Portals/31/GRI/2020.03.01_Regulamento%20TEDH_vclean.pdf 2020.03.01_Regulamento TEDH_vclean.pdf (justica.gov.pt) [27.9.2022].

[221] O TEDH já julgou 910.000 lides, entre os anos de 1959 e 2022 (Ver EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem: Um Instrumento Vivo*, tradução portuguesa oficial, Secretariado do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Estrasburgo, 2022, p. 9, disponível em https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/Convention_Instrument_POR The European Convention on Human Rights - A living instrument (Portuguese) (coe.int)) [29.12.2023].

[222] Cf. Christof HEYNS, *et al.*, «Comparação esquemática dos sistemas regionais de direitos humanos: uma atualização», *op.cit.*, p. 165, disponível em https://www.scielo.br/j/sur/a/3ZJXknHLtRjyKm6krvqr85M/?format=pdf&lang=ptSUR4-PORTUGUES-MIOLO (scielo.br) [19.9.2022].

[223] Cf. Ana Lúcia GASPAROTO e José Blanes SALA, «O sistema europeu de proteção dos direitos humanos», *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, Instituto Brasileiro dos Direitos Humanos-IBDH, vol. 15, Fortaleza, 2015, p. 21, disponível em https://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/301 O SISTEMA EUROPEU DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS | Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos (ibdh.org.br) [17.10.2022].

Contudo, os Protocolos nº 11, de 1º de novembro de 1998, e nº 14, de 1º de junho de 2010, ambos à CEDH, alteraram profundamente o sistema de proteção. Desde a edição dos Protocolos, gradativamente o TEDH veio a ser o único órgão competente para examinar queixas individuais de particulares, assim como queixas entre Estados-Membros, introduzidas por um Estado contra outro Estado signatário da Convenção.

Extinta a Comissão, o sistema europeu agora é composto pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, e o Comitê de Ministros do Conselho da Europa, órgão de representação política formado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros de quarenta e seis Estados europeus, incluídos os vinte e seis Estados-Membros da União Europeia[224].

O TEDH possui competências consultivas e judicantes no que pertine à interpretação e ao cumprimento da CEDH e seus Protocolos, por iniciativa do Estados.

Em que pese estar vinculado ao princípio da subsidiariedade em relação às jurisdições nacionais, o TEDH finda por marcar profundamente a interpretação e a aplicação dos direitos humanos em todo o continente europeu, por forma que seus acórdãos adquirem «autoridade própria», como refere Irineu Cabral Barreto[225].

No sistema europeu existe a previsão de um mecanismo de petição direta ao TEDH, permitida para entidades não-estaduais e indivíduos. Já as Cortes Africana e Interamericana exigem que as queixas sejam dirigidas primeiro para as respectivas Comissões, e só depois de feito o exame de admissibilidade os pedidos individuais ou coletivos são encaminhados a instância de julgamento.

Com respeito aos regimes de proteção aos deslocados internacionais, são admitidas três possibilidades: a) a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967; b) a proteção que conferem os sistemas dos tratados internacionais proibitivos de tortura e de outros tratamentos desumanos ou degradantes, em articulação com o artigo 3º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que amplificou o âmbito de aplicação do princípio *non refoulement* do artigo 33 do Estatuto dos Refugiados; c) e a proteção subsidiária prevista no artigo 15º da «Diretiva Qualificação»[226].

---

[224] Ver Ana Lúcia GASPAROTO e José Blanes SALA, «O sistema europeu de proteção dos direitos humanos», *op. cit.* p. 22.

[225] «Contudo, isto não impede que os acórdãos do Tribunal, enquanto interpretam as disposições da Convenção, adquiram uma autoridade própria que se exerce sobre todos os Estados contratantes; é preciso não esquecer que, pela natureza das suas funções, o Tribunal é a instância encarregue de interpretar a Convenção, de acordo com o seu artigo 32º, nº 1 (3), e, como tal, qualificada para fixar o sentido e o conteúdo das noções ali inscritas (Cf. Irineu Cabral BARRETO, «As Relações entre a Convenção, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e as Instâncias Nacionais», Intervenção no 30º Aniversário de Adesão à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa, 2008, p. 5, disponível em (Microsoft Word - Interven\347\343o Conselheiro Cabral Barreto.doc) (stj.pt))[26.9.2022].

[226] Ver PARLAMENTO EUROPEU (PE), *Directiva 2011/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, e 13 de Dezembro de 2011, Que Estabelece Normas Relativas a Condições a Preencher pelos Nacionais de Países Terceiros ou por Apátridas para Poderem Beneficiar de Protecção*

Já a política de asilo da União Europeia fundamenta-se primordialmente: a) nos artigos 18º e 19º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia-CDFUE, de 2000; b) nas reformas aos Tratados da Comunidade Europeia, de 1957, e da União Europeia, de 1992, consumadas em 2007, no seguimento do Tratado de Lisboa; c) nos Regulamentos nº 603/2013 (registro de dados) e nº 604/2013 «Dublin III» (primeiro país de solicitação); d) nas Diretivas 2011/95/EU (qualificação), 2013/32/EU (normas comuns de asilo) e 2013/33/EU (regras de acolhimento).

Em reação à emergência humanitária decorrente do conflito entre Rússia e Ucrânia, a União Europeia passou a enviar provisões para as áreas de maior afluxo de fugitivos da guerra e, na sequência, os Estados membros da UE publicaram regras nacionais de urgência imigratória, como fez a República Portuguesa, por intermédio da Lei nº 67/2003, de 23 de agosto que transpôs a Diretiva 2001/55/CE para o ordenamento jurídico interno[227].

Esta norma foi convocada precisamente para lastrear o regime de proteção temporária para os deslocados ucranianos, dentro do espaço da União Europeia[228].

Conforme ensina Andreia Sofia Pinto Oliveira, as regras fundamentais do direito de asilo em Portugal são orientadas pela Lei nº 27/2008, de 30 de junho, que promove a transposição da primeira geração de Diretivas europeias em matéria de asilo para o ordenamento português.

Em seguida, a Lei nº 26/2014, de 5 de maio que insere na Lei nº 27/2008 a Diretiva 2011/95/UE, de 13 de dezembro finalmente, as Diretivas 2013/32/UE, de 26 de junho, e 2013/33/UE, de 26 de junho[229].

Internacional, a Um Estatuto Uniforme para Refugiados ou Pessoas Elegíveis para Protecção Subsidiária e ao Conteúdo da Protecção Concedida, Jornal Oficial da União Europeia, Estrasburgo, 2011, disponível em www.eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011L0095&from=PT [20.10.2022].

[227] Cf. REPÚBLICA PORTUGUESA, *Portaria 105-A/2022, de 01 de março, da Administração Interna. Segunda alteração à Portaria n.º 1432/2008, de 10 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 225/2020, de 29 de setembro, que aprovou o modelo de título de residência a ser emitido a cidadãos estrangeiros autorizados a residir em território nacional,* Diário da República n.º 42/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-03-01, Administração Interna, Lisboa, 2022, páginas 2-3, disponível em https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/105-a-2022-179804293, Portaria n.º 105-A/2022 | DRE [18.03.2022]. Vert também REPÚBLICA PORTUGUESA, *Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022. Estabelece os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, em consequência dos recentes conflitos armados vividos naquele país.* Diário da República n.º 42/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-03-01, páginas 2 – 3, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 2022, disponível em https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/29-a-2022-179802560 [22.7.2022].

[228] Cf. CONSELHO DA EUROPA (CE), *Decisão de Execução (EU) 2022/382 do Conselho de 4 de março de 2022 que declara a existência de um afluxo maciço de pessoas deslocadas da Ucrânia na aceção do artigo 5º da Diretiva 2001/55/CE, e que tem por efeito aplicar uma proteção temporária*, Estrasburgo, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022D0382&from=PT [22.07.2022].

[229] Citada autora aponta o influxo do Direito da União Europeia no contexto português em matéria de asilo, resumida e apropriadamente: «[e]sta Lei do Asilo é o resultado da europeização das decisões políticas em matéria de asilo» (*Vide* Andreia Sofia Pinto OLIVEIRA, e Anabela RUSSO, *Lei do Asilo, Anotada e Comentada*, Lisboa, Petrony Editora, 2021, p. 13 (interpolação nossa).

De modo bastante diverso do rito brasileiro de incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos[230], o mecanismo constitucional português segue a forma estabelecida nos artigos 8º, números 1 ao 4, e 16º da Constituição da República Portuguesa[231], bem como as regras do Direito da União Europeia.

Com efeito, o direito português articula-se diretamente com o Direito Internacional, o Direito da União Europeia – seus regulamentos, diretivas, decisões, recomendações e pareceres - e o Direito das Organizações Internacionais de que participa a República Portuguesa.

Como um Estado integrado à comunidade dos Estados europeus, Portugal atende à regra básica do artigo 288º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE)[232], e ainda, segundo o processo legislativo que é próprio do Estado português, nomeadamente para a transposição de Diretivas que devem ser integradas por meio de lei[233].

Em 2020, a Comissão Europeia apresentou o projeto de reforma do Sistema Comum Europeu de Asilo (SECA), por meio do documento *Um Novo Pacto em Matéria de Imigração e Asilo*[234].

---

[230] Previsto nos artigos 5º, § 3º, e 60, § 1º a 5º da CF/88 (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília-DF, 1988, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) [10.8.2022].

[231] «[...] Artigo 8.º Direito internacional 1. As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português. 2. As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado Português. 3. As normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que Portugal seja parte vigoram diretamente na ordem interna, desde que tal se encontre estabelecido nos respetivos tratados constitutivos. 4. As disposições dos tratados que regem a União Europeia e as normas emanadas das suas instituições, no exercício das respetivas competências, são aplicáveis na ordem interna, nos termos definidos pelo direito da União, com respeito pelos princípios fundamentais do Estado de direito democrático. [...] Artigo 16.º Âmbito e sentido dos direitos fundamentais. 1. Os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outros constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional. 2. Os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem» (Ver REPÚBLICA PORTUGUESA, REPÚBLICA PORTUGUESA, *Constituição da República Portuguesa*, Lisboa, 2022, disponível em https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx (omissões nossas)[14.7.2022].

[232] Cf. EUROPEAN UNION, *Eur-Lex, Access to European Union law*, «Artigo 288 (ex-artigo 249.º TCE): Para exercerem as competências da União, as instituições adotam regulamentos, diretivas, decisões, recomendações e pareceres. O regulamento tem caráter geral. É obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros. A diretiva vincula o Estado-Membro destinatário quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios. A decisão é obrigatória em todos os seus elementos. Quando designa destinatários, só é obrigatória para estes. As recomendações e os pareceres não são vinculativos» (Ver Cf. EUROPEAN UNION, *Eur-Lex, Access to European Union law*, 2023, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:12016E288 C_2016202PT.01017101.xml (europa.eu) [29.12.2023].

[233] Cf. REPÚBLICA PORTUGUESA, *Transposição de Diretivas*, Direção-Geral das Atividades Económicas, Lisboa, 2022, disponível em www.dgae.gov.pt/servicos/assuntos-europeus/transposicao-de-diretivas.aspx [14.8.2022].

[234] Ver EUROPEAN PARLIAMENT, *Legislative Train Schedule, Revision of the Dublin regulation*, www.europarl.europa.eu/legislative-train/carriage/jd-revision-of-the-dublin-regulation/report?sid=6201disponível em 09 2022 | Promoting our European Way of Life | Revision of the Dublin regulation (europa.eu) [20.10.2022]. Ver tb. CONSELHO EUROPEU-CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, *Reforma do Sistema de Asilo da EU*, Bruxelas, 2022, disponível em https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-migration-policy/eu-asylum-reform/#:~:text=A%20reforma%20do%20Sistema%20Europeu%20Comum%20de%20Asilo,os%20fatores%20de%20atração%20e%20os%20movimentos%20secundáriosReforma do sistema de asilo da UE - Consilium (europa.eu) [22.10.2022].

Para além das regras de uniformização, o Novo Pacto deve viabilizar «[...] o reforço do sistema Eurodac, a consecução de maior um maior grau de convergência no sistema de asilo da União, a prevenção de deslocações secundárias dentro da União e o desenvolvimento de um novo mandato do atual Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO)»[235].

No campo das medidas práticas já adotadas, foi encerrado o mandato do Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo (EASO) que era previsto na Comunicação da União Europeia de 06 de abril de 2016, e suas funções transferidas para a Agência da União Europeia para o Asilo (EUAA)[236].

Para além disso, os objetivos fundamentais da proposta de um Novo Pacto em Matéria de Asilo foram reafirmados, a saber, o fortalecimento das negociacões visando à substituição do Regulamento Dublin, a reforma dos sistemas Eurodac e Triagem, e a elaboração de um procedimento comum de asilo, numa sequência de propostas que foram apresentadas em 2016, 2020 e 2022, ainda sob análise do Parlamento Europeu[237].

4.2. Direitos humanos e refugiados nos países islâmicos e sul-asiáticos

Fundada em 22 de março de 1945 com base no Protocolo de Alexandria de 7 de outubro de 1944, a Liga Árabe oranizou um sistema próprio de proteção aos direitos humanos. As normas basilares deste sistema são a a Declaração do Cairo sobre Direitos Humanos no Islão de 1990, a Declaração Universal Islâmica dos Direitos Humanos de 1981, e a Carta Árabe dos Direitos Humanos de 1994[238].

Nestes documentos é possível identificar uma aproximação estreita com a linguagem da Declaração Universal dos Direitos Humanos, até mesmo na estrutura das normas. Contudo, é perceptível a presença da linguagem islâmica na modulação dos conceitos fundamentais e da substância de direitos humanos, sob uma visão de mundo inspirada nos preceitos da religião dominante.

---

[235] «Cf. PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, *Regulamento Relativo à Agência da União Europeia para o Asilo Que Revoga o Regulamento (UE) nº 439/2010*, Atos Legislativos e Outros Instrumentos, p. 6, Bruxelas, 2021, disponível em https:// data.consilium.europa.eu/doc/document/PE-61-2021-INIT/pt/pdf [5.11.2022].

[236] «Cf. PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, *Regulamento Relativo à Agência da União Europeia para o Asilo Que Revoga o Regulamento (UE) nº 439/2010*, Atos Legislativos e Outros Instrumentos, p. 6, Bruxelas, 2021, disponível em https:// data.consilium.europa.eu/doc/document/PE-61-2021-INIT/pt/pdf [5.11.2022].

[237] Ver CONSELHO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, *Políticas de Migração da EU, Reforma do Sistema de Asilo da EU*, Secretariado-Geral do Conselho, Bruxelas, 2022, disponível em https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-migration-policy/eu-asylum-reform/ [5.11.2022].

[238] Todas os documentos publicados pela Liga Árabe referidos neste parágrafo foram compulsados no sítio https://www.refworld.org/publisher,LAS,,,460a2b252,0.html [22.10.2022].

Neste contexto, as diretrizes de direitos humanos divergem das normas de caráter universal, principiando do que se considera como um indivíduo. No mundo islâmico, o âmbito subjetivo dos direitos está associado estritamente ao pertencimento à comunidade transnacional de crentes maometanos, a *Ummah*[239].

Por outro lado, os direitos humanos no Islão devem constar dos catálogos normativos nacionais, que na sua essência, derivam diretamente ou, quando menos, evitam confrontar o conjunto das leis religiosas islâmicas, a *shari'a*[240].

Entre as fontes de direito islâmico, induvidosamente *shari'a* ocupa o lugar, por ser a matriz do sagrado. Nos países do mundo islâmico[241] *shari'a* é a fonte por excelência da interpretação de todos os assuntos da vida, regra de instrução divina para todos os membros da grande comunidade mundial de crentes, revelada para mostrar-lhes o modo islâmico de viver. Em última análise, é a verdade segundo a revelação de Alá, recebida e transmitida por intermédio de um mensageiro escolhido, o Profeta[242].

Portanto, a visão de mundo e de sociedade que se reflete no entendimento da dimensão dos direitos humanos em geral e a relação com as diversas culturas e nacionalidades exógenas islâmica, no

---

[239] «A Ummah, ou comunidade muçulmana, é um grupo de pessoas de diversas origens, ascendências, locais e nacionalidades. Eles são uma comunidade sem fronteiras unida de uma forma muito real. Embora separados pela distância e muitas vezes limitados por fronteiras, estão unidos. Eles são uma nação ou comunidade unida sob a orientação do Deus Único» (Cf. Ver Aisha STACEY, «O conceito de Ummah no Islam: a definição de Ummah e seu papel no avanço da humanidade», in 2022, disponível em https:// www.islamreligion.com/articles/11312/concept-of-ummah-in-islam/The Concept of Ummah in Islam - The Religion of Islam (islamreligion.com)) [15.9.2022].

[240] «Sharia law is a religious law that lays down governing principles for spiritual, mental, and physical behavior that must be followed by Muslims. Regarded as God's command for Muslims, Sharia law is essentially Islam's legal system. The four primary sources of Sharia Law are: The Quran – The Holy Book conveys Allah's, messages relayed by the Prophet, which are universal and eternal in nature; The Hadith – The Hadith or narrative of the Sunnah of the Prophet constitutes the rules of faith of the Muslim community; Ijma – Ijma contains the opinions of Islam's learned scholars on matters of law; Qiyas – Qiyas is the process of comparing difficult questions of doctrine with similar cases settled by the authority of the Holy Book and Sunnah. (Cf. CORPORATE FINANCE INSTITUTE (CFI TEAM), «Sharia Law: a religious law that lays down principles for spiritual, mental, and physical behavior that must be fllowed by Muslims», 2002, disponível em https://corporatefinanceinstitute.com/resources/knowledge/finance/sharia-law/Sharia Law - Overview, Sources, Principles, Categories (corporatefinanceinstitute.com)[15.9.2022]..

[241] Nos 22 países que compõem a Liga Árabe a maioria religiosa é muçulmana: O árabe é o idioma oficial e tambe a língua de ensino da tradição corânica (Ver THE ARAB LEAGUE, Council on Foreign Relations, Cairo, 2023, disponível em https://www.cfr.org/backgrounder/arab-league [14.01.2024].

[242] «No entanto, cumpre chamar a atenção desde logo para a diferença entre o direito islâmico clássico e as ordens jurídicas estatais dos países islâmicos. O direito islâmico é uma ordem jurídica religiosa, cujas fontes mais importantes são consideradas sagradas e, por conseguinte, insuscetíveis de alteração por meio de processo democrático. Em contrapartida, as ordens jurídicas estatais contêm programas próprios (constituições, leis, regulamentos administrativos), distintos daqueles reconhecidos pela tradição. Embora sejam diferentes, essas ordens jurídicas estão vinculadas indissociavelmente, seja porque os textos constitucionais incorporam a *shari'a* ao ordenamento estatal por meio de dispositivos que instituem o Islã como religião oficial do Estado ou que declaram a *shari'a* como fonte de direito doméstico (OLIVEIRA, 2014, p. 619), seja porque alguns ramos da ordem estatal, em especial o direito de família e o direito das sucessões, são fortemente influenciados pela tradição jurídica muçulmana» (Cf. Leonardo Almeida LAGE, *Transconstitucionalismo, Direito Islâmico e Liberdade Religiosa*, 2016, 125f., Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2016, p. 17, disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22376/1/2016_LeonardoAlmeidaLage.pdf 2016_LeonardoAlmeidaLage.pdf (unb.br)) [itálicos no original) [01.09.2022].

fundo, não guarda total semelhança com as estruturas normativas e instituições dos sistemas regionais africano, interamericano e europeu.

A política de proteção aos refugiados no mundo árabe tem sido realizada, basicamente, pelas Agências da ONU para os Refugiados, o ACNUR[243] e a UNRWA[244], por meio de programas de emergências em países que estão a enfrentar crises de deslocados internos e internacionais e de violações sistemáticas aos direitos humanos.

Luana Chaves observa que o ACNUR comumente tem de encarar a colisão entre a visão universalista que caracteriza sua atuação, no sentido de buscar a proteção dos mais vulneráveis sem qualquer distinção, em face de uma realidade bastante diversa, que grassa na maioria dos países de língua árabe e que seguem os preceitos do Corão Sagrado. Assim, não são raros os entraves à aplicação e o acompanhamento de medidas protetivas de direitos humanos.

A ausência de órgãos consultivos e/ou judicantes capazes de avaliar, de modo imparcial, eventuais violações à Carta Árabe de Direitos Humanos também pode representar um fator de instabilidade dos direitos humanos nos países integrantes do «mundo árabe».

Nestes casos em que os princípios universais vão de encontro aos costumes arraigados na cultura e na religião, o ACNUR tem-se limitado a afirmar a legitimidade e a aplicabilidade do regime universal de direitos humanos em qualquer contexto geográfico. Contudo, assim como todo o sistema da ONU, o ACNUR não exerce qualquer poder sancionatório ou coercitivo sobre os Estados que não apoiam a doutrina onusiana[245].

É facto que desde a criação da Liga Árabe em 1945 numerosos documentos similares às fontes instrumentos universais dos direitos humanos têm sido aprovados, dedicando à doutrina sagrada do Islão a primazia das fontes de direitos humanos islâmicos.

Disto são exemplos:

i) a Carta da Liga Árabe, de 1945;

ii) o Protocolo de Casablanca sobre o Tratamento de Refugiados Palestinianos nos Estados Árabes, de 1965;

---

[243] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (ACNUR), *Emergencies*, disponível em https://www.unhcr.org/emergencies.htmlUNHCR - Emergencies [18.10.2022].

[244] Cf. UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE (UNRWA), Amã, 2022, disponível UNRWA | United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees [18.10.2022].

[245] Ver Luana Hordones CHAVES, «A ONU em face do relativismo cultural: o caso dos Direitos Humanos no mundo muçulmano», *Revista Brasileira de Direitos Sociais, Associação Nacional de Pós-Graduação e Ciência em Pesquisas Sociais*, vol. 35, nº 103, São Paulo, 2019, p. 13, disponível em https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/hdzbDpJ68X6JPSkyp4K5GZB/?format=pdf&lang=pt [18.10.2022].

iii) a Declaração Islâmica Universal dos Direitos Humanos, de 1981, elaborada pela Comissão da Organização da Conferência Islâmica;

iv) a Declaração Islâmica sobre Direitos Humanos no Islão, de 1990, aprovada pela Organização para a Conferência Islâmica;

v) a Declaração sobre a Proteção de Refugiados e Pessoas Deslocados no Mundo Árabe, de 1992;

vi) a Convenção sobre Regulamentação do Estatuto dos Refugiados nos Países Árabes de 1994, que não foi ratificada pelos Estados-Contratantes;

vii) a Carta Árabe sobre os Direitos Humanos, de 2004[246].

Voltamo-nos neste tópico para os direitos humanos no contexto dos países sul-asiáticos. Como resultado de uma tendência comum à neutralidade no contexto da Guerra Fria (EUA e URSS)[247], 10 Estados do sul da Ásia e da região do Pacífico elaboraram princípios singulares de direitos humanos, associados às características regionais, e suas próprias organizações de enfrentamento aos direitos humanos.

A *Asian African Legal Consultive Organization* (AALCO), antes denominada *Asian Legal Consultive Committee* (1955) publicou o documento *The Bangkok Principles on the Status and Treatment of Refugees* de 1966, adotado na 40ª Sessão da entidade, a 24 de junho de 2001.

Posteriormente, no ano de 1967, foi criada a *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN). Esta nova entidade supra estatal publicou sua própria Declaração de Direitos Humanos em 2012, e comissionou um órgão independente para fazer o monitoramento das violações aos direitos humanos, chamado *South Asia Human Rights Documentation Center* (SAHADC). Por meio deste órgão, a ASEAN tem assento junto ao Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), na qualidade de Consultor Especial.

---

[246] Todas os documentos publicados pela Liga Árabe relacionados neste tópico, podem ser conferidos no sítio https://www.refworld.org/publisher,LAS,,,460a2b252,0.html [22.10.2022].

[247] «The 1966 Bangkok Principles on the Status and Treatment of Refugees, or 'Bangkok Principles', are a product of the Asian-African Legal Consultative Organization (AALCO), an international governmental body based in New Delhi. It was originally known as the Asian Legal Consultative Committee and formed shortly after the 1955 Bandung Conference in Indonesia, one of the formative meetings of the Non-Aligned Movement of less developed States that sought to steer a neutral path during the Cold War between the United States and the Soviet Union. AALCO currently has 47 Member States in Africa, Asia and the Middle East, including — notably for our purposes — the following 23 that are not party to the 1951 Convention relating to the Status of Refugees: Bahrain, Bangladesh, Brunei, India, Indonesia, Jordan, Kuwait, Lebanon, Libya, Malaysia, Mongolia, Myanmar, Nepal, North Korea, Oman, Pakistan, Qatar, Saudi Arabia, Singapore, Sri Lanka, Syria, Thailand and the United Arab Emirates, i.e., about half the States that have not ratified the Convention or its Protocol (Cf. Merrill SMITH, «The Bangkok Principles on the Status and Treatment of Refugees», *Rights in Exile*, *The International Refugee Rights Initiatives Refugee Legal Aid Newsletter*, Oxon, 2011, disponível em https://rightsinexile.tumblr.com/post/13676403836/the-bangkok-principles-on-the-status-and-treatmentdisponível em Rights in Exile | The Bangkok Principles on the Status and Treatment... (tumblr.com) [21.10.2022].

Luana Chaves salienta que «[...] a crítica direcionada à ASEAN concernia ao próprio conteúdo da Declaração de Direitos Humanos da Associação do Sudeste Asiático de 2012: de acordo com o relatório anual deste mesmo ano, "o documento estava aquém do padrão internacional de direitos humanos"»[248] (aspas suspensas no original).

Entretanto, a ASEAN diverge da visão universalista e europeísta, nomeadamente sobre a dimensão dos direitos políticos e econômicos, na medida em que os interesses comuns dos Estados que compõem o bloco regional norteiam as diretrizes do órgão, mas não despreza o facto de que as diferenças visões de mundo, refletidas no âmbito dos direitos humanos, devem ser respeitadas.

Assim, os países do bloco sul-asiático afirmam os seus postulados regionais econômicos e com respeito à gestão de conflitos regionais. De modo pragmático, adotaram políticas voltadas sobretudo para o progresso econômico: zonas de livre comércio, redução progressiva de tarifas, alta empregabilidade da maioria da população em idade produtiva, e altas taxas de fertilidade, alto nível de reposição de mão-de-obra[249].

O coletivismo asiático também transparece no modo singular de conceber os direitos humanos. Com efeito, a Declaração de Direitos Humanos da ASEAN reproduz a mentalidade implícita no projeto de cooperação econômica dos Estados, pelo que se reconhece a universalidade dos direitos humanos, mas também a sua ajustabilidade aos contextos regional e de cada Estados-Partes (artigo 7).

Ainda é dito na Declaração que as liberdades fundamentais estão sujeitas aos limites das liberdades de terceiros, das leis, das justas exigências da segurança nacional, da ordem pública, da saúde e moralidade públicas e ao bem-estar geral dos povos da sociedade democrática (artigo 8).

Em que pese a confirmação geral de que existe um núcleo essencial de direitos comum a todos os seres humanos, indistintamente, cada nação asiática possui um acervo particular de tradições e de valores culturais que dão substância à noção de dignidade da pessoa, com significações variáveis.

Tal acepção discrepa da ideia de uma dignidade universal do ser humano positivada (conquanto indefinida) na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, construída reativamente contra o ideário dos regimes totalitários do século XX.

---

[248] Ver Luana Hordones CHAVES, «A ONU em face do relativismo cultural: o caso dos Direitos Humanos no mundo muçulmano», *Revista Brasileira de Direitos Sociais, Associação Nacional de Pós-Graduação e Ciência em Pesquisas Sociais*, vol. 35, nº 103, São Paulo, 2019, p. 13, disponível em https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/hdzbDpJ68X6JPSkyp4K5GZB/?format=pdf&lang=pt [18.10.2022].

[249] Cf. Valter PEIXOTO, «A Declaração da Concórdia da ASEAN», *Revista Relações Exteriores*, Paulínia, 2022, s/p., disponível em https://relacoesexteriores.com.br/declaracao-concordia-asean/ A Declaração da Concórdia da ASEAN, Relações Exteriores (relacoesexteriores.com.br) [24.10.2022].

Pablo Lanna assevera que «os países do Sudeste Asiático colocam-se como "diferentes", incentivando certas práticas sob o pretexto de que o pensamento "ocidental" seria completamente distinto da sua cultura» (aspas suspensas no original)[250].

Mesmo com as ressalvas já explicadas, a ASEAN *Intergovernmental Comission on Human Rights* (AICHR) recomendou aos Estados-Membros «estender a proteção, em colaboração com organizações de pessoas com deficiência, para refugiados e requerentes de asilo com deficiência de acordo com as obrigações legais internacionais e nacionais dos Estados Membros da ASEAN, inclusive sob a UNCRPD»[251].

Com este reforço de ordem política, a proteção especial das pessoas com deficiência em situação de refúgio torna-se um objetivo consignado no Plano Diretor de Habilitação das Pessoas com Deficiência, a ser implementado até o ano de 2025.

Referido Plano baseia-se nos seguintes princípios:

i) a relevância da inclusão comunitária da pessoa com deficiência;

ii) a complementaridade das medidas propostas no Plano aos esforços já efetivados pelos Estados-Membros da ASEAN;

iii) uma visão holística, isto é, de conectividade e interdependência de todos os direitos humanos, que deverá implicar o envolvimento coordenado de organizações internacionais, organizações de pessoas com deficiência e a participação dos próprios indivíduos[252].

---

[250] Cf. Pablo Henrique Hubner de Lanna COSTA e Deilton Ribeiro BRASIL, «O regionalismo asiático e a proteção dos direitos humanos: uma análise do papel desempenhado pela Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), *Revista Argumentum*, vol. 18, nº 3, Marília, 2017, p. 706, disponível em ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/374/246O REGIONALISMO ASIÁTICO E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DO PAPEL DESEMPENHADO PELA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO (ASEAN) | Costa | Revista Argumentum - Argumentum Journal of Law (unimar.br) [15.5.2023].

[251]«APSC 11 Extend protection, in collaboration with organisations of persons with disabilities, for *refugees and asylum seekers with disabilities* in accordance with international and national legal obligations of ASEAN Member States, including under the UNCRP» (Ver ASEAN Intergovernmental Commission on Human Rights (AICHR), *ASEAN Enabling Masterplan 2025: Mainstreaming the Rights of Persons with Disabilities, Adopted at the 33rd ASEAN Summit*, Singapura, 2018, disponível em https://aichr.org/wp-content/uploads/2019/01/ASEAN-Enabling-Masterplan-2025-Mainstreaming-the-Rights-of-Persons-with-Disabilities.pdfASEAN-Enabling-Masterplan-2025-Mainstreaming-the-Rights-of-Persons-with-Disabilities.pdf (aichr.org) (itálicos nossos)[15.5.2023].

[252] «The development of the ASEAN Enabling Masterplan 2025: Mainstreaming the Rights of Persons with Disabilities (the Enabling Masterplan) corresponds with the vision set forth in the Bali Declaration on the Enhancement of the Role and Participation of Persons with Disabilities in the ASEAN Community, taking stock of the Mobilisation Framework of the ASEAN Decade of Person with Disabilities (2011 – 2020) and is based on the following guiding principles: 1) Relevance. Disability rights pertain to all community pillars as well as their vision and work plan. The key action points that are enumerated in the Enabling Masterplan affirm such relevance and will be a path toward the realisation of an inclusive community; 2) Complementarity. The Enabling Masterplan complements existing commitments and aspirations of ASEAN leaders and the Member States, most particularly the ASEAN Community Vision 2025, in creating and sustaining an inclusive environment for persons with disabilities; 3) Interrelatedness. *All human rights, including the rights of persons with disabilities, are interconnected and interdependent*. Coordination among sectoral bodies and participation of *persons with disabilities* and their organisations will be a key success factor in the holistic implementation of this Enabling Masterplan» (Cf. Ver ASEAN Intergovernmental Commission on Human Rights (AICHR), *ASEAN Enabling Masterplan 2025: Mainstreaming the Rights of Persons with Disabilities, Adopted at the 33rd*

Outro avanço expressivo da ASEAN sobre a proteção das pessoas em situação de múltipla vulnerabilidade consiste na decisão de mobilizar diversas agências encarregadas de emergências humanitárias, com o encargo de «estender a proteção, em colaboração com organizações de pessoas com deficiência, para refugiados e requerentes de asilo com deficiência de acordo com as obrigações legais internacionais e nacionais dos Estados Membros da ASEAN, inclusive sob a UNCRPD»[253].

5. Estrangeiros no Brasil

Aos 22 de abril de 1500 navegadores portugueses depararam uma grande massa de terra já habitada[254], que o escrivão Pero Vaz de Caminha descreveu ricamente em missiva enviada ao rei D. Manuel de Portugal[255].

Esta narrativa é a mais aceita entre os historiadores, embora admitam que apresenta inconsistências ainda por resolver. Apesar disto, a suposta data do Descobrimento é admitida como o marco temporal da presença estrangeira no território onde hoje está a República Federativa do Brasil.

Na fase pré-colonial que durou cerca de trinta anos, a presença estrangeira na terra recém desvelada era exclusivamente de portugueses. De certo modo, os portugueses associaram-se aos habitantes primitivos ou ameríndios para a extração e envio de madeira e outros recursos naturais exóticos, especialmente a madeira que recebeu o nome de «pau-brasil» para a Europa, e veio a ser naquele período praticamente a única atividade econômica desenvolvida.

Até então, a costa brasileira não sofrera qualquer ameaça de invasão e a colônia permaneceu como lugar de extrativismo. Entretanto, quando corsários franceses começaram a frequentar as águas da costa brasileira, a Coroa portuguesa passou a enviar expedições armadas para os repelir, no período entre 1516 e 1526.

ASEAN Summit, Singapura, 2018, p. 4, disponível em https://aichr.org/wp-content/uploads/2019/01/ASEAN-Enabling-Masterplan-2025-Mainstreaming-the-Rights-of-Persons-with-Disabilities.pdfASEAN-Enabling-Masterplan-2025-Mainstreaming-the-Rights-of-Persons-with-Disabilities.pdf (aichr.org) (itálicos nossos)[15.5.2023].

[253] «APSC 12 Harmonise the efforts of the ASEAN Committee on Disaster Management (ACDM), ASEAN Coordinating Centre for Humanitarian Assistance on Disaster Management (AHA Centre), ASEAN Regional Disaster Emergency Response Simulation Exercise (ARDEX), and the ASEAN Regional Forum Disaster Relief Exercise (ARF DiRex) and the provisions of the ASEAN Agreement on Disaster Management and Emergency Response (AADMER), the ASEAN Joint Disaster Response Plan (AJDRP), and the Declaration on One ASEAN One Response with international and regional disability and human rights frameworks *to protect the rights of person with disabilities before, during, and after the disasters* (ASEAN Intergovernmental Commission on Human Rights (AICHR), *ASEAN Enabling Masterplan 2025: Mainstreaming the Rights of Persons with Disabilities...*, p. 12) (itálico nosso)[15.5.2023].

[254] Cf. Anthony R. DISNEY, *A História de Portugal e do Império Português: Das Origens da Nação até ao Fim do Antigo Regime, Uma Visão Rigorosa do Primeiro Império Global da História*, tradução portuguesa de Marta Amaral, vol. II, Lisboa, Editora Clube do Autor, 2020, p. 287.

[255] *Idem*, *op, cit.*, p. 291.

A primeira vila brasileira edificada nos moldes portugueses, a Vila de São Vicente, ocorreu em 1532. Martim Afonso de Souza tornou-se o primeiro capitão-mor da colônia, sendo especialmente designado pelo rei D. João III, o Piedoso, para combater a pirataria francesa e continuar a exploração de madeira e cana-de-açúcar, entre os anos de 1530 e 1532.

Será o ano de 1548 o início da história institucional brasileira. Tomé de Sousa assume a colônia na qualidade de governador-geral. Juntou ao governador, aportaram no litoral trabalhadores, soldados, religiosos jesuítas e conselheiros, para fundar a primeira sede de governo colonial, a cidade de Salvador.

A missão do governador-geral compreendia o rechaço aos franceses, estabelecer boas relações com os indígenas amistosos e desencorajar os nativos hostis, para além da consolidação da presença portuguesa no governo da colônia[256].

Nos anos de seu mandato, Tomé de Sousa fez edificar a sede do governo, a Casa da Câmara, a Igreja Matriz, o Colégio dos Jesuítas, e outros edifícios. Em 1549, o jesuíta frei Manuel da Nóbrega abriu a primeira instituição de ensino do Brasil, o Colégio de Salvador da Bahia.

A segunda instituição escolar foi edificada pelo jesuíta padre Leonardo Nunes, na vila de São Vicente, em 1550. Ambas as escolas funcionavam de acordo com os princípios da Igreja Católica e destinavam-se sobretudo à catequese dos nativos indígenas.

Ao fim de seu governo, em 1553, Tomé de Sousa havia fundado a primeira capital do Brasil, Salvador, posta entre o topo e o sopé de uma colina na Bahia de Todos os Santos. A cidade tinha um tribunal, uma câmara, uma alfândega, uma prisão e um hospital e era protegida por uma muralha de adobe. O obrigatório ramo da Misericórdia[257] foi instituído, e os jesuítas deram início à cristianização dos indígenas[258].

Na altura, a população ameríndia era de cerca de três milhões de habitantes[259]. Os nativos cooperaram com os primeiros colonos na extração de madeira, mas não demorou muito tempo até que ficasse patente a sua inaptidão para o cultivo da cana de açúcar e à disciplina laboral dos colonos.

---

[256] Cf. Anthony R. DISNEY, *A História de Portugal e do Império Português: Das Origens da Nação até ao Fim do Antigo Regime, Uma Visão Rigorosa do Primeiro Império Global da História*, tradução portuguesa de Marta Amaral, vol. II, Lisboa, Editora Clube do Autor, 2020, p. 298.

[257] Ver Alan Martinez KOZIREFF, «A história das Santas Casas de Misericórdia», *Megajurídico*, sítio de artigos jurídicos eletrônicos, publicado em 15.08.2020, Brasil, 2020, recuperado de https://www.megajuridico.com/a-historia-das-santas-casas-de-misericordia/A História das Santas Casas de Misericórdia - Megajuridico [7.9.2022].

[258] Ver Anthony R. DISNEY, *op. cit.*, p. 299.

[259] Ver Maria Stella Ferreira LEVY, «O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)», *Revista de Saúde Pública*, 3º suplemento, Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP) da Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 1974, p. 49, disponível em https://www.scielo.br/j/rsp/a/gSZkx3b5kCrf8TkWjGRxmfx/?format=pdf [7.10.2022].

Algumas tribos fizeram acordos com os franceses e holandeses contra os colonos de Portugal, no entanto, os indígenas mais sofreram do que beneficiaram dos acordos com europeus.

Milhares de indígenas morreram de doenças contra as quais não tinham imunidade natural. Em desespero, muitos outros tiravam as próprias vidas; outros tiveram suas vidas ceifadas em confrontos e assaltos às aldeias.

Com a ajuda de etnias indígenas inimigas dos colonos portugueses, os franceses se fixaram no Rio de Janeiro entre os anos de 1555 a 1562, e no Maranhão entre os anos de 1612 a 1615. Os holandeses governaram a capitania de Pernambuco de 1630 a 1654, sendo expulsos por uma coalizão de brasileiros nativos e portugueses, ajudados pela Inglaterra.

Muitos nativos sobreviventes e etnias que não aceitaram os colonos portugueses e invasores de outros países europeus migraram em direção ao oeste. No litoral brasileiro, restaram poucas comunidades de populações ameríndias originárias. Na época colonial, a legislação era totalmente importada de Portugal.

Essencialmente, destinava-se a tratar da administração das capitanias (ou donatarias) hereditárias e a redistribuição de terras incultas aos colonos[260]. As Cartas Forais regulavam a repartição dos lucros da exploração dos recursos naturais, definindo a parte que seria enviada para o rei e a parte cabível ao donatário[261].

O sistema de administração das capitanias hereditárias foi mantido durante todo o período colonial. Somente em 1759, foi revisado drasticamente pelo Marquês de Pombal, e encerrado definitivamente em 1821, um ano antes da Declaração de Independência do Brasil.

Porém, as concessões provisórias de terras e a tributação sobre os direitos de posse foram amplamente utilizadas na política de povoamento do Brasil entre os anos de 1548 e 1797[262].

---

[260] Cf. Sérgio JACOMINO, «Brasil colônia, ordem sesmarial», *Biblioteca Digital Medicina Animae*, Biblioteca da Associação dos Registradores do Estado de São Paulo, São Paulo, 2010, s/p., disponível em https://arisp.wordpress.com/2010/02/20/brasil-colonia-ordem-sesmarial/#:~:text=→%20Decreto%20de%2025%20de%20novembro%20de%201808.,aos%20estrangeiros%20residentes%20no%20Brazil.%20Decreto%20de%202.7.1808. Brasil colônia – ordem sesmarial | Biblioteca Digital Medicina Animae (wordpress.com) [8.10.2022].

[261] «Conforme o professor Nelson Nozoe "as sesmarias constituem o regime jurídico básico acerca da terra. Instituída no reinado de Fernando I como uma lei agrária de fomento da produção agrícola e do cultivo de terras ermas" foi instituída em 1375 e transposta para o Brasil para regulamentar a concessão de terras por parte dos donatários. O Rei de Portugal promoveu a transposição da legislação de 1375 para regular as concessões de terras no Brasil, que também seguiam as Ordenações Manuelinas de 1521. A sua implantação no Brasil promoveu o surgimento de grandes propriedades e muita concentração de terras, muito em função da dificuldade do Estado em fiscalizar e acompanhar o processo de registro e de medição das áreas. (Cf. POLI, *Da Posse para a Propriedade da Terra no Sudoeste do Paraná*, 190f., 2009, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p. 36, disponível em https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24173/JACI%20POLI%20DISSERT%20VERSAO%20PARA%20BIBLIOTECA.pdf;sequence=1Capitanias Hereditárias e Sesmarias - A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA (1library.org)) (aspas suspensas no original) [8.10.2022].

[262] Os documentos a seguir formavam o *corpus juris* aplicado na colônia brasileira: o Regimento dos provedores de Fazenda de 17 de dezembro de 1548; Ordem de 27 de dezembro de 1695; Carta Régia de 7 de dezembro de 1697, Carta Régia de 23 de novembro de 1698, Carta Régia de 20 de

Esta política ocuparia a centralidade de um conjunto de estratégias de incentivo à imigração, tanto no período em causa, quanto no período de prolongamento das políticas de imigração do Império no curso dos séculos XIX para o início do século XX.

A diminuição da oferta e o aumento do preço do açúcar na Europa, na segunda metade do século XVI fortaleceram o tráfico de escravos africanos, para suprir a mão de obra no cultivo da cana de açúcar.

E isto, porque os nativos ameríndios não se adaptavam ao trabalho servil, e se rebelavam constantemente contra o domínio português, vindo até mesmo a entrar em acordo com invasores de outras nações, na esperança de conseguirem expulsar os colonos lusos.

De outra parte, os padres jesuítas exerciam oposição ao tratamento brutal empregue pelos colonos na tentativa de sujeitar os indígenas ao trabalho servil. Para os religiosos jesuítas, o ensino dos princípios cristãos aos nativos e o socorro aos doentes e necessitados sobrepujavam até mesmo os interesses do reino português ao qual serviam[263].

Não se podia contar com trabalhadores portugueses em larga escala, pois havia pouco excedente populacional em idade produtiva em Portugal. Ademais, poucas pessoas estavam realmente dispostas ao trabalho árduo na colônia.

A população de Portugal no séc. XVI era bem menor que em outros lugares da Europa, e os constantes envolvimentos dos portugueses em guerras peninsulares, os incontrolados níveis de mortalidade por doenças e insuficiência alimentar arrefeciam a velocidade de reposição do contingente populacional.

Verdade é que os lucros da exploração agradavam à nobreza de Portugal, mas os nobres não manifestavam qualquer interesse em residir no Brasil. Conceder títulos de nobreza para navegadores, investidores e comerciantes, direitos de posse e participação nos lucros do extrativismo vegetal e

---

janeiro de 1699, Carta Régia de 12 de janeiro de 1701, Carta Régia de 3 de março de 1704, Resolução de 26 de junho de 1711, Provisão de 19 de maio de 1729, Decreto de 20 de outubro de 1753, Provisão de 11 de março de 1754, Lei de 20 de junho de 1774 (Reforma Pombalina), Alvará de 5 de outubro de 1795, Carta Régia de 13 de março de 1797 (Cf. Sérgio JACOMINO*, op. cit.*, s/p.)

[263] A escassez de médicos leigos, formados por escolas de medicina na Europa, pelo menos até o século XVIII, fez dos jesuítas praticamente os únicos a prestarem alguma assistência médica, no primeiro século do Brasil colonial. Ao longo do tempo os religiosos da Ordem de Santo Ignácio de Loyola, foram aperfeiçoando seus conhecimentos mediante contatos com os profissionais leigos residentes na colônia, e ainda pela leitura de importantes obras de medicina, encontradas em muitas das bibliotecas de seus colégios. O do Maranhão, por exemplo, entre seus cerca de 5 mil volumes, vários tomos eram dedicados às artes médicas. Além das obras que vinham de Portugal, muitas foram adquiridas por compra ou doações (Cf. Daniela Buono CALAINHO, «Jesuítas e medicina no Brasil colonial», *Tempo (on-line)*, Universidade Federal Fluminense-UFF, Rio de Janeiro, 2005, p. 64, disponível em https://www.scielo.br/j/tem/a/qXjqFSzvp6VymndWw4QtFKN/#ModalArticlesSciELO - Brasil - Jesuítas e medicina no Brasil colonial Jesuítas e medicina no Brasil colonial [8.10.2022].

mineral, foram as alternativas que a Coroa portuguesa encontrou para obter a adesão de alguns investidores e filhos de famílias, para além de aventureiros, a viajarem para a colônia brasileira.

Entra em cena o tráfico de escravos vindos da África. Com a chegada do primeiro navio negreiro em 1535, e com mais intensidade a partir de 1550, a mão-de-obra escrava africana será a grande força motriz da economia colonial. A tal ponto chegou o tráfico de escravos «imigrados», conforme Maria Stela Levy, que o número deles pode ter chegado a três milhões no ano de 1850[264].

O fim da escravidão no Brasil se explica por motivos vários. Movimentos abolicionistas e de emancipação dos sécs. XVIII e XIX na Europa e nos Estados Unidos alimentavam o sentimento libertário nas colônias europeias da América.

Em África, os habitantes das regiões de tráfico de escravos já se defendiam melhor, forçando os traficantes a buscarem mão-de-obra mais para o centro do continente africano através do rio Congo. Embora essencial para a economia das colônias europeias, o tráfico havia se tornado mais dispendioso e menos lucrativo do que antes.

Os elevados custos das viagens e as perdas com naufrágios, falecimentos e motins durante as viagens de navio, para além dos baixos índices de natalidade da população escravizada, em razão das desumanas condições de trabalho e subsistência, tais fatores desencorajaram a continuidade do sistema escravista, na medida em que a industrialização crescia na Europa e nos Estados Unidos da América.

Era indispensável para os Estados industriais que se criassem condições favoráveis ao florescimento de mercados consumidores externos, para além de garantir-se a empregabilidade de uma população interna jovem e apta para o trabalho[265].

Por outro lado, a população africana escravizada jamais poderia equiparar-se a um contingente populacional imigrante. Afinal, tais populações subjugadas não tinham qualquer poder de decisão sobre o seu destino, sendo tratados como mercadorias e não como seres humanos sujeitos de direitos. Faltava-lhes, pois, o elemento fundamental da mobilidade internacional, a liberdade de escolha, que não está disponível para a pessoa em situação de tráfico humano[266].

---

[264] Cf. Maria Stella Ferreira LEVY, «O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)», *Revista de Saúde Pública*, 3º suplemento, Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP) da Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 1974, p. 49, disponível em https://www.scielo.br/j/rsp/a/gSZkx3b5kCrf8TkWjGRxmfx/?format=pdf https://www.scielo.br/j/rsp/a/gSZkx3b5kCrf8TkWjGRxmfx/?format=pdf [7.10.2022].

[265] Cf. Maria Stella Ferreira LEVY, *op. cit.*, p. 49, disponível em https://www.scielo.br/j/rsp/a/gSZkx3b5kCrf8TkWjGRxmfx/?format=pdf https://www.scielo.br/j/rsp/a/gSZkx3b5kCrf8TkWjGRxmfx/?format=pdf [7.10.2022].

[266] Ver Emerson Alves ANDENA, *Transformações da Legislação Imigratória Brasileira: Os (Des)caminhos Rumo aos Direitos Humanos*, 2013, 160f., Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 55, disponível em

5.1. Políticas do Brasil colonial e imperial: escravos e imigrantes europeus

Na transição do Brasil colonial para o Brasil Imperial, a política imigratória teve como principal estratégia a concessão de posse de grandes porções de terras, as sesmarias[267], para os estrangeiros não-portugueses que desejassem imigrar para o Brasil.

O sistema de concessão de sesmarias foi inaugurada pelo Decreto de 25 de novembro de 1808, que o regente D. João VI assinou ainda a bordo do navio que trouxe a Corte Portuguesa para o Brasil, em função do Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte.

Este édito real é tido como a primeira norma de política imigratória do Brasil e consistia, essencialmente, em uma política de incentivo à imigração europeia[268]. Entretanto, a partir do início do século XIX, a Corte portuguesa assinou tratados bilaterais contendo cláusulas abolicionistas, mas permaneceu recalcitrante em cumpri-las na sua totalidade por anos a fio. Era o dilema da colonização versus imigração a despontar na agenda de interesses presentes e iminentes da Corte colonial.

Luíza Horn Iotti assinala a existência de uma Carta Régia de 1818 assinada pelo príncipe regente D. Pedro I, possivelmente o primeiro fundamento normativo de uma política imigratória planeada, seletiva e subsidiada pelo Estado. Este edito imperial deu oportunidade para que famílias de origem suíça, previamente selecionadas, viessem residir no Brasil em colonatos mantidas pela Coroa[269].

Facto é que os imigrantes de origem europeia foram imensamente favorecidos nesse período. Com destino à regiões produtoras de café situadas ao centro e sul do Brasil, os novos colonos tinham

---

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-16122013-164856/publico/Dissertacao_Emerson_Alves_Andena_RevisadaFinal2.pdf [26.8.2022].

[267] «O regime de sesmarias estendeu-se ao Brasil com as capitanias hereditárias, instituídas por D. João III, em 1534. Seu conceito continuou o mesmo de Portugal, com algumas adaptações, significando terras conquistadas, não ocupadas economicamente, doadas pelos capitães donatários e, mais tarde, pelos capitães governadores, com posteriores confirmações, para exploração de particulares, ou sejas, território disponível para colonização de terceiros, com anuência governamental» (Ver Erivaldo Fagundes NEVES, «Sesmarias em Portugal e no Brasil», *Politeia, História e Sociedade*, vol. 1, nº 1, Vitória da Conquista, 2001, pp. 119-120, disponível em https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3969/3268 Vista do Sesmarias em Portugal e no Brasil (uesb.br) [16.9.2023].

[268] Entendam-se por estrangeiros, neste contexto, os nacionais de origem diversa de Portugal. A Corte portuguesa chegou ao Brasil no dia 18 de janeiro de 1808, aportando inicialmente na Bahia, seguindo depois para o Rio de Janeiro, onde aportou no dia 8 de março de 1808, sendo estabelecida ali a sede do governo imperial. Neste mesmo ano, foram publicadas duas decisões influentes na questão das sesmarias: o Decreto de 22 de junho de 1808, confirmando todas as sesmarias concedidas na Corte e aos Governadores, e a Decisão de 24 de setembro de 1808 para dirimir dúvidas a respeito da posse da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (Cf. Sérgio JACOMINO, *op. cit.*, s/p.)

[269] *Apud* Emerson Alves ANDENA, *Transformações da Legislação Imigratória Brasileira: Os (Des)caminhos Rumo aos Direitos Humanos*, 2013, 160f., Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2013, p. 55, disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-16122013-164856/publico/Dissertacao_Emerson_Alves_Andena_RevisadaFinal2.pdf [26.8.2022].

autorização para viver em pequenas propriedades ou serem contratados por salário para o trabalho na lavoura.

Em tais regiões os colonos europeus encontraram condições climáticas semelhantes aos da Europa. Esta política seletiva introduzida por D. João VI, desde o início do estabelecimento da Coroa portuguesa no Brasil, em 1808, continuou durante o governo de seu sucessor, o príncipe-regente D. Pedro I.

Com a proclamação da Independência do Brasil em 1822, a Colônia veio a ser o Império do Brasil. Promulga-se a primeira Constituição brasileira em 1824, pelo qual o imperador detinha o poder decisório absoluto sobre a naturalização de estrangeiros.

Conforme rezava o artigo 102 da Constituição de 1824, «o Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado». A concessão de «Cartas de Naturalisação na fórma da Lei»[270] não deixava margem à intervenção de qualquer dos demais poderes do Império a respeito dos assuntos de imigração.

Com efeito, entre os anos de 1822 e 1830 o Imperador D. Pedro I ordenou a implantação de sete colônias oficiais subsidiadas com recursos públicos e uma colônia subsidiada por ele próprio[271]. Quando D. Pedro I abdicou do trono e retornou para Portugal, a política de colonização subsidiada que caracterizou o Primeiro Reinado foi praticamente encerrada.

No seu retorno ao Brasil em 1826, o imperador D. Pedro I deparou contra si ferrenha oposição na Assembleia da República. Para além da oposição do Parlamento e dos eruditos, o povo estava descontente com o estilo de governo imperial, os conflitos de emancipação e uma série de medidas precipitadas que o imperador havia implementado..

Os governos provinciais também enfrentavam sérios problemas, insurreições e campanhas de emancipação política armada. O país encontrava-se em sérias dificuldades políticas e econômicas, reforçadas pelos antagonismos sociais e pelo alto nível de empobrecimento da maior parte da população.

Entre os anos de 1831 e 1840, conhecido como o Período Regencial, os recursos voltados à imigração foram suspensos, e consequentemente, os núcleos coloniais que D. Pedro I havia criado e mantido, tiveram de ser abandonados.

---

[270] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824*, Rio de Janeiro, 1824, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Constituição24 (planalto.gov.br) [11.11.2022].

[271] *Vide* Luiza Horn IOTTI, «A política imigratória brasileira e sua legislação (1822-1914)», *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*, ANPUH/SP, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - UNESP, Franca, 2010, p. 3, disponível em legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores.pdf Microsoft Word - 1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.doc (anpuh-rs.org.br) [7.9.2022].

A ausência do imperador acelerou o processo de declínio das políticas migratórias, visto que o modelo de Estado brasileiro na altura centralizava a organização administrativa e política[272] no chefe do Poder Executivo e do Poder Moderador.

Para além do simbolismo da figura imperial, o Imperador detinha poder de gerenciamento das das relações externas com os Estados estrangeiros, bem como de intervir em todos os assuntos que repercutiam diretamente na sociedade brasileira, relacionados à presença de estrangeiros, que com certo tempo de estadia no Brasil podiam inclusive aceder o estatuto de súditos do império.

A abdicação de D. Pedro I levara o Parlamento a formar um governo de coalizão entre as forças políticas dominantes, chamados de Regências, cujos membros eram parlamentares da Assembleia da República e dos outros Poderes. Esperava-se que este modelo de governo assegurasse a estabilidade do império brasileiro até que o seu filho e sucessor natural D. Pedro de Alcântara perfizesse a idade mínima para ascender ao imperiado.

Na altura, a Constituição de 1824 delimitava a idade de 18 anos, não antes, para que o herdeiro da Coroa Imperial fosse coroado. Dez anos depois, publica-se o Ato Adicional de 1834, o qual atribuía maior autonomia às províncias (antecessoras dos atuais estados federais), inclusivamente para que tratasse do tema da colonização.

Porém, a indefinição acerca das atribuições dos poderes geral e provinciais, os conflitos de emancipação nas províncias, a centralização de recursos pela Regência e a falta de unidade política retardaram o avanço das políticas de imigração.

Entrementes, a força motriz da economia brasileira era o trabalho dos escravos, havia mais de duzentos anos. Esta força de trabalho subjugada, sem salário nem garantias, proporcionava lucros altamente rentáveis para os senhores de terras, sendo a base da economia da sociedade brasileira durante todo o período colonial e imperial.

No plano externo, a recalcitrância da Coroa portuguesa em abolir o modelo económico escravista estava a ocasionar sérios problemas de ordem diplomática. Certo é que os britânicos haviam proporcionado a segurança naval durante toda a viagem da Coroa Portuguesa de Portugal para o Brasil, dando-lhe fuga durante o Bloqueio Continental que o imperador francês Napoleão Bonaparte

[272] O Imperador era o Chefe da Nação, exercendo o Poder Moderador, ao mesmo tempo em que chefiava o Poder Executivo. Eram-lhe dedicados os artigos 98 a 130 da Constituição de 1824 (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição Política do Império do Brazil*, de 25 de março de 1824, Rio de Janeiro, 1824, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Constituição24 (planalto.gov.br) [12.10.2023].

estabelecera para travar o comércio entre o Reino Unido e os países dominados na Europa continental[273].

Como forma de recompensar a proteção dos ingleses no traslado da corte portuguesa para a colônia, o imperador D. João VI havia assinado um Tratado de Abertura dos Portos às Nações Amigas, de 1808, e o Tratado de Amizade e Aliança de 1810, acordos que se revelaram extremamente inclinados aos interesses comerciais e políticos dos britânicos na colônia brasileira.

Depois, a Guerra de Independência que durou de 1821 a 1824, envolvendo o rei D. João VI, que em 1821 voltara a reassumir o trono português, e o seu filho o Príncipe D. Pedro I, que persistira em ficar no Brasil, foi a ocasião oportuna para a Inglaterra apresentar-se como mediadora do Tratado de Paz e Amizade de 1825.

Para além das vantagens comerciais e financeiras que auferiu em troca da sua mediação, uma das cláusulas impostas pelo Reino Unido era a total abolição do tráfico ultramarino de escravos.

Não obstante as boas relações comerciais e diplomáticas, o cumprimento dos tratados de 1810 e 1825 era um motivo de tensão entre o Império do Brasil e o Reino Unido.

Chegou a ser instalada uma instância jurisdicional exclusiva para tratar dos negócios ingleses no Brasil, a Conservatória Britânica (1808-1844), para salvaguarda dos privilégios fiscais das mercadorias importadas da Inglaterra, a proteção aos protestantes ingleses, para além de garantir que o Brasil cumprisse sua parte nos Acordos de Abertura dos Portos, de Aliança e Amizade[274].

A política externa do Brasil na série histórica 1821-1840 teve como principal diretriz o seu reconhecimento por parte de outros Estados. Aliás, durante praticamente todo o século XIX a Inglaterra se manteve como uma espécie de avalista internacional do Brasil diante das potências europeias amigas e aliados de outras nações, naturalmente, ao custo de acordos bilaterais de longo prazo com vantagens adicionais para o lado britânico.

Os políticos brasileiros perceberam a urgência de que o sucessor do Imperador Pedro I assumisse suas funções, ainda que lhe faltasse a idade mínima para atingir a maioridade constitucional. Por forma que em 1840, aos quinze anos de idade, D. Pedro II tomou posse como Imperador do Brasil, cargo que exerceu de forma competente, apesar da pouca idade, durante 59 anos, até ser deposto por ocasião da Proclamação da República.

---

[273] As relações antigas entre Portugal e Inglaterra, que remontam ao século XIV (Tratado de Windsor), induvidosamente, tiveram forte influência na política colonial e nas futuras relações entre o Império do Brasil e o Reino Unido (Cf. Patrícia Regina Mendes Mattos Corrêa GOMES, *O Juiz Conservador da Nação Britânica no Brasil Oitocentista*, 189f., 2019, Tese (Doutorado em Direito), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2019, p. 28, https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-13082020-235351/publico/7020562_Tese_Original.pdfIntrodução - (5 páginas) (usp.br) [8.10.2022].

[274] Cf. Patrícia Regina Mendes Mattos Corrêa GOMES, *O Juiz Conservador da Nação Britânica no Brasil Oitocentista*, *op. cit.*, pp. 38-48.

Durante todo o imperiado de D. Pedro II (1840-1889), os ingleses impuseram o cumprimento dos Acordos de Amizade de 1810, 1825 e 1826. Este último previa a interrupção definitiva do tráfico marítimo de escravos, que as leis inglesas equiparavam ao delito de pirataria[275].

Como vemos, as estratégias diplomáticas e as dimensões externa e interna da política internacional do Brasil durante todo o Segundo Império gravitaram em torno do tráfico de escravos africanos e a reação dos principais aliados do Brasil, que eram declaradamente avessos à continuidade do tráfico.

Diante da recalcitrância imperial ao cumprimento dos Acordos de Amizade, nomeadamente quanto à abolição do tráfico de escravos e à escravatura como sistema econômico, em 8 de agosto de 1845 o Parlamento inglês publicou o documento *Slave Trade Suppression Act* (*Aberdeen Act* ou *Bill Aberdeen*), concedendo à Marinha britânica o direito de patrulhar as rotas do tráfico de escravos africanos no Atlântico Sul, com ordens expressas de impedir a todo custo que os navios negreiros seguissem viagem para o Brasil.

Como resposta aos parlamentares ingleses, o Parlamento brasileiro aprovou a Lei n º 7, de 4 de novembro de 1831 (Lei de Feijó-Barbacena), que impunha coimas aos traficantes e declarava livres todas as pessoas que a partir de então fossem traficadas para o Brasil[276].

Todavia, a produção de café no Brasil, de meados da década de 1840 até a segunda metade da década de 1850, ultrapassara a produção da ilha de Java, do Haiti e de Cuba, seus concorrentes no mercado internacional.

Recorda-nos Alain Youssef que «[p]ara sustentar esse crescimento, o contrabando [humano] chegou a retomar, em alguns períodos, o ritmo da década anterior, sobretudo na região da cafeicultura onde foram desembarcados quase 291 mil africanos dos pouco mais de 373 mil que adentraram o território nacional entre 1842 e 1850»[277].

Em 1848 é promulgada a Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848, que regulava o repasse de extensões de terras devolutas às províncias do Império e previa o compartilhamento de

---

[275] *Vide* Alain El YOUSSEF, *Imprensa e Escravidão: Política e Tráfico Negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*, 2010, 300f., Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2011, p. 229, disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072011-090553/publico/2010_AlainElYoussef.pdf Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro,... (usp.br) [7.10.2022].

[276] *Vide* REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 7 de novembro de 1831, Declara Livres Todos os Escravos Vindos de Fora do Império, e Impõe Penas aos Importadores dos Mesmos Escravos*, Rio de Janeiro, 1831, disponível em https://www. www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM-7-11-1831.htmLIM-7-11-1831 (planalto.gov.br) [7.10.2022].

[277] *Vide* Alain El YOUSSEF, *Imprensa e Escravidão: Política e Tráfico Negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*, *op. cit.*, p. 229 ((interpolações nossas).

responsabilidades do governo central e governos provinciais sobre as políticas de povoamento e imigração.

A carência de recursos das províncias exigiu do setor privado boa parte do investimento na criação de companhias de colonização. Portanto, das vinte colónias existentes na década de 1840, 33% foram custeadas com recursos imperiais e 67% com dispêndios particulares.

Outro fator decisivo para o incentivo à imigração europeia foi a promulgação da Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, proibitiva à importação de escravos.

Em terras europeias, a população crescia aceleradamente, sobretudo pelo incremento de novas tecnologias e o consequente aumento da renda *per capita* a influir diretamente no aumento da expectativa de vida e nos índices de natalidade, nomeadamente entre os anos de 1700 a 1870[278].

O excedente populacional e a necessidade de mercados consumidores dos produtos europeus favoreceram imenso o incentivo à imigração europeia como politica de controle populacional, somada ao interesse das potências europeias na extinção do tráfico de escravos africanos para as Américas, o que permitiria a expansão dos mercados de trabalho para a mão-de-obra de origem europeia nos países coloniais.

Era preciso criar oportunidades para quem desejasse ir trabalhar no Brasil, uma geografia extensa e pouco explorada, em que as temperaturas eram no geral menos extremas do que em muitos lugares da América do Norte e Europa.

Apesar disto, o Brasil começou as suas políticas mais tardiamente que nos Estados Unidos da América, que já desenvolviam políticas amplas e bem definidas de acolhimento de imigrantes europeus desde o século XVII[279]. No Brasil, isto veio a suceder somente a partir do início do século XIX[280].

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850[281], cujo preâmbulo original evidencia a intenção do Estado brasileiro de incentivar a presença europeia por meio de cessão, a título oneroso, de terras descritas no artigo 3º, §§ 1º ao 4º da Lei: as terras devolutas[282].

---

[278] O crescimento da população europeia seguiu a lógica de crescimento malthusiana durante os séculos XVIII e quase todo o século XIX, quando foi positivamente proporcional ao crescimento económico. A partir de 1870, as rendas cresceram, mas a população não aumentou na mesma proporção. Segundo este autor, desde 1870 as taxas de crescimento populacional da Europa têm decrescido (Cf. Henrique REICHERT, *A Transição Demográfica no Brasil: Distribuição Espacial, Oportunidades e Desafios*, 106f., 2015, Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015, p. 18, disponível em www.repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6618/REICHERT%2c%20HENRIQUE.pdf?sequence=1&isAllowed=yREICHERT, HENRIQUE.pdf (ufsm.br) [7.10.2022].

[279] A colonização americana começou por volta de 1607, quando os puritanos ingleses em fuga chegaram à colônia (Cf. Filipe Brum CUNHA, *Imigração aos Estados Unidos da América: Análise Histórica e Tendências no Início do Século XXI*, 2012, 165f., Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais), Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 18, disponível em https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70009/000876107.pdf?sequence=1&isAllowed=y 000876107.pdf (ufrgs.br) [11.11.2022].

[280] Cf. Maria Stella Ferreira LEVY, "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)" ..., *op. cit.*, p. 50.

Este regime imigratório era vantajoso para o governo, pois caso este reivindicasse as terras não havia falar-se em qualquer direito à indemnização para os antigos posseiros.

Esta Lei também previa condições que facilitavam o ingresso e a permanência de estrangeiros em território brasileiro, bem como os deveres a eles impostos[283].

Em 1864, o Brasil declara guerra ao Paraguai. Depois de seis anos de conflito, o combalido Império do Brasil promulga as suas leis abolicionistas: a Lei do Ventre Livre (1871)[284], a Lei dos Sexagenários (1885)[285] e Lei Áurea (1888)[286].

Maria Stella Levy observa que o incentivo à imigração europeia na transição do regime de escravidão para o de colonato se justifica pelos seguintes fatores:

i) a melhor formação e conhecimento tecnológico dos imigrantes estrangeiros;

ii) o menor custo do traslado dos imigrantes, favorecendo a política subsidiada;

iii) o preconceito dos latifundiários em relação aos antigos escravos[287].

Se o fenômeno dos fluxos de mão-de-obra africana, embora economicamente relevante, não repercutiu no quadro de normas imigratórias, a transição do escravismo para o livre colonato foi uma das causas diretas das políticas de gestão imigratórias que resultaram no ingresso de europeus no Brasil, especialmente portugueses, alemães e italianos.

A família imperial tinha laços de parentesco com várias casas reais da Europa. Portanto, era desejo da monarquia garantir que a composição étnica da população brasileira contasse com o elemento europeu, para além do ameríndio e do africano.

Tais políticas tiveram relativo êxito na medida em que se registra historicamente a contribuição dos imigrantes europeus nos setores agrícola e na indústria emergente de fins do século XIX para o

---

[281] Regulamentada pelo *Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854*, disponíveis para consulta em www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/decretos-do-imperio-1Decretos do Império — Portal da Legislação (planalto.gov.br)[8.10.2022].

[282] Cf. Luiz Orencio FIGUEIREDO, e João Henrique ZANELLATO, «Legislação e políticas públicas voltadas à imigração no Brasil», *Passagens, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 8, nº 2, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 2016, p. 258, disponível em https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v8n2a32016.pdf Legislação e Políticas Públicas voltadas à Imigração no Brasil | Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica (uff.br) [23.07.2022].

[283] *Idem*, *op.cit.*, p. 259.

[284] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, Declara de Condição Livre os Filhos de Mulher Escrava que Nascerem Desde a Data Desta Lei, Libertos os Escravos da Nação e Outros, e Providencia Sobre a Criação e Tratamento Daquelles Filhos Menores e Sobre a Libertação Annaul de Escravos...*, Rio de Janeiro, 1871, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htmLIM2040 (planalto.gov.br) [7.10.2022].

[285] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, Regula a Extinção Gradual do Elemento Servil*, Rio de Janeiro, 1885, disponível em https:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM3270.htm LIM 3270 (planalto.gov.br) [7.10.2022].

[286] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 3.535, de 13 de maio de 1888, Declara Extinta a Escravidão no Brasil*, Rio de Janeiro, 1888, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm LIM3353 (planalto.gov.br) [7.10.2022].

[287] Cf. Maria Stella Ferreira LEVY, *op. cit.*, p. 52.

início do século XX, para além do fenótipo, costumes e linguagem da população das regiões sudeste e sul do Brasil haver sido fortemente influenciado por estes imigrantes provenientes de várias partes da Europa[288].

Em 1850, estimava-se a população brasileira em cerca de 8 milhões de habitantes. Dezenove anos depois foram contados 10.415.000 habitantes. O último censo demográfico imperial, no ano de 1872, apurou 10.112.061 habitantes[289], dos quais, 1.510.806 eram escravos e 382.132 estrangeiros.

Curiosamente, no censo demográfico de 1872, pela primeira vez foram levantados os números de pessoas com deficiência, agrupados na categoria de «defeitos físicos»: cegos, 15.885; surdos-mudos, 11.719, aleijados 41.084; alienados, 9.447; e dementes, 5.837, num total de 83.972 pessoas[290].

Desde os tempos coloniais, e mesmo depois, os remanescentes das populações originárias haviam migrado para as regiões mais ao norte e oeste do território brasileiro, onde se fixaram de modo menos organizado que as populações do centro, leste e sul do território, e ali permaneceram sem um crescimento demográfico significativo.

Em que pesem os escassos recursos e dificuldades metodológicas daquele tempo, nomeadamente a dificuldade de acesso às comunidades indígenas, o censo de 1872 conseguiu apurar um número de 500.000 indivíduos pertencentes à etnias originárias ameríndias[291].

5.2. Primeira fase republicana: europeização e industrialização

A Proclamação da República a 15 de novembro de 1889 decreta o fim do modelo de governo imperial e do modelo produtivo escravista no Brasil. Daí por diante, é possível perceber gradativas mudanças nas políticas imigratórias.

Sob o regime da Constituição de 1891, documento fundador da primeira fase republicana, as políticas imigratórias deixaram de ser uma prerrogativa do imperador. Com prevalência do Parlamento,

---

[288] *Idem*.

[289] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Memória IBGE, Censos Demográficos*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasília-DF, 2002, disponível em https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html Censos Demográficos | Memória IBGE [9.10.2022], .

[290] Cf. Clotilde A. PAIVA *et al.*, *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil (Relatório Provisório) Pop 1872 – Brasil. Recenseamento do Império do Brasil*, Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica-NPHED, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 20, disponível em www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/05/NPHED-Relatório-crítico-do-censo-de-1872.pdf Relatorio_final_1872C_divulgacao_site (ufmg.br) [9.10.2022].

[291] Hoje a população soma aproximadamente 1,7 milhão ou 0,83% em relação ao total de 203 milhões de habitantes do Brasil (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Censo aponta 1,693 milhão de indígenas no país», Brasília-DF, 2023, disponível em www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/censo-aponta-1-693-milhao-de-indigenas-no-paisCenso aponta 1,693 milhão de indígenas no país — Ministério dos Povos Indígenas (www.gov.br) [12.01.2024].

as decisões deveriam ser compartilhadas entre os Poderes constituídos: «[...] ao Congresso, mas não privativamente [...] animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração [...]»[292].

O auge das imigrações europeias sucedeu entre os anos de 1890 e 1895. O critério de seletividade reconhecidamente inclinado aos imigrantes europeus foi mantido ainda por vários anos no sistema republicano.

É facto que outros nacionais estrangeiros, inclusivamente orientais e médio-orientais, foram autorizados a imigrar para o Brasil, mas em número bem inferior ao de europeus[293].

Conforme ensina Maria Stella Levy, «[é] no decorrer dessa fase que aparecem pontos máximos de imigração correspondentes aos anos de 1891, 1895, 1896, 1897, 1894, 1888 e 1890, nessa ordem»[294].

Nos anos de 1884 a 1940 houve uma movimentação regular de imigrantes no território nacional. Especialmente nos anos de 1911, 1912, 1913 e 1926, havendo uma longa interrupção de quinze anos entre estes últimos, muito provavelmente por conta da Grande Guerra que afligiu a Europa entre os anos de 1914-1918, para além da Revolução bolchevique entre os anos de 1917 e 1921, trazendo as nefastas consequências sobre os deslocamentos populacionais no interior do continente europeu.

Nos anos seguintes, as potências mundiais vencedoras do conflito criaram a Sociedade das Nações, numa altura em que os grandes fluxos de deslocados forçados se constituíam um problema exclusivamente europeu, de um ponto de vista meramente geográfico.

Por sua vez, as restrições imigratórias dos fins dos anos 30 e início dos anos 40 vêm refletir a ambiguidade do governo Vargas relativamente aos nacionais estrangeiros. Mesmo com o envolvimento do Brasil em incursões na Itália, não se verificou a abertura de fronteiras para os deslocados de guerra, pelo contrário, decréscimo brutal das entradas de imigrantes nos anos de 1941, 1942, 1943, 1944 e 1945, os anos mais intensos do conflito, quando se percebe um decréscimo brutal de entrada de imigrantes no Brasil.

---

[292] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891*, Rio de Janeiro, 1891, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm Constituição91 (omissões nossas) (planalto.gov.br) [11.11.2022].

[293] Entre os anos de 1870 e 1900, por exemplo, nenhum nacional japonês havia imigrado para o Brasil. No mesmo período, 929.820 europeus foram lá residir (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Brasil: 500 Anos de Povoamento*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Brasília-DF, 2007, p. 202, disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf liv6687.pdf (ibge.gov.br) [11.11.2022].

[294] Cf. Maria Stella Ferreira LEVY, *op. cit.*, p. 54 (interpolação nossa).

Finda a Segunda Grande Guerra, o governo Vargas implementou o sistema de cotas imigratórias por meio da Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945[295], que limitava o número de autorizações anuais de entrada de nacionais estrangeiros.

O argumento de sustentação para o sistema de cotas era a defesa do mercado de trabalho dos nacionais, afetado pela crise econômica de 1929. Contudo, a entrada de imigrantes europeus continuava a ser facilitada, em detrimento do acesso concedido a outros imigrantes como, por exemplo, os japoneses.

Nos anos seguintes, o acesso de imigrantes ao território brasileiro voltou a crescer numericamente e em diversidade de nações de origem, com exceção dos anos de 1964 e 1970[296].

5.3. Segunda fase republicana: adesão ao sistema das Nações Unidas

A partir de 1945, o Brasil veio a integrar a Organização das Nações Unidas, na qualidade de signatário da Carta das Nações Unidas, e como tal filiou-se ao projeto internacional de proteção aos direitos humanos, construído para funcionar como um sistema de tratados e instituições de tutela do do cumprimento dos objetivos acordados entre os Estados-Membros.

Na etapa inicial de sua política externa relativa aos nacionais estrangeiros, imigrantes na condição jurídica de refugiados começam a chegar ao território brasileiro. Na ocasião, o governo brasileiro estava em alinhamento com os Estados Unidos da América e as potências europeias vencedoras do conflito mundial.

Entre os meses de julho de 1945 a agosto de 1947, cerca de 6 milhões de europeus do leste foram repatriados voluntariamente; porém, restavam ainda um milhão que não queriam voltar para os países de origem nos quais regimes comunistas assumiram o poder.

Ainda durante o mandato da Organização Internacional para os Refugiados (OIR), entre os anos de 1946 e 1952, sem interrupções, o «milhão restante» foi inteiramente reassentado. Somente no Brasil foram acolhidas 22.473 pessoas[297].

---

[295] Somente em 1980, com a promulgação da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Estatuto do Estrangeiro, é que foi revogada esta Lei, também chamada de Lei de Cotas Imigratórias. (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945, Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e Dá Outras Providências*, Rio de Janeiro, 1945, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7967.htm) [11.10.2022].

[296] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Brasil: 500 Anos de Povoamento*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Brasília-DF, 2007, p. 225, disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf [22.10.2022].

[297] «Um ponto amplamente discutido se referia aos deslocados que não queriam retornar aos seus países de origem (em especial, do Leste Europeu), onde regimes socialistas haviam assumido o poder. De julho de 1945 a agosto de 1947, dos mais de 7 milhões de europeus de diversas nacionalidades (russos, poloneses, lituanos, letões, iugoslavos, ucranianos), cerca de 6 milhões foram repatriados. Colocava-se, então, a questão do que

Os anos de 1945 a 1950 também representaram um tempo propício para o incremento do da indústria brasileira. Entretanto, havia condicionantes à obtenção de apoio do capital externo, principalmente do financiador mais poderoso, os Estados Unidos da América. O Brasil precisava cooperar na questão dos imigrantes e refugiados europeus.

Curiosamente, o Brasil ainda não ratificara a Convenção do Estatuto dos Refugiados, o que só viria a acontecer cerca de onze anos depois da entrada em vigor do tratado no plano internacional. Formalidades à parte, a mão de obra imigrante e refugiada passou a ser vista como a forma ideal para a lacuna de trabalho qualificado na incipiente indústria nacional do estado de São Paulo.

As seleções eram feitas por comissões diplomáticas nos campos de refugiados de Alemanha e Áustria, sob controle ocidental. Os refugiados de procedência alemã em geral eram bem aceitos, ficando de fora das negociações várias minorias étnicas: judeus dos campos da Itália, albaneses, búlgaros, iranianos, chineses, turcos, espanhóis, palestinos e gregos[298].

Os requisitos exigidos eram: boa saúde, boa aparência, experiência agroindustrial, ser uma pessoa religiosa e dada à família, além de outros critérios variáveis conforme a situação de cada indivíduo considerado «elegível» para o estatuto de refugiado.

Mal disfarçada sob a égide da objetividade, sobrevivia a mentalidade imperial, inclinada a favorecer a entrada e a permanência de imigrantes europeus, sobretudo para que se preservassem certas características europeias, em meio a uma população majoritariamente composta dos elementos étnicos africano e indígena.

Não obstante, havia uma categoria de excluídos ou não merecedores do direito de ingresso no Brasil, que eram os judeus, os doentes e deficientes considerados inválidos, anarquistas e terroristas, e prostitutas[299]. Nesta altura, entre os fins do século XIX até o final da 2ª Guerra Mundial (1889-1945) os critérios para a seleção de refugiados eram eminentemente discricionários e ambíguos, sendo normatizados quase exclusivamente pelo Poder Executivo, sem a participação do Congresso Nacional.

Nos primeiros anos de sua adesão ao sistema onusiano entre 1947 e 1960, o Brasil assumiu o compromisso de recepcionar refugiados europeus, sobretudo por causa de sua política externa de alinhamento com os Estados Unidos e Europa Ocidental, economicamente liberal e anticomunista.

---

fazer com o chamado 'milhão restante', referente aos nacionais dos Estados bálticos, da Ucrânia e Iugoslávia, que não desejavam o regresso aos seus lares» (Cf. Júlia Bertino MOREIRA, *Política em Relação aos Refugiados no Brasil (1947-2010)*, 377f., 2012, Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas, 2012, p. 55, disponível em https://repositorio.unicamp.br/bitstream/reposip/280962/1/moreira_juliabertino_d.pdf [10.10.2022]

[298] Cf. Júlia Bertino MOREIRA, *op. cit.*, p. 77.

[299] Cf. Júlia Bertino MOREIRA, *op. cit.*, p. 94.

O governo brasileiro adotara a definição de refugiado original da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, por entender que a cláusula de reserva territorial, que limitava o instituto do refúgio aos deslocados de guerra do continente europeu, tinha a dupla vantagem de limitar as possibilidades de reconhecimento da condição de refugiado e de conferir aos Estados a prerrogativa de ampliá-la aos refugiados dos demais continentes, por ocasião do ato de ratificação[300].

Os postulados da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951[301] eram então a única base jurídica aplicada na etapa de seleção dos candidatos ao refúgio; em regra, a seleção era era feita *in loco*, isto é, uma Comissão designada pelo governo brasileiro viajava até os lugares de origem ou de acolhimento provisório dos candidatos ao refúgio.

Ali os candidatos eram entrevistados pessoalmente. Depois, já em solo brasileiro, somente os critérios internos de regularização imigratória eram aplicados[302]. De toda sorte, as políticas brasileiras de refúgio na prática correspondiam às demandas europeias de alívio da pressão imigratória.

Assim, o governo brasileiro emitiu novas instruções normativas que tornaram mais flexíveis os procedimentos de admissão de estrangeiros. O governo também patrocinou missões ao exterior para seleção *in loco* de candidatos ao refúgio, custeou hospedagem local, com assistência médica e alimentação.

Doutra parte, as organizações internacionais pagavam as despesas de viagem marítima e parte dos custos iniciais de instalação dos refugiados nos lugares onde não havia alojamentos públicos[303].

O Brasil aderiu primeiramente à Organização das Nações Unidas (ONU) e sucessivamente à Organização dos Estados Americanos (OEA), para além de outras organizações internacionais globais e regionais. O Estado brasileiro dess modo apresentava-se seriamente como candidato a um assento nas cimeiras internacionais[304].

Sucessivos governos incluíram na agenda da política externa uma mais ativa participação na agendas das nações poderosas e, para tanto a diplomacia brasileira apresentava as antigas credenciais do Brasil nas Conferências de Paz da Haia, e o facto de haver participado dos conflitos mundiais da primeira metade do século XX[305].

---

[300] *Idem*, p. 91.

[301] Com exceções dos artigos 15 e 17 da Convenção de 1951. Em 1972, o Brasil ratificou o Protocolo de 1967, e na década de 1990, retirou as reservas aos mencionados artigos.

[302] Cf. Júlia Bertino MOREIRA, *op. cit.,* p. 96.

[303] *Idem*, *op. cit.*, p. 99.

[304] Tradicionalmente, desde o ano de 1949, o presidente brasileiro é sempre o primeiro a discursar na abertura dos trabalhos anuais da Assembleia Geral das Nações Unidas.

[305] De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o país é membro fundador das Nações Unidas, tendo depositado sua carta de ratificação em 21 de dezembro de 1945. Desde 1955 profere o discurso de abertura do Debate Geral da Assembleia das Nações Unidas. Este por dez

Braga Mendonça esclarece que o Brasil foi o único país latino-americano a colaborar com a Tríplica Entente na Grande Guerra, o que pode explicar a razão pela qual teve assento na Liga das Nações entre os anos de 1920 a 1928. Contudo, a aspiração brasileira a um lugar de proeminência nas grandes decisões internacionais não teve o respaldo daquele coletivo de Estados, e levou o governo brasileiro a declarar sua retirada[306].

Garcia Vargas ressalta que já nos primeiros anos de funcionamento da Organização das Nações Unidas, de Garcia Vargas, o presidente americano Franklin Delano Roosevelt chegou a cogitar uma sexta cadeira no Conselho de Segurança das Nações a ser ocupada pelo Brasil, como candidato natural dado o seu alinhamento aos esforços de guerra e à política externa ocidental[307]. Porém, mesmo com o aceno dos americanos, não foi desta vez que as aspirações brasileiras foram correspondidas.

Entrementes, a Organização Internacional para os Refugiados (OIR) estava para encerrar suas operações, transferindo o seu mandato para o novel Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). A delegação brasileira esteve presente na Conferência em que foram discutidos os termos da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, finalmente aprovada com voto favorável do Brasil.

Entretanto, nos idos da década de 1950 do século passado, o Brasil era um país diferente do que vemos hoje, em vários aspetos. De entre os escombros das Guerras Mundiais, uma nova estratégia de combate envolvia o ocidente, a Europa e o países a leste.

Era a Guerra Fria entre o bloco ocidental e o lado soviético, que arrastaria um país transeunte do modelo econômico agroindustrial, dependente de importações, e centrado no mercado interno, para uma economia de exportação com franca abertura para o capital externo.

---

vezes como membro não-permanente do Conselho de Segurança e por sete vezes como membro do Conselho Económico e Social (ECOSOC) (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «O Brasil e a ONU», www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/a-missao-do-brasil/a-missao-do-brasil Brasília-DF, 2022, disponível em O Brasil e a ONU — Ministério das Relações Exteriores (www.gov.br) [20.9.2023].

[306] «Os benefícios de maior alcance auferidos com a participação do Brasil na Grande Guerra foram: a experiência diplomática por ter se envolvido mais diretamente no jogo de poder das grandes potências e ter participado, mesmo com restrições, das Conferências de Paz; surto de industrialização do país, os investimentos emergenciais na defesa nacional; a aprendizagem auferida pelas forças armadas com suas participações, ainda que modestas, na guerra; a vinda de missões militares para a reorganização das forças armadas brasileiras» (Cf. Valterian Braga MENDONÇA, *A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*, 2008, 137f., Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Centro de Estudos Gerais do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, pp. 127-128, disponível em https://app.uff.br/riuff/handle/1/8207A experiência estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial: 1914-1918 (uff.br) [14.7.2022].

[307] *Vide* Eugênio Vargas GARCIA, "De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945", *Revista Brasileira de Política Internacional,* vol. 1, n° 54, Centro de Estudos Globais da Universidade de Brasília-DF, 2010, p. 160, disponível em www.academia.edu/7983805/De_como_o_Brasil_quase_se_tornou_membro_permanente_do_Conselho_de_Segurança_da_ONU_em_1945 (99+) De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945 | Eugenio Vargas Garcia - Academia.edu[6.9.2022].

Era o fim de um governo com ideologia e programa de matriz socialista, conhecido como a Era Vargas, que perdurou ininterruptamente entre 1930 e 1945. Embora alinhado ideologicamente à Rússia de Estáline, influente junto às massas trabalhadoras e inclinado ao sindicalismo, o governo Vargas movia-se de modo ambíguo no campo das relações exteriores, mantendo intenso compartilhamento de informações e estratégias militares com os Estados Unidos da América.

Depois de Getúlio Vargas, o Brasil firmou-se externamente como um Estado liberal e anticomunista. No plano interno, a Constituição de 1946 criou um novo projeto de Estado democrático, que no entanto foi governado com restrições às liberdades políticas e associativas.

Por outro lado, o exaurimento das reservas cambiais do país ocasionada pelo inchaço das importações forçou o governo a intervir na economia, reconduzindo o Estado ao papel de maior garante dos subsídios à produção nacional, e consequentemente, da produtividade voltada para o consumo interno e de exportação do excedente[308].

O razoável crescimento econômico resultante deste programa econômico - cujos benefícios, é verdade, não se distribuíram equitativamente para todas as macrorregiões do país - nutriu a esperança de que breve o Brasil tornar-se-ia um país tecnológico: «50 anos em 5», era o lema do presidente Juscelino Kubitscheck (1956-1961)[309].

Foi neste contexto de certa ufanismo nacional que o Brasil aderiu à Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, que foi integrar ao direito interno do Brasil em 1961, e o seu Protocolo de 1967, integrado em 1972. Neste período, o populismo governamental ganhou força sobre uma expectação de crescimento econômico que rapidamente veio a se revelar insustentável nos anos que se seguiram.

Na altura, a política de refúgio abrangia somente os refugiados de guerra provenientes do continente europeu, tendo em conta os termos originais da Convenção (Seção B.1, (a), artigo 1º): «acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa»[310].

---

[308] No período entre os anos de 1945 a 1961, os governos do Brasil e dos EUA pacturam acordos de cooperação técnica para o incremento de técnicas importadas de reeducação dos agricultores brasileiros, por meio de um Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), subordinado ao Ministério da Agricultura e ao Foreign Office dos EUA. Paulatinamente, ficou mais nítido o real interesse expansionista da iniciativa americana. (Cf. Sônia Regina de MENDONÇA, Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961), *Tempo*, vol. 15, nº 29, 2010, disponível em https.//www.scielo.br/j/tem/a/scbb7D6Lk3HN4tXqgkyYRSq/#ModalHowcite [24.11.2023].

[309] O então presidente fundou o novo Distrito Federal com o nome de Brasília, no Estado de Goiás, por meio de um projeto urbanístico avançado para o seu tempo, de autoria de Oscar Niemeyer. Na altura, o desporto brasileiro passou a ser reconhecido mundialmente, com destaque para o futebol, o basquetebol e o tênis, principalmente em competições disputadas na Europa.

[310] Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, *Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados*, Genebra, 1951, disponível em www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (acnur.org) [3.10.2023];

Contudo, o percurso legislativo da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados no Brasil começou efetivamente pela assinatura do documento em 1952, sendo incorporada internamente por meio do Decreto nº 50.215 de 28 de janeiro de 1961.

Verdade é que o Brasil já cooperava com do ACNUR antes da incorporação do tratado, o que lhe garantiu uma indicação para compor o Comitê Executivo no ano de 1958, por meio da Resolução da Assembleia Geral da ONU 1166 (XII) de 1957 e da Resolução do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) nº 672 (XXV), de 30 de abril de 1958, ao lado de vinte e quatro Estados[311].

Ressalte-se que as políticas de gestão imigratória e de refugiados do Estado brasileiro entre os anos de 1946 e 1964 ainda não faziam clara distinção jurídica entre os imigrantes laborais e os refugiados.

Em qualquer caso, eram de ordem humanitária as motivações oficialmente declaradas para justificar a aceitação de nacionais estrangeiros em solo brasileiro, mormente para lidar com a opinião pública razoavelmente informada.

Mas os critérios de seleção dos candidatos ao refúgio materializavam a preeminência de certos interesses de política externa, tais como a estabilização social nos Estados comprimidos pelas imigrações, e no plano interno, a aquisição de mão-de-obra qualificada para o incremento setor de produção industrial.

Resumidamente, a política externa brasileira sobre as migrações internacionais, entre o anos de 1947 e 1960 pode descrever-se como uma continuidade da política da ONU em relação aos refugiados europeus que fugiam dos regimes comunistas em formação, ou seja, os refugiados formavam um valioso «capital humano» útil ao desenvolvimento da indústria emergente dos países de acolhimento.

Importa-nos reconhecer que a vetusta política de preservação dos elementos europeus na etnicidade brasileira, embora menos marcante, ainda tinha lugar no quadro das motivações políticas subjacentes aos processos decisórios de gestão da entrada e permanência estrangeira em solo brasileiro.

A iminência de um conflito nuclear entre os Estados Unidos da América e o bloco de nações soviéticas deixou o Brasil sem melhores opções para uma tomada de posição no campo político ideológico.

---

[311] Ver UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES, *Executive Committee*, Genebra, 2023, disponível em https://www.unhcr.org/executive-committee Executive Committee | UNHCR [20.9.2023].

Por razões estratégicas, o Brasil permaneceu como aliado dos Estados Unidos, sobretudo para conter o avanço de regimes comunistas na América Latina.

Na sequência, o regime republicano democrático de base constitucional, em vigor desde a Proclamação da República em 1889 foi interrompido. Em 1964, instala-se no Brasil um regime de governo militar, cuja política em relação ao elemento estrangeiro pautava-se nos postulados de soberania e de segurança nacional.

Mesmo assim, o Decreto nº 70.946, de 7 de agosto de 1972 promulgou o Protocolo Opcional de 1967, sendo excluídas as reservas temporal e geográfica da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, relativas aos «acontecimentos anteriores a 1951 na Europa»

Consequentemente, a definição de refugiado foi estendida a «qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção». Em tese, isto deveria favorecer o ingresso de nacionais de diversas procedências, para além do continente europeu.

Os anos de 1964 a 1985 seriam caracterizados pela pouca interatividade entre o governo federal e o sistema universal de proteção aos refugiados, no Brasil e em diversos países da América Latina governados pelas Forças Armadas.

Liliana Jubilut lembra-nos que sobre todas as dificuldades e embaraços governamentais enfrentados nesse período histórico, mediante o trabalho conjunto de entidades filantrópico-religiosas e do ACNUR, muitas pessoas refugiadas receberam proteção, assistência e integração[312].

Os fluxos imigratórios e de concessões de refúgio no Brasil praticamente estancaram, logo no primeiro ano do novo regime. Os números de entrada de estrangeiros no decênio de 1964 a 1975 caíram vertiginosamente em relação aos decênios antecedentes, principalmente nos anos de 1968 e 1973. O Estado brasileiro praticamente cerrou as portas aos nacionais estrangeiros, como também o acesso de pessoas em busca de refúgio vindas de outros países da América Latina.

As políticas imigratórias refletiam abertamente a doutrina de «soberania e segurança nacional», vindo a produzir condutas administrativas que no geral percebiam a presença estrangeira com elevado nível de desconfiança.

Quanto às políticas de acolhimento de refugiados, as políticas eram francamente desencorajadoras, nomeadamente em relação aos refugiados políticos dos países vizinhos, Chile, Argentina e Uruguai, também governados por militares.

[312] Cf. Liliana Lyra JUBILUT, *O Direito Internacional dos Refugiados e Sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro*, São Paulo, Método, 2007, p. 32, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/O_Direito_Internacional_dos_Refugiados.pdf?view=1 [14.9.2022].

O governo brasileiro havia adotado a postura inversa à de um país de acolhimento, de modo que o Brasil veio a ser um lugar de origem e de passagem de pessoas em busca de refúgio. Internamente, as garantias e liberdades individuais foram suspensas.

O Brasil passou a consta da lista de Estados de elevado potencial violador dos direitos humanos, por ação ou omissão do próprio Estado brasileiro. De facto, a legislação imigratória não previa regras permissivas de entrada de refugiados latino-americanos. Quando muito, a condição legal atribuída era uma precária autorização de permanência em território nacional.

Entrementes, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados atuou de maneira intensa nessa fase, em parceria com entidades religiosas de apoio a imigrantes e refugiados, principalmente no fornecimento de remédios, provisão financeira e alojamentos, tudo isto sem o aporte financeiro por parte do Estado brasileiro[313].

É preciso enfatizar que uma delegação oficial brasileira tomou parte na Conferência de Direitos Humanos de Teerão de 1968[314], onde se reuniram mais 80 delegações de Estados e organizações internacionais, para além de 15 ONGs com *status* consultivo de nível A, 29 ONGs com *status* consultivo de nível B, 9 ONGs com *status* de porém, somente 4 ONGs ativistas de direitos humanos, foram admitidas sem atribuições consultivas (direito a voz).

João Roriz assevera que a abordagem dos direitos humanos nessa ocasião distanciava-se da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e tendia a uma aproximação com a Conferência de Bandung de 1955[315] e outras iniciativas do terceiro mundo em empregar a linguagem dos direitos humanos a partir de suas demandas[316].

---

[313] Cf. Júlia Bertino MOREIRA, *op. cit.*, p. 139.

[314] «Brazil Representatives H.E. Mr. Cyro de Freitas-Valle Ambassador, Ministry of Foreign Affairs, Head of the Delegation Mr. Paulo Padilha Vidal Minister, Brazilian Embassy, Rome Mr. Francisco Jose Novaes Coelho Counsellor, Ministry of Foreign Affairs Advisers Mr. Arnaldo Rigueira First Secretary, Charge d'Affaires ad interim, Brazilian Embassy Mr. Sergio Henrique Nabuco de Castro Second Secretary, Ministry of Foreign Affairs 21 Assistant to Head of the Delegation Mr. Mehdi Rad Brazilian Embassy» (Cf. UNITED NATIONS (UN), *Final Act of the International Conference on Human Rights*, *Teheran, 22 April to 13 May 1968*, Nova Iorque, 1968, disponível em https://legal.un.org/avl/pdf/ha/fatchr/fatchr_e.pdf Djamchid Momtaz, Professor, University of Teheran, Former Chairman of the International Law Commission - English [27.11.2023]..

[315] Tida como a primeira conferência intercontinental de pessoas de cor na história da Humanidade, a Conferência de Bandungue reuniu 29 países, sendo 15 da Ásia, 8 do Médio Oriente, 6 da África, na qual foram estabelecidos 10 princípios: 1) Respeito aos direitos humanos fundamentais, conforme aos fins e aos princípios da Carta das Nações Unidas; 2) Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações; 3) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e a igualdade de todas as nações, pequenas e grandes; 4) Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos outros países; 5) Respeito ao direito de cada nação de defender-se individual e coletivamente conforme a Carta das Nações Unidas; 6.a) Rejeição a todo acordo de defesa coletiva destinado a servir aos interesses particulares das grandes potências quaisquer forem; 6.b) Rejeição a toda pressão que uma potência, qualquer que seja, tente exercer sobre outra; 7) Abstenção a atos de ameaças de agressão ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país; 8) Resolução de todos os conflitos por meios pacíficos, tais como negociação ou conciliação, arbitragem e resolução diante de tribunais, assim como outros meios pacíficos que possam eleger os países interessados, conforme a Carta das Nações Unidas; 9) Estímulo dos interesses mútuos e a cooperação; 10) Respeito à justiça e às obrigações internacionais (Cf. Analúcia Danilevicz PEREIRA e Klei MEDEIROS, «O prelúdio da Cooperação Sul-Sul: da Conferêencia de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)», *1º Seminário Internacional de Ciência Política, Estado e*

Um ano antes da Conferência de Teerão, Israel entra em conflito com uma coalização de países árabes, capitaneada pelo Egito, e com auxílio dos Estados Unidos da América, mais recursos militares de países do leste europeu, vence o conflito, passando a ocupar diversas áreas outrora sob domínio de povos árabes.

Eis, portanto, a razão pela qual os Estados de maioria árabe-muçulmana governados por regimes autocráticos, expressaram veeemente repreensão aos atos de ocupação israelita, como parte da agenda referente aos direitos humanos da Conferência de 1968[317].

Sintomaticamente, ao final da Conferência foram elaboradas 29 resoluções que a AGNU adotou por meio das Resoluções nº 2442 (XXIII), intitulada a Conferência Internacional de Direitos Humanos, de 19 de dezembro de 1968, e nº 2443 (XXIII), de epígrafe Respeito e Aplicação dos Direitos Humanos nos Territórios Ocupados, de 19 de dezembro de 1968[318].

Importa assinalar também que nesta época desafiadora para os direitos humanos, o Protocolo à Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1967, foi incorporado ao ordenamento brasileiro por meio do Decreto nº 70.946, de 7 de agosto de 1972.

Entre os anos de 1978 e 1985, as políticas para os refugiados (e outros imigrantes) veio a ser flexibilizada. À medida em que as garantias e liberdades fundamentais eram revigoradas, como o direito ao *habeas corpus* para os crimes políticos, revogavam-se os Atos Institucionais que haviam interferido nos outros Poderes da República.

As políticas externas do governo brasileiro gradativamente abriam-se par ao diálogo com as organizações internacionais e outros atores não-governamentais interessados no tema dos refugiados[319].

Democracia em Mudança no Século XXI, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, disponível em https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/PEREIRA-MEDEIROS-2015-O-Prelúdio-Da-Cooperação-Sul-Sul.pdf [27.11.2023].

[316] Ver João RORIZ, «O terceiro mundo encontra os direitos humanos: a Conferência de Teerã revisitada», *Meridiano 47, Journal of Global Studies*, vol. 22, Brasília-DF, 2021, p. 3, disponível em https: //periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/38367/37058 [27.11.2023].

[317] «Sobre a ocupação na Palestina, a Guerra dos Seis Dias ainda era recente. Acontecera em 1967 e Israel ocupava a península do Sinai, as colinas de Golã na Síria, a Cisjordânia e o setor oriental de Jerusalém. As consequências do conflito não estavam em um passado distante, e a disposição para listar o ocorrido a partir do vocabulário dos direitos humanos foi grande. Durante os debates, o delegado sírio listou violações atribuídas à ocupação de Israel na Palestina: propriedades destruídas, pessoas expulsas do território e obrigadas a se tornarem refugiadas, desrespeito ao direito humanitário, prisões em massa, torturas, massacres e destruição de lugares sagrados (ONU, 1968C). Por sua vez, o diplomata saudita se esforçou para ecoar suas ponderações à sensibilidade que o tema da raça tinha entre os presentes, e equiparou o sionismo ao racismo (ONU, 1968D). Como mencionado, a questão palestina foi objeto de uma resolução na conferência (Ver João RORIZ, «O terceiro mundo encontra os direitos humanos: a Conferência de Teerã revisitada», *Meridiano 47, Journal of Global Studies*, Brasília-DF, 2021, p. 10, disponível em https: //periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/38367/37058 [27.11.2023].

[318] UNITED NATIONS (UN), *Assembly General Resolutions 2442 (XXIII) e 2443 (XIII), 19 December 1968*, Nova Iorque, 1968, disponível em documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/247/56/PDF/NR024756.pdf?OpenElementNR024756.pdf (un.org) [27.11.2023].

[319] A Constituição de 1967, a Emenda Constitucional nº 1 de 1969, e dezessete Atos Institucionais formaram a base jurídica do regime militar. Estes normativos, bem como toda a legislação federal anterior à Constituição Federal de 1988 podem ser conferidos no sítio www4.planalto.gov.br/legislacao/ Home — Portal da Legislação (planalto.gov.br) [17.9.2022].

Foram também promulgados diversos atos normativos que autorizaram o retorno de exilados políticos, mediante a emissão controlada de passaportes e títulos de nacionalidade aos que tencionavam regressar. Entretanto, os denunciantes de violações aos direitos humanos vindos de outros países da América do Sul ainda não podiam entrar no Brasil.

Ante a possibilidade de que estes ativistas de direitos humanos fossem mortos ou severamente punidos caso fossem deportados para os paísees de origem, o ACNUR e organizações religiosas ligadas à Igreja Católica conseguiram reassentá-los em países europeus.

Embora não tenham sido frequentes, situações como esta demonstram a política governamental ambivalente então praticada pelo governo brasileiro no tocante à concessão de refúgio internacional. Por exemplo, os refugiados vietnamitas e cubanos eram aceitos no Brasil, mas enfrentavam dificuldades socioeconômicas por falta de apoio governamental. Suas necessidades básicas eram providas, parcialmente, com os recursos do ACNUR e das entidades de apoio a refugiados e imigrantes da Igreja Católica.

No curso da década de 1980 opera a gradual transição dos governos militares para o regime democrátco. Neste período, promulga-se a Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro), que esteve em vigência nos trinta e sete anos seguintes, a servir como regulamento geral das políticas de imigração e refúgio do Brasil.

Enquanto o processo de redemocratização avançava, temas globais como o multilateralismo e o respeito aos direitos humanos começaram a fazer parte da linguagem das comunicações oficiais dos Estados, das organizações não-governamentais, dos movimentos sociais e do cotidiano dos cidadãos comuns.

Embora ambivalente, a política imigratória da transição do regime militar para um sistema democrático de base constitucional originária (1980-1987) levantou as reservas geográfica e temporal ao Protocolo Opcional à Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, de 31 de janeiro de 1967.

Foi nesta época singular da história política brasileira em que o Estado brasileiro admitiu o conceito de refugiado da Declaração de Cartagena de 1984 relativamente às populações em deslocamento forçado do continente sul-americano, centro-americano e região do Caribe, conquanto não a Declaração não haja sido integrada no direito interno.

Foram tambéme estabelecidas novas regras admissionais em benefício de pessoas deslocadas de países africanos descolonizados, tendo em conta as conexões históricas destes povos com o Brasil, e razões de ordem humanitária declaradas oficialmente pelas autoridades brasileiras.

Gradativamente, o Brasil vem a ser considerado um lugar de acolhimento para refugiados internacionais. Por outro lado, o ambiente institucional tornou-se menos hostil. Assim, o ACNUR instalou um escritório reconhecido pelas autoridades brasileiras, inaugurando uma nova fase de cooperação entre o governo brasileiro e o sistemas das Nações Unidas[320].

Em fins dos anos de 1980 convoca-se a Assembleia Nacional Constituinte, comissionada para elaborar a Constituição de um novo Estado Democrático de Direito. O fruto do seu trabalho foi uma Carta Política que prevê a cooperação internacional para o progresso dos povos e a prevalência dos direitos humanos como cláusulas inamovíveis do Estado brasileiro[321].

6. Políticas de refúgio do Brasil contemporâneo: cooperação internacional e direitos humanos

A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 moldou um novo Estado que dever ser coerente com os princípios de cooperação internacional para o progresso da humanidade e de prevalência dos direitos humanos. De facto, o Brasil já ratificou quase todos os instrumentos nucleares do sistema onusiano de proteção[322][323].

[320] Cf. Júlia Bertino MOREIRA, *op. cit.*, p. 184.

[321] No tocante à possibilidade de denúncia por Estado-Parte da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o artigo 48° é expresso nesse sentido. Entretanto, alguns doutrinadores entendem que isto não é permitido, em relação aos tratados internalizados depois da entrada em vigor da Emenda Constitucional n° 45, de 8 de dezembro de 2004, por entenderem que uma vez incorporado sob este rito, um tratado de direitos humanos adquire estatura constitucional, portanto, passa a integrar o bloco de constitucionalidade formado pelas normas internacionais e pela Constituição. Outra face do problema é saber se um tratado incorporado antes da Emenda n° 45 pode ser denunciado por Decreto Presidencial ou por ato do Congresso Nacional (Cf. Fernanda Araújo KALLÁS E CAETANO *et al.*, «Sobre a possibilidade de denúncia de tratados de direitos humanos por ato unilateral do chede do Executivo», *E-Civitas, Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais da UNI-BH*, vol. 13, n° 2, Belo Horizonte, 2020, p. 239, disponível em https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/3194/pdf34567 Sobre a possibilidade de denúncia de tratados de Direitos Humanos por ato unilateral do Chefe do Executivo | Lima, UniBH | E-Civitas [29.12.2023].

[322] São eles. i) o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos em 1992; ii) a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes em 1989; iii) o Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes em 2007; iv) a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1990; v) o Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos da Criança; vi) os dois Protocolos Opcionais ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos em 2009; vii) o Pacto sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais em 1992; viii) o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher em 2002; ix) o Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes; x) Convenção sobre os Direitos da Criança em 1990; xi) Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados em 2004; xii) Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil, em 2004; xiii) o Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre Procedimentos de Comunicação em 2017; xiv) a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, em 2010; xv) a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2008; xvi) Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2008. O Brasil não assinou nem ratificou o Protocolo Opcional ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, como também não se moveu em relação à Convenção Internacional sobre a Proteção dos Dirietos de Todos os Trabalhadores Migrantes e aos Membros de Suas Familias. Ver OFFICE OF THE HIGH COMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR),

Outrossim, somente depois da promulgação da CF/88 é que as reservas aos direitos previstos nos artigos 15 e 17[324] da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e a reserva temporal e geográfica da Seção B.1 (b), do artigo 1°, pelo Decreto n° 98.602, de 19 de dezembro de 1989 (depois alterado pelo Decreto n° 99.757, de 29 de novembro de 1990), por forma que todos os dispositivos da Convenção vieram a integrar o direito interno[325].

A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de Estocolmo, de 1972[326], e o Relatório Brundtland de 1987[327] haviam estabelecido o nexo de causalidade entre meio ambiente e migrações internacionais.

No seguimento, o Brasil patrocinou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), na qual se reforçaram os princípios do Desenvolvimento Sustentável por meio de mais 27 princípios da Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento[328].

Logo ano seguinte, a Conferência de Viena sobre os Direitos Humanos de 1993 publicará as diretrizes das políticas de refúgio que todos os Estados deveriam considerar.

Sobretudo, ganha fôlego a a tese de que a proteção específica para pessoas mais vulneráveis entre os deslocados forçados, para além das normas gerais imigratórias, deveriam ser objeto de legislações especialmente formuladas para sustentar juridicamente políticas específicas de proteção.

O escopo desta medida era claro: assegurar o atendimento igualitário no contexto de crises humanitárias desencadeadas por conflitos armados, por falha do Estado ou por fatores ambientais incidentes sobre a economia e a estabilidade social.

Treaty Bodies, Status of Ratification, Interactive Dashboard, Genebra, 2023, disponível em https://indicators.ohchr.org- OHCHR Dashboard - OHCHR Dashboard [21.9.2023].

[323] O Brasil não ratificou o Protocolo Opcional ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, nem a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Dirietos de Todos os Trabalhadores Migrantes e aos Membros de Suas Familias.

[324] Cf. Júlia Bertino MOREIRA, *op. cit.*, p. 175: «Em 1989 ocorreu a transferência do escritório do ACNUR para Brasília e a denúncia pelo Brasil da reserva geográfica estabelecida pela Convenção de 51. Em 1990 as reservas aos artigos 15 e 17 deste diploma legal foram levantadas».

[325] Altura em que o Brasil já aplicava a cláusula temporal e geográfica inscrita na Secção B.1, (*b*),do artigo 1°, da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, assim redigida: «acontecimentos «acontecimentos ocorridos antes de 1° de janeiro de 1951 na Europa ou alhures».

[326] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Declaração de Estocolmo)*, Estocolmo, 1972, disponível em https.//defensoria.ms.gov.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nudedh/legislacao-internacional/sistema-onu/21_-_declaração_de_estocolmo_sobre_o_meio_ambiente_humano_-__1972_-_OK-compactado.pdf [6.12.2023].

[327] «Talvez o mais importante marco da luta internacional pela preservação do meio ambiente se deu com o Relatório *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland por levar o sobrenome da primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland» (Cf. Carolina de Abreu Batista CLARO, *A Proteção dos Refugiados Ambientais no Direito Internacional*, 2015, 328f., Tese (Doutorado em Direito Internacional), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2016, p. 110, disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-08042016-155605/pt-br.php A proteção dos Refugiados Ambientais no Direito Internacional (usp.br) [23.7.2022];

[328] Ver REPÚBLICA PORTUGUESA, *Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1992, disponível em https://apambiente.pt/sites/default/files/_A_APA/Cidadania_ambiental/AssuntosInternacionais/1992_Declaracao_Rio.pdf [6.12.2023].

A Conferência também realçou a essencialidade do ACNUR na articulação de decisões políticas de alto nível, sem descurar a experiência de campo e o apoio técnico que a Agência emprestaria aos Estados, para que cumprissem a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, tendo em linha de conta a proteção e a promoção dos direitos fundamentais das pessoas em situação de mobilidade forçada internacional.

Nas palavras de Lindgren Alves, diplomata brasileiro envolvido nos trabalhos de gabinete da Conferência, o evento representou «a aproximação intrínseca entre o Direito Internacional Humanitário, fundado nas Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais, sobre o tratamento aos civis em tempo de guerra, e no Direito dos Refugiados da Convenção de Genebra de 1951, para além de institutos do próprio Direito Internacional dos Direitos Humanos»[329].

Finalmente, os princípios convencionais e estatutários foram internalizados por meio da Lei de Refúgio nº 9.474/1997[330], que absorveu alguns princípios da Declaração de Cartagena sobre as populações em deslocamento na América do Sul, Central e Caribe.

Nos termos da Declaração de Cartagena, alargou-se o âmbito subjetivo do refúgio, para que ao lado da tipologia da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo Opcional de 1967, valesse a decisão dos Estados latino-americanos e mar do Caribe sobre o reconhecimento de graves e generalizadas violações de direitos humanos, que obrigam alguém a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país, conforme escrito no artigo 1º, inciso III, da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997[331].

---

[329] «Em vista das proporções avassaladoras que a questão dos refugiados já assumia em 1993, o artigo 23 é dos mais longos da Declaração. Ele sublinha a importância da Convenção de 1951 sobre a Condição dos Refugiados, seu Protocolo de 1967 (que elimina a concessão desse estatuto apenas às pessoas originárias do Leste europeu) e dos instrumentos regionais que regulam a matéria. Expressa, com justiça, reconhecimento aos Estados "que continuam a aceitar e acolher grandes números de refugiados em seus territórios", muitos dos quais africanos e pobres, com dificuldades, acrescidas pela afluxo de populações vizinhas deslocadas por conflitos, assim como ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), muito provavelmente a agência da ONU cujo trabalho mais aumentou desde o fim da Guerra Fria, e ao Organismo de Obras Públicas e Socorro das Nações Unidas para Refugiados Palestinos no Oriente Próximo« (Cf. José Augusto Lindgren ALVES, «A atualidade retrospectiva da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos», *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, nº 53, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo, 2000, pp. 50-51, disponível em https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/Revista%20PGE%2053.pdf Revista PGE [26.8.2022].

[330] A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo foram incorporados no ordenamento brasileiro em 2009. Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146 de 2015 promoveu sua integração ao direito interno, na forma do artigo 5º, §3º, adicionado pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004.

[331] Na cláusula Terceira, a Declaração enfatiza o consenso entre os Estados de que «[...] face à experiência adquirida pela afluência em massa de refugiados na América Central, se toma necessário encarar a extensão do conceito de refugiado tendo em conta, no que é pertinente, e de acordo com as características da situação existente na região, o previsto na Convenção da OUA (artigo 1., parágrafo 2) e a doutrina utilizada nos relatórios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública» (Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES

Sofia Oliveira comenta que mesmo não sendo uma fonte vinculativa de Direito Internacional, a Declaração de Cartagena veio a ser uma fonte espontânea e atípica, «pela sua aceitação como conjunto de normas de referência na matéria»[332].

Conforme esclarece esta autora, os princípios da Declaração de Cartagena continuaram em processo de desenvolvimento por meio da Declaração e Plano de Ação concertado a Favor dos Refugiados e Deslocados Centro-Americanos na América Latina, adotados na Conferência Internacional sobre Refugiados Centro-Americanos.

Para além disto, a Declaração de Cartagena tem sido revisitada ao longo dos anos. Primeiro, a Declaração de São José Sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas, em São José da Costa Rica, em 1994. Em seguida, a Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina, Cidade do México, 2004, e a Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano, de 2010. Já em 2014, adota-se a Declaração e Plano de Ação do Brasil, e em 2018, o documento intitulado «Os 100 Pontos de Brasília».

Os institutos de repatriação voluntária, da integração local e do reassentamento estão expressamente previstos na Lei de Refúgio brasileira, mensagem que deve ser lida como a expressar o pleno alinhamento com a gestão externa dos refugiados que é feita pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados[333].

Por outro lado, a Lei de Refúgio brasileira contém mecanismos secundários de proteção aplicáveis a populações deslocadas, mesmo aqueles que não se enquadram no perfil legal de pessoas em situação de refúgio.

Consoante a lei de refúgio brasileiro, o critério de elegibilidade sobre graves e generalizadas violações de direitos humanos aplica-se ao caso dos nacionais venezuelanos, e se materializada na

---

UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Declaração de Cartagena,* Cartagena, 1984, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf [21.7.2022].

[332] Cf. Andreia Sofia Pinto OLIVEIRA, *O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa: Âmbito de Protecção de Um Direito Fundamental*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, p. 68.

[333] «O reassentamento é a transferência de refugiados de um país-anfitrião para outro, que concordou em admiti-los. O reassentamento é visto como uma das soluções duradouras, pois é a única solução durável que envolve a realocação de refugiados de um país anfitrião para um terceiro país. Brasil: parte do ERCM e CRISP, duas iniciativas conjuntas globais implementadas pela OIM e ACNUR. Mecanismo de Apoio Conjunto aos Países Emergentes de Reassentamento (ERCM, 2017-2019): reassentamento de 24 refugiados centro-americanos por meio da primeira iniciativa de reassentamento financiada pelo governo brasileiro.
Iniciativa de Reassentamento Sustentável e Vias Complementares (CRISP, 2020-2022): apoio à criação, expansão e fortalecimento de reassentamentos e vias complementares em diversas modalidades.
Resposta Afeganistão (CRISP): apoio ao Brasil para acolhida humanitária a afegãos, incluindo realização de movimentos (emissão de bilhetes, checagens de saúde pré-embarque, vacinação e testes RT-PCR COVID-19, e suporte pós chegada) e consultoria técnica para desenho de planos de integração (Ver ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM), «Reassentamento de refugiados», Brasíla-DF, 2023, disponível https://brazil.iom.int/pt-br/reassentamento-de-refugiados Reassentamento de refugiados | OIM Brasil (iom.int) [29.12.2023].

autorização de residência extensível aos familiares dependentes de um solicitante de refúgio, válida para todo o período em que o pedido tramita no Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)[334].

Esta solução complementar de longa duração tem-se mostrado útil para vaibilizar a rápida documentação de um solicitante de refúgio, enquanto se espera a definição acerca do estatuto ou de outra regra imigratória aplicável[335].

Esta autorização de residência pode ser renovada, e para tanto, o governo verifica eventual mudança da condição jurídica do solicitante de refúgio. Se reconhecido como refugiado, toda a documentação provisória é substituída pelo registro definitivo de refugiado. Em caso de não reconhecimento do estatuto de refugiado, avalia-se a atribuição de outro estatuto imigratório, quando a autorização pode ou não ser renovada[336].

Já os nacionais de origem haitiana não se enquadram no âmbito subjetivo da lei de refúgio brasileira. A documentação destes nacionais estrangeiros é o visto de trabalho temporário com autorização de residência para fins de acolhida humanitária, pertencente ao quadro das políticas de imigração laboral.

Em todo caso, a posse deste documento regulariza a situação imigratória ao ponto de que ele possa aceder os bens e serviços públicos em condições de igualdade com os brasileiros e outros estrangeiros.

Feito este breve recorte extemporâneo, voltamos à linha cronológica marcada pela Conferência de Viena, de 1993. Este conclave teve êxito revolucionário de reunir 171 delegações oficiais de Estados-Membros das Nações Unidas, diversas representações de organizações internacionais e cerca de

[334] «Importante reiterar que o nacional venezuelano, no Brasil, pode optar tanto pela autorização de residência, por meio da Portaria Interministerial nº 9/2018, com suas respetivas alterações; ou pelo reconhecimento da condição de refugiado. É de suma importância esclarecer os principais impactos práticos e jurídicos da medida. A autorização de residência tem resposta imediata e é um processo bastante simples - tem como principal vantagem a ampla liberdade de circulação do imigrante, que pode ausentar-se do Brasil sem necessidade de pedir autorização ao Estado, bem como conta com a possibilidade de retornar ao país de origem. Já o refugiado, pela condição mais restritiva, caso saia do país sem autorização do Governo Federal, terá decretada a perda de sua condição de refugiado e o retorno ao país de origem levará à cessação de sua condição de refugiado (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Especificidades Haiti-Venezuela*, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2022, https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/refugio/especificidade-haiti-e-venezuela Especificidade - Haiti e Venezuela — Português (Brasil) (www.gov.br) [13.10.2022].

[335] «Art. 21. Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o qual autorizará a estada até a decisão final do processo. § 1º O protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividade remunerada no País. § 2º No protocolo do solicitante de refúgio serão mencionados, por averbamento, os menores de quatorze anos.

Art. 22. Enquanto estiver pendente o processo relativo à solicitação de refúgio, ao peticionário será aplicável a legislação sobre estrangeiros, respeitadas as disposições específicas contidas nesta Lei»

[336] Os nacionais de origem haitiana não se enquadram no âmbito subjetivo da condição de refugiado, nos termos da lei brasileira. A sua documentação imigratória é feita por meio do visto de trabalho temporário com autorização de residência para fins de acolhida humanitária, do quadro das políticas públicas de imigração laboral, viabilizando o usufruto dos direitos e garantias assegurados na legislação brasileira

10.000 apoiadores individuais e coletivos, unidos em torno de uma proposta de compromissos com os direitos humanos de alcance verdadeiramente global[337].

Neste cenário, a diplomacia brasileira destacou-se à frente da coordenação dos trabalhos de redação do texto final da Declaração e Programa de Ação de Viena. De um ponto de vista histórico, a Conferência pode ajuntar-se aos grandes acontecimentos políticos mundiais, especialmente os que esetavam a suceder no coração da Europa, especialmente o processo «Perestroika-Glasnost» (1985-1991) e a reunificação da Alemanha (1989-1990).

Parecia haver chegado o «fim da História»[338], ou melhor, o golpe final na Guerra Fria e o início da tão esperada era de pacificação internacional construída sobre a ideologia libertária e liberal do ocidente capitalista. Entretanto, os problemas de um mundo irredutivelmente polarizado pelo longo período de Guerra Fria não se dissiparam, apenas mudaram de lugar e de feição, trazendo consigo outras formas de ameaça à paz e à segurança internacional, exsurgentes a cada ciclo político.

De outra parte, o Direito Internacional Público clássico mostrava-se pouco adequado às variantes «caleidoscópicas» da nova configuração das relações internacionas. Antes adstrito aos Estados soberanos, o espaço da política externa abriria uma fenda para que indivíduos e entidades associativas viessem a atuar na seara do direito internacional dos direitos humanos, de linguagem centralizada na proteção dos indivíduos, e não nos interesses dos Estados.

Em sentido contrário ao discurso internacional de respeito e proteção aos direitos humanos, vieram a agravar-se antigas rivalidades nacionais. Surgiram novos conflitos armados com emprego de tecnologias de última geração e estratégias de elevado potencial destrutivo.

O mundo assistiu à Guerra do Golfo (1990-1991), os conflitos de cariz étnico-racial em África e de cariz religioso no Médio-Oriente, as guerras balcânicas e a escalada global da ameaça do terrorismo, tiveram influência inevitável sobre a mobilidade humana interna e internacional[339].

---

[337] Ver José Augusto Lindgren ALVES, «Direitos humanos: o significado político da Conferência de Viena», *Lua Nova*, *Revista de Cultura e Política*, nº 32, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, 1994, p. 169, disponível em scielo.br/j/ln/a/dM3qJKq7wq59dTkxMxXXsDx/?format=pdf&lang=pt [20.9.2023].

[338] Termo que ficou marcado nos estudos de Ciência Política a partir da obra de Francis Fukuyama, «O Fim da História e o Último Homem»: «a tese central do livro é a de que o fim da história apresenta-se porque a atual democracia liberal é a forma vitoriosa e final de expressão do poder estatal, pois permite aos homens a real vivência e correlata garantia, eficácia e efetividade de seus direitos humanos-fundamentais. Em especial, a liberdade, a igualdade e a dignidade da pessoa humana em suas matizes individuais e coletivas, tanto em perspectiva pública quanto privada» (Cf. Luciana Diniz Durães PEREIRA, «O Fim da História e o Último Homem», *E-Civitas, Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais da UNI-BH*, vol. VII, nº 1, Belo Horizonte, 2014, p. 9, disponível em https:// revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/1240/696 O Fim da História e o Último Homem | Pereira - UFMG | E-Civitas (unibh.br) [3.10.2023].

[339] «Com incidência ampla, afetavam substancialmente as questões de direitos humanos para a Conferência de Viena outros fenômenos específicos dos anos 90, como a exacerbação do micronacionalismo em áreas antes pertencentes a Estados socialistas – com efeitos já devastadores nos territórios da antiga Iugoslávia – e o aumento extraordinário do número de refugiados e de populações deslocadas, além dos fluxos intensificados de

Os prognósticos mais otimistas quanto a um futuro tendencialmente mais pacífico, para dizer o mínimo, foram frustrados. Contudo, é neste cenário nada promissor que se avoluma a relevância política da Conferência de Viena de 1993 para os direitos humanos em geral, e de modo particular no que pertine à proteção dos direitos de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, como são os refugiados e as pessoas com deficiência[340].

O parágrafo 23 da Declaração e Programa de Ação de Viena vivifica expressamente a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, e os instrumentos regionais como imperativos para que os Estados e as organizações internacionais assegurassem, sobretudo, o retorno «dignificante e seguro» dos deslocados aos seus países de origem, para além de outras soluções duradouras e medidas eficazes de caráter humanitário.

No seguimento da Conferência de Viena, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1), por meio do Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996. Na prática, o PNDH reproduziu os objetivos da Declaração e Programa de Ação de Viena, e teve a finalidade de inspirar e orientador as políticas públicas e planos de ação governamentais presentes e futuros para os direitos humanos.

Esta primeira versão do Programa, inspirada no Pacto Inernacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966, já previa a participação da sociedade civil em todos as injunções junto ao Poder Executivo e Legislativo, por meio de associações e conselhos consultivos ou deliberativos formados por representantes do governo e de representantes de setores da sociedade civil.

Na segunda versão, enfatizam-se os direitos sociais e a dimensão econômica e cultural do indivíduo, conforme as diretrizes do Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966.

Finalmente, a versão mais atualizada do PNHD avança para situar os direitos humanos como fundamento das novas relações internacionais e internas, onde a garantia dos direitos humanos e a

---

emigrantes movidos pela falta de condições econômicas de sobrevivência nos países de origem» (Ver José Augusto Lindgren ALVES, «A atualidade retrospectiva da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos», *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, nº 53, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 21, disponível em https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/Revista%20PGE%2053.pdf Revista PGE [26.8.2022].

[340] A proteção aos refugiados foi enfatizada vigorosamente nos parágrafos 23 e 28 da Declaração e Plano de Ação de Viena. Nos parágrafos 21, 22, 23, 63, 64 e 65 fala-se sobre a proteção às pessoas com deficiência (Cf. REPÚBLICA PORTUGUESA, *Declaração e Programa de Ação de Viena*, Ministério Público de Portugal, 1993, disponível em https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracao_e_programa_acao_viena.pdfdeclaracao_e_programa_acao_viena.pdf (ministeriopublico.pt) [4.5.2023].

afirmação do indivíduo como sujeito de direito internacional condicionam o desenvolvimento social e econômico, a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente[341].

Embora o PNDH jamais tenha sido implementado em sua totalidade, é indiscutível tratar-se de um programa que tem por objetivo pomover os objetivos da Declaração e Plano de Ação da Conferência de Viena de 1993 no âmbito do direito interno brasileiro[342].

Posteriormente, o Brasil empenhou-se ativamente no Colóquio Internacional preparatório da Declaração de San José da Costa de 1994, cujo tema foi a proteção aos deslocados internos latino-americanos, para além de uma avaliação dos progressos (e retrocessos) da década anterior, no seguimento da Declaração de Cartagena de 1984.

Em 1997, ainda sob o influxo da Conferência de Viena, atores governamentais, organismos internacionais, ONGs e apoiadores da causa dos imigrantes e refugiados promoveram instâncias no Congresso Nacional no sentido da aprovação de um Projeto de Lei de refúgio brasileira, o que de facto veio a se concretizar em 1997[343].

Promulga-se a Lei de Refúgio brasileira nº 9.474/1997, norma integrativa dos princípios convencionais e estatutários no direito interno do Brasil, pela qual se operou o alargamento do quadro de tipologias da proteção na modalidade do refúgio, nos termos da Declaração de Cartagena de 1984[344]. Esta lei projeta o dispositivo constitucional que atribui à União a competência legislativa sobre «[...] emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros»[345].

Em 2004, o Brasil assinou a Declaração e Plano de Ação do México[346], e em 2010, foi o país anfitrião do Colóquio Internacional que adotou a Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados

---

[341] Todas as versões do Programa Nacional de Direitos Humanos foram consultadas neste sítio eletrônico www.dhnet.org.br/pndh/[24.11.2023].

[342] Cf. José Augusto Lindgren ALVES, «Direitos humanos: o significado político da Conferência de Viena», *Lua Nova*, *Revista de Cultura e Política*, nº 32, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, 1994, p. 175, disponível em scielo.br/j/ln/a/dM3qJKq7wq59dTkxMxXXsDx/?format=pdf&lang=pt [20.9.2023].

[343] O autor da minuta da lei de refúgio brasileira, José Henrique Fischel de Andrade, revelou as fontes que subsidiaram seu trabalho: «[...] "mais especificamente, fui eu que redigi essa minuta da lei brasileira, inspirado nas diretivas do ACNUR e algumas legislações de estrutura semelhante e próxima à nossa tradição jurídica, como, no caso, a legislação portuguesa que vigia à época" (Cf. Júlia Bertino MOREIRA, *op.cit.*, p. 190).

[344] A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo foram incorporados no ordenamento brasileiro em 2009. Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146 de 2015 promoveu sua integração ao direito interno, consoante o rito legislativo constitucional do artigo 5º, §3º, adicionado pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004.

[345] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição Federal*, *artigo 22, inciso XV*, Brasília-DF, 1988, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm disponível em Constituição (planalto.gov.br) (interpolação e omissão nossas) [29.9.2022].

[346] Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina*, Cidade do México, 2004, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_e_Plano_de_Acao_do_Mexico.pdf Declaração e Plano de Ação do México (acnur.org) [21.7.2022];

e Apátridas no Continente Americano[347]; no ano de 2014, o governo brasileiro promoveu o Colóquio Internacional em que se adotou a Declaração e Plano de Ação do Brasil[348].

Por fim, no contexto da assinatura do documento intitulado «Os 100 Pontos de Brasília: Contribuições da América Latina e do Caribe para o Pacto Global sobre Refugiados», o Brasil mais uma vez encabeçou a lista de Estados comprometidos em aplicar as experiências regionais adquiridas nos últimos 40 anos, a fim de dar respostas eficazes e céleres às situações de risco humanitário envolvendo populações deslocadas na região.

Neste último documento assinala-se o reconhecimento da interconectividade entre o regime internacional dos refugiados, os sistemas de refúgio nacionais e o direito internacional dos direitos das pessoas com deficiência.

Por fim, recomenda-se a gestão das necessidades específicas de proteção a PCDs solicitantes de refúgio por meio das leis e políticas de atendimento equitativo já existentes nos Estados, nas mesmas condições em que são oferecidas aos nacionais[349]:

6.1. Aspectos procedimentais do sistema de refúgio brasileiro

As soluções duradouras concebidas pelo sistema universal de proteção aos refugiados são a repatriação voluntária, o reassentamento em país terceiro disposto a acolher[350], e a integração local.

[347] Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano*, Brasília-DF, 2010, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_de_Brasilia_sobre_a_Protecao_de_Refugiados_e_Apatridas_no_Continente_Americano.pdf [21.7.2022];

[348] Cf. Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Declaração e Plano de Ação do Brasil*, Brasília-DF, 2014, disponível em https://www.refworld.org.es/docid/5d7fceca2.html#:~:text=Alto%20Comisionado%20de%20las%20Naciones%20Unidas%20para%20los,esta%20dirección%3A%20https%3A%2F%2Fwww.refworld.org.es%2Fdocid%2F5d7fceca2.html%20%5BAccesado%20el%2019%20Junio%202023%5D [26.7.2023];

[349] «III. Gestão de necessidades específicas: [...] 88. A existência de leis que protegem os direitos dos idosos *e das pessoas com deficiência* aplicadas igualmente às pessoas solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado, refugiadas e apátridas. 89. A existência de programas sociais para idosos e *pessoas com deficiência que beneficiam igualmente as pessoas nacionais e as pessoas solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado, refugiadas e apátridas*» (Ver ALTO COMISSIARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Os 100 Pontos de Brasília*, Brasília-DF, 2018, disponível em www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2018/11591.pdf?file=fileadmin/Documentos/BDL/2018/11591(destacou-se) [24.11.2023].

[350] «O reassentamento é a transferência de refugiados de um país-anfitrião para outro, que concordou em admiti-los. O reassentamento é visto como uma das soluções duradouras, pois é a única solução durável que envolve a realocação de refugiados de um país anfitrião para um terceiro país. Brasil: parte do ERCM e CRISP, duas iniciativas conjuntas globais implementadas pela OIM e ACNUR. Mecanismo de Apoio Conjunto aos Países Emergentes de Reassentamento (ERCM, 2017-2019): reassentamento de 24 refugiados centro-americanos por meio da primeira iniciativa de reassentamento financiada pelo governo brasileiro. Iniciativa de Reassentamento Sustentável e Vias Complementares (CRISP, 2020-2022): apoio à criação, expansão e fortalecimento de reassentamentos e vias complementares em diversas modalidades.

Outros mecanismos de proteção a populações deslocadas, mesmo aqueles que não se enquadram no perfil legal de pessoas em situação de refúgio, estão disponíveis na Lei de Refúgio brasileira.

No caso dos nacionais venezuelanos, a autorização de residência[351] extensível aos familiares dependentes de um solicitante de refúgio, válida enquanto tramita a solicitação no CONARE, tem sido largamente aplicada na gestão migratória brasileira, como solução complementar de médio prazo[352].

Esta autorização pode ser renovada, conforme a situação da pessoa acolhida, e deve ser analisada de acordo com o enquadramento nas hipóteses de refugiado reconhecido, ou se é a situação factual levará à perda ou à cessação da condição de refugiado[353].

Já os nacionais de origem haitiana não se enquadram no âmbito subjetivo da condição de refugiado, nos termos da lei brasileira. O procedimento comum de documentação dos nacionais haitianos é o visto de trabalho temporário com autorização de residência para fins de acolhida humanitária. Esta política é aplicada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), pois pertence ao quadro das políticas de imigração laboral.

Não obstante, a posse de um visto de trabalho com autorização de residência permite o acesso aos bens e serviços públicos disponíveis, em condições equitativas com os brasileiros e outros estrangeiros residentes no país.

Resposta Afeganistão (CRISP): apoio ao Brasil para acolhida humanitária a afegãos, incluindo realização de movimentos (emissão de bilhetes, checagens de saúde pré-embarque, vacinação e testes RT-PCR COVID-19, e suporte pós chegada) e consultoria técnica para desenho de planos de integração (Ver ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM), «Reassentamento de refugiados», Brasíla-DF, 2023, disponível https://brazil.iom.int/pt-br/reassentamento-de-refugiados Reassentamento de refugiados | OIM Brasil (iom.int) [29.12.2023].

[351] «Importante reiterar que o nacional venezuelano, no Brasil, pode optar tanto pela autorização de residência, por meio da Portaria Interministerial nº 9/2018, com suas respetivas alterações; ou pelo reconhecimento da condição de refugiado. É de suma importância esclarecer os principais impactos práticos e jurídicos da medida. A autorização de residência tem resposta imediata e é um processo bastante simples - tem como principal vantagem a ampla liberdade de circulação do imigrante, que pode ausentar-se do Brasil sem necessidade de pedir autorização ao Estado, bem como conta com a possibilidade de retornar ao país de origem. Já o refugiado, pela condição mais restritiva, caso saia do país sem autorização do Governo Federal, terá decretada a perda de sua condição de refugiado e o retorno ao país de origem levará à cessação de sua condição de refugiado (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Especificidades Haiti-Venezuela*, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2022, https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/refugio/especificidade-haiti-e-venezuela Especificidade - Haiti e Venezuela — Português (Brasil) (www.gov.br) [13.10.2022].

[352] «Art. 21. Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o qual autorizará a estada até a decisão final do processo. § 1º O protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividade remunerada no País. § 2º No protocolo do solicitante de refúgio serão mencionados, por averbamento, os menores de quatorze anos.

Art. 22. Enquanto estiver pendente o processo relativo à solicitação de refúgio, ao peticionário será aplicável a legislação sobre estrangeiros, respeitadas as disposições específicas contidas nesta Lei»

[353] Os nacionais de origem haitiana não se enquadram no âmbito subjetivo da condição de refugiado, nos termos da lei brasileira. A sua documentação imigratória é feita por meio do visto de trabalho temporário com autorização de residência para fins de acolhida humanitária, do quadro das políticas públicas de imigração laboral, viabilizando o usufruto dos direitos e garantias assegurados na legislação brasileira.

O primeiro dentre os casos que ora abordamos concisamente é um exemplo típico da atuação ordinária do sistema de refúgio brasileiro, cujo órgão civil central é o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). A situação dos deslocados de origem haitiana reveste-se de especial complexidade, visto que em regra a primeira frente de regularização pretendida é a via do refúgio. Porém, sendo inviável a atribuição do estatuto de refugiado para deslocados de regiões afetadas por problemas ambientais e extrema pobreza, a documentação imigratória dos haitianos passará para a esfera de competência de outro órgão civil, o Comitê Nacional de Imigração (CNIg), a principal instância do sistema de imigração *stricto sensu* do Estado brasileiro.

Interessa-nos particularmente a ativdade do sistema de refúgio e do CONARE como sua instância axial. Como já ligeiramente assinalamos, este órgão de natureza civil detém a competência para a elaboração e a coordenação das políticas de refúgio, de forma interagencial, intersetorial e cooperativa com os demais órgãos de gestão imigratória, as organizações internacionais e atores do setor privado engajados no apoio às populações deslocadas.

Estruturalmente vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao Poder Executivo Federal, o CONARE reflete em concreto o compromisso do Estado brasileiro de implantar um órgão de controle do refúgio internacional, com atribuições específicas e distintas dos departamentos de controlo migratório, quais sejam a Polícia Federal-PF, o Departamento de Migrações (DEMIG) e o Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Ao CONARE compete julgar as solicitações de refúgio, em primeira instância, a coordenação intersetorial do apoio aos refugiados, e a regulação operacional do sistema de refúgio. Dentre as competências citadas, aquelas que de facto mais se avulta para os fins colimados nesta dissertação é o a competência para analisar as solicitações de reconhecimento do estatuto de refugiado (artigo 12 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997).

Principiamos a análise do funcionamento do sistema de refúgio pelo enquadramento dos factos alegados pelo(s) solicitante(s) no quadro normativo de direito internacional dos refugiados, no direito internacional dos direitos humanos, e nos compromissos *soft law* de que faz parte o Brasil (artigo 48 da citada Lei)[354].

[354] *Vide* REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, Define Mecanismos para a Implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e Determina Outras Providências*, Brasília-DF, 1997, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htmL9474 (planalto.gov.br) [29.9.2022].

No quadro de alternativas decisórias de que dispõe, o CONARE pode decidir sem examinar o mérito em duas modalidades, seja pelo arquivamento, seja pela extinção do procedimento[355]. As hipóteses de arquivamento ocorrem quando: i) ausente o solicitante à entrevista de elegibilidade para a qual foi previamente notificado; ii) o solicitante não atualiza seus dados cadastrais; iii) o solicitante sai do território nacional sem comunicação prévia.

A extinção ocorre nos seguintes casos: i) por falecimento do solicitante; ii) por ausência do solicitante por mais de 2 anos; iii) no caso de um solicitante adquirir a nacionalidade brasileira; iv) por ausência de factos ou elementos novos em pedido posterior a um que haja sido indeferido; v) em caso de desistência do pedido; vi) por ausência de renovação do protocolo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado[356].

Ao apreciar uma solicitação com exame de mérito, o CONARE aprecia: i) os critérios de elegibilidade convencionais e do direito interno[357]; ii) a possibilidade de extensão dos efeitos do reconhecimento para os familiares do solicitante que sejam dependentes dele; iii) o reassentamento de pessoas transferidas de um primeiro país de asilo, tendo o Conare concordado em admiti-las, mantendo-se o *status* de refugiado[358].

Da análise de mérito também podem resultar o indeferimento de um pedido: i) por incumprimento dos requisitos de elegibilidade; ii) não extensividade dos efeitos da condição de refugiado para os familiares dependentes de um solicitante; iii) no caso de solicitantes da condição de refugiado cujos *status* não foram reconhecidos pelo Conare, mas tendo sido consideradas como situações ou casos omissos, adquiriram autorização de residência após recomendação ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg)[359].

---

[355] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decisões sem Análise de Mérito, Painel Interativo de Decisões sobre o Refúgio no Brasil*, Comitê Nacional para os Refugiados-Conare, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/ Refúgio em Números — Ministério da Justiça e Segurança Pública (www.gov.br) [17.10.2023].

[356] «O arquivamento de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado é regulamentado pelas Resoluções Normativas do Comitê Nacional para os Refugiados n° 18/2014 e 23/2016, alteradas pelas Resoluções Normativas n° 22/2015, 26/2018, 28/2018, 29/2019, 31/2019 e 33/2020» (Cf. Gustavo Junger SILVA *et al.*, *Refúgio em Números*, 7ª edição, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2022, p. 49, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/RefugioemNumeros.pdf [17.10.2023].

[357] «Art. 48. Os preceitos desta Lei deverão ser interpretados em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com todo dispositivo pertinente de instrumento internacional de proteção de direitos humanos com o qual o Governo brasileiro estiver comprometido» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei n° 9.474, de 22 de julho de 1997, Define Mecanismos para a Implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e Determina Outras Providências*, Brasília-DF, 1997, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm [8.7.2022].

[358] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decisões de Mérito, Painel Interativo de Decisões sobre o Refúgio no Brasil*, Comitê Nacional para os Refugiados-Conare, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/ Refúgio em Números — Ministério da Justiça e Segurança Pública (www.gov.br) [17.10.2023].

[359] *Idem*.

O Comitê pode determinar a perda da condição de refugiado, quando: i) o solicitante renuncia ao *status*; ii) é comprovada a falsidade dos fundamentos invocados para o reconhecimento da condição de refugiado ou a existência de fatos que, se fossem conhecidos quando do reconhecimento, teriam ensejado uma decisão negativa; iii) o solicitante exerce atividades contrárias à segurança nacional ou à ordem pública; iv) o solicitante se ausenta do território nacional sem prévia autorização do Governo brasileiro[360].

A cessação do *status* de refugiado pode acontecer diante das seguintes situações: i) pessoas refugiadas voltam a valer-se da proteção do seu país de origem; ii) apátridas que recuperam a nacionalidade outrora perdida; iii) adquirentes de nova nacionalidade e proteção no país cuja nacionalidade foi adquirida; iv) retorno voluntário ao país de origem; v) pelo facto de não mais existirem as circunstâncias que levaram ao reconhecimento da condição de refugiado (ou de apátrida), e assim não podem mais recusar a proteção do país de que são nacionais[361].

Em tese, a decisão denegatória do reconhecimento da condição de refugiado desobriga o Estado brasileiro relativamente aos direitos de uma pessoa que está a solicitar refúgio. Porém, o mesmo processo pode ser convolado para um pedido de autorização de residência por motivos de trabalho. Neste caso, será o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) o órgão decisor, e não mais o CONARE.

O indeferimento da solicitação de refúgio não impede a convolação do processo de solicitação de de refúgio para um pedido de autorização de residência ligada a questões laborais, ou por decisão discricionária da autoridade imigratória[362].

Em qualquer hipótese, as decisões do CONARE devem ser fundamentadas. Ultrapassados os aspetos formais do pedido, o Comitê debruça-se sobre os factos aduzidos pelo solicitante e todos os vetores discriminatórios, condições desigualitárias e ameaças ou violações concretas aos direitos humanos.

---

[360] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decisões de Mérito, Painel Interativo de Decisões sobre o Refúgio no Brasil*, Comitê Nacional para os Refugiados-Conare, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/[17.10.2023].

[361] *Idem*.

[362] Ao Conselho Nacional de Imigração (Cnig) compete, entre outras atribuições: «VI - dirimir as dúvidas e solucionar os casos especiais para a concessão de autorização de residência associada às questões laborais, nos termos do disposto no art. 162 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e os casos especiais para a concessão de autorização de residência não previstos expressamente no Decreto nº 9.199, de 2017 (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 9.873, de 27 de junho de 2019, Dispõe sobre o Conselho Nacional de Imigração*, Brasília-DF, 2019, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9873.htm D9873 (planalto.gov.br)) [29.9.2022];

Caberá recurso ao Ministro da Justiça contra a decisão denegatória da solicitação do reconhecimento da condição de refugiado, na forma dos artigos 29 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 e 18, § 1º e 2º da Portaria nº 756, de 5 de novembro de 1998 (Regimento Interno do CONARE)[363].

A decisão do Ministro da Justiça adotada no recurso é irrecorrível por via administrativa. Mas como todo ato da administração pública que negue, limite ou afete direitos ou interesses, a decisão deve ser motivada, com indicação dos fatos e dos jurídicos (artigo 50, inciso I, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999)[364].

Ao Poder Judiciário caberá «apreciar qualquer ameaça ou lesão a direito», «prerrogativa-garantia» constitucional protegida pela irretratabilidade, cujos benefícios se estendem aos brasileiros e estrangeiros residentes no país (artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88)[365].

Para além das normas internacionais e internas sobre o refúgio, outros ramos do DIDH devem ser aplicados às demandas gerais ou de um segmento mais vulnerável para o qual existem regras especiais, como é o caso das pessoas com deficiência em situação de refúgio.

Cabe também ao CONARE orientar e coordenar ações de proteção, assistência e apoio aos refugiados. Esta atividade é desenvolvida a partir da aplicação da Lei de Refúgio nº 9.474/1997, norma de integração do direito internacional dos refugiados no direito interno.

Outras leis e atos normativos de hierarquia inferior são convocados para fundamentar as decisões do CONARE: notas informativas, ordens de serviço, portarias, resoluções administrativas,

---

[363] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Regimento Interno do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare)*, Brasília-DF, 1998, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_Nº_756_DE_5_DE_NOVEMBRO_DE_1998_1.pdf PORTARIA_Nº_756_DE_5_DE_NOVEMBRO_DE_1998_1.pdf (mj.gov.br) [22.9.2022];

[364] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Regula o Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Federal*, Brasília-DF, 1999, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9784.htm L9784 (planalto.gov.br) [3.10.2023].

[365] «Ainda no atinente à judicialização do refúgio, o Judiciário pode atuar, em nosso país, nas diversas fases que o constituem: 1) no momento da entrada do solicitante no território nacional, em prol da garantia da não devolução e da não penalização pela entrada irregular; 2) na fase de determinação do *status* de refugiado, exercendo o controle forma e material do procedimento administrativo de concessão de refúgio e 3) no momento da integração do refugiado ao País, em prol da proteção do direito de acesso dos refugiados às políticas públicas e assistência social, impulsionado o processo de integração local destas pessoas [...]. Neste sentido, portanto, as hipóteses de judicialização do refúgio podem ser divididas em: a) casos sobre o resultado do processo de solicitação de refúgio, nos quais se debatem questões formais; b) casos em que se debate o conceito de refugiado e sua aplicação enquanto direito; c) casos que envolvem a proteção dos refugiados e os nacionais em geral; d) casos envolvendo conflitos de direitos entre a proteção dos refugiados e os nacionais em geral; e) casos nos quais os princípios do Direito Internacional dos Refugiados são o objeto central [...] (Cf. Breno Baía MAGALHÃES e Gabriella Thaís Sousa CORREA, "A judicialização do refúgio no STJ: deferência ao Executivo e incoerência interpretativa", *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná-UFPR*, Curitiba, vol. 64, nº 1, 2019, pp. 138, disponível em https://www.academia.edu/38991887/A_judicialização_do_refúgio_no_STJ_deferência_ao_Executivo_e_incoerência_interpretativa (99+) A judicialização do refúgio no STJ: deferência ao Executivo e incoerência interpretativa | Breno B Magalhães - Academia.edu) (itálico no original, omissões nossas) [26.9.2022].

resoluções conjuntas e resoluções normativas, cuja função precípua é acelerar os procedimentos operacionais do sistema de refúgio.

É no seu Regimento Interno onde vemos as regras de competência, composição, funcionamento e atribuições dos membros do colegiado e de uma Coordenação-Geral. O Regimento prevê a possibilidade de recurso contra a decisão que nega o pedido de reconhecimento da condição de refugiado[366].

Compõem o colegiado cinco representantes de organizações governamentais, um representante da Polícia Federal, um representante de organizações não-governamentais dedicadas à assistência e proteção aos refugiados no País e um representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (art. 2º do Regimento).

O colegiado é constituído por membros do governo e representantes de entidades não-governamentais, com atribuições deliberativas e decisórias; um representante do ACNUR no Brasil, com voz ativa, mas sem direito a voto.

Outras entidades também poderão ser convidadas, segundo o que prevê o art. 5º do Regimento Interno do CONARE[367]. O Ministério Público da União tem presença garantida nas sessões, visto que se trata de um órgão permanente do sistema de justiça, cuja atribuição definida na CF/88 é «a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis», assim como tem assento um representante da Defensoria Pública da União, encarregue de promover «a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados»[368].

Embora tenha sido criado para dar cumprimento às normas internacionais e nacionais sobre refugiados, o CONARE centraliza a função coordenadora dos órgãos governamentais e não-governamentais de execução das políticas de refúgio.

É ainda o órgão decisor sobre a adoção de medidas de proteção diversas do estatuto dos refugiados, quando o tema envolven situações migratórias complexas, envolvendo nacionais estrangeiros que não se enquadram no estatuto de refugiados, mas devem receber algum tipo de

[366] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Regimento Interno do Comitê Nacional para os Refugiados*, Brasília-DF, 1998, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N°_756_DE_5_DE_NOVEMBRO_DE_1998_1.pdf [22.9.2022].

[367] «Das reuniões do CONARE poderão participar, como convidados, personalidades, técnicos ou especialistas, que possam contribuir com os trabalhos»

[368] As funções essenciais do Ministério Público podem ser vistas nos artigos 127 a 130-A, e §§ 1º ao 5º; as funções da Defensoria Pública estão inscritas nos artigos 134 e 135, todos da Constituição Federal de 1988.

proteção territorial, por força do princípio *non refoulement* do artigo 33 da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados.

Neste sentido, o Comitê Nacional para os Refugiados também aplica as leis federais nº 13.344, de 6 de outubro de 2016 (repressão ao tráfico humano internacional), nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (migração) e seu o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017 (regulamento da lei de migração), nº 13.684, de 21 de junho de 2018 («Operação Acolhida de emergência humanitária»), e nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (emergência de saúde pública internacional-COVID 19)[369].

A análise dos procedimentos de reconhecimento da condição de refugiado deve considerar sobretudo a regra de *non refoulement*, mesmo que a lei brasileira contenha os institutos de repatriação, deportação e expulsão, previsto nos artigos 46 a 50 da Lei nº 13.445/2017, nos artigos 178 a 212 do Decreto nº 9.199/2017, e na Portaria nº 770, de 11 de outubro e 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública[370].

O julgamento de uma solicitação de refúgio abrange os requisitos formais do pedido e o lastro documental mínimo capaz de demonstrar a verossimilhança dos factos. Depois, examina-se a situação concreta em face do direito internacional aplicável na espécie.

Neste caso, o regime internacional de proteção aos refugiados é modulado pelas leis internas do Brasil e articulado com os demais ramos do DIDH, tendo em conta as vulnerabilidades identificadas em concreto. Importa observar que o CONARE é um órgão colegiado civil misto, e como tal, atua em regime de cooperação intersetorial com as organizações internacionais, organizações não-governamentais e entidades privadas.

Este modelo integrado de cooperação resulta da nacionalização dos institutos de direito internacional dos refugiados na Lei de Refúgio nº 9.474, de 22 de julho de 1997, normativo que descentralizou a gestão imigratória e distinguiu o regime dos refugiados do regime geral das migrações.

Ressalte-se que as políticas imigratórias anteriores à Lei de Refúgio nº 9.474, de 22 de julho de 1997 tinham como base legal a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a qual cometia a

[369] A legislação que cria e regula o funcionamento do CONARE e os atos normativos infralegais emitidos pelo órgão podem ser consultados no sítio https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/refugio Refúgio - Portal de Imigração Laboral (mj.gov.br) [29.9.2022].

[370] O artigo 2º desta Portaria traz os requisitos que caracterizam um nacional estrangeiro como pessoa perigosa, para os fins de impedimento de ingresso, repatriação e deportação (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portaria nº 770, de 11 de outubro de 2019, Dispõe sobre o Impedimento de Ingresso, a Repatriação e a Deportação de Pessoa Perigosa ou que Tenha Praticado Ato Contrário aos Princípios e Objetivos Dispostos na Constituição Federal*, Brasília-DF, 2019, disponível em portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_Nº_770_DE_11_DE_OUTUBRO_DE_2019.pdf PORTARIA_Nº_770_DE_11_DE_OUTUBRO_DE_2019.pdf (mj.gov.br) [12.10.2023].

responsabilidade total pela gestão imigratória ao Ministério das Relações Exteriores, depois transferida para o Conselho Nacional de Imigração (CNIg)[371].

Na vigência da Lei nº 6.815/1980 a burocracia e a demora excessivas da emissão de documentos faziam com que muitos nacionais estrangeiros, a exemplo do que sucedeu com os senegaleses e os bolivianos, tivessem de se sujeitar a condições de trabalho inseguras e mal remuneradas, já que não portavam a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Sylvia Zelaya observa que estes imigrantes eram concretamente sujeitos à «situação análoga ao trabalho escravo»[372], para além de suportarem angustiosa espera pelos documentos de permanência.

Contudo, a nova Lei de Migrações nº 13.445, de 24 de maio de 2017, mudou radicalmente as políticas atuais. Antes, a Constituição Federal de 1988 já estabelecera a base principiológica do novo modelo de relações externas a ser desenvolvido pelo Estado brasileiro, a saber, a prevalência dos direitos humanos, o multilateralismo e a cooperação internacional.

Agora, tais princípios se concretizam no âmbito externo mediante todos os mecanismos de relações externas disponíveis, principalmente a diplomacia presidencial; no plano interno, tais princípios se materializam em políticas públicas aprovadas no parlamento brasileiro, ao qual compete privativamente resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional[373].

---

[371] O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) é o órgão do Poder Executivo Federal brasileiro que a partir da década de 1980 ficou responsável pelas políticas gerais de imigração no Brasil. Foi criado pelo antigo Estatuto do Estrangeiro, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. O novo regulamento geral do CNIg encontra-se na Lei de Imigração nº 13.445, de 24 de maio de 2017 e seu Decreto nº's 9.199, de 20 de novembro de 2017, no Decreto nº 9.873, de 27 de junho de 2019 e no seu Regimento Interno.

[372] «Durante esta audiência, a maior preocupação era - como afirmou a deputada Manuela d'Ávila - que os imigrantes estivessem "vivendo em situação análoga ao trabalho escravo". De acordo com a deputada, no Brasil já existiam problemas desse tipo com imigrantes bolivianos em São Paulo. Para a deputada, era bom lembrar que o Brasil também era uma sociedade de classes e que aqui também se explorava. Afirmou que um exemplo disso havia sido o caso que envolveu a empresa "Zara" que colocou imigrantes bolivianos em situação de 139 trabalho escravo. "Não podemos desprezar esse risco", realçou. No mesmo sentido, o deputado Pedro Ruas assinalou que já havia casos desse tipo no Rio Grande do Sul envolvendo aos haitianos. Do mesmo modo, durante a audiência de 2015 deu-se grande destaque à "acolhida humanitária" e à necessidade da reforma do Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 1980)» (Cf. Silvia Cristina ZELAYA, *Da Invisibilidade ao Protagonismo: Uma Etnografia em Espaços de Luta, Participação e Criação de Políticas Públicas para Imigrantes e Refugiados no Brasil*, 2017, 211f., Tese (Doutorado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2017, p. 138, disponível em https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172894/001060452.pdf?sequence=1&isAllowed=y (aspas suspensas no original)) [19.9.2022].

[373] Esta é uma característica dos tratados internacionais de direitos humanos, cujo cumprimento implica necessariamente a oneração dos cofres públicos, desde o momento em que uma norma internacional passa a integrar o direito interno. Neste sentido: «como a efetivação dos direitos fundamentais sociais, via-de-regra, depende de uma prestação material do Estado, vinculada à melhoria e distribuição dos recursos existentes, bem como à busca e criação de meios e bens essenciais para o uso dos indivíduos que deles necessitam, não se pode desconsiderar o caráter econômico dessa atuação estatal, condicionada, portanto, à disponibilidade de recursos financeiros» (Ver Elmo José Duarte de ALMEIDA JÚNIOR, Elmo José Duarte de, «Aspectos relevantes dos direitos sociais de prestação frente ao mínimo existencial e à reserva do possível», *Revista Jus Navigandi*, nº 1522, Teresina, 2007, s/p., disponível em https://jus.com.br/artigos/10357 Aspectos relevantes dos direitos sociais de prestação frente ao mínimo existencial e à reserva do possível - Jus.com.br | Jus Navigandi [2.9.2022].

Neste sentido, doutrinadores há que defendem a aplicação de critérios de justiça e igualdade material para estender o Benefício de Prestação Continuada às PCDs em situação de refúgio, no valor de um salário mínimo mensal.

O segundo, de âmbito interno, onde operam os órgãos de gestão migratória: a Polícia Federal, o Comitê Nacional para os Refugiados, o Conselho Nacional de Imigração, estes atuam e intersetorial com o objetivo de imprimir a maior celeridade possível aos procedimentos de regularização imigratória[374].

Após a Constituição de 1988, o tratamento dado aos refugiados no Brasil mudou significativamente. As entidades religiosas que desde a década de 1970 davam suporte aos refugiados, em parceria com o ACNUR, passaram a ter o direito de voz e voto nas deliberações do CONARE, tanto as que se referem ao reconhecimento do estatuto de refugiado quanto as que decidem as novas políticas e avaliam as que se encontram em andamento.

O aperfeiçoamento da legislação brasileira de imigração e refúgio e os diferentes compromissos de *soft law* firmados pelo Estado brasileiro, principalmente na série histórica entre os anos de 2010 a 2020, fizeram aumentar a procura de solicitantes de refúgio e por imigrantes voluntários.

Os países latino-americanos e da região do Caribe elegeram a gestão dos deslocamentos forçados como uma das principais expressões de uma política externa integrativa. Nesse cenário onde coexistem importantes *global players*, a posição de liderança regional tem sido um dos alvos mais evidentes da política externa brasileira de âmbito regional.

A assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, pelos presidentes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, propiciou a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)[375]. Depois, incluiu-se a Venezuela, entre os membros permanentes, e promoveu-se a expansão para que Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Suriname se tornassem membros associados.

---

[374] Cf. Natália Martins ANDRADE e Sílvio Marques GARCIA, «A concessão do benefício de prestação continuada ao estrangeiro na condição de refugiado no Brasil», *Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca*, vol. 5, nº 1, Franca, 2020, p. 643, disponível em https://revista.direitofranca.br/index.php/icfdf/article/view/1073/pdf A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO ESTRANGEIRO NA CONDIÇÃO DE REFUGIADO NO BRASIL | Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca (direitofranca.br) [23.7.2022].

[375] «Em 2012, elaborou-se um documento específico dos refugiados, intitulado Declaração de Princípios do Mercosul sobre a Proteção Internacional dos Refugiados (2012). Essa Declaração considera o princípio básico da "não devolução", do direito internacional dos refugiados, e a concessão dos mesmos direitos dos nacionais aos imigrantes residentes nos países do Mercosul. De acordo com Brígido e Uebel (2020), todos os documentos que abordam a questão dos refugiados no Bloco são orientações que enfatizam a importância dos tratados e dos demais documentos internacionais e regionais para todos os membros do Bloco, e que foram por eles assinados, como a Convenção sobre Refugiados, de 1951, e seu Protocolo, de 1967, bem como as demais regulamentações referentes aos direitos humanos em âmbito internacional» (Cf. Mayra Coan LAGO, *Política Migratória Brasileira e Comparada na América do Sul*, 1ª edição, São Paulo, Missão Paz/Fundação Rosa Luxemburgo, 2021, p. 196, disponível em https://missaonspaz.org/politica-migratoria-brasileira-e-comparada-na-america-do-sul/ e-Book-Politica-Migratoria-Brasileira-e-Comparada-na-America-do-Sul-Mayra.pdf (rosalux.org.br) [30.8.2022].

A cada dia estamos a presenciar como a linguagem dos direitos humanos tem-se espalhado em todos os ambientes sociais, e como tem aumentado o número de parceiros individuais e coletivos, no que pertine ao emprego de investimentos em pecúnia e de trabalho voluntário no apoio a pessoas em situação de refúgio e refugiados já reconhecidos (e outros migrantes).

O Poder Executivo Federal brasileiro publicou na *internet* um compêndio de Legislação Migratória Compilada onde podem ser compulsados os principais diplomas regulatórios do refúgio, apatridia e imigração, inclusivamente as leis que regulam a circulação de nacionais dos países integrantes do acordo MERCOSUL[376].

Pessoas em situação de refúgio com deficiência, inclusivamente os nacionais procedentes de língua portuguesa (CPLP)[377] têm o direito de aceder condições de igualdade com os demais refugiados, aos sistemas de informação, cadastro e de regularização imigratória, condições de igualdade com os demais refugiados, por meio de equipamentos acessíveis.

Isto se justifica pelo facto de que o quadro regulatório da proteção aos refugiados é extenso e sujeito a alterações constantes. Portanto, é fundamental que os usuários com deficiência tenham oportunidade de acesso às tecnologias de interação digital com os órgãos de gestão do refúgio.

Por exemplo, as explicações básicas de regularização imigratória poderiam ser traduzidas e transcritas no ecrã de equipamento informático, com recurso à leitura em voz alta (e fones de ouvido, para assegurar o direito à privacidade), destinado a pessoas com deficiência visual.

De modo similar, poder-se-iam inserir os intérpretes de línguas gestuais para pessoas com deficiência auditiva, projetados no «modo» de tela compartilhada, com a opção de tradução simultânea em caracteres das línguas oficiais das Nações Unidas, para além dos idiomas falados pelos refugiados mais presentes em uma determinada região[378].

---

[376] «Em 2012, elaborou-se um documento específico dos refugiados, intitulado Declaração de Princípios do Mercosul sobre a Proteção Internacional dos Refugiados (2012). Essa Declaração considera o princípio básico da "não devolução", do direito internacional dos refugiados, e a concessão dos mesmos direitos dos nacionais aos imigrantes residentes nos países do Mercosul. De acordo com Brígido e Uebel (2020), todos os documentos que abordam a questão dos refugiados no Bloco são orientações que enfatizam a importância dos tratados e dos demais documentos internacionais e regionais para todos os membros do Bloco, e que foram por eles assinados, como a Convenção sobre Refugiados, de 1951, e seu Protocolo, de 1967, bem como as demais regulamentações referentes aos direitos humanos em âmbito internacional» (Cf. Mayra Coan LAGO, *Política Migratória Brasileira e Comparada na América do Sul*, 1ª edição, São Paulo, Missão Paz/Fundação Rosa Luxemburgo, 2021, p. 196, disponível em https://missaonspaz.org/politica-migratoria-brasileira-e-comparada-na-america-do-sul/ e-Book-Politica-Migratoria-Brasileira-e-Comparada-na-America-do-Sul-Mayra.pdf (rosalux.org.br) [30.8.2022].

[377] Ver COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, *Promoção e Difusão de Língua Portuguesa*, Lisboa, 2022, disponível em https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=2604. [11.10.2022].

[378] Cf. UNITED NATIONS, *Official Languages*, Nova Iorque, 2022, disponível em https:// www.un.org/en/our-work/official-languages Official Languages | United Nations [11.10.2022].

Já se constituem, a nosso ver, violações dos direitos humanos de PCDs em situação de refúgio a ausência de adaptações razoáveis nos sistemas digitais de controle e regularização imigratória. Em certos casos, a inacessibilidade pode influir diretamente na perda de prazos e impossibilidade de comunicação com as autoridades migratórias.

Isto pode prejudicar a renovação dos vistos humanitários e autorizações de residência, bem como levar à presunção equivocada de que o solicitante não tem mais interesse no seu pedido.

Por outro prisma, os investimentos massivos em tecnologias digitais revertem em benefícios para a própria Administração imigratória: otimização de tempo nos serviços prestados à distância, quantificação mais adequada de dados pessoais, compartilhamento entre as plataformas de informação governamental, etc.

Assim, a emissão dos documentos de regularização inicial mais importantes, quais sejam, o Documento de Registro Nacional Provisório, a autorização de residência e a Carteira de Trabalho e Previdência Social será grandemente facilitada para os usuários[379].

No Portal de Imigrações do Governo brasileiro percebemos que os sistemas do CONARE e do CNIg podem ser consultados por intermédio da mesma plataforma. Entretanto, os usuários devem atentar para o facto de que os serviços disponibilizados em cada sistema são funcionalmente distintos e dependem de procedimentos específicos para sua correta utilização.

Do ponto de vista operacional, os sistemas e políticas de refúgio e de imigração laboral se interseccionam em diversos aspetos. A começar do facto de que cuidam de interesses de estrangeiros residentes no país, por forma que a tomada de decisões em comum, assim como o compartilhar de informações e procedimentos pode evitar decisões conflitantes ou demasiado tardias.

Gradativamente, uma nova mentalidade de gestão imigratória mais susceptível ao acolhimento de nacionais estrangeiros, outrora perceptível nos âmbitos do voluntarismo e da filantropia, passou a fazer parte dos atos de fala das autoridades governamentais[380].

Para que tal ocorresse, informa-nos Diego Merigueti, muito contribui estrutura tripartite do CONARE, que inclui o governo, a sociedade civil e o ACNUR. Sua atuação conjunta se desenvolve em equilíbrio, seja no controle legal das políticas de refúgio (e de apatridia), seja no patrocínio da defesa dos direitos e das garantias fundamentais dos nacionais estrangeiros que vieram residir no Brasil[381].

---

[379] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portal de Imigração Laboral*, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2022, disponível em Portal de Imigração Laboral - Página inicial (mj.gov.br) [19.9.2022].

[380] Abordamos mais acuradamente este aspeto na parte concernente à «Operação Acolhida» aos refugiados venezuelanos.

[381] Ver Diego Souza MERIGUETI, *Da Invisibilidade ao Reconhecimento: O Processo como Instrumento de Luta dos Refugiados pela Efetividade de Seus Direitos*, 2017, 188f., Dissertação (Mestrado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo,

É certo que a mudança legislativa mais recente – a nova Lei de Migração Brasileira, nº 13.445, de 24 de maio de 2017, aumentou o nível de segurança jurídica para os sujeitos de direitos humanos e para o Estado, visto que os atuais institutos guardam uma maior aproximação com os normativos universais e regionais de direitos humanos.

Não obstante, a qualidade das normas de refúgio no Brasil está sujeita ao escrutínio diário de efetividade como instrumento de proteção e promoção dos direitos humanos, para além de instrumentalizar a atividade dos agentes imigratórios.

Neste cenário, consoante o pensamento de Rômulo França, o protagonismo de outros atores não-estatais tenderá a ampliar-se e tornar-se mais complexo[382], até que se torne capaz de influenciar as decisões do Estado brasileiro relativamente a certos temas que abrangem os direitos de pessoas em situação de refúgio com necessidades específicas, como no caso das pessoas com deficiência.

Vitória, 2017, p. 70, disponível em https://repositorio.ufes.br/handle/10/8830 RiUfes: Da invisibilidade ao reconhecimento : o processo como instrumento de luta dos refugiados pela efetividade de seus direitos [17.9.2022].

[382] Cf. Rômulo Ataides FRANÇA, *et al.*, «Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil», *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 19, nº 1, Instituto de Psicologia da UERJ da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, Rio de Janeiro, 2019, p. 101, disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100006&lng=pt&nrm=iso Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil (bvsalud.org) [17.9.2022].

CAPÍTULO II. OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. Histórico da proteção às pessoas com deficiência

Segundo Venade de Sousa, a temática dos direitos das pessoas com deficiência, até antes do período da 2ª Guerra Mundial, era invisível, pois perspectivada segundo uma lógica de mera assistência social[383].

Mas a percepção da sociedade acerca das pessoas com deficiência acompanha a história humana há séculos. Muito antes de ser compreendida como um fenómeno jurídico, outras áreas do conhecimento haviam desenvolvido estudos sobre a deficiência, especialmente as ciências médicas[384].

Otto Marques da Silva refere que à època de uma estimativa feita em 1990, a população foi surpreendida com o número de «pessoas que viviam as consequências de males incapacitantes, tanto no Brasil quanto no resto do mundo»[385].

Em sua obra referencial para os estudos históricos da deficiência no Brasil, Otto Marques percorre séculos de história das sociedades primitivas, da era dos fósseis às antigas civilizações da Mesopotâmia, com o fito de investigar o modo como as sociedades humanas percebiam a deficiência e as pessoas com deficiência, seu modo de vida e o o tratamento que porventura lhes era dedicado.

Certas tribos ainda viventes entre nós praticam hábitos ancestrais. Por meio deles, podemos ter uma noção sobre o modo como eram tratavam os idosos e doentes crônicos[386].

Por volta do século III a.C., segundo observa Otto Marques da Silva, os habitantes do Egito desenvolveram práticas de inclusão das pessoas com deficiência em todas as castas sociais: a casa do faraó, os nobres, os guerreiros, os altos funcionários, os artesãos, os agricultores e os escravos.

---

[383] Cf. Felipe Venade de SOUSA, *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Ordenamento Jurídico Português: Contributo para A Compreensão do Estatuto Jusfundamental*, Coimbra, Edições Almedina, 2018, p. 25.

[384] As deficiências são consideradas pelas áreas médicas em perspectiva diversa, mas não antagônica à perspectiva do Direito (Cf. WORLD HEALTH ORGANIZATION, *International Classification of Diseases 11th Revision: The Global Standard for Diagnostic Health Information*, Genebra, 2022, disponível em https://icd.who.int/enICD-11 (who.int)) [25.10.2022].

[385] O autor refere-se ao percentual de 10% da população mundial com algum tipo de limitação incapacitante. Ver Otto Marques da SILVA, *A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje*, CEDAS, São Paulo, 1987, p. 13, disponível em https://www.issuu.com/amaurinolascosanchesjr/docs/-a-epopeia-ignorada-oto-marques-da-?embed_cta=embed_badge&embed_context=embed&embed_domain=casadaptada.com.br&utm_medium=referral&utm_source=casadaptada.com.br a epopeia ignorada oto marques da silva corrigido by Amauri Sanches - Issuu [18.3.2023].

[386] «Não é difícil deduzir que, ao estudarmos as culturas mais significativas da antiguidade e que mais se relacionaram com a formação de nossa própria cultura, não poderemos deixar de ressaltar as provenientes de milênios de experiência do Egito e da Mesopotâmia – enfatizando principalmente o povo hebreu – em muitas fases de desenvolvimento, anteriores ou posteriores a Cristo» (Ver Otto Marques da SILVA, *A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje*, CEDAS, São Paulo, 1987, p. 36).

A medicina era a arte dos ministros religiosos ou sacerdotes, que serviam os nobres e as classes ricas da sociedade egípcia. Logo, os mais pobres dificilmente tinham acesso a estes médicos altamente treinados nas artes curativas.

A população de baixa renda e os escravos eram atendidos pelos jovens sacerdotes em treinamento, e por antigos sacerdotes que, por não serem eficazes na arte de curar, foram rejeitados.

Os papiros e inscrições encontrados e decifrados por arqueólogos europeus no século XIX indicam que a arte da medicina e dos tratamentos dedicados a certos tipos de deficiências eram bastante avançados no antigo Egito.

Por outro lado, pessoas com défice de crescimento (nanismo) eram singularmente respeitadas, e algumas chegavam a ocupar lugares importantes na corte e entre os nobres, e por ocasião de seu falecimento, recebiam pomposas homenagens[387].

Ainda de acordo com o relato bíblico, o povo hebreu teria se multiplicado ao longo de 400 anos como escravos dos faraós egípcios, nomeadamente nas cidades do delta do rio Nilo, no nordeste da África, fronteira com a península do Sinai, o que em parte pode explicar as muitas semelhanças da cultura medicinal e sanitária dos hebreus com o legado das artes curativas egípicias.

É corrente afirmar-se que os enfermos crônicos não podiam exercer o culto entre os hebreus. Contudo, um exame mais acurado permite-nos inferir que a proibição era aplicável somente para os candidatos ao sacerdócio.

E mais, a proibição era voltada para os homens pertencentes à linhagem familiar de Arão[388], da tribo sacerdotal dos levitas, ao passo que todas as demais pessoas, homens e mulheres, podiam cultuar a divindade.

Se os devotos hebreus ou estrangeiros, independemente de sua condição de saúde, quisessem ofertar voluntariamente ovelhas, cabritos, bois, porções de trigo, frutos da terra, era-lhes permitido fazê-lo livremente[389].

Ccontudo, a regra básica era a de que os animais e gêneros oferecidos tivessem qualidade atestada pelos sacerdotes, isto é, que não fossem grosseiramente defeituosos, no caso dos animais, e para as demais ofertas, que representassem os melhores frutos da colheita[390].

---

[387] Ver Otto Marques da SILVA, *A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje*, CEDAS, São Paulo, 1987, p. 40.

[388] «Disse mais o SENHOR a Moisés: Fala a Arão, dizendo: Ninguém dos teus descendentes, nas suas gerações, em quem houve algum defeito se chegará para oferecer o pão do seu Deus» (Cf. A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, p. 169-170).

[389] Disse o SENHOR a Moisés: Fala a Arão e a seus filhos, e a todos os filhos de Israel e dize-lhes: Qualquer que, da casa de Israel ou dos estrangeiros em Israel, apresentar a sua oferta, quer em cumprimento de seus votos ou como ofertas voluntárias, que apresentar ao SENHOR em holocausto [...]» (omissão nossa) (Ver A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, p. 171).

Quanto aos indivíduos com manchas na pele que indicassem a lepra contagiosa, as leis sanitárias estabelecidas por Moisés exigiam que a pessoa se submetesse a um processo de purificação. Era indispensável o isolamento temporário, até o momento em que o sacerdote atestasse a cura total, e só então a pessoa retomava a normalidade da vida familiar, comunitária e religiosa[391].

A casa do enfermo também era rigorosamente inspecionada, para que se avaliasse algum foco de contaminação nas roupas, ou nas pedras com que se faziam as casas, conforme o caso[392].

Na verdade, as prescrições da lei mosaica, particularmente estas que acabamos de mencionar, tinham como objetivo principal evitar a proliferação de epidemias que afetassem toda a população, que habitava temporariamente em tendas, mas que no futuro deveria habitar em edificações de alvenaria[393].

O estatuto civil-religioso do Antigo Testamento da Bíblia é rico em detalhes a respeito do comportamento da sociedade relativamente às pessoas com deficiência, no contexto do exercício de atividades de culto[394].

O Novo Testamento, aceito como escritura apenas no meio cristão, traz os relatos dos evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João, nos quais Jesus e seus auxiliares depararam pessoas com diversas enfermidades físicas e mentais nos espaços privados e públicos de convivência, inclusivamente locais de culto, como as sinagogas, e às portas do templo judaico construído por Herodes, o Grande[395].

Na primeira metade do século I da era cristã, quando dominava o Império Romano, os indivíduos com problemas de locomoção tinham permissão para aceder ficar às margens das piscinas

---

[390] «[...] para que seja aceitável, oferecerá macho sem defeito, ou do gado, ou do rebanho de ovelhas, ou de cabras. Porém, todo o [animal] que tiver defeito, esse não o ofereceis; porque não seria aceito em vosso favor» (omissão e interpolação nossas) (Ver A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, p. 171).

[391] «Se a mancha lustrosa na pele for branca e não parecer mais profunda do que a pele, e o pelo não se tornou branco, então o sacerdote encerrará por sete dias o [homem ou mulher] que tem a praga» (interpolação nossa) (Ver A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, p. 154).

[392] «Quando também em alguma veste houver praga de lepra, veste de lã ou de linho, [...] então examinará a praga e encerrará, por sete dias, aquilo que tem a praga (Vide A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, p. 156)

[393] «[...] o dono da casa fará saber ao sacerdote, dizendo: Parece-me que há como que praga em minha casa. O sacerdote ordenará que despejem a casa, antes que venha a examinar a praga, para que não seja contaminado tudo o que esteja na casa; depois virá o sacerdote, para examinar a casa, e examinará a praga. Se, nas paredes da casa, há manchas esverdinhadas ou avermelhadas e parecem mais fundas que a parede, então o sacerdote sairá da casa e a encerrará por sete dias» (Cf. A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, pp. 158-159).

[394] Cf. Filipe Venade de SOUSA, *Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas, à Luz da Norma do Artigo 74º, nº 2, alínea h) da Constituição da República Portuguesa e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, Coimbra, Edições Almedina, 2014, p. 21.

[395] «Vieram a ele [Jesus], no templo, cegos e coxos, ele os curou» (interpolação nossa) (Cf. A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, p. 1279).

de purificação, e caso pudessem poderiam banhar-se (ou purificar-se)[396]; os cegos eram autorizados a pedir esmolas ao longo das estradas[397], mediante o pagamento de impostos[398].

Contudo, as sociedades antigas de Grécia e Roma repudiavam as pessoas com deficiência. O repúdio à deficiência significava a rejeição familiar e social. Se esta pessoa não podia desenvolver sua capacidade intelectual e física, haveria de ser um fardo para a sociedade, «uma pessoa inútil, amaldiçoado pelos deuses»[399].

A expansão do cristianismo nos três primeiros séculos da presente produziu um confronto de cosmovisões. Para os gregos e romanos, as pessoas com deficiências físicas e mentais eram um fardo social, e mereciam a rejeição e o desprezo; para os cristãos, o amparo às pessoas enfermas e deficientes fazia parte de uma vida de fé, caridade e amor ao próximo, condizente com os ensinos de Jesus Cristo, depois transmitidos pelos apóstolos judeus aos discípulos de várias nações[400].

Para a sociedade romana, as pessoas com defeitos estavam a pagar por erros cometidos em vidas passadas, inúteis, possuídos por maus espíritos, ou simplesmente seres que, em muitos casos, deveriam continuar sendo «eliminados ao nascer»[401].

Séculos mais tarde, no ano 315 da era cristã, o imperador romano Constantino, que se declarara um cristão converso supostamente depois de haver obtido uma vitória militar improvável, editou uma lei incriminadora da prática de os pais matarem seus filhos defeituosos, determinando ainda que o Estado custeasse as famílias que tivessem filhos com doenças e malformações crônicas. A lei circulou na Itália e Grécia em peças de bronze, a fim de que «jamais ser esquecida»[402].

---

[396] «Passadas estas coisas, havia uma festa dos judeus, e Jesus subiu para Jerusalém. Ora, existe ali, junto à Porta das Ovelhas, um tanque, chamado em hebraico Betesda, o qual tem cinco pavilhões. Nestes, jazia uma multidão de enfermos, cegos, coxos e paralíticos [...]» (omissão nossa) (Ver A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, p. 1393).

[397] «Aconteceu que, ao aproximar-se ele [Jesus] de Jericó, estava um cego assentado à beira do caminho, pedindo esmolas» (Cf. A BÍBLIA SAGRADA, *op.cit.*, p. 1371).

[398] Por meio de impostos sobre todas as atividades da vida civil, comercial e religiosa, o Império romano exercia opressão sobre o povo judeu no tempos de Jesus. Nesse contexto, tornou-se célebre a frase dita por Jesus: «Dai, pois, a César, o que é de César e a Deus, o que é de Deus» (Ver A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, p. 1374).

[399] Ver Filipe Venade de SOUSA, *Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas...*, *op.cit.*, p. 22.

[400] Os discípulos depararam pessoas com deficiência enquanto propagavam a mensagem de Jesus: «Pedro e João subiram ao templo para a oração da hora nona. Era levado um homem, coxo de nascença, o qual punham diariamente à porta do templo chamada Formosa, para pedir esmola aos que entravam. Vendo ele a Pedro e João, que iam entrar no templo, implorava que lhe dessem uma esmola [...]. Pedro, porém, lhe disse: [...] em nome de Jesus Cristo, o Nazareno, anda! E tomando-o pela mão direita, o levantou; e imediatamente, os seus pés e tornozelos se firmaram [...]» (omissões nossas) (Vide A BÍBLIA SAGRADA, *op. cit.*, p. 1429).

[401] Cf. Otto Marques da SILVA, *A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje*, *op. cit.*, p. 111.

[402] *Idem*, p. 114.

2. Caridade, filantropia e assistência social

Os quatro primeiros séculos do cristianismo no ocidente e no oriente foram decisivos para a projeção social da igreja cristã, no atendimento às doenças e incapacidades nas diversas classes sociais, fossem ricos ou pobres, cidadãos ou forasteiros, e mesmo soldados inimigos.

Na altura da segunda metade do século IV o bispo Basílio de Cesareia ergueu o complexo da Basilíada[403], conhecido como um verdadeiro hospital ou *xenodóchium*[404] (do grego *xenos*: estrangeiro; e *dócheion*: para abrigo e proteção): «Ali havia um lugar de repouso para o viajante [...], com instalações reservadas para males humilhantes que arrastam consigo o contágio e a vergonha»[405].

A partir do ano 451 d.C., quando se realizou o Concílio da Igreja em Calcedônia, surgirão as primeiras regulamentações de assistência ao pobre e «para o enfermo que devido a seus males estejam impossibilitados de trabalhar por sua conta».

No ano 524 d.C. o rei franco Childebert construiu um hospital na cidade de Lyon, em muito semelhante à Basilíada de Cesareia. O rei cedeu às pressões da Igreja, no sentido de que se envolvesse nas questões envolvendo os mais necessitados[406].

A cristandade ocidental, sediada em Roma, e a vertente oriental com sede em Bizâncio, tiveram práticas esporádicas de assistência às pessoas incapacitadas por doenças físicas e mentais, como expressão das doutrinas religiosas que prevaleceram nos domínios territoriais da Igreja, entre os séculos V ao X de nossa era.

No ano de 1244, na cidade de Florença, Itália, foi instituída a primeira Casa de Misericórdia prestadora de socorros aos pobres e incapacitados. Em 1498, durante o reinado de D. João II, Casas de Misericórdia foram instituídas em Portugal. O modelo português serviu de inspiração para as congêneres brasileiras inauguradas a partir do século XVI[407].

Apesar do obscurantismo religioso e social da Idade Média por causa da pobreza da maior parte das populações urbanas, dos elevados índices de mortes por pestes, guerras, fomes e castigos corporais que produziram multidões de indivíduos mutilados, fracos, doentes e débeis, devemos a este

[403] Ver *supra*, capítulo I, pp. 7-8.

[404] Do grego *xenos*: estrangeiro; e *dócheion*: para abrigo e proteção (Cf. Johannes HANN, «Xenodocheion», *Brill's New Pauly*, Leiden, 2022, disponível em https://referenceworks.brillonline.com/entries/brill-s-new-pauly/xenodocheion-e12212700Xenodocheion — Brill (brillonline.com) [26.10.2022].

[405] Cf. Otto Marques da SILVA, *op. cit.*, p. 117.

[406] *Idem*, p. 119.

[407] Ver Renato Júnio FRANCO, *Pobreza e Caridade Leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*, 2011, 385f., Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2011, pp. 66-67, disponível em https:// www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25052012-133000/pt-br.php [13.8.2022].

período histórico as primeiras instituições públicas mantidas pelos cofres públicos e por dispêndios da igreja voltadas para o cuidado dos desamparados e incapacitados.

«No final do século XV os problemas específicos das pessoas deficientes ainda não eram nem entendidos nem atendidos com prioridade», diz Otto Marques. E complementa: «Iniciava a humanidade mais esclarecida os tempos conhecidos como "Renascimento" – época dos primeiros direitos dos homens postos à margem da sociedade»[408].

Durante a Alta Idade Média parece ter havido uma relativa integração das pessoas com deficiência, em consequência do temor reverente que a Igreja ainda inspirava. Os «Pais da Igreja», teólogos de grande conhecimento e autoridade moral, foram bastante eficientes no seu empenho de fortalecer as doutrinas básicas da fé cristã, mesmo enquanto sofriam ameaças e perseguições, sobretudo nos três primeiros séculos de funcionamento das comunidades cristãs sob as leis do Império Romano.

Os princípios cristãos de serviço voluntário e amor ao próximo moldaram comportamentos e modelos sociais na medida em que se consolidava o amálgama da relação entre a igreja e o Estado. Em contraste, a Baixa Idade Média agravou o sofrimento das pessoas com deficiência, com a perda de direitos e o aumento da discriminação de cariz supersticioso, «caracterizado pela ausência de compaixão por parte da sociedade, do Estado e da Igreja»[409].

Convém ressaltar que o declínio da função social da Igreja durante a Idade Média vincula-se às Cruzadas (1099-1300) e às Inquisições ou Tribunais do Santo Ofício (1295-1834), que funcionaram na Europa e territórios ultramarinos, sendo responsáveis por mortes, suplícios, exílios, perda de bens e outros males que afetaram diretamente o bem-estar geral de milhares de pessoas[410].

Logo no início do século XVI, começa a história das pessoas com deficiência no Brasil. No curto período pré-colonial do Brasil, entre os anos de 1500 e 1530, a população era formada por ameríndios nativos de diferentes etnias e uns poucos feitores europeus.

A primeira povoação, chamada de Vila de São Vicente, foi fundada por Martim Afonso de Souza em 1532. Martim tornou-se o primeiro capitão-mor da colônia, especialmente designado pelo rei D. João III, o Piedoso, para combater a pirataria francesa e dar continuidade à retirada de madeira e o cultivo da cana-de-açúcar.

---

[408] Ver Renato Júnio FRANCO, *Pobreza e Caridade Leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 162.

[409] Cf. Fernando FONTES, *Pessoas com Deficiência em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016, p. 24.

[410] Francisco BETHENCOURT levanta a tese de que o entranhamento das Inquisições nas estruturas de poder dos Estados onde foi instalada, teria sido a razão principal de sua longevidade histórica (Cf *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália,* Coleção Grandes Temas da Nossa História, Círculo de Leitores, Porto, 1994, p. 9).

O projeto colonialista concentrado na distribuição de capitanias hereditárias não obtiver bons resultados, com exceção das capitanias de São Vicente e de Pernambuco. Por outro lado, contumazes invasores ingleses, franceses e holandeses ameaçavam a posse portuguesa. Para contê-los o rei D. Manuel I de Portugal enviou para a colónia uma primeira missão governamental.

Será no ano de 1548 que a história institucional brasileira terá seu início. Tomé de Souza, o primeiro governador-geral, aportou no litoral brasileiro com muitos trabalhadores, soldados, religiosos da Ordem da Companhia de Jesus e conselheiros.

Sua missão compreendia a defesa do litoral, estabelecimento de relações com os nativos, a provisão e a organização da mão-de-obra de toda a América portuguesa.

O governador inspecionava as capitanias-donatárias ainda em atividade e provia-lhes ajuda. Para tanto, tinha o poder de exigir que os colonos donatários e posseiros cumprissem suas obrigações de defesa do novo território.

Assim, os colonos tiveram de unir forças aos soldados portugueses no combate aos franceses. Muitas tribos nativas foram amistosas para com os portugueses, mas outras se tornaram francamente hostis e tiveram de ser enfrentadas com firmeza[411].

A população ameríndia foi estimada em cerca de três milhões de pessoas à época do Descobrimento[412].

Em poucos anos, milhares de nativos morreram de doenças trazidas pelos colonos, contra as quais não tinham imunidade natural.

Outros tantos, perderam suas vidas em batalhas a favor ou contra a colonização portuguesa. Em desespero, alguns praticavam suicídio por ingestão de terra; já outros milhares foram mortos em combate e assaltos às aldeias.

Os sobreviventes decidiram abandonar as praias e migraram para o oeste, o mais longe possível dos colonos. Assim, diversas tribos quase desapareceram do litoral brasileiro.

Já no ano de 1549, o padre jesuíta Frei Manuel da Nóbrega inaugurou a primeira instituição de ensino do Brasil, o Colégio de Salvador da Bahia. A segunda instituição escolar foi edificada por outro jesuíta, o padre Leonardo Nunes, na vila de São Vicente, em 1550.

---

[411] Cf. Anthony R. DISNEY, *A História de Portugal e do Império Português: Das Origens da Nação até ao Fim do Antigo Regime, Uma Visão Rigorosa do Primeiro Império Global da História*, tradução portuguesa de Marta Amaral, vol. II., Lisboa, Editora Clube do Autor, 2020, p. 298.

[412] Ver Maria Stella Ferreira LEVY, "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)", *Revista de Saúde Pública*, 3º suplemento, Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP) da Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 1974, p. 49, disponível em https://www.scielo.br/j/rsp/a/gSZkx3b5kCrf8TkWjGRxmfx/?format=pdf [7.10.2022].

Ambas as escolas funcionavam de acordo com os princípios da Igreja Católica e destinavam-se sobretudo à catequese dos nativos indígenas.

O legado mais importante da administração de Tomé de Sousa em 1553 foi a primeira capital do Brasil, Salvador, posta entre o topo e o sopé de uma colina na Bahia de Todos os Santos. A cidade tinha um tribunal, uma câmara, uma alfândega, uma prisão e um hospital e era protegida por uma muralha de adobe.

O obrigatório ramo das Casas de Misericórdia foi instituído [413] e a cristianização dos povos indígenas foi assumida fervorosamente pela ordem católica espanhola dos jesuítas[414]. A pioneira Casa de Misericórdia do Brasil foi a da cidade de Olinda, na capitania de Pernambuco, em 1539.

No final do século XVI, a Casa atendia «todos os pobres e enfermos de Angola», muito provavelmente escravos trazidos daquela parte de África, além de soldados feridos, enfermos, órfãos, viúvas, pobres, encarcerados, enterrava mortos e dava esmolas[415].

Fora decidido pelo Concílio de Trento (1546) que os jesuítas viessem ao Brasil com a missão de bloquear o avanço dos protestantes franceses, ingleses e holandeses, no âmbito do mais amplo movimento da Contra-Reforma.

Os jesuítas alcançaram grande prestígio e poder em Portugal e em suas colônias. Dedicados à educação dos colonos e à cristianização dos indígenas, os religiosos construíram igrejas e escolas nas quais propiciavam sólida formação, inclusivamente a educação teológica alicerçada na doutrina oficial do Papado e nos rígidos princípios da Companhia de Jesus.

Os jesuítas mudaram o seu comportamento em relação aos indígenas, à vista do tratamento desumano com o qual eram escravizados e mortos. Para protegê-los dos traficantes humanos, fundaram as missões jesuíticas na região mais ao sul do território brasileiro.

A doutrina ética e religiosa dos jesuítas almejava o ensino dos princípios cristãos e o socorro aos doentes e necessitados.

A determinada altura, os costumes dos jesuítas e sua ética relacional com os indígenas conflitaram os interesses da Coroa portuguesa[416].

---

[413] Cf. Alan Martinez KOZIREFF, «A história das Santas Casas de Misericórdia», *Megajurídico*, s/l., 2020, s/p., recuperado de https://www.megajuridico.com/a-historia-das-santas-casas-de-misericordia/A História das Santas Casas de Misericórdia - Megajuridico [7.9.2022].

[414] Ver Anthony R. DISNEY, *op. cit.*, p. 299.

[415] Cf. Alan Martinez KOZIREFF, «A história das Santas Casas de Misericórdia», *op. cit.*, s/p.

[416] A escassez de médicos leigos, formados por escolas de medicina na Europa, pelo menos até o século XVIII, fez dos jesuítas os responsáveis quase que exclusivos pela assistência médica no primeiro século de colonização do Brasil. Ao longo do tempo, foram aperfeiçoando seus conhecimentos mediante contatos com os profissionais leigos residentes na colônia, e ainda pela leitura de importantes obras de medicina, encontradas em muitas das bibliotecas de seus colégios. O do Maranhão, por exemplo, entre seus cerca de 5 mil volumes, vários tomos eram dedicados às artes médicas. Além das obras que vinham de Portugal, muitas foram adquiridas por compra ou doações (Cf. Daniela Buono CALAINHO, «Jesuítas e medicina no Brasil colonial»,

Naqueles tempos, a medicina jesuítica foi a única praticada no Brasil colonial em favor dos pobres e obscuros habitantes, brancos, mestiços e negros, de acordo com Emílio Figueira: «Embora não tendo registros oficiais da época, pelas descrições das doenças, podemos presumir a existência de pessoas com deficiências congênitas ou adquiridas entre os assistidos pelos jesuítas»[417].

Durante quase todo o período em que a mão-de-obra escrava foi utilizada no Brasil, não chegou a existir um sistema de atendimento à saúde da população de escravos. A razão para tal é que o custo da assistência era muito dispendioso.

Os senhores de terras preferiam utilizar a mão-de-obra de um escravo comprado ainda jovem, até o esgotamento total de suas forças. Quando um escravo falecia os senhores das terras simplesmente recorriam aos traficantes para repor a força de trabalho.

Os próprios escravos desenvolveram uma cultura medicinal de manipulação de raízes, ervas, frutos silvestres. Também desenvolveram práticas religiosas de origem africana e miscigenada com elementos ameríndios.

A única obra de referência que descreve esse período, «Erário Mineral», escrita em 12 tratados pelo cirurgião-barbeiro português Luís Gomes Ferreira, foi publicada em 1735. Esta obra condensa o relato das viagens do cirurgião pelos sertões de Minas Gerais, enquanto cuidava de doentes de toda ordem.

Na linguagem luso-brasileira do seu tempo, Gomes Ferreira descreve a precariedade das condições de saúde dos escravos, aos quais nem mesmo as Irmandades de Misericórdia podiam prestar assistência, porque era dos senhores de escravos a obrigação de prestar socorros e cuidados[418].

Por outro lado, se as deficiências e doenças entre os escravos eram praticamente ignoradas, não menos precária era a situação das pessoas com deficiência pertencentes à sociedade livre.

Tempo (on-line), Universidade Federal Fluminense-UFF, Rio de Janeiro, 2005, p. 64, disponível em https://www.scielo.br/j/tem/a/qXjqFSzvp6VymndWw4QtFKN/#ModalArticlesSciELO - Brasil - Jesuítas e medicina no Brasil colonial Jesuítas e medicina no Brasil colonial [8.10.2022].

[417] Cf. Emílio FIGUEIRA, *Teologia da Inclusão: A Trajetória das Pessoas com Deficiência na História do Cristianismo*, Edição do autor (e-book), São Paulo, Figueira Digital, p. 150, disponível em https://www.emiliofigueira.com.br/2020/01/livro-gratuito-de-emilio-figueira.html#:~:text=Em%20suas%20conclusões%2C%20Emílio%20Figueira%20diz%20que%2C%20hoje%2C,a%20deficiência%20como%20consequência%20de%20castigos%20ou%20pecados. [26.10.2022].

[418] «Essa realidade, que ainda marcava a cultura do trato senhorial com a mão de obra cativa na última década da importação de negros, imperava no auge do extrativismo mineral em Minas Gerais na época da Colônia. Exemplo disso é o fato de que os cuidados necessários aos escravos doentes demandavam despesas extras, que muitas vezes seus proprietários não estavam dispostos a fazer, sobretudo porque, em muitos casos, somente se convenciam da enfermidade do negro quando ela era inegavelmente evidente ou ele já estava à beira da morte. Luís Gomes Ferreira (2002, p. 258) instruía os proprietários (aguçando a consciência religiosa deles) caso algum de seus cativos adoecesse: "Se lhe dê boa cobertura, casa bem recolhida e o comer de boa sustância, que nisso pecam muito os senhores de escravos que hão de dar conta a Deus" (Cf. Alisson EUGÊNIO, «Relatos de Luís Gomes Ferreira sobre a saúde dos escravos na obra Erário mineral (1735)», *História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]*, v. 22, n° 3, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015, pp. 884, disponível em https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000300013 (aspas suspensas no original) [9.10.2022].

Segundo Lanna Júnior «as pessoas com deficiência eram confinadas pela família, ou em caso de desordem, recolhidas às Santas Casas ou às prisões. No século XVIII, pessoas com hanseníase eram isoladas em espaços de reclusão, como o Hospital dos Lázaros»[419].

Na fase histórica seguinte, o Iluminismo libertou a ciência do dogmatismo da Igreja, favorecendo um ambiente favorável aos avanços no conhecimento das doenças, de suas causas e possíveis tratamentos.

Mesmo assim, o século XVII distinguiu-se pelo «incremento de instituições segregadoras»[420], onde eram colocadas em situação de condicionamento as pessoas de difícil assimilação social.

Nos séculos XVIII e XIX novos métodos de abordagem da pessoa com deficiência vieram a surgir. As metodologias de reabilitação e o ensino para pessoas com incapacidades específicas, por exemplo, os deficientes visuais e auditivos, virão a ser aplicados de forma agregada, pavimentando o caminho para os futuros tratamentos que hoje são relativamente comuns em muitos países.

Contudo, os avanços da medicina ocidental, nomeadamente europeia e norte-americana, só chegaram ao Brasil depois do estabelecimento da Coroa portuguesa em 1808, quando então iniciou-se a institucionalização do amparo social.

No século XIX, o poder imperial assumiu boa parte do financiamento da gestão privada do atendimento às pessoas mais carentes. Com efeito, as primeiras instituições dedicadas às pessoas com deficiência nasceram do empenho pessoal do Imperador D. Pedro II:

i) expediu-se o Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841, fundador do primeiro hospital «destinado privativamente para o tratamento de alienados», o Hospício D. Pedro II, vinculado à Santa Casa de Misericórdia;

ii) foram criados também o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, em 1856. Entre os anos de 1868 e 1896, o Instituto dos Surdos foi reformulado segundo padrões mais competentes de gestão, tornando-se uma referência na educação de surdos no Brasil[421].

Entre os anos de 1864 e 1870 o Brasil esteve envolvido na Guerra do Paraguai, que gerou uma multidão de feridos, mutilados e sequelados psíquicos, obrigando o governo imperial a implementar medidas urgentes de assistência social.

---

[419] Cf. Mário Cléber Martins LANNA JÚNIOR, *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*, 1ª Edição, Brasília-DF, Secretaria de Recursos Humanos e Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 20, disponível em https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf Presidente da República (al.sp.gov.br) [28.10.2022].

[420] Cf. Fernando FONTES, *Pessoas com Deficiência em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016, p. 28.

[421] Cf. Mário Cléber Martins LANNA JÚNIOR, *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*, *op. cit.*, pp. 22-23, disponível em https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf Presidente da República (al.sp.gov.br) [28.10.2022].

Maria Garritano Dourado lembra que em decorrência do conflito, espalharam-se nas cidades brasileiras mais populosas diversas endemias antes desconhecidas, trazidas nos corpos feridos e debilitados de milhares de combatentes e ex-combatentes[422].

Construído com recursos pessoais do Imperador e de antigos oficiais de Armada Brasileira, preocupados com a situação dos soldados gravemente sequelados pelos combates e doenças, o Asilo dos Inválidos da Pátria foi construído no Rio de Janeiro, em 1868.

Nesse nosocômio, conforme os progressos da medicina naquela altura, aplicavam-se procedimentos de reabilitação/segregação, dependendo da gravidade do diagnóstico médico[423]. Ao início da fase conhecida como Primeira República, o Hospício Dom Pedro II é transformado no Hospício Nacional de Alienados, em 1904. Neste local funcionou o primeiro espaço exclusivo para crianças com deficiência, o Pavilhão-Escola Bourneville[424].

O antigo Instituto dos Meninos Cegos recebeu o nome de Instituto Nacional dos Cegos, e depois foi denominado de Instituto Nacional Benjamin Constant (IBC).

O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos foi chamado de Instituto dos Surdos-Mudos até 1957, daí veio a ser conhecido pelo nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)[425].

Lanna Júnior chama-nos a atenção para o facto de que na primeira metade do século XX, a maior parte das novas às pessoas com deficiência surgiram por iniciativa da sociedade civil: leprosários que eram como verdadeiras cidades, praticamente autossuficientes, com prefeitura própria, comércio, escola, igreja, delegacia e cemitério, centros de reabilitação física para tratamento de sequelas da paralisia infantil, novos estudos e terapias aplicáveis à deficiência mental e intelectual[426].

Entre os anos 1920 e 1960 foram criadas por iniciativa de particulares, as Sociedades Pestalozzi em 1932 para pessoas com deficiência intelectual; as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em 1954, ano em que se inaugurou a Associação Brasileira de Reabilitação.

---

[422] Ver Maria Teresa Garritano DOURADO, 2010, 221f., *A História Esquecida da Guerra do Paraguai: Fome, Doenças e Penalidades*, Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2010, pp. 64-65, disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08122010-135132/publico/2010_MariaTeresaGarritanoDourado.pdf Microsoft Word - TESE FORMATADA.doc (usp.br) [18.04.2023].

[423] *Vide* Marcelo Augusto Moraes GOMES «*A Espuma das Províncias»: Um Estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864 – 1930)*, 2006, 720f., Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2006, disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05072007-144427/publico/TESE_Gomes_Marcelo_Augusto_Moraes_V1.pdf [2.9.2022].

[424] Cf. Mário Cléber Martins LANNA JÚNIOR, *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil...*, *op.cit.*, p. 20.

[425] *Idem*, p. 23.

[426] *Ibidem*, p. 24.

Outras instituições foram surgindo à medida em que se implantava no Brasil o conceito de reabilitação da pessoa com deficiência, que os norte-americanos haviam aplicado no tratamento dos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial[427]. Até meados da década de 1970, as leis brasileiras não asseguravam expressamente a garantia de autodeterminação das pessoas com deficiência.

O modelo médico e de reabilitação, focalizado na readequação da pessoa com deficiência ou sua adaptação aos padrões de normalidade funcional e/ou comportamental, em geral requeridos pela sociedade, ainda prevalecia como método de avaliação da (in)capacidade e da própria pessoa com deficiência, enquanto sujeito de direitos.

Os movimentos afirmativos de iniciativa das próprias pessoas com deficiência nasceram nesse período, cujos objetivos eram a aquisição de mais direitos, a inclusão e a participação na vida comunitária e social, por meio de políticas públicas duradouras e com investimentos públicos permanentes[428].

Antes da CF/88, a Emenda Constitucional nº 12, de 19 de outubro de 1978, feita à Constituição de 1967 (alterada pela Emenda Constitucional nº 1/1969) (Emenda Thales Ramalho), previa os direitos à educação especial e gratuita, assistência, reabilitação e reinserção na vida ecoômica e social do país, medidas antidiscriminatórias de natureza laboral e o direito à acessibilidade a logradouros e edifícios públicos[429].

Não obstante se possa reconhecer aqui o início de uma tendência à especialização regulatória versando um setor dos direitos humanos, as políticas do Estado brasileiro para as PCDs ainda se desenvolviam esporadicamente, sem continuidade, desarticuladas e centradas na educação, destinadas a resolver situações pontuais e, quase sempre, de maneira reativa[430].No entanto, a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) em 1986, e o

---

[427] *Vide* Marcelo Augusto Moraes GOMES «*A Espuma das Províncias»: Um Estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864 – 1930)*, ..., *op. cit.*, p. 25.

[428] A reabilitação foi largamente utilizada como método de abordagem da deficiência no Brasil. Porém, como assevera Otto Marques da Silva, já citado: «Por mais incrível que possa nos parecer o grande problema que temos no Brasil é a existência de muitas entidades que trabalham em reabilitação e, seja devido a dificuldades financeiras, seja devido à verdadeira noção das implicações desse processo complexo de trabalho com o ser humano portador de deficiência, não conseguem atingir plenamente os objetivos propostos. Elas sabem que a reabilitação finaliza o processo com vida de trabalho e fazem a promoção da colocação do indivíduo sem tê-lo realmente preparado para tanto (Cf. Otto Marques da SILVA, *A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje*, *op. cit.,* p. 305.

[429] «"É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: I. educação especial e gratuita; II. assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; III. proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV. possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos"» (Ver Mário Cléber Martins LANNA JÚNIOR, *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil...*, *op.cit.*, p. 63) (aspas suspensas no original) [29.10.2022].

[430] *Idem*, p. 71.

lançamento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência em 1989 viriam marcar uma nova etapa de mudanças estruturais e estruturantes das políticas específicas nesse setor.

Desde então, a temática dos direitos das pessoas com deficiência deve passar necessariamente pelo Congresso Nacional, relativamente às diretrizes nacionais, como também é objeto de apreciação nas casas legislativas dos estados e dos municípios, a fim de que sejam implementadas em todos os níveis federativos.

3. A era dos direitos das pessoas com deficiência

A 1ª Guerra Mundial produziu milhares de pessoas mutiladas e estropiadas. Assim, as políticas públicas predominantes no mundo ocidental se distinguiram pelo esforço de compensar as limitações físicas e/ou psíquicas por meio de metodologias de reabilitação, ou seja, a requalificação da pessoa para ter uma vida funcionalmente normal.

Entretanto, a empatia demonstrada para com os feridos de guerra não foi a mesma para as pessoas já nascidas com deficiência. Ideias eugenistas proliferaram na América do Norte, na Europa ocidental e na Escandinávia, atingindo o seu lamentável ápice na Alemanha nazi[431].

Depois da 2ª Guerra Mundial, na esteira das mudanças trazidas pela filosofia do Estado-providência na Europa, dos grupos organizados de pessoas com deficiência nos anos 1960 e 1970 que fizeram, por si próprios, uma massiva divulgação dos direitos que lhes faltavam e das barreiras que enfrentavam.

Os movimentos organizados de pessoas com deficiência se fortaleceram sobremaneira no Reino Unido. Os trabalhos de Paul Hunt, em 1966, e Vic Finkelstein, em 1972, desencadeiam processos de visibilização dos temas ligados às pessoas com deficiência e consequentemente levam à mobilização social representada por instituições como a *The Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS)[432].

Publicam-se Os Princípios Fundamentais da Deficiência, um conjunto de metas visando a superação do modelo médico de abordagem da deficiência. A proposta social destes Princípios baseava-se na ideia de que a abordagem mais adequada da deficiência devia levar em conta sobretudo

[431] Cf. Fernando FONTES, *Pessoas com Deficiência em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016, p. 31.

[432] Cf. THE UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION (UPIAS), *Fundamental Principles of Disability*, Londres, 1976, disponível em https://disabledpeoplesarchive.com/wp-content/uploads/sites/39/2021/01/001-FundamentalPrinciplesOfDisability-UPIAS-DA-22Nov1975.pdf [28.10.2022].

o aspecto político deste fenômeno social, portanto, deveria ser um modelo social de percepção da deficiência[433].

De acordo com o modelo social, a deficiência deixa de ser um «problema» a ser resolvido para que a pessoa com deficiência volte a viver normalmente em sociedade. Com este novo olhar, a deficiência é considerada em três dimensões: i) a deficiência, que está na pessoa; ii) a incapacidade dela resultante, que limita as atividades no meio social; iii) a desvantagem que advém da limitação para o exercício das funções sociais impostas ao indivíduo pelo meio social[434].

Os movimentos sociais de emancipação das pessoas com deficiência, como explica Fernando Fontes, «acabaram por marcar não só as políticas sociais na área da deficiência nos respectivos países, como também a investigação académica nesta área»[435].

Nesse contexto surgirá o modelo social de vida independente, propondo avanços mais expressivos de ordem prática, mormente o pagamento direto de benefícios sociais às pessoas com deficiência, e a feitura de leis adequadas aos novos conceitos de deficiência e de pessoa com deficiência[436].

É também neste período em que principia a prevalência da doutrina dos direitos humanos e da inclusão social; o modelo médico unir-se-á ao modelo social, gerando uma nova percepção do fenômeno da deficiência a partir da interposição dos vetores físicos e sociais[437].

O movimento mundial em prol dos direitos das pessoas com deficiência será reforçado pela publicação em sequência de dois diplomas internacionais:

i) a Declaração dos Direitos dos Atrasados Mentais, adotada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas nº 2856 (XXVI), de 20 de dezembro de 1971;

ii) a Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas nº 3447 (XXX), de 9 de dezembro de 1975[438].

---

[433] «As principais premissas que acompanham essa definição de deficiência postulam que: a deficiência é uma situação, algo que sistematicamente acontece durante a interação social; a deficiência deve ser erradicada; as pessoas com deficiência devem assumir o controle de suas próprias vidas; os profissionais e especialistas que trabalham com a questão devem estar comprometidos com o ideal da independência. Portanto, o Modelo Social é um instrumento essencialmente político para a interpretação da realidade com fins de transformação social (UPIAS, 1976)» (Cf. Tiago Henrique FRANÇA, «Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social», *Lutas Sociais*, vol. 17, nº 31, São Paulo, 2013, p. 63, disponível em https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/tiago-henrique-franca.pdf tiago-henrique-franca.pdf (pucsp.br) [29.10.2022].

[434] *Idem* p. 60.

[435] Cf. Fernando FONTES, *Pessoas com Deficiência em Portugal...*, *op. cit.*, p. 32.

[436] «Cf. Mariana Prioli CORDEIRO, *Nada Sobre Nós sem Nós: Os Sentidos de Vida Independente para Os Militantes de Movimentos de Pessoas com Deficiência*, 2007, 187f., Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, São Paulo, 2007, p. 40, disponível em https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17230/1/Mariana%20Prioli%20Cordeiro.pdf REPOSITORIO PUCSP: Nada sobre nós sem nós: os sentidos de vida independente para os militantes de um movimento de pessoas com deficiência [26.10.2022].

[437] Ver Fernando FONTES, *op. cit.*, p. 32.

Maiores desenvolvimentos no âmbito das Nações Unidas sucederão nos anos de 1980. O ano de 1981 é proclamado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. No ano seguinte, publica-se o Programa Mundial de Ação para as Pessoas Deficientes, apontando os anos de 1983 e 1992 como a a Década das Nações Unidas para as Pessoas Deficientes[439].

Neste documento foram mencionadas as abordagens do Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados deficientes. De outra parte, foram lembradas as iniciativas de prevenção de deficiências entre os refugiados da Palestina e da reduçaõ das barreiras sociais e físicas que são enfrentadas pelas pessoas deficientes da população de refugiados[440].

Naquela altura, já não havia qualquer dúvida quanto ao facto de que incapacidades físicas e mentais em populações refugiadsa estavam associadas às calamidades provocadas pelo homem, principalmente por perseguição, violência e riscos de vária ordem.

Segundo o documento, naquele tempo a situação mais grave era a do chamado «Terceiro Mundo, onde os serviços e instalações de que [os refugiados] necessitam são extremamente limitados. Um refugiado, pelo fato de ser refugiado, já está em situação de desvantagem, se tiver algum tipo de deficiência, sua desvantagem está duplicada».

É claramente perceptível que as Nações Unidas estavam a indicar para os Estados que em situação de refúgio, a deficiência se constitui um fator de agravamento, e como tal, deviam ser consideradas de um modo diferenciado nas decisões políticas.

Em fins da década de 90, após a avaliação sobre os avanços do Programa Mundial, recomenda-se pela primeira vez a aprovação de um tratado internacional, sugestão que parte de peritos em direitos humanos da Itália e da Suécia.

A proposta foi rejeitada por dois motivos básicos: i) a alegada suficiência de outros sistemas de proteção de direitos humanos; ii) o não-reconhecimento da deficiência como vetor discriminatório no contexto da legislações internas de vários Estados-Membros das Nações Unidas, o que inviabilizaria a ratificação[441].

---

[438] Cf. Filipe Venade de SOUSA, *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Ordenamento Jurídico Português: Contributo para A Compreensão do Estatuto Jusfundamental*, Coimbra, Edições Almedina, 2018, pp. 26 e 27.

[439] *Idem*, p. 28.

[440] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em seu trigésimo sétimo período de sessões, pela Resolução 37/52, de 3 de dezembro de 1982*, Nova Iorque, 1982, disponível em https://programa_de_acao_mundial_para_as_pessoas_com_deficiencia_de_3_12_1982.pdf (abres.org.br) abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/programa_de_acao_mundial_para_as_pessoas_com_deficiencia_de_3_12_1982.pdf [31.12.2023].

[441] Ver Filipe Venade de SOUSA, *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Ordenamento Jurídico Português..., op.cit.,* p. 29.

Em 1993, a Conferência de Viena enunciou várias considerações específicas a respeito das pessoas com deficiência, no texto final da Declaração e o Programa de Ação de Viena. Destacam-se a afirmação do princípio de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais, a necessidade de garantias especiais de não discriminação e o gozo em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de PCDs.

A Declaração enfatiza, ainda, que qualquer discriminação direta ou outro tratamento discriminatório negativo de uma pessoa deficiente (*sic*) constitui uma violação dos seus direitos, e reconhece a necessidade de eliminação de barreiras sociamente impostas, de ordem física, financeira, social ou psicológica, que possam excluir ou limitar «a participação plena de PCDs na vida em sociedade»[442]

Ainda naquele ano, adota-se a Resolução da AGNU nº 48/96, de 20 de dezembro de 1993, estatuindo as Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência[443].

Instrumentos normativos de alcance regional e local vêm a surgir: no Reino Unido, o Parlamento aprova o documento *The Disability Discrimination Act*, em 1995. A Organização dos Estados Americanos (OEA) aprova a *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência*, de 1999, e, portanto, a questão das pessoas com deficiência ganha visibilidade no quadro dos direitos humanos regionalizados[444].

Em 2000 publica-se a *Declaração de Pequim sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Num Novo Século*, por ocasião da Conferência Mundial das Organizações Não-Governamentais das Pessoas com Deficiência. Em 2001, o documento final da Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância enceta os procedimentos de elaboração de uma convenção internacional específica para as pessoas com deficiência[445].

No ano 2000 ocorrera o primeiro censo demográfico brasileiro a incluir um questionário específico de identificação de pessoas com deficiência incluídas no mercado de trabalho; esse

---

[442] Ver REPÚBLICA PORTUGUESA, *Declaração e Programa de Ação de Viena, Ministério Público de Portugal, Adotados a 25 de junho de 1993 pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos*, Viena, 1993, https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracao_e_programa_acao_viena.pdf [31.12.2023].

[443] Este documento lançou as bases para a futura Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ao rever o conceito de pessoa com deficiência, e colocando em primeiro plano, a afirmação da pessoa com deficiência como titular de direitos iguais aos de todas as demais pessoas, numa perspetiva do modelo social, considerando como parte da delimitação do âmbito subjetivo, os elementos externos à pessoa, como a influência do meio em que vive, a falta de acessibilidade, os preconceitos sociais. (Cf. Filipe Venade de SOUSA, *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Ordenamento Jurídico Português...*, *op.cit*, p. 33).

[444] Cf. Filipe Venade de SOUSA, *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência..., op. cit.,* pp. 33-34.

[445] Ver Filipe Venade de SOUSA, *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência..., op. cit*, p. 34.

questionário indica uma percepção mais ou menos informada do governo a respeito da participação ativa de pessoas com deficiência inseridas em contexto laboral[446].

Como corolário dos esforços políticos de duas décadas anteriores, a ONU aprovou a Resolução nº 56/168, de 19 de dezembro 2001, criando um Comitê *ad hoc* preparatório da Convenção das Pessoas com Deficiência.

Depois de oito reuniões ao longo de quatro anos de trabalho, o Comité encaminhou o texto final aprovado pela Assembleia Geral da ONU aos 13 de dezembro de 2006.

Para além da *Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (CDPD) foi também aprovado um *Protocolo Facultativo* que versa a competência do Comité sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência para apreciar queixas a respeito de supostas violações aos direitos previstos no documento principal[447].

O processo preparatório e o desenvolvimento da CDPD contaram com a participação ativa de pessoas com deficiência, individualmente ou representadas coletivamente, tal como havia sucedido na Conferência de Viena em 1993.

Como resultado, ativistas de direitos humanos vinculados a movimentos específicos como os Movimentos de Vida Independente (MVI) no Brasil, vieram a ocupar posições relevantes na qualidade de consultores de organizações intergovernamentais.

Foi este o caso de Rosângela Berman Bieler, pessoa com deficiência motora, fundadora da primeira comunidade de vida independente do Brasil, a qual veio a ocupar a função de consultora do Banco Mundial (2004-2010) e de chefia de um órgão do UNICEF (2011-2022).

A preponderância da CDPD no quadro das convenções internacionais de direitos humanos ainda não está completamente evidenciada, mas pode ser medida pelo seu contributo na formação de uma rede mundial, ampla, complexa e diversificada de cooperação em matéria direitos humanos[448].

---

[446] Ver Marcelo Augusto Moraes GOMES, *«A Espuma das Províncias»: Um Estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864 – 1930)*, 2006, 720f., Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2006, p. 15, disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05072007-144427/publico/TESE_Gomes_Marcelo_Augusto_Moraes_V1.pdf [2.9.2022].

[447] Ver Filipe Venade de SOUSA, *Direitos Fundamentais das Pessoas com Deficiência e Jurisprudência Multinível*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2021, p. 282: «A Convenção dispõe de cinco conjuntos de direitos: direitos de liberdade, direitos de igualdade, direitos de proteção, direitos de participação e direitos sociais».

[448] Ver Mariana Prioli CORDEIRO, *Nada Sobre Nós sem Nós: Os Sentidos de Vida Independente para Os Militantes de Movimentos de Pessoas com Deficiência*, 2007, 187f., Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, São Paulo, 2007, p. 130, disponível em https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17230/1/Mariana%20Prioli%20Cordeiro.pdf REPOSITORIO PUCSP: Nada sobre nós sem nós: os sentidos de vida independente para os militantes de um movimento de pessoas com deficiência [26.10.2022].

De facto, as disposições da CDPD não se propõem a meramente declarar que as pessoas com deficiência fazem jus a tais e tais direitos.

Antes, a CDPD tem o propósito de impulsionar os Estados a manejarem medidas concretas de proteção em articulação com todos os ramos do direito internacional dos direitos humanos, ao encontro dos interesses das pessoas com deficiência.

4. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no direito interno brasileiro

A redação original do artigo 5º da CF/1988 dizia textualmente que «[o]s direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte».

Mas a 30 de dezembro de 2004 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 45 que acrescentou os §§ 3º e 4º, ensejando, desde então, relevante debate sobre a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos no direito interno brasileiro[449].

A posição dos tratados internacionais na hierarquia das fontes de direito no Brasil depende da época e do rito de incorporação. Sob tais critérios, admitem-se

i) os tratados promulgados antes vigência da Emenda Constitucional nº 45/2004 (EC nº 45/2004), com status supra legal e infra constitucional; e

ii) os tratados promulgados depois da EC nº 45/2004, equiparados às Emendas Constitucionais. Depois, a doutrina cogitou a determinação hierárquica de um tratado com base no seu conteúdo de um tratado internacional de direitos humanos.

De acordo com Flávia Piovesan, uma interpretação da EC nº 45/2004 conforme o direito internacional consuetudinário jamais poderia admitir qualquer retrocesso no que pertine à hierarquia dos tratados de direitos humanos. Segundo esta autora, as fontes internacionais vinculativas compõem

[449] «§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata; § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte; «§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil (texto original sem Emendas)*, Brasília-DF, 1988, disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html [27.10.2022].

o «bloco de constitucionalidade», logo, necessariamente devem ser consideradas como normas de estatura constitucional[450].

Não obstante, o Supremo Tribunal Federal vê a questão de outro modo. Para esta Corte, foi de modo intencional que o legislador constituinte derivado distinguiu os tratados de direitos humanos em com referência ao tempo e ao rito de incorporação ao direito interno.

Duas questões cruciais ficaram por resolver. Inicialmente, era preciso (re)definir a posição dos tratados internacionais em relação ao direito interno e depois, se seria necessário um ato legislativo interno condicionante da eficácia material e temporal dos tratados internacionais.

Até antes da EC nº 45 de 2004, não havia qualquer escalonamento entre os tratados internacionais, quer em razão da matéria quer em razão do procedimento de incorporação ao direito interno. Entretanto, a referida Emenda nº 45/2004 suscitou ainda a questão da da eficácia dos tratados de direitos humanos que haviam sido ratificados antes da Emenda.

Quanto aos procedimentos de assinatura e ratificação, todos os tratados se sujeitavam ao rito da Convenção de Viena sobre o Direitos do Tratados de 1969. Depois, procedia-se à incorporação em duas fases consecutivas, a aprovação pelo Congresso Nacional, depois a promulgação pelo Poder Executivo[451].

A doutrina brasileira cindiu-se em duas vertentes principais, a saber, as correntes monista e dualista. Em linhas bastante gerais, a corrente monista internacionalista defende que o direito internacional é incorporado diretamente pelo direito interno dos Estados.

Isto porque é princípio de direito internacional consuetudinário a expetativa de que os Estados cumpram suas obrigações exteriores, para além das obrigações que afetam a jurisdição interna, sob pena de ameaça à instabilidade das relações internacionais que os referidos princípios costumeiros visam preservar[452].

---

[450] *Vide* Flávia PIOVESAN, «Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: jurisprudência do STF», *Academia.edu*, s/d., s/l., s/p., disponível em https://www.academia.edu/27800019/TRATADOS_INTERNACIONAIS_DE_PROTEÇÃO_DOS_DIREITOS_HUMANOS_JURISPRUDÊNCIA_DO_STF_(99+)_TRATADOS_INTERNACIONAIS_DE_PROTEÇÃO_DOS_DIREITOS_HUMANOS_JURISPRUDÊNCIA_DO_STF_|_Jefferson_Soares_-_Academia.edu [3.10.2023]. Não há qualquer dúvida sobre a estatura de Emenda Constitucional da CDPD e o seu Protocolo Opcional, eis que foram incorporados sem quaisquer reservas em 2009. Assim, é legitima a competência do Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência para o acompanhamento das medidas relacionadas ao cumprimento das obrigações que o Estado brasileiro assumiu relativamente à CDPD.

[451] O Brasil assinou a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, e a aplicava na condição de direito internacional consuetudinário. A ratificação ocorreu por meio do Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009, com reservas aos artigos 25 e 66. Com relação à Convenção de Viena sobre o Direitos dos Tratados entre Estados e Organizações e entre Organizações Internacionais, o Brasil a assinou em 21 de março de 1986, porém, o Congresso Nacional ainda não emitiu o Decreto-Legislativo necessário para a continuidade do procedimentos de ratificação.

[452] «[...] And, while the principle pacta sunt servanda is not formally called into question by an amendment or modification of a treaty by subsequent practice that establishes the agreement of all the parties, it is equally true that the stability of treaty relations may be called into question if an

O monismo internacionalista clássico, no entendimento de Valério Mazzuoli[453], propõe que o direito internacional tenha eficácia plena e imediata na ordem interna, do mesmo modo que as leis complementares e ordinárias emanadas do Poder Legislativo nacional, sendo desnecessário que uma norma integrativa apresente qualquer condicionante à assimilação da norma internacional no direito interno.

Por sua vez, a vertente dualista posiciona os tratados internacionais como uma ordem jurídica exógena, inconfundível com a ordem jurídica interna. Nessa lógica, faz-se absolutamente indispensável um mecanismo interno de integração da lei internacional.

Entre os dualistas, há os defensores da ideia de que um tratado internacional de direitos humanos adquire foros de obrigatoriedade somente quando a lei aprovada pelo Poder Legislativo declara o momento em que o tratado passa a ter efeitos no plano interno.

A doutrina dualista mitigada afirma que a eficácia dos tratados internacionais no direito interno depende, sim, de incorporação por meio de Decreto-Legislativo aprovado pelo Poder Legislativo, seguida da promulgação que compete ao Poder Executivo também por via de um Decreto.

Portanto, o fundamento de validade de um tratado no âmbito interno não seria a lei em sentido estrito, resultante de um processo legislativo bicameral, mas de outra ordem de atos isolados ou em conjunto, por exemplo, um Decreto legislativo oriundo do Congresso Nacional que aprova, seguindo-se um Decreto presidencial que o promulga. Esta é a tese predominante no Supremo Tribunal Federal do Brasil[454].

---

informal means of identifying agreement as subsequent practice could easily modify a treaty» (UNITED NATIONS, *Report of the International Law*, Nova Iorque, 2018, p. 63, disponível em https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G18/252/67/PDF/G1825267.pdf?OpenElementA/73/10 (un.org) [26.09.2023].

[453] A discussão entre monismo e dualismo na esfera do direito internacional dos direitos humanos parece não ter muita utilidade no âmbito dos tratados de direitos humanos. Isto porque o direito internacional dos direitos humanos, como pensa Mazzuolli, é o direito das vítimas de violações aos direitos humanos, ainda que existam argumentos favoráveis ao direito interno. Neste sentido, cf. Valério de Oliveira MAZZUOLLI, *Rumo às Novas Relações entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Interno: da Exclusão à Coexistência, da Intransigência ao Diálogo das Fontes*, 2008, 266f., Tese (Doutorado em Direito), Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2008, p. 142, disponível em https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132783/000680945.pdf Rumo às novas relações entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito interno : da exclusão à coexistência, da intransigência ao diálogo das fontes (ufrgs.br) [26.4.2023].

[454] «O Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito nacional estão integrados em virtude das próprias normas consagradas na Constituição brasileira. Para além da polêmica entre dualistas e monistas, o fato é que a jurisprudência internacional aceita a primazia da norma internacional, e reconhecer que o Direito é um só é a direção coerente com os tempos de integração econômica e social (Cf. Felipe Klein GUSSOLI, «Hierarquia supraconstitucional relativa aos tratados internacionais de direitos humanos», *Revista de Investigações Constitucionais*, vol. 6, n° 3, Curitiba, 2020, p. 731, disponível em https://www.scielo.br/j/rinc/a/NnCzVn3Z4RySGWhTChQj7vs/?format=pdf&lang=pt scielo.br/j/rinc/a/NnCzVn3Z4RySGWhTChQj7vs/?format=pdf&lang=pt SciELO - Brasil - Hierarquia supraconstitucional relativa dos tratados internacionais de direitos humanos Hierarquia supraconstitucional relativa dos tratados internacionais de direitos humanos [26.9.2023].

Mais adiante, a Emenda Constitucional de nº 45, de 30 de dezembro de 2004, mudou o artigo 5º, § 3º, da Carta Política. Esta Emenda criou um ambiente propício à prolongada discussão sobre a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos no direito interno brasileiro.

Em princípio, os tratados poderiam ocupar duas posições distintas a depender do momento em que foram promulgados: i) os tratados promulgados antes da entrada em vigor da EC nº 45/2004, cuja estatura não é especificada nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º da CF/1988; ii) os tratados promulgados depois da EC nº 45/2004, aos quais a EC nº 45/2004 atribuiu o status de Emendas Constitucionais.

Nos anos seguintes a doutrina cogitou outros desdobramentos da questão: i) o facto de haver-se empregue um processo legislativo comum ou especial de incorporação como indicativo da hierarquia de um tratado internacional de DH; ii) o conteúdo de um tratado de DH como sendo a causa determinante do seu *status*; iii) a existência de categorias intermediárias situadas entre a Constituição e as normas infraconstitucionais, apropriada para alocar os tratados internacionais de direitos humanos.

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal entende que foi intencional a escolha do legislador constituinte derivado em fazer distinção entre os tratados de direitos humanos com fulcro em dois elementos objetivos, a época em que o tratado foi incorporado e o procedimento, comum ou não, de incorporação[455].

Quanto à hierarquia dos tratados internacionais, até que fosse promulgada a Emenda Constitucional nº 45, de as categorias reconhecidas no quadro jurídico interno, os tratados internacionais comuns, que regem as relações entre os Estados e demais personalidades de direito internacional público, e os tratados internacionais de direitos humanos, cujo tema são os direitos e garantias fundamentais das pessoas e as correspondentes obrigações dos Estados.

Vigora no Supremo Tribunal Federal o entendimento majoritário de que os tratados internacionais comuns equiparam-se às leis editadas pelo Congresso Nacional, com exceção feita aos tratados que versem matéria tributária, por força do artigo 98 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de

[455] Não há qualquer dúvida sobre a estatura de Emenda Constitucional da CDPD e o seu Protocolo Opcional, eis que foram incorporados sem quaisquer reservas em 2009. Assim, é legitima a competência do Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência para o acompanhamento das medidas relacionadas ao cumprimento das obrigações que o Estado brasileiro assumiu relativamente à CDPD (Ver Flávia PIOVESAN, «Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: jurisprudência do STF», *Academia.edu*, s/d., s/l., s/p., disponível em https://www.academia.edu/27800019/TRATADOS_INTERNACIONAIS_DE_PROTEÇÃO_DOS_DIREITOS_HUMANOS_JURISPRUDÊNCIA_DO_STF_(99+)_TRATADOS_INTERNACIONAIS_DE_PROTEÇÃO_DOS_DIREITOS_HUMANOS:_JURISPRUDÊNCIA_DO_STF_|_Jefferson_Soares_-_Academia.edu [3.10.2023].

1966 (Código Tributário Nacional) «Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha»[456].

A Emenda Constitucional (EC) nº 45/2004 reposicionou os tratados internacionais anteriores à modificação do texto. A referida Emenda acrescentou ao artigo 5º da CF/1988 um terceiro parágrafo [já citado] e um quarto parágrafo, nos quais lemos: «§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais; § 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão».

Agora, os tratados internacionais aprovados até antes da EC nº 45 ocupam um lugar entre a supralegalidade e a infraconstitucionalidade, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Assente este parâmetro jurisprudencial, no caso de colisão normativa entre o direito interno e o direito internacional, a Constituição definirá a norma prevalecente, ou mesmo a derrota de ambos os normativos em favor do próprio texto constitucional expresso[457].

A reforma do artigo 5º da Carta Política de 1988 trouxe à baila três tipos de tratados internacionais em vigor no Brasil: i) os tratados gerais, versando as relações internacionais entre o Brasil e outros Estados; ii) os tratados de direitos humanos de hierarquia inferior à Constituição e superior às leis, promulgados antes da Emenda Constitucional nº 45/2004 e; iii) os tratados de direitos humanos promulgados depois da Emenda Constitucional nº 45/2004, com estatura de Emenda Constitucional[458].

---

[456] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966*, *Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios*, Brasília-DF, 1966, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172Compilado.htm L5172COMPILADO (planalto.gov.br) [26.9.2023].

[457] Ver Felipe Klein GUSSOLI, «Hierarquia supraconstitucional relativa aos tratados internacionais de direitos humanos», *Revista de Investigações Constitucionais*, vol. 6, nº 3, Curitiba, p. disponível em https://www.scielo.br/j/rinc/a/NnCzVn3Z4RySGWhTChQj7vs/?format=pdf&lang=pt scielo.br/j/rinc/a/NnCzVn3Z4RySGWhTChQj7vs/?format=pdf&lang=pt [26.9.2023].

[458] «Com o intuito de sintetizar e clarificar a posição pessoal adotada, entendemos que a melhor resposta hermenêutica possível em relação ao § 3° do art. 5° da CF, em combinação especialmente (mas não exclusivamente) com os § § 1° e 2° do mesmo artigo, é a que, utilizando-se da técnica da interpretação conforme, sustenta a tese de que o § 3° do art. 5° é constitucional desde que interpretado no sentido de assegurar a hierarquia constitucional (pelo menos em sentido material) dos tratados em matéria de direitos humanos já incorporados e hierarquia formal e material aos tratados eventualmente incorporados pelo rito estabelecido no dispositivo ora comentado, sem prejuízo das demais questões já destacadas, notadamente no que diz com a condição de limites materiais à reforma constitucional dos direitos assim incorporados e vedação da denúncia dos tratados uma vez internalizados desta forma (Cf. Ingo Wolfgang SARLET, «Considerações a respeito das relações entre a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos», *Espaço Jurídico Journal of Law [EJJL]*, vol. 12, nº 2, Joaçaba, 2011, p. 343, disponível em https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1328 Considerações a respeito das relações entre a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos | Espaço Jurídico Journal of Law [EJJL] (unoesc.edu.br)) [19.04.2023].

Em razão do rito de incorporação da multicitada EC nº 45/2004, estão em vigor com estatura de emenda constitucional: i) a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo à CDPD, ambos de 2006; ii) o Tratado de Marraqueche sobre o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso de 2013; iii) A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância de 2013[459] também foi incorporada sob o rito da EC nº 45/2004.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos já emitiu entendimento de que a força normativa dos tratados de direitos humanos consiste no facto de existem para melhorar as condições de vida das pessoas, e não para aproximar os Estados.

Não obstante, forçoso é reconhecer o papel essencial dos Estados no contexto dos direitos humanos. Afinal, são eles que livremente assumem obrigações de cumprimento de direitos e liberdades fundamentais dos indivíduos sob sua jurisdição, sejam nacionais sejam estrangeiros residentes no país[460].

Com efeito, o Brasil assinou a maioria dos tratados internacionais de direitos humanos anteriores à publicação da Emenda Constitucional nº 45/2004. Por exemplo, a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 foi incorporada no ano de 1961, na vigência da Constituição de 1946[461], e o seu Protocolo Opcional de 1967, incorporado no ano de 1972, sob a égide da Constituição de 1967, alterada pela Emenda Constitucional nº 1/1969[462].

Assim, o regime internacional dos refugiados pertence à ordem dos tratados internacionais de direitos humanos de estatura intermediária, posicionada entre a Constituição e as leis complementares e ordinárias.

A seu turno, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), incorporada em 2009 e o Protocolo Facultativo, pertence à ordem dos tratados internacionais de direitos humanos com estatura equivalente às Emendas Constitucionais.

---

[459] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Atos Decorrentes do Disposto no §3º do art. 5º da Constituição*, Brasília-DF, 2022, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/quadro_DEC.htm Quadro_dec (planalto.gov.br) [27.10.2022].

[460] A Corte Interamericana de Direitos Humanos avalia a atuação dos Estados, à luz dos tratados internacionais de direitos humanos de âmbito universal e regional, com ênfase nos princípios da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica de 1969).

[461] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição de 1946, artigos 67 a 72*, *e 217*, Rio de Janeiro, 1946, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm Constituição46 (planalto.gov.br) [28.9.2023].

[462] Ver. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição de 1967 (alterada pela Emenda Constitucional nº 01/1969*, *artigos 49 a 62*, Rio de Janeiro, 1967, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm Constituição67 (planalto.gov.br) [28.9.2023].

A título de comparação, convém mencionar que na década de 1970 do século XX o sistema universal de proteção aos refugiados foi incorporado ao direito interno. Porém, sua nacionalização por meio de lei específica não ocorreu de imediato.

Na realidade, a Lei nº 6.815 de 1980 estabeleceu as diretrizes gerais das políticas de imigração do Brasil, na vigência da Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1/1969. Esta Lei não fazia a necessária distinção entre imigrantes e pessoas em situação de refúgio, para além de conferir às autoridades de controlo imigratório elevada margem de poder discricionário sobre o ingresso e a permanência de nacionais estrangeiros no Brasil.

Informa-nos Pedro Kenicke que na série histórica de 1989 a 2015 tramitaram no Congresso Nacional cerca de quarenta projetos de modificação da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Os mais importantes, nºs 1813/1991, 5665/2009 e 2516/2015, foram arquivados, depois que a nova Lei de Migrações nº 13.445, de 24 de maio de 2017 foi promulgada.

Oportuno referir que até a década de 1990 tais propostas não faziam distinção clara de para o efeito de atenção legal a imigrantes e refugiados. Somente com a edição da Lei de Refúgio nº 9.474, de 22 de julho de 1997, os refugiados vieram a ser contemplados de maneira mais específica.

Contudo, a antiga Lei de Imigração permaneceu incólume até o ano de 2017, defendendo os seguintes valores, expressos no próprio texto legal: «I - da preservação da ordem pública interna; II - da cooperação internacional no combate ao crime; III - de natureza sócio-econômico e cultural; IV - de proteção ao trabalhador brasileiro; V - da solidariedade internacional»[463].

Posteriormente, a Lei Brasileira de Refúgio nº 9.474, de 22 de julho de 1997 desvinculou a proteção aos refugiados do regime geral dos imigrantes e incorporou integralmente o regime internacional da a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo Opcional.

O Estatuto dos Refugiados reporta-se ao conteúdo mínimo de proteção às pessoas em situação de deslocamento forçado. Assim, os Estados poderiam atuar com mais liberdade, inclusivamente pela utilização de mecanismos de proteção de âmbito regional e as leis nacionais.

No Brasil, a Lei de Refúgio nº 9.474 de 22 de julho de 1997 absorveu o conceito ampliado de refugiado da Declaração de Cartagena de 1984, a par das tipologias convencionais e dos tratados que compõem o núcleo do sistema onusiano de proteção aos direitos humanos.

---

[463] Ver Pedro Henrique Gallotti KENICKE, *O Estatuto do Estrangeiro e a Lei das Migrações: Da Doutrina da Segurança Nacional ao Desenvolvimento Humano*, 1ª edição, Curitiba, Thomson Reuters/Revista dos Tribunais-RT, 2016, pp. 108-111, disponível em https://unibrasil.academia.edu/PedroHenriqueGallottiKenicke(99+) Pedro Henrique Gallotti Kenicke | Universidade Federal do Paraná - Academia.edu [1.9.2022].

Formalmente, a Convenção de Genebra e seu Protocolo Facultativo ocupam um patamar hierárquico superior às leis complementares e leis ordinárias, mas em posição inferior à Constituição. Aqui surge uma inflexão fundamental: os tratados de direitos humanos anteriores à Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, têm a mesma força normativa que os posteriores à Emenda?

A questão já havia sido enfrentada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, objeto da Opinião Consultiva nº 2, de 24 de setembro de 1982. Aqui, a Corte reconheceu a força normativa dos tratados internacionais de direitos humanos em função da sua natureza e finalidade específica, e não do modo como são incorporados no ordenamento interno dos Estados[464].

Os dilemas da hierarquia e eficácia dos tratados internacionais, tendo em conta o marco regulatório trazido pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, assumem menor importância a partir do entendimento de que o regime internacional dos refugiados e o regime internacional dos direitos das pessoas com deficiência são documentos de conteúdo obrigacional para os Estados, perante a ordem internacional e para com as pessoas sujeitas à sua jurisdição.

A CDPD foi aprovada no Brasil com a estatura de emenda constitucional, e como tal, tem sua primazia assegurada sobre todo o ordenamento jurídico nacional, exceptuando a própria Carta Magna.

Para além de se constituir o catálogo fundamental dos direitos das pessoas com deficiência, independentemente de variações regionais e outros contextos, a CDPD admite a evolução conceitual da deficiência em interação com os impedimentos sociais, e com as tecnologias potencialmente redutores de desvantagens funcionais e sociais.

Para nós, o contributo mais expressivo da CDPD para a evolução interpretativa de todo o quadro de tratados internacionais de direitos humanos reside na cláusula *pro homine* do artigo 4º, nº 4, comum aos tratados universais de direitos humanos, e como tal, integra o rol de normas de *jus cogens* reconhecidas pela comunidade internacional: i) o artigo 17º da Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH); ii) o artigo 29º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH); iii) o artigo 5º comum aos Pactos de Direitos de 1966 (PIDCP e PIDESC); iv) o artigo 23º da Convenção

[464] Cf. Valério de Oliveira MAZZUOLI, *Rumo às Novas Relações entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Interno: da Exclusão à Coexistência, da Intransigência ao Diálogo das Fontes*, 2008, 266f., Tese (Doutorado em Direito), Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2008, p. 107, disponível em https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132783/000680945.pdf Rumo às novas relações entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito interno : da exclusão à coexistência, da intransigência ao diálogo das fontes (ufrgs.br) [19.4.2023];

sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CETFDM); v) o artigo 41º da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)[465].

A interpretação da CDPD sujeita-se ainda ao princípio geral de interpretação da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados de 1969 e a Convenção de Viena sobre o Direitos dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais e entre Organizações Internacionais de 1986 (artigo 31, nºs 1 a 4, comuns às CVDT)[466], a boa-fé, a conformidade com o sentido comum dos termos e a coerência relativamente ao contexto, ao objeto e à finalidade do documento.

Para além dos princípios gerais, os Estados têm o dever de interpretar as obrigações relativas aos direitos humanos de modo a obter o máximo *effet utile*[467], vale dizer, que as normas atinjam os seus fins próprios e desejáveis, de modo a trazer benefícios reais e duradouros para a vida das pessoas a que se destinam os regimes de proteção.

Entretanto, a interpretação da CDPD deve ser de modo tal que permita ajustes conceituais, à medida em que evoluem os recursos tecnológicos. Por outro lado, a própria CDPD estabelece o seu critério de interpretação *pro homine*, pelo qual os Estados devem aplicar as leis, costumes e práticas mais benéficas, e de revogar qualquer política restritiva ao exercício dos direitos das pessoas com deficiência[468].

Deste modo, a CDPD é inflexível a retrocessos no campo legislativo, mas se dispõe a alargar a dimensão social do conceito de pessoa com deficiência, a partir de novas compreensões que venham a surgir acerca do que seja a deficiência.

---

[465] Ver Filipe Venade de SOUSA, *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Ordenamento Jurídico Português: Contributo para A Compreensão do Estatuto Jusfundamental*, Coimbra, Edições Almedina, 2018, p. 127.

[466] O Brasil ratificou em 2009 a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969. Quanto à Convenção de Viena de 1986, o Brasil já a assinou, mas não recebeu a aprovação do Congresso Nacional. (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009, Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, Concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66*; Brasília-DF, 2009, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htmDecreto nº 7030 (planalto.gov.br) [27.9.2023].

[467] «Os órgãos de supervisão internacional dos direitos humanos, sem se afastar dos cânones da regra geral de interpretação dos tratados (artigo 31(1) das duas Convenções de Viena sobre o Direito dos Tratados, 1969 e 1986), têm desenvolvido uma interpretação teleológica, com ênfase na realização do objeto e fim dos tratados de direitos humanos, como a mais apropriada para assegurar uma proteção eficaz destes direitos. Afinal de contas, subjacente à mencionada regra geral de interpretação estipulada nas duas Convenções de Viena (artigo 31(1)), encontra-se o princípio, com amplo respaldo na jurisprudência, de acordo com o qual é preciso assegurar às disposições convencionais seus efeitos próprios (o chamado *effet utile*). Este princípio - *ut res magis valeat quam pereat* - mediante o qual a interpretação deve propiciar efeitos apropriados a um tratado, tem, em matéria de direitos humanos, assumido particular importância na determinação do amplo alcance das obrigações convencionais de proteção» (Cf. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, *Sentença no Caso López Vs. Honduras*, *(Mérito, Reparações e Custas)*, São José da Costa Rica, 2006, disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/1fd1d4af1569a345e837bd0ce47ce9d9.pdf seriec_141_por (cnj.jus.br) [27.10.2022].

[468] Ver Felipe Venade de SOUSA*, A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência...op. cit.*, p. 129.

5. O estatuto jurídico das pessoas com deficiência no Brasil

Nenhuma das seis Constituições vigentes no Brasil antes da atual Constituição de 1988 trazia um sistema, ainda que rudimentar, de direitos das pessoas com deficiência. A primeira delas, promulgada em 1824 pelo Imperador D.Pedro I, tão somente aludia aos velhos indigentes, crianças órfãs e deficientes físicos e mentais, que deveriam ser colocados aos cuidados das Santas Casas de Misericórdia[469], onde eram mantidos penosamente à custa de pequenas contribuições do tesouro real e doações piedosas.

A Constituição Imperial ainda estatuiu os «soccorros publicos» como sendo o núcleo de um sistema de assistência mínima à população civil mais carente (artigo 179, XXXI)[470], de modo semelhantemente ao que se praticava na Europa Ocidental desde o século XIV.

Estas «obras pias» em favor de pessoas desamparadas e doentes atravessou os séculos por meio das Santas Casas de Misericórdia, muitas ainda em funcionamento em vários países ocidentais, inclusivamente em Portugal e no Brasil[471].

Depois da Constituição imperial de 1824, as Constituições posteriores de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1969 criaram alguns benefícios para pessoas carentes e inválidos por causas naturais, como as doenças crônicas, o avanço da idade, e para vítimas de acidentes de trabalho[472].

Mas a CF/88 estabelece diversos direitos das pessoas com deficiência, ao longo do texto. No artigo 7º, inciso XXXI, proíbe-se qualquer discriminação no tocante a salários e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

---

[469] «Em oito de junho de 1863, Antônio Pais de Sande, governador recém-chegado ao Rio de Janeiro, escreveu uma carta ao rei espantado com a quantidade de crianças enjeitadas sem atendimento na cidade. Assim, solicitou que o valor destinado a uma «obra pia», que acabara de ser concedida, fosse transposto para a criação dos expostos, pois se achavam ali muitas crianças «mortas ao desamparo, sem que a Misericórdia nem os oficiais da Câmara as queiram recolher» (Ver Renato Júnio FRANCO, P*obreza e Caridade Leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*, 2011, 385f., Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2011, p. 117, disponível em htpps://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25052012-133000/pt-br.php Pobreza e caridade leiga - as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa (usp.br) [23.7.2022].

[470] Cf. Simone Elias de SOUZA, *Os "Socorros Públicos" no Império do Brasil 1822 a 1834*, 2007, 166f., Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007, p. 33, disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93420/souza_se_me_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y [28.10.2022].

[471] «Os beneficiários das ações da Misericórdia eram os pobres em suas várias dimensões: pobres envergonhados, doentes pobres, peregrinos e mendigos, enjeitados, presos pobres e cativos, viúvas e donzelas pobres» (Cf. Alan Martinez KOZIREFF, «A história das Santas Casas de Misericórdia», *Megajurídico*, Brasil, 2020, recuperado de https://www.megajuridico.com/a-historia-das-santas-casas-de-misericordia/A História das Santas Casas de Misericórdia - Megajuridico [7.9.2022].

[472] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituições anteriores*, Brasília-DF, 2022, disponível em www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/constituicoes-anteriores-1 Constituições anteriores — Portal da Legislação (planalto.gov.br) [27.10.2022].

Por sua vez, o artigo 37, inciso VIII, determina que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Um exemplo de discriminação positiva é o que se lê no artigo 40, § 4º-A (também no artigo 201, § 1º, inciso I), onde se lê que poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e multidisciplinar.

Outra diferenciação inclusiva está no artigo 100, § 2º, em que se dá preferência às ordens de pagamento das Fazendas Públicas, a título alimentar, para pessoas com deficiência.

Já o artigo 203, incisos IV e V, garante à pessoa com deficiência o direito à assistência social, consistente nos meios de habilitação, reabilitação e promoção de sua integração à vida comunitária, acrescidos de um salário-mínimo mensal, para aquelas que não tiverem renda apta a prover sua própria manutenção ou aquelas cujas famílias não o podem fazer, na forma da lei.

O artigo 208, inciso III, obriga o Estado a prestar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A expressão «o Estado» deve ser assimilada como a obrigação que cabe a todas as entidades federativas de elaborar os planos de carreira dos profissionais de educação básica da União, aos Estados-Membros e aos Municípios, na forma do artigo 206, § 6º da Constituição Federal.

No artigo 227, §1º, inciso II, consta que um dos deveres da família, da sociedade e do Estado, relativas aos menores de 18 anos, consiste na criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

Já no § 2º do mesmo artigo, a Constituição diz que lei posterior disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência (também no artigo 244)[473].

A expressão «lei posterior» remete a todos as leis que definem as regras específicas das políticas públicas. No âmbito federal, competem à Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Se

[473] Todas as referências à Constituição de 1988, feitas neste tópico, foram consultadas no sítio eletrônico https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htmConstituição (planalto.gov.br) [8.5.2023];

forem leis estaduais e do Distrito Federal, serão emitidas pelas respetivas Assembleias Legislativas e, por fim, as leis de âmbito municipal competirão às Câmaras Municipais.

Destarte, para além do estatuto constitucional das pessoas com deficiência, o quadro jurídico normativo das pessoas com deficiência compunha-se de trinta e três leis federais editadas entre 1962 e 2012, e dezenove Decretos editados entre 1993 e 2012[474].

No ano de 2012, foi firmado o Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, a Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres[475], estabelecendo «ações transversais e intersetoriais dentre as diversas políticas públicas no âmbito nacional, estadual, distrital e municipal»[476].

Embora omisso quanto à atenção específica para PCDs em situação de refúgio, este Protocolo estabeleceu regras especiais de prioridade no atendimento a pessoas refugiadas idosas[477].

Depois, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo que haviam sido ratificados em 2009, integraram-se *de pleno iure* ao direito interno por meio da Lei nº 13.146/2015, nomeada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência[478].

Importa assinalar que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) não traz qualquer referência a pessoas em situação de refúgio (e outros imigrantes).

Porém, deve ser interpretada tal e qual o próprio tratado, isto é, conforme a regra *pro homine* do artigo 4º da CDPD, e assim estende-se aos nacionais estrangeiros com deficiência residentes no Brasil.

---

[474] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Legislação*, Brasília-DF, sem data, disponível em www.planalto.gov.br/ipcd/assuntos/legislacao Legislação — Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência (planalto.gov.br) [28.10.2022]. Todos as leis e decretos promulgados até o ano de 2012, com a temática dos direitos e políticas de atenção às pessoas com deficiência, no âmbito federal, podem ser conferidos neste sítio eletrónico.

[475] Ver. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situações de Riscos e Desastres*, Brasília-DF, 2012, p. 46, disponível em https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sdh/protocolo_nacional_conjunto_protecao_integral_riscos_e_desastres_sdh_2013.pdf [28.10.2022].

[476] *Idem*, p. 83.

[477] No Brasil, considera-se pessoa idosa para os efeitos legais aquela que tem idade igual ou superior a 60 anos (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2022, Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e Dá Outras Providências*, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm [28.10.2022].

[478] «Art. 1º. É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 , em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil , em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 , data de início de sua vigência no plano interno (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm L13146 (planalto.gov.br) [28.10.2022].

Esta Lei também declara que as PCDs «em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança»[479].

Neste artigo, o legislador nacional adotou redação similar ao artigo 11º da CDPD, que assegura «a proteção e a segurança das pessoas com deficiência que se encontrarem em situações de risco, inclusive situações de conflito armado, emergências humanitárias e ocorrência de desastres naturais».

A expressão «inclusive situações de conflito armado» não constou da Lei Brasileira de Inclusão da PCD, com o que se evitou conflitar a competência dos órgãos de controlo migratório e de gestão do refúgio, responsáveis pelas decisões de elegibilidade sobre quem deve receber autorização humanitária para trabalho, reconhecimento da condição de refugiado, para além de outras modalidades de proteção territorial.

Por sua vez, o artigo 4º, nº 5, da CDPD enuncia que «[a]s disposições da presente Convenção se aplicam, sem limitação ou exceção, a todas as unidades constitutivas dos Estados federais», pelo que nenhuma unidade da Federação pode excluir-se às obrigações de proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, por força do princípio de indissolubilidade da República Federativa do Brasil, sem negar-lhes, porém, a autonomia legislativa e política[480].

A situação de emergência sanitária do COVID-19 no entanto expôs algumas zonas de incerteza no sistema de competências dos entes federativos, nomeadamente a interpretação da «[...] competência comum para «cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência» (omissão nossa)[481].

Debruçando-se sobre as medidas estaduais e municipais restritivas de direitos e garantias individuais, no contexto do enfrentamento à COVID-19, Diedrichs e Chaves ressaltam que «[o STF] foi enfático ao afirmar a competência dos Municípios, Estados, Distrito Federal e União para adotarem medidas no âmbito da saúde pública.

---

[479] «Art. 10. Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida. Parágrafo único. Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm L13146 (planalto.gov.br) [28.10.2022].

[480] «Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição».

[481] «Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] II- cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência».

Para estes autores, quando a questão de saúde pública diz respeito ao interesse local de um município, este detém o poder de legislar autonomamente ainda que de modo divergente das regras gerais da União e dos estados federais[482].

Portanto, convém-nos analisar as competências legislativas no domínio dos direitos das pessoas com deficiência. Começamos pela competência comum atribuída à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

A proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência devem ser normatizadas no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal, pelo que, em princípio, os municípios devem limitar-se ao cumprimento das diretrizes dos Estados[483].

Os Estados federais brasileiros regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, nos termos da Constituição. Assim, detêm autonomia para emitir leis sobre matérias não-privativas da União, mas se sujeitam às mesmas vedações materiais[484]. Já os municípios podem aprovar leis suplementares às competências legislativas da União e dos Estados federais, desde que o conteúdo dessas leis limite-se à abordagem de «assuntos de interesse local»[485].

O Distrito Federal, sede da Administração Pública Federal, dos Poderes da República e a capital do País, acumula as competências dos Estados e dos Municípios para legislar sobre deficiência (artigo 32, cabeça, da CF/88)[486]. Forçoso é reconhecer que a distribuição de competências do sistema federativo brasileiro impõe os maiores encargos de execução das políticas públicas de direitos humanos aos governos estaduais e municipais de cada circunscrição estadual.

A origem do federalismo brasileiro remonta ao artigo 63 da Constituição de 1891[487], inspirado no modelo constitucional norte-americano[488], e persiste como esquema básico do constitucionalismo estadual brasileiro.

---

[482] Ver Vivian Martins DIEDRICHS e Fábio CHAVES, «As decisões do STF e o fortalecimento da autonomia dos entes federativos durante a pandemia COVID-19», *Vertentes do Direito*, vol. 8, nº 2, Palmas, 2021, p. 138, disponível em https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/11764/19480Vista do AS DECISÕES DO STF E O FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA DOS ENTES FEDERATIVOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 (uft.edu.br) [30.10.2022].

[483] «Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência».

[484] « Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. § 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição».

[485] «Art 30. Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber»

[486] «Art. 32. [...] § 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios» (omissão nossa).

[487] Literalmente: «Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar respeitados os princípios constitucionais da União».

Historicamente, a Constituição de 1891 foi a primeira a conceder a autonomia política para os as províncias imperiais, que passaram a chamar-se de Estados membros da federação. Daí em diante, os Estados da República vieram a ter poderes constituintes derivados decorrentes, podendo adotar suas próprias constituições e exercer as prerrogativas inerentes à autonomia, quanto à sua organização, legislação e governo.

O federalismo brasileiro funciona de modo muito mais centralizado do que noutros Estados organizados de modo federativo, a exemplo dos Estados Unidos da América, pois se observa que a União concentra a maior parte de de competências de organização do Estado e matérias legislativas.

Ademais, a Constituição de 1988 é muito mais extensa do que a Constituição norte-americana, contendo 250 artigos e um Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) com 120 artigos, versando matérias tipicamente constitucionais e outras matérias que foram constitucionalizadas para atender a certos interesses setoriais[489].

Por outro raciocínio, a CF/88 define exaustivamente a organização dos Poderes da República e as regras fundamentais de organização política, direitos políticos, regras básicas do processo eleitoral e investidura nos cargos eletivos. E mais: a CF/88 distribuiu minuciosamente as competências federativas[490] para além de delinear as regras de funcionamento do sistema político, direitos políticos, e a composição das casas legislativas federal, estaduais e municipais.

De um modo geral, as Cartas estaduais observam o princípio de simetria do constitucionalismo interfederativo brasileiro[491]. No entendimento de Sgarbossa e Bittencourt, o histórico de centralização do

---

[488] «A Constituição, para os federalistas norte-americanos, era reflexo de uma sociedade complexa, contraditória, pluralista, dominada pela tensão e pelo conflito. A Constituição reflete essa sociedade, mas não da forma metafísica e politicamente inaplicável com que Rosseau, uma vintena de anos antes, tinha identificado soberania e vontade geral, ao estabelecer um axioma que dispensava a existência de garantias na relação entre o soberano e os súbditos, já que, como escreve o Genebrino: "(...) é impossível que o corpo queira prejudicar todos os seus membros(...) O Soberano, por aquilo que é, é sempre aquilo que ele deve ser" ([...] *Il est impossible que le corps veuille nuire à tous ses membres* [...] *Le Souverain, par cela seul qu'il est, est toujours ce qu'il doit être*) (Cf. Viriato SOROMENHO-MARQUES, «O Federalista», *in* João Cardoso Rosas (coord.) *História da Filosofia Política*, 1ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 2020, p. 395).

[489] A CF/88 já recebeu 132 Emendas ordinárias e 6 Emendas de revisão. A mais recente EC nº 132, de 20 de dezembro de 2023, trouxe alterações ao sistema tributário nacional.

[490] Consoante o disposto nos artigos 24 e incisos I a XVI e §§ 1º ao 4º, e 25, § 1º, da CF/88.

[491] A simetria tem sido aplicada pelo Supremo Tribunal Federal como uma regra de interpretação dos limites extensíveis da autonomia dos entes federativos, embora não esteja inscrita no texto da Constituição. Por esta razão, afigura-se um mecanismo político que o STF utiliza para preservar o federalismo brasileiro (Cf. José Guimarães MENDES NETO, *Experimentalismo Constitucional no Âmbito dos Estados-Membros Brasileiros: O Regramento do Argumento do Princípio da Simetria no Plano da Jurisdição Constitucional como Condição de Garantia do Poder de Auto-Organização*, 2019, 168f., Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional), Instituto Brasiliense de Direito Público-IBDP, Brasília-DF, 2019, p. 125, disponível em DSpace IDP: Experimentalismo constitucional no âmbito dos estados membros brasileiros: o regramento do argumento do princípio da simetria no plano da jurisdição constitucional como condição de garantia do poder de auto-organização [28.10.2022].

poder político marca o federalismo brasileiro, fazendo com que seja acentuadamente distinto do modelo estrangeiro que lhe serviu de paradigma, com grau muito superior de descentralização[492].

O Distrito Federal, sede da República, editou sua própria Lei Fundamental vinculada diretamente às diretrizes gerais da União, a Lei Orgânica do Distrito Federal[493][494].Com efeito, assim como sucede à CF/88, todas as Constituições Estaduais contêm normas sobre o funcionamento do poder constituinte derivado que opera por meio de emendas.

De um conjunto de 26 constituições subnacionais, 16 possuem títulos dedicados aos direitos fundamentais. Nos restantes 11 textos subnacionais, os direitos fundamentais aparecem em capítulos ao longo do texto, isoladamente ou por tópicos[495].

Os direitos fundamentais estaduais correspondentes aos direitos inscritos na Constituição Federal de 1988 resumem-se a três categorias básicas: «i) os direitos total ou parcialmente coincidentes com os arrolados na Constituição Federal; ii) os direitos fundamentais estaduais que não encontram paralelo na ordem constitucional federal; iii) a cláusula geral de reconhecimento e de proteção aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, ou seja, uma situação de remissão ou reenvio formal»[496].

Rafaela Blauth analisou o modo como as Constituições estaduais cuidam da matéria dos direitos das PCDs ao lazer (art. 6º), ao trabalho (arts. 6º e 7º), à saúde (art. 196), à educação (art. 208) e à acessibilidade (artigo 227, § 2º)[497]. A citada autora concluiu que de entre as 26 Constituições analisadas apenas 15 tratam de todos estes direitos.

A autora refere ainda que as Constituições de todos os estados da federação trazem conteúdos sobre um ou mais de um destes direitos. No final, ficou evidente que a acessibilidade, aeducação e a saúde das PCDs receberam atenção da maioria das Constituições estaduais.

---

[492] Cf. Luís Fernando SGARBOSSA, e Laura Cabrell BITTENCOURT, «Os 30 anos das Constituições Estaduais no Brasil e os Direitos Fundamentais Estaduais», *Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania*, vol. 4, nº 1, Londrina, 2019, p. 93 (interpolação nossa), disponível em https://www.redib.org/Record/oai_articulo2974933-os-30-anos-das-constituições-estaduais-brasil-e-os-direitos-fundamentais-estaduais [28.10.2022].

[493] «Art. 14. Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios, cabendo-lhe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal»).

[494] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei Orgânica do Distrito Federal*, Brasília-DF, 1993, disponível em https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66634/Lei_Org_nica__08_06_1993.htmlLei Orgânica de 08/06/1993 (sinj.df.gov.br) [23.8.2023].

[495] *Idem*, p. 101.

[496] *Ibidem*, p. 102.

[497] Os artigos entre parênteses estão na CF/88. Ver Rafaela Smania Mendes BLAUTH e Reginaldo de Souza VIEIRA, «Análise das Constituições Estaduais brasileiras e seu conteúdo quanto aos direitos das pessoas com deficiência», *Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas*, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito-Conpedi, vol. 5, nº 1, Goiânia, 2019, pp. 130-131, www.indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/5645/pdf ANÁLISE DAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS BRASILEIRAS E SEU CONTEÚDO QUANTO AOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | Smania Mendes Blauth | Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas (indexlaw.org) [28.10.2022].

Blauth no entanto assevera que «[...]a maioria dos estados apenas estabeleceu normas de caráter geral, prevendo a edição de lei futura ou apenas reproduzindo os dispositivos já contemplados pela Constituição Federal de 1988» (omissão nossa)[498].

Para além do estatuto constitucional das pessoas com deficiência, o quadro jurídico normativo de seus direitos era composto por 33 leis federais editadas entre 1962 e 2012, e 19 Decretos editados entre 1993 e 2012[499].

Constatamos a existência de Conselhos dos Direitos das Pessoas com Deficiência em todos os 26 estados federais e no Distrito Federal[500], e políticas específicas de atenção às pessoas com deficiência, especialmente as políticas de integração social, inclusão, e de saúde, atendendo à regra geral da CF/88 que envolve todos os níveis federativos nesta área de defesa dos direitos humanos[501].

Listas de direitos e programas e ações de proteção e promoção dos direitos de PCDs podem ser lidas nas 27 Leis Orgânicas (LO) das capitais dos Estados da federação.

Todavia, quando se trata da igualdade de direitos e garantias fundamentais reconhecidas aos estrangeiros residentes no Brasil, das 27 Leis Orgânicas pesquisadas, 17 mencionam expressamente os direitos que a eles assistem, e 10 não o fazem. Não encontramos qualquer registro de direitos específicos voltados para pessoas refugiadas (e outros migrantes) com deficiência, nas Leis Orgânicas dos Municípios[502].

---

[498] Ver Rafaela Smania Mendes BLAUTH e Reginaldo de Souza VIEIRA, «Análise das Constituições Estaduais brasileiras e seu conteúdo quanto aos direitos das pessoas com deficiência», *Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas*, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito-Conpedi, vol. 5, nº 1, Goiânia, 2019, p. 136, disponível em https:// www.indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/5645/pdf ANÁLISE DAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS BRASILEIRAS E SEU CONTEÚDO QUANTO AOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | Smania Mendes Blauth | Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas (indexlaw.org) [28.10.2022].

[499] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Legislação*, Brasília-DF, 2022, disponível em www.planalto.gov.br/ipcd/assuntos/legislacao Legislação — Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência (planalto.gov.br) [28.10.2022]. Todas as leis e decretos promulgados até o ano de 2012 sobre os direitos e políticas de atenção às pessoas com deficiência, de âmbito federal, foram compulsados neste sítio eletrônico.

[500] Pesquisamos na plataforma google as palavras «políticas para as pessoas com deficiência no estado do(de)...». Dentre os sítios localizados, o mais utilizado foi «(sigla do Estado).gov.br». Por exemplo, digita-se pi.gov.br e acede-se ao portal do governo do Estado do Piauí [1.1.2024].

[501] O Estado de São Paulo compilou todas as 46 leis para pessoas com deficiência em um só diploma legislativo (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 12.907, de 15 de abril de 2008, Consolida a Legislação Relativa à Pessoa com Deficiência no Estado de São Paulo*, Estado de São Paulo, São Paulo, 2008, disponível em https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei-12907-15.04.2008.html [28.10.2022].

[502] A consulta aos textos das Leis Orgânicas das capitais dos Estados foi realizada a partir do sítio eletrônico https://leismunicipais.com.br Leis Municipais. Com exceção das Leis Orgânicas do Distrito Federal, capital da União federal, pelo sítio www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/10_LODF_completa.pdf CLDF (seduh.df.gov.br); Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, compulsada no sítio https://camara.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/LOM-versao-atualizada-11-07-23.pdf130FITAUTEC REDATOR DOC 110401193059 (camara.ms.gov.br); e Boa Vista, capital de Roraima, consultada por meio do sítio https:// www.boavista.rr.leg.br/leis/lei-organica-municipal/viewLei Orgânica Municipal — Câmara Municipal de Boa Vista [1º.1.2024].

Forçoso é reconhecer que as pessoas em situação de refúgio dependem enormemente dos bens e serviços públicos dos estados e municípios em que passam a residir, na sequência das medidas de reassentamento ou de integração local.

Portanto, faz-se mister examinarmos os fundamentos constitucionais e legais pelos quais os estados e os municípios possam elaborar políticas suas políticas suplementares de atenção aos direitos das PCDs em situação de refúgio.

Ao examinarmos as Constituições subnacionais, percebemos que nelas todas há dispositivos que asseguram aos estrangeiros residentes no Brasil os direitos e garantias fundamentais previstos na CF/88, em condições de igualdade com os nacionais brasileiros, para além de direitos específicos que concretizam o princípio da igualdade no acesso a determinados direitos básicos, como o direito à saúde.

Com relação a este item dos direitos das PCDs com deficiência, conforme ensinam Ventura e Yujira, são três os enfoques do debate internacional: risco, saúde pública e direitos humanos. Sob a ótica do risco, o Estado prioriza a segurança interna da sua população, mediante a aplicação de mecanismos de controle de doenças específicas trazidas do exterior.

Visando à redução das despesas públicas, o país de acolhimento deve investir em melhorias na qualidade geral da saúde da população. Por fim, a visão de que a saúde é um direito fundamental que assiste a todos os residentes no pais, sejam nacionais ou estrangeiros em qualquer situação imigratória, regular ou não, revela-se o mecanismo capaz de atingir os objetivos anteriores, para além de promover a devida integração local dos nacionais estrangeiros[503].

Em certas Constituições dos estados federais, os direitos e garantias fundamentais encontram-se distribuídos esparsamente, à medida em que se apresentam as regras de competência material, a estrutura, a organização e o funcionamento, as obrigações e os direitos específicos que deve proteger e promover. Noutros textos, optou-se por mencionar a adesão total aos princípios, direitos e garantias fundamentais já estipulados na Constituição Federal de 1988.

Quanto aos direitos e políticas públicas para as pessoas com deficiência, há casos em que são organizados capítulos e seções à parte, ao modo como a maioria das Constituições Estaduais trata dos os direitos de outras pessoas mais vulneráveis, por exemplo, os idosos, as crianças e os indígenas.

Pese embora o facto de todas as Constituições subnacionais e a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) aludem à igualdade de direitos para os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, em nenhuma delas mencionam-se os direitos e políticas específicas para pessoas refugiadas (e outros imigrantes).

[503] Cf. Deyse Freitas Lima VENTURA e Veronica Quispe YUJRA, *Saúde de Imigrantes e Refugiados*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2019, pp. 36-37.

Por fim, cabe referir que em nenhuma das Constituições subnacionais e na LODF existem previsões específicas para as PCDs em situação de refúgio (e outras condições imigratórias). Portanto, inferimos que a abordagem interseccional dos direitos e garantias de pessoas em situação de maior vulnerabilidade não foi utilizada como uma técnica de construção normativa no constitucionalismo estadual brasileiro.

A seguir demonstramos a distribuição dos direitos e garantias fundamentais e os direitos de proteção específicos para as PCDs, nos textos das Constituições Estaduais:

Tabela 1 – Os direitos das pessoas com deficiências nas Constituições Estaduais brasileiras[504]

ESTADO DA FEDERAÇÃO	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	DIREITOS E POLÍTICAS ESPECÍFICAS PARA PCDs
Acre	3º	34, § 4º-A, 213 ao 222
Alagoas	2º; VII	12, II; 47, III; 149, I; 190; 198, IV, XII 229 a 232, § único
Amapá (1991)	5º	11, II; 12, XIV; 42, VIII, 150, X; 177, VIII; 223, III; 265, cabeça; 273, III; 273, VI 283, XI, XIV, XVII; 296, § 2º, VII; 298, IV 304 a 309, e 345
Amazonas	3º	17, II, 18, XIV; 88, I; 108, § 2º; 111, I; 185, XV; 196, IV; 201, III; 244, VIII e X 248, IV; 255, I
Bahia	3º	11, XI; 12, XIV; 42, § 8º, I; 70, XXI; 238, XIII; 247, III e IV; 251 285, I ao V
Ceará	14, I e III	15, II; 16, XIV; 130, VIII; 153, XXIII; 192, § 2º; 209, § único; 218, VI; 229, §§ 1º e 3º; 248, §§ 1º e 2º; 272, § único; 283; 285; 290, V; 329, § 2º e 3º
Distrito Federal (1993) (LODF)	2º, § único	16, VII; 17, XII; 19, VII; 43, § único; 58, XVII; 191, V; 196, § único; 207, IV e XIV; 208; 218, II, (a) e (e); 219; 222, § único; 232, §§ 1º e 3º; 255, IV; 262, § único; 273 a 275; 312, § único; 336, § 1º; 341 e § único
Espírito Santo	1º e 3º, cabeça Reconhece expressamente os tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte	36; 39, § 4º-A; 167, III a V; 170, III; 171, I a III, § único; 185, § 1º; 198, e § 2º; 200, III e § 3º; 202, IV; 203, cabeça; 229, cabeça e § 10; 269; 271, cabeça e § único; 281, cabeça
Goiás	2º, § 2º; 3º; 6º	88; 91, IX; 97, § 4º-A; 152, cabeça; 153, XI e XIX; 157, III; 165, § 1º, III e VI; 166, III e IV; 170, 173, cabeça, II e IV, e §§ 1º e 2º
Maranhão	1º, § 2º; 2º, III; 4º	12, II, (n); 19, VIII; 216, IV; 223; 259; 275-

[504] As Constituições Estaduais e a Lei Orgânica do Distrito Federal estão disponíveis para consulta e conferência no sítio https://www2.senado.leg.br/[20.11.2023].

		A
Mato Grosso	3°, III; 10, III Reconhece expressamente os tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte	100, I; 106, VI; 129, V; 139-A, §§ 1° e 3°; 140-A, § 3°; 165, VIII; 228, VI; 230, cabeça, e III a VII; 258, § 1°; 260; 301, VI; 317, (b)
Mato Grosso do Sul	1°, II e III; 3°	25, VIII; 31-B, § 5°, I; 31-C, VIII, (a); 133, I; 172, II; 173, § 1°; 185, IV e V; 190, IV e IX; 208, I a VI
Minas Gerais	1°, § 2°; 4°, §§ 1° ao 8°	9°, XV, (o)11, II; 28, cabeça; § 4°, I; 44, V; 121, I; 190, XIV; 198, III e IV; 213, I, (b); 218, IV, § único; 221 a 226, § único; 295
Pará	3°, IV	17, II; 18, XIV; 28, § 6°; 33, § 4°-A; 236, § 10; 249, VI, (a) e § 2°, VIII; 270, XV; 271, IV; 276, cabeça; 288, VI
Paraíba	7°, XIV e § 3°, II	30, XII; 34, § 5°; 131, I; 207, IX; 246 a 252
Paraná	1°, I e II; 11, II	11, II; 13, XIV; 27, VIII; 35, § 6°; 120, VIII; 129, IV, (b); 179, IV; 197, VII; 217; 220, I; 222, cabeça; 224
Pernambuco	1°; 5°, II	97, VI, (a) e (c); 144, § 2°, (f); 166, XIII; 175, III a V; 185, § 2°; 192; 197, § 7°; 201, VI; 226; 227, II e III; 230
Piauí	3°, III	14, I, (o) e II, (b); 54, XIII, e § 3°; 191, VI; 215, §§ 1° e 2°; 217, X; 248, § 1°
Rio de Janeiro	9°, § 1° Reconhece expressamente os tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte	14, II; 73, II; 74, XIV; 89, § 5°; 220, § único; 228, V; 234, VII; 242, §§ 5° e 6°; 293, XIII; 308, IV; e § 4°; 325; 331, § 2°; 338 a 342; 352
Rio Grande do Norte	3°	19, II; 20, XIV; 26, VIII; 29, § 5°-A; 81, § 2°; 138, III; 157, § 1°, II a IV e § 4°
Rio Grande do Sul	1°	13, III e IX; 19, V; 111, I; 173, § 2°; 191, IV; 195, § 1°; 199, VII; 214, cabeça e § 3°; 243, XI; 260, III a V
Rondônia	1°	8°, XII; 9°, XIII; 17 e § único; 22, §§ 1° e 3°; 142; 247, III e § 1°, II; 250, § 5°
Roraima (1991)	1°; 4° e 5°	11, VI; 13, XIV; 27, § 7°, I; 27-A e § 1°; e 3°; 27-C; 143, IV; 147, § 2°; 171, § único; 172
Santa Catarina	4° Reconhece expressamente os tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte	9°, II; 10, XIV; 21, V; 95, IV; 114, § 1°, IV; 141, IV; 157, IV e V; 163, V; 174, § único, III; 190 e 191, § único
São Paulo	1° e 2°	97, I; 115, IX; 126, § 4°, I; 223, II (g) e IX; 234, cabeça; 239, §§ 2° e 4°; 245, § único; 250, § 2°; 266, V; 267; 277, § único, 2; 278, II, IV e VI; 279; 280; 281
Sergipe	3°, II	9°, XII; 25, VII; 32; 118, VIII; 206, IV; 212, III; 217, III e X; 230, VI; 254, III; 255; 262
Tocantins	2°, I	9°, VIII; 125, III; 145, I, (b); 152, XIII e XXV; 155;159

Fonte: elaboração própria.

O quadro demonstra apenas 3 Constituições Estaduais a mencionar expressamente os tratados internacionais de que o Brasil faz parte. Por outro lado, as 26 Constituições e a Lei Orgânica do Distrito Federal dispõem sobre direitos e políticas específicas de atendimento às pessoas com deficiência.

Contudo, nenhum dos textos subnacionais e a LODF consigna direitos específicos para as PCDs em situação de refúgio (e outras condições imigratórias). Assim, os constituintes estaduais orginários adotaram a conceção do legislador constituinte federal, na qual os direitos das PCDs não se associam a outros vetores de vulnerabilidade[505].

Para além do estatuto constitucional das pessoas com deficiência, o quadro normativo de seus direitos ao nível compunha-se de 33 leis ordinárias e 19 Decretos promulgados em um perído de cinquenta anos, de 1962 a 2012[506].

Constatamos ainda a existência de Conselhos dos Direitos das Pessoas com Deficiência em todos os 26 estados federais e no Distrito Federal[507], e que estão em curso políticas específicas de atenção às PCDs, em geral voltadas para os direitos de integração social, inclusão, e saúde[508].

6. Interseccionalidade, vulnerabilidade e os direitos das pessoas refugiadas com deficiência

Os Estados são os principais responsáveis pela proteção às populações deslocadas, segundo as as leis internacionais regulatórias dos deslocamentos forçados e voluntários, bem como suas próprias leis internas que disciplinam a presença estrangeira nos respetivos territórios.

Adicionalmente, devem os Estados cooperar com o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), mediante o emprego de recursos e políticas públicas em sintonia com diretrizes técnicas emitidas pela agência.

---

[505] Os textos das Leis Orgânicas das capitais dos Estados foi feita no sítio eletrônico https://leismunicipais.com.br Leis Municipais, menos as Leis Orgânicas do Distrito Federal, feita no sítio www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/10_LODF_completa.pdf CLDF (seduh.df.gov.br) Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, no sítio https://camara.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/LOM-versao-atualizada-11-07-23.pdf130FITAUTEC REDATOR DOC 110401193059 (camara.ms.gov.br) e Boa Vista, capital de Roraima, consultada no sítio https://www.boavista.rr.leg.br/leis/lei-organica-municipal/viewLei Orgânica Municipal — Câmara Municipal de Boa Vista [1°.1.2024].

[506] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Legislação*, Brasília-DF, 2022, disponível em www.planalto.gov.br/ipcd/assuntos/legislacao Legislação — Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência (planalto.gov.br) [28.10.2022]. Todas as leis e decretos promulgados até o ano de 2012 sobre os direitos e políticas de atenção às pessoas com deficiência, de âmbito federal, foram compulsados neste sítio eletrônico.

[507] A pesquisa feita no sítio oficial «gov.br» [1.1.2024].

[508] O Estado de São Paulo compilou todas as 46 leis para pessoas com deficiência em um só diploma legislativo (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei n° 12.907, de 15 de abril de 2008, Consolida a Legislação Relativa à Pessoa com Deficiência no Estado de São Paulo*, Estado de São Paulo, São Paulo, 2008, disponível em https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei-12907-15.04.2008.html [28.10.2022].

Informa-nos Nara Lemos que as regras de proteção global dos refugiados enuncia critérios de idade, gênero e diversidade[509], com base nos quais os Estados devem elaborar seus programas de atendimento, tendo em mente as vulnerabilidades específicas de pessoas em situação de deslocamento internacional[510].

Com respeito à deficiência, o ACNUR a define como «uma condição ou função considerada como significativamente prejudicada em relação ao padrão usual de um indivíduo ou grupo [...] incluindo deficiência física, deficiência sensorial, comprometimento cognitivo, deficiência intelectual, doença mental e vários tipos de doenças crônicas»[511].

Na opinião de Venade de Sousa, a definição do Preâmbulo da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) é a que melhor serve aos objetivos da própria Convenção. O autor assinala que a CDPD apresenta a deficiência como um conceito em evolução «[que] resulta da interacção entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efectiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas»[512].

Para além da deficiência, a CDPD também conceitua a pessoa com deficiência fundado em dois elementos: o elemento intrínseco ao indivíduo, que são os impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e o elemento extrínseco, consistente na interação da PCD com ambientes sociais que obstruem a sua participação plena e efetiva em igualdade de condições com as demais pessoas.

Assim, a deficiência e as PCDs deve ser definidas à luz não somente de características individuais, como também deve-se ter conta «o modo como a sociedade as vê»[513]. Neste sentido, o

---

[509] «13. The programme of action is underpinned by a strong partnership and participatory approach, involving refugees and host communities, as well as *age, gender, and diversity considerations*, including: promoting gender equality and empowering women and girls; ending all forms of sexual and gender-based violence, trafficking in persons, sexual exploitation and abuse, and harmful practices; facilitating the meaningful participation of youth, *persons with disabilities* and older persons; ensuring the best interests of the child; and combating discrimination (Ver UNITED NATIONS (UN), *Report of the United Nations High commissioner for Refugees,* Nova Iorque, Part, II, Global compact for Refugees, Nova Iorque, 2018, p. 3, disponível em https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G18/238/37/PDF/G1823837.pdf?OpenElement Microsoft Word - 1812725E.docx (un.org) (itálicos nossos) [20.01.2024].

[510] Cf. Nara Elizabeth Torres de Souza LEMOS, *Pessoas Refugiadas com Deficiência: Convergência Normativa para a Proteção Integral*, 2021, 107f., Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Católica de Santos-UNISANTOS, Santos, 2021, p. 13, disponível em https://tede.unisantos.br/handle/tede/7505 TEDE: Pessoas refugiadas com deficiência : convergência normativa para a proteção integral (unisantos.br) [26.4.2023].

[511] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «Pessoas com Deficiência: o que é uma pessoa com deficiência?», Brasília-DF, 2023, disponível em https://help.unhcr.org/brazil/onde-encontrar-ajuda/pessoas-com-deficiencia/Pessoas com deficiência - ACNUR Brasil (unhcr.org) [25.8.2023].

[512] Cf. Filipe Venade de SOUSA, *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Ordenamento Jurídico Português: Contributo para A Compreensão do Estatuto Jusfundamental*, Coimbra, Edições Almedina, 2018, p. 75 (interpolação nossa).

[513] Ver Filipe Venade de SOUSA, *Direitos Fundamentais das Pessoas com Deficiência e Jurisprudência Multinível*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2021, p. 33.

Comitê para os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) e do Comitê para a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e Suas Famílias (CMW) puseram em causa evidências de falhas na identificação de pessoas com deficiência em situação imigratória[514].

Como resultado, muitas destas pessoas mais vulneráveis passaram despercebidas nos controles imigratórios. Em certos casos, PCDs eram acolhidas em instalações inadaptadas, para além de não receberem atendimento médico adequado.

No caso das deficiências mais difíceis de diagnosticar, como as perturbações mentais, as falhas foram mais graves, pois em tais casos, a aplicação de um regulamento comum a todos os solicitantes de refúgio aumentou o potencial de violações à dignidade, à integridade física e, não raro, à própria vida de pessoas com deficiência na condição de solicitantes de asilo/refúgio[515].

Em 2015, o Comitê da ONU analisou casos de detenção de PCDs solicitantes de asilo em instalações da União Europeia desprovidos de acessibilidade e adaptações razoáveis.

Apurou-se também a ausência de participação dos solicitantes nos procedimentos decisórios, em face da ausência de meios equipamentos adaptados que permitissem o acesso à informação e à comunicação[516].

---

[514] «In the context of migration, the identification of, and support for, persons with disabilities also depend heavily on properly trained professionals. However, persons with disabilities face exclusion and discrimination due to a lack of accessibility, including with respect to humanitarian assistance, and denial of reasonable accommodation. This is exacerbated by the fact that migrants with disabilities are often hesitant to disclose their disabilities to authorities for fear of affecting their asylum applications. In addition, housing and other kinds of support for migrants and refugees are inadequate. Both Committees are deeply concerned about the precarious situation of persons with disabilities in the current migration crisis. States have failed to provide appropriate shelter and support, including adequate information in accessible formats, and reasonable accommodation» (OFFICE OF HIGH COMISSIONER ON HUMAN RIGHTS (OHCHR), *Addressing Disabilities in Large-scale Movements of Refugees and Migrants: Joint Statement by the Committee on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families (CMW), and the Committee on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD)*, Genebra, 2017, p. disponível em https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CMW/JointStatementCMW-CRPDFINAL.pdf JointStatementCMW-CRPDFINAL.pdf (ohchr.org) [11.7.2022].

[515] «States must ensure that psychosocial and legal counselling, support and rehabilitation is provided for persons with disabilities, and that protection services are age, gender and disability sensitive. States duties concerning freedom from exploitation, violence and abuse of persons with disabilities must guide response programmes targeting victims of torture and other forms of violence, including sexually-based violence. States should also ensure that reception conditions provide an adequate standard of living for all migrants and refugees which protects their physical and mental well-being and that the situation of vulnerable persons is given due consideration (Cf. OFFICE OF HIGH COMISSIONER ON HUMAN RIGHTS (OHCHR), *Addressing Disabilities in Large-scale Movements of Refugees and Migrants: Joint Statement by the Committee on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families (CMW), and the Committee on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD)*, United Nations Human Rights Treaty Bodies, Committee on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD) Nova Iorque, 2017, disponível em https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CMW/JointStatementCMW-CRPDFINAL.pdf JointStatementCMW-CRPDFINAL.pdf (ohchr.org) [11.7.2022].

[516] Embora não apresente o conceito próprio de pessoa com deficiência, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE) lista direitos à não discriminação em razão de deficiência (art. 21º) e à integração das pessoas com deficiência (art. 26º) (Cf. Mariana CANOTILHO, «Comentário ao artigo 21º, Não discriminação, *in* Alessandra Silveira, e Mariana Canotilho (coords.) *et al.*, *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia Comentada*, Coimbra, Edições Almedina, 2013, pp. 260-268)

Em vista disso, o Comitê advertiu a todas as agências de imigração dos Estados-Membros da União Europeia sobre o facto de que «a detenção restritiva de pessoas com deficiência solicitantes de asilo não [estava] em linha com a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência»[517].

Em 2016, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA Europe) inspecionou instalações de fronteira na Itália, Alemanha, Bulgária, Bélgica, Áustria, Hungria e Grécia, para avaliar os procedimentos de identificação de pessoas com deficiência nos centros de acolhimento de imigrantes destes Estados-Membros[518].

Em alguns daqueles Estados não existiam regras de procedimentos específicos, e noutros, a entrevista pessoal era o único método empregue para identificação e triagem de PCDs.

Ocorre que muitas pessoas acometidas de estresse pós-traumático decorrentes de tortura ou de vivência em situação de conflitos armados, para além de outros quadros de saúde mental, viriam a ser notados tardiamente quando atendidas nos sistemas públicos de saúde[519].

Ressalte-se que a Diretiva 2011/95 que trata dos critérios de elegibilidade para a proteção internacional, comuns aos Estados-Membros, claramente reconhece a deficiência como uma situação de vulnerabilidade que exige especial atenção legal[520], para além de prever como dever dos Estados a

[517] Ver UNITED NATIONS COMMITTEE ON THE RIGHTS OF PERSONS WITH DISABILITIES, *Concluding Observations on the Initial Report of the European Union*, p. 5, disponível em https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G11/463/51/PDF/G1146351.pdf?OpenElement [09.10.2023]. Cf tb. Ana Rita GIL, *Estudos sobre Direito da Imigração e do Asilo*, Lisboa, Petrony Editora, 2021, p. 337: «Devemos recordar que nem a Convenção de Genebra de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, nem a Convenção Europeia dos Direitos do Homem reconhecem expressamente *um direito fundamental ao asilo qua tale*, mas apenas *o direito à não repulsão*» (itálicos nossos).

[518] Ana Rita GIL opina no sentido de que «nem a Convenção de Genebra de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, nem a Convenção Europeia dos Direitos do Homem reconhecem expressamente um direito fundamental ao asilo *qua tale*, mas apenas o direito à não repulsão» (Ver Ana Rita GIL, *Estudos sobre Direito da Imigração e do Asilo*, Lisboa, Petrony Editora, 2021, p. 337).

[519] Ver EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS (FRA Europe), *Thematic Focus: Migrants with Disabilities*, Viena, 2016, p. 8, disponível em https://fra.europa.eu/en/content/thematic-focus-migrants-disabilities Thematic focus: Migrants with disabilities | European Union Agency for Fundamental Rights (europa.eu) [9.10.2023].

[520] «Artigo 20° 3. Ao aplicar o presente capítulo, os Estados-Membros devem ter em conta a situação específica das pessoas vulneráveis, designadamente [...] os deficientes, [...] as pessoas com distúrbios mentais [...]» (Ver PARLAMENTO EUROPEU, *Directiva 2011/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 2011, que Estabelece Normas Relativas às Condições a Preencher pelos Nacionais de Países Terceiros ou por Apátridas para Poderem Beneficiar de Protecção Internacional, a um Estatuto Uniforme para Refugiados ou Pessoas Elegíveis para Protecção Subsidiária e ao Conteúdo da Protecção Concedida (reformulação)*, Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas, 2011, p. 19, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011L0095,Directiva 2011/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 2011, que estabelece normas relativas às condições a preencher pelos nacionais de países terceiros ou por apátridas para poderem beneficiar de protecção internacional, a um estatuto uniforme para refugiados ou pessoas elegíveis para protecção subsidiária e ao conteúdo da protecção concedida (europa.eu) [20.10.2022];

garantia de pleno acesso das PCDs solicitantes de asilo à prestação de cuidados de saúde, em condições de igualdade com os nacionais do Estado-Membro de acolhimento[521].

A seu turno, a Diretiva Procedimentos de Asilo de 2013 enuncia que os Estados-Membros devem garantir às PCDs solicitantes de proteção internacional o direito à identificação adequada, a fim de que outro direito seja exercido em condições mais igualitárias, qual seja, o devido processo administrativo[522].

Já a Diretiva Condições de Acolhimento de 2013 atribuiu aos Estados-Membros a obrigação de legislar internamente a matéria de asilo, tendo em linha de conta a vulnerabilidade da deficiência acrescida à condição de refugiado ou de pessoa elegível para o direito á proteção internacional, também incluídas as pessoas com doenças graves e pessoas com distúrbios mentais solicitantes de asilo, dentre outros segmentos mais fragilizados[523].

Também a regra de determinação do país responsável pela análise do primeiro pedido de asilo na União Europeia enuncia que a autoridade imigratória pode conceder, discricionariamente, a extensão da proteção internacional para PCD, condicionada à prova de dependência de familiares em situação de asilo e a manifestação por escrito feita pelas pessoas interessadas[524].

---

[521] *Idem*, p. 21: «Artigo 30° 2. Os Estados-Membros devem prestar, de acordo com os mesmos critérios de elegibilidade que para os nacionais do Estado-Membro que concedeu protecção, cuidados de saúde adequados, incluindo tratamento de distúrbios mentais, quando necessários, aos beneficiários de protecção internacional com necessidades específicas, designadamente [...] os deficientes [...]».

[522] «(29) Certos requerentes podem ter necessidade de garantias processuais especiais, nomeadamente devido à sua [...] deficiência, doença grave, perturbação mental [...]. Os Estados-Membros deverão procurar identificar os requerentes que tenham necessidade de especiais garantias processuais antes de ser tomada decisão em primeira instância. Tais requerentes deverão receber apoio adequado e dispor de tempo suficiente para criar as condições necessárias para terem acesso efetivo aos procedimentos e para apresentarem os elementos necessários para fundamentar o seu pedido de proteção internacional. (Cf. PARLAMENTO EUROPEU, *Diretiva 2013/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, Relativa a Procedimentos Comuns de Concessão e Retirada do Estatuto de Proteção Internacional (reformulação)*, Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas, 2013, pp. 62-63, disponível em eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013L0032 Diretiva 2013/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa a procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de proteção internacional (europa.eu) (omissões nossas) [21.1.2024].

[523] «Artigo 21°. Princípio geral. No âmbito do direito nacional de transposição da presente diretiva, os Estados-Membros devem ter em conta a situação das pessoas vulneráveis, designadamente [...] *deficientes, pessoas com doenças graves, pessoas com distúrbios mentais* [...] (Ver PARLAMENTO EUROPEU, *Diretiva 2013/33/UE do Parlamento Europeu e do Conselho , de 26 de junho de 2013, que Estabelece Normas em Matéria de Acolhimento dos Requerentes de Proteção Internacional (reformulação)*, Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas, 2013, p. 106, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013L0033Diretiva 2013/33/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que estabelece normas em matéria de acolhimento dos requerentes de proteção internacional (europa.eu) (omissões e itálicos nossos). [21.1.2024].

[524] «Art. 16°. 1. Se [...] por ser portador(a) de doença ou deficiência grave [...] o requerente for dependente da assistência de um filho, de um irmão ou do pai ou da mãe legalmente residente num dos Estados-Membros, ou se um filho, um irmão, o pai ou a mãe do requerente for dependente da assistência do requerente, os Estados-Membros, em princípio, devem manter juntos ou reunir o requerente com esse filho, irmão, o pai ou a mãe, desde que os laços familiares existissem já no país de origem, que a pessoa ou o requerente seja capaz de prestar assistência à pessoa dependente, e que os interessados manifestem o seu desejo por escrito» (Cf. PARLAMENTO EUROPEU, *Regulamento (UE) N.o 604/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que Estabelece os Critérios e Mecanismos de Determinação do Estado-Membro Responsável pela Análise de um Pedido de Proteção Internacional Apresentado num dos Estados-Membros por um Nacional de um País Terceiro ou por um Apátrida (reformulação)*, Jornal Oficial da

No atual cenário de negfociações sobre o Novo Pacto em Matéria de Imigração e Asilo, os Estados-Membros sob a presidência espanhola articularam os principais pontos de consenso, dentre estes, respostas solidárias específicas adaptadas a cenários específicos, nomeadamente a situação de pessoas mais vulneráveis resgatadas em operações de busca e salvamento no mar, mediante a recolocação das que necessitem de proteção.

Em casos tais, a identificação precoce das necessidades é vista como um item essencial para o êxito dos mecanismos de apoio que os Estados devem implementar, nomeadamente a admissão por motivos humanitários e a reinstalação[525].

Por outro prisma, no planejamento estratégio da União Europeia para o decênio 2021-203, a interseccionalidade entre múltiplos vetores de discriminação foi explicitamente reconhecida como a forma correta de abordar as situações em que múltiplos vetores de discriminação demandam dos Estados um tratamento legal específico (e adequado), bem como políticas especiais destinadas a reduzir as desvantagens sociais com que deparam as PCDs em situação de asilo/refúgio[526].

Um dos aspectos mais críticos apontados no planejanemento recai sobre a saúde das pessoas com deficiência refugiadas, em razão do alto custo dos tratamentos médicos de um modo geral e outros fatores objetivos que os tornam quase inacessíveis.

Por esta razão principal os Estados-Membros devem adotar medidas equalizadoras par garantir a resiliênica dos respetivos sistemas de saúde, a fim de atender as PCDs refugiadas ou solicitantes de proteção internacional[527].

União Europeia, Bruxelas, 2013, p. 41, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R0604 Regulamento (UE) n.o 604/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou por um apátrida (europa.eu) (omissões nossas) [21.1.2024].

[525] «O sistema de gestão do asilo e da migração da UE deve dar resposta às necessidades especiais dos grupos vulneráveis, nomeadamente através da reinstalação» (Cf. COMISSÃO EUROPEIA, *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, sobre um Novo Pacto em Matéria de Migração e Asilo*, Bruxelas, 2020, p. 7disponível em https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:85ff8b4f-ff13-11ea-b44f-01aa75ed71a1.0013.02/DOC_1&format=PDFresource.html (europa.eu) [14.9.2023].

[526] «This Strategy takes account of the diversity of disability, resulting from the interaction between long-term physical, mental, intellectual or sensory impairments, which are often invisible, with barriers in the environment, as well as the increased prevalence of disabilities with age, with almost half of persons aged above 65 reporting some form of disability. *It promotes an intersectional perspective*, addressing specific barriers faced by persons with disabilities who are at the intersection of identities (gender, racial, ethnic, sexual, religious), or in a difficult socioeconomic or other vulnerable situation. Among *persons with disabilities* [...] need particular attention (Ver COMISSÃO EUROPEIA, *Union of Equality, Strategy for the Rights with Disabilities, 2021-2030*, Bruxelas, 2021, p. 5-6, disponível em https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/3e1e2228-7c97-11eb-9ac9-01aa75ed71a1/language-en Union of equality - Publications Office of the EU (europa.eu) (omissão e itálico nossos) [22.1.2024].

[527] «Persons with disabilities have the right to high-quality healthcare, including health-related rehabilitation and prevention. Further action is needed as persons with disabilities report unmet needs for medical examination four times more often than persons without disabilities. Healthcare is often too expensive, too far to travel to, not accessible, or subject to long waiting lists [...]. Persons with invisible disabilities (such as chronic pain or intellectual

Como bem assinala Venade de Sousa, a CDPD «nasceu com o intuito de incorporar vinculativamente os direitos e liberdades fundamentais consagrados pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos [e] distingue-se pela adaptação e especificidade de normas dirigidas às pessoas com deficiência»[528].

Sabemos que os regimes internacionais dos direitos das pessoas com deficiência e de proteção aos refugiados são vinculativos para os Estados, mas não podemos esquecer-nos de que o tema das migrações internacionais orbitam em torno de interesses estratégicos dos Estados, mormente as questões de segurança de fronteiras externas e da manutenção da paz no espaço interno.

O preâmbulo do Estatuto do ACNUR de 1950[529] utiliza uma linguagem de apelo ao consenso e à boa fé que se requerem dos Estados-Partes, no tocante ao cumprimento da Convenção[530] e depois, do seu Protocolo de 1967[531], os quais se expressam de modo mais incisivo ao falarem do compromisso de cooperação com o sistema das Nações Unidas para proteger as pessoas em deslocamento forçado internacional.

Não podemos olvidar que a norma internacional dirige-se a entes plenos de soberania sobre uma matéria profundamente relevante de um ponto de vista da segurança internacional, qual seja, a presença de nacionais estrangeiros no território de um Estado diverso do seu de origem, onde passarão a interagir com a sociedade local, para além de se tornarem titulares de direitos e sujeitos a obrigações.

---

disabilities), with rare diseases or with cancer, that often lead to impairments, do not always receive the tailored support needed, nor do women or *refugees with disabilities*» (Idem, p. 19) (omissão e itálico).

[528] Cf. Felipe Venade de SOUSA, *Direitos Fundamentais das Pessoas com Deficiência e Jurisprudência Multinível*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2021, p. 12.

[529] «2. Apela aos governos que cooperem com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no exercício de suas funções relativas aos refugiados sob a competência do seu mandato [...] (Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, *Estatuto do ACNUR*, Genebra, 1951, disponível em www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR Estatuto do ACNUR [16.9.2022].

[530] «Art. 35. Cooperação das autoridades nacionais com as Nações Unidas 1. Os Estados Contratantes se comprometem a cooperar com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, ou qualquer outra instituição das Nações Unidas que lhe suceda, no exercício das suas funções e em particular para facilitar a sua tarefa de supervisionar a aplicação das disposições desta Convenção» (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, *Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados*, Genebra, 1951, disponível em www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (acnur.org)) [3.10.2023].

[531] «Arigo 2. Cooperação das autoridades nacionais com as Nações Unidas §1. Os Estados Membros no presente Protocolo, comprometem-se a cooperar com o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados ou qualquer outra instituição das Nações Unidas que lhe suceder, no exercício de suas funções e, especialmente, a facilitar seu trabalho de observar a aplicação das disposições do presente Protocolo» (Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, *Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados,* Nova Iorque, 1967, disponível https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf [20.01.2024].

Relativamente à CDPD, o reconhecimento de direitos e respetivas obrigações pelos Estados-Partes da CDPD não implica a aceitação direta da competência do Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para o processamento de queixas e monitoramento das obrigações dos Estados-Partes[532].

De toda sorte, o artigo 4º, nº 4, da CDPD possui características de regra *jus cogens*, e como tal, detém força normativa suficiente para orientar os Estados nas suas decisões sobre a legislação interna e políticas para as PCDs[533].

Para além das obrigações gerais, a CDPD incumbe aos Estados obrigações de proteção especial às pessoas em situação de mais acentuada vulnerabilidade[534], nos termos «do direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos»[535].

A exigência de que se harmonizem diferentes regimes de direitos humanos resulta do consenso dos Estados-Partes quanto aos termos da CDPD, aliás, com um número recorde de adesões que outros tratados de direitos humanos ainda não lograram superar[536].

O termo «interseccionalidade» não é próprio das ciências jurídicas, embora hoje tenha sido incorporado em certo nível de linguagem dos direitos humanos. Sua origem radica-se nas ideias

---

[532] «1.Qualquer Estado Parte do presente Protocolo ("Estado Parte") reconhece a competência do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ("Comitê") para receber e considerar comunicações submetidas por pessoas ou grupos de pessoas, ou em nome deles, sujeitos à sua jurisdição, alegando serem vítimas de violação das disposições da Convenção pelo referido Estado Parte. 2.O Comitê não receberá comunicação referente a qualquer Estado Parte que não seja signatário do presente Protocolo» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*, Brasília-DF, 2009, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm [10.11.2022].

[533] «Como muito bem apontou o Professor Guido Soares, "o impulso decisivo para a retomada histórica da discussão de existirem princípios superiores à plena autonomia da vontade dos Estados foi, sem dúvida, obra da Comissão de Direito Internacional da ONU, particularmente responsável pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969". Nos arts. 53 e 63 da referida Convenção, faz-se referência ao jus cogens como "uma norma imperativa de direito internacional geral" e como "uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu conjunto, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por uma nova norma de direito internacional geral da mesma natureza", a ponto de declarar que, "se sobrevier uma nova norma imperativa de direito internacional geral, qualquer tratado existente em conflito com essa norma torna-se nulo e extingue-se" (Cf. José Blanes SALA, «A política internacional e as regras de *jus cogens*», 2008, Corte Interamericana de Direitos Humanos, São José da Costa Rica, 2008, p. 32, disponível em https://biblioteca.corteidh.or.cr/tablas/R22297.pdf) (aspas suspensas no original)[15.01.2024].

[534] Cf. UNITED NATIONS (UN), «Factors such as gender, age and location inform an individual's experience. These factors also impact people with disabilities and their life experiences», *Disability Inclusion Strategy*, Nova Iorque, 2023, disponível em https://www.un.org/en/content/disabilitystrategy/) [16.5.2023].

[535] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*, Brasília-DF, 2009, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm [10.11.2022].

[536] Cf. UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMISSIONER ON HUMAN RIGHTS (UNHRC), *Status of Ratification, Interactive Dashboard, Convention on the Rights of Persons with Disabilities/Optional Protocol to the Convention on the Rights of Persons with Disabilities*, Nova Iorque, 2023, disponível em https://indicators.ohchr.org [10.9.2023].

feministas e antirracistas norte-americanas de fins do século XIX, que vindicavam um tratamento legal diferenciado com fundamento em dois vetores discriminatórios relacionados à vivência social de mulheres afro-americanas[537].

Desde os anos 1980 do século XX, o tema alcançou projeção pública em litígios judiciais versando a legitimidade de uma proteção legal específica fundada no gênero e na raça. Para tanto, a interseccionalidade foi apresentada como a melhor abordagem de um regime de direitos das mulheres negras estadunidenses[538].

A abordagem interseccional de eixos de desigualdade e discriminação conduz a que se utilizem elementos de diversos regimes de direitos humanos para atender os «direitos de grupos particulares com necessidades específicas, como sejam as mulheres, as crianças, *as pessoas com deficiência*, os idosos»[539].

Uma tal proteção jurídica específica destina-se, sobretudo, a mitigar os riscos de «discriminação [negativa] dos diferentes, sendo que a igualdade será atingida através de uma proteção especial; [...] é necessário distinguir, assegurar direitos especiais ao vulnerável, tratar de forma especial o mais fraco: diferenciar para proteger»[540].

Sobre o desenvolvimento deste tema no contexto português, Alba Alonso esclarece que as políticas para a promoção da igualdade até bem pouco tempo eram concebidas em perspetiva puramente unitária, por forma que os eixos de desigualdade eram abordados por estruturas de governo e políticas plenamente diferenciadas.

A exemplo de outros países europeus, a deficiência passou a ser tratada em Portugal de modo mais desenvolvido e normativamente pré-estabelecido a partir da década de 1970, assim como vinha sendo abordados os vetores de discriminação de gênero e raça. Foi nesse tempo que o Estado

---

[537] Sobre o contributo da literatura feminista negra norte americana nos estudos de raça, gênero e classe em interseccionalidade, o estudo de Luciana de Mesquita SILVA, «Feminismo negro estadunidense e sua invisibilidade no cenário brasileiro: questões de tradução», *Revista Ártemis*, *Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades*, Universidade Federal da Paraíba-UFPB, vol. XXVII, nº 1, João Pessoa, 2019, pp. 189 e 191, disponível em https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/46706/27504 Vista do Feminismo negro estadunidense e sua (in)visibilidade no cenário brasileiro: questões de tradução (ufpb.br) [21.9.2022].

[538] Cf. Ísis Dantas Menezes Zornoff TÁBOAS, «Apontamentos materialistas à interseccionalidade», *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 29, nº 1, 2021, pp. 2-6, disponível em www.scielo.br/j/ref/a/5v8j75N8f4J59SkxKwy4Qpf/?format=pdf&lang=ptSciELO - Brasil - Apontamentos materialistas à interseccionalidade Apontamentos materialistas à interseccionalidade [21.9.2022].

[539] Ver Andreia Sofia Pinto OLIVEIRA, *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: Âmbito de Aplicação, Direitos e Princípios*, Lisboa, Petrony Editora, 2018, pp. 11-12 (itálico nosso).

[540] Cf. Leda Maria Messias SILVA e Sarah Somensi LIMA, «Os imigrantes no Brasil, sua vulnerabilidade e o princípio da igualdade», *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, vol. 7, nº 2, Centro Universitário de Brasília-CEUB, Brasília, vol. 7, nº 2, 2017, p. 391, disponível em https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/issue/view/237 (interpolação e omissão nossas) [19.4.2023].

português criou os primeiros órgãos devotados à execução das políticas governamentais de inserção laboral e integração social de pessoas com deficiência.

Criado em 1971 o Secretariado Nacional para a Reabilitação foi o pioneiro funcionou até que se fundasse o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), em operação desde o ano de 2007[541].

Este ano marca o início de uma tímida abordagem da deficiência em transversalidade com o gênero, a orientação sexual ou a etnia, que Alba Alonso identifica no III Plano Nacional de Igualdade: Cidadania e Género (2007-2010).

A autora refere que o III Plano Nacional aposta na abordagem de desigualdades múltiplas ao reconhecer que «as situações de discriminação múltipla exigem uma particular atenção atendendo às situações de desigualdade de oportunidades e discriminação que as mulheres enfrentam cumulativamente em função da raça, do território de origem, da religião, da deficiência, da idade ou da orientação sexual»[542].

A autora ainda destaca outros tentativas de interconetar diferentes eixos de desigualdades com políticas para coletivos de pessoas, a saber:

i) Plano para a Integração dos Imigrantes: raça/etnia/cor/religião + género;

ii) I Plano de Acção para a Integração de Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009: deficiências;

iii) III Plano Nacional para a Inclusão Social 2006-2008: *classe* + idade, género, cidadania, deficiência ou etnia;

iv) Plano Nacional para o Ano Europeu de Igualdade de Oportunidade para Todos: género + idade + orientação sexual + etnia + religião + crenças + deficiências;

v) I Plano contra o Tráfico de Pessoas: classe + género + idade + raça + cidadania; vi) Programa contra a Mutilação Genital: *género* + idade, raça, cidadania, religião[543].

Para além das políticas governamentais postas em práticas por meio de instituições especializadas e comissionadas à promoção de igualdade, Alba Alonso é de opinião de que os conselhos participativos, formados por elementos não-governamentais, «podem ser interessantes do

[541] Cf. Alba ALONSO, «A introdução da interseccionalidade em Portugal: (Re)pensar as políticas de igualdade», *Revista Crítica de Ciências Sociais (RCCS)*, nº 90, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, pp. 29-30, disponível em https://journals.openedition.org/rccs/1760 A introdução da interseccionalidade em Portugal: Repensar as políticas de igualdade(s) (openedition.org) [6.9.2023].

[542] *Idem, op. cit.*, p. 31.

[543] Alba ALONSO, «A introdução da interseccionalidade em Portugal: (Re)pensar as políticas de igualdade», *Revista Crítica de Ciências Sociais (RCCS)*, nº 90, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, p. 32, disponível em https://journals.openedition.org/rccs/1760 A introdução da interseccionalidade em Portugal: Repensar as políticas de igualdade(s) (openedition.org) [6.9.2023].

ponto de vista da interseccionalidade, [...] se na sua composição estivessem presentes organizações que representassem desigualdades diferentes»[544].

Em alguns órgãos, uma maior ou menor aplicação da interseccionalidade desigualdade resultou na convocação de representantes de diferentes áreas de interesse:

i) Secção de ONG do Conselho Consultivo do Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG): género + cidadania + orientação sexual + deficiência + idade + religião + identidades interseccionais);

ii) Conselho Consultivo (ACIDI): cidadanoa/etnia/raça + género + classe;

iii) Conselho Nacional para a Reabilitação e a Integração das Pessoas com Deficiências (INR): deficiências;

iv) Conselho Nacional da Juventude (IPJ): idade + identidades interseccionais;

v) Fórum Não-Governamental para a Inclusão Social (Ministério de Trabalho e Segurança Social): género + cidadania + deficiências + + etnia + idade;

vi) EMAEIOT - Estrutura de Missão para o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos (CIG): género + cidadania + deficiências + + etnia + idade + orientação sexual + + religião + identidades interseccionais[545].

Catarina Reis Oliveira refere que a deficiência em contexto imigratório foi apontada em relatório da Agência da União para os Direitos Fundamentais (FRA), por meio de entrevistas de mais de 25 mil imigrantes, em 28 Estados da União Europeia (antes do *Brexit*) para identificar experiências de discriminação: «[...] é a origem étnica e a origem de imigração as principais causas de discriminação [...]. Acresce ainda que 12% dos inquiridos se sentiu discriminado pela sua cor de pele, 12% pela sua religião ou crenças religiosas, 7% pela sua idade, 2% pelo seu sexo ou género e *1% por deficiência*»[546].

A autora menciona ainda que a República Portuguesa incumbiu à Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) a análise do fenômeno da «discriminação e incitamento ao ódio e à violência que abrangem discriminação com base em outros fatores para além da origem racial e étnica, tais como

[544] *Idem, op. cit.*, p. 37 (omissão nossa).

[545] *Ibidem, op. cit.*, p. 37.

[546] Cf. Catarina Reis OLIVEIRA, *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual*, 1ª Edição, Lisboa, República Portuguesa, Agência para a Integração, Imigrações e Asilo (AIIMA), Observatório das Migrações, Alto Comissariado para as Migrações, 2023, pp. 308-309, disponível em https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relatorio+Estatistico+Anual+-+Indicadores+de+Integracao+de+Imigrantes+2023.pdf/om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relatorio+Estatistico+Anual+-+Indicadores+de+Integracao+de+Imigrantes+2023.pdf/ (itálico nosso) [21.01.2024].

cor, origem nacional, ascendência, religião, sexo, orientação sexual, identidade de género ou deficiência»[547].

Pese embora sejam relevantes as causas e consequências de múltiplas desigualdades interconectadas, julgamos de maior utilidade avaliarmos o «efeito útil» das políticas públicas de atendimento às pessoas com deficiência em situação de refúgio[548].

Venade de Sousa entende que a finalidade desta norma geral é ser «uma garantia da cláusula *pro homine* e de efetividade da proteção dos direitos humanos das pessoas com deficiência, o que implica acudir para que a aplicação da norma tenha um alcance mais protetor»[549].

De facto, tais avanços conformar-se-ão às normas internacionais de direitos humanos na medida em que tragam benefícios concretos para pessoas mais vulneráveis em situação de mobilidade internacional, como refere explicitamente a Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes[550].

Depois, seguiram a mesma linha de entendimento acerca da necessidade medidas especiais de proteção para pessoas mais vulneráveis em mobilidade internacional, o Pacto Global para os Refugiados[551] e o Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares[552], ambos adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas[553].

---

[547] *Idem, op. cit.*, p. 326.

[548] «O artigo 31 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados dispõe que os termos do tratado devem interpretar-se de boa–fé, conforme o sentido corrente que se deve atribuir a estes em seu contexto e tendo em conta seu objeto e fim. A proteção efetiva dos direitos humanos constitui o objeto e fim da Convenção Americana, de modo que ao interpretá-la a Corte deverá fazê-lo no sentido de que o regime de proteção de direitos humanos mantenha todos os seus efeitos próprios (*effet utile*)» (Ver CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, *Parecer Consultivo OC-16, de 1º de outubro de 1999*, S*olicitado pelos Estados Unidos Mexicanos*, São José da Costa Rica, 1999, p. 44, disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/9a756860684845bbcdb9be2389370b73.pdf) (itálico no original) [6.9.2023].

[549] Cf. Filipe Venade de SOUSA, *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Ordenamento Jurídico Português: Contributo para a Compreensão do Estatuto Jusfundamental*, Coimbra, Edições Almedina, 2018, pp. 125-127 (interpolação nossa, itálico no original).

[550] «23. *We recognize and will address*, in accordance with our obligations under international law, the special needs of all people in vulnerable situations who are travelling within large movements of refugees and migrants, including [...], *persons with disabilities* [...]» (Cf. UNITED NATIONS, *New York Declaration for Refugees and Migrants,* Nova Iorque, 2016, p. 5, https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_71_1.pdfA/RES/71/1: New York Declaration for Refugees and Migrants (un.org) (omissões e itálicos nossos) [17.5.2023].

[551] «106. States and relevant stakeholders will facilitate meaningful participation of refugees, including [...] *persons with disabilities* [...] in Global Refugee Forums, ensuring the inclusion of their perspectives on progress. A digital platform developed by UNHCR and accessible to all will enable the sharing of good practices, notably from an age, gender, disability, and diversity perspective, in the application of the different elements of the global compact» (Ver UNITED NATIONS (UN), *Report of the United Nations High Commissioner for Refugees, Part II, Global Compact on Refugees*, Nova Iorque, 2018, pp. 20-21, disponível em https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G18/238/37/PDF/G1823837.pdf?OpenElement Microsoft Word - 1812725E.docx (un.org) (omissões e itálicos nossos) [22.1.2024].

[552] «23. We commit to respond to the needs of migrants who face situations of vulnerability, which may arise from the circumstances in which they travel or the conditions they face in countries of origin, transit and destination, by assisting them and protecting their human rights, in accordance with our obligations under international law. We further commit to uphold the best interests of the child at all times, as a primary consideration in situations where children are concerned, and to apply a gender-responsive approach in addressing vulnerabilities, including in responses to mixed movements. To

Para tanto, os Estados devem adotar procedimentos de identificação eficazes, mas que ao mesmo tempo respeitem os direitos previstos na CDPD[554] e as regras do direito interno dos Estados-Partes[555], que se destinem a proteger as pessoas cujos dados estão em tratamento, nomeadamente aqueles dados considerados sensíveis, como o são as informações relativas à saúde das pessoas com deficiência.

Conquanto os eixos de desigualdade da deficiência e da situação de refúgio tenham alcançado pleno reconhecimento no plano internacional, parece-nos interessante acrescentar a forma como Nara Lemos esclarece os pontos de convergência entre os regimes de proteção universal aos refugiados e o regime universal dos direitos das pessoas com deficiência:

i) a vinculação de ambos os regimes aos objetivos da Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos;

ii) o reconhecimento de pessoas refugiadas e pessoas com deficiência como sujeitos de direitos;

---

realize this commitment, we will draw from the following actions: (a) Review relevant policies and practices to ensure that they do not create, exacerbate or unintentionally increase vulnerabilities of migrants, including by applying a human rights-based, *gender- and disability-responsive*, as well as age- and child-sensitive approach

«31. We commit to ensure that all migrants, regardless of their migration status, can exercise their human rights through safe access to basic services. We further commit to strengthen migrant-inclusive service delivery systems, notwithstanding that nationals and regular migrants may be entitled to more comprehensive service provision, while ensuring that any differential treatment must be based on law, be proportionate and pursue a legitimate aim, in accordance with international human rights law. To realize this commitment, we will draw from the following actions:

(a) Enact laws and take measures to ensure that service delivery does not amount to discrimination against migrants on the grounds of [...] disability [...];

(c) Establish and strengthen holistic and easily accessible service points at the local level that are migrant-inclusive, offer relevant information on basic services *in a gender-and disability-responsive* [...]» (Cf. UNITED NATIONS (UN), *General Assembly, Resolution A/RES/73/195, 17 December 2018, Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration*, Nova Iorque, 2018, pp. 15 e 24, disponível em https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N18/451/99/PDF/N1845199.pdf?OpenElement N1845199.pdf (un.org) (omissões e itálicos nossos) [22.1.2024].

[553] UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR), *General Assembly, Resolution A/73/151, Adopted by the General Assembly on 17 December 2018 [on the report of the Third Committee (A/73/583)*, *Office of the United Nations High Commissioner for Refugees*, Nova Iorque, 2018, disponível em www.unhcr.org/us/media/resolution-adopted-general-assembly-17-december-2018 Resolution adopted by the General Assembly on 17 December 2018 | UNHCR US [22.1.2024].

[554] «Estatísticas e coleta de dados. 1.Os Estados Partes coletarão dados apropriados, inclusive estatísticos e de pesquisas, para que possam formular e implementar políticas destinadas a por em prática a presente Convenção. O processo de coleta e manutenção de tais dados deverá: a) Observar as salvaguardas estabelecidas por lei, inclusive pelas leis relativas à proteção de dados, a fim de assegurar a confidencialidade e o respeito pela privacidade das pessoas com deficiência; b) Observar as normas internacionalmente aceitas para proteger os direitos humanos, as liberdades fundamentais e os princípios éticos na coleta de dados e utilização de estatísticas. 2.As informações coletadas de acordo com o disposto neste Artigo serão desagregadas, de maneira apropriada, e utilizadas para avaliar o cumprimento, por parte dos Estados Partes, de suas obrigações na presente Convenção e para identificar e enfrentar as barreiras com as quais as pessoas com deficiência se deparam no exercício de seus direitos. 3.Os Estados Partes assumirão responsabilidade pela disseminação das referidas estatísticas e assegurarão que elas sejam acessíveis às pessoas com deficiência e a outros (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*, www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htmDecreto nº 6949 (planalto.gov.br)[9.10.2023].

[555] Regulada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (artigo 92, §§ 1º ao 6º), e na Lei Geral de Proteção de Dados, nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (artigos 6º a 15).

iii) a eleição destes grupos minoritários como sujeitos de direitos específicos;

iv) a busca pela igualdade de tratamento destes grupos pelos Estados;

v) o pertencimento à categoria dos tratados de direitos humanos;

vi) o propósito comum de garantia de direitos e de repulsão a medidas discriminatórias; vii) ambos os regimes contêm listas de direitos[556].

Relativamente ao Estado brasileiro, a prevalência dos direitos humanos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade foram inscritos na CF/88 como princípios estruturantes do Estado democrático de Direito[557].

Posteriormente, estes princípios foram incorporados ao direito interno, quando foram ratificados a CDPD e seu Protocolo Facultativo, em 2009. Consequentemente, as normas, instituições e políticas públicas de atendimento às pessoas com deficiência devem observar o artigo 4º, nº 4, da CDPD[558].

No que tange ao rito de incorporação dos tratados de direitos humanos, este insere-se no capítulo da Constituição de 1988 dedicado aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, convém-nos referir que os tratados internacionais de direitos humanos incorporados depois da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004 são equiparados às Emendas Constitucionais, e por esta razão, amparados pela cláusula de irretratabilidade do artigo 60, parágrafo 4º, da CF/88[559].

Assim sendo, a intrínseca relação entre o direito internacional e o direito interno brasileiro fundamenta a atenção legal específica que deve prestar o Estado brasileiro às pessoas com deficiência

---

[556] Cf. Nara Elizabeth Torres de Souza LEMOS, 2021, 106f., *Pessoas Refugiadas com Deficiência: Convergência Normativa para a Proteção Integral*, Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Católica de Santos-UNISANTOS, Santos, 2021, pp. 81, 87, e 93, disponível em https://tede.unisantos.br/handle/tede/7505 TEDE: Pessoas refugiadas com deficiência : convergência normativa para a proteção integral (unisantos.br) (itálico no original) [26.04.2023]. Acrescente-se que ambos os tratados de direitos humanos devem ser interpretados, conforme ensina Mazzuolli, «quer no plano do direito interno, quer no plano internacional», segundo o princípio *pro homine*, na qualidade de princípio geral de direito (Ver «Valério MAZZUOLLI, Teoria geral do controle de convencionalidade no direito brasileiro», *Revista Direito e Justiça, Reflexões Sociojurídicas*, nº 12, 2009, p. 253, disponível em https://core.ac.uk/download/pdf/322641459.pdf Microsoft Word - Revista Direito e Justiça nº12 (core.ac.uk)) [26.4.2023].

[557] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição de 1988*, Brasília-DF, 1988, disponível em https://www.planalto.gov.br/ [08.05.2023].

[558] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*, *Assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*, Brasília-DF, 2009, disponível em Decreto nº 6949 (planalto.gov.br) https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm [21.10.2022];

[559] Assinale-se, de logo, que a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal é a de que os tratados e as convenções internacionais de direitos humanos possuem o *status* de norma infraconstitucional e supralegal. Entretanto, o Conselho Nacional de Justiça já decidiu que tais diplomas internacionais devem ser aplicados como a própria Constituição, diretamente ou na forma de lei complementar ou ordinária (Cf. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), *Recomendação nº 123, de 7 de janeiro de 2022*, *Recomenda aos Órgãos do Poder Judiciário Brasileiro a Observância dos Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos e o Uso da Jurisprudência de Corte Interamericana de Direitos Humanos*, Brasília-DF, 2022, disponível em https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4305 atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4305 [6.9.2023].

em situação de refúgio, como resposta concreta ao princípio da dignidade da pessoa humana da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Por outro lado, a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e o seu Protocolo Adicional de 1967 foi integrada por meio da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Com a criação de um órgão civil gestor do refúgio, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), para concretizar a implementação das políticas públicas relativamente às pessoas em situação de refúgio no Brasil, para além de coordenar intersetorialmente outros órgãos governamentais e não-governamentais, o binômio «norma-instituição» do regime internacional dos refugiados reproduziu-se fielmente no plano interno.

No campo das políticas para as pessoas com deficiência, destacamos a plena incorporação da CDPD e de seu Protocolo Facultativo, a partir da edição da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Com isto as normas internacionais se impõem a todas as unidades federativas, a União, os estados federais, o Distrito Federal e os municípios[560], segundo o que determina o artigo 4º, parágrafo 5, da CDPD: «[a]s disposições da presente Convenção se aplicam, sem limitação ou exceção, a todas as unidades constitutivas dos Estados federativos».

Em decorrência do compromisso da totalidade do Estado brasileiro, a atenção legal às pessoas com deficiência tem sido implementada por meio de políticas nacionais, estaduais e municipais. Para além do engajamento obrigatório de órgãos governamentais, a sociedade civil também deve participar da construção das políticas para as pessoas com deficiência, por intermédio de conselhos consultivos e/ou deliberativos.

O Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, instituidor do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência «Viver Sem Limites» afirma o compromisso do Estado brasileiro com os direitos à educação, saúde, inclusão social e acessibilidade de pessoas com deficiência.

[560] «Art. 1º. É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 , em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil , em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 , data de início de sua vigência no plano interno» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*, Brasília-DF, 2015, disponível em https.//www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm L13146 (planalto.gov.br) [19.11.2023].

Já o novo programa «Viver Sem Limites II», ora em fase de preparação para ser votado no Parlamento brasileiro, acrescenta ao Plano antecedente a gestão inclusiva e participativa, o enfrentamento à violência e ao capacitismo, a acessibilidade e tecnologia assistiva e acesso a direitos[561].

Tendo em linha de conta que as pessoas com deficiência enfrentam as condicionantes funcionais em interação com meio social[562], as políticas de refúgio, apoiadas pela regulação migratória geral[563] e as políticas de inclusão das pessoas com deficiência[564] devem ponderar a deficiência como um vetor de agravamento do potencial de violações aos direitos humanos.

O Supremo Tribunal Federal aplicou analogicamente a tese de repercussão geral concessiva de um benefício social, de natureza não-contributiva ou contra-prestacional, para os estrangeiros residentes no Brasil, a partir de uma lide na qual um estrangeiro pedia a isenção da taxa de regularização imigratória por alegada hipo-suficiência económica».

Por fim, firmou-se a tese segundo a qual «"[é] imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro que demonstre sua condição de hipossuficiente, nos termos da legislação de regência"»[565].

---

[561] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Consulta Pública – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência "Viver sem Limite II"*, Brasília, 2023, disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/plano-viver-sem-limite-ii/consulta-publica-2013-plano-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-201cviver-sem-limite-ii201d Consulta Pública – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência "Viver sem Limite II" — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (www.gov.br) [9.10.2023].

[562] Ver Nara Elizabeth Torres de Souza LEMOS, *Pessoas Refugiadas com Deficiência: Convergência Normativa para a Proteção Integral*, *op. cit.*, p. 96: «Uma vez demonstrado que as pessoas refugiadas com deficiência apresentam mais camadas de vulnerabilidades, o que reforça a necessidade de se garantir uma proteção especial, voltada para as particularidades e peculiaridades que as caracterizam, ressaltou-se a importância de garantir a proteção desse grupo de pessoas com necessidades específicas, que vão além daquelas que caracterizam o status de refugiado e que merecem uma proteção efetiva e de forma ampliada, com base na Proteção Internacional da Pessoa Humana , que considere o DIR, assim como os direitos humanos ancorados na Proteção Internacional dos Direitos Humanos e também os instrumentos específicos de proteção, a Convenção de 1951 e a CRPD».

[563] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, Define Mecanismos para a Implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e Determina Outras Providências* (LRB), Brasília-DF, 1997, e *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, Institui a Lei de Migração* (LMB), Brasília-DF, 2017, disponíveis, respetivamente, em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htmL9474 (planalto.gov.br) e www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htmL13445 (planalto.gov.br) [26.4.2023].

[564] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (LBI)*, Brasília-DF, 2015, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm L13146 (planalto.gov.br) [26.4.2023].

[565] «O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 988 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para reconhecer o direito à expedição dos documentos de registro de estrangeiro sem o pagamento da "taxa de pedido de permanência", da "taxa de registro de estrangeiro" e da "taxa de carteira de estrangeiro primeira via" pelo recorrente, nos termos do voto do Relator, Ministro Luiz Fux (Presidente)» (Ver SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), *Caso União vs Franklin Adelso Pacheco Rodriguez*, Acórdão em Recurso Extraordinário nº 1.018.911, Brasília-DF, 2021, disponível em www.portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15348975992&ext=.pdfdownloadPeca.asp (stf.jus.br) (aspas suspensas no original, interpolação nossa) [2.8.2023].

Neste sentido é que Bianca Silva aponta a necessidade que «nuances interseccionais das vidas refugiadas»[566] sejam determinantes das decisões políticas e administrativas no contexto da mobilidade internacional.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos já tem aplicado a técnica da interseccionalidade no julgamento de litígios e na emissão de opiniões consultivas. Porém, na opinião de Bianca Silva a Corte ainda decide ao modo do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, ignorando certos contextos que distinguem a vivência dos direitos humanos no continente americano[567].

Por outro lado, as diretrizes gerais de políticas imigratórias do governo federal, ao qual compete privativamente legislar em matéria de imigração e refúgio, necessariamente envolvem o emprego de equipamentos públicos dos demais entes federativos.

No ensino de Barreto e Raiol, o emprego criativo de todas as normas dos sistemas universal, regionais e nacionais de proteção de direitos humanos, mediante a aplicação direta dos institutos ou do resultado da harmonização entre as diversas normas, deve almejar, sobretudo, a prevenção contra qualquer retrocesso legislativo no domínio dos direitos das pessoas com deficiência[568].

Não é sem razão, pois, que o ACNUR e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) têm feito instâncias para que todos os níveis governativos do Brasil atentem para os direitos das pessoas com deficiência em situação de refúgio, especialmente para a garantia de prioridade de acesso aos programas de informação, saúde e trabalho assalariado[569].

---

[566] Cf. Bianca Guimarães SILVA, *América para os Americanos ou para a Humanidade? Estudo Crítico dos Diálogos Transjudiciais na Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre Migrações Internacionais*, Dissertação (Mestrado em Direito), 2022, 256f., Faculdade de Direito da Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2022, p. 65, disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/44214/1/2022_BiancaGuimarãesSilva.pdf [7.3.2023].

[567] A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem efetivamente utilizado o conceito de interseccionalidade nos seus julgados. Mas, os criteérios de pronderação que utiliza são praticamente os mesmos da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) e do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), o que deixa de parte as singularidades das migrações do sul global, especialmente em matéria de refúgio: «A Corte IDH parece silenciar as questões interseccionais que atravessam a vida dos imigrantes negros e negras, LGBTQIA+, indígenas e mulheres em suas outras nuances da vida no país receptor, seja no acesso à saúde, à educação, à moradia, à identidade cultural, aos benefícios sociais e a tantos outros direitos. A Corte Interamericana parece estabelecer parâmetros que, de fato, encontram as necessidades documentais dos imigrantes, mas não os acompanha em suas vidas cotidianas. As questões analisadas pela Corte IDH ficaram circunscritas nos conceitos europeus (sobretudo, após a Guerra Fria) e nos valores morais também enunciados por eles (como a natureza *jus cogens* do princípio à igualdade e proibição da tortura). Assim, há difusão regional de normas da estrutura global social, que refletem os interesses paroquiais» (Cf. Bianca Guimarães SILVA, *op.cit.,* p. 217).

[568] Ver Jéssica Ribeiro BARRETO e Raimundo Wilson Gama RAIOL, «Diálogos transatlânticos entre os sistemas africano, interamericano e brasileiro para os direitos das pessoas com deficiência», *Revista dos Direitos Humanos em Perspectiva*, *Encontro Virtual*, vol. 8, nº 1, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito-CONPEDI, p. 67, Florianópolis, 2022, disponível em https://www.semanticscholar.org/paper/DIÁLOGOS-TRANSATLÂNTICOS-ENTRE-OS-SISTEMAS-E-PARA-Barreto-Raiol/dbec81d3007b909e2be54b727cb431b2344a2fa3[PDF] DIÁLOGOS TRANSATLÂNTICOS ENTRE OS SISTEMAS AFRICANO, INTERAMERICANO E BRASILEIRO PARA OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | Semantic Scholar [16.3.2023].

[569] «"O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) atua na resposta humanitária com a inclusão de pessoas refugiadas e migrantes com deficiência e trabalha para que os direitos dessas pessoas sejam garantidos e sua dignidade, asseguradas", afirma Astrid Bant, representante do UNFPA

Ora, o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 extinguiu o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNHD-3[570]. Este normativo ainda revogou o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) instituído pelo Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, vetando a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas de promoção dos direitos humanos.

A reação de partidos políticos, de movimentos sociais de direitos humanos e de órgãos públicos essenciais à Justiça veio a se corporificar nos autos de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6121 de 2019, com tramitação no Supremo Tribunal Federal[571].

Cautelarmente, o Tribunal suspendeu os efeitos do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que o Decreto nº 11.371, de 1º de janeiro de 2023 revogou expressamente e, portanto, a ADI perdeu o seu objeto[572].

Na década de 2010 ocorreram três grandes fluxos de deslocados internacionais: i) o êxodo de nacionais haitianos, por fatores ambientais e falência da economia e das instituições do seu país (2010); ii) a «Primavera Árabe», a série de revoltas populares que mudou a configuração de poder no Norte e Leste da África, e Oriente Médio (2011); iii) o fluxo de refugiados na Europa (2015).

Em meados do ano de 2021, os Estados Unidos da América e a NATO iniciam a retirada de suas tropas do território do Afeganistão. Poucos horas depois de o último transporte aéreo militar levantar voo do aeroporto de Cabul, os Talibãs retomam o poder no país. Segue-se um êxodo massivo de afegãos em direção ao Irão e Paquistão. Outros mais afortunados conseguem obter autorizações para viajar em aeronaves militares e privadas sobrelotadas, deixando bens e familiares para trás.

---

no Brasil. Apesar de muitas vezes invisibilizadas, elas não são poucas. Entre as quase 7 mil pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela atualmente abrigadas em Roraima, 5,87% têm alguma deficiência. Apenas no Abrigo Pricumã – um dos abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista onde o UNFPA atua –, são 61 pessoas: quase 11% do total de abrigados no local Ver FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA), «Ninguém para trás: pessoas refugiadas e migrantes com deficiência devem ter seus direitos assegurados», Brasília-DF, 2022, disponível em brazil.unfpa.org/pt-br/news/ninguém-para-trás-pessoas-refugiadas-e-migrantes-com-deficiência-devem-ter-seus-direitosUNFPA Brazil | Ninguém para trás: pessoas refugiadas e migrantes com deficiência devem ter seus direitos assegurados [10.10.2022].

[570] O referido Decreto não tem eficácia sobre os Conselhos e Comitês integrantes de sistemas de tratados ratificados pelo Brasil, tampouco os colegiados criados por lei do Congresso Nacional. A propósito, não há qualquer dúvida sobre a estatura de Emenda Constitucional da CDPD e o seu Protocolo Opcional, eis que foram incorporados sem quaisquer reservas em 2009. Assim, é legitima a competência do Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência para o acompanhamento das medidas relacionadas ao cumprimento das obrigações que o Estado brasileiro assumiu relativamente à CDPD.

[571] Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), *Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6121,* Brasília-DF, 2019, disponível em https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15341826697&ext=.pdfdownloadPeca.asp (stf.jus.br) [17.9.2022].

[572] Foi também revogado o Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019, que alterava o Dec.nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Não há mais qualquer óbice normativo para a retomada do Programa Nacional de Direitos Humanos, nos termos de sua terceira (e última) versão (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 11.731, de 1º de janeiro de 2023, Revoga o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que Extingue e Estabelece Diretrizes, Regras e Limitações para Colegiados da Administração Pública Federal*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11371.htm#art1 D11371 (planalto.gov.br) [15.9.2023]

Logo após o ocorrido, o governo brasileiro expediu a Portaria Interministerial nº 24, de 03 de setembro de 2021[573], concessiva de visto humanitário e autorização de residência temporária para afegãos, acrescida de uma cláusula particular de apreciação das solicitações feitas por mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e seus familiares.

A norma estabelece que as autoridades imigratórias devem ter «especial atenção» sobre estas pessoas mais vulneráveis. Em que pese a indefinição do que seja esta «especial atenção», outros excertos da Portaria orientam as autoridades migratórias a dispensarem alguns documentos que seriam exigíveis em circunstâncias normais (art. 3º, incisos I ao IV).

A situação extraordinária dos afegãos estava a exigir uma abordagem menos intransigente. Assim, incluiu-se a exceção de inexigibilidade, por decisão discricionária, relativamente a certos documentos que seriam essenciais em circunstâncias normais. No entanto, o normativo não prescinde de que o ato discricionário seja confirmado pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Duas dimensões jurídicas podem ser vistas nesta disposição normativa:

i) a obrigação que compete ao Estado brasileiro de implementar medidas eficazes de proteção dos direitos de refugiados mais vulneráveis;

ii) o usufruto provisório de uma modalidade de proteção internacional atribuída a indivíduos com características distintas de outros grupos de refugiados.

Percebe-se claramente que o governo utilizou a articulação interseccional entre o regime das PCDs e o regime dos refugiados, como preconiza o art. 11º da CDPD. Vale lembrar que os Estados-Partes da Convenção se sujeitaram voluntariamente à diminuição de sua margem de apreciação no campo da gestão imigratória, nos termos do art. 11º da CDPD[574].

---

[573] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portaria Interministerial nº 24, de 03 de setembro de 2021, Dispõe sobre a Concessão do Visto Temporário e da Autorização de Residência para Fins de Acolhida Humanitária para Nacionais Afegãos, Apátridas e Pessoas Afetadas pela Situação de Grave ou Iminente Instabilidade Institucional, de Grave Violação de Direitos Humanos ou de Direito Internacional Humanitário no Afeganistão*, Ministério da Justiça e Segurança Pública/Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF, 2021, disponível em https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-24-de-3-de-setembro%20-de-2021-343022178 PORTARIA Nº 24, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021 - PORTARIA Nº 24, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br) [22.9.2022] (itálicos nossos).

[574] «A proteção do indivíduo, dos grupos em situação de vulnerabilidade e dos povos ocupam especial relevância da pauta mundial desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, inclusive sustentado por Bobbio que o próprio debate sobre o fundamento dos Direitos Humanos encontra-se superado desde aquela, remanescendo a especial preocupação com a garantia daqueles. As Cortes Internacionais criadas desde então, nos âmbitos universal e regionais, passaram a tutelar os direitos conferidos ao indivíduo e aos grupos vulneráveis por meio dos pactos internacionais, o que pode gerar conflitos entre o universalismo dos Direitos Humanos e as particularidades locais existentes em cada Estado. A Teoria da Margem Nacional de apreciação busca conjugar as disposições inscritas nos tratados internacionais de direitos humanos com as peculiaridades culturais e sociais de cada Estado-parte, reservando-lhes espaço para atuação discricionária no que se refere a questões tipicamente locais, de forma a evitar a aniquilação da diversidade cultural sob a bandeira da universalidade dos Direitos Humanos» (Cf. Gilberto SCHÄFER, *et.al.*, «A margem de apreciação nacional na Corte Interamericana de Direitos Humanos», *in Revista de Direito Internacional* do Centro de Ensino Unificado de Brasília-UNICEUB, vol. 15, nº 2, Brasília-DF, 2018, p. 326,

Por outro prisma, o artigo 11º propicia o alargamento do quadro jurídico-normativo de base dos programas governamentais, em função da convergência de diversos ramos do Direito Internacional em interface com os quadros normativos nacionais.

Citado artigo admite, ainda, a extensão dos benefícios da proteção diferenciada às pessoas em risco humanitário por motivos ambientais[575], a tornar viáveis outras medidas de proteção diversas do reconhecimento do estatuto de refugiado.

Em vista disso, para obter um melhor resultado da conjugação de institutos dos sistemas de proteção invocáveis no caso concreto, os Estados têm ao seu dispor a técnica da interseccionalidade normativa para o enquadramento de situações *sui generis*, quando o emprego de um regime protetivo poderá se revelar insuficiente ou mesmo restringir o acesso de pessoas mais vulneráveis ao exercício de direitos fundamentais.

As Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Relacionadas a Saúde Envolvendo Seres Humanos, revisadas pelo Conselho para Organizações Internacionais de Ciências Médicas (CIOMS) (2016), definem vulnerabilidade como a «incapacidade, relativa ou absoluta, de proteger seus próprios interesses»[576].

No campo específico das pesquisas médicas em seres humanos, a vulnerabilidade recebe uma adjetivação traduzida na «capacidade limitada para consentir ou declinar consentimento para participar de pesquisas»[577]. De acordo com estas Diretrizes, as pessoas refugiadas e as pessoas com deficiência pertencem ao grupo de pessoas mais vulneráveis[578].

Numa outra perspectiva de vulnerabilidade, Ruth Macklin: «a circunstância que impede ou diminui a capacidade de a pessoa proteger seus próprios interesses; pessoa vulnerável ou em situação de vulnerabilidade, pois, é aquela desprovida de poder, inteligência, educação, recursos, forças

disponível em https://publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/5351 A margem nacional de apreciação na Corte Interamericana de Direitos Humanos | Schäfer | Revista de Direito Internacional (uniceub.br) [21.9.2022].

[575] «A emergência dos "refugiados ambientais" no mundo é produto dos eventos ambientais, nos quais se incluem os desastres de início lento e de início rápido e as causas ambientais naturais ou motivadas pela interferência humana no meio ambiente. Quanto maior a quantidade de pessoas em um dado lugar e quanto maior o grau de vulnerabilidade dessas pessoas, tão maior será o número de vítimas desses eventos ambientais e também o de "refugiados ambientais" por eles produzido» (cf. Carolina de Abreu Batista CLARO, *A Proteção dos Refugiados Ambientais no Direito Internacional*, Tese (Doutorado em Direito Internacional), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2015, p. 64, disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-08042016-155605/pt-br.php) [13.7.2022].

[576] Cf. CONSELHO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CIÊNCIAS MÉDICAS (CIOMS) E ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS), *Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Relacionadas a Saúde Envolvendo Seres Humanos*, 4ª. edição, Genebra, Suíça, 2016, pp. 129-130, disponível em https://cioms.ch/wp-content/uploads/2018/11/CIOMS-final-Diretrizes-Eticas-Internacionais-Out18.pdfLIVRO CIOMS - Diretrizes Éticas Internacionais.indd [20.9.2022].

[577] Cf. CONSELHO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CIÊNCIAS MÉDICAS (CIOMS) E ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS), *Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Relacionadas a Saúde Envolvendo Seres Humanos*, *op.cit.*, p. 130.

[578] *Idem, op.cit.*, p. 132.

suficientes e de atributos necessários»[579], para cuidar de tudo o que é valioso ou essencial à sua existência.

De um ponto de vista externo, todas as pessoas em situação de refúgio, notadamente as que se encontram em instalações do ACNUR ou agrupamentos distantes das zonas urbanas são consideradas como pessoas vulneráveis.

Mas a vulnerabilidade em função de uma deficiência física corresponde em média a 8% (oito por cento) do conjunto, e a que decorre de deficiência mental a 1% (um por cento). Portanto, a menor incidência numérica poderia conduzir à uma conclusão eequivocada sobre a desnecessidade de se estabelecerem medidas específicas para um segmento que, numericamente falando, é expressivamente menor que o universo geral dos refugiados.

Com efeito, como assinala Michel Agier, certas categorias de vulnerabilidade social, a exemplo da categoria de «mulher viúva», podem «desaparecer com a organização da vida social no campo»[580]. Já as deficiências de ordem física e mental, embora minoritárias em números percentuais, tendem a agravar-se pela ausência de cuidados específicos.

Devemos então considerar as múltiplas visões mais ou menos favoráveis ao uso deste conceito no campo do jurídico, especialmente quando se trata de estabelecer medidas de proteção especiais para grupos de seres humanos com características singulares.

De início, convém-nos referir o ensino de José Tolentino de Mendonça, ao afirmar que o sentido atual do termo «vulnerabilidade», de criação bastante recente no domínio linguístico, não era conhecido do léxico latino donde se originam os termos assemelhados: o substantivo *vulnus*, o adjetivo *vulnerabilis*, e o verbo *vulnerare*[581].

Cláudio Brandão informa-nos que já em 1539, Francisco de Vitória associava a ideia de vulnerabilidade à opressão exercida pelos povos tecnologicamente mais avançados sobre outros seres

---

[579] Cf. *Apud* Márcia ARÁN e Carlos Augusto PEIXOTO JÚNIOR, «Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade», *Revista de Saúde Pública*, vol. 41, nº 5, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2007, p. 850, disponível https://www.scielo.br/j/rsp/a/ SciELO - Brasil - Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade [4.8.2022].

[580] Cf. Michel AGIER,«Refugiados diante da nova ordem mundial», tradução brasileira de Paulo Neves, *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol. 18, nº. 2, São Paulo, 2006, p. 208, disponível em https://www.scielo.br/j/ts/a/dfrz9tB3Bg93PRGY3pZTjNv/?format=pdf&lang=pt/v18n2a09 (scielo.br) [23.7.2022].

[581] «As resistências à implementação do termo são, podemos resumir, de duas orientações: uma que denuncia os efeitos estigmatizantes que a designação pode fazer recair sobre os sujeitos, circunscrevendo-os a uma categoria centrada no problema e não na pessoa (daí a insistência em que se distinga a pessoa das situações de vulnerabilidade em que se possa inscrever); e outra que vê na excessiva amplitude do termo uma declaração de inutilidade para responder às necessidades concretas de grupos particulares, no interior de contextos específicos» (Cf. José Tolentino de MENDONÇA, «Sobre o uso do termo vulnerabilidade», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review*, ano LXII, nº 1, Tomo I Lisboa, 2021, pp. 72-73) (itálicos no original).

humanos «em estágio civilizatório inferior, e [que] se encontrava dominado em consequência das grandes navegações»[582].

Christian Baldus observa que o campo semântico do termo vulnerabilidade, originário do direito romano privado, tem sido aplicado com intencionalidades juspolíticas. Portanto, o autor acredita ser relevante pensar a questão sob o ponto de vista da legitimidade de políticas públicas que objetivam «[...] constituir formalmente grupos de vulneráveis para aplicar colectivamente aos componentes desses grupos regras divergentes das normais»[583].

No contexto da experiência vivida por pacientes mais susceptíveis a contrair o vírus COVID-19, Aquilino Paulo Antunes assinala «que serão os mais fracos e os mais vulneráveis», sem definir exatamente a que grupos de pessoas está a referir-se, se somente os atingidos pela doença ou se estão incluídos grupos potencialmente mais frágeis, como as pessoas com deficiência, que sofrerão as consequências da luta concorrencial no mercado de vacinas[584].

João Carlos Carvalho Godinho escreve que a obrigatoriedade da vacinação em pessoas com anomalia psíquica grave resulta do reconhecimento pela Constituição Portuguesa (artigo 71º, da proteção às pessoas com deficiência) de que «a deficiência tem constituído um fator de discriminação negativa do indivíduo». Esta obrigação do Estado português contida no nº 2 do artigo 71º da CRP, «garantir "a efetiva realização" dos direitos dos cidadãos com deficiência. Neste quadro, o Estado português tem a obrigação de criar condições para garantir a efetivação do direito à proteção da saúde destas pessoas[585].

Eventos inesperados como a pandemia COVID-19 têm revelado que o próprio direito positivo está em situação de «vulnerabilidade», na medida em que a realidade do cotidiano está a exigir fórmulas mais adequadas à dinâmica dos problemas concretos da vida.

Neste sentido, Rui Guerra da Fonseca analisou acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, em matéria que versava a (in)existência de violação a direitos fundamentais de crianças cujo pai havia se recusado a vaciná-las. Como resultado, o pai teve de pagar coimas e os filhos foram impedidos de matricular-se na escola.

---

[582] Cf. Cláudio BRANDÃO, «O gênesis do conceito substancial de Direitos Humanos: a proteção do vulnerável na Escola Tardia Ibérica, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review* , ano LXII, nº 1, Tomo I, Lisboa, 2021, p. 178 (interpolação nossa).

[583] Cf. Christian BALDUS, «Metáforas e procedimentos: vulnerabilidade no direito romano?», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review* , ano LXII, nº 1, Tomo I, Lisboa, 2021, p. 60.

[584] Cf. Aquilino Paulo ANTUNES, «Covid-19 e medicamentos: vulnerabilidade, escassez e desalinhamento de incentivos», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Lisbon Law Review Vulnerabilidade(s) e Direito*, ano LXII, nº 1, Tomo I, Lisboa, 2021, p. 168.

[585] Ver João Carlos Carvalho GODINHO, *A (Re)discussão dos Fundamentos da Vacinação Humana Obrigatória*, Coimbra, Edições Almedina, 2022, pp. 112-113 (aspas no original).

Embora considere extreme de dúvidas a utilidade emergencial da vacinação infantil no quadro das políticas da União Europeia, o autor enfatiza que «o TEDH aspectos de Direito da União Europeia que, revelando a posição da organização quanto à importância das políticas de vacinação, não permitiram concluir que daí advenha um impulso ou favorecimento quanto à sua obrigatoriedade»[586].

Neste sentido, Eduardo Vera-Cruz Pinto aponta a vulnerabilidade do próprio discurso do Direito como linguagem política dos Estados soberanos, diante das complexas situações verificados no contexto da pandemia COVID-19, que o direito tradicional mal resolveu[587].

Já Antônio Menezes Cordeiro avalia que a questão de fundo resume-se à imprecisão conceitual de vulnerabilidade no campo jurídico, costumeiramente resolvida mediante a importação de terminologias de outras áreas especializadas, seguindo-se a elaboração de normas específicas ou princípios de sentido diverso[588].

A ideia de vulnerabilidade no domínio das ciências humanas, de início, foi associada à pobreza, evoluindo, com o tempo, para o entendimento de que significa na realidade «a falta de acesso aos direitos de cidadania», conforme ensina Marco Antonio Marques da Silva[589].

Jonas Figueiredo Alves define a vulnerabilidade como a falta de condições de impor a sua própria vontade, à qual resistem as circunstâncias subjetivas e objetivas. A vulnerabilidade é «um estado de fraqueza, uma situação de risco, uma deterioração de capacidades, uma restrição de escolhas».

Nesta linha de raciocínio, o autor acentua que a vulnerabilidade é externa à pessoa, muitas vezes causada por fatores sociais determinantes como a pobreza[590]. Assim, para de certo modo compensar as desvantagens sociais e materiais que tais fatores externos trazem, conforme ensina Maria Clara Sottomayor, as «medidas de discriminação positiva ou de diferenciação não constituem

---

[586] *Vide* Rui Guerra da FONSECA, «Vacinação infantil compulsória – o Acórdão TEDH *Vavricka e Outros c. República Checa*, queixas n°s 47621/13 e outros, 08/04/2021, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review* , ano LXII, n° 1, Tomo II, Lisboa, 2021, p. 1043.

[587] Ver Eduardo Vera-Cruz PINTO, «Direito Vulnerável: o combate jurídico pelo Estado Republicano, Democrático e Social de Direito na Europa pós-pandémica», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review*, ano LXII, n° 1, Tomo I, Lisboa, 2021, pp. 186-187.

[588] *Vide* António Menezes CORDEIRO «Vulnerabilidades e Direito Civil», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisbon Law Review, Número Temático: Vulnerabilidades e Direito*, Ano LXII, número I, Tomo I, Lisboa, 2021, p. 57 (interpolação nossa).

[589] Ver Marco Antonio Marques da SILVA, «Vulnerabilidade e mulher vítima de violência: aperfeiçoamento dos mecanismos de combate no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e no Direito Brasileiro», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review*, ano LXII, Tomo I, n° 1, Lisboa, 2021, p. 639.

[590] Cf. Jonas Figueiredo ALVES, «Os pobres como sujeitos de desigualdades sociais e sua proteção reconstrutiva no pós-pandemia», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review* , ano LXII, Tomo I, n° 1, Lisboa, 2021, p. 493.

violações do princípio da igualdade, pois existe, nas situações enunciadas e noutras que surjam de estruturas sociais desiguais, um fundamento objetivo para a diferença»[591].

As diversas concepções de vulnerabilidade às quais nos reportamos refletem a dificuldade de se formular uma definição de vulnerabilidade puramente jurídica. No fundo, do mesmo modo que outros postulados do sistema universal de proteção aos direitos humanos, *maxime* o próprio conceito de dignidade da pessoa humana, a ideia de vulnerabilidade permanece imprecisa e indefinida em seus limites[592].

Pressupondo, então, que as diferenças demandam soluções jurídicas que os mecanismos tradicionais de abordagem das vulnerabilidades não podem oferecer, ante a complexidade crescente das demandas subjetivas e sociais do mundo atual, o dilema dos direitos humanos continua a ser a justificação de um tratamento normativo diferenciado, voltado para a proteção dos direitos de uma pessoa ou grupo de pessoas com características singulares.

É sabido que as demandas singulares de pessoas refugiadas com deficiência não foram diretamente abordadas na CDPD. Aliás, o termo «refugiados» sequer é mencionado no texto desta Convenção.

Todavia o artigo 11º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) afirma que os Estados «[...] tomam, em conformidade com as suas obrigações nos termos do direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos, todas as medidas necessárias para assegurar a proteção e segurança das pessoas com deficiência em situações de risco, incluindo as de conflito armado, emergências humanitárias e a ocorrência de desastres naturais»[593].

Em que pese a aparente generalização do citado artigo da CDPD, bem como a despreocupação com aspetos conceituais, é induvidoso que nele se propõe que as soluções dos Estados para as situações mais complexas que envolvem PCDs em crises humanitárias deve contemplar o entrecruzamento de regimes jurídicos internacionais de direitos humanos.

Neste ponto, a interseccionalidade parece ser a melhor técnica de articulação, ou melhor, de compreensão do fenômeno da sobreposição de vulnerabilidades em indivíduos ou grupos de indivíduos

---

[591] Cf. Maria Clara SOTTOMAYOR, «Vulnerabilidade e discriminação», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review* ano LXII, Tomo I, nº 1, Lisboa, 2021, p. 708.

[592] Ver *supra*, capítulo I, nº 4, p. 31.

[593] A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi o primeiro tratado internacional de direitos humanos a integrar o ordenamento jurídico brasileiro com a estatura de Emenda Constitucional (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*, Brasília-DF, 2009, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm [10.11.2022].

mais fragilizados e das demandas específicas que possam justificar a elaboração de quadros normativos de proteção especial.

Com efeito, a interseccionalidade não foi originariamente construída como uma construção teórica do Direito. Porém, a interseccionalidade no âmbito dos dos direitos civis deve muito a Kimberlé Williams Crenshaw. Sua atividade como advogada, jurista e ativista de direitos civis e antirracismo nos Estados Unidos da América, disseminou a linguagem social da interseccionalidade no debate jurídico sobre os direitos humanos, critérios identitários, minorias, etc.

Como a própria autora esclareceu, o termo «interseccionalidade» tem suas raízes nas ideias feministas e antirracistas norte-americanas dos fins do século XIX. Em linhas gerais, Crenshaw define interseccionalidade como a sobreposição de dois ou mais tipos de vetores discriminatórios que se cruzam e se somam em cada indivíduo[594].

Antes restrito ao ambiente acadêmico e do ativismo de direitos civis, o tema ganhou espaço na comunicação social e popularidade em *leading cases* sobre alegadas violações de direitos civis de mulheres negras. A Comissão do Senado Americano presidida pelo senador Joe Biden aceitou investigar o caso *Anita Hill vs. Clarence Thomas* (1991), no qual a autora Kimberlé W. Crenshaw atuou como advogada de Anita Hill.

A acusação era dirigida a Clarence Thomas, homem negro, juiz de direito de linha conservadora, candidato a nomeação ao cargo de juiz da Suprema Corte Americana. Entretanto, a procuradora Anita Hill o acusou de manter com ela conversas inadequadas de caráter sexual durante os dois anos de convivência profissional[595].

---

[594] «Após os estudos feministas negros ganharem reconhecimento acadêmico na década de 80 do século XX – e mais uma vez é importante enfatizar o trabalho de autoras como June Jordan, Audre Lorde, Angela Davis e Bell Books nesse sentido – nos anos de 1990, Kimberlé Crenshaw, advogada e professora universitária na área de Estudos Raciais, publicou o texto "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color" (1991), no qual defende a ideia de que as experiências das mulheres negras não podem ser consideradas de forma isolada nas categorias de raça e gênero, mas sim de modo interseccional. Collins, no livro Black Feminism Thought (2000), também trata dessa questão no capítulo "Towards a Politics of Empowerment". Em seu ponto de vista, a interseccionalidade é uma "[...] análise que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade formam-se mutuamente, construindo características de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são moldados por mulheres negras» (Cf. Luciana de Mesquita SILVA, *Revista Ártemis*, *Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades*, Universidade Federal da Paraíba-UFPB, vol. XXVII nº 1, João Pessoa, 2019, pp. 191-192, disponível em https://www.academia.edu/39964775/Feminismo_negro_estadunidense_e_sua_in_visibilidade_no_cenário_brasileiro_questões_de_tradução?from=cover_page (99+) Feminismo negro estadunidense e sua (in)visibilidade no cenário brasileiro: questões de tradução | Luciana de Mesquita Silva - Academia.edu [21.9.2022].

[595] «Assim, a partir de processos judiciais de repercussão social e política, verificando a inaplicabilidade do feminismo negro em leis antidiscriminação dos Estados Unidos, Crenshaw sistematizou a interseccionalidade como a combinação (sobreposição) de dois (ou mais) tipos diferentes de discriminação, sugerindo que nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas, mas com grupos sobrepostos. Dessa maneira, para a interseccionalidade as discriminações múltiplas (incluindo questões geracionais, *das pessoas com deficiências*, de intolerância religiosa, entre outras) sobrepõem-se, cruzam-se, somam-se em cada indivíduo» (Ísis Dantas Menezes Zornoff TÁBOAS, «Apontamentos materialistas à interseccionalidade», *in Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 29, nº 1, 2021, p. 5 (itálico nosso), disponível em

Desde então, a interseccionalidade adentrou o domínio da técnica de criação de leis antidiscriminatórias, visando à proteção dos direitos de mulheres negras americanas, extensivas a outros segmentos sociais tidos como vulneráveis.

Sua proposta básica, como apontam Stelzer e Kyrillos, consiste em promover «[a] superação de desigualdades partindo do reconhecimento da interseccionalidade das opressões»[596].

David Del Carpio refere que a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) admite a interseccionalidade «de forma teórica, a partir de discussões sobre violações de direitos humanos, e de forma prática, a partir de sua identificação em casos concretos»[597]. Assim, tendo em vista o caráter multifacetado do fenômeno da discriminação, as situações que envolvem múltiplas vulnerabilidades têm sido abordadas pela Corte Interarmericana com recurso ao método da interseccionalidade[598].

7. Os tratados internacionais de direitos humanos e o sistema de justiça brasileiro

O Poder Judiciário brasileiro tradicionalmente evitava incursões mais profundas no campo das relações externas do Estado[599], que compete à Presidência da República e ao Congresso Nacional. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados aprovam as normas fundantes das políticas relativas aos

---

www.scielo.br/j/ref/a/5v8j75N8f4J59SkxKwy4Qpf/?format=pdf&lang=ptSciELO - Brasil - Apontamentos materialistas à interseccionalidade Apontamentos materialistas à interseccionalidade [21.9.2022].

[596] «[D]e acordo com Crenshaw (1989, p. 140), para resolver o problema da *invisibilidade* da mulher negra quanto aos processos de exclusão e marginalização não basta incluí-las em uma já estabelecida estrutura de análise. Isso ocorre porque a experiência interseccional é maior do que o racismo e o sexismo, consequentemente, uma análise que não tome em consideração a interseccionalidade não será suficientemente capaz de lidar com a situação particular de subordinação que é imposta às mulheres negras» (Cf. Joana STELZER e Gabriela M. KYRILLOS, "Inclusão da interseccionalidade no âmbito dos Direitos Humanos"*, in Revista Direito e Práxis*, vol. 12, nº 1, 2021, Rio de Janeiro, p. 246 (interpolação e itálico nossos), disponível em https://www.scielo.br/j/rdp/a/ccVJTdKcSWtVxdpmVPjkwZx/?format=pdf&lang=pt [12.9.2022].

[597] Ver David Fernando Santiago Villena DEL CARPIO, *et al.*, "Discriminação interseccional na Corte Interamericana dos Direitos Humanos: uma análise de suas sentenças*", in Cadernos Eletrônicos: Direito Internacional sem Fronteiras*, vol. 3, nº 2, Curitiba, 2021, p. 9, disponível em https://www.cadernoseletronicosdisf.com.br/cedisf/article/view/141 Discriminação Interseccional na Corte Interamericana de Direitos Humanos | Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras (cadernoseletronicosdisf.com.br) [12.9.2022].

[598] «A superação do modelo pautado em um eixo único de discriminação se percebe bem estruturado na Corte Interamericana de Direitos Humanos com o fortalecimento da interseccionalidade como mecanismo de análise e compreensão das violações de direitos humanos. Com uma delimitação conceitual pautada em jurisprudência, a discriminação interseccional é entendida pela Corte IDH como uma forma única de discriminação, resultante da confluência de uma multiplicidade de fatores atuando sobre uma mesma pessoa ou grupo de pessoas. A discriminação interseccional se traduz em uma experiência discriminatória qualitativamente diferente, na qual, caso não existissem todos os eixos que concomitantemente a compõem, a experiência discriminatória seria de natureza diversa» (*Idem* pp. 16-17).

[599] Cf. Breno Baía MAGALHÃES e Gabriella Thaís Sousa CORREA, "A judicialização do refúgio no STJ: deferência ao Executivo e incoerência interpretativa", *in Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná-UFPR*, Curitiba, vol. 64, nº 1, 2019, p. 162, disponível em https://www.academia.edu/38991887/A_judicialização_do_refúgio_no_STJ_deferência_ao_Executivo_e_incoerência_interpretativa (99+) A judicialização do refúgio no STJ: deferência ao Executivo e incoerência interpretativa | Breno B Magalhães - Academia.edu [26.9.2022].

nacionais estrangeiros e o Poder Executivo as executa por meio das estruturas ministeriais e órgãos de controle dos fluxos de nacionais estrangeiros em território nacional.

Entrementes, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu a Recomendação de nº 123, de 07 de janeiro de 2022, cujo tema é a aplicação por todas as instâncias da justiça brasileira dos tratados e convenções internacionais, bem como a jurisprudência da Corte Interamericana, como fonte primária das decisões de todas as instâncias da justiça brasileira, com a finalidade de fazer com que as reparações materiais e imateriais sejam concretizadas[600].

Embora redigida em linguagem diversa dos instrumentos tipicamente normativos, conforme ensina Vítor Fonseca, a Recomendação possui verdadeiro «carácter prescritivo de norma de *soft law*».

Para além da legalidade e da constitucionalidade, os juízes brasileiros agora deverm exercer o controle de convencionalidade de todos os atos da Administração Pública, utilizando diretamente a jurisprudência conflitual e as Opiniões Consultivas, não só como elemento complementar ou de reforço decisório, mas como ponto de partida da fundamentação[601].

O Conselho Nacional de Justiça de facto detém atribuições para a fiscalização do comportamento administrativo de todos os órgãos da magistratura brasileira, funções que se materializam por meio de «[...] Resoluções, Instruções, Enunciados Administrativos e, ainda Recomendações»[602].

Mas ainda é cedo para avaliar a repercussão deste ato que afeta o conteúdo decisório e a autonomia dos órgãos judiciário. Certo é que a magistratura aplica corriqueiramente a jurisprudência interamericana nas causas de interesse da União, no entanto, têm-na aplicado como fonte suplementar da legislação e à jurisprudência brasileiras.

Importa referir que a Recomendação outorga a todos os órgãos judiciários o dever de extrair o «melhor dos ordenamentos buscando o caminho para o equilíbrio normativo impactado pela internacionalização»[603].

---

[600] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Recomendação nº 123, de 07 de janeiro de 2022, Recomenda aos Órgãos do Poder Judiciário Brasileiro a Observância dos Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos e O Uso da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos*, Conselho Nacional de Justiça-CNJ, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www atos.cnj.jus.br/files/original151935202201116 1dda007f35ef.pdf original151935202201116 1dda007f35ef.pdf (cnj.jus.br) [26.9.2022].

[601] Ver Vítor FONSECA, «A Recomendação CNJ 123/2022 e a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos», *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, nº 52, Porto Alegre, 2023, pp. 233-234, disponível em https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/124701 [11.10.2023].

[602] O Regimento Interno do CNJ, no artigo 102, § 5°, dispõe expressamente que as Resoluções e Enunciados Administrativos emitidos pelo órgão têm força vinculante (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça-CNJ*, artigo 102, §5°, Brasília-DF, 2021, p. 47, disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/01/Regimento-Interno-CNJ_2021-29-01_WEB.pdf Regimento-Interno-CNJ_2021-29-01_WEB.pdf) [30.10.2022].

[603] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Recomendação nº 123, de 07 de janeiro de 2022, Recomenda aos Órgãos do Poder Judiciário Brasileiro a Observância dos Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos e O Uso da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos*

Para além da Constituição federal e das Constituições estaduais, das leis e dos julgados nacionais, as normas internacionais de direitos humanos e a jurisprudência das cortes de direitos humanos devem norter as decisões dos juízes de todas as instâncias judiciárias brasileiras[604].

No entendimento de Vasco Pereira da Silva, a integração normativa que se opera no âmbito da União Europeia, pressagia um tempo, que rapidamente se avizinha, em que as soluções jurídicas dos problemas mais intrincados, nomeadamente no campo de atuação do Direito Constitucional e do Direito Administrativo, privilegiará as fontes internacionais em detrimento das fontes de direito interno.

Para este autor, em breve o primeiro recurso a ser consultado serão as fontes normativas internacionais e os princípios essenciais da ordem internacional (*jus cogens*), sem deixar de considerar «além destes fenómenos internacionais [...] novos fenómenos jurídicos de natureza global, no domínio do Direito Constitucional e do Direito Administrativo»[605].

De acordo com o artigo 109, inciso V-A e § 5º, da Constituição Federal, compete aos juízes federais[606] o processo e julgamento das lides de interesse da União, dentre essas as causas relativas a direitos humanos e ao cumprimento de tratados internacionais.

Logo, a Recomendação do CNJ condiciona os juízes do Brasil a aplicar diretamente os tratados internacionais de direitos humanos, mesmo sem que tenham atribuições para julgar causas de interesse da União.

Em tese, os juízes e os tribunais que não possuem competência originária para o julgamento de lides relacionadas ao cumprimento de tratados internacionais de direitos humanos deverão fundamentar suas sentenças e acórdãos internacionais, na hipótese de as partes arguirem violações diretas aos direitos humanos ou causas relativas à interpretação do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Ora, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, no artigo 4º, diz que em caso de omissão da lei, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito[607].

Humanos, Conselho Nacional de Justiça, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www atos.cnj.jus.br/files/original1519352022011161dda007f35ef.pdf original1519352022011161dda007f35ef.pdf (cnj.jus.br) [26.9.2022].

[604] *Ibidem*, *Constituição da República Federativa do Brasil*, artigo 109, inciso V, § 5º, Brasília-DF, 1988, disponível em artigo 109, inciso V, §5º, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm [30.10.2022].

[605] Cf. Vasco Pereira da SILVA, *Direito Constitucional e Administrativo Sem Fronteiras*, Coimbra, Edições Almedina, 2019, p. 23 (interpolação nossa).

[606] A Justiça Federal brasileira compõe-se dos juízes e tribunais federais, juízes federais e tribunais do trabalho, e juízes e tribunais militares da União (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, artigos 109 a 122, Brasília-DF, 1988, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htmConstituição (planalto.gov.br) [22.11.2022].

Por seu turno, o Código de Processo Civil brasileiro determina que a jurisdição civil, de um modo geral, será regida pelas normas processuais brasileiras, mas levará em consideração (destaque nosso) as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte (destaque nosso)[608].

Uma questão importa deve ser colocada neste ponto. Se a citada Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dá lugar ao regulamento de um órgão da Administração da Justiça, então parece-nos razoável que no mínimo, o rol de fontes decisórias inclua a jurisprudência internacional sobre os direitos humanos, em compasso interpretativo com a Constituição Federal de 1988, depois as regras previstas nos ordenamentos subnacionais, dos estados federais e municípios.

Verdade é que a Recomendação nº 123 do CNJ alinha-se ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável ODS-2030 nº 16[609], incidente sobre o modo como os órgãos judiciários brasileiros devem atuar, nomeadamente no domínio dos direitos humanos.

Contudo, o documento que enumera os ODS da Agenda 2030 da ONU não são documentos jurídicos de caráter vinculante, mas sim, documentos de cariz político internacional.

A *contrario sensu*, poder-se-ia argumentar a nulidade de julgados que atribuam a primazia de instrumentos internacionais não-vinculativos, em face de leis aprovadas pelo Congresso Nacional brasileiro.

Não podemos esquecer que os tratados internacionais podem ser posicionados em duas categorias diferentes no direito interno brasileiro: i) os tratados incorporados antes da EC nº 45/2004, com estatura supralegal; ii) os tratados assinados depois da EC nº 45/2004, equivalentes às Emendas Constitucionais[610].

Como já dantes mencionamos, Valério Mazzuolli examinou a compatibilidade entre as leis internas e os tratados e concluiu que em qualquer caso as leis internas estarão sujeitas aos controles concentrado e difuso de convencionalidade e de legalidade,

---

[607] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942*, Rio de Janeiro, 1942, com a redação dada pela Lei nº 12.376, de 2010, disponível em https:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm Del4657 (planalto.gov.br) [20.11.2022]

[608] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Código de Processo Civil Brasileiro, artigo 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março*, Brasília-DF, 2015, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm L13105 (planalto.gov.br) [20.11.2022].

[609] Um dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável nº 16 «Paz, Justiça e Instituições Eficazes», propicia um investimento de recursos da Agenda 2030 da ordem de 25,6 milhões de dólares, institucionalizados por meio do Conselho Nacional de Justiça-CNJ (Cf. NAÇÕES UNIDAS-BRASIL, «Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, Brasília-DF, 2022, disponível em https://brasil.un.org/pt-br/sdgs Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil [30.10.2022].

[610] Ver *supra*, p. 87.

Vale dizer, as leis internas devem ser compatíveis com a Constituição, com as outras leis e com os tratados internacionais, sejam eles de direitos humanos, sejam os tratados comuns[611].

Tal entendimento coaduna-se com o que temos dito a respeito da multicitada Recomendação do CNJ. Na hipótese de uma interpretação demasiado extensiva, os juízes brasileiros deverão decidir sempre em favor das normas internacionais e compromissos *soft law* firmados pelo Brasil, mesmo se o conflito envolver a interpretação da Constituição.

Por outro prisma, cremos que os procedimentos judiciários deverão adaptar-se às novas situações que hão de surgir. A própria maneira de julgar, antes focalizada na relação entre a Constituição e as leis domésticas, deverá abranger a jurisprudência internacional como fundamento cardeal das sentenças e acórdãos.

[611] Cf. Valério de Oliveira MAZZUOLLI, «Teoria geral do controle de convencionalidade no direito brasileiro», *Revista Direito e Justiça*, *Reflexões Sociojurídicas*, n° 12, 2009, p. 271, disponível em https://core.ac.uk/download/pdf/322641459.pdf Microsoft Word - Revista Direito e Justiça n°12 (core.ac.uk) [26.4.2023].

CAPÍTULO III. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS REFUGIADAS COM DEFICIÊNCIA

1. As políticas centralizadas de âmbito federal

A nova Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988 carreou a necessidade de adequação de imenso quadro de leis infraconstitucionais. Por serem materialmente incompatíveis com o novo texto constitucional, diversos diplomas não foram recepcionados.

Outros, porém, continuaram em vigor, a despeito de sua incompatibilidade formal e material. Nesta última categoria enquadram-se as políticas imigratórias fundadas sobre o binômio «soberania e segurança nacional» implementadas no período de governos militares no Brasil.

Na vigência da antiga lei imigratória nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, nomeada o Estatuto do Estrangeiro, a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil era determinada pelo tipo de documento de permanência concedido pela autoridade consular.

Para o estrangeiro que desejasse entrar no Brasil eram concedidos, alternativamente, os vistos, o passaporte para estrangeiro, o *laissez-passer* ou o registro provisório com a cédula identidade, para que o estrangeiro pudesse se locomover livremente pelo território nacional e exercer atividade laboral remunerada, por dois anos[612].

Decorridos quase trinta anos após o início de vigência da nova Constituição, a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 revoga o regime de imigração da Lei nº 6.815/1980 e inaugura uma nova realidade na gestão imigratória brasileira, regida pelos princípios de prevalência dos direitos humanos e de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Nenhuma Constituição brasileira antecedente à Constituição de 1988 mencionava os direitos e garantias fundamentais da pessoa humana. Mas a inclusão dos direitos humanos no texto constitucional só veio a acontecer na época da redemocratização do país, quando o tema dos direitos humanos alcançou visibilidade e relevância política interna[613]: «[é] a nova Constituição, para Flávia

[612] Esta Lei foi alterada unicamente pela Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981, até ser revogada em 2017.

[613] «Entendemos que a aparente omissão das Constituições passadas quanto ao tema justificava-se primeiramente pela menor intensidade das relações internacionais no passado e pela menor complexidade da agenda internacional, como tivemos oportunidade de analisar em pontos anteriores. De fato, eram menos intensos os fluxos de pessoas, bens e serviços, e menores eram o grau de interdependência entre os Estados e a necessidade da cooperação internacional, pelo que restava plausível que não houvesse maior preocupação com a regulamentação jurídica da política externa brasileira. Ao mesmo tempo, a atual agenda internacional começa a definir-se apenas após a II Guerra Mundial, mormente a partir da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), quando entraram em pauta questões que merecerão a atenção do texto constitucional ora em vigor, como os direitos humanos» (Cf. Paulo Henrique Gonçalves PORTELA, 2007, 309f., *Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos: Análise à Luz do Princípio da Prevalência dos Direitos Humanos nas Relações Internacionais do Brasil*, Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará-UFC, Fortaleza, 2007, p. 88, disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12517/1/2007_dis_phgportela.pdf) Microsoft Word - Dissertação - versão final definitiva para impress (ufc.br) [21.11.2022].

Piovesan, verdadeiro "marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no país"»[614].

Tendo em mente as obrigações assumidas no plano global, o Estado brasileiro assumiu diferentes compromissos de integração econômica, política, social e cultural com os demais povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

No século XX o Brasil firmou diversos acordos regionais de cooperação econômica como expressão mais eloquente de sua política externa integrativa. Rubens Ricupero informa que a tendência à formação de blocos regionais de interesses estratégicos e econômicos veio a ser «uma das características definidoras do pós Segunda Guerra Mundial», em certos contextos geográficos regionais[615].

Neste sentido, Mayra Coan Lago demonstra a cronologia do desenvolvimentos destas relações regionalizadas do Brasil na contemporaneidade. Basicamente, tais relações foram avençadas por meio de acordos e compromissos *soft law* sobre a circulação de produtos, trabalhadores migrantes e a recepção de pessoas em deslocamento forçado intrarregional[616].

Em 1991, o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai assinam o Tratado de Assunção, criando o MERCOSUL. Em 1997, é firmado o Acordo Multilateral de Segurança Social sobre os direitos dos trabalhadores imigrantes e seus familiares.

No ano de 1998, promulga-se a Declaração Sociolaboral do Mercosul (revisada em modificada em 2015) sobre os direitos de trabalhadores migrantes e trabalhadores residentes em zonas de fronteira

Criam-se os Subgrupos de Trabalho sobre Trabalho e Previdência Social, em 1996, para abordagem da situação dos trabalhadores intrarregionais e a consequente criação de políticas favoráveis a eles. No ano de 2000, a Venezuela é admitida como membro permanente do MERCOSUL[617], e como membros associados a Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador, o Peru, a Guiana e o Suriname.

---

[614] *Apud* Paulo Henrique Gonçalves PORTELA, *op. cit.*, p. 94.

[615] Cf. Rubens RICUPERO, «Processo de integração na América Latina: convergência e/ou divergência», *in Estudos Avançados*, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol. 10, nº 27, São Paulo, 1996, p. 163, disponível em https://www.scielo.br/j/ea/a/Pjp4744MHBYn9CSYm4LMMfk/?format=pdf&lang=pt Untitled-4 (scielo.br) [21.11.2022].

[616] Cf. Mayra Coan LAGO *Política Migratória Brasileira e Comparada na América do Sul*, 1ª edição, São Paulo, Missão Paz/Fundação Rosa Luxemburgo, 2021, pp. 193-197, disponível em https://missaonspaz.org/politica-migratoria-brasileira-e-comparada-na-america-do-sul/ e-Book-Politica-Migratoria-Brasileira-e-Comparada-na-America-do-Sul-Mayra.pdf (rosalux.org.br) [30.8.2022].

[617] A Venezuela foi suspensa em 2017, segundo os Chanceleres dos países membros permanentes «por romper a ordem democrática» (Cf. MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL), *Decisão Sobre a Suspensão da Venezuela no MERCOSUL*, São Paulo, 2017, da https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercosul/ [2.11.2023].

Assina-se a Carta de Buenos Aires sobre Compromisso Social, colocando o tema migratório no contexto do aprofundamento da dimensão social no processo de integração do MERCOSUL.

É aprovado em 2002 o Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e associados, prevendo regras igualitárias de tratamento dos imigrantes, para concessão de autorização de residência, direitos de cidadania, registros civis, igualdade de condições laborais, reunificação familiar, transferência de remessas, e o direito à nacionalidade dos filhos nascidos nos territórios dos Estados pactuantes, na forma das leis internas .

Em 2003 forma-se um Foro Especializado Migratório para o Mercosul e Estados Associados (FEM), substituindo os Subgrupos de Trabalho, quando se lançam os princípios migratórios de cariz protetivo aos direitos humanos e de regularização de todos os imigrantes do bloco regional.

Além disto, foi oficializado o compromisso dos Estados integrantes do bloco quanto ao cumprimento das regras internacionais e regionais sobre os refugiados e sobre a prevenção contra o tráfico de pessoas.

Contudo, a Declaração de Princípios do Mercosul sobre a Proteção Internacional dos Refugiados será o passo mais importante para a (re)afirmação do princípio non refoulement e de todas as fontes vinculativas e não vinculativas sobre as pessoas forçadamente deslocadas no contexto do bloco regional (2012)[618].

Mayra Coan Lago ressalta que outros acordos migratórios foram firmados: i) a Declaração de Assunção sobre o Tráfico de Pessoas e Tráfico Ilícito de Migrantes (2001); ii) a Declaração de Santiago sobre Princípios Migratórios do Mercosul (2004); iii) Direito ao Asilo Político (2013), «considerando especialmente a situação de crianças e adolescentes migrantes não acompanhados, na fronteira sul dos Estados Unidos (2014), de declarações sobre a crise humanitária e gestão dos fluxos internacionais (2015)»[619].

Em 2018, representantes de governos latino-americanos firmaram a primeira Declaração do Processo de Quito, a qual consigna o reconhecimento da deficiência como uma das situações de mais

[618] «[...] os refugiados não serão devolvidos, deportados ou expulsos ao território onde possam ser submetidos a atos de perseguição ou onde suas vidas, integridade física ou liberdades possam estar em risco em razão de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opinião política, por violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação massiva de direitos humanos, ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública« (Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Declaração de Princípios do Mercosul sobre Proteção Internacional dos Refugiados*, Fortaleza, 2012, disponível em https.//www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Lei_9474-97_e_Coletânea_de_Instrumentos_de_Proteção_Internacional_dos_Refugiados2015.pdf (omissão nossa) [1.11.2023].

[619] Ver Mayra Coan LAGO, *op.cit.*, p. 196.

acentuada vulnerabilidade no contexto dos deslocamentos forçado e/ou migrações voluntárias de nacionais venezuelanos na região da América Latina e Caribe[620]

No contexto da pandemia COVID-19, os presidentes dos Estados-Partes do Mercosul e dos Estados associados assinaram a Declaração dos Presidentes do Mercosul sobre Coordenação Regional para a Contenção e Mitigação do Coronavírus e seu Impacto, sendo que os três primeiros parágrafos referem-se à mobilidade humana (2020)[621].

Por ocasião da LVII Cúpula dos Presidentes do Mercosul, 46 medidas comuns foram adotadas, das quais quatro reportam-se a políticas de gestão cooperativa dos fluxos de imigrantes, envolvendo os países do bloco regional[622].

2. As relações internacionais dos entes federativos descentralizados

A tese de que a política externa e a gestão migratória eram privativas do ente federativo central prevaleceu longo tempo nas discussões sobre a dimensão da autonomia dos demais entes federativos no âmbito da relações exteriores, num Estado organizado de forma descentralizada como o Brasil[623].

Nos dias atuais verifica-se uma clara tendência de atuação concreta dos níveis de governo descentralizados na agenda global das imigrações e do refúgio, visto que a mobilidade internacional em suas múltiplas dimensões se considera hoje como essencialmente um tema de direitos humanos, e não somente um tema pertinente aos interesses estratégicos dos Estados.

---

[620] Registre-se que o número total de deslocados venezuelanos, conforme o sítio oficial do Processo de Quito, chega aos 7.320.225 pelo mundo, e aos 6.136.402 na América Latina e Caribe. Logo no primeiro artigo da Primeira Declaração lê-se: «Destacar los esfuerzos emprendidos por los Gobiernos de la región para acoger adecuadamente a los ciudadanos venezolanos en situación de movilidad humana, especialmente a aquellos en condición de vulnerabilidad, como niñas, niños y adolescentes, adultos mayores, *personas con discapacidad y personas aquejadas por enfermedades graves*, entre otros» (destaque nosso) (Cf. PROCESO DE QUITO, *Declaración de Quito sobre Movilidad Humana de Ciudadanos Venezoelanos en la Región*, Quito, 2018, § 1, disponível em https.//www.procesodequito.org/sites/g/files/tmzbdl466/files/2021-02/Quito%20Declaration.pdf Declaración (procesodequito.org) [13.12.2023].

[621] «1. Facilitar o retorno de cidadãos e residentes dos Estados Partes no MERCOSUL para seus locais de origem ou residência, para o que realizarão um intercâmbio periódico de listas de pessoas que manifestaram vontade de retornar. Os Ministérios das Relações Exteriores e os responsáveis por imigração e transporte realizarão tarefas de coordenação para tornar efetiva essa medida. No caso de Estados que possuem companhias aéreas nacionais em atividade, os respectivos governos administrarão as operações de retorno, de acordo com suas possibilidades. 2. Levar em consideração as especificidades próprias das comunidades residentes nas áreas de fronteira no processo de planejamento e execução de medidas aplicáveis à circulação de bens, serviços e pessoas, a fim de reduzir seu impacto nas referidas comunidades. 3. Notificar os demais Estados Partes das medidas que foram adotadas ou serão adotadas para as fronteiras. Os Ministérios das Relações Exteriores podem estabelecer um sistema de compilação, organização e difusão» (Cf. Maya Coan Lago, op. cit., pp. 197 e 198)

[622] Cf. Mayra Coan LAGO, *op. cit.*, pp. 198-199.

[623] Pertecem à União os principais órgãos de controle migratório: a Polícia Federal, o Conselho Nacional de Imigração e o Comitê Nacional para os Refugiados, vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Não por acaso alguns estados federais criaram seus Comitês e/ou Conselhos de gestão imigratória, tendo em linha de conta objetivos de proteção constantes de instrumentos convencionais e não convencionais de Direito Internacional[624].

Em 2022 foi inaugurado o Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes (FONACCERAM), ocasião em que representantes de vários estados brasileiros estiveram reunidos para debater políticas públicas de interesse de refugiados e outros imigrantes, por forma que estes não só sejam contemplados pelas políticas colocadas à disposição pelos governos brasileiros, mas que eles mesmos participem dos processos de tomada de decisão a respeito das medidas de proteção e promoção de seus direitos.

Na 2ª edição do FONACCERAM que sucedeu em 2023, representantes dos governos federal, estaduais e municipais e de entidades associativas de imigrantes e refugiados, com o apoio do ACNUR e da OIM, discutiram a consolidação dos Comitês e Conselhos já criados e a ampliação do projeto para os demais estados brasileiros, uma vez que o sucesso das polítcas de integração de nacionais estrangeiros depende do engajamento intersetorial e transversal dos poderes públicos que governam as as comunidades locais onde as pessoas de facto vivem[625].

Na prática, o que se está em causa é o desenvolvimento factual de relações internacionais federativas. Gilberto Rodrigues nisto vê uma tendência à ampliação da autonomia legislativa de estados e municípios no âmbito da legislação em matéria imigratória e de refúgio[626].

Em outras palavras, o autor está a sugerir que isto já ocorre na prática de relações diretas entre os entes federativos e organizações internacionais, sem que tenha sido feita qualquer alteração do quadro de competências estabelecidas na CF/88, o que demandaria a aplicação de um rito procedimental específico de Emenda à Constituição, no Congresso Nacional.

Por outro lado, haveria uma dificuldade adicional a superar, consistente no facto de que o sistema de repartição de competências é uma das cláusulas pétreas, logo impassíveis de abolição pelo constituinte derivado, consoante o artigo 60, § 4º, inciso I da Carta Magna[627].

---

[624] *Vide* ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Carta Constitutiva do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes*, 2022, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/03/Carta-Constitutiva-do-Forum-Nacional-de-Conselhos-e-Comites-Estaduais-para-Refugiados-e-Migrantes.pdf [8.7.2022].

[625] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), ACNUR e OIM parabenizam a nova coordenação do FONACCERAM durante a realização da II plenária nacional, Brasília-DF, 2023, disponível em https.// www.acnur.org/portugues/2023/09/05/acnur-e-oim-parabenizam-a-nova-coordenacARA ao-do-fonacceram-durante-a-realizacao-da-ii-plenaria-nacional/ACNUR e OIM parabenizam a nova coordenação do FONACCERAM durante a realização da II plenária nacional – UNHCR ACNUR Brasil [18.01.2024].

[626] Cf. Gilberto Marcos Antônio RODRIGUES, «Relações internacionais federativas no Brasil», *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 4, 2008, p. 1016, disponível em https:// www.scielo.br/j/dados/a/GGSnVhSxKN66S6T6M4KVmVS/?format=pdf&lang=ptRevista Dados 51 nº 4.vp (scielo.br) [11.09.2022].

No entanto, como enfatiza Paulo Gustavo Gonet Branco, tais competências podem ser modificadas pelo constituinte derivado, desde que sejam preservadas as regras absolutas que impedem a interferência indevida do poder central na autonomia dos demais entes federativos, ou que tenha por objetivo prejudicar o seu funcionamento[628].

Em certo sentido, as relações entre unidades subfederativas e entes internacionais já são praticados em certos países europeus e na América do Norte, como também em alguns países da América Latina, a exemplo da Argentina[629].

No Brasil, o redimensionamento da autonomia dos estados e municípios teve sua gênese na década de 1980, por iniciativa dos governos estaduais do Rio de Janeiro, em 1983, e do Rio Grande do Sul em 1987.

Naquela altura, inicia-se um movimento de ativismo internacional no âmbito dos estados federais, ao qual a doutrina brasileira nomeia «paradiplomacia». De modo simples e direto, trata-se do desenvolvimento de relações externas de entes federativos, baseada na ideia de superação da política externa centralizada no governo federal[630].

A palavra «paradiplomacia» foi criada pela junção do prefixo grego «para», que quer dizer «lateral» , «paralelo», «assistente», «próximo», «subsidiário», com a palavra diplomacia, que designa um dos processos de diálogo e negociação entre os Estados na seara da política externa, objetivando os interesses nacionais.

Caio Junqueira assinala que «a paradiplomacia consiste em uma política subnacional de vertente pública, tendo como representante o "paradiplomata", ou seja, um gestor ou encarregado político responsável pelas relações externas de um ator subnacional»[631] (aspas suspensas no original).

---

[627] «Art. 60. [...] § 4°. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado [...] (omissão nossa).

[628] Cf. Paulo Gustavo Gonet BRANCO, «Cláusulas pétreas», Enciclopédia Jurídica da PCUSP, Tomo Direito Administrativo e Constitucional, 1ª Edição, São Paulo, 2017, s/p., disponível em https:// enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/21/edicao-1/clausulas-petreas Cláusulas pétreas (pucsp.br) [18.01.2024]

[629] Ver Gilberto Marcos Antônio RODRIGUES, «Relações internacionais federativas do Brasil», *op. cit.*, p. 1020.

[630] *Vide* Felipe TEIXEIRA, «A paradiplomacia brasileira perante a política internacional nos dias atuais: aspectos contemporâneos das relações federativas e internacionais do país», *NEBRICS-Núcleo de Estudos do BRICS*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020, s/p., disponível em https://www.ufrgs.br/nebrics/a-paradiplomacia-brasileira-perante-a-politica-externa-nacional-nos-dias-atuais-aspectos-contemporaneos-das-relacoes-federativas-e-internacionais-do-pais/ A paradiplomacia brasileira perante a política externa nacional nos dias atuais: aspectos contemporâneos das relações federativas e internacionais do país – NEBRICS (ufrgs.br) [13.10.2022].

[631] Ver Caio Gabriel Borges JUNQUEIRA, «Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais do Brasil», Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n° 83, São Paulo, 2017, p. 43, disponível em https.//bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/429/408 Vista do Paradiplomacia (emnuvens.com.br) (aspas suspensas no original) [10.11.2023].

Claro está que a questão assume contornos mais relevantes Estados que se organizam em divisões admistrativas, como no caso brasileiro, que se subdivide em 27 estados e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, e 5.568 municípios, mais o Distrito Federal[632].

Na história do constitucionalismo brasileiro, o ente federativo central que concentra a maior parcela de atribuições é a União, que no âmbito das relações exteriores atua por meio da diplomacia presidencial e do Ministério das Relações Exteriores.

Todavia, Cezilene Morais assinala que «mesmo diante dessa centralização constitucional das relações exteriores, a atuação internacional das unidades subnacionais é evidente»[633].

É esta a tendência que se percebe a partir do entendimento de que os direitos humanos de pessoas em situação de refúgio (e outros migrantes) são concretamente acedidos por meio da estrutura de atendimento disponível nos estados e municípios de acolhimento.

Neste sentido, iniciativas como a do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (FONACCERAM) demonstram o objetivo claro de promover a integração local de nacionais estrangeiros, por intermédio de diálogos diretos com organizações internacionais, e com o apoio de órgãos de gestão de direitos humanos e de refúgio vinculados ao governo federal[634].

Importa-nos, pois, ponderar a respeito da constitucionalidade de leis estaduais e municipais que tratem de matéria privativa da União, mesmo que o objetivo seja o cumprimento mais amplo e eficiente de um conjunto de regras internacionais de proteção aos nacionais estrangeiros.

---

[632] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «IBGE atualiza lista de municípios, distritos e subdistritos municipais do país, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística», Brasília-DF, 2023, disponível em agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23698-ibge-atualiza-lista-de-municipios-distritos-e-subdistritos-municipais-do-pais IBGE atualiza lista de municípios, distritos e subdistritos municipais do país | Agência de Notícias [13.12.2023].

[633] Cf. Maria Cezilene Araújo de MORAIS, *Paradiplomacia no Brasil: Uma Abordagem sobre a Inserção Internacional de Municípios Paraibanos a partir do Programa Plano Diretor*, 2011, 126f., Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, João Pessoa, 2011, disponível em www.pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/download/Maria-Cezilene.pdf Maria-Cezilene.pdf (uepb.edu.br) [11.9.2022].

[634] Este Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes reuniu-se a segunda vez em agosto de 2023 para discutir o aperfeiçoamento de políticas regionais, em parceria com o Observatório das Migrações da Universidade de Brasília-DF, o ACNUR e a OIM: «Ao longo dos dois dias, diversas iniciativas inclusivas e afirmativas de políticas voltadas para a população refugiada e migrante foram apresentadas por representantes dos 10 estados que integram o Fórum: Acre, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Representantes do Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Pará e Paraíba também acompanharam o evento. Em comum decisão, os estados do Acre, Goiás e Paraná foram os eleitos para assumirem a nova coordenação do FONACCERAM pelos próximos 12 meses. Como destaque, os temas a serem aprofundados na próxima gestão condizem com revisão do regimento interno, ingresso de novos membros e apoio à constituição de novos órgãos colegiados estaduais» (Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR),

Começamos com o texto da CF/88 que afirma ser competência privativa da União legislar sobre a condição jurídica dos estrangeiros em território nacional[635]. Ainda segundo a CF/88, todos os entes federativos possuem competência para legislar a respeito dos cuidados à saúde e assistência pública, proteção e garantia das pessoas com deficiência[636].

Por sua vez, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm a competência para legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde[637]. Entretanto, em função do aumento exponencial dos casos graves e de óbitos por conta da pandemia COVID-19, a questão dos limites da autonomia legislativa dos entes federativos entrou em pauta nos principais debates públicos do Brasil.

O Sistema Único de Saúde (SUS) gerenciado pelo governo federal em parceria com os estados e os municípios achou-se em sérios apuros por falta de insumos médicos, nomeadamente a carência de aparelhos de ventilação pulmonar para pacientes em situação crítica.

Como noticiado amplamente na imprensa e nas redes sociais[638], o governo estadual do Maranhão comprou respiradores e máscaras cirúrgicas diretamente da China, e fê-los entrar no território brasileiro sem a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o órgão federal que controla a as atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização na área de vigilância sanitária e de produtos de interesse para a saúde, em todo o país.

De acordo com a CF/88, a União detêm a competência privativa para legislar sobre comércio exterior e interestadual (artigo 22, inciso VIII). Por outro lado, a aquisição de insumos e produtos importados que possam trazer riscos à população em caso de inadequação ou de uso incorreto sujeita-se, obrigatoriamente, ao controle sanitário federal, cujo propósito legalmente estabelecido é a segurança da população.

Para este fim, cabe ao governo federal definir as diretrizes que todas os demais entes federativos devem seguir, relativamente à importação dos referidos insumos (artigos 1º e 2º, incisos I a VIII, e §§ 1º ao 3º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999)[639].

---

[635] «Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição de 1988,* Brasília-DF, 1988).

[636] «Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: II- cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência» (*Idem*)

[637] «Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; [...] XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência» (*Ibidem*)

[638] Cf. Internacionalização Descentralizada em Foco, «O Governo do Maranhão e a compra de equipamentos estrangeiros para o combate ao COVID-19», *Internacionalização Descentralizada em Foco*, João Pessoa, 2020, disponível em https://idefufpb.com/2020/05/20/o-governo-do-maranhao-e-a-compra-de-equipamentos-estrangeiros-para-o-combate-ao-covid-19/O Governo do Maranhão e a compra de equipamentos estrangeiros para o combate ao COVID-19 | IDeF (idefufpb.com) [30.10.2022].

[639] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, Cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e Dá Outras Providências*, Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, Ministério da Saúde, Brasília-DF, 2022,

Frise-se que o texto legal não concede margem expressa ou presumida para qualquer exceção à regra geral, ou mesmo para que os atos de competência federal venham a ser exercidos pelos estados e municípios, quanto à regulação da entrada em solo brasileiro de «medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias» (art. 7º, § 1º, e 8º, § 1º, inc. I, da Lei nº 9.782/1999).

Não obstante, na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 672, o Supremo Tribunal Federal firmou a tese de que as unidades subnacionais poderiam adotar medidas emergenciais de proteção da saúde pública desvinculadas das diretrizes gerais estabelecidas pelo governo federal.

Verdadeiramente, esta decisão modulou os parâmetros constitucionais relativamente às competências das unidades federativas em emergências de saúde com abrangência global, pois se trata de uma decisão do Tribunal Pleno e com repercussão geral[640], portanto, de observância mandatória para todos os órgãos administrativos e judiciários do Brasil[641].

O Supremo Tribunal Federal não viu qualquer inconstitucionalidade nos atos normativos de alguns entes descentralizados haviam publicado, em caráter supletivo às leis federais ou mesmo em sentido diverso das diretrizes da União, tudo justificado pelas graves circunstâncias de saúde pública mundial[642].

---

disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htmL9782 (planalto.gov.br) [13.10.2022]. Esta Lei é regulamentada pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, disponível no mesmo sítio.

[640] «Instituto processual pelo qual se reserva ao STF o julgamento de temas trazidos em recursos extraordinários que apresentem questões relevantes sob o aspecto econômico, político, social ou jurídico e que ultrapassem os interesses subjetivos da causa. Foi incluído no ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional n. 45/2004 e regulamentado pelos arts. 322 a 329 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e pelos arts. 1.035 a 1.041 do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015)» (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, «Entenda – repercussão geral», Secretaria de Gestão Estratégica, Brasília-DF, 2023, disponível em https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=entendarg [11.11.2023].

[641] «O estímulo ao protagonismo advindo da conjuntura de pressão sentida e produzida, por ação e omissão, por uns e outros atores e arenas políticas da federação, coloca ao STF a necessidade de tomada de decisões que extrapolam o âmbito jurídico exclusivamente técnico em direção a uma tentativa de balanceamento e calibragem do equilíbrio federativo. Isso significaria uma inversão da tendência centralista na jurisprudência brasileira marcada por favorecimento do governo central nos litígios e disputas, apontada por autores. Por outro lado, a situação de pandemia abre a possibilidade de questionar até que ponto a atuação do STF traz um reforço de competências dos entes subnacionais e, portanto, do federalismo no Brasil?» (*Vide* Fernando Manuel Bessa FERNANDES e Assis Luiz Mafort OUVERNEY, «Decisões do Supremo Tribunal Federal no início da pandemia de Covid-19: impactos no federalismo brasileiro?», *Saúde em Debate*, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde-CEBES, vol. 46, nº especial 1, Rio de Janeiro, 2022, p. 59, disponível em https://www.scielo.br/j/sdeb/a/PF9vHkC6tXBpJB8KTSQVnHF/?format=pdf&lang=pt [15.9.2022].

[642] Transcrevemos a parte final da decisão monocrática do relator Ministro Alexandre de Moraes, por sua pertinência ao que ora argumentamos, bem como pelos desdobramentos que teve no contexto do auge da crise pandémica: «Não compete ao Poder Judiciário substituir o juízo de conveniência e oportunidade realizado pelo Presidente da República no exercício de suas competências constitucionais, porém é seu dever constitucional exercer o juízo de verificação da exatidão do exercício dessa discricionariedade executiva perante a constitucionalidade das medidas tomadas, verificando a realidade dos fatos e também a coerência lógica da decisão com as situações concretas. Se ausente a coerência, as medidas estarão viciadas por infringência ao ordenamento jurídico constitucional e, mais especificamente, ao princípio da proibição da arbitrariedade dos poderes públicos que impede o extravasamento dos limites razoáveis da discricionariedade, evitando que se converta em causa de decisões desprovidas de justificação fática e,

Damares Coelho assevera que o aparato da repercussão geral nos julgados do STF foi concebido com duplo objetivo: garantir uma pauta menor de questões incidentais e a eliminação de inúmeros processos levados inutilmente para julgamento pelo Tribunal[643].

Em princípio, a repercussão geral deveria produzir resultados meramente instrumentais. A autora ainda afirma que o precedente da repercussão geral tem hoje «[a] singular posição de

---

consequentemente, arbitrárias. Por outro lado, em respeito ao Federalismo e suas regras constitucionais de distribuição de competência consagradas constitucionalmente, assiste razão à requerente no tocante ao pedido de concessão de medida liminar, "para que seja determinado o respeito às determinação dos governadores e prefeitos quanto ao funcionamento das atividades econômicas e as regras de aglomeração". A adoção constitucional do Estado Federal gravita em torno do princípio da autonomia das entidades federativas, que pressupõe repartição de competências legislativas, administrativas e tributárias. Em relação à saúde e assistência pública, inclusive no tocante à organização do abastecimento alimentar, a Constituição Federal consagra, nos termos dos incisos II e IX, do artigo 23, a existência de competência administrativa comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Igualmente, nos termos do artigo 24, XII, o texto constitucional prevê competência concorrente entre União e Estados/Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde; permitindo, ainda, aos Municípios, nos termos do artigo 30, inciso II, a possibilidade de suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, desde que haja interesse local; devendo, ainda, ser considerada a descentralização político-administrativa do Sistema de Saúde (art. 198, CF, e art. 7° da Lei 8.080/1990), com a consequente descentralização da execução de serviços e distribuição dos encargos financeiros entre os entes federativos, inclusive no que diz respeito às atividades de vigilância sanitária e epidemiológica (art. 6°, I, da Lei 8.080/1990). As regras de repartição de competências administrativas e legislativas deverão ser respeitadas na interpretação e aplicação da Lei 13.979/20, do Decreto Legislativo 6/20 e dos Decretos presidenciais 10.282 e 10.292, ambos de 2020, observando-se, de "maneira explícita", como bem ressaltado pelo eminente Ministro MARCO AURÉLIO, ao conceder medida acauteladora na ADI 6341, "no campo pedagógico e na dicção do Supremo, a competência concorrente". Dessa maneira, não compete ao Poder Executivo federal afastar, unilateralmente, as decisões dos governos estaduais, distrital e municipais que, no exercício de suas competências constitucionais, adotaram ou venham a adotar, no âmbito de seus respectivos territórios, importantes medidas restritivas como a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outros mecanismos reconhecidamente eficazes para a redução do número de infectados e de óbitos, como demonstram a recomendação da OMS (Organização Mundial de Saúde) e vários estudos técnicos científicos, como por exemplo, os estudos realizados pelo Imperial College of London, a partir de modelos matemáticos (The Global Impact of COVID-19 and Strategies for Mitigation and Suppression, vários autores; Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID19 mortality and healthcare demand, vários autores). Presentes, portanto, a plausibilidade inequívoca de eventual conflito federativo e os evidentes riscos sociais e à saúde pública com perigo de lesão irreparável, CONCEDO PARCIALMENTE A MEDIDA CAUTELAR na arguição de descumprimento de preceito fundamental, ad referendum do Plenário desta SUPREMA CORTE, com base no art. 21, V, do RISTF, para DETERMINAR a efetiva observância dos artigos 23, II e IX; 24, XII; 30, II e 198, todos da Constituição Federal na aplicação da Lei 13.979/20 e dispositivos conexos, RECONHECENDO E ASSEGURANDO O EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE DOS GOVERNOS ESTADUAIS E DISTRITAL E SUPLEMENTAR DOS GOVERNOS MUNICIPAIS, cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outras; INDEPENDENTEMENTE DE SUPERVENIÊNCIA DE ATO FEDERAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, sem prejuízo da COMPETÊNCIA GERAL DA UNIÃO para estabelecer medidas restritivas em todo o território nacional, caso entenda necessário. Obviamente, a validade formal e material de cada ato normativo específico estadual, distrital ou municipal poderá ser analisada individualmente» (Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, *Acórdão em Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF 672*, Brasília-DF, 2020, disponível em https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF672liminar.pdfADPF672liminar.pdf (stf.jus.br) [24.8.2023].

[643] Cf. Damares Medina COELHO, *A Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal*, 2014, 255f., Tese (Doutorado em Direito Político e Econômico, Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie), São Paulo, 2014, p. 45, disponível em https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/5de2f72f-d51f-4595-a1c9-073c36953e8f/content [24.8.2023].

paradigma decisório de todos os demais casos análogos, em todas as esferas da administração e em todos os tribunais do país»[644].

Todavia, a tese de repercussão geral aplicada no STF carreou a eficácia vinculante e efeitos *erga omnes*, como efeito do controle incidental e de constitucionalidade. Diante disto, parece-nos de todo razoável ponderar as repercussões da aplicação analógica dos fundamentos da decisão adotada pelo STF durante a crise pandémica do COVID-19, reconhecendo a autonomia dos entes subnacionais para legislar em sentido diverso das diretrizes da União.

Ora, se o precedente da ADPF 672 houver criado uma regra jurisprudencial de (re)interpretação das normas de competência dos entes federativos, concluímos que os estados federais, o Distrito Federal e os municípios brasileiros poderão legislar autonomamente sobre políticas especiais de proteção às pessoas com deficiência em situação de refúgio.

Tendo em mente o nível de proteção *pro homine* do art. 4º, nº da CDPD, o mesmo argumento garantiria a constitucionalidade de leis estaduais e municipais sobre a gestão imigratória e de refúgio, independentemente da legislação federal ou até em contrário a esta.

Como visto anteriormente, o art. 22, inciso XV, da CF/88 prevê a competência privativa da União Federal para legislar sobre «emigração, imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros»[645]; mas os estados, o Distrito Federal e os municípios detêm a competência comum concorrente para legislar sobre saúde e assistência pública (art. 198 da CF/1988)[646].

Sendo privativa da União a competência para legislar sobre políticas imigratórias e de refúgio quaisquer políticas públicas descentralizadas nesse setor poderiam ser questionadas em sede de controle de constitucionalidade, com fulcro na incompetência absoluta do ente ferativo.

No entanto, políticas com foco no atendimento às PCDs em situação de refúgio e/ou refugiadas, uma vez sujeitas ao controle de convencionalidade, poderiam ser validadas pela regra do artigo 4º, parágrafo 4, e do artigo 11º, ambos da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

---

[644] «A repercussão geral é um filtro colegiado de admissão recursal, por intermédio do qual o Supremo Tribunal Federal (STF) seleciona os recursos extraordinários relevantes para julgamento, no exercício de sua política jurídica defensora da Constituição. Nesse contexto, nos perquirimos acerca dos efeitos da repercussão geral: a incorporação desse filtro recursal restringe ou amplia o acesso à jurisdição constitucional, em uma dimensão substantiva?» (Cf. Damares Medina COELHO, *A Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal, op. cit.*, p. 184)

[645] Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Conselhos e Comitês no Brasil*, s/data, disponível em https:// www.acnur.org/portugues/politicas-publicas/ Políticas Públicas – UNHCR ACNUR Brasil [8.7.2022].

[646] Cf. Rodrigo Pugliesi LARA, «Descentralização de competências no contexto da pandemia», *Revista Jus Navigandi*, Teresina, 2020, s/p., disponível em Competência dos estados e municípios no contexto da pandemia - Jus.com.br | Jus Navigandi [24.8.2023].

Na esfera das ações públicas do Estado brasileiro para os refugiados, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é a instância decisória mais importante e com a atuação mais ampla, dentre todas as que integram o Sistema do Comitê Nacional para os Refugiados (SISCONARE).

Faz-se mister recordar que o CONARE foi criado, fundamentalmente, para concretizar a nacionalização do regime da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo Adicional de 1967.

O Conare também representou o início da etapa de institucionalização das políticas públicas para os refugiados, na perspetiva das relações externas e dos interesses interno do Estado brasileiro.

Para além das normas internacionais de proteção dos refugiados, O CONARE emprega outros instrumentos universais de direitos humanos que proíbem o rechaço de solicitantes de refúgio ao abrigo das regras convencionais e no caso de graves e generalizadas violações aos direitos humanos.

O modelo de gestão do refúgio no Brasil caracteriza-se pela cooperação intersetorial, pois exige o envolvimento de áreas do governo em coordenação, e interagencial, na medida em que permite que entidades intergovernamentais e internacionais possam participar de certas fases de tomada de decisão e de execução das políticas públicas, por meio de previsões legais excecionais, de parcerias e convênios de cooperação.

O colegiado do CONARE espelha esta configuração, sendo integrado pelos órgãos do governo diretamente envolvidas em temas migratórios e por entes não-governamentais que têm atuado há décadas no acolhimento e proteção de imigrantes e refugiados. Importa referir que os representantes do governo e da sociedade civil deliberam e votam.

Neste caso, o fundamento da participação ampla de atores não-governamentais nos projetos de políticas para os refugiados (e outros migrantes), repousa no enquadramento de tais políticas como políticas sociais, cujos objetivos declarados são o bem-estar e a justiça sociais.

Em que pese o protagonismo do Estado brasileiro no que pertine ao planejamento das políticas sociais, «é assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas» (artigo 193 e § único da CF/88)[647].

A seu turno, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados participa das reuniões do CONARE como órgão consultivo, por meio de um seu representante com direito a voz, mas sem o direito ao voto.

[647] «A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Parágrafo único. O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas».

Eventualmente, podem ser convidados a participar das reuniões os especialistas em migrações internacionais e outras áreas do conhecimento úteis para o deslinde de questões mais complexas que o Conselho deva decidir, seja no âmbito de uma solicitação de refúgio, seja para elaborar uma política.

Os procedimentos administrativos do sistema brasileiro de refúgio são movimentados por meio de resoluções, portarias e outros atos revogáveis por ato do Ministro da Justiça e Segurança Pública, ou mesmo se é publicada uma norma que trata de modo diverso a mesma matéria, com expressa cláusula de revogação da anterior, de iniciativa do próprio Comitê Nacional para os Refugiados[648].

De outra parte, os instrumentos de *soft law* de que faz parte o Brasil demandam ações concretas do Estado brasileiro no sentido de promover os direitos e garantir a proteção de grupos mais vulneráveis assim como as correspondentes obrigações dos entes públicos[649].

Para verificar possíveis abordagens interseccionais do refúgio e da deficiência no julgamento de solicitações de refúgio, examinamos as súmulas de reuniões ordinárias e extraordinárias do CONARE e constatamos que[650]:

Em regra, o CONARE analisa as solicitações como pedidos individuais. No entanto, se o órgão identifica diversos solicitantes que apresentam elementos subjetivos e objetivos comuns, bastante destacados de outros indivíduos e grupos, então, as solicitações são apreciadas «em bloco», a depender dos critérios subjetivos e objetivos postos em causa[651].

---

[648] Cf. Mayra Coan LAGO, *Política Migratória Brasileira e Comparada na América do Sul* (e-book), 1ª edição, São Paulo, Missão Paz e Fundação Rosa Luxemburgo, 2021, disponível em https://missaonspaz.org/politica-migratoria-brasileira-e-comparada-na-america-do-sul/ e-Book-Politica-Migratoria-Brasileira-e-Comparada-na-America-do-Sul-Mayra.pdf (rosalux.org.br) e-Book-Politica-Migratoria-Brasileira-e-Comparada-na-America-do-Sul-Mayra.pdf (rosalux.org.br) [3.8.2022].

[649] A composição do CONARE é tripartite: governo, sociedade e ACNUR (artigos 14 a 16). No campo decisório administrativo, o CONARE aprecia os pedidos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado, e coordena a execução das políticas públicas para os refugiados, tendo em conta todas as fontes convencionais e não-convencionais do direito internacional dos direitos humanos de que faz parte o Brasil (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997*, *Define Mecanismos para a Implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e Determina Outras Providências*, Brasília-DF, 1997, disponível em httpsd://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm L9474 (planalto.gov.br) [30.10.2022].

[650] Examinamos as memórias de reuniões que ocorreram entre os anos de 2008 e 2022. Já as memórias de reuniões dos anos 1997 a 2007 não estão disponíveis para consulta pública. De toda sorte, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência só entrou em vigência no Brasil em 2009. Logo, não há como extrair qualquer evidência de que naquela altura as decisões do CONARE já interconectassem o direito internacional dos refugiados com outras vertentes «não-convencionais» do direito internacional dos direitos humanos (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Atas do Conare*, Comitê Nacional para os Refugiados-CONARE, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional/atas-do-conare Atas do Conare — Português (Brasil) (www.gov.br) [30.10.2022].

[651] As decisões «em bloco», ou mais precisamente, as decisões que utilizam procedimentos simplificados de análise, foram autorizadas excecionalmente para os casos de nacionais venezuelanos, tendo em mente o estudo de situação de país feito na Nota Técnica nº 3, de 13 de junho de 2019 e, por conseguinte, sendo adotado um procedimento simplificado que passou a constar da Resolução Normativa nº 29, de 14 de junho de 2019 (Ver Gustavo Junger da SILVA, *O Refúgio em Números*, 8ª edição, Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2023, p. 22, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/ capa — Ministério da Justiça e Segurança Pública (www.gov.br) [16.10.2023].

Nestes pedidos julgados coletivamente, a decisão contempla os elementos factuais e subjetivos presumidos. Por exemplo, a ocorrência de graves e generalizadas violações aos direitos humanos de nacionais venezuelanos; nesta hipótese, o colegiado julga numa única sessão os pedidos de diferentes solicitantes, utilizando a extensividade dos efeitos do julgado para dirimir os casos análogos, conexos pela mesma causa de pedir e por traços comuns a um mesmo grupo de solicitantes[652].

Como evidência de que a técnica da interseccionalidade entre regimes de proteção de direitos humanos foi aplicada nas deliberações do CONARE, mas somente para solicitações individuais, destacamos o registo da 118ª Reunião Plenária do CONARE, de 19 de dezembro de 2016.

Tratava-se de um pedido de refúgio feito por uma instituição religiosa de apoio aos refugiados, em favor de um solicitante com múltiplas vulnerabilidades: «A Coordenadora-Geral do CONARE, Sra. Flávia Ribeiro Rocha Leão, deu início ao terceiro ponto da pauta destacando a recomendação da Coordenação pelo deferimento da solicitação de refúgio de [...], cujo procedimento é objeto dos autos do processo nº 08390007664/2016-31. [...] nasceu aos [...], possui 10 anos, é de Guiné Bissau e chegou desacompanhada no Brasil.

Foi abandonada pelos pais, em razão de ser cega e portadora de grave deficiência. Irmãs em missão a socorreram e entraram com o pedido judicial para que ela saísse do país sozinha. Informou que, no atual momento, a criança encontra-se em [...] e está sendo bem cuidada. Ressaltou, ainda, que se [...] retornar ao país de origem correrá grave risco de vida»[653];

Foram abordados os seguintes vetores de vulnerabilidade em sobreposição: a) a interessada era criança de 10 anos de idade; b) a interessada chegou ao Brasil desacompanhada dos pais ou responsáveis; c) a interessada era pessoa com deficiência; d) não era viável a repatriação voluntária, levando em conta a ausência de autonomia decisória da interessada, por ser PCD e menor de 18 anos, para além do iminente risco à sua vida, se por acaso voltasse ao país de origem; c) todos os procedimentos de refúgio são discutidos com a indispensável participação dos representantes dos órgãos governamentais e entidades não-governamentais com direito a voto. Para além destes, ouvem-se o representante do ACNUR e os órgãos públicos e agências internacionais observadoras, por intermédio de seus representantes;

---

[652] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decisões em Bloco*, Comitê Nacional para os Refugiados-CONARE, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional/decisoes-em-bloco Decisões em bloco — Português (Brasil) (www.gov.br) [1.11.2022].

[653] Os nomes dos solicitantes são omitidos da versão das atas disponível ao público, a fim de garantir-se a segurança dos próprios interessados, de seus parentes e advogados (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Atas do Conare*, Comitê Nacional para os Refugiados-CONARE, Ministério da Justiça de Segurança Pública, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional/arquivos-atas/sei_mj_ata_118.pdfprocesso-08018046246202264 (www.gov.br) [7.3.2023].

No julgamento do pedido em tela deliberaram seis representantes do governo e dois representantes de entidades de apoio aos refugiados, e de alguma forma emitiram opinião, três representantes do ACNUR e outras cinco entidades observadoras, totalizando quatorze organismos participantes;

As reuniões do CONARE analisam outros aspetos da gestão do refúgio para além do dos pedidos de reconhecimento do estatuto de refugiado (e de apatridia). O Comitê também é responsável por avaliar as políticas públicas em curso e as propostas de novas políticas, faz ajustes na legislação procedimental e procede à análise de situações globais de instabilidade com potencial de deslocamentos forçados;

O CONARE leva em conta as Notas Técnicas produzidas pela assessoria técnica do órgão, que põem em causa a dinâmica dos diversos fatores que ocasionam fluxos de refugiados na cena internacional contemporânea.

Estas Notas servem, sobretudo, para informar e subsidiar a eventual decisão do Estado brasileiro de preparar-se para acolher nacionais estrangeiros, como parte de políticas emergenciais de cariz humanitário, como sucedeu no caso dos refugiados sírios, venezuelanos, afegãos e ucranianos[654].

A partir da leitura das memórias de reuniões do CONARE, na série histórica 2008-2022, identificamos estas discussões sobre os direitos de pessoas refugiadas com deficiência, numa perspetiva interseccional: i) a reunião ordinária do dia 29 de junho de 2018: discutiu-se a implantação de um programa de informática para pessoas com deficiência comprovarem a sua condição no sistema informático do CONARE, por meio do envio de um comprovativo em arquivo «pdf»[655]; ii) a reunião extraordinária de 28 de abril de 2020: o colegiado decidiu por não estender a condição de refugiado para pessoa com deficiência dependente do solicitante de refúgio declarado como «chefe-de-família»[656].

A Lei de Refúgio enumera benefícios que, por sua natureza e propósito, devem ser aplicados às pessoas com deficiência. Por exemplo, o artigo 47 da Lei de Refúgio nº 9.474/1997 estabelece a gratuidade dos processos de reconhecimento da condição de refugiado, bem como a prioridade de tramitação.

---

[654] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Nota Técnica nº 3, de 25 de novembro de 2020, Análise Detalhada da Situação do Afeganistão no Intuito de Verificar a Aplicabilidade do Dispositivo de Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos para Reconhecimento da Condição de Refugiado, Conforme Previsto no Inciso III, art. 1º da Lei nº 9.474, de julho de 1997,* Comitê Nacional para os Refugiados-CONARE, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2020, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio/anexos/SEI_08018.001832_2018_01Afeganistao.pdf/view [7.11.2022].

[655] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Atas do Conare, 19ª Reunião Extraordinária*, disponível em www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional/arquivos-atas/sei_mj_ata_19_reuniao_extraordinaria.pdf sei_mj_ata_19_reuniao_extraordinaria.pdf (www.gov.br) [1.11.2022].

[656] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Atas do Conare, Ata da 130ª Reunião Ordinária*, disponível em www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional/arquivos-atas/sei_mj_ata_130.pdf sei_mj_ata_130.pdf (www.gov.br) [1.11.2022].

Já o artigo 113, § 3º, da Lei nº 13.445/2017 prevê a isenção de taxas e emolumentos para imigrantes vulneráveis. No entanto, o artigo 312 desta Lei, e o § 5º do Decreto nº 9.199/2017, que a regulamenta, não incluem refugiados com deficiência na categoria de pessoas mais vulneráveis para o fim de isenção de taxas e emolumentos[657].

Ressalte-se que os direitos dos refugiados previstos nas Leis nº 9.474/1997, nº 13.445/2017 e no Decreto nº 9.199/2017 correspondem aos mesmos direitos fundamentais garantidos aos brasileiros natos e naturalizados residentes no país (artigo 5º da CF/88), compondo o quadro de fundamental de direitos dos imigrantes, apátridas e refugiados, residentes no Brasil (artigos 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.445/2017).

Não há qualquer condicionante adicional a ser preenchida por um estrangeiro residente no Brasil para o usufruto dos direitos e garantias fundamentais, sendo suficiente que esteja a residir no território nacional para que venha a ser titular do direito à proteção conferida pelo Estado.

Existem de facto exceções relativamente a certos, sem que isto represente ofensa aos princípios constitucionais de igualdade e de não-discriminação que equiparam brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil para o usufruto de direitos e garantias individuais (artigo 5º, incisos I ao LXXIX e §§ 1º ao 4º, da CF/88).

Estamos a falar dos direitos políticos cujo exercício é vedado aos estrangeiros (artigo 14, § 2º, da CF/88)[658] e a investidura em cargos e funções da Administração Pública privativos de brasileiros natos e naturalizados, e os cargos de investidura privativa aos brasileiros natos, do que é exemplo mais conhecido o de Presidente da República (artigo 12, § 3º da Carta Magna)[659].

As políticas específicas para pessoas com deficiência no âmbito federal, até o final de 2022[660], a seguir descritas em suas respetivas áreas de intervenção[661]:

---

[657] «Para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória, os menores desacompanhados, as vítimas de tráfico de pessoas e de trabalho escravo e as pessoas beneficiadas por autorização de residência por acolhida humanitária serão consideradas pertencentes a grupos vulneráveis»

[658] Ver o artigo 14, § 2º da CF/88.

[659] «Algumas das políticas listadas são universais, como o acesso a determinados serviços de saúde, assistência social e também educação inclusiva. Outras exigem o cumprimento de critérios específicos, como limite de renda per capita do grupo familiar, comprovação da necessidade de órtese ou prótese, tempo de contribuição em regimes de previdência, gravidade da deficiência, entre outros. Destaca-se que, dado o número de políticas voltadas ao público com deficiência no âmbito federal, a implantação da avaliação da deficiência nos moldes da Convenção poderá ser mais eficiente com a criação de um sistema unificado de avaliação, que permita a padronização dos parâmetros da avaliação, e ao mesmo tempo considere as especificidades e objetivos de cada uma dessas políticas (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Relatório Final Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial*, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília-DF, 2020, p. 4, disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/Doc.01Relatrio_Final_GTI.pdfprocesso-00135213585202052 (www.gov.br) [7.11.2022].

[660] Em 2022, houve eleições para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, de governadores dos Estados, senadores, deputados federais e estaduais, que tomaram posse em 01 de janeiro de 2023.

Políticas de isenção tributária (4)[662]: a) sobre produtos industrializados na aquisição de veículo automotor, b) prioridade na devolução do imposto de renda, c) sobre operações financeiras e d) sobre imposto de renda;

Políticas de incentivo a servidores públicos (7): a) constatação de deficiência de candidatos aprovados em concurso públicos nas vagas reservadas para pessoas com deficiência; b) aposentadoria de servidor com deficiência por mandado de injunção; c) pensão de servidor público falecido para parente com deficiência; d) horário especial para servidor com deficiência; e) horário especial para servidor acompanhar parente com deficiência; f) necessidade de acompanhante no deslocamento ao serviço de servidor com deficiência; g) avaliação de idade mental de dependente para concessão de auxílio pré-escolar.

Estas políticas são voltadas exclusivamente para brasileiros, salvo nos casos de contratação de professores universitários estrangeiros (artigo 207, §§ 1º e 2º da CF/88 e Lei nº 9.515, de 20 de novembro de 1997)[663];

Políticas de redução de preços (3): a) meia-entrada: ingressos cobrados pela metade do valor em eventos públicos pagos (Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013), para pessoas com deficiência; b) passe-livre interestadual; c) desconto da passagem e da bagagem do acompanhante de passageiro com deficiência;

Políticas de inclusão social (7): a) residências inclusivas; b) Centros-Dia de Referência; c) reserva de unidades habitacionais para pessoas com deficiência; d) reserva de vagas para pessoas com deficiência; e) reserva de cargos em empresas para pessoas com deficiência; f) reserva de vagas no ensino técnico e superior de instituições federais; g) reserva de cargos em concursos públicos (Art. 37, inciso I, da CF/88)[664];

Políticas de saúde (3): a) reabilitação profissional, em atendimento na rede hospitalar do Sistema Único de Saúde; b) saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS para compra de

---

[661] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Relatório Final Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial*, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília-DF, 2020, p. 4, disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/Doc.01Relatrio_Final_GTI.pdfprocesso-00135213585202052 (www.gov.br) [7.11.2022].

[662] Entre parêntesis, indicamos o número de políticas correspondentes a cada tipologia.

[663] Permitindo a contratação de professores universitários estrangeiros, nos termos de lei regulamentadora. O objetivo é o progresso científico, visto que a contratação é possível nos setores de pesquisa e tecnologia.

[664] Os itens relacionados nas letras (f) e (g) encontam respaldo no artigo 37, inciso I, da CF/88: «A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei».

órteses e próteses; c) atendimento a usuários com transtornos mentais graves e persistentes – adulto e infanto-juvenil (em regime de cooperação com os Sistemas Estaduais e Municipais de Saúde);

Políticas de concessão de benefícios pecuniários (5): a) auxílio-inclusão; b) pensão por talidomida; c) aposentadoria de trabalhador com deficiência; d) Benefício de Prestação Continuada-BPC; e) avaliação da idade mental de dependente para concessão de auxílio pré-escolar; f) pensionista com deficiência; vii) políticas à espera de regulamentação (4): a) moradia para vida independente: b) profissional de apoio escolar; c) trabalho com apoio; d) Tratado de Marraqueche sobre a publicação de obras acessíveis a pessoas cegas e com problemas visuais.

O governo federal estabeleceu medidas específicas visando dar prioridade na tramitação de solicitações de PCDs em situação de refúgio: i) depois do deferimento do pedido de autorização de residência, as PCDs solicitante de refúgio podem solicitar o registro na unidade da Polícia Federal mais próxima ao seu domicílio, devendo fazê-lo, preferencialmente, por meio eletrônico[665]; ii) a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) será válida por tempo indeterminado, no caso de a pessoa registrada ser uma PCD[666]; iii) nos pedidos de naturalização feitos por PCDs, a avaliação da capacidade do(s) naturalizando(s) de se comunicar(em) em língua portuguesa levará em conta a deficiência, nos termos da legislação vigente[667].

3. A proteção de dados das pessoas refugiadas com deficiência

No âmbito de sua competência administrativa, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) estabelece os requisitos formais, o modo de aplicação e a tramitação dos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado. Atualmente, as Resoluções Normativas nº 18, de 30 de abril de 2014, nº 27,

[665] Artigo 67, § 1°, do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017: «§ 1°. Observado o disposto na Lei n° 10.048, de 8 de novembro de 2000. poderão solicitar registro na unidade da Polícia Federal mais próxima ao seu domicílio: I - as pessoas com deficiência. O mesmo texto se vê na Portaria n° 11.264, de 24 de janeiro de 2020: Art. 5° A CRNM terá a validade de nove anos, contados a partir da data do registro, quando se tratar de residência por prazo indeterminado. § 1° Na hipótese de que trata o caput, a validade da CRNM será indeterminada quando o titular: I - houver completado sessenta anos de idade até a data do vencimento do documento; ou II - for pessoa com deficiência».

[666] Artigo 74, § 1°, do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017: «A Carteira de Registro Nacional Migratório terá a validade de nove anos, contados a partir da data do registro, quando se tratar de residência por prazo indeterminado».

[667] Artigo 222, § 1°, do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017: «A avaliação da capacidade do naturalizando de se comunicar em língua portuguesa será regulamentada por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso III do caput do art. 233 e no inciso II do caput do art. 241, as condições do naturalizando quanto à capacidade de comunicação em língua portuguesa considerarão aqueles decorrentes de deficiência, nos termos da legislação vigente».

de 30 de outubro de 2018 e nº 33, de 20 de novembro de 2020 regulam a tramitação dos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado[668].

O Estado brasileiro tem a obrigação de proceder à identificação (e documentação) de pessoas refugiadas com deficiência. De acordo com tais normativos, o exercício deste encargo deve ser acontecer em harmonia com as regras de tratamento internacional e interno de dados pessoais individuais[669].

Se de um lado o governo brasileiro tem o poder/dever de quantificar e qualificar todos os indivíduos sujeitos à sua jurisdição, de outro tais indivíduos são titulares dos direitos de acesso às informações que lhes dizem respeito. Por outro lado, os indivíduos têm direito à privacidade à e confidencialidade, com o que se pretende mitigar os riscos de uso indevido das informações pessoais, tanto por parte de órgão do governo como por parte de agentes privados.

Os conceitos de dados pessoais e de tratamento destes dados encontram-se na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com a redação dada pela Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019[670].

Considera-se dado pessoal toda «informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável» (artigo 5º, inciso I). Os dados relativos à saúde vinculados a uma pessoa natural são tidos como dados sensíveis (artigo 5º, inciso II). Ademais, qualquer modalidade de utilização dos dados pessoais – listada apenas exemplificativamente na LGPD – enquadra-se na definição de tratamento de dados (artigo 5º, inciso X)[671].

---

[668] «[Os] Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação[...] [interpolações nossas] (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, Assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm [14.9.2022].

[669] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Em 2023, mutirões pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania já atenderam mais de 30 mil pessoas em oito estados brasileiros; garantir a cidadania de pessoas em situação de vulnerabilidade é um dods fundamentos da Pasta», Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/em-manaus-mdhc-realiza-mais-um-mutirao-de-registro-civil-para-populacao-em-situacao-de-rua-migrantes-e-refugiados Em Manaus, MDHC realiza mais um mutirão de registro civil para população em situação de rua, migrantes e refugiados — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (www.gov.br) [24.12.2023].

[670] «A governança no compartilhamento de dados na administração pública federal, autárquica e fundacional segue as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, e precisa ser compreendida à luz das restrições legais, dos requisitos de segurança da informação e comunicações e do disposto pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Guia de Boas Práticas, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)*: *Guia de Boas Práticas para Implementação na Administração Pública Federal*, Brasília-DF, 2020, p. 8, disponível em https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_lgpd.pdf [5.11.2023].

[671] Artigo 5º da LGPD brasileira: «Para os fins desta Lei, considera-se: I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável; II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma

Já o tratamento de dados se define como «qualquer atividade que utilize um dado pessoal na execução da sua operação coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração»[672].

Contudo, as características geográficas e sociais do Brasil exigiram regras específicas no tratamento de dados pessoais sensíveis, nomeadamente no período da pandemia COVID-19. Assim, o Estado brasileiro adotou medidas especiais para recolha e utilização dos dados de segmentos mais vulneráveis, como os refugiados e as pessoas com deficiência, para proteger seus direitos fundamentais: «É particularmente importante tomar nota da vulnerabilidade relacionada com a [...] deficiência, [a] migração sem documentos e estatuto de refugiado e apátrida [...]»[673].

Polyana de Vargas Teixeira ensina que o Sistema Único de Saúde, regulado pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, introduziu novos direitos[674] para o usuário do sistema público de saúde, relativamente ao seus dados pessoais, que são o direito à preservação da autonomia, quando o usuário esteja a defender a própria integridade física e moral, bem como veio a garantir o direito à informação (artigo 7°, incisos III e V)[675].

---

pessoa natural; [...] X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração»

[672] «No caso do setor público, a principal finalidade do tratamento está relacionada à execução de políticas públicas, devidamente previstas em lei, regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres. Tais políticas públicas, vale destacar, devem estar inseridas nas atribuições legais do órgão ou da entidade da administração pública que efetuar o referido tratamento. Outra finalidade corriqueira para o tratamento de dados no serviço público é o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador. Nessas duas situações, o consentimento do titular de dados é dispensado» Ver *Guia de Boas Práticas, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)*: *Guia de Boas Práticas para Implementação na Administração Pública Federal*, *op.cit.*, p.12, disponível em https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_lgpd.pdf [5.11.2023].

[673] Ver ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO), *Declaração do Comité Internacional de Bioética da UNESCO (CIB) e da Comissão Mundial de Ética do Conhecimento Científico e das Tecnologias da UNESCO (COMEST), SHS/IBC-COMEST/COVID-19 Rev.* Paris, parágrafo 4, 2020, disponível em https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/covid-19/declarao_cib_comest_pt.pdfdeclarao_cib_comest_pt.pdf (mne.gov.pt) declarao_cib_comest_pt.pdf (mne.gov.pt) (interpolação e omissão nossas) [10.11.2023].

[674] «Todas essas mudanças, contribuíram para embasar a bioética de intervenção, como uma nova proposta concreta de aliança com a fatia mais indefesa e desamparada da sociedade, aglutinando em sua essência, ideias de equidade e promoção à saúde, as quais foram também incorporadas como princípios do Sistema Único de Saúde (SUS)» (*Vide* Polyana de Vargas TEIXEIRA, *Refugiados Venezuelanos no Brasil: Uma Análise da Vulnerabilidade sob Enfoque da Bioética da Intervenção*, 2019, 110f., Dissertação (Mestrado em Bioética), Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2019, p. 53, disponível em https://repositorio.unb.br/handle/10482/38167 Repositório Institucional da UnB: Refugiados Venezuelanos no Brasil : uma análise da vulnerabilidade sob enfoque da Bioética de Intervenção) [10.11.2023].

[675] «Art. 7° As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios: [...] III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; [...] V - direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde» (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 8.080, de* 19 de setembro de 1990, Brasília-DF, 1990, disponível em https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm Conselho Nacional de Saúde (saude.gov.br) (omissões nossas) [24.12.2023].

Importa também considerar que a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos de 2005 assegura os direitos à incolumidade da vida privada e a confidencialidade (artigo 9º) das pessoas com deficiência e daqueles a quem fatores pessoais, sociais e ambientais tornam mais vulneráveis (artigo 24, nº 3)[676].

As exigências especiais do tratamento das informações pessoais sobre PCDs em situação de refúgio em tese poderiam obstar procedimentos de identificação mais intrusivos, porém, necessários à implementação de políticas de proteção específicas.

Com efeito, a legislação sobre a saúde da população em geral, aplicável aos nacionais estrangeiros residentes no país, já não se mostra adequada às demandas específicas de populações deslocadas, particularmente as populações indígenas, tanto as que residem habitualmente em reservas do território brasileiro, quanto aquelas que têm migrado de países como o Peru, a Bolívia e a Venezuela, onde se encontram em maior número e diversidades étnicas.

No seguimento da intensificação dos fluxos de deslocamentos internacionais para o território brasileiro, coincidente com a flexibilização de fronteiras no período pós-pandêmico, o Ministério da Saúde publicou oficialmente a Portaria GM/MS nº 763, de 26 de junho de 2023, visando à construção de uma política de atendimento aos direitos de saúde de nacionais estrangeiros residentes no Brasil, nomeada Política Nacional de Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas.

Declara-se a criação de um Grupo de Trabalho composto de representantes governamentais incumbido de coordenar estudos e receber propostas de assistência, promoção e cuidado integral à saúde das populações indígenas não-nacionais, com a cobertura do Sistema Único de Saúde, universal e gratuito.

Com efeito, a Portaria em questão não cria a citada Política, mas de certo modo antecipa aquilo que virá a ser, uma ação intergovernamental e internacional dentro do território brasileiro, em um setor estratégico para a segurança dos indivíduos nele residentes, que é a questão da saúde.

De um ponto de vista prático, podemos ver precedente no âmbito da cooperação internacional em matéria de saúde, visto que o Ministério da Saúde poderá realizar «[...] tratativas bilaterais e multilaterais em relação ao atendimento à saúde das migrantes, refugiadas e apátridas no território nacional[677].

---

[676] Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO), *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, Paris, 2005, disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146180_por [10.11.2023].

[677] «Artigo 2º. Compete ao Grupo de Trabalho: [...] IX - apoiar o Ministério da Saúde em tratativas bilaterais e multilaterais em relação ao atendimento à saúde das migrantes, refugiadas e apátridas no território nacional [...]» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portaria GM/MS Nº 763, de 26 de junho de 2023, Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Saúde, com a Finalidade de Elaborar Proposta para Estabelecimento da Política Nacional de Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/saude/pt-

Em meio à crise sanitária mundial, foi publicada a Portaria nº GM/MS Nº 87, de 19 de janeiro de 2021, do Ministério da Saúde, em que previa-se a possível utilização de consultoria *ad hoc* pelos setores científicos do órgão, para contribuição com atividades técnico-científicas. Esta atividade deveria ser exercida por consultores externos pertencentes a instituições públicas ou privadas, no entanto a norma não esclarecia se os expertos poderiam ser nacionais estrangeiros.

Não obstante esta lacuna, a Portaria nº 87/2021 traz elege um critério de segurança para a seleção do(s) membro(s) da consultoria, consistente na exigência de que os consultores não deveriam «possuir qualquer vínculo ou circunstância que possa suscitar potencial conflito de interesse em relação ao tema submetido à sua análise, de forma a permitir a atuação com independência e idoneidade», para além da obrigação de guardarem a «[...] confidencialidade em relação à documentação e informação técnica obtida, nos termos da legislação aplicável»[678].

Por sua vez, a Portaria nº 736/2023 dispensa os critérios de segurança informacional e confidencialidade, ainda que os atores governamentais estrangeiros e organizações internacionais possam aceder às informações sobre a saúde das pessoas em situação de refúgio sujeitas à jurisdição legal e proteção temporária ou definitiva do Estado brasileiro.

Parece-nos que o fluxo de informações sensíveis entre governos, organismos internacionais e ONGs, especialmente em situações de emergência sanitária mundial e resposta a outros quadros de crise humanitária, deverá ser útil nos processos de tomada de decisão governamental.

Fica claro que uma cooperação internacional eficiente não pode dispensar o uso de dados pessoas como subsídios para eventuais propostas incidentes sobre a gestão da saúde de populações, nomeadamente populações mais vulneráveis comos os deslocados internacionais. Entretanto, parece-nos igualmente certo que tais dados, pela sua natureza, devem ser cercados de garantias de proteção de dados pessoais, nomeadamente os dados sensíveis.

Como temos enfatizado no decorrer deste trabalho, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece a coleta de dados como uma medidas indispensáveis às políticas de proteção a serem postas em prática pelos Estados-Partes.

---

br/assuntos/noticias/2023/junho/ministerio-da-saude-cria-grupo-de-trabalho-para-elaborar-a-politica-nacional-de-saude-de-refugiados Ministério da Saúde cria Grupo de Trabalho para elaborar a Política Nacional de Saúde de refugiados — Ministério da Saúde (www.gov.br)]3.2.2024] (omissões nossas).

[678] «Artigo 3º. Para elaborar pareceres e prestar contribuições às atividades técnico-científicas do Ministério da Saúde, os consultores ad hoc devem atender aos seguintes requisitos: I - não possuir qualquer vínculo ou circunstância que possa suscitar potencial conflito de interesse em relação ao tema submetido a sua análise, de forma a permitir a atuação com independência e idoneidade; II - possuir qualificação técnica e acadêmica necessária à atividade solicitada; e III - manter confidencialidade em relação à documentação e informação técnica obtida, nos termos da legislação aplicável [...]» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portaria GM/MS Nº 87, de 19 de janeiro de 2021*, *Estabelece Diretrizes para Utilização de Consultoria ad hoc pelos Setores Finalísticos do Ministério da Saúde, para Contribuição com Atividades Técnico-Científicas*, Brasilia-DF, 2021, disponível em https://www.cosemsrn.org.br/wp-content/uploads/2021/01/portaria87.pdf portaria87.pdf (cosemsrn.org.br) (omissão nossa) [3.2.2024].

Porém, na hipótese de colidência entre normas definidoras de direitos humanos, a autoridade imigratória deverá tem em atenção as restrições de tratamento dos dados pessoais, nomeadamente os dados sensíveis, como os define a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira.

Os dados sensíveis dizem respeito a «origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural» (Lei Geral de Proteção de Dados, artigo 5º, inciso II)[679].

Por outro lado, a CDPD prevê a implementação de tecnologias de acessibilidade, do desenho universal e de adaptações razoáveis para o uso de populações com necessidades específicas. Embora direcionado primordialmente à garantia de melhores condições de interação social para as PCDs, o pleno emprego destes meios também propicia melhorias no atendimento às pessoas sem qualquer limitação física ou psíquica.

Portanto, é nossa opinião que se deve interpretar teleologicamente o artigo 4º, nº 4 da CDPD, tendo em mente sempre o mais elevado nível de proteção dos direitos de PCDs refugiadas e/ou em situação de risco humanitário, e procurando mitigar os efeitos dos impedimentos sociais que se antepõem ao pleno exercício dos seus direitos[680].

Neste sentido, os investimentos públicos em sistemas digitais acessíveis para PCDs pode significar um passo decisivo na proteção e promoção do direito à inclusão digital extensivo aos nacionais estrangeiros em situação de refúgio.

De facto, o governo brasileiro publicou um compêndio eletrônico de Legislação Migratória Compilada, onde foram agrupados os principais diplomas regulatórios do refúgio, apatridia e imigração, inclusivamente as leis de imigração vigentes para os países signatários do MERCOSUL[681].

---

[679] «Art. 5º. Para os fins desta Lei, considera-se: [...] II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018,* Brasília-DF, 2018, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm L13709 (planalto.gov.br))[10.11.2023].

[680] «Artigo 4, nº 4: Nenhum dispositivo da presente Convenção afetará quaisquer disposições mais propícias à realização dos direitos das pessoas com deficiência, as quais possam estar contidas na legislação do Estado Parte ou no direito internacional em vigor para esse Estado. Não haverá nenhuma restrição ou derrogação de qualquer dos direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos ou vigentes em qualquer Estado Parte da presente Convenção, em conformidade com leis, convenções, regulamentos ou costumes, sob a alegação de que a presente Convenção não reconhece tais direitos e liberdades ou que os reconhece em menor grau» (*vide* REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*, Brasília-DF, 2009, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm [10.7.2022].

[681] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Legislação Migratória Brasileira Compilada 2021*, Brasília-DF, 2021, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Legislação_Migratória_Compilada/2021_12_20_Compilado_rev_atu.pdf Legislação Migratória Compilada (mj.gov.br) [13.10.2022].

Também foram implantadas as plataformas digitais dos sistemas de refúgio e de imigração, por meio das quais o usuário pode aceder os sistemas do CONARE e do CNIg separadamente, de acordo com cada demanda.

Os sistemas do Comitê Nacional para os Refugiados (SISCONARE) destinam-se a atender remotamente os solicitantes de refúgio e refugiados e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que também opera interconectado com o sistema de informação migratória da Polícia Federal (SISMIGRA) facilita o atendimento dos imigrantes autorizados a residir no Brasil por conta de questões laborais e por razões humanitárias definidas em lei.

Tais sistemas propõem-se a facilitar a vida dos solicitantes de refúgio e de imigrantes voluntários, para além de permitirem que as informações e procedimentos sejam compartilhados entre os órgãos executivos, mais rapidamente e com o mínimo de riscos por causa de decisões conflitantes ou excessiva demora na tramitação processual.

A existência de bancos de dados atualizados e credíveis pode servir eficazmente no combate aos crimes associados à mobilidade humana: o tráfico de pessoas (crianças, mulheres, trabalhadores), o trabalho em condições análogas ao trabalho escravo, os desaparecimentos forçados, a prostituição e outras práticas violadoras dos direitos humanos, previstas em normas internacionais.

É sabido que as demandas especiais de PCDs em situação de refúgio não foram enunciadas expressamente na CDPD. Aliás, o termo «refugiados» sequer é mencionado no texto da Convenção. Contudo, o artigo 11º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) articula expressamente a atuação dos Estados em favor de populações deslocadas mais vulneráveis, nomeadamente as PCDs[682].

Já a Declaração e Plano de Ação do Brasil (2014) faz alusão direta à condição de maior vulnerabilidade das pessoas com deficiência em situação imigratória mista no âmbito da América Latina e no Caribe[683]. A seu turno, a Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016 dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas[684].

---

[682] A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Procoloco Facultativo foram os primeiros tratados internacionais de direitos humanos a integrar o direito interno brasileiro com a estatura de Emenda Constitucional. Hoje, existem mais dois tratados assim incorporados ao direito interno: a) o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, de 2013, promulgado pelo Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018; b) a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, de 2013, promulgada pelo Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022 (de âmbito regional) (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, disponível em https://www.planalto.gov.br [30.11.2023].

[683] Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, *Declaração e Plano de Ação do Brasil*, Brasília-DF, 2014, p. 8, disponível em https://www.refworld.org.es/docid/5d7fceca2.html#:~:text=Alto%20Comisionado%20de%20las%20Naciones%20Unidas%20para%20los,esta%20dirección%

A identificação de crianças com deficiência em situação de refúgio foi regulada na Resolução Conjunta nº 01, de 09 de agosto de 2017, «de maneira segura, sensível à [...] deficiência, «evitando-se o risco de qualquer violação de sua integridade física e psicológica, respeitando sua dignidade humana» (artigo 8º, § 1º).

Aqui vemos claramente uma norma construída pensando na multiplicidade de eixos de desigualdade, neste caso, a deficiência, a situação de refúgio e a idade. Como já referimos, esta política representa um passo importante na abordagem interseccional do refúgio e da deficiência, para além dos outros fatores compreendidos no espectro Idade-Gênero-Diversidade.

Para além do avanço eminentemente normativo, a política engajou diversos órgãos intersetoriais, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Conselho Nacional para os Refugiados, o Conselho Nacional de Imigração e a Defensoria Pública da União.

Com este escopo a entrevista feita por membro da Defensoria Pública para obter dados pessoais, e avaliar o estado geral, para além de sinais de traumas físicos ou de deficiência, deve ter em conta a capacidade reduzida da pessoa entrevistada[685].

Outras medidas de humanização foram adotadas, dando prioridade à tramitação das solicitações de refúgio feitas por PCD: i) depois do deferimento do pedido de autorização de residência, a PCD pode pedir o registro na unidade da Polícia Federal mais próxima ao seu domicílio, devendo fazê-lo, preferencialmente, por meio eletrônico[686]; ii) a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) terá

3A%20https%3A%2F%2Fwww.refworld.org.es%2Fdocid%2F5d7fceca2.html%20%5BAccesado%20el%2019%20Junio%202023%5D Refworld | Declaração e Plano de Ação do Brasil [26.7.2023].

[684] «Art. 149-A do Código Penal (alterado pela Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016, que dispunha sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; alterava a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal): «Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; III - submetê-la a qualquer tipo de servidão; IV - adoção ilegal; ou V - exploração sexual. Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. § 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se: I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las; II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa *ou com deficiência*» (destaque nosso).

[685] «Art. 10. Em continuidade ao processo de identificação, o membro da Defensoria Pública deverá iniciar entrevista, que deve ser conduzida de forma adequada à idade, sua identidade de gênero, deficiência, em uma linguagem que a criança e adolescente entendam, objetivando registrar sua história, incluindo, quando possível, a identificação dos pais e irmãos, bem como sua cidadania e a de pais e irmãos» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Resolução Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017*, Brasília-DF, 2017disponível em www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-conjunta-n-1-do-conare-1.pdf resolucao-conjunta-n-1-do-conare-1.pdf (www.gov.br) [6.11.2023].

[686] Artigo 67 do Decreto nº 9.199, de 2º de novembro de 2017: «O registro deverá ser solicitado: I - em qualquer unidade da Polícia Federal em que haja atendimento a imigrantes, para detentor de visto temporário ou com autorização de residência deferida na condição de marítimo; II - na unidade da Polícia Federal em que haja atendimento a imigrantes da circunscrição onde esteja domiciliado o requerente com autorização de residência deferida no País com fundamento em outra hipótese que não a de trabalho como marítimo; ou III - na unidade da Polícia Federal em que haja atendimento a

validade indeterminada, caso o solicitante de refúgio seja PCD[687]; iii) nos processos de naturalização de uma PCD, a avaliação da capacidade de se comunicar em língua portuguesa levará em conta a deficiência, nos termos da legislação vigente[688].

Tendo em mente a regulação do interesse de extensão da condição de refugiado para o fim de reunificação familiar, foi emitida a Resolução Normativa nº 27, de 30 de outubro de 2018, que traz anexos que se devem preencher com vistas à identificação de solicitantes de refúgio que sejam «pessoas com deficiência ou doença grave», sem no entanto especificar a natureza ou grau de cada uma destas disfunções. Noutro item, pede-se que o solicitante indique a existência de familiar residente no país que seja seu dependente e também seja PCD[689].

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão suprajudicial com atribuições previstas no artigo 103-B, §§ 1º ao 7º da CF/88, emitiu a Resolução nº 197, de 16 de junho de 2014, tendo em mente a proteção de nacionais estrangeiros vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual, para o trabalho em condições análogas às de escravo ou similares[690].

Cinco anos após a iniciativa do CNJ, com o intento de combater os delitos previstos no artigo 149-A do Código Penal Brasileiro, e assim proteger tanto os brasileiros quanto os nacionais estrangeiros em situação de vulnerabilidade econômica, por meio da Resolução nº 197, de 26 de março de 2019, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)[691] criou o Comitê Nacional do Ministério Público de

---

imigrantes do Município onde o residente fronteiriço pretenda exercer os direitos a ele atribuídos pela Lei nº 13.445, de 2017 .§ 1º Observado o disposto na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 , poderão solicitar registro na unidade da Polícia Federal mais próxima ao seu domicílio: I - as pessoas com deficiência».

[687] Artigo 74 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017: «A Carteira de Registro Nacional Migratório terá a validade de nove anos, contados a partir da data do registro, quando se tratar de residência por prazo indeterminado. II - for pessoa com deficiência».

[688] Artigo 222 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017: «A avaliação da capacidade do naturalizando de se comunicar em língua portuguesa será regulamentada por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso III do caput do art. 233 e no inciso II do caput do art. 241, as condições do naturalizando quanto à capacidade de comunicação em língua portuguesa considerarão aquelas decorrentes de deficiência, nos termos da legislação vigente».

[689] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Resolução Normativa nº 27, de 30 de outubro de 2018*, *Anexos I e II*, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resoluções_CONARE/RESOLUÇÃO_NORMATIVA_Nº_27_DE_30_DE_OUTUBRO_DE_2018.pdfRESOLUÇÃO_NORMATIVA_Nº_27_DE_30_DE_OUTUBRO_DE_2018.pdf (mj.gov.br) [6.11.2023].

[690] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Resolução nº 197, de 16 de Junho de 2014, Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas ao tráfico de pessoas (FONATRAPE), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema*, Conselho Nacional de Justiça, Brasília-DF, 2014, disponível em https.//assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/06/CNJ_RESOLUCAO197_16062014.pdf Portal CNJ - RESOLUÇÃO Nº 197, DE 16 DE JUNHO DE 2014 (assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com) [19.11.2023];

[691] O CNMP é um órgão constitucional (artigo 130-A da CF/88) análogo ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (artigo 103-B da CF/88). Atua de forma orientadora e fiscalizatória das atividades administrativas do Ministério Público brasileiro (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «CNMP destaca a importância do acolhimento a pessoas forçadas a deixar seus países no Dia Mundial do Refugiado», Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília-DF, 2021, disponível em https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/14354-cnmp-destaca-importancia-do-acolhimento-a-pessoas-forcadas-a-deixar-seus-paises-no-dia-mundial-do-refugiado#:~:text=Com%20uma%20grande%20força-

Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas, cujo tema específico é a exploração do trabalho escravo e o tráfico de pessoas[692].

No âmbito das medidas de assistência emergencial aos deslocados de origem venezuelana, a Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, enfatiza a garantia dos direitos humanos e de proteção específica aos direitos de «mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, da população indígena, das comunidades tradicionais atingidas e de outros grupos sociais vulneráveis»[693].

Depois, no apogeu da crise sanitária COVID-19 o governo brasileiro definiu como serviços públicos essenciais as perícias médicas relacionadas ao reconhecimento de direitos previstos em lei para pessoa com deficiência, por meio do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, a fim de que não fossem prejudicados os pedidos de inclusão nos programas de benefícios sociais[694].

A Resolução nº 405, de 6 de julho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), impactou a justiça penal e penitenciária ao criar uma exceção ao regime geral de medidas cautelares substitutivas da prisão provisória para o caso de mulheres imigrantes com deficiência ou que tenham familiares dependentes com deficiência[695].

---

tarefa%20humanitária%20executada%20e%20coordenada,que%20entram%20no%20Brasil%20pela%20fronteira%20com%20Roraima.CNMP destaca importância do acolhimento a pessoas forçadas a deixar seus países no Dia Mundial do Refugiado - Conselho Nacional do Ministério Público [12.9.2023].

[692] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Resolução nº 197, de 26 de março de 2019, Institui o Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas, com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público quanto ao tema*, Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília-DF, 2019, disponível em https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-197.pdfdisponível em https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-197.pdfResoluo-197.pdf (cndmp.mp.br) [12.9.2023].

[693] Art. 5º. As medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária visam à ampliação das políticas de: [...] V – garantia dos direitos humanos; VI – proteção dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, da população indígena, das comunidades tradicionais atingidas e de outros grupos sociais vulneráveis [...] (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, Dispõe sobre Medidas de Assistência Emergencial para Acolhimento a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Decorrente de Fluxo Migratório Provocado por Crise Humanitária, e Dá Outras Providências*, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm L13684 (planalto.gov.br) (omissões nossas) [4.2.2024].

[694] «XXXIV - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 25 de março de 2020)» (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. (Alterado pelos Decretos nos 10.292, de 25 de março de 2020, 10.329, de 28 de abril de 2020, 10.342, de 7 de maio de 2020 e 10.344, de 11 de maio de 2020)*, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10292.htmD10292 (planalto.gov.br) [4.2.2024].

[695] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Resolução nº 405, de 6 de julho de 2021, Estabelece Procedimentos para o Tratamento das Pessoas Migrantes Custodiadas, Acusadas, Rés, Condenadas ou Privadas de Liberdade, Inclusive em Prisão Domiciliar e em Outras Formas de Cumprimento de Pena em Meio Aberto, em Cumprimento de Alternativas Penais ou Monitoração Eletrônica e Confere Diretrizes para Assegurar os Direitos*

A política de emergência humanitária adotada para o caso dos afegãos deslocados a partir de fins de agosto de 2021 foi iniciada por meio da Portaria Interministerial nº 24, de 3 de setembro de 2021, reconhecendo a situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário naquele país.

A política consistia em uma concessão de visto humanitário, temporário e renovável, sendo ainda mais facilitadas do ponto de vista documental se os solicitantes de refúgio fossem pessoas com deficiência e seus familiares[696].

Em 2023, o Ministério Público Federal enviou suas propostas para a formulação da Política Nacional de Migrações, Refúgio de Apatridia[697], sob a Coordenação do Grupo de Trabalho «Migração e Refúgio» do Ministério da Justiça e Segurança Pública[698].

As propostas foram distribuídas em três eixos temáticos[699]. Regularização Migratória (Eixo I):

i) a revogação de mecanismos infralegais impeditivos de entrada no território nacional ou de inabilitação do pedido de refúgio, por incompatibilidades com as Leis nº 9.474/1997 e nº 13.445/2017;

ii) a regularização rápida de pessoas que entraram no território nacional na vigência destes normativos infralegais restritivos;

iii) a revisão de prazos de validade de documentação;

Dessa População no Ambito do Poder Judiciário, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Brasília-DF, 2021, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Legislação_Migratória_Compilada/2021_12_20_Compilado_rev_atu.pdf [14.11.2023].

[696] Vide REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portaria Interministerial nº 24, de 03 de setembro de 2021, Dispõe sobre a Concessão do Visto Temporário e da Autorização de Residência para Fins de Acolhida Humanitária para Nacionais Afegãos, Apátridas e Pessoas Afetadas pela Situação de Grave ou Iminente Instabilidade Institucional, de Grave Violação de Direitos Humanos ou de Direito Internacional Humanitário no Afeganistão*, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF, 2021, disponível em https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-24-de-3-de-setembro%20-de-2021-343022178 PORTARIA Nº 24, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021 - PORTARIA Nº 24, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br) [22.9.2022];

[697] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portaria MJSP nº 290, de 23 de janeiro de 2023, Institui Grupo de Trabalho Voltado para o Estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como a Revisão do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2023/PORTARIA_MJSP_Nº_290_DE_23_DE_JANEIRO_DE_2023.pdf#:~:text=PORTARIA%20MJSP%20No%20290%2C%20DE%2023%20DE%20JANEIRO,No%2017%2C%20de%2024%2F01%2F2023%2C%20Seção%201%2C%20Página%2077PORTARIA MJSP Nº 290, DE 23 DE JANEIRO DE 2023 [25.9.2023].

[698] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portaria nº SENAJUS/MJSP Nº 70, de 16 de fevereiro de 2023, Designa Membros do Grupo de Trabalho Instituído pela Portaria nº 290, de 23 de janeiro de 2023, Voltado ao Estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como a Revisão do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2023/PORTARIA_SENAJUS-MJSP_Nº_70_DE_16_DE_FEVEREIRO_DE_2023.pdf PORTARIA SENAJUS/MJSP Nº 70, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023 [25.9.2023].

[699] São cinco eixos temáticos que contam com a participação de instituições governamentais, não-governamentais e organismos internacionais (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Ofício nº 257, de 21 de maio de 2023*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.mpf.mp.br/pfdc/documentos-diversos/oficio-no-257-2023-pfdc-mpf-mj-politica-nacional-de-migracoes-refugio-e-apatrida/mpf.mp.br/pfdc/documentos-diversos/oficio-no-257-2023-pfdc-mpf-mj-politica-nacional-de-migracoes-refugio-e-apatrida/ [25.9.2023].

iv) a capacitação de servidores, através de programas de avaliação de práticas e estabelecimento de ouvidoria externa;

v) a implementação de estratégias para reconhecimento em bloco de condição de refugiado;

vi) o aumento do número de servidores do Comitê Nacional para os Refugiados;

vii) o prazo para julgamento dos pedidos de solicitação, que uma vez expirado sem a devida apreciação, acarretaria a aprovação automática do pedido;

viii) a revisão dos procedimentos de publicação das decisões nos processos de refúgio proferidas em grau recursal, publicação das atividades anuais do CONARE, e a permissão para uso das informações processuais do CONARE em pesquisas acadêmicas, resguardado o sigilo dos nomes dos solicitantes e de seus representantes legais;

ix) a disponibilização gratuita e obrigatória de guias e manuais para obtenção de benefícios assistenciais;

x) a elaboração de planos de regularização migratória periódicos, com participação de órgãos públicos de outros setores (do Ministério Público, da Defensoria Pública, p. ex., para aceleração do julgamento do acervo acumulado de solicitações de refúgio e outros procedimentos de imigração;

xi) a manutenção da Operação Acolhida aos refugiados de origem venezuelana, ou subsidiariamente, a substituição por política pública semelhante, até que as instituições dos estados e municípios de destino possam efetivar todas as etapas do processo de integração local.

No eixo III, de Promoção e Proteção de Direitos, de Combate à Xenofobia e ao Racismo, o MPF propôs:

i) a eliminação de distinções de tratamento e de procedimento, salvo por motivo justificado e com objetivo específico e razoável, atendendo a um fim legítimo, e a dispensa de procedimentos formais discriminatórios;

ii) a dispensa de procedimentos para o caso de populações deslocadas indígenas;

iii) protocolos de atendimento antidiscriminatório;

iv) o estabelecimento de medidas para adequação de procedimentos e mapeamento de casos prioritários, sujeitos a maior risco de violência ou discriminação, com a fixação de critérios para determinar a maior vulnerabilidade dos solicitantes;

v) a supressão do condicionamento ao pedido de residência à colaboração do migrante, refugiado ou apátrida com as autoridades que investigam casos de tráfico de pessoas e trabalho em condições análogas à escravidão;

vi) sugere a diminuição da discricionariedade da Polícia Federal para decidir sobre o requerimento de residência.

Finalmente, no eixo IV concernente à Participação Social o MPF sugeriu:

i) mudanças na composição do Comitê Nacional para os Refugiados para incluirem-se representações de grupos ou conselhos temáticos, com o direito de serem ouvidos, obrigatoriamente, nas deliberações do Comitê;

ii) a inclusão do Ministério Público Federal como observador, com direito a voz e sem direito a voto);

iii) o restabelecimento do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior;

iv) o estabelecimento de diretrizes para criaçãoo, estabelecimento e composição de conselhos e comitês locais de participação no âmbito dos demais entes da Federação;

v) o estabelecimento de ouvidoria externa no âmbito do MJSP para fiscalizar os órgãos envolvidos na política migratória, com amplia divulgação do canal de atendimento. Sugere-se ainda que o ouvidor externo não seja um servidor público e sua escolha resulte de uma consulta à sociedade civil.

Em fins de 2022, o Brasil integrou o rol de países signatários do *Pacto de Los Angeles*, o qual enuncia políticas multilaterais visando à ampla integração de pessoas refugiadas e pessoas em situação de vulnerabilidade, na forma das respetivas legislações nacionais[700].

4. Outras políticas de âmbito federal param as pessoas refugiadas com deficiência

Tendo em vista o alcance dos benefícios previstos na ordem jurídica e a prevenção contra eventuais retrocessos legislativos e ações concretas, diversas instituições do Estado brasileiro têm empreendido iniciativas de divulgação e de promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Na área de promoção dos direitos das pessoas com deficiência, o Brasil integra o Conselho de Direitos Humanos (CDH), em Genebra, a Organização dos Estados Americanos, em Washington, e a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em especial na sua Terceira Comissão, responsável pelos temas sociais[701].

[700] «[...] We support efforts that allow all migrants, refugees, asylum seekers, and persons in situations of vulnerability to integrate into host countries and access legal identity, regular status, dignified employment, public services, and international protection, when appropriate and in accordance with national legislation, to rebuild their lives and contribute to those communities [...]» (Cf. UNITED STATES OF AMERICA, *Los Angeles Declaration on Migration and Protection*, Washington, 2022, disponível em Los Angeles Declaration on Migration and Protection | The White House) (omissões nossas) [30.9.2023].

[701] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Relatório de Gestão do Exercício de 2020*, Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF, 2021, p. 52, disponível em https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/relatorio-de-gestao-2020-final.pdfRelatório de gestão 2020 (www.gov.br) [4.10.2023].

No ano de 2019, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) criou o CONATETRAP, com atribuições específicas em matéria de exploração do trabalho escravo, tráfico de pessoas[702]; no evento alusivo ao Dia Mundial do Refugiado do ano de 2021, o CNMP declarou o seu apoio oficial ao acolhimento dos refugiados[703].

Em diversos foros internacionais, o Brasil tem apresentado propostas para o aperfeiçoamento da proteção e da promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Nesse âmbito, o Brasil co-patrocinou evento alusivo ao Dia Mundial da Síndrome de Dawn (2020); também co-patrocinou a celebração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (2020), no qual se discutiu o tema «pessoas com deficiência e sexualidade»[704].

Ainda no ano de 2020, o Brasil se fez representar na 13ª Conferência dos Estados Partes da CDPD, em Nova Iorque. Por sua vez, a Agência de Cooperação Técnica (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), realizou negociações para a elaboração de planos de trabalho nas áreas de promoção dos direitos da pessoa com deficiência[705].

Em 2021, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (MPF) esteve reunida com representantes governamentais, da sociedade civil e organizações internacionais para discutir as políticas de acolhimento a migrantes e refugiados[706].

---

[702] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Resolução nº 197, de 26 de março de 2019, Institui o Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas, com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público quanto ao tema*, Brasília-DF, 2019, disponível em https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-197.pdfdisponível em https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-197.pdfResoluo-197.pdf (cndmp.mp.br) [12.9.2023].

[703] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «CNMP destaca importância do acolhimento a pessoas forçadas a deixar seus países no Dia Mundial do Refugiado», Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília-DF, 2021, disponível em https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/14354-cnmp-destaca-importancia-do-acolhimento-a-pessoas-forcadas-a-deixar-seus-paises-no-dia-mundial-do-refugiado#:~:text=Com%20uma%20grande%20força-tarefa%20humanitária%20executada%20e%20coordenada,que%20entram%20no%20Brasil%20pela%20fronteira%20com%20Roraima.CNMP destaca importância do acolhimento a pessoas forçadas a deixar seus países no Dia Mundial do Refugiado - Conselho Nacional do Ministério Público [12.9.2023].

[704] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Relatório de Gestão do Exercício de 2020*, Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF, 2021, p. 54, disponível em https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/relatorio-de-gestao-2020-final.pdfRelatório de gestão 2020 (www.gov.br) [4.10.2023]

[705] *Vide* REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Relatório de Gestão do Exercício de 2020*, Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF, 2021, p. 108, disponível em https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/relatorio-de-gestao-2020-final.pdfRelatório de gestão 2020 (www.gov.br) [4.10.2023].

[706] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Políticas de acolhimento a migrantes e refugiados são pautas de visita do procurador federal dos Direitos do Cidadão do Amazonas», Amazônia Notícia e Informação, Manaus, 2021, disponível em https://amazonia.org.br/2021/07/politicas-de-acolhimento-a-migrantes-e-refugiados-sao-pautas-de-visita-do-procurador-federal-dos-direitos-do-cidadao-ao-amazonas/Políticas de acolhimento a migrantes e refugiados são pautas de visita do procurador federal dos Direitos do Cidadão ao Amazonas – Amazônia – Notícia e Informação (amazonia.org.br) [12.9.2023].

Em regime de parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Ministério da Cidadania, órgão do Poder Executivo Federal, o ACNUR assinou Acordo de Cooperação Técnica (ACT) em 2021, com vigência renovada para o final de 2023, para ampliação da rede de assistência social aos deslocados de origem venezuelana para além dos Estados de Roraima e Amazonas, visando à interiorização voluntária destes nacionais e, consequentemente, propiciar o alívio da pressão imigratória nas regiões mais procuradas pela população em deslocamento[707].

No ano de 2022, a Defensoria Pública da União (DPU) e o ACNUR renovaram convênio de cooperação técnica, jurídica e institucional em prol de grupos de refugiados mais vulneráveis. No entendimento do representante da DPU, uma consistente defesa judicial e/ou extrajudicial precisa de um subsistema normativo próprio para cada vulnerabilidade, tais como, as crianças, as mulheres, as pessoas idosas e pessoas com deficiência, além de outros segmentos vulneráveis[708].

Por seu turno, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a representação da Organização das Nações Unidas no Brasil assinaram um Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, aplicável ao desempenho funcional dos órgãos judiciários e ministeriais brasileiros.

O Pacto destina-se, sobretudo, a fundamentar a implementação de mecanismos que concretizem o princípio constitucional do amplo acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal), a igualdade de gênero, a prevenção de conflitos, o combate às desigualdades, a proteção das liberdades fundamentais, o respeito ao direito de todos e a paz social integram a lista de condições avençadas[709].

Já em 2023, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, enviou propostas para a futura Política Nacional de Migrações, Refúgio de Apatridia[710], sob a

[707] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «Acnur e Ministério da Cidadania renovam parceria em prol das pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela», Brasília-DF, 2022, disponível em https.//www.acnur.org/portugues/2022/01/26/acnur-e-ministerio-da-cidadania-renovam-parceria-em-prol-das-pessoas-refugiadas-e-migrantes-da-venezuela/ACNUR e Ministério da Cidadania renovam parceria em prol das pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela – UNHCR ACNUR Brasil [1.3.2023].

[708] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «DPU e ACNUR renovam parceria para garantir direitos de pessoas refugiadas: Memorando de Entendimento estabelece cooperação institucional, jurídica e técnica e protege vulneráveis», Brasília-DF, 2022, disponível em www.acnur.org/portugues/2022/04/06/dpu-e-acnur-renovam-parceria-para-garantir-direitos-de-pessoas-refugiadas/ [28.6.2022].

[709] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no Poder Judiciário e Ministério Público*, Conselho Nacional de Justiça, Brasília-DF, 2019, disponível em https:// www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/578d5640079e4b7cca5497137149fa7f.pdf 578d5640079e4b7cca5497137149fa7f.pdf (cnj.jus.br) [30.9.2023].

[710] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portaria MJSP nº 290, de 23 de janeiro de 2023, Institui Grupo de Trabalho Voltado para o Estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como a Revisão do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2023/PORTARIA_MJSP_N°_290_DE_23_DE_JANEIRO_DE_2023.pdf#:~:text=PORTARIA%20MJS

Coordenação do Grupo de Trabalho «Migração e Refúgio» do Ministério da Justiça e Segurança Pública[711].

As propostas foram organizadas em três eixos temáticos:[712] Regularização Migratória (Eixo I):

i) a revogação de mecanismos infralegais impeditivos de entrada no território nacional ou de inabilitação do pedido de refúgio, por incompatibilidades com as Leis nº 9.474/1997 e nº 13.445/2017;

ii) a regularização rápida de pessoas que entraram no território nacional na vigência destes normativos infralegais restritivos;

iii) a revisão de prazos de validade de documentação;

iv) a capacitação de servidores, através de programas de avaliação de práticas e estabelecimento de ouvidoria externa;

v) a implementação de estratégias para reconhecimento em bloco de condição de refugiado;

vi) o aumento do número de servidores do Comitê Nacional para os Refugiados;

vii) o prazo para julgamento dos pedidos de solicitação, que uma vez expirado sem a devida apreciação, acarretaria a aprovação automática do pedido;

viii) a revisão dos procedimentos de publicação das decisões nos processos de refúgio proferidas em grau recursal, publicação das atividades anuais do CONARE, e a permissão para uso das informações processuais do CONARE em pesquisas académicas, resguardado o sigilo dos nomes dos solicitantes e de seus representantes legais;

ix) a disponibilização gratuita e obrigatória de guias e manuais para obtenção de benefícios assistenciais;

x) a elaboração de planos de regularização migratória periódicos, com participação de órgãos públicos de outros setores (do Ministério Público, da Defensoria Pública, p. ex.) para aceleração do julgamento do acervo acumulado de solicitações de refúgio e outros procedimentos de imigração;

P%20No%20290%2C%20DE%2023%20DE%20JANEIRO,No%2017%2C%20de%2024%2F01%2F2023%2C%20Seção%201%2C%20Página%2077PORTARIA MJSP N° 290, DE 23 DE JANEIRO DE 2023 [25.9.2023].

[711] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portaria nº SENAJUS/MJSP Nº 70, de 16 de fevereiro de 2023, Designa Membros do Grupo de Trabalho Instituído pela Portaria nº 290, de 23 de janeiro de 2023, Voltado ao Estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como a Revisão do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2023/PORTARIA_SENAJUS-MJSP_Nº_70_DE_16_DE_FEVEREIRO_DE_2023.pdf PORTARIA SENAJUS/MJSP Nº 70, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023 [25.9.2023].

[712] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Ofício nº 257, de 21 de maio de 2023*, Brasília, 2023, disponível em https://www.mpf.mp.br/pfdc/documentos-diversos/oficio-no-257-2023-pfdc-mpf-mj-politica-nacional-de-migracoes-refugio-e-apatrida/mpf.mp.br/pfdc/documentos-diversos/oficio-no-257-2023-pfdc-mpf-mj-politica-nacional-de-migracoes-refugio-e-apatrida/ [25.9.2023].

xi) a manutenção da Operação Acolhida voltada para os refugiados de origem venezuelana, ou subsidiariamente, a substituição por política pública semelhante, até que as instituições locais possam efetivar todas as etapas do processo de integração local.

No eixo III, concernente à Promoção e Proteção de Direitos, de Combate à Xenofobia e ao Racismo, o MPF recomenda:

i) a eliminação de distinções de tratamento e de procedimento, salvo por motivo justificado e com objetivo específico e razoável, atendendo a um fim legítimo, e a dispensa de procedimentos formais discriminatórios;

ii) a dispensa de procedimentos para o caso de populações deslocadas indígenas;

iii) protocolos de atendimento antidiscriminatório;

iv) o estabelecimento de medidas para adequação de procedimentos e mapeamento de casos prioritários, sujeitos a maior risco de violência ou discriminação, com a fixação de critérios para determinar a maior vulnerabilidade dos solicitantes;

v) a supressão do condicionamento ao pedido de residência à colaboração do migrante, refugiado ou apátrida com as autoridades que investigam casos de tráfico de pessoas e trabalho em condições análogas à escravidão; sugere a diminuição da discricionariedade da Polícia Federal para decidir sobre o requerimento de residência.

Finalmente, no eixo IV que se refere à Participação Social, o MPF sugere:

i) mudanças na composição do Comitê Nacional para os Refugiados para incluirem-se representações de grupos ou conselhos temáticos, com o direito de serem ouvidos, obrigatoriamente, nas deliberações do Comitê;

ii) a inclusão do Ministério Público Federal como observador, com direito a voz e sem direito a voto);

iii) o restabelecimento do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior;

iv) o estabelecimento de diretrizes para criaçãoo, estabelecimento e composição de conselhos e comitês locais de participação no âmbito dos demais entes da Federação;

v) o estabelecimento de ouvidoria externa no âmbito do MJSP para fiscalizar os órgãos envolvidos na política migratória, com amplia divulgação do canal de atendimento. Sugere-se ainda que o ouvidor externo não seja um servidor público e sua escolha resulte de uma consulta à sociedade civil.

É certo que a recente Lei nº 13.445/2017 reforçou o sistema de garantias dos direitos substantivos dos nacionais estrangeiros imigrantes e refugiados, tendo em mente que os seus institutos guardam uma maior aproximação com os padrões universais e regionais de direitos humanos.

Contudo, como pensa Rômulo França, o protagonismo de outros atores não-estatais, inclusivamente os próprios refugiados, é um fator decisivo para que as políticas públicas neste setor se tornem mais amplas e ao mesmo tempo, mais direcionadas ao atendimento de grupos específicos mais vulneráveis[713].

Na série histórica de 2018 e 2022, 26 unidades da Defensoria Pública dos Estados (DPEs), a Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios (DPDFT) e a Defensoria Pública da União (DPU) promoveram políticas de defesa das populações de refugiados mais vulneráveis, nos âmbitos executivo, legislativo e judicial.

De forma sumária, as políticas desenvolvidas pela Defensoria Pública em todas as unidades da Federação podem ser agrupadas como segue:

i) atuação perante instituições internacionais: DPU (35), as DPEs do Espírito Santo (7), Minas Gerais (3), Pará (2), Paraná (2), Pernambuco (1), Rio de Janeiro (23), Rondônia (1), São Paulo (17);

ii) criação de um órgão de acompanhamento dos Projetos de Lei, no nível de assessoria parlamentar (5): a DPU e as DPEs de Amapá, Bahia e Mato Grosso do Sul;

iii) participam em foros de discussão dos Projetos de Lei, no nível parlamentar (28): todas as unidades da Defensoria Pública adotaram medidas neste sentido, em caráter permanente;

iv) 16 DPEs emitem Notas Técnicas sobre os Projetos de Lei de interesse da população mais vulnerável[714].

4.1. Os direitos dos refugiados com deficiência, antes da nova lei de migração brasileira

Três anos antes da promulgação da Lei de Migrações nº 13.445, de 24 de maio de 2017, coordenada pelos Ministério da Justiça, do Trabalho e Emprego e o das Relações Exteriores, com apoio das agências das Nações Unidas ACNUR, UNODC, OIT, PNUD e OIM, a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar) reuniu 788 delegados nacionais e estrangeiros de 30 nacionalidades

[713] Cf. Rômulo Ataides FRANÇA, *et al.*, «Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil», *in Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 19, nº 1, Instituto de Psicologia da UERJ da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, Rio de Janeiro, 2019, p. 101, disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100006&lng=pt&nrm=iso Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil (bvsalud.org) [17.9.2022].

[714] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Pesquisa Nacional da Defensoria Pública,* Rio de Janeiro, 2023, disponível em https://pesquisanacionaldefensoria.com.br/pesquisa-nacional-2020/analise-por-unidade-federativa/Análise por UF – Pesquisa Nacional da Defensoria Pública (pesquisanacionaldefensoria.com.br) [13.11.2023].

diferentes, representantes de 21 Estados da federação e da sociedade civil, atuantes na defesa dos direitos das populações refugiadas, apátridas e imigrantes residentes no Brasil[715].

O alvo comum consistiu em elaborar os termos de uma Política e um Plano Nacional de Refúgio, Migrações e Apatridia, bem como estruturar a norma substitutiva da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro), até então vigente como regra geral da política imigratória do Estado brasileiro.

A 1ª Comigrar caracterizou-se como um espaço de diálogos visando à formulação de políticas públicas, a partir do engajamento de diversos setores públicos e privados, nacionais e internacionais, de qualquer forma ligados ao tema das migrações internacionais, com o fito de conferir expressão púbica e visibilidade ao tema.

Sob a coordenação do Poder Executivo federal, as propostas dos grupos de trabalho seriam utilizadas na construção de um sistema nacional sobre migrações e refúgio, por meio da articulação dos entes federativos, dos poderes constitucionais e da sociedade civil[716].

As pessoas com deficiência em situação de refúgio, imigração e apatridia foram contempladas na proposta «pós-etapa nacional» em quatro pontos essenciais:

i) uso corrente do termo «pessoas com deficiência», em vez de pessoas «portadoras de deficiência», pessoas «deficientes», e outras similares, atendendo a nomenclatura da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência[717], e o termo «pessoas menos favorecidas» em lugar de «pessoas vulneráveis»;

ii) criação de mecanismos de incentivo fiscal, sobretudo em relação ao INSS, semelhante aos incentivos existentes para portadores de deficiência e empregados domésticos; instituição de cota reserva de vagas de trabalho direcionadas aos refugiados sob a proteção do Estado brasileiro[718];

iii) inclusão das pessoas com deficiência em todas as políticas de atendimento equitativo aplicáveis aos nacionais estrangeiros protegidos pelo Estado brasileiro[719], com a recomendação de que

[715] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «Brasil: 1ª Conferência Nacional sobre Migraçãoe Refúgio é considerada um marco histórico», Brasília-DF, 2014, disponível em www.acnur.org/portugues/2014/06/04/brasil-1a-conferencia-nacional-sobre-migracao-e-refugio-e-considerada-um-marco-historico/Brasil: 1ª Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio é considerada um marco histórico – UNHCR ACNUR Brasil [4.2.2024].

[716] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Manual Metodológico-COMIGRAR, 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio*, 2014, Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, 2014, pp. 4 e 5, disponível em www.participa.br/articles/public/0006/4010/Manual_COMIGRAR_Janeiro_2014__1_.pdfManual_COMIGRAR_Janeiro_2014__1_.pdf (participa.br) [4.2.2024].

[717] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Comigrar Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, Caderno de Propostas pós-Etapa Nacional*, Brasília-DF, 2014, p. 11, disponível em https://vdocuments.mx/caderno-de-propostar-da-comigrar.html?page=2 Caderno de Propostar da Comigrar - [PDF Document] (vdocuments.mx) [4.2.2024].

[718] *Idem*, p. 31.

o segmento das pessoas com deficiência fosse expressamente mencionado entre os titulares dos direitos[720].

A lista de direitos era bastante abrangente. Propunha-se a construção de políticas de igualdade de atendimento, inclusão e concessão de benefícios assistenciais e sociais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) para acesso ao Programa Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada, para as pessoas economicamente carentes.

Previa-se também amplo acesso aos direitos ao atendimento psicossocial, à saúde pública, assistência jurídica, documentação facilitada, informação, aprendizagem do idioma de acolhimento, inserção laboral, alimentação facilitada pelo poder público, em estabelecimentos mais baratos.

As propostas ainda incluíam políticas de acesso a abrigamento temporário, especialmente em zonas de grande fluxo migratório, e independente da regularidade documental, desde o momento do ingresso no território brasileiro[721].

Porém, o Projeto de Lei que afinal foi promulgado pelo Presidente da República teve 30 itens vetados que, no todo ou em parte, haviam sido elaborados pela Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio[722].

Deste modo, a proteção e a promoção dos direitos dos refugiados, apátridas e imigrantes mais vulneráveis, inclusivamente as PCDs, tem como supedâneos legais de âmbito geral a Lei de Refúgio nº 9.474, de 22 de julho de 1997, consequente à Declaração e Programa de Ação de Viena, e a gestão da imigração voluntária, regulada pela Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

4.2. A «Operação Acolhida» e os direitos das pessoas refugiadas com deficiência

Conforme os registros da Polícia Federal do Brasil, entre os anos de 2017 a 2023 um total de 853.566 mil venezuelanos ingressaram em território brasileiro, dos quais 354.209 mil solicitaram

---

[719] *Idem*, p. 33.

[720] *Ibidem*, p. 37.

[721] Observamos a ideia de transversalidade entre eixos de discriminação: «[...] com dignidade e atenção às especificidades para LGBTs, quilombolas, vítimas de tráfico humano, famílias com filhos pequenos, crianças e adolescentes, ciganos, mulheres, gestantes e parturientes, vítimas de violência, idosos, pessoa presa estrangeira em regime semiaberto, aberto e/ ou livramento condicional, e outros públicos» *(Ibidem*, p. 37).

[722] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Mensagem nº 163, de 24 de maio de 2017, do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil para o Senhor Presidente do Senado Federal, Comunica as Razões dos Vetos Parciais ao Projeto de Lei nº 2.516/15, a Nova Lei de Imigração Brasileira*, Presidência da República, Brasília-DF, 2017, disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-veto-152813-pl.html [21.3.2023];

autorizações de residência, 99.520 pediram o reconhecimento da condição de refugiado, e dentre estes, 53.284 tiveram seus pedidos deferidos[723].

Diante desta situação sem precedentes no continente latino americano, no ano de 2018 o governo federal do Brasil criou a política pública apodada de «Operação Acolhida», a fim de promover uma abordagem humanitária dos deslocamentos populacionais oriundos da Venezuela.

A Operação foi estabelecida para cumprir três objetivos primários, a saber: i) ordenamento da fronteira; ii) abrigamento/acolhimento e iii) interiorização de populações em mobilidade forçada[724].

O grande fluxo de deslocados em direção ao Estado de Roraima trouxe uma pressão imigratória gigantesca sobre aquela unidade da Federação, com risco de colapso institucional e econômico.

Depois a Operação estendeu-se para o Estado do Amazonas, especialmente na cidade de Manaus, em virtude da afluência de venezuelanos por via áerea.

O enquadramento normativo desta política consiste na Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, posteriormente convertida em Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018 (Institui a Operação Acolhida), no Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021 (Comitê Federal de Assistência Emergencial-CFAE), e nas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Sistema Único de Saúde-SUS), nº 8.666, 21 de junho de 1993 (licitações), nº 9.474, de 22 de julho de 1997 (refúgio), nº 11.494, 20 de junho de 2007 (educação), nº 13.019, 31 de julho de 2014 (parcerias público-privadas), nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (imigração) e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017[725].

[723] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Migração Venezuelana, Janeiro 2017 – Janeiro 2023*, Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, Brasília-DF, 2024, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Subcomitê_federal/publicações/Informe_Migracao-Venezuelana_Jan2017-jan2023.pdf [24.1.2024].

[724] «A Operação Acolhida é executada pela Força-Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima (FT Log Hum RR), coordenada pelo Governo Federal, com o apoio de agências da ONU e de mais de cem entidades da sociedade, com a missão de oferecer assistência emergencial aos imigrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima. A Operação Acolhida está organizada em três eixos: 1) ordenamento da fronteira: documentação, vacinação e Operação Controle do Exército Brasileiro; 2) acolhimento: oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde; e 3) interiorização: deslocamento voluntário de venezuelanos de Roraima para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica. O 6º BEC, desde 2018, tem apoiado a FT Log Hum RR na construção e na manutenção dos Abrigos e Bases da Operação Acolhida para o acolhimento de imigrantes venezuelanos, nos municípios de Pacaraima-RR, Boa Vista-RR e Manaus/AM. As ações, na atualidade, são realizadas, principalmente, por meio do Contingente do Destacamento de Engenharia da Operação Acolhida (Dst Eng Op Aclh)» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Operação ACOLHIDA», *in Portal do Governo Brasileiro*, 6º Batalhão de Engenharia de Construção, Brasília-DF, 2023, disponível em https://6bec.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=166&Itemid=315) [17.3.2023].

[725] As normas reguladoras da Operação Acolhida estão disponíveis para consulta no sítio eletrónico oficial do Governo Brasileiro www4.planalto.gov.br/legislacao/Home — Portal da Legislação (planalto.gov.br).[17.3.2023].

O Comitê Federal de Assistência Emergencial atua por meio de três Subcomitês e uma Secretaria, cujas competências distribuem-se equitativamente nos principais objetivos da Operação Acolhida, nos termos da Resolução CFAE/SE/CC nº 2, de 26 de julho de 2022[726].

Na atualidade, a Operação Acolhida se constitui a principal política pública de assistência emergencial a pessoas em situação de refúgio no Brasil. A principal meta desta política é o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório, provocado por crise humanitária[727].

Constituem-se os pilares da Operação a situação de vulnerabilidade, a proteção social e a crise humanitária (artigo 3º, incisos I a III). Quanto à forma de atuação, optou-se pela intersetorialidade das ações humanitárias (artigo 4º), tendo em mente a preservação da segurança nacional e o equilíbrio das relações intergovernamentais, bem como a inserção de um contingente populacional expressivo de nacionais estrangeiros em comunidades local, ou interiorização (artigo 4º)[728].

A proteção às pessoas com deficiência, para além de outros segmentos mais vulneráveis, consta expressamente do artigo 5º, inciso VI, da norma de base da política em presença. As etnias indígenas *Warao, E'ñepá e Pemon* atendidas na Operação Acolhida, embora «[...] refugiados ou simples nômades que cruzam a fronteira por necessidade, como resultado da crise política e econômica de seu país de origem»[729], como assinala Feres Kanaan, estão a receber os mesmos cuidados e atendimentos básicos que se destinam a todos os demais solicitantes de refúgio.

---

[726] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Resolução CFAE/SE/CC Nº 2, de 26 de julho de 2022*, Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) Brasília-DF, 2022, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resoluções_do_Comitê_Emergencial/RESOLUÇÃO_CFAE.SE.CC_Nº_2_DE_26_DE_JULHO_DE_2022.pdf RESOLUÇÃO CFAESECC Nº 2, DE 26 DE JULHO DE 2022 (mj.gov.br) [17.3.2023].

[727] «A Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima – OPERAÇÃO ACOLHIDA é a primeira missão de natureza humanitária em território nacional, tendo sido iniciada em março de 2018, como medida emergencial ao grande fluxo migratório de venezuelanos entrando no Brasil em busca de ajuda humanitária (BRASIL, 2019a). É um esforço conjunto de diversos órgãos e agências, como Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), Polícia Federal, CONANDA, CONARE, CNIg, DPU, ACNUR, OIM, RFB, UNFPA, MDS), entre outros, todos atuando no acolhimento dos imigrantes em situação de vulnerabilidade. Os procedimentos adotados variam conforme a natureza e a necessidade. Os fluxogramas que seguem demonstram como é feito o acolhimento a depender da situação em que se encontra o imigrante» (Cf. William Albuquerque de OLIVEIRA, *Operação Acolhida: Mapeamento Informacional de Fluxos de Acolhimento dos Imigrantes Venezuelanos no Brasil,* 2020, 107f., Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2020, p. 70, disponível em https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216650) [25.10.2022].

[728] Ver Cheslane Tavares da Silva RODRIGUES, *Contribuições da Operação Acolhida para a Política Migratória Brasileira*, 2021, 110f., Dissertação (Mestrado em Ciências Militares), Escola de Comando e Estado Maior do Exército Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2021, p. 97, disponível em https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9899/1/MO%206409%20-%20CHESLAINE%20TAVARES%20DA%20SILVA%20RODRIGUES.pdf [25.10.2022].

[729] Cf. Georges Feres KANAAN, «Operação acolhida, a maior operação conjunta interagências e de natureza humanitária no Brasil», *Doutrina Militar Terrestre em Revista (versão digital)*, Comando de Operações Terrestres (COTER)/Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), Brasília- DF, 2019, p. 12, disponível em https://ebrevistas.eb.mil.br/dmt/article/view/2351 [2.9.2022].

A Operação Acolhida é uma política pública intersetorial, inter-governamental e inter-disciplinar, que utiliza um mecanismo de logística híbrida militar-civil, concebida para funcionar temporariamente como uma «Força Tarefa». Seu propósito geral é oferecer a resposta humanitária adequada na questão dos deslocamentos massivos de nacionais venezuelana, em razão das instabilidades sociais, políticas e econômicas do país fronteiro.

Geograficamente, estende-se a todo o território nacional, em função do pilar de interiorização das pessoas refugiadas em qualquer dos 5.570 municípios distribuídos pelas 5 regiões do Brasil. O principal ponto de confluência de refugiados é a estrada pedonal e veicular que liga Santa Elena de Uiaren, na Venezuela, e Pacaraima, no estado de Roraima.

As cidades de Boa Vista e Manaus, no estado do Amazonas, também recebem centenas de refugiados venezuelanos e de outras nacionalidades fronteiriças, por meio de transportes rodoviários e aéreos.

Entretanto, a Operação tem se estendido a diversas regiões do país, tendo em vista as necessidades de (re)alocação de pessoas e recursos. Como objetivos específicos da Operação, destacamos o alívio da pressão imigratória nas principais zonas de fronteira, o controle e ordenação da fronteira entre o Brasil e a Venezuela, e o abrigamento/acolhimento de imigrantes da Venezuela.

Numa segunda linha de atuação, as operações desenvolvidas pelo ACNUR, OIM e as respectivas redes de cooperadores privados, individuais e institucionais socorrem-se da logística da Operação Acolhida para promover a repatriação voluntária, o reassentamento e a integração local.

Os fundamentos legais da Operação Acolhida são o Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018; a Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, convertida na Lei Federal nº 13.684, de 21 de junho de 2018. Tais normativos reconheceram a situação de urgência humanitária internacional, envolvendo os nacionais de origem venezuelana, bem como o caráter interagencial da Operação.

Para promover o acompanhamento da Operação Acolhida, o Ministério da Defesa, conforme estabelecido na Portaria nº 1.223/2021, de 10 de março de 2021, instituiu, em caráter temporário, a Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial (SECAAE).

O funcionamento da SECAAE foi prorrogado por mais quinze meses, a contar de 1º de julho de 2022, conforme Portaria EMCFA-MD nº 3.448, de 23 de junho de 2022.

A amplitude nacional e o carácter interagencial da política, envolvendo entes governamentais (governo e sociedade civil) e organizações internacionais. Criou-se o Comitê Federal de Assistência Emergencial, composto de três Subcomitês:

i) o de recepção, identificação e triagem a cargo do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

ii) o de acolhimento de interiorização dos imigrantes em situação e vulnerabilidade, sob a tutela do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;

iii) o de saúde dos imigrantes, a cargo do Ministério da Saúde;

iv) a coordenação geral, pelo Ministério da Defesa que se faz representar nos três Subcomitês.

A Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) conta com a colaboração de 120 (cento e vinte) agências e instituições civis, sendo órgãos governamentais de níveis federal, estaduais e municipais, organismos Internacionais (OI)[730], organizações não-governamentais (ONGs) e parceiros da sociedade civil.

Até o presente não se encontrou uma outra política que possa substituir a Operação Acolhida. É certo que os deslocamentos internacionais que ocorrem na atualidade são importantes para isto, mas é preciso lembrar os interesses estratégicos do bloco Mercosul, muito por conta das características geográficas e de recursos naturais na área que abrange o Monte Roraima, na tríplice fronteira do Brasil, Venezuela e Guiana.

Lembra-nos Georges Feres Kanaan que a expectativa sobre os benefícios imediatos da Operação Acolhida no plano interno foi bastante otimista, em razão do histórico de incremento da economia local trazido pelo fluxo de populações transfronteiriças[731].

Esperava-se o incremento da economia local uma vez que os comércios locais tornar-se-iam os fornecedores preferenciais. De modo indireto, os munícipes apoiariam mais facilmente a integração da população estrangeira.

Contudo, a realidade mostrou-se bem diversa, pelo facto de que os milhares de venezuelanos, de um modo geral vindos de condições próximas da pobreza extrema em seu país de origem, sobrecarregaram o frágil sistema de atendimento público dos municípios de acolhimento no teritório de Roraima, os quais quase colapsaram no auge da afluência de deslocados.

---

[730] «Trata-se, em essência, de uma estrutura capaz de planejar, coordenar, controlar e apoiar a ação de mais de uma centena de atores envolvidos direta ou indiretamente com a operação humanitária, a exemplo das agências da ONU desdobradas, ACNUR, OIM UNICEF, PNUD, UNPFA, ONU Mulheres e dos atores governamentais como, executivo, legislativo, judiciário, federal, estadual, municipal e dos atores não governamentais: associações religiosas, clubes filantrópicos, universidades, entre outros» (Ver Yan Cássio KOAKOSKI, *A Dinâmica do Acolhimento Humanitário e a Interiorização dos Migrantes Venezuelanos a partir de Roraima*, 2023, 83f., Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social), Universidade de Caxias do Sul-RS, Caxias do Sul, 2023, p. 55, disponível em https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/12733/TCC%20Yan%20Cassio%20Koakoski.pdf?sequence=1 [8.12.2023].

[731] Cf. Georges Feres KANAAN, «Operação acolhida, a maior operação conjunta-interagências e de natureza humanitária no Brasil», *Doutrina Militar Terrestre em Revista*, vol. 7, nº 18, Centro de Doutrina do Exército-CDoutEx, Brasília-DF, 2019, p. 13, disponível em https://ebrevistas.eb.mil.br/dmt/article/view/2351 v. 7 n. 18 (2019): DOUTRINA MILITAR TERRESTRE EM REVISTA | Doutrina Militar Terrestre em Revista (eb.mil.br) [2.9.2022].

Já no início de 2018, o governo estadual de Roraima ingressou a Ação Civil Originária 3.121, no Supremo Tribunal Federal, na qual eram requeridos: i) o ordenamento da fronteira do Brasil com a Venezuela, com recursos federais: ii) o fechamento temporário do acesso terrestre; iii) reforço orçamentário federal para o enfrentamento do que se nomeou «uma crise de refugiados venezuelanos».

A ação foi julgada parcialmente procedente em favor do Estado de Roraima, relativamente ao reforço orçamental, calculado na base de 50% (cinquenta por cento) dos gastos efetuados pelo erário estadual no acolhimento aos nacionais venezuelanos.

A fronteira permaneceu aberta, porém a ordenação passou a ser realizada pelas Forças Armadas brasileiras em regime de cooperação com a Polícia Federal e outros órgãos de controle imigratório, para além das parceiras com as organizações internacionais e privadas de apoio aos refugiados e outros migrantes[732].

A questão orçamental da Operação Acolhida tem sido comentada pela doutrina com ênfase redobrada. Somente em 2020, o orçamento mensal da Operação foi de 14 milhões de reais (receita ideal) e 7 milhões de reais (receita disponível), para atender todas as demandas de documentação, aplicação de vacinas, insumos, bens de uso pessoal e coletivo e alimentos[733].

Cheslaine Rodrigues assevera que um dos pontos nevrálgicos da Operação Acolhida é o desafio de adequada *accountability*, ou seja, a necessidade de se avaliar a continuidade do investimento governamental a partir da análise do custos e dos resultados.

Ademais, a Operação Acolhida há muito converteu-se de uma medida emergencial para o que se configura, tendencialmente, como política permanente na região da fronteira tríplice entre o Brasil, a Venezuela e a Guiana, o que exige um contínuo fluxo de investimentos federais[734].

---

[732] Cf. Amanda Karolini BURG, *et al.*, «Refúgio, fechamento de fronteira e Estado de Coisas Inconstitucional (ECI): um estudo a partir da Ação Civil Originária (ACO) n. 3.121», *Revista Direito GV*, vol. 18, n°1, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas-FGV, São Paulo, 2022, pp. 8 e 9, disponível em https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/85607/80782 Vista do Refúgio, fechamento de fronteira e Estado de Coisas Inconstitucional (ECI): um estudo a partir da Ação Civil Originária (ACO) n. 3.121 (fgv.br) [5.7.2022]

[733] « General Barros informou que a solicitação foi por um orçamento de R$ 150 milhões; foram atendidos R$ 90 milhões. No ano passado, este montante ultrapassou os R$ 280 milhões. "Este recurso não é só para manter abrigos", reforçou. O investimento inclui, por exemplo, o processo de interiorização, cuja logística envolve Pacaraima, Boa Vista e Manaus, no Amazonas.Ver Folha BV, «Operação Acolhida tem custo de quase R$ 500 mil por dia: estratégia demanda um investimento inicial de R$ 14 milhões, mas atualmente, tem R$ 7 milhões disponíveis», Boa Vista, 2021, disponível em https://www.folhabv.com.br/cotidiano/operacao-acolhida-tem-custo-de-quase-r500-mil-por-dia/#:~:text=A%20estrat%C3%A9gia%20do%20Ex%C3%A9rcito%20para%20condu%C3%A7%C3%A3o%20da%20crise,para%20fazer%20os%20empenhos%20para%20manter%20a%20log%C3%ADstica. Operação Acolhida tem custo de quase R$500 mil por dia - Folha BV.

[734] Ver Cheslane Tavares da Silva RODRIGUES, *Contribuições da Operação Acolhida para a Política Migratória Brasileira*, 2021, 110f., Dissertação (Mestrado em Ciências Militares), Escola de Comando e Estado Maior do Exército Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2021, p. 85, disponível em https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9899/1/MO%206409%20-%20CHESLAINE%20TAVARES%20DA%20SILVA%20RODRIGUES.pdf [25.10.2022].

Yan Koakoski observa que o aporte orçamentário médio anual da Operação entre os anos de 2019 e 2021 foi o maior entre os contratos federais vigentes para o Estado de Roraima, sendo calculado em aproximadamente 140 milhões de reais, número que no entanto se contrapõe ao descréscimo do fluxo de entradas de imigrantes entre os meses de junho de 2020 e setembro de 2021, quando foram publicados, sucessivamente, 15 decretos de restrição[735] de acesso a estrangeiros de todas as nacionalidades, em face da emergência pandêmica mundial[736].

O mesmo autor aponta que cada pessoa em situação migratória emergencial trazia um custo mensal de 1.800 reais *per capita*, enquanto estivesse à espera de sua interiorização, sendo que o percentual de interiorizados em outras unidades da Federação foi de apenas 34% em média.

Portanto, os restantes 66% subdividem-se em grupos que foram para outros países, grupos que retornaram aos países de origem e grupos que permaneceram em Roraima. Quanto a estes, o autor informa que a maior parte depende de proteção social, por não terem condições de empregabilidade e renda suficiente e assim pouco têm a contribuir na economia local[737].

No fundo, conforme pensa Koakosky, a descontinuidade da Operação Acolhida poderia implicar um resultado para o Estado de Roraima muito mais prejudicial do que a sua manutenção, pelo facto de que os fluxos de entrada de nacionais venezuelanos tende a aumentar nos próximos anos.

O impacto sobre as demandas/necessidades direta ou indiretamente relacionadas à política pública é feita por cada um dos Ministérios responsáveis, em reuniões ordinárias e extraordinárias, pelo CEAF e Comissões Tripartites sobre Educação e Saúde.

Já a população deslocada tem o direito de participar de certas etapas dos processos de repatriação voluntária, reassentamento e alocação de outro ponto do território nacional.

Com a mudança de governos presidencial e estaduais no início de 2023, cogitou-se a substituição do modelo Força Tarefa Logística Humanitária Militar-Civil para um que seja de controle total de natureza civil.

Mas os êxitos alcançados e a fragilidade de gestão estadual independente relativamente ao abrigamento/acolhimento de deslocados não recomenda a antecipação de tal mudança, mesmo porque a Operação conta com sustentação parlamentar no Congresso Nacional.

---

[735] Para além destes 15 que restringiam todas as nacionalidades, outros 8 lhes sucederam, limitando a entrada de nacionalidades específicas. Convém ressaltar que nenhum dos decretos restritivos reportava-se a pessoas com deficiência, mas todos referiram a categoria genérica de «pessoas em situação de vulnerabilidade».

[736] Cf. Yan Cássio KOAKOSKI, *A Dinâmica do Acolhimento Humanitário e a Interiorização dos Migrantes Venezuelanos a partir de Roraima*, 2023, 83f., Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social), Universidade de Caxias do Sul-RS, Caxias do Sul, 2023, p. 65, disponível em https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/12733/TCC%20Yan%20Cassio%20Koakoski.pdf?sequence=1 [8.12.2023].

[737] *Idem, op. cit.*, pp, 66-68.

Presidida pela Senadora Mara Gabrilli, que é pessoa com deficiência, a Comissão Mista do Senado Federal é a instância do Parlamento brasileiro que acompanha o desenvolvimento das políticas de gestão imigratória, refúgio e apatridia no Brasil.

Uma das metas declaradas da Comissão para a legislatura de 2024 será avaliar a continuidade da Operação Acolhida, a fim de discutir a eficiência do formato atual ou se alterações deverão ser feitas[738]. Entrento, pensamos que a questão mais relevante a ser discutidas é que a maior parte das operações desenvolvidas pelo ACNUR, OIM e outras agências internacionais estão condicionadas à logística militar-civil da Operação Acolhida.

Como pondera Cheslaine Rodrigues, a transição de atribuições das Forças Armadas para instâncias civis, embora prevista na lei de criação da política, afigura-se uma possibilidade ainda distante «visto (*sic*) a necessidade de publicação de ato legislativo, criação de secretaria especial, cargo, orçamento, atribuição legal para a substituição da atuação das forças armadas»[739]

Até mesmo órgãos operadores do Direito, tradicionalmente menos envolvidos em questões imigratórias, estão a cooperar por iniciativa própria com os objetivos da Operação Acolhida, no que tange à elaboração de políticas institucionais que possam garantir o acesso à justiça e à defesa judicial dos direitos humanos, por parte das pessoas em mobilidade humana no território brasileiro.

Anteriormente à Operação Acolhida nenhuma outra política houvera contado com o envolvimento das Forças Armadas em parceria com organizações internacionais, dezenas de parceiros privados, individuais e coletivos, e setores governamentais de níveis federal, estaduais e municipais voltados para a interiorização e integração de refugiados e imigrantes.

Assim, esta política hoje considerada como um paradigma de avaliação segundo os padrões universais de proteção aos direitos humanos e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

---

[738] «Situação do refúgio aos venezuelanos em Roraima. Visando retomar a última visita da comissão que ocorreu durante a pandemia e com a fronteira fechada, buscaremos retomar o histórico da Operação Acolhida e seus reflexos no estado de Roraima, principalmente em Pacaraima e Boa Vista» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Requerimento de aprovação do Plano de Trabalho da Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados para o ano de 2023,* Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/158585#:~:text=Requer%2C%20nos%20termos%20regimentais%2C%20a%20votação%20do%20Plano,e%20Refugiados%20%28CMMIR%29%20para%20o%20ano%20de%202023. CMMIR - Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados - Atividade Legislativa - Senado Federal, [13.12.2023].

[739] Ver Cheslane Tavares da Silva RODRIGUES, *Contribuições da Operação Acolhida para a Política Migratória Brasileira*, 2021, 110f., Dissertação (Mestrado em Ciências Militares), Escola de Comando e Estado Maior do Exército Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2021, p. 89, disponível em https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9899/1/MO%206409%20-%20CHESLAINE%20TAVARES%20DA%20SILVA%20RODRIGUES.pdf [25.10.2022].

Some-se a isto o historial de contributos das Forças Armadas brasileiras em mais de 50 operações de manutenção da paz das Nações Unidas e a interação com experiências regionais estrangeiras de controle e segurança de fronteiras[740].

Neste particular, convém destacar a política comum de gestão de fronteiras externas do Espaço Schengen, que se concretiza por meio da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (FRONTEX), formada por membros das Forças Militares e Policiais Civis dos países-membros da União Europeia.

Nuno Piçarra esclarece que a Frontex foi criada para promover uma cooperação internacional mais estreitas entre as autoridades nacionais encarregadas de aplicar as regras da União Europeia em matéria de controle e vigilância de fronteiras externas, «como também uma efetiva coordenação dessa cooperação, para além, naturalmente, da promoção ativa da solidariedade entre os Estados-Membros neste domínio»

Em que pese a escassez de informações ao grande público, as opiniões mais precisas que circulam nos ambientes político e acadêmico tendem a favorecer a continuidade da Operação Acolhida.

Para além das razões humanitárias e de direitos humanos, pelos quais a Operação Acolhida foi lançada como política emergencial associada à questão dos deslocados de origem venezuelana, hoje se tornaram evidentes as razões de segurança nacional subjacentes a esta política[741].

O histórico de conflitos entre países latino-americanos jamais se igualou à dimensão dos conflitos que ocorreram em outras regiões do globo, por razões que se arraigam nas afinidades coloniais predominantemente luso-espanholas, com exceções feitas ao Haiti, às Guianas e ao Suriname.

Apesar disto, Bento Paulos Cabral aponta os focos de tensão territorial, quais sejam, as reinvindicações de Bolívia e Chile, sobre um direito da Bolívia à saída para o Pacífico, passando pelo

---

[740] «A Frontex, criada a partir da instância comum de técnicos das fronteiras externas que funcionava no âmbito do Conselho, tornou-se operacional em maio de 2005. Foi dotada de um corpo de funcionários e peritos nacionais no domínio do controlo e vigilância de fronteiras, destacados pelos Estados-Membros, e pode recrutar o restante do pessoal» (Cf. Nuno PIÇARRA, «Fronteiras, vistos, asilo e imigração», *in* SILVEIRA, Alessandra *et al.* (Coords.), *Direito da União Europeia: Elementos de Direito e Políticas da União*, Coimbra, Edições Almedina, 2016, pp. 309-310).

[741] «Embora possuam realidades divergentes, estes países amazônicos compartilham um interesse em comum: a região do Essequibo (também chamada pelos venezuelanos de Zona en Reclamación), que atualmente corresponde a 2/3 (ou 66%) do território guyanense, totalizando uma área de 159.500 km². (DONETTO JUNIOR, 2010). A região representa uma área rica em minérios (particularmente bauxita, urânio, ouro e diamante) e petróleo. A disputa territorial (onde o componente marítimo, e não apenas terrestre, recebe grande destaque) que envolve a República Cooperativista da Guyana e a República Bolivariana da Venezuela data do século XVIII e apresenta-se, ainda, sem solução aparente na contemporaneidade» (Cf. Paloma Silva de Oliveira AGUIAR, 2016, 110f, *Essequibo em Foco: Um Estudo de Caso de Um Contencioso Sulamericano*, Dissertação (Mestrado em Sociedade e Política), Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2013, p. 13, disponível em repositorio.ufrr.br:8080/jspui/bitstream/prefix/370/1/Essequibo%20em%20foco%20_%20um%20estudo%20de%20caso%20de%20um%20Contencioso%20Sulamericano...%20Aguiar.pdf Essequibo em foco _ um estudo de caso de um Contencioso Sulamericano... Aguiar.pdf (ufrr.br)) [13.12.2023].

território chileno; da Colômbia e Nicarágua relativamente ao arquipélago de San Andres; o diferendo entre a Colômbia e a Venezuela, sobre o domínio do Golfo de Maracaibo; a disputa entre a Venezuela e a Guiana (inglesa) pela bacia do rio Essequibo, rica em minerais e petróleo.

Não obstante as objeções ao formato militar-civil da Operação Acolhida, em função do histórico de intervenção dos militares na esfera dos direitos civis e políticos, esta política tem sido aplicada para defesa nacional, sob a estratégia de controle de fronteira, o que inevitavalmente pressupõe processos de intercâmbio e de cooperação multilateral.

Tendo em linha de conta a definição de Celina Souza, a Operação Acolhida enquadra-se na tipologia de Ciclo de Políticas Públicas, quando o decisor político define a agenda, identifica as alternativas, avalia as opções disponíveis e uma vez encontrada a melhor opção, encaminha-se para o processo legislativo e depois para o gestor executivo para implementá-la e periodicamente, sujeitá-la a nova avaliação.

Por outro lado, afigura-se uma política redistributiva, porque visa a beneficiar um grande número de pessoas, porém implica perdas concretas a curto prazo para outras, neste caso, a população local, em face da diminuição do espaço público e maior compressão da rede de atendimento social e de saúde, a exemplo do que ocorre com «as políticas sociais universais, o sistema tributário e o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento»[742].

Neste caso, os benefícios imediatos estão a ser direcionados para um contingente populacional estrangeiro, inclusive os recursos destinados aos direitos sociais como moradia, saúde, atendimento na rede pública local, concessão de benefícios assistenciais, auxílio-Brasil, em condições de igualdade com os nacionais.

O facto de os refugiados e outros migrantes poderem sair do Brasil a qualquer tempo voluntariamente pode significar uma redução nos custos públicos relacionados. Claro está que não se pode mensurar em termos financeiros o quanto os deslocados forçados e outros migrantes em situação de vulnerabilidade podem contribuir para o incremento da economia das comunidades de integração.

Por força de lei, as decisões prévias às políticas e quaiquer alterações competem exclusivamente a órgãos de governo governamentais, restando pouco espaço deliberativo para os demais atores e para os eventuais beneficiados. Nada impede, porém, que os órgãos de controle

[742] Cf. Celina SOUZA, «Políticas públicas: conceitos, tipologias e sub-áreas», *Fundação Luís Eduardo Magalhães*, Salvador, 2002, p. 7, disponível em https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf Microsoft Word - Politicas publicas - FLEM.doc (pucgoias.edu.br) [1.1.2024].

externo e interno das venham a apreciar reclamações feitas por outros atores e pelos próprios beneficiados.

Não há precedentes desta política que possam fornecer um ponto de comparação. Entretanto, há operações similares e complementares sendo concretizadas pelas Forças Armadas brasileiras nas mesmas regiões de fronteira, porém, voltadas para outros fins: Operação Controle, Operação Tucuxi, Operação Ágata.

Entretanto, a Operação tem sido criticada pela presença militar na sua coordenação, que é feita por oficiais superiores das Forças Armadas. Para alguns setores da academia, isto imprime a marca do autoritarismo, e no que toca à estratégia de controle de fronteiras, poderia ser utilizada como viés para o ressurgimento da doutrina de soberania nacional e segurança, o que significaria retroceder nos avanços em matéria de direitos humanos no contexto das mobilidade humana.

Em contrapartida, o governo e as organizações internacionais têm procurado demonstrar os benefícios do acolhimento aos refugiados e outros migrantes para as comunidades locais, a fim de incentivar a aceitação coletiva.

A par do trabalho de conscientização da coletividade, outra linha de atuação positiva é a fala dos especialistas nos formadores de opinião, escolas, sindicatos e associações comunitárias, meios de comunicação social, igrejas e, sobretudo, universidades.

Por sua vez, a rede de apoio público e privado da Operação Acolhida é composta de parceiros internacionais, convocados pelas agências da ONU, dezenas de parceiros privados individuais e coletivos, sobretudo pelo espaço concedido aos representantes das organizações internacionais e associações de refugiados em debates acadêmicos.

Julgamos que a Operação Acolhida pode fornecer rico material de análise sobre as relações civis-militares, a partir da compreensão das funções do controle civil democrático, da eficácia e da eficiência das políticas setoriais em que devam juntar-se os dois segmentos em coordenação.

Para além do aspecto da segurança, a política em comentário se propõe também a ser um mecanismo de proteção aos direitos humanos, enquanto perdurar o fluxo imigratório de nacionais venezuelanos na região norte do Brasil[743].

[743] A região norte do Brasil é composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia, e se avizinha de 7 países sul-aamericanos: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

4.3. Avanços legislativos sobre os direitos das pessoas refugiadas com deficiência

É certo que a a nova Lei de Migrações nº 13.445, de 24 de maio de 2017, aumentou o nível de segurança jurídica para os candidatos à proteção territorial, como também para o próprio Estado brasileiro, visto que os atuais institutos jurídicos harmonizam-se aos padrões universais e regionais de proteção dos direitos humanos.

Apesar disso, a legislação ainda está em fase de aperfeiçoamento, bem como sua eficácia vem a ser testada na dinâmica da gestão imigratória e do refúgio internacional, para além do constante escrutínio da sociedade, por meio dos meios de comunicação e ativistas de direitos humanos.

A opinião de Rômulo França é no sentido de que o protagonismo de outros atores não-estatais, inclusivamente os próprios refugiados, pode contribuir para que se amplie o campo das políticas públicas específicas no domínio das migrações, tendo em conta que a complexidade crescente das demandas de direitos humanos nele compreendidas[744].

As múltiplas faces da vulnerabilidade e sua relevância política já se podiam antever na Conferência de Viena sobre os Direitos Humanos de 1993. Conforme Lindgren Alves, participante ativo do evento, os atores não-estatais tiveram um importante desempenho afirmativo dos direitos de minorias até então invisíveis e inaudíveis, poucos anos depois do fim da Guerra Fria[745].

Para suprir a lacuna de acesso do grande público ao acervo de normativos, o governo brasileiro publicou o compêndio eletrônico de *Legislação Migratória Compilada*, no qual se contêm os principais diplomas reguladores do refúgio, da apatridia e das migrações[746].

O usuário de fala portuguesa (Portugal, Brasil e demais países da CPLP)[747] poderá fazer uso da legislação com menos dificuldade do que terá um nacional estrangeiro. Julgamos que os sistemas

---

[744] Cf. Rômulo Ataides FRANÇA, *et al.*, «Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil», *in Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 19, nº 1, Instituto de Psicologia da UERJ da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, Rio de Janeiro, 2019, p. 101, disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100006&lng=pt&nrm=iso Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil (bvsalud.org) [17.9.2022].

[745] Cf. José Augusto Lindgren ALVES, «A atualidade retrospectiva da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos», *in Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, nº 53, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo, 2000, pp. 13-66, disponível em https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/Revista%20PGE%2053.pdf Revista PGE [26.8.2022].

[746] *Vide* REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Legislação Migratória Compilada 2021*, Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2021, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Legislação_Migratória_Compilada/2021_12_20_Compilado_rev_atu.pdfLegislação Migratória Compilada (mj.gov.br) [13.12.2023];

[747] Ver COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP), *Estados-Membros*, Lisboa, 2022, disponível em https://www.cplp.org/id-2597.aspx [30.10.2022].

informáticos podem ser aperfeiçoado com outros mecanismos, tais como a tradução do português falado no Brasil para as línguas de trabalho da Organização das Nações Unidas[748].

Em que pesem as melhorias incontestes da legislação imigratória brasileira Baggio e Sartoretto observam a presença residual de diretrizes de «soberania e de segurança nacional», que associam às políticas de imigração dos regimes militares[749].

Em consonância com esta opinião, Deilton Ribeiro Brasil pondera sobre uma possível inadequação do artigo 123 da Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017 à regra do devido processo legal. Segundo o autor, a regra geral de não privação da liberdade, provisória ou definitiva, por razões de regularidade migratória, não poderia conhecer qualquer exceção, como a que prevê o artigo, por meio da expressão «exceto nos casos previstos nesta lei».

Por outro lado, o autor acusa o artigo 211 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017 (regulamentar à Lei de Migração) de ferir «o caráter pluralista étnico, racial, religioso e cultural da Lei nº 13.445/17», na medida em que prevê a hipótese de prisão ou outra medida cautelar em face de natural estrangeiro ao qual se devam aplicar medidas de retirada compulsória, quais sejam, a repatriação e a deportação, mediante requerimento da Polícia Federal ao juízo federal competente[750].

Convém mencionar que a antiga lei geral sobre entrada e saída de estrangeiros no Brasil, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, era excessivamente restritiva em relação ao ingresso e permanência de estrangeiros.

Contudo, é preciso lembrar que as políticas de gestão imigratória naquele dado momento histórico devem ser compreendidas como um fenômeno político e de interesse estratégico particularmente sensível para todos os Estados.

Algumas mudanças legislativas podem causar uma boa impressão no plano internacional. Contudo, a tomada de decisão sobre o fluxo de estrangeiros deve considerar, fundamentalmente, a estabilidade interna e a segurança do Estado, a questão dos direitos humanos e a sustentabilidade das medidas, tendo em vista os efeitos de ordem política e econômica.

---

[748] UNITED NATIONS (UN), *Official Languages*, Nova Iorque, 2022, disponível em https.//www.un.org/en/our-work/official-languages [30.10.2022].

[749] Ver Roberta Camineiro BAGGIO e Laura Madrid SARTORETTO, «O processo de criação do novo marco regulatório no Brasil: entre a ideologia da segurança nacional e o direito humano de migrar», *Revista Direitos Fundamentais e Democracia*, vol. 24, nº 3, Curitiba, 2019, p. 55, disponível em https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1299 [23.07.2022].

[750] Cf. Deilton Ribeiro BRASIL, «As dimensões políticas, sociais e econômicas da nova Lei de Migração Brasileira e os Direitos Humanos em uma sociedade globalizada», *Revista Argumentum-RA*, vol. 19, nº 3, Marília, 2018, p. 770, disponível em http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/573 AS DIMENSÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA E OS DIREITOS HUMANOS EM UMA SOCIEDADE GLOBALIZADA | Brasil | Revista Argumentum - Argumentum Journal of Law (unimar.br) [23.07.2022].

Conquanto hoje a regulação do refúgio no Brasil esteja mais alinhadas aos padrões internacionais de direitos humanos, a evolução normativa e institucional tem sucedido a intervalo de tempo mais alargado, ainda assim com menos flexibilidade que noutras áreas de intervenção do Estado, como ocorre, com as políticas sociais que podem beneficiar os nacionais estrangeiros residentes no Brasil: o Benefício de Prestação Continuada[751], e o Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 (substitutivo do Auxílio-Brasil)[752].

Conforme esclarece Arielle Arry Carvalho, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) previsto no artigo 203, inciso V, da CF/88, regulamentado no artigo 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), e pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 (com a redação do Decreto nº 7.617, de 17 de novembro de 2011), é o único benefício com previsão constitucional que se consagra como política pública de Estado que pretende assegurar a concessão de direitos mínimos a quem se encontra em situação de vulnerabilidade social[753].

As pessoas com deficiência refugiadas têm direito a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) por força de uma tese de Repercussão Geral firmada no Supremo Tribunal Federal, que deu cabo a sucessivos processos ajuizados em 1ª instância e tribunais regionais, de interesse de nacionais estrangeiros idosos e/ou PCDs, residentes de modo regular no Brasil, em face da recalcitrância do sistema de seguro social em conceder-lhes a renda assistencial pela via administrativa[754].

Julgamos oportuno salientar que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil coopera com os sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos, não somente através de uma gestão imigratória cooperativa nos níveis regional e global, como também em situações de

[751] «Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: [...] V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei» (omissão nossa). Sua regulamentação infraconstitucional ampara-se no artigo 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), e no Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, com a redação do Decreto nº 7.617, de 17 de novembro de 2011.

[752] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Cartilha reúne informações sobre Auxílio Brasil para pessoas refugiadas e migrantes*, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/Informativo-Auxilio-Brasil_VF.pdf Informativo-Auxilio-Brasil_VF.pdf (acnur.org) [24.1.2024].

[753] Ver SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), *Recurso Extraordinário 587.970* (SP), Brasília, 2017, disponível em https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE587.970votoMMA.pdf RE587.970votoMMA.pdf (stf.jus.br) [24.1.2024].

[754] Cf. Arielle Arry, CARVALHO *Análise do Direito à Assistência Social do Migrante no Brasil com Foco no Benefício da Prestação Continuada e no Benefício do Auxílio Emergencial*, 2021, 137f., Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional), Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Fortaleza, 2021, p. 78, disponível em https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/?cdConteudo=10974162FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ (unifor.br) [4.9.2023].

esforço humanitário, a exemplo do papel que desempenharam as Forças Armadas brasileiras nas operações de estabilização social no Haiti e no Congo[755].

Por outro lado, as instituições de justiça do Brasil têm envidado iniciativas no domínio das relações externas «não-centralizadas», por meio da judicialização dos direitos dos refugiados (e outros imigrantes) mais vulneráveis, com o fim de evitar que os governos de qualquer modo adotem medidas discriminatórias ou que façam retroceder os direitos e benefícios já implementados.

Para alcançar este desiderato, a Defensoria Pública da União (DPU) e o ACNUR estão a consolidar acordos de apoio técnico e cooperação, mediante Memorandos de Entendimento que têm o propósito declarado de reforçar as políticas governamentais voltadas para os refugiados mais vulneráveis.

A Defensoria Pública da União defende a tese de que a defesa judicial e extrajudicial dos direitos destes segmentos em desvantagem social será melhor fundamentada a partir de um subsistema normativo próprio para cada vulnerabilidade, tais como as pessoas com deficiência[756].

Podemos perceber que o objetivo comum destes novos liames interinstitucionais é a efetividade efetividade de medidas de proteção, por meio de mecanismo de compartilhamento de informações e de respostas rápidas ao atendimento de demandas específicas.

Para tanto, como já anteriormente referimos, o aumento do fluxo de informações entre os setores do governo e não-governamentais parece-nos de fundamental relevância prática. Mais que isto, o incremento de sistemas informacionais beneficiará diretamente os próprios usuários dos sistemas, nomeadamente as pessoas em situação de refúgio mais vulneráveis (e outros imigrantes) em busca de trabalho.

Tais políticas de compartilhamento de dados devem implicar a diminuição dos prazos de liberação de autorizações de residência e da Carteira de Trabalho e Previdência Social, que são os documentos básicos para que um nacional estrangeiro possa pleitear uma vaga de trabalho formal[757].

Por este motivo, em especial, é que o ACNUR e o Fundo de População das Nações Unidas para a UNFPA têm solicitado com instância que o governo federal brasileiro cumpra integralmente a CDPD,

---

[755] Cf. Juliana Sandi PINHEIRO, 2015, 237f., *A Atuação Militar Brasileira na MINUSTAH: Estratégias de Enfrentamento das Gangues no Haiti*, Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional), Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2015, p. 217, disponível em https://repositorio.unb.br/handle/10482/19957 [8.8.2022].

[756] Cf. «DPU e ACNUR renovam parceria para garantir direitos de pessoas refugiadas: Memorando de Entendimento estabelece cooperação institucional, jurídica e técnica e protege vulneráveis», notícia publicada na *internet* em 06 de abril de 2022, disponível em www.acnur.org/portugues/2022/04/06/dpu-e-acnur-renovam-parceria-para-garantir-direitos-de-pessoas-refugiadas/ [28.6.2022].

[757] *Vide* REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portal de Imigração Laboral*, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2022, disponível em Portal de Imigração Laboral - Página inicial (mj.gov.br) [19.9.2022].

no tocante à garantia de acesso à informação, saúde e trabalho assalariado, aos refugiados e solicitantes de refúgio com deficiência[758].

No presente, solicitantes de refúgio podem aceder por via digital às plataformas de solicitação de refúgio, assim como podem compulsar a legislação imigratória compilada, formulários, informações rápidas, números de telefone, e-mails, e endereços de acesso a sítios eletrônicos úteis para os nacionais estrangeiros e a população em geral.

No entanto, uma mais eficiente atenção legal às demandas de pessoas refugiadas com deficiência dependerá da existência de meios legais de defesa destes direitos em âmbito administrativo e judicial, o que implica, necessariamente, o envolvimento do Estado brasileiro no sentido de prover os meios hábeis para o exercício dos direitos.

Como pensamos, o facto de os Estados protagonizarem as políticas de direitos humanos, embora signifique certo grau de auto-limitação da soberania no plano interno, no fundo promove o encontro entre a tutela do Estado e os interesses das pessoas sujeitas à sua jurisdição[759].

É sabido que as demandas singulares de pessoas refugiadas com deficiência não foram diretamente abordadas na CDPD. Aliás, o termo «refugiados» sequer é mencionado no texto desta Convenção.

Contudo, o artigo 11º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) afirma que os Estados «[...] tomam, em conformidade com as suas obrigações nos termos do direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos, todas as medidas necessárias para assegurar a proteção e segurança das pessoas com deficiência em situações de risco, incluindo as de conflito armado, emergências humanitárias e a ocorrência de desastres naturais»[760].

Melo Alexandrino ensina que é característica dos Estados constitucionais ocidentais a positivação dos direitos e garantias fundamentais nos textos das respetivas Constituições[761]. Já Gomes

[758] Ver FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES (UNFPA), «Ninguém para trás: pessoas refugiadas e migrantes com deficiência devem ter seus direitos assegurados», 21 de setembro de 2022, Brasília-DF, 2022, disponível em brazil.unfpa.org/pt-br/news/ninguém-para-trás-pessoas-refugiadas-e-migrantes-com-deficiência-devem-ter-seus-direitosUNFPA Brazil | Ninguém para trás: pessoas refugiadas e migrantes com deficiência devem ter seus direitos assegurados [10.10.2022].

[759] Cf. James Leslie BRIERLY, *Direito Internacional*, 2ª Edição, tradução portuguesa de M.R. Crucho de Almeida, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1967, pp. 46-47.

[760] A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi o primeiro tratado internacional de direitos humanos a integrar o ordenamento jurídico brasileiro com a estatura de Emenda Constitucional (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*, Brasília-DF, 2009, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm [10.11.2022].

[761] Cf. José de Melo ALEXANDRINO, *A Estruturação do Sistema de Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Portuguesa: A Construção Dogmática*, vol. II, Coimbra, Edições Almedina S/A, 2006, p. 21.

Canotilho observa que a aplicabilidade destas normas dispositivas, a exemplo dos constitucionalismos português e brasileiro, «[vinculam] o poder legislativo, o poder executivo e a jurisdição»[762], mas fazem remissão a regras subordinadas que efetivamente tornarão concretos os direitos substantivos.

Neste sentido, as garantias fundamentais extensíveis aos estrangeiros residentes no país e o próprio sistema de incorporação dos tratados direitos humanos constituem-se normas de aplicabilidade imediata, mas a efetividade destas «normas-princípio», que o são por criarem os direitos, opera-se por meio de normas reguladoras de políticas públicas.

O papel de proteção de direitos fundamentais, inclusivamente o de prevenção e eventual sancionamento de atos contrários aos direitos humanos praticados por seus próprios agentes estatais, compete exclusivamente ao Estado[763].

Assim, o governo adotou regras que conferem prioridade aos pedidos de refúgio feitos por PCDs, tais como: i) a autorização para que depois do deferimento do pedido de autorização de residência, as PCDs possam solicitar o registro na unidade da Polícia Federal mais próxima ao seu domicílio, devendo fazê-lo, preferencialmente, por meio eletrônico[764]; ii) a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) terá validade indeterminada, em caso de PCDs[765]; iii) nos processos de naturalização feitos por PCDs, a avaliação da capacidade do(s) naturalizando(s) de se comunicar(em) em língua portuguesa levará em conta a deficiência, nos termos da legislação vigente[766].

---

[762] Ver José Joaquim Gomes CANOTILHO, *Estudos sobre Direitos Fundamentais*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, p. 145 (interpolação nossa).

[763] O Supremo Tribunal Federal decidiu em 2015 que o Poder Judiciário deve interferir nas políticas de execução penal para ordenar reparos urgentes em estabelecimentos prisionais onde haja risco à vida e à dignidade dos detentos, visto que os direitos e as garantias fundamentais «*não se tratam de normas meramente programáticas*», nas palavras do Relator Ministro Ricardo Lewandowski) (itálico nosso) (Cf. Siddarta LEGALE e Alisson Silva MARTINS, «Parâmetros para o acesso à justiça em um Estado de Coisas Inconstitucional: a dignidade dos encarcerados e a ação civil pública, *in* José Ribas VIEIRA *et al.* (coords.), *Jurisdição Constitucional e Direito Constitucional Internacional*, Editora Fórum, Belo Horizonte, 2016, p. 227, disponível em https://www.academia.edu/en/35764978/JURISDIÇÃO_CONSTITUCIONAL_E_DIREITO_CONSTITUCIONAL_INTERNACIONAL_BH_EDITORA_FÓRUM_2016(99+) JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL BH, EDITORA FÓRUM, 2016 | Siddharta Legale, Alexandre Melo Franco de Moraes Bahia, and Letícia V I R G I N I A Leidens - Academia.edu)((itálico no original) [23.8.2023].

[764] Artigo 67, § 1°, do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017: «§ 1°. Observado o disposto na Lei n° 10.048, de 8 de novembro de 2000. poderão solicitar registro na unidade da Polícia Federal mais próxima ao seu domicílio: I - as pessoas com deficiência. O mesmo texto se vê na Portaria n° 11.264, de 24 de janeiro de 2020: Art. 5° A CRNM terá a validade de nove anos, contados a partir da data do registro, quando se tratar de residência por prazo indeterminado. § 1° Na hipótese de que trata o caput, a validade da CRNM será indeterminada quando o titular: I - houver completado sessenta anos de idade até a data do vencimento do documento; ou II - for pessoa com deficiência».

[765] Artigo 74, § 1°, do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017: «A Carteira de Registro Nacional Migratório terá a validade de nove anos, contados a partir da data do registro, quando se tratar de residência por prazo indeterminado».

[766] Artigo 222, § 1°, do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017: «A avaliação da capacidade do naturalizando de se comunicar em língua portuguesa será regulamentada por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso III do caput do art. 233 e no inciso II do caput do art. 241, as condições do naturalizando quanto à capacidade de comunicação em língua portuguesa considerarão aqueles decorrentes de deficiência, nos termos da legislação vigente».

Em novembro de 2023, foi assinada a Portaria SENAJUS/MJSP nº 84, de 26 de outubro de 2023, que dispõe sobre a Rede Nacional de Cidades Acolhedoras[767]. A solenidade ocorreu no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, contando com a presença de representantes governamentais, não-governamentais e dos representantes do ACNUR, da OIR e da OIT no Brasil[768].

5. Interiorização e integração local de pessoas refugiadas com deficiência

Neste tópico analisamos os avanços normativos, institucionais e as boas práticas de gestão paras populações em situação de refúgio e outras condições imigratórias nos estados federais e municípios brasileiros.

Segundo a Constituição brasileira, todos os entes federativos devem obediência à CF/88. Entretanto, a União não se subordina às Constituições estaduais, nem às Leis Orgânicas Municipais e a Lei Orgânica do Distrito Federal. Já os estados regem-se pela CF/88 e respetivas Constituições, mas não estão submetidas às Leis Orgânicas Municipais.

Finalmente, os municípios devem obediência à CF/88, às Constituições estaduais e às próprias Leis Orgânicas. Ao Distrito Federal assegura-se a competência restrita de formular sua própria Lei Orgânica desvinculada da Constituição do Estado de Goiás, porque pertence à estrutura da União, e portanto, a norma superior à LOM do Distrito Federal é somente a CF/88.

Por regra, as Constituições estaduais brasileiras listam direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, de modo similar ao sistema de direitos e garantias de âmbito federal. Alguns estados federais acrescentaram políticas complementares de atendimento a pessoas mais vulneráveis[769].

---

[767] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Portaria n° SENAJUS/MJSP N° 84, de 26 de outubro de 2023, Dispõe sobre a Rede Nacional de Cidades Acolhedoras, Brasília-DF, 2023, disponível em https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/11708/2/PRT_SENAJUS_2023_84.html#:~:text=PORTARIA%20senajus%2Fmjsp%20N°%2084%2C%20de%2026%20de%20outubro,11.348%2C%20de%201°%20de%20janeiro%20de%202023%2C%20resolve%3ª SEI/MJ - 26152266 - Portaria nº [21.11.2023].

[768] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «MJSP assina portaria de criação da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras. Cidades podem assinar termo de adesão para integrar Rede Nacional de Cidades Acolhedoras», Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-assina-portaria-de-criacao-da-rede-nacional-de-cidades-acolhedorasMJSP assina portaria de criação da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras — Ministério da Justiça e Segurança Pública (www.gov.br) [21.11.2023]

[769] Cf. Siddarta LEGALE e Alisson Silva MARTINS, «Parâmetros para o acesso à justiça em um Estado de Coisas Inconstitucional: a dignidade dos encarcerados e a ação civil pública, *in* José Ribas VIEIRA *et al.* (coords.), *Jurisdição Constitucional e Direito Constitucional Internacional*, Editora Fórum, Belo Horizonte, 2016, p. 227. Estes autores comentam uma decisão do Supremo Tribunal Federal em Recurso Extraordinário, na qual se decidiu que o Poder Judiciário pode dar ordem ao Poder Executivo para fazer reformas urgentes em estabelecimentos prisionais, caso estejam em risco a vida e a dignidade dos detentos, visto que os direitos e as garantias fundamentais não se tratam de normas meramente programáticas, nas palavras do Relator Ministro Ricardo Lewandowski)

Rafaela Blauth constatou a existência de determinados direitos essenciais das pessoas com deficiência, nomeadamente a saúde, a educação, a acessibilidade, o trabalho e o lazer, na maioria das Constituições estaduais brasileiras[770].

Os municípios detêm a competência legislativa suplementar. Por ela, é-lhes facultado legislar em todas as matérias que não interessam diretamente à União, ao Distrito Federal e aos estados. Citamos à guisa de ilustração a competência provativa da União para legislar sobre trânsito (artigo 22, XI, da CF/88).

A competência para legislar sobre o tráfego nas vias interurbanas pertence ao Estado de São Paulo (artigo 23, XII), mas o município de São Paulo poderá editar normas de circulação nas vias municipais, determinando horários e logradouros específicos segundo a categoria dos veículos ou a sequência numérica das placas, etc. (artigo 29, I, da CF/88).

Por regra, as Leis Orgânicas Municipais regulam as questões locais, quando se têm conta a a geografia, a cultura, os aspetos socioeconômicos de cada município. No âmbito das políticas de refúgio, o modelo adotado pelo Estado brasileiro funda-se primariamente nas obrigações internacionais que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações externas.

Em seguida, devemos olhar para o quadro de competências da União, dos estados federais, do Distrito Federal e dos municípios, onde os limites materiais definidos foram definidos pelo legislador constituinte. Neste modelo organizacional o Poder Executivo Federal detém a competência privativa para legislar sobre migrações, como já o dissemos anteriormente[771]. Já os estados federais, o Distrito Federal e os municípios não detêm competência legislativa, mas devem cooperar com a União para a execução das políticas migratórias.

Isto decorre de um mecanismo de distribuição de competências legislativas que objetiva sobretudo preservar o Pacto Federativo, fundamento da harmonia político-governativa entre as unidades estruturantes do Estado brasileiro.

---

[770] Ver Rafaela Smania Mendes BLAUTH e Reginaldo de Souza VIEIRA, «Análise das Constituições Estaduais brasileiras e seu conteúdo quanto aos direitos das pessoas com deficiência», *Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas*, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito-Conpedi, vol. 5, nº 1, Goiânia, 2019, p. 136, disponível em www.indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/5645/pdf ANÁLISE DAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS BRASILEIRAS E SEU CONTEÚDO QUANTO AOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | Smania Mendes Blauth | Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas (indexlaw.org)) [28.10.2022].

[771] Para os fins deste estudo, adotamos a «situação de refúgio» como a categoria que abrange tanto os estrangeiros já reconhecidos como refugiados, por decisão do governo brasileiro, quanto aqueles que estão a aguardar a atribuição do estatuto de refugiado. Em qualquer caso, presume-se que o estrangeiro esteja a residir no território nacional, visto que os direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 somente são conferidos aos «residentes no país» (artigo 5º, cabeça).

Por este mecanismo somente a União pode legislar em certas matérias. Em outro quadro de competências, os estados e os municípios podem elaborar regras comuns concorrentes, normas complementares e normas supletivas.

Destarte, as obrigações do Estado brasileiro no plano internacional também alcançam as subunidades federativas, ainda que não participem do percurso legislativo de incorporação de uma fonte normativa internacional ao direito interno.

Portanto, podemos pensar sobre que fundamentos as unidades descentralizadas do Estado brasileiro tornar-se-ão autônomas para legislar a matéria dos direitos PCDs em situação de refúgio. Na verdade, estamos a pensar nos limites desta autonomia, sendo certo que as unidades integrantes da federação já têm um regime próprio, previsto na Constituição Federal de 1988, que lhes assegura uma larga margem de intervenção em diversas matérias que também pertinem à União.

Mas a criação de Comitês e Conselhos consultivos ou deliberativos de apoio a refugiados (e outros migrantes), a promulgação de leis e decretos definindo competências estaduais e municipais, e a elaboração de planos de gestão, trazem algo novo ao panorama das competências constitucionais (ainda que interpretativamente), assim como fazem refletir na questão das relações internacionais praticadas por entes descentralizados.

É facto que os referidos avanços que os estados e municípios têm feito no tratamento das deslocações internacionais podem resultar benefícios mais imediatos para certos destinatários de políticas específicas em matérias de direitos humanos.

Para além de oferecer uma resposta humanitária mais célere, as políticas subnacionais imigratórias também se destinam a acelerar o processo de cumprimento das obrigações internacionais do Estado brasileiro, na medida em que os equipamentos públicos que concretizam o acesso a direitos fundamentais, ao tratamento isonômico e o atendimento de vulnerabilidades específicas em meio ao conjunto mais amplo de pessoas em deslocamento internacional, estão mais próximas dos lugares onde as pessoas realmente habitam.

Por outro lado, as políticas descentralizadas implicam o necessário engajamento de todos os departamentos do governo e a participação de setores não-governamentais, para que se obtenha a máxima eficiência, coesão administrativa e a minimização do risco de descontinuidade das políticas a cada mudança de governo.

Importa salientar que a articulação direta dos governos estaduais e a representação do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) no Brasil, vista como um mecanismo de alternativa de gestão de populações deslocadas, está a desenvolver-se claramente em uma tendência à

autonomização das relações externas dos entes federativos em certos temas internacionais que outrora eram centralizados pelo governo federal[772].

Certamente haverá objeções quanto reconhecimento da legitimidade da internacionalização federativa, mesmo que os interesses dos estados federais e municípios brasileiros estejam inevitavelmente envolvidos em matérias internacionais decididas pelo governo federal.

Não obstante, a discussão sobre o modelo das relações exteriores do Brasil deverá ganhar maior importância na proporção do fortalecimento progressivo das relações internacionais entre os entes federativos e o sistema das Nações Unidas.

Forçoso é reconhecer que as pessoas em situação de refúgio dependem enormemente dos bens e serviços públicos dos estados e municípios em que passam a residir, na sequência das medidas de reassentamento ou de integração local.

Portanto, entendemos conveniente examinar quais os fundamentos constitucionais e legais que conferem aos demais entes federativos a legitimidade para elaborar políticas específicas sobre populações em deslocamento internacional, mais precisamente na implementação de políticas suplementares de atendimento equitativo às PCDs em situação de refúgio.

Ao exame das Constituições subnacionais, percebemos que em todas há dispositivos que asseguram aos estrangeiros residentes no Brasil o acesso aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, em condições de igualdade com os nacionais brasileiros, para além de direitos específicos que concretizam o princípio da igualdade no acesso a determinados direitos básicos, como o direito à saúde.

Com relação a este item dos direitos das PCDs com deficiência, conforme Ventura e Yujira bem assinalam, são três os enfoques do debate internacional: risco, saúde pública e direitos humanos. Sob a ótica do risco, o Estado prioriza a segurança interna da sua população, mediante a aplicação de mecanismos de controle de doenças específicas trazidas do exterior.

Visando à redução das despesas públicas, o país de acolhimento deve investir em melhorias na qualidade geral da saúde da população, e por fim, a visão de que a saúde é um direito fundamental que assiste a todos os residentes no pais, sejam nacionais ou estrangeiros em qualquer situação imigratória, regular ou não, revela-se o mecanismo capaz de atingir os objetivos anteriores, para além de promover a devida integração local dos nacionais estrangeiros[773].

---

[772] Cf. Gilberto Marcos Antônio RODRIGUES, «Relações internacionais federativas no Brasil», *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 4, 2008, p. 1029, disponível em https://www.scielo.br/j/dados/a/GGSnVhSxKN66S6T6M4KVmVS/?format=pdf&lang=ptRevista Dados 51 nº 4.vp (scielo.br) [11.9.2022].

[773] Cf. Deyse Freitas Lima VENTURA e Veronica Quispe YUJRA, *Saúde de Imigrantes e Refugiados*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2019, pp. 36-37.

Em termos estruturais, o constitucionalismo subnacional reproduz o modelo da Constituição federal quando organiza o texto em títulos, capítulos, seções, etc. Os direitos e garantias fundamentais são mencionados expressamente em todos os textos, mas nem todos os textos apresentam-nos taxativamente, segundo a estrutura que vemos na Constituição Federal.

Em alguns textos os direitos e garantias fundamentais encontram-se distribuídos esparsamente, na medida em que a Constituição delineia as competências dos estados, sua estrutura, o modo de organização e de funcionamento, as obrigações e os direitos específicos que deve proteger e promover. Noutros, o legislador constituinte optou por mencionar a adesão total aos princípios, direitos e garantias fundamentais já estipulados na Constituição Federal de 1988.

Quanto aos direitos e políticas públicas para as pessoas com deficiência, há casos em que são organizados capítulos e seções à parte, ao modo como a maioria das Constituições Estaduais trata dos os direitos de outras pessoas mais vulneráveis, por exemplo, os idosos, as crianças e os indígenas.

Pese embora o facto de todas as Constituições subnacionais e a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) aludem à igualdade de direitos para os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, em nenhuma delas mencionam-se os direitos e políticas específicas para pessoas refugiadas (e outros imigrantes).

Por fim, cabe referir que em nenhuma das Constituições subnacionais e na LODF existem previsões específicas para as PCDs em situação de refúgio (e outras condições imigratórias). Com isto chegamos podemos inferir que os constituintes estaduais optaram por não utilizar a abordagem interseccional dos direitos e garantias de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, no constitucionalismo estadual brasileiro.

5.1. Boas práticas nos estados brasileiros

Voltamo-nos agora para a legislação infraconstitucional e as respetivas ações concretas que fundamentam. No âmbito dos entes federativos estaduais, identificamos a existência de normas e instituições voltados à defesa dos direitos de populações forçadamente deslocadas a residirem nas respetivas jurisdições territoriais.

Importa-nos salientar que a articulação direta dos governos estaduais e a representação do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) no Brasil, em princípio necessária para obter-se melhores alternativas de gestão de populações deslocadas, evidencia uma clara tendência de autonomização das relações internacionais dos entes federativos em determinados setores da temática da mobilidade

internacional, onde tradicionalmente prevalecia a lógica da centralização das relações externas no governo federal[774].

Certamente haverá objeções quanto à constitucionalidade da internacionalização federativa, ainda que sejam nítidos os interesses das unidades federativas nas matérias internacionais decididas pelo governo federal.

Não obstante, a discussão sobre o modelo das relações exteriores do Brasil deverá ganhar maior importância na proporção do fortalecimento progressivo das relações internacionais entre os entes federativos e o sistema das Nações Unidas.

A realidade inconteste é que as pessoas em situação de refúgio dependem imenso dos bens e serviços públicos dos estados e municípios em que passam a residir, na sequência das medidas de reassentamento ou de integração local.

Neste cenário de demandas humanitárias em crescimento, um dos Estados mais pressionados em termos de fluxos de pessoas em busca de refúgio e outros migrantes é o Acre, situado a noroeste do território brasileiro.

Calcula-se em torno de 400 mil o número de nacionais de origem peruana e boliviana que já ingressaram no Acre na última década. De um modo geral, são tidos comos imigrantes «irregulares» por não terem documentos suficientes.

Não obstante, o governo acreano tem posto em prática estratégias intersetoriais e interagenciais com resultados bastante promissores, como vemos a seguir:

a) no ano de 2019, o governo estadual do Acre (AC) anunciou a assinatura de um Protocolo de Atendimento a Migrantes e Refugiados em Situação de Vulnerabilidade. Foram então convidados a elaborar o documento constitutivo o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Estadual, a Polícia Federal, as Defensorias Públicas da União e do Estado, para além de secretarias executivas estaduais e de representantes das universidades[775];

b) em 2020, o Conselho Estadual de Apoio aos Migrantes (CEAMAR) é inaugurado pelo Decreto nº 7.357, de 26 de novembro de 2020 (alterado pelo Decreto nº 10.829, de 16 de dezembro de 2021) e o Decreto nº 10.830, de 16 de dezembro de 2021 promulga o seu Regimento Interno.

---

[774] Cf. Gilberto Marcos Antônio RODRIGUES, «Relações internacionais federativas no Brasil», *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 4, 2008, p. 1029, disponível em https://www.scielo.br/j/dados/a/GGSnVhSxKN66S6T6M4KVmVS/?format=pdf&lang=ptRevista Dados 51 nº 4.vp (scielo.br) [11.9.2022].

[775] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Estado planeja protocolo de atendimento a migrantes», Governo do Estado do Acre, Rio Branco, 2019, disponível em www. agencia.ac.gov.br/estado-planeja-protocolo-de-atendimento-a-migrantes/Estado planeja protocolo de atendimento a migrantes - Noticias do Acre (agencia.ac.gov.br) [20.8.2023].

O corpo deliberativo do CEAMAR compõe-se de representantes unitários (mais um suplente) de entidades governamentais (mais um suplente), entes internacionais e setores da sociedade civil de apoio a refugiados e outros imigrantes.

Convém-nos ressaltar um aspecto inovador da política estadual acreana, que é o direito de voto concedido ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e à Organização Internacional para as Migrações, nas tomadas de decisão sobre políticas estaduais de apoio aos refugiados e outros imigrantes de nível estadual acreano (artigo 4º, incisos VIII e IX)[776]. Outros órgãos públicos podem participar das reuniões, mas sem possibilidade votar nas deliberações (artigo 5º e incisos, do Decreto nº 10.830, de 16 de dezembro de 2021);

c) em 2021, o governo federal deflagrou ações interministeriais de treinamento pessoal e alocação de recursos financeiros no intuito de dar suporte aos governos estadual e municipais do Acre no tratamento da crise humanitária envolvendo populações deslocadas, como também aquelas pessoas atingidas pelas enchentes sazonais.

Participaram da execução destas políticas os Ministérios da Saúde, da Justiça e Segurança Pública, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, das Relações Exteriores, a Casa Civil da Presidência da República, com o apoio técnico da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)[777];

d) por meio da Portaria nº 733, de 17 de fevereiro de 2022, o Ministério Público Estadual do Acre criou o Grupo especial para atuar em questões migratórias (Gaemig), visando ao acompanhamento, à fiscalização e à implementação de mecanismos de defesa de migrantes, refugiados e apátridas, em regime de cooperação com os sistemas nacional e regional de gestão migratória, para além de organizações da sociedade civil.

No evento público de lançamento do Gaemig, também foi firmado um termo de acordo extrajudicial que trata da Rede de Proteção Social aos Migrantes e Refugiados nos municípios de

[776] «Art. 4º O Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados -CEAMAR/AC é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades: [...] VIII - O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR; [...] XII – Organização Internacional para as Migrações – OIM» (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 10.830, de 16 de dezembro de 2021, Institui o Regimento Interno do Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados-CEAMAR/AC*, Rio Branco, 2021, disponível em https.//leisestaduais.com.br/ac/decreto-n-10830-2021-acre-institui-o-regimento-interno-do-comite-estadual-de-apoio-aos-migrantes-apatridas-e-refugiados-ceamar-ac, disponível em https.//Decreto 10830 2021 do Acre AC (leisestaduais.com.br) (omissões nossas) [20.8.2023].

[777] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Governo Federal atua para resolver questão migratória no Acre: cerca de 400 migrantes chegaram no último dia 12 a Assis Brasil, fronteira do Brasil com o Peru, na tentativa de atravessar o país vizinho», Brasília-DF, 2021, disponível em https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/fevereiro/governo-federal-atua-para-resolver-questao-migratoria-no-acre [21.11.2023].

Brasileira e Epitaciolândia, destinada à prestação de assistência emergencial às pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária[778];

e) em 2023, os representantes do governo do Estado do Acre, por meio da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, e dos municípios de Rio Branco, Epitaciolândia, Assis Brasil e Brasileia, das Polícias Federal e Rodoviária Federal, da Cáritas Brasileira e Pastoral do Imigrante, do Ministério Público Estadual (MPEAc) e do ACNUR, cumpriram agenda de apoio participativo à populações deslocadas.

Então, o ACNUR formalizou a doação de equipamentos de trabalho para órgãos públicos e privados de apoio aos refugiados e imigrantes e insumos básicos para pessoas deslocadas em situação de maior vulnerabilidade. O transporte dos insumos e equipamentos foi feito numa aeronave pertencente à empresa aérea LATAM[779], parceira das ações humanitárias do ACNUR e do governo federal[780].

f) ainda em 2023, o governo do Acre e o Grupo de Atuação Especial em Contextos Migratórios do Ministério Público do Estado do Acre promoveram evento de divulgação das políticas públicas já em curso, para além do lançamento de um fluxo de atendimento destinado a orientar os funcionários municipais na lida diária com as pessoas em busca de refúgio naquele estado[781];

g) além disto, a situação humanitária no Acre foi discutida por 22 representações de autoridades federais, estaduais e municipais, para além de representantes da sociedade civil e do

[778] Cf. A Gazeta do Acre.com, «MPAC instala grupo especial para atuar em questões migratórias», Rio Branco, 2022, disponível em https://agazetadoacre.com/2022/02/noticias/mpac-instala-grupo-especial-para-atuar-em-questoes-migratorias/MPAC instala grupo especial para atuar em questões migratórias - Jornal A Gazeta do Acre [21.11.2023].

[779] Cf. Revista Piloto Ribeirão, «Avião Solidário da LATAM transporta gratuitamente com ACNUR mais de 2 toneladas de itens para ajuda humanitária a refugiados na região Norte do Brasil», Ribeirão Preto, 2023, disponível em https://revistapilotoribeirao.com.br/aviao-solidario-da-latam-transporta-gratuitamente-com-acnur-mais-de-2-toneladas-de-itens-para-ajuda-humanitaria-a-refugiados-na-regiao-norte-do-brasil/ Avião Solidário da LATAM transporta gratuitamente com ACNUR (revistapilotoribeirao.com.br) [21.11.2023]

[780] Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasileia são os municípios do Estado do Acre mais afetados pelos deslocamentos de peruanos, bolivianos, colombianos, venezuelanos e haitianos, muitos destes com a pretensão de alcançar a fronteira EUA-México. Então, o ACNUR visitou estes municípios para identificar demandas e doar equipamentos, para além de firmar memorandos de entendimento com o governo do Acre para incrementar a assessoria técnica aos órgãos de controle fronteiriço e de regularização imigratória (Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «ACNUR e parceiros fortalecem proteção de pessoas refugiadas e migrantes no Acre: missão com autoridades locais e sociedade civil busca fortalecer o acesso a direitos para pessoas em deslocamento na capital e na fronteira Peru e Bolívia», Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2023/04/18/acnur-e-parceiros-fortalecem-protecao-de-pessoas-refugiadas-e-migrantes-no-acre/#:~:text=Nesta%20semana%2C%20a%20Agência%20da%20ONU%20para%20Refugiados,deslocamento%2C%20composta%20principalmente%20por%20venezuelanos%2C%20colombianos%20e%20haitianos. ACNUR e parceiros fortalecem proteção de pessoas refugiadas e migrantes no Acre – UNHCR ACNUR Brasil [20.8.2023].

[781] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Semana Estadual do Migrante e Refugiado destaca conquistas e políticas públicas para acolhimento humanitário«, Rio Branco, 2023, disponível em https://agencia.ac.gov.br/semana-estadual-do-migrante-e-refugiado-destaca-conquistas-e-politicas-publicas-para-acolhimento-humanitario/» - Noticias do Acre (agencia.ac.gov.br)agencia.ac.gov.br/semana-estadual-do-migrante-e-refugiado-destaca-conquistas-e-politicas-publicas-para-acolhimento-humanitario/ [8.11.2023].

ACNUR e da OIM. Nesta oportunidade, o Gabinete de Gestão da Crise Migratória apresentou aos representantes do governo federal um plano de contingência, que prevê a edificação de abrigos permanentes em terrenos próximos de estruturas rodoviárias e hospitalares.

O Gabinete de Gestão solicitou a abertura de um escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) para emprestar apoio técnico tanto nas demandas emergenciais, quanto na gestão fluxos regulares de refugiados. No que pertine aos abrigos para os imigrantes e refugiados, o Gabinete declarou ainda que os devem ser utilizados no caso de situações de emergência provocadas pelas chuvas, que afetam a população ribeirinha.

O Gabinete de Gestão também pediu que o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) abrisse um escritório na para que o apoio técnico e a experiência internacional da agência fossem aproveitados, não só em casos emergenciais, mas também na gestão das migrações regulares[782].

Em 2023, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seasd) divulgou publicamente um fluxo de atendimento aos migrantes e refugiados, elaborado para orientar os funcionários públicos e outros profissionais que atendem esta população com demandas específicas.

Neste evento foram presentes o Ministério Público do Estado do Acre, que anunciou o Grupo de Atuação Especial em Contextos Migratórios (Gaemig), já referido, a demonstrar o compromisso do MPE do Acre para com os direitos de populações deslocadas em situação de vulnerabilidade[783].

Em 2023, o Poder Legislativo do Estado de Alagoas (AL) aprovou a lei instituidora da Política Estadual para a População Imigrante em Alagoas[784].

Em 2022, o governo do Estado do Amapá, o Ministério Público Estadual do Amapá e o ACNUR reuniram-se para pensar em conjunto sobre medidas de proteção às pessoas refugiadas e imigrantes,

[782] «Com superlotação de abrigos, gabinete de crise solicita escritório da Agência da ONU para Refugiados no Acre: encontro com representantes do estado e de autoridades federais vai definir planejamento para dar mais agilidade no acompanhamento de imigrantes que passam pelo Acre. Representante do governo do Acre afirma que vai pedir a criação de escritório de agência da ONU no estado», *Jornal do Acre*, Rio Branco, 2023, disponível em https.//g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/07/05/com-superlotacao-de-abrigos-gabinete-de-crise-solicita-escritorio-da-agencia-da-onu-para-refugiados-no-acre.ghtmlCom superlotação de abrigos, gabinete de crise solicita escritório da Agência da ONU para Refugiados no Acre | Acre | G1 (globo.com) [8.11.2023].

[783] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Semana Estadual do Migrante e Refugiado destaca conquistas e políticas públicas para acolhimento humanitário», Estado do Acre, Rio Branco, 2023, disponível em https://agencia.ac.gov.br/semana-estadual-do-migrante-e-refugiado-destaca-conquistas-e-politicas-publicas-para-acolhimento-humanitario/ [29.11.2023].

[784] Cf. A NotíciaAlagoas, «Aprovado por unanimidade projeto de lei que institui Política Estadual para a População Imigrante em Alagoas», Maceió, 2023, disponível em https://anoticiaalagoas.com.br/2023/09/06/aprovado-por-unanimidade-projeto-de-lei-que-institui-politica-estadual-para-a-populacao-imigrante-em-alagoas/[23.11.2023].

que poderão ser objeto de um Pacto de Cooperação[785]. Já em 2023, o governo do Amapá e o ACNUR discutiram políticas de acesso à saúde, segurança, educação e assistência social[786].

Em 2021, o governo do Estado do Amazonas (AM) e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, junto a representantes da sociedade civil e organizações internacionais puseram-se à mesa para planejar políticas de acolhimento a migrantes e refugiados[787]. Noutra ocasião, ACNUR e Prefeitura de Manaus formalizaram as negociações inciais sobre políticas de acolhimento a nível local[788].

No ano de 2022, o governo do Estado da Bahia (BA) publicou a «Cartilha para Atuação das Forças de Segurança Pública Junto aos Migrantes na Bahia», na qual se lê uma seção especial dedicada à abordagem de PCDs em situação de refúgio (e outras situações imigratórias). Segundo as orientações, quando sejam necessárias as intervenções dos agentes públicos, elas devem conjugar competência técnica e princípios de solidariedade humana[789].

O governo do Estado do Ceará (CE) também criou um Comitê Estadual Interistitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará (CEMIGTRAP-CE), por meio do Decretos nº 32.915, de 21 de dezembro de 2018, e do Decreto n° 33.098, de 10 de junho de 2019 que alterou o anterior.

O Comitê cearense é composto de representantes governamentais, inclusivamente um representante do Ministério Público Estadual, bem como prevê a participação da sociedade civil e coletivos de refugiados e/ou imigrantes.

---

[785] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «O Governo do Amapá recebeu representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), para tratar sobre o acesso de imigrantes a direitos como saúde, educação, segurança e assistência social. O encontro durou dois dias e encerrou na quarta-feira», Estado do Amapá, Macapá, 2022, disponível em https://www.mpap.mp.br/noticias/gerais/mp-ap-participa-de-reuniao-multilateral-para-debater-a-protecao-as-pessoas-refugiadas-e-imigrantes MP-AP participa de reunião multilateral para debater a proteção às pessoas refugiadas e imigrantes - Ministério Público do Estado do Amapá - MPAP [8.11.2023].

[786] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, <Governo do Amapá recebe Agência das Nações Unidas para os Refugiados: objetivo é estabelecer um protocolo de ações para garantia dos direitos e migrantes e refugiados no Paraná>, Estado do Amapá, Macapá, 2023, disponível em https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1506/governo-do-amapa-recebe-agencia-da-organizacao-das-nacoes-unidas-para-refugiados-nbsp-[2.12.2023].

[787] Ver Amazônia, Notícia e Informação, «Políticas de acolhimento a migrantes e refugiados são pautas de visita do procurador federal dos Direitos do Cidadão ao Amazonas», Estado do Amazonas, Manaus, 2021, disponível em https://amazonia.org.br/2021/07/politicas-de-acolhimento-a-migrantes-e-refugiados-sao-pautas-de-visita-do-procurador-federal-dos-direitos-do-cidadao-ao-amazonas/Políticas de acolhimento a migrantes e refugiados são pautas de visita do procurador federal dos Direitos do Cidadão ao Amazonas – Amazônia – Notícia e Informação (amazonia.org.br) [12.9.2023].

[788] Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «ACNUR, Governo do Amazonas e Prefeitura de Manaus discutem políticas para pessoas refugiadas e migrantes», Brasília-DF, 2023, disponível em https.//www.acnur.org/portugues/2023/04/06/acnur-governo-do-amazonas-e-prefeitura-de-manaus-discutem-politicas-para-pessoas-refugiadas-e-migrantes/ ACNUR, Governo do Amazonas e Prefeitura de Manaus discutem políticas para pessoas refugiadas e migrantes – UNHCR ACNUR Brasil [8.11.2023].

[789] «Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Cartilha para Atuação das Forças de Segurança Pública Junto aos Migrantes*, Estado da Bahia, Salvador, 2022, p. 55, solicitado diretamente à Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia [29.11.2023].

A fim de preencher as vagas destinadas aos representantes de entidades não governamentais, em 2020 expediu-se o Edital de Eleição[790], que resultou na escolha de representantes da Associação dos Estudantes da Guiné-Bissau no Estado do Ceará, da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza e da Pastoral dos Migrantes da Arquidiciocese de Fortaleza[791].

De facto, o fluxo de nacionais estrangeiros e deslocados em situação de maior vulnerabilidade tem-se intensificado. Em 2023, o governo do Estado do Ceará contabilizou 900 atendimentos a nacionais estrangeiros no Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), a maioria de origem na Venezuela (51,2%), em Guiné-Bissau (24,2%) e em Cuba (7%)[792].

De acordo com o projeto Migracidades, fruto de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o governo cearense firmou acordo de cooperação com a Polícia Federal, a fim de capacitar servidores sobre protocolos, documentos e processos de regularização migratória, tendo em vista a replicação de conhecimentos em outros órgãos de gestão pública.

Os Decretos nºs 30.682, de 22 de setembro de 2011, 32.915, de 21 de dezembro de 2018, e 33.098, de 10 de junho de 2019, foram de relevância fundamental para a visibilidade do tema das populações deslocadas.

Em 2021, o governo cearense implantou um Centro de Referência e Apoio ao Migrante em parceria com o Ministério da Cidadania, por meio da Portaria nº 723, de 21 de dezembro de 2021. Cerca de 1251 servidores públicos e participantes sociais foram instruídos sobre temáticas imigratórias, tratamento das comunidades indígenas *warao*, receberam orientaçãos sobre comunicação inclusiva em direitos humanos, aspectos jurídicos e soluções duradouras, populações deslocadas mais vulneráveis e políticas públicas para migrantes.

---

[790] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Edital de Eleição de Entidades da Sociedade Civil para Compor o Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Ceará*, Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, 2021, disponível em https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2021/06/Edital-de-eleicao-de-entidades-da-sociedade-civil-para-compor-o-CEMIGTRAP-CE.pdf [29.11.2023].

[791] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Relação de Representações da Sociedade Civil Habilitadas para a Eleição do Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará (CEMIGTRAP-CE)*, Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, 2021, disponível em [29.11.2023].

[792] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Secretaria dos Direitos Humanos fortalece política de acolhimento aos migrantes no Ceará», Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, 2023, disponível em https://www.ceara.gov.br/2023/05/29/secretaria-dos-direitos-humanos-fortalece-politica-de-acolhimento-aos-migrantes-no-ceara/ [21.11.2023], e «Semana Estadual do Migrante e do Refugiado: conheça histórias de pessoas que chegaram ao Ceará», Estado do Ceará, Fortaleza, 2023, disponível em https:// www.ceara.gov.br/2023/07/01/semana-estadual-do-migrante-e-do-refugiado-conheca-historias-de-pessoas-que-chegaram-ao-ceara/ Semana Estadual do Migrante e do Refugiado: conheça histórias de pessoas que chegaram ao Ceará - Governo do Estado do Ceará (ceara.gov.br) [21.11.2023].

O governo cearense também implementou um canal para aproximação com o setor privado para esclarecimento de dúvidas sobre documentação e contratação de migrantes, consistindo no encaminhamento de currículos e dados pessoais de refugiados (e outros migrantes) interessados em vagas de emprego, com a mediação do Sistema Nacional do Emprego-SINE/IDT[793].

Por sua vez, a Assembleia Legislativa do Distrito Federal (DF) aprovou a criação do Comitê Distrital para Apoio a Migrantes e Refugiados e Apátridas do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 44.766, de 25 de julho de 2023, com a tarefa de articular e acompanhar a promoção do bem-estar, da assistência e da integração de políticas públicas na capital do país para pessoas refugiadas.

Para além destas funções, o Comitê deverá auxiliar os órgãos governamentais, em conjunto com a sociedade civil, na construção das políticas públicas neste setor. Daniela Lima ressalta que mesmo antes da criação deste Comitê o governo do Distrito Federal priorizou o ensino da língua portuguesa, como idioma de acolhimento, destinado ao público de crianças refugiadas e PCDs com deficiência[794].

Neste sentido, concordamos com a opinião de Filipa Rino Almeida, que classifica como políticas cruciais para o êxito da integração de pessoas refugiadas, o ensino multicultural, envolvendo o aprendizado da língua portuguesa em interação com as línguas nacionais estrangeiras, o emprego de tecnologias digitais que ampliem o formato da aprendizagem, e a disponibilização de bibliotecas *on-line* bilíngues[795].

No Estado do Espírito Santo (ES), o governo estadual implantou políticas de atendimento para deslocados da etnia indígena *Warao*, extensíveis aos 78 municípios do seu território. Para alcançar este

---

[793] Ver ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM), *Contribuições da Plataforma Migracidades para a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia*, 2023, Porto Alegre, disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2023-04/Contribuições%20da%20Plataforma%20MigraCidades%20para%20a%20Política%20Nacional%20de%20Migrações%2C%20Refúgio%20e%20Apatridia.pdf Contribuições da Plataforma MigraCidades para a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.pdf (iom.int) [23.12.2023].

[794] Cf. Daniela Setúbal Santos LIMA, *Implementação de Políticas Públicas para Refugiados: O Ensino do Português como Língua de Acolhimento no Distrito Federal*, 2019, 155f., Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília-DF, Brasília-DF, 2019, p. 65, disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37323/1/2019_DanielaSetúbalSantosLima.pdf2019_DanielaSetúbalSantosLima.pdf (unb.br) [21.11.2023]

[795] «Um bom serviço de informação multicultural deverá garantir o ensino da língua e da cultura portuguesas. Para os que não estão familiarizados com informática e internet, é necessário dar formação sobre como consultar recursos online. Será também muito importante disponibilizar recursos informativos variados (monografias, publicações periódicas) e recursos multimédia (filmes, música, etc.) de países como a Síria, Egipto, Líbia, Somália, Ucrânia, Paquistão, Mali, no maior leque de idiomas possível (ib.: 12-16). Estes recursos terão uma dupla finalidade: ajudar os refugiados a sentirem-se mais integrados e dar oportunidade à comunidade local de conhecer melhor a cultura das pessoas que está a acolher, fomentando-se assim o diálogo intercultural» (*Vide* Filipa Rino ALMEIDA, «A criação de serviços de informação para refugiados: uma necessidade e uma oportunidade para o futuro», *Biblos*, 3.ª série, nº 3, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017, p. 143, disponível em https://impactum-journals.uc.pt/biblos/article/view/3_6/4408 Visualização de A criação de serviços de informação para refugiados: uma necessidade e uma oportunidade para o futuro (uc.pt)) [23.7.2022].

fim, as Secretarias do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades) e a de Direitos Humanos (SEDH) mobilizaram-se para formular estratégias de integração local e de proteção social desta população deslocada.

Ademais, numa parceria entre a Escola de Serviço Público do Espírito Santo e o ACNUR, têm-se obtido bons resultados no sentido de uma melhor qualificação dos atores da rede de proteção social, principalmente os Conselhos Tutelares da Infância e da Juventude e a Polícia Militar quanto às respetivas competências de atendimento às pessoas refugiadas[796].

Em visita à capital do estado de Goiás (GO), o novo representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, na gestão que teve início em janeiro de 2023, sr. Davide Torzilli, pessoalmente firmou entendimento com o governo de Goiás para emprestar a assessoria técnica ao sistema estadual de proteção aos refugiados (e outros migrantes). Entretanto, é preciso enfatizar que algumas políticas já vinham sendo postas em ação naquele Estado[797].

O primeiro levantamento global sobre o direito de acesso à saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), por refugiados e outros migrantes, nos 246 municípios do estado de Goiás, o que se fez por meio do Relatório Informativo sobre a População Migrante Internacional e a Rede de Saúde do Estado de Goiás.

Apenas 146 municípios responderam ao pedido de informações da Secretaria de Saúde do Estado. Logo, o panorama ainda carece ser complementado, mas já se notam alguns aspetos interessantes nas políticas estaduais goianas:

i) 59,34% responderam o questionário;

ii) 27,5% dos gestores municipais sabem da existência de nacionais estrangeiros residindo no município;

---

[796] *Vide* REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Comissão para Refugiados da ONU conhece trabalho de proteção social feito com indígenas venezuelanos no Estado», Estado do Espírito Santo, Vitória, 2021, disponível em https://www.es.gov.br/Noticia/comissao-para-refugiados-da-onu-conhece-trabalho-de-protecao-social-feito-com-indigenas-venezuelanos-no-estadoGoverno ES - Comissão para refugiados da ONU conhece trabalho de proteção social feito com indígenas venezuelanos no Estado (www.es.gov.br) [12.9.2023]

[797] «Nesta semana, o Representante da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) no Brasil, Davide Torzilli, esteve em Goiânia, Goiás, para participar de uma série de reuniões com autoridades municipais e estaduais, e conversar com indígenas venezuelanos da etnia Warao que vivem na cidade.

Durante a visita, o ACNUR firmou um Memorando de Entendimento com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás (SEDS) para aumentar a capacidade técnica e as ações assistenciais, além de apoiar a elaboração de um Plano Estadual de Políticas para Refugiados e Migrantes. Para a SEDS, a parceria com o ACNUR complementa uma agenda de trabalho intensa pela promoção de direitos, acolhimento e estabelecimento de uma vida digna para essas populações. A partir da assinatura do documento, pelos próximos dois anos, o ACNUR passa a colaborar com treinamentos e capacitações técnicas dos servidores estaduais que realizam o atendimento à população refugiada e migrante (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2023/02/09/acnur-apoia-elaboracao-de-plano-estadual-de-politicas-para-pessoas-refugiadas-em-goias/) [29.11.2023].

iii) 42 cidades reportam a maioria de deslocados venezuelanos (16,7%), seguidos dos haitianos e cubanos;

iv) 52,8% dos municípios prestam atendimento à saúde de pessoas deslocadas e as Unidades Básicas de Saúde correspondem a 93,5% dos atendimentos, seguidos dos Hospitais (72,6%), Postos de Vacinação (62,9%), e Centros Especializados (45,2%), Unidades de Pronto Atendimento (43,5%), Centros de Apoio Psicossocial (41,9%) e Maternidades (22,6%);

v) entre as dificuldades de atendimento, foram verificadas as principais de incompreensão do idioma (88,3%), falta de documentação (56,7%), falta do cadastro no SUS (cartão) (26,7%) e questões culturais (20%)[798].

Em 2022, o governo de Goiás elaborou programas sociais para garantia do acesso ao emprego, entrega de cestas de alimentos, documentação, benefícios em dinheiro para aquisição de insumos básicos, dirigidos a mães responsáveis por crianças de 0 a 6 anos, em situação de vulnerabilidade social; distribuição de insumos de higiene feminina; distribuição de gratuita de refeições prontas; auxílio em dinheiro, no valor de R$ 350 reais, durante 18 meses, para amenizar o risco de superendividamento de famílias de imigrantes sem moradia própria e sem condições financeiras[799];

Já em 2023, a Secretaria do Desenvolvimento Social do Estado de Goiás (SEDS) e o ACNUR firmaram um Memorando de Entendimento visando à elaboração de projeto do Plano Estadual de Atenção aos Migrantes Refugiados e Apátridas de Goiás, instrumento que vai propor diretrizes para implementação de políticas específicas para este segmento, o que somente os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte já fizeram.

Ressalte-se que outros estados federais também promulgaram seus Planos Estaduais de Atenção aos migrantes, mas de um modo geral trata-se de diretrizes de atenção aos refugiados, imigrantes voluntários e apátridas, sem atentar para as demandas específicas da população forçadamente deslocada[800].

---

[798] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Relatório Informativo sobre a População Migrante Internacional e a Rede de Saúde do Estado de Goiás*, Estado de Goiás, Goiânia, s./d., pp. 8-10, disponível em https://www.saude.go.gov.br/files/boletins/informativos/populacao-migrante/RelatorioPopMigranteInternacionalGERPOP.pdf RelatorioPopMigranteInternacionalGERPOP.pdf (saude.go.gov.br) [23.11.2023]

[799] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Governo de Goiás celebra Dia Internacional dos Migrantes com política alinhadas às necessidades de população estrangeira», Estado de Goiás, 2022, disponível em https://www.social.go.gov.br/noticias/1043-governo-de-goiás-celebra-dia-internacional-dos-migrantes-com-políticas-alinhadas-às-necessidades-de-população-estrangeira-2.html#:~:text=De%20programas%20como%20o%20Mães%20de%20Goiás%2C%20Aluguel,são%20alvos%20de%20políticas%20públicas%20do%20atual%20governo [23.11.2023].

[800] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Goiás dá início a Plano de Atenção aos Migrantes Refugiados e Apátridas: Estado é um dos pioneiros na implementaçao de uma política sistematizada para essa população», Estado de Goiás, 2023, disponível em https://www.social.go.gov.br/noticias/1263-goiás-dá-início-a-plano-de-atenção-aos-migrantes-refugiados-e-apátridas.html Goiás dá início a Plano de Atenção aos Migrantes Refugiados e Apátridas - Desenvolvimento Social [29.11.2023].

Os refugiados da etnia indígena *warao*, provenientes da Venezuela, começaram a chegar no Maranhão (MA) em 2019, inicialmente um grupo de 155 pessoas, que passaram a viver em condições precárias em bairros de periferia, tirando o sustento da mendicância nas ruas e sinais de trânsito nas cidades de São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar[801].

Em vista disso, o governo do Maranhão formou um Grupo de Trabalho intersecretarial, constituído pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES) e a Secretaria de Estado da Saúde (SES), além de representantes da prefeitura de São Luís, para articular o atendimento emergencial das demandas básicas de alimentação, assistência social, moradia e atendimento de saúde.

Na opinião de Jaciara Brito, apesar do que já foi realizado em favor dos refugiados, é essencial que se definam as regras a serem seguidas pelos órgãos públicos por meio de um Plano Estadual para as populações em mobilidade internacional no Estado, e que um órgão específico seja comissionado para articular as políticas públicas e coordenar a rede de apoio intersetorial.

A autora propõe ainda que sejam estabelecidos protocolos de atendimento uniformes para os municípios do Estado, tendo em mente as vulnerabilidades específicas, de cunho social, econômico e cultural da população *warao*[802].

Sendo um dos maiores Estados responsáveis pelo agronegócio no Brasil, o Estado do Mato Grosso acolheu uma população de cerca de 4 mil imigrantes, em sua maioria venezuelanos que ali chegaram como resultado do Programa de Interiorização do governo federal (a «Operação Acolhida»), sendo mais notável a presença venezuelana nas cidades de Cuiabá, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Várzea Grande e Rondonópolis.

De acordo com Pelizzari e Alvez, apesar de viverem em um «estado rico», comparado com os demais estados da federação, muitos indivíduos e famílias interiorizadas no Mato Grosso encontram-se em situação de vulnerabilidade social, em termos econômico, sanitário, jurídico e psicológico[803].

---

[801] Cf. O Imparcial, «A cultura da miséria nas ruas de São Luís», São Luís, 2020, disponível em oimparcial.com.br/cidades/2020/03/a-cultura-da-miseria-nas-ruas-de-sao-luis/[29.11.2023].

[802] «Ao tratar de aspectos relacionados à integração sócio - econômica, apontou-se como motivo da constante mobilidade o fato dos *warao*, com a decaída ao longo do tempo, dos valores oriundos da coleta ('mendicância') em ruas e avenidas das cidades onde estabelecem moradia, o que demonstra articulação entre os próprios indígenas (OIM, 2020, p.5). Outrossim, esse comportamento dos *warao*, ao que se percebe nos mais variados documentos, prática vivida há anos desde a Venezuela, pode se incorporar a um costume adquirido com a necessidade de sobrevivência e preservação do grupo» (Cf. Jaciara Neves BRITO e Valdira BARROS, «Políticas públicas de acolhimento aos refugiados venezuelanos indígenas warao pelo Estado do Maranhão», *X Jornada Internacional de Políticas Públicas: trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia, consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie*, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021, pp 8 e 9, disponível em www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1365_1365612edff3b7b81.pdf [29.11.2023].

[803] Ver Kelly PELLIZARI e Henrique Roriz Aarestrup ALVEZ, «As interfaces da vulnerabilidade social de imigrantes e refugiados frente a Covid-19: cenário mato-grossense», *Revista Cadernos de Campo*, nº 30, Araraquara, p. 330, 2021, disponível em

Para estes autores, o endurecimento das regras de controle imigratório na fase mais aguda da pandemia COVID-19 configurou *de per se* violação aos direitos humanos e garantias fundamentais, no que pertine à circulação transfronteiriça e internacional de pessoas, quaisquer que fossem as situações imigratórias[804].

Com efeito, a fase mais grave da pandemia no Brasil ocorreu entre os meses de junho de 2020 a setembro de 2022, ocasião em que o governo brasileiro condicionou a circulação transfronteiriça com espeque no artigo 22, inciso IV da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018[805] e no artigo 3º, inciso VI, (a) e (b) da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020[806].

A Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 instituiu o Sistema Único de Segurança Pública e criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), para garantir a harmonia e a convivência social através de medidas de proteção e fortalecimento dos órgãos de segurança pública, com destaque para os sistemas de atendimento de situações de emergência.

Por princípio, a PNSPDS centraliza-se na proteção dos direitos humanos, no respeito aos direitos fundamentais e na promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana (artigo 4º, inciso III), e tem como um de seus objetivos estimular o intercâmbio de informações de inteligência de segurança pública com instituições estrangeiras congêneres (artigo 6º, inciso IX).

Poucos dias depois de publicada a Lei de Segurança Pública e de Defesa Social, foi promulgada a Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, fundadora de uma política de assistência emergencial de acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, voltada para os nacionais venezuelanos.

---

https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/14033/11500 Vista do As interfaces da vulnerabilidade social de imigrantes e refugiados frente a Covid-19 (unesp.br) [5.12.2023].

[804] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, Dispõe sobre as Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus Responsável pelo Surto de 2019*, Brasília-DF, 2019, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm [5.12.2023].

[805] «Art. 22. A União instituirá Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, destinado a articular as ações do poder público, com a finalidade de: IV - priorizar ações preventivas e fiscalizatórias de segurança interna nas divisas, fronteiras, portos e aeroporto» (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012*, Brasília-DF, 2018, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13675.htm [6.12.2023].

[806] «Art. 3º. Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre outras, as seguintes medidas: [...] VI – restrição excepcional e temporária, por rodovias, portos ou aeroportos, de: a) entrada e saída do País; e b) locomoção interestadual e intermunicipal» (omissão nossa)(Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*, Brasília-DF, 2019, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm [6.12.2023].

Dentre vários segmentos de pessoas mais vulneráveis (idosos, crianças, adolescentes, mulheres, indígenas, comunidades tradicionais), a política emergencial estabeleceu medidas mais amplas de proteção dos direitos das pessoas com deficiência em deslocamento internacional, para além dos direitos e garantias fundamentais que a CF/88 e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência prescrevem como direito, tanto aos nacionais quanto aos estrangeiros residentes no Brasil.

Portanto, a limitação temporária de acesso de imigrantes voluntários e solicitantes de refúgio ao território brasileiro amparou-se em leis aprovadas pelo Poder Legislativo Federal, e não de ato discricionário do Poder Executivo, tendo em mente a continuação de políticas de acolhimento calcadas nos princípios de proteção aos direitos humanos, de segurança pública nas regiõs de fronteiras e na circunscrição interna do território brasileiro, bem como que se garantisse a sustentabilidade[807].

Assim, o governo federal inaugurava oficialmente a política de enfrentamento do risco à segurança sanitária interna, para além da adoção de ações concretas em face da iminência de colapso dos sistemas de atendimento público nas regiões de mais intenso fluxo de deslocados, principalmente no Estado de Roraima, precisamente no município de Pacaraima, fronteiro à cidade venezuelana de Santa Elena de Uiaren.

Tais ações decorrem dos princípios, diretrizes e objetivos das antecedentes políticas de segurança e defesa e de assistência emergencial, pelo que foi aproveitada toda a logística militar-civil de apoio humanitário em funcionamento naquela área de intenso fluxo de pessoas em situação de refúgio.

Expediram-se 22 Portarias Interministeriais[808] entre 30 de junho de 2020 e 12 de setembro de 2022, das quais, 9 reportavam medidas de proteção para pessoas em situação de maior vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, a primeira emitida em 23 de junho de 2021, e a derradeira em 12 de setembro de 2022[809].

De um lado, o governo federal determinou o fechamento temporário da fronteira por recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e flexibilizou a circulação interna de pessoas, bens e serviços, a fim de que assegurar certa normalidade socioeconômica.

---

[807] Estes conceitos foram desenvolvidos nas Leis federais nº 13.675, de 11 de junho de 2018, nº 13.684, de 21 de junho de 2018 e nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

[808] Atuam conjuntamente para regular os procedimentos emergenciais a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério da Infraestrutura e o Ministério da Saúde.

[809] Todas as Portarias podem ser compulsadas no link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/prt340-20-ccv.htm [5.12.2023].

Porém, os estados e os municípios enfrentaram sérias dificuldades operacionais relativamente ao funcionamento dos serviços públicos e atividades privadas, ante a possibiidade de intensificação do contágio, o que de facto veio a acontecer.

Some-se a isto a insuficiência de recursos para aquisição de insumos médicos nomeadamente medicamentos profiláticos e aquisição de vacinas que estavam a ser desenvolvidas em carácter experimental.

Diante disto, os entes subnacionais buscaram maior autonomia para estabelecer as medidas restritivas à liberdade de ir e vir, à liberdade informativa no contexto das medidas de contenção do surto pandêmico, ao uso de bens e de serviços, e ao comércio, o que obtiveram por intermédio de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que repercutiu em todas as unidades federativas[810].

Para além das condicionantes de ordem individual, estados e municípios criaram regras operativas dos sistemas estaduais e locais de saúde, transporte público, por meio de Decretos e outros atos normativos infra-legais, do funcionamento de escolas, igrejas e outros locais de agremiação pública e privada.

Nesse contexto, a última palavra a respeito do conflito entre o exercício pleno das liberdades religiosas e os direitos de proteção à saúde individual e coletiva coube ao Supremo Tribunal Federal, em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de números 701 e 811, ambas ajuizadas em 2020[811].

Afinal, acabou por prevalecer a tese pretoriana de validação das restrições governamentais à dimensão externa da liberdade religiosa, ou seja, os estados e municípios não poderiam a liberdade

[810] Dada a sua importância para o argumento ora desenvolvido, transcrevemos a ementa do acórdão que suspendeu a eficácia do dispositivo que centralizava na União as diretrizes sobre circulação de pessoas, bens e serviços, em razão do surto pandêmico: «O Tribunal, por maioria, concedeu parcialmente a cautelar para i) suspender parcialmente, sem redução de texto, o disposto no art. 3º, VI, b, e §§ 6º e 7º, II, a fim de excluir estados e municípios da necessidade de autorização ou observância ao ente federal; e ii) conferir interpretação conforme aos referidos dispositivos no sentido de que as medidas neles previstas devem ser precedidas de recomendação técnica e fundamentada, devendo ainda ser resguardada a locomoção dos produtos e serviços essenciais definidos por decreto da respectiva autoridade federativa, sempre respeitadas as definições no âmbito da competência constitucional de cada ente federativo, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencidos o Ministro Marco Aurélio (Relator), que trazia a referendo o indeferimento da medida liminar, e, em parte, os Ministros Edson Fachin e Rosa Weber, que deferiam parcialmente a medida cautelar para conferir interpretação conforme ao inciso II do § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979/2020» (Vide SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6343* , Brasília-DF, 2020, disponível em https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5881008 Supremo Tribunal Federal (stf.jus.br) [6.12.2023].

[811] «Em sessão plenária de 08.04.2021, cuja Ata foi aprovada em 14.04.2021, esta Suprema Corte, por maioria de votos, julgou o pedido improcedente na ADPF n. 811, ao fundamento de que são válidos e constitucionais os atos de Governadores e Prefeitos que permitem a abertura ou determinam o fechamento de igrejas, templos e demais estabelecimentos religiosos durante a pandemia da COVID-19. Portanto, ressalvado meu entendimento pessoal contrário sobre a questão, em respeito ao decidido pelo colegiado desta Corte, revogo a liminar anteriormente concedida nestes autos [de ADPF 711]. Intime-se» (Ver SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, *Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 701 e nº 811*, Brasília-DF, 2021, disponível em https.//portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5944043 Supremo Tribunal Federal (stf.jus.br) (interpolação nossa) [23.12.2023].

religiosa individual, mas optou-se pela compressão do espaço de realização de reuniões de culto, público e privado, com o objetivo de conter a disseminação do vírus COVID-19[812].

Feito este breve recorte temporal, retomamos o tema das políticas dos estados federais para PCDs em situação de refúgio.

O governo do Estado do Mato Grosso do Sul (MS) está a construir meios para a inclusão econômica e financeira de migrantes e refugiados, e o acesso a programas de apoio a saúde, educação e programas de distribuição de renda.

Tais políticas têm o propósito de associar o incremento econômica e a inserção cultural, por meio de projetos culturais que imigrantes e refugiados podem apresentar, concorrendo a incentivos de R$ 30 mil reais por cada projeto, até o limite de 4 projetos.

Foi também aprovado o Regimento Interno do Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas do Mato Grosso do Sul, cuja composição é de 17 membros, sendo 12 representantes governamentais e 5 não-governamentais. O Regimento não permite qualquer intervenção de organizações internacionais, e não prevê a colaboração do ACNUR ou da OIM[813].

Em termos gerais, as políticas de atenção aos refugiados (e outros migrantes) compreendem a concretização das garantias e direitos fundamentais previstos na CF/88 e na Constituição estadual, que assistem aos brasileiros e estrangeiros acolhidos naquela unidade federativa.

No tocante às ações específicas, o governo sul-matogrossense tem promovido o direito à documentação, visando à regularização migratória, tem fornecido cursos gratuitos de língua portuguesa, cursos de graduação universitária e validação de diplomas universitários de nacionais estrangeiros, ajuda na procura por vagas de emprego, ampliação das redes de atendimento de saúde e assistência social, encaminhamento para os serviços públicos de defesa de direitos, serviços de intérprete; no plano da cooperação intergovernamental, o governo do Estado tem expedido orientações de acolhimento para os municípios da circunscrição.

---

[812] «A análise da ADPF 701 e da ADPF 811 deve ser realizada levando isso em conta. Permitir ou não a realização de celebrações religiosas de forma presencial, principalmente em períodos especialmente críticos da pandemia, com mortes diárias na casa dos milhares, hospitais públicos e privados lotados e na iminência do colapso do sistema de saúde, não poderia levar em conta somente aspectos jurídicos. Naquele momento, a contenção da disseminação do vírus era essencial para garantir o mínimo de estabilidade social, econômica e pessoal na sociedade brasileira, e era papel dos governantes fazer todo o possível para garantir a proteção da população» (Cf. Ana Luíza Sabino de Sá e SILVA *et al.*, «Liberdade religiosa na pandemia: a intervenção jurisdicional na restrição do direito à liberdade de culto», *Plura, Revista de Estudos de Religião*, vol. 14, nº 2, p. 169, disponível em https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/2215/1750 [22.12.2023].

[813] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Regimento Interno do Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado de Mato Grosso do Sul – CERMA/MS*, Estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019, disponível em https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9961_09_08_2019 [6.12.2023]

Tabela 2 - Políticas estaduais de atenção aos refugiados (e outros migrantes)[814]

ESTADO DA FEDERAÇÃO	COMITÊ/CONSELHO/OUTROS[815]	NORMA INSTITUIDORA	PARTICIPAÇÃO DE REFUGIADOS. ACNUR E OIM. POLÍTICAS, PLANOS E PROJETOS DE LEI.
ACRE	Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados (CEAMAR/AC)	Decreto Estadual nº 7.357, de 26 de novembro de 2020	ACNUR e OIM têm direito a voz e voto
ALAGOAS	Conselho Estadual de Imigrantes, Refugiados e Apátridas do Estado de Alagoas	Lei Estadual nº 9.058, de 10 de novembro de 2023	A Lei nº 9.058, de 10 de novembro de 2023 cria a Política Estadual para a População Migrante
AMAZONAS	Comitê Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Atenção aos Refugiados e Migrantes do Amazonas	Decreto Estadual nº 35.239, de 03 de outubro de 2014	
AMAPÁ	Secretaria de Estado de Assistência Social		
BAHIA	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos		Projeto de lei de criação da Política Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Estado da Bahia, em tramitação no Poder Legislativo
CEARÁ	Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEMIGTRAP/CE)	Decreto Estadual nº 32.915, de 21 de dezembro de 2018; Decreto Estadual nº 33.098, de 10 de junho de 2019	Programa Estadual de Atenção ao Programa Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Criação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) Criação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM)
DISTRITO FEDERAL	Comitê Distrital para Apoio a Migrantes, Refugiados e Apátridas do Distrito Federal	Decreto Estadual nº 44.766, de 25 de julho de 2023	ACNUR participa com direito a voz, mas não ao voto
ESPÍRITO SANTO	Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social		Lei Estadual nº 11.420, de 11 de outubro de 2021, Institui a Política Estadual para a População Migrante
GOIÁS	Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo no Estado de Goiás (COMITRATE/GO)	Decreto Estadual nº 9.603, de 07 de fevereiro de 2020	Memorando de entendimento ACNUR e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás (SEDS): cooperação técnica e

[814] Não encontramos registros nos Estados de Sergipe e Tocantins.

[815] Para além dos Conselhos e Comitês, figuram neste quadro outros órgãos vinculados à estrutura do executivo municipal.

			elaboração do 1° Plano Estadual de Políticas para Refugiados e Migrantes
MARANHÃO	Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular		
MATO GROSSO	Núcleo Estadual de Políticas Públicas para a População Migrante (NEPOMI) Comitê Estadual de Prevenção Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Mato Grosso do Sul – CETRAP/MT	Decreto 845, de 9 de março de 2021,	Lei Estadual n° 11.162, de 01 de julho de 2020, Institui a Política Estadual para a População Migrante
MATO GROSSO SO SUL	Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul (CERMA/MS)	Decreto Estadual n° 14.558, de 12 de setembro de 2016 Resolução Normativa Sedhast n° 207, de 7 de agosto de 2019 (Reg.Interno) Decreto Estadual n° 15.697, de 16 de junho de 2021 (reorganiza o Comitê)	Projeto de Lei n° 166, de 07 de junho de 2023, Estabelece Diretrizes para os Serviços de Atendimento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas, Asilados Políticos e Vítimas do Tráfico Humano e Condição Análoga à Escravidão ACNUR e OIM podem participar, com direito a voz, mas não ao voto
MINAS GERAIS	Comitê Estadual de Atenção à Migração, Refúgio e Apatridia, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais (COMITRATE/MG)	Decreto Estadual n° 46.849, de 29 de setembro de 2015	Plano Estadual de Políticas para Refugiados e Migrantes, em fase de consulta pública desde junho de 2022
PARÁ	Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Pará – COETRAP-PA, Vinculado à estrutura de governo estadual		Lei Estadual n° 9.662, de 12 de julho de 2022, Institui a Política Estadual para Migrantes, Solicitantes de Refúgio, Refugiados e Apátridas
PARAÍBA	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH)	Ofício n° SMHOFI-2021/00348, de 29 de novembro de 2021, propõe a criação do Comitê	Comitê Estadual Intersetorial de Atenção às Populações de Refugiadas, Apátridas e Migrantes da Paraíba, em processo de elaboração para ser instituído O projeto de criação do Comitê contém previsão de que o ACNUR participe como membro convidado
PARANÁ	Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes	Lei Estadual n° 18.465, de 24 de abril de 2015;	I e II Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (2021 e 2022) Decreto n° 5.232, de 04 de outubro de 2016, institui o Centro Estadual de Informação para Migrantes,

			Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná - CEIM
PERNAMBUCO	Comitê Estadual de Políticas Públicas para Promoção dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas no Estado de Pernambuco (CEPMIGRA.PE)	Decreto Estadual nº 53.491, de 31 de agosto de 2022	ACNUR participa com direito a voz, mas não ao voto Têm direito a voz e voto os representantes migrantes não nacionais, e/ou refugiados e/ou apátridas.
PIAUÍ	Comitê Estadual Intersetorial de Atenção e Atendimento às Pessoas Refugiadas, Migrantes e Apátridas no Piauí	Decreto Estadual nº 21.883, de 10 de março de 2023	ACNUR participa com direito a voz, mas não ao voto
RIO DE JANEIRO	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Estado do Rio de Janeiro (CEIPARM/RJ)	Decreto Estadual nº 42.182 de 11 de dezembro de 2009	O ACNUR poderá integrar o Conselho
RIO GRANDE DO NORTE	Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN)	Decreto Estadual nº 29.418, de 27 de dezembro de 2019, alterado pela LC nº 729, de 11 de janeiro de 2023	ACNUR e OIM têm direito a voz, mas não ao voto Decreto Estadual nº 30.670, de 21 de junho de 2021, Aprova o Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte para o período 2021 a 2024 e dá outras providências Lei Complementar nº 729 de 11 de janeiro de 2023, Institui a Política Estadual de Atenção aos Refugiados, Migrantes e Apátridas
RIO GRANDE DO SUL	Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas no Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS)	Decreto Estadual nº 49.729, de 22 de outubro de 2012	ACNUR participa do Comitê como membro convidado
RONDÔNIA	Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social, vinculada à estrutura do governo estadual		
RORAIMA	Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Migrantes, Apátridas e Refugiados de Roraima (CEIMAR/RR) e dá outras providências	Decreto Estadual nº 33.022, de 26 de julho de 2022	ACNUR participa do Comitê como membro convidado, em caráter permanente, com direito a voz, mas não ao voto
SÃO PAULO	Comitê Estadual para Refugiados do Estado de São Paulo (CER/SP)	Decreto Estadual nº 52.349, de 12 de novembro de 2007	ACNUR com direito a voz, mas não ao voto
SANTA CATARINA	Centro de Referência e Atendimento aos Imigrantes e Refugiados em Florianópolis, vinculado à Secretaria de Ação Social (Diretoria de Direitos Humanos)[816]		Lei Estadual nº 18.018, de 9 de outubro de 2020, Institui a Política Estadual para a População Migrante

[816] «Assim, mediante às fortes cobranças ao poder público para uma tomada de iniciativa, em fevereiro do presente ano [2018] foi inaugurado o Centro de Referência e Atendimento aos Imigrantes e Refugiados, o qual, localizado na região central de Florianópolis, vem exercendo suas funções a partir de verba exclusiva do Governo Estadual, uma vez que, até o presente momento, não houve a articulação de um novo convênio com o Ministério da Justiça» (Ver Natália Moreno UNGERER, *Políticas Públicas e a Tutela Jurídica dos Refugiados: a Implementação do Centro de Referência e Atendimento aos*

SERGIPE			
TOCANTINS			

Fonte: elaboração própria.

5.2. Boas práticas nos municípios brasileiros

No ano de 2015, o Conselho Participativo da cidade de São Paulo abriu vagas específicas para representação de pessoas refugiadas e migrantes. Depois desta iniciativa pioneira, outros municípios brasileiros vieram a implementar políticas de atendimento específico para pessoas em situação de refúgio e outras condições imigratórias.

Tais iniciativas foram anotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em um levantamento de dados de 2018, que avaliou a existência de instrumentos de gestão migratória de nível municipal, classificados nas seguintes categorias:

i) mecanismos de cooperação entre entes federativos: Epitaciolândia, Manaus, Boa Vista, Pacaraima, Guarulhos, São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Porto Alegre, Corumbá;

ii) representação associativa de refugiados e outros migrantes: Manaus, Rio de Janeiro, Guarulhos, São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Porto Alegre, Corumbá;

iii) ensino de língua portuguesa para refugiados e outros migrantes: Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre;

iv) instalações de acolhimento para pessoas refugiadas e outros migrantes: Manaus, Boa Vista, Pacaraima, São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Corumbá, Brasília;

v) atendimento multilíngue nos serviços públicos: Manaus, Curitiba e Corumbá;

vi) centro de referência e apoio a refugiados e outros migrantes: Boa Vista, Pacaraima, São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu;

vii) formação/capacitação contínua interdisciplinar de funcionários públicos: Manaus, São Paulo, Curitiba e Foz do Iguaçu[817].

Imigrantes e Refugiados em Florianópolis/SC, 2018, 118f., Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018, p. 87, disponível em repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187982/TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=yPolíticas públicas e a tutela jurídica dos refugiados: a implementação do Centro de Referência e Atendimento aos Imigrantes e Refugiados em Florianópolis/SC (ufsc.br)) (interpolação nossa) [27.12.2023].

[817] Cf. Gustavo Junger da SILVA *et al.*, *O Refúgio em Números*, 6ª edição, Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2021, p. 61, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/ capa — Ministério da Justiça e Segurança Pública (www.gov.br) [5.7.2022].

Na fase embrionária do desenvolvimento da rede municipal de acolhimento, o conceito internacional de «boas práticas» de atendimento às demandas de nacionais estrangeiros não era de todo compreendido.

Isto porque a compreensão do termo tinha como elemento principal a modalidade de proteção normalmente associada ao tipo de documentação atribuída. De um modo geral, em princípio a entrada e permanência das pessoas em situação imigratória opera-se por meio de vistos humanitários com autorização de residência concedidos pelo governo federal[818].

Na posse de um tal documento, a exigência de regularização documental está suprida, durante todo o trâmite de uma solicitação de refúgio, ou, sendo o caso, enquanto não sucede a reinstalação em país terceiro ou o reingresso voluntário ao país de origem, e ainda, enquanto se espera a definição sobre autorização laboral para os nacionais estrangeiros que ingressam para atividades laborais.

No entanto, é no modo como a cidade planeia o acolhimento de nacionais estrangeiros que se pode dimensionar o conteúdo de boas políticas de integração local que sejam, ao mesmo tempo, positivas no sentido da inclusão e atenção aos direitos humanos, que se protraiam no tempo sejam sustentáveis[819].

A Plataforma Digital do Pacto Global sobre Refugiados recomenda que tais políticas sejam capazes de trazer reais benefícios para os indivíduos e para os países de acolhimento. Requer-se, ainda, que as medidas possam contribuir para o sistema universal de proteção aos direitos humanos, atendendo a pelo menos três objetivos do Pacto: «ease pressures on host countries, enhance refugee self-reliance, and expand access to third country solutions»[820];

---

[818] «Ahora bien, otros países incluyen los denominados "visados o visas humanitarias" que, en ocasiones, han sido considerados formas complementarias de protección. Al referirse a estos como buenas prácticas, ACNUR señala que por 'visas humanitarias' suele entenderse alguna forma de protección o de categoría migratoria que la administración tiene la potestad de conferir a una categoría abierta de personas que no son refugiadas ni beneficiarias de protección complementaria (cuando alguna forma de esta última existe)» (Cf. Laura Madrid SARTORETTO e Maria José MARCOGLIESE, «Protección complementaria en Latinoamérica: retos y posibilidades», *in* André de Carvalho Ramos *et al.* (orgs.), *70 Anos da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados – (1951-2021): Perspectivas de Futuro*, Brasília-DF, UNHCR-ACNUR, 2021, p. 333, disponível em www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/12/70-anos-projeto-WEB.pdf. 70-anos-projeto-WEB.pdf (acnur.org) [19.4.2023].

[819] «Em termos gerais, as boas práticas foram definidas como a transmissão das regras sociais e culturais do país de acolhimento, a produção de medidas integradas e não de programas isolados de intervenção, abertura para o diálogo e para ir ao encontro das populações em situação de vulnerabilidade, ajuste às necessidades individuais, convivência e respeito mútuos, criação de oportunidades, partilha de informações e mudança de mentalidade» (Ver Ingrid Machado PENA, *Boas Práticas para a Integração de Populações Imigrantes: Governamentalidade, Gestão e Bem-Estar num Centro de Acolhimento Temporário de Lisboa, entre 2011-2012*, 2012, 97f., Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Instituto Universitário de Lisboa-ISCTE-IUL, Lisboa, 2012, p. 67, disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4978/1/master_ingrid_machado_pena.pdf Boas Práticas para a Integração de Populações Imigrantes (iscte-iul.pt) [23.12.2023].

[820] Cf. UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR), «What is a good practice? Find out to share your knowledge, replicate learnings, enhance collaboration and scale up projects», Genebra, 2023, disponível em https://globalcompactrefugees.org/good-practices/what-good-practice What is a good practice? | The Global Compact on Refugees | UNHCR (globalcompactrefugees.org) [14.11.2023].

Preferencialmente, as políticas devem ter amparo legislativo, a fim de que tenham segurança jurídica, eficiência, coesão e se possa esperar que as ações interventivas do poder público não sofram descontinuidade ocasionada pelos ciclos de alternância de poder.

Por outro lado, é fundamental que o modelo adotado para formulação das políticas tenha como objetivo o acesso aos direitos fundamentais, o tratamento igualitário e o atendimento de demandas específicas de direitos humanos.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados lançou o projeto Cidades Solidárias, visando à certificação das seguintes boas práticas ao nível dos municípios:

i) abrigamento de pessoas refugiadas e migrantes em situação de mais acentuada vulnerabilidade;

ii) capacidade de proteção, que promova o acesso a direitos para pessoas refugiadas e migrantes como pessoas humanas, com ênfase na abordagem de idade, gênero e diversidade;

iii) compartilhamento de responsabilidades, pela distribuição dos encargos entre diferentes atores, governamentais e não-governamentais (*whole of society approach*);

iv) educação, voltada para as crianças e adolescentes, com oportunidades para conhecerem a si mesmos, suas comunidades e as sociedades de acolhida, tendo em mente favorecer o processo de integração e a reconstrução de suas vidas.

Vale salientar que a educação é um direito garantido pela CF/88, a qual atribui aos municípios a competência para oferecer as modalidades da educação infantil e ensino fundamental da educação básica[821];

v) integração local, processo complexo e gradual com dimensões jurídicas, econômicas, sociais e culturais, que envolve tanto a pessoa refugiada e migrante como a sociedade receptora. A integração local abrange o acesso aos direitos sociais, econômicos, culturais e políticos, a participação no controle social das políticas públicas de integração e o relacionamento com a população deslocada e a comunidade local.

A pesquisa transcorreu de setembro a dezembro de 2021, período em que foram selecionadas 27 boas práticas de cidades de grande, médio e pequeno porte, das 5 macrorregiões do Brasil, com realidades migratórias bastante distintas.

[821] «Artigo 11 [...] V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional,* Brasília-DF, 1996, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) (omissão nossa) [3.12.2023].

Mereceram destaque 5 boas práticas, dado o seu potencial de continuidade e abrangência de atendimento aos direitos humanos:

i) a Casa de Acolhida do Imigrante Jardim Paraíso, em Nova Iguaçu/RJ, no requisito «abrigamento»;

ii) o Espaço Mundo, em Esteio/RS, no requisito de «capacidade de proteção»;

iii) a Rede de atenção às pessoas refugiadas e migrantes, em Foz do Iguaçu/PR, no «compartilhamento de responsabilidades»;

iv) a Inserção de estudantes refugiados e migrantes nas escolas municipais em Boa Vista/RR, sobre o requisito de «educação»;

v) o Plano Municipal de Políticas para Imigrantes, em São Paulo/SP, no requisito de «integração local».

Em 2020, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Organização Internacional para as Migrações criaram a plataforma «Migracidades: Aprimorando a Governança Migratória Local no Brasil», com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Este projeto tem como escopo principal o de informar o público em geral e especializado sobre o refúgio internacional e os desdobramentos dessa realidade no contexto dos municípios, para além de promover a capacidade de governança local relativamente aos imigrantes, incluídas as pessoas em situação de refúgio e sob outros regimes imigratórios, a partir da verificação de 10 dimensões de governança organizadas em 2 grupos: a) o desenho institucional; e b) o acesso a direitos específicos.

Consoante os padrões de certificação, uma boa prática deve estar associada a melhorias na estrutura de atendimento público, nos seguintes aspetos: i) estrutura institucional de governança e estratégia local; ii) capacitação de servidores públicos; iii) participação social e cultural de migrantes; iv) transparência e acesso à informação para migrantes; v) e parcerias institucionais.

Noutra ordem de critérios avaliativos estão os direitos básicos que todos os municípios devem dispor para as populações mais vulneráveis de deslocados internacionais: i) saúde; ii) educação; iii) assistência e proteção social; iv) mercado de trabalho; v) acolhimento e serviços de proteção baseados questões de gênero, LGBTIQ+ e igualdade racial[822].

[822] Todas as informações dos estados e municípios foram compulsadas no sítio eletrônico do projeto *Migracidades* (Ver ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM), *Portal Migracidades: Perfil de Governança Migratória Local,* Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2022, disponível em https://www.ufrgs.br/migracidades/a-plataforma-migracidades-2/10-dimensoes-da-governanca-migratoria/10 Dimensões De Governança Migratória Local - MIGRACIDADES (ufrgs.br) [22.11.2023].

A seguir, expõem-se as políticas públicas para PCDs em situação de refúgio em estados e municípios que participaram da pesquisa. Tais práticas foram certificadas entre os anos de 2020 e 2022, e tiveram em linha de conta as vulnerabilidades específicas do refúgio e da deficiência.

O município de Ananindeua do Estado do Pará implementou políticas de participação social e cultural de pessoas em situação de refúgio com deficiência por meio de «rodas de conversa», e a integração de mulheres refugiadas com deficiência no mercado de trabalho.

Esta política contou com o apoio técnico do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), e o engajamento direto de secretarias municipais, e do Comitê Intersetorial Municipal de Acolhimento e Atenção à População Indígena venezuelana *warao* (CIMAPIW).

O governo municipal de Araguaína do Estado do Tocantins promoveu avanços na dimensão institucional de governança imigratória, por meio da criação de uma Diretoria de Políticas Públicas Setoriais para o acompanhamento de políticas públicas locais sobre migração, à qual se atribuiu a competência de articular e planear ações conjuntas de atendimento às pessoas com deficiência em situação imigratória (imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, e apátridas).

Por sua vez, a cidade de Curitiba do Estado do Paraná abriu espaço de consulta pública sobre o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, incluídas as mulheres em situação imigratória (refugiadas e outras) em situação de maior vulnerabilidade.

Para este fim, foram utilizados diversos marcadores sociais, como a condição migratória e de PCD, para que se identificassem necessidades específicas em formulário eletrônico traduzido para outras línguas além do português.

A iniciativa contou com a participação do ACNUR por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, para além de diversas entidades filantrópicas e ONGs da rede de apoio social a pessoas refugiadas e outros migrantes.

O município de Esteio do Estado do Rio Grande do Sul aprovou a Lei Municipal nº 7.992, de 15 de dezembro de 2021, para que PCDs em situação imigratória participem da elaboração de políticas públicas, não de forma individualizada, mas por intermédio de movimentos sociais representados no colegiado.

Já o município de Joinville do Estado de Santa Catarina criou em 2021 a política de inclusão de PCDs em situação de refúgio ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, e aos benefícios sociais do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEIF), do Serviço de Acolhimento, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Na cidade de Jundiaí do Estado de São Paulo, foi implementado em 2022 um sistema eletrônico de funcionalidades de tradução para os idiomas inglês, espanhol e francês dos sítios do Núcleo de Articulação de Políticas Públicas (NAPP), que correspondem às Assessorias de Direitos Humanos, Mulher, Pessoa com Deficiência, Juventude, Igualdade Racial, Diversidade Sexual e Pessoas Idosas, destinadas ao atendimento pessoas em situação de refúgio que se enquadrem nestes vetores de vulnerabilidade acrescida.

O elevado contingente de nacionais venezuelanos que ingressam no município de Pacaraima do Estado de Roraima, desde o ano de 2017 até os presentes dias, projetou esta cidade no cenário mundial dos fluxos de pessoas em busca de refúgio. Ali o governo federal estabeleceu as instalações principais da «Operação Acolhida» de assistência emergencial a populações mais vulneráveis em deslocamento forçado.

Para além da política federal, o próprio município avançou um programa de capacitação dos funcionários públicos para lidar com os direitos das pessoas em situação de refúgio, com especial foco no segmento de crianças com deficiência. Ministrado em parceria com a UNICEF e AVIS Brasil, este programa tinha como alvo abordar exemplos de boas práticas de inclusão, garantia dos direitos humanos e combate à discriminação.

O município de São José do Rio Preto do Estado de São Paulo criou políticas em diferentes eixos de atuação setorial: i) foram estabelecidas conexões intersetoriais para o atendimento de nacionais estrangeiros com deficiência no Serviço de Atendimento de Igualdade Racial; ii) em 2021, 120 servidores públicos de diferentes setores administrativos, receberam instruções sobre o deslocamento internacional e pessoas mais vulneráveis como PCDs, população LGBTQIA+, mulheres, crianças e pessoas idosas, sendo oferecidas palestras, webinários, rodas de conversa e debates; iii) na sede da Secretaria Municipal da Mulher, Pessoa com Deficiência e Igualdade Racial, traduziram-se para outras línguas as sinalizações e placas de orientação dos usuários; iv) o município também estabeleceu parcerias com organizações da sociedade civil para atendimento a pessoas deslocadas com deficiência e criou o «Programa Emprego Apoiado», para incentivar a contratação de PCDs refugiados e outros migrantes por 172 empresas do setor privado; v) em 2021, o município ampliou a rede de informação e acolhimento para nacionais estrangeiros com deficiência, vitimizados por situação de violência de gênero, motivada por orientação sexual ou questões rácicas.

Para além dos comitês e conselhos estaduais e municipais já constituídos, outras iniciativas estão em curso. A cidade de Guarulhos/SP criou em outubro de 2021 um Grupo de Trabalho Intersetorial para implantação do Comitê Municipal de Políticas para Migrantes, Refugiados e Apátridas.

Na temática indígena, Grupos de Trabalho (GT) foram constituídos em estados e municípios para a formulação de ações intersetoriais em favor dos deslocados indígenas da etnia Warao.

Este é também o caso do estado de Minas Gerais e das cidades de São Paulo/SP, Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, Guarapari/ES, Belo Horizonte/MG, Montes Claros/MG, Uberlândia/MG e de GT's em Campinas/SP, Hortolândia/SP, Nova Iguaçu/RJ e Japeri/RJ.

A cidade de Guarulhos do Estado de São Paulo criou em 2021 um Grupo de Trabalho Intersetorial preparatório de um Comitê Municipal de Políticas para Migrantes, Refugiados e Apátridas. Naquele mesmo ano, foram eleitos 2 indígenas *warao* no segmento Crianças e Adolescentes do Fórum Permanente de Participação Cidadã-Tá Selado, realizado na cidade de Belém do Pará[823].

Por ocasião da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul, também em 2021, foram eleitas para a função de delegadas nacionais 2 promotoras comunitárias venezuelanas.

Tais iniciativas de inclusão de pessoas refugiadas e migrantes respondem a objetivos de participação social em outras instâncias locais. Na temática indígena, alguns municípios criaram Grupos de Trabalho (GT) visando à formulação de políticas intersetoriais para os deslocados indígenas da etnia *warao*.

Este é o caso dos municípios de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Guarapari (Espírito Santo), Belo Horizonte, Uberlândia, Montes Claros (Minas Gerais), Campinas, Hortolândia, São Paulo (São Paulo), Nova Iguaçu, Japeri, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro).

No Estado do Acre, para além da capital Rio Branco outros municípios passaram a acolher refugiados e outros migrantes, principalmente Assis Brasil, Brasileia e Epitaciolândia, que fazem fronteiras com o Peru e a Bolívia[824].

Com o apoio do governo do Estado e da prefeitura local, em 2022 foi inaugurada a Casa de Acolhida em Brasileia, no Acre, capaz de acolher até 20 imigrantes[825]. No plano legislativo, por meio da Resolução nº 16, de 03 de novembro de 2022, foi elaborado o Plano Municipal de Acolhimento de

[823] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Relatório Cidades Solidárias*, Brasília-DF, 2022, p. 18, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-Cidades-Solidarias-Brasil.pdfRelatorio-Cidades-Solidarias-Brasil.pdf (acnur.org) [241.2024].

[824] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «ACNUR e parceiros fortalecem proteção de pessoas refugiadas e migrantes no Acre: missão com autoridades locais e sociedade civil busca fortalecer o acesso a direitos para pessoas em deslocamento na capital e fronteira com Peru e Bolívia», Brasília-DF, 2023, disponível em www.acnur.org/portugues/2023/04/18/acnur-e-parceiros-fortalecem-protecao-de-pessoas-refugiadas-e-migrantes-no-acre/ ACNUR e parceiros fortalecem proteção de pessoas refugiadas e migrantes no Acre – UNHCR ACNUR Brasil [20.8.2023].

[825] Cf. Acre amazônica, «Casa de Acolhida é criada em cidade do Acre com capacidade para receber até 20 imigrantes em passagem, Rio Branco, 2022, disponível em https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/05/04/casa-de-acolhida-e-criada-em-cidade-do-acre-com-capacidade-para-receber-ate-20-imigrantes-em-passagem.ghtmlCasa de acolhida é criada em cidade do Acre com capacidade para receber até 20 imigrantes em passagem | Acre | G1 (globo.com) [12.9.2023].

Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade Decorrente de Fluxo Migratório por Crise Humanitária do Município de Brasileia[826].

No quadro a seguir, procuramos destacar o andamento de outras políticas de maior profundidade no campo normativo e institucional, cuja tendência é propiciar políticas duradouras e estáveis, que não se modifiquem a cada ciclo de mudança de governo.

Tabela 3 – Políticas municipais de atenção às pessoas refugiadas[827]

MUNICÍPIO/ESTADO	COMITÊ/CONSELHO/OUTROS[828]	NORMA INSTITUIDORA	PARTICIPAÇÃO DE REFUGIADOS. ACNUR E OIM. POLÍTICAS, PLANOS E PROJETOS DE LEI.
Ananindeua/PA	Comitê Intersetorial Municipal de Acolhimento e Atenção à População Indígena Warao (CIMAPIW)	Decreto Municipal nº 147, de 15 abril de 2021	O ACNUR participa com direito a voz e voto
Araguaína/TO	Comitê Municipal Consultivo de Assistência Emergencial	Decreto Municipal nº 52, de 2021	O Comitê pode firmar parcerias com organizações internacionais
Belém/PA	Núcleo de Atendimento aos Migrantes e Refugiados (NAMIR), vinculado à estrutura do executivo municipal (Fundação Papa João Paulo II)		Grupo de Trabalho Municipal Intersetorial sobre políticas públicas par aos indígenas venezuelanos da etnia *warao*, por sugestão do ACNUR, OIM, UNICEF, Cáritas etc
Boa Vista/RR	Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC)		ACNUR, OIM e UNICEF cooperam com a rede de apoio à educação de crianças jovens e adultos refugiados e imigrantes[829]
Cachoeirinha/RS			Centro de Referência Especializado de Atendimento ao Migrante, em fase de implantação
Campo Grande/MS	Comitê Interinstitucional Municipal de Promoção, Proteção e Apoio aos Migrantes Internacionais e Refugiados	Decreto Municipal nº 14.881, de 1º de setembro de 2021	

[826] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Resolução nº 016, de 03 de novembro de 2022, Dispõe sobre o Plano de Ação para Acolhimento de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade Decorrente de Fluxo Migratório Por Crise Humanitária do Município de Brasiléia*, Brasileia, 2022, disponível em https.//www.brasileia.ac.gov.br/product-page/resolução-nº-016-2022-provar-o-plano-de-ação-para-acolhimento-de-imigrantesRESOLUÇÃO Nº 016/2022 - APROVAR o Plano de Ação para Acolhimento de Imigrantes | Brasiléia (brasileia.ac.gov.br) [1.11.2023].

[827] Os dados municipais foram consultados na plataforma *Migracidades*, acessível pelo link https://www.ufrgs.br/migracidades/#:~:text=A%20plataforma%20"MigraCidades%3A%20Aprimorando%20a%20Governança%20Migratória%20Local,boas%20práticas%20identificadas%20nos%20estados%20e%20municípios%20brasileiros.Início - MIGRACIDADES (ufrgs.br) [18.01.2024].

[828] Por regra, as secretarias vinculam-se ao gabinete da chefia do executivo municipal

[829] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, *Relatório Cidades Solidárias*: *Boa Vista/RR*, Brasília-DF, 2022, pp. 78 e 79, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-Cidades-Solidarias-Brasil.pdf [24.1.2024].

Campinas/SP	Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida, vinculado à Scretaria Municipal de Assistência Social		Parceria com o ACNUR para o estabelecimento de um Protocolo de Atendimento à população indígena *warao*[830]
Caxias do Sul/RS		Lei Municipal nº 8.748/2021, que instituiu a Política Municipal para a População Migrante	O município participação do Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas no Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS)
Chapecó/SC	Centro de Atendimento aos Imigrantes, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEASC)		Parceria com a Polícia Federal, visando capacitar funcionários públicos municipais no atendimento a nacionais estrangeiros em situação imigratória e de refúgio[831]
Contagem/MG	Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante	Decreto Municipal nº 96, de 13 de abril de 2021	Política Municipal para a População Migrante, em análise Organizações internacionais podem ser convidadas para compor o Comitê
Corumbá/MS	Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados e Apátridas (COMAIRA)	Decreto Municipal nº 27.094, de 27 de março de 2019 e Decreto 2.555, de 13 de abril de 2021	Regimento Interno do COMAIRA: Deliberação 03 do COMAIRA, de 18 de maio de 2022
Esteio/RS	Comitê Executivo da Política Municipal de Acolhimento a Refugiados e Imigrantes do Município de Esteio/RS	Lei Municipal nº 7.517, de 20 de junho de 2020	Política Municipal de Acolhimento a Refugiados e Imigrantes de Esteio Projeto de implantação do Centro de Acolhimento Permanente de Imigrantes e Refugiados O Comitê deve contar com representantes de organizações de apoio a refugiados e imigrantes
Florianópolis/SC			Grupo de Apoio aos Imigrantes e Refugiados de Florianópolis e região (GAIRF), ligado à Arquidiocese de Florianópolis[832]

[830] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, *Relatório Cidades Solidárias*: *Campinas*, Brasília-DF, 2022, p. 53, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-Cidades-Solidarias-Brasil.pdf [24.1.2024].

[831] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, *Relatório Cidades Solidárias*: *Chapecó*, Brasília-DF, 2022, p. 47, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-Cidades-Solidarias-Brasil.pdf [24.1.2024].

[832] O GAIRF foi criado em 2014 por iniciativa de voluntários do meio acadêmico e representantes da sociedade civil, em atenção ao fluxo de nacionais sírios e haitianos no Estado de Santa Catarina, sobretudo os fluxos ocasianados por conflitos armados (Síria) e ambientais (Haiti), com mais intensidade a partir de 2010 (Cf. Ermelinda Armando QUINTUNDA, *O Processo de Imigração no Estado de Santa Catarina e em Florianópolis: Desafios para o Serviço Social*, 2017, 55f., (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018, p. 29, disponível em

Foz do Iguaçu/PR	Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas no Município de Foz do Iguaçu	Decreto Municipal nº 27.094, de 27 de março de 2019	
Guarulhos/SP	Comitê Municipal de Políticas para Migrantes, Refugiados e Apátridas	Decreto Municipal nº 39.185, de 23 de junho de 2022	ACNUR e OIM participam em caráter consultivo, mas sem direito a voto.
Igarassu/PE	Coordenação de Atendimento ao Migrante, vinculada ao Centro de Referência e Assistência Social	Lei Municipal nº 3.257, de 2021, institui as bases para a elaboração da Política Municipal de Promoção dos Direitos dos Migrantes e Refugiados e Apátridas	Grupo de Trabalho formado por secretarias de governo, para articulação e integraçao da rede de apoio aos refugiados e imigrantes
Joinville/SC	Comissão Intersetorial de Atenção aos Povos e Comunidades Tradicionais, Migrantes, Refugiados e Apátridas	Decreto Municipal nº 43.224 de 2 de julho de 2021, e Decreto 48.930/2022	Participação no Grupo de Trabalho de Migração, da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Social
Juiz de Fora/MG	Comitê de Elaboração e Acompanhamento do Plano Municipal de Políticas para a População Migrante, Refugiada, Apátrida e Retornada	Decreto Municipal nº 14.900, de 7 de dezembro de 2021	Política Municipal dos Direitos da População Migrante, Refugiada, Apátrida e Retornada 1º Plano Municipal de Políticas para a População Migrante, Refugiada, Apátrida e Retornada de Juiz de Fora
Lauro de Freitas/BA			Plano de Ação Municipal para Acolhimento de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório por crise humanitária, em fase de implantação
Maceió/AL[833]	Comitê Municipal Intersetorial de Atenção aos Imigrantes	Portaria Municipal nº 115, de 26 de julho de 2022	Participam do Comitê 2 representantes da etnia indígena venezuelana *warao.* Projeto de Lei de Criação da Política Municipal de Atenção à População Migrante, Refugiada e Apátrida[834]

https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/183544/Ermelinda%20Armando%20Quintunda.pdf?sequence=1&isAllowed=y O PROCESSO DA IMIGRAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E EM FLORIANÓPOLIS: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL (ufsc.br) [27.12.2023].

[833] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portaria 115, de 26 de julho de 2002, Constitui o COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL DE ATENÇÃO AOS MIGRANTES, para Oferta de Serviço de Acolhimento Institucional para Imigrantes e Refugiados Indígenas Venezuelanos Oriundos de Fluxo Migratório Provocado por Crise Humanitária*, Maceió, 2022, disponível em https://maceio.al.gov.br/uploads/documentos/publicado_87353_2022-07-26_c42df5cea33e15d31cfed55abdc2c069.pdf Microsoft Word - maceio_87353_20220726192724 [21.11.2023].

[834] A propositura de um projeto de lei municipal fora estipulada em Termo de Ajustamento de Conduta que versava a aplicação de recursos federais e estaduais destinados a migrantes em situação de vulnerabildiade, especificamente, os indígenas venezuelanos da etnia *warao*: «Cláusula 6ª - O compromissário se obriga, dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar do término do prazo do Parágrafo Terceiro da Cláusula 4ª, a elaborar e apresentar à Câmara de Vereadores de Maceió um projeto de lei para instituir a política municipal de atenção aos refugiados, apátridas, migrantes vulneráveis no território» (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «MPF e DPU garantem acordo para beneficiar imigrantes em Maceió (AL)», Ministério

Manaus/AM	Comitê Municipal Intersetorial de Atenção aos Imigrantes	Decreto nº 5.527, de 31 de março de 2023	Plano Municipal de Promoção dos Direitos Humanos para População Refugiada e Migrantes, concluído em 2023
Marabá/PA	Comitê Intersetorial de Assistência Emergencial para Acolhimento a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Decorrente do Fluxo Migratório Provocado por Crise Humanitária na Venezuelana	Decreto Municipal nº 143, de 9 de dezembro de 2020	
Maringá/PR	Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas de Maringá (CORMA)	Lei Municipal nº 11.284 de 8 de junho de 2021	Articula-se à Gerência de Migrantes, vinculada à Secretaria de Juventude, Cidadania e Migrantes (SEJUC)
Montenegro/RS			Participa das atividades do Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas no Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS)
Nova Andradina/MS	Comitê Municipal para Refugiados, Migrantes e Apátridas	Decreto Municipal nº 2.857, de 25 de agosto de 2021	
Pacaraima/RR	Sede do núcleo da «Operação Acolhida» do Governo Federal, para recepção, triagem e interiorização de refugiados venezuelanos		Foi criada a Coordenação Municipal de Assuntos Binacionais e Departamento de Imigração da Educação
Porto Alegre/RS	Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas (COMIRAT-POA)	Decreto Municipal nº 19.349, de 10 de outubro de 2014. Decreto Municipal nº 20.821, de 30 de novembro de 2020	Decreto nº 20.822, de 30 de novembro de 2020, Aprova o Regimento Interno do COMIRAT-POA
Porto Velho/RO	Comitê de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida do Município de Porto Velho (COMIRAP)	Decreto Municipal nº 16.288, de 29 de outubro de 2019	O Comitê pode convidar organizações internacionais para as reuniões, em caráter consultivo
Recife/PE	Comitê Interinstitucional de Apoio aos Migrantes, de Recife		Lei Municipal nº 18.798, de 20 de maio de 2021, Institui as bases da Política Municipal de Promoção dos Direitos dos Migrantes e Refugiados em Recife
Rio de Janeiro/RJ	Comitê de Políticas Públicas para Refugiados, Imigrantes e Apátridas do Município do Rio de Janeiro (COMPARM-RIO)	Decreto Municipal nº 50.187, de 11 de fevereiro de 2022, Lei Municipal nº 7.730, de 20 de dezembro de 2022, estabelece princípios e diretrizes para a Política	O Comitê Municipal atua junto ao Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Estado do Rio de Janeiro (CEIPARM/RJ)

Público Federal, Procuradoria da República em Alagoas, Maceió, 2022, disponível em https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/mpf-garante-acordo-para-beneficiar-migrantes-em-maceio-al [27.12.2023].

		Municipal de Proteção dos Direitos da População Migrante e Refugiada	ACNUR e OIM podem participar, como membros consultivos ou tornarem-se membros efetivos
Salgueiro/PE			Comitê Intersetorial de Atenção aos Migrantes, Refugiados, Apátridas no Município de Salgueiro (COMIRA), em fase de criação
Santarém/PA	Comitê Municipal Intersetorial de Assistência Emergencial para Acolhimento a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Decorrente de Fluxo Migratório Provocado por Crise Humanitária na Venezuela	Decreto Municipal nº 135, de 02 de abril de 2019 e Decreto Municipal nº 738, de 19 de março de 2021	O ACNUR participa com direito a voz e voto
São Leopoldo/RS	Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas do Município de São Leopoldo	Decreto Municipal nº 9.966, de 2021	
São Paulo/SP	Conselho Municipal de Migrantes (CMI)		Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016, Institui a Política Municipal para a População Imigrante Decreto nº 57.533, de 15 de dezembro de 2016, Regulamenta a Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante Decreto nº 59.965, de 7 de dezembro de 2020, Aprova o Plano Municipal de Políticas para Imigrantes em São Paulo (2021-2024)
Sobral/CE	Comitê Intersetorial de Governança Migratória de Sobral		
Venâncio Aires	Grupo de Trabalho no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES	Portaria SEMDES nº 31, de 17 de novembro de 2021	Envolve 13 setores do governo munipal, no atendimento a refugiados e imigrantes, voltado para : documentação civil, renda, mundo do trabalho

Fonte: elaboração própria.

6. Iniciativas do sistema de justiça brasileiro

Neste tópico demonstramos que as instituições essenciais ao funcionamento do Poder Judiciário no Brasil[835] estão gradativamente a incursionar mais profundamente na temática dos direitos humanos em contexto do refúgio internacional.

Na série histórica entre os anos de 2018 e 2022, 26 unidades da Defensoria Pública dos Estados (DPEs), do Distrito Federal (DPDF) e a Defensoria Pública da União (DPU) atuaram concretamente no sentido da proteção e promoção dos direitos de populações mais vulneráveis, extensíveis às pessoas refugiadas com alguma deficiência:

i) atuação perante organismos internacionais da Defensoria Pública da União (DPU): 35 ações; ii) atuação perante organismos internacionais das Defensorias Públicas dos Estados (DPEs): Espírito Santo, com 7 ações; Minas Gerais, com 3 ações; Pará, 2 ações; Paraná, 2 ações; Pernambuco, 1 ação; Rio de Janeiro, 23 ações; Rondônia, 1 ação; São Paulo, 17 ações; iii) criação de órgão de acompanhamento dos Projetos de Lei de interesse de pessoas mais vulneráveis, junto às assessorias parlamentares: a Defensoria Pública da União (DPU) e as Defensorias Públicas dos Estados do Amapá, Bahia e Mato Grosso do Sul; iv) participação em foros de discussão dos Projetos de Lei, no nível parlamentar (28): todas as unidades da Defensoria Pública atuam neste setor de modo permanente; v) 16 Defensorias Públicas dos Estados adotam a emissão de Notas Técnicas sobre Projetos de Lei[836].

Expomos a seguir os quantitativos de políticas institucionais de promoção dos direitos depessoas em situação de refúgio (e outros imigrantes) efetivadas pelos órgãos do Ministério Público nacional e Conselhos constitucionais, na série histórica 2010-2023: i) o Ministério Público Federal (MPF): 431 ações[837]; ii) o Ministério Público do Trabalho (MPT): 107 ações[838]; iii) a Defensoria Pública da União (DPU): 50 ações[839]; iv) o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP): 18 ações; v) o Conselho Nacional de Justiça (CNJ): 15 ações[840].

---

[835] Embora não integrem a estrutura do Poder Judiciário, o Ministério Público, a Advocacia Pública e privada e a Defensoria Pública são consideradas funções essencias à justiça, sendo reguladas, em princípio, nos artigos 127 a 135 da CF/88.

[836] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Pesquisa Nacional da Defensoria Pública,* Associação Nacional dos Defensores e Defensores Públicos Federais (ANADEF), Rio de Janeiro, 2023, disponível em https://pesquisanacionaldefensoria.com.br/pesquisa-nacional-2020/analise-por-unidade-federativa/Análise por UF – Pesquisa Nacional da Defensoria Pública (pesquisanacionaldefensoria.com.br) [13.11.2023].

[837] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Refugiados com deficiência», Ministério Público Federal, Brasília-DF, 2023, disponível em www.mpf.mp.br/@@search?path=&SearchableText=refugiados+com+deficiênciaMPF [22.11.2023].

[838] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Refugiados com deficiência», Ministério Público do Trabalho, Brasília-DF, 2023, disponível em https://mpt.mp.br/Ministério Público do Trabalho (mpt.mp.br) [22.11.2023].

[839] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Refugiados com deficiência», Defensoria Pública da União, Brasília-DF, 2023, disponível em https.//www.dpu.def.br/component/search/?searchword=refugiados%20com%20deficiência&searchphrase=all&Itemid=564 Buscar (dpu.def.br) [22.11.2023].

Em 2019, a Escola Superior do Ministério Público da União (MPU) e parceiros da Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes patrocinaram o projeto Atuação em Rede: Capacitação dos Atores Envolvidos no Acolhimento, na Integração e na Interiorização de Refugiados e Migrantes no Brasil[841].

6.1. Iniciativas do Ministério Público nos estados federais[842]

Neste tópico, abordamos as políticas institucionais do Ministério Público de cada um dos Estados da federação, no contexto geral das migrações internacionais, porém, com foco em iniciativas de de proteção às pessoas mais vulneráveis entre os forçadamente deslocados, nomeadamente as PCDs.

Embora não se vinculem à estrutura dos Poderes executivo, legislativo e judiciário, nos últimos 30 anos, os Ministérios Públicos Estaduais (MPEs) têm adotado iniciativas próprias em defesa dos direitos humanos, para além do modo tradicional de agir nos foros judicial criminal e cível, na condução de procedimentos administrativos, no controle externo da atividade policial, e sobretudo no exercício do munus fiscalizatório dos atos da Administração Pública estadual e municipal.

Define-se o Ministério Público como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis[843]. Para além da CF/88, todas as Constituições estaduais dedicam normas específicas a respeito do Ministério Público[844].

---

[840] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Refugiados com deficiência», Conselho Nacional de Justiça, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.cnj.jus.br Página Inicial - Portal CNJ [22.11.2023].

[841] «A Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes é composta pela Escola Superior do Ministério Público (ESMPU), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), o Ministério Público da União (MPU), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Conectas Direitos Humanos, o Instituio Migrações e Direitos Humanos, a Defensoria Pública da União (DPU), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e Missão Paz» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Atuação em Rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil», Escola Superior do Ministério Público da União (MPU), Brasília-DF, 2018, disponível em https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capacitacao-a-refugiados-e-migrantes Materiais — Escola Superior do Ministério Público da União (mpu.mp.br) [23.11.2023].

[842] Não encontramos registros de políticas institucionais para refugiados (e outros imigrantes) nos sítios oficiais dos MPEs de Alagoas, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo, e no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que integra a estrutura do Ministério Público da União (MPU).

[843] Na Constituição Federal de 1988, as funções comuns ao Ministério Público Federal, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e aos Ministérios Públicos Estaduais estão inscritas nos artigos 127 a 130.

[844] A única exceção é o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que integra a estrutura do MP da União (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituições estaduais*, Portal da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www2.camara.leg.br/a-

No plano infraconstitucional, as leis complementares federais e estaduais compõem o conjunto de normas de atribuições e as regras que disciplinam a carreira dos membros da instituição[845]. Desde o ano de 2019, o Ministério Público do Acre (MP-AC) desenvolve políticas institucionais de promoção dos direitos humanos de pessoas refugiadas (e outros imigrantes) acolhidos naquela unidade federativa.

Em parceria com representações da sociedade envolvidas no trabalho em favor das populações deslocadas internacionais, o MP-AC apoiou a criação do Observatório das Migrações no Acre, com a finalidade de monitorar os fluxos de mobilidade humana e as políticas públicas estaduais, do ponto de vista da conformidade às leis internacionais e internas de refúgio e imigração.

Em 2021, o MP-AC criou o Núcleo de Atendimento Psicossocial (NATERA), e promoveu a arrecadação de roupas, colchões e outros objetos de uso pessoal para uso de deslocados internacionais em trânsito naquele Estado.

Já no ano de 2022, o Ministério Público acreano passou a elaborar iniciativas próprias e parcerias com outros órgãos públicos numa abordagem mais ousada nos assuntos pertinentes ao fluxo de refugiados e outros imigrantes.

Com efeito, o *Parquet* acreano avançou a criação de um Grupo de Atuação Especial Migratória (GAEMIG), por meio da Portaria nº 733, de 17 de fevereiro de 2022. O Grupo recebeu as tarefas de acompanhar, fiscalizar e implementar mecanismos de defesa de migrantes, refugiados e apátridas, em cooperação com os sistemas públicos de gestão imigratória e a rede de apoiadores não-governamentais.

No evento público que anunciou o GAEMIG, foi assinado um Termo de Acordo Extrajudicial fundador da Rede de Proteção Social aos Migrantes e Refugiados dos municípios de Brasileia e Epitaciolândia, com foco na prestação de assistência emergencial às pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária[846].

---

camara/estruturaadm/mesa/segundavice/interacao-legislativa/constituicoes-estaduaisConstituições estaduais — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br) [13.1.2024].

[845] A Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008, que organiza o Ministério Público do Ceará, que diz em seu artigo 1º ser «[o] Ministério Público uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis» (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei Complementar Estadual nº 72, de 12 de dezembro de 2008*, *Institui a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério do Estado do Ceará*, Fortaleza, 2008, disponível em https.//www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/Lei.Complementar72-2008.pdf LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 12 (mpce.mp.br) [22.12.2023].

[846] Cf. A Gazeta do Acre.com, «MPAC instala grupo especial para atuar em questões migratórias», Rio Branco, 2022, disponível em https://agazetadoacre.com/2022/02/noticias/mpac-instala-grupo-especial-para-atuar-em-questoes-migratorias/MPAC instala grupo especial para atuar em questões migratórias - Jornal A Gazeta do Acre [21.11.2023].

O MP acreano e representantes do governo estadual assinaram um Termo de Ajustamento Extrajudicial sobre medidas protetivas em favor de refugiados e imigrantes, e participou da reunião ordinária do Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados (CEAMAR).

Noutros eventos intersetoriais, o MP-AC fez sugestões de polítiicas de promoção os direitos de nacionais estrangeiros em situação de refúgio, imigração e apatridia, focalizando a proteção social e a municipalização do acolhimento.

O MP-AC baixou uma recomendação à Prefeitura de Rio Branco, no sentido da proteção social a pessoas refugiadas e outros imigrantes, como também inspecionou as condições estruturais dos novos abrigos municipais.

Em junho de 2022, o MP-AC participou da programação da semana do migrante e discutiu ações específicas para as crianças em situação imigratória, no âmbito do Projeto Migração Infância Protegida. O MP-AC também promoveu um ciclo de debates sobre proteção social de pessoas em situação de refúgio e imigração em parceria com a rede de apoio Cáritas Brasileira e representantes da sociedade civil.

Foi também em 2022 que o MP-AC, por meio da Promotoria Cível de Brasileia, apresentou sugestões para o fluxo de atendimento a migrantes em Brasileia e Epitaciolância. Noutra ocasião, esteve reunido com membros do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública do Estado do Acre, da Secretaria de Estado de Assistência Social, Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres, com foco no funcionamento das Casas de Acolhida para imigrantes em Brasileira e Epitaciolândia.

No ano de 2023 houve um aumento importante nos fluxos de ingresso de nacionais peruanos, bolivianos, para além dos nacionais venezuelanos. Diante desta realidade, o Grupo de Atuação Especial em Contexto Imigratório do MPE do Acre uniu forças com às unidades do Ministério do Público Federal e da Defensoria Pública da União, para planear estratégias de apoio às pessoas em situação imigratória.

Para tanto, o MPE do Acre promoveu um ciclo de palestras sobre migrações e direitos humanos alusivos, à IV Semana Estadual do Migrante realizada no mês de em junho de 2023. O plano interestitucional de contingência encaminhado ao governo federal, em função do aumento do fluxo imigratório nos municípios acreanos que fazem fronteira com a Bolívia e o Peru, contou as sugestões do *Parquet* acreano.

Na seara da cooperação intersetorial, o MP-AC esteve reunido com o representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no Acre, a fim de discutir as demandas específicas da população refugiada e imigrante, e compareceu à sessão de trabalho promovida pela

Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, para debater a criação de um Gabinete de Gestão de Crise Humanitária[847].

O Ministério Público do Estado do Amapá (MP-AP) promoveu reunião multilateral e treinamento sobre a proteção às pessoas refugiadas e imigrantes franquado ao público, com o propósito de fortalecer e ampliar a rede de apoio social ao acolhimento de nacionais de origem haitiana que passam pelo Amapá com destino no Estado do Pará[848].

O Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM) firmou compromissos com o governo federal brasileiro e organizações internacionais, tendo em mente a emergência humanitária relativa aos refugiados venezuelanos («Operação Acolhida»). Naquele Estado da federação, as duas vias principais de acesso de nacionais estrangeiros e de trânsito da população transfronteiriça são o aeroporto e a rodoviária de Manaus, para além de dezenas de rotas terrestres não-regulares[849].

Entre os anos de 2017 e 2020, o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) patrocinou conferências sobre políticas de acolhimento a refugiados e imigrantes. É digna de destaque a parceria com o Fórum Social Mundial das Migrações, que resultou em um evento com ampla particpação de segmentos públicos e sociais em debates sobre a situação dos refugiados de origem latino-americana, americana e médio-oriental no Brasil.

Também foi criado o Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação (GEDHDIS), por meio do qual o MP-BA atua em defesa dos direitos de refugiados e apátridas[850].

O Ministério Público do Estado do Ceará (MP-CE) integra o Comitê Interistitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEMIGTRAP-CE) na qualidade de membro convidado com direito a opinar[851].

---

[847] Todas as informações referentes às políticas do MP do Estado do Acre foram compulsadas no sítio eletrônico https://www.mpac.mp.br/?s=Refugiados [28.12.2023].

[848] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «MP-AP participa de reunião multilateral para debater a proteção às pessoas refugiadas e imigrantes», Ministério Público do Estado do Amapá, Macapá, 2023, disponível em https://mpap.mp.br/noticia/mp-ap-participa-de-reuniao-multilateral-para-debater-a-protecao-as-pessoas-refugiadas-e-imigrantes [28.12.2023].

[849] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «MPAM reforça atendimento a venezuelanos na Operação Acolhida», Manaus, 2023, disponível em https://www.mpam.mp.br/noticias-portal/12272-mpam-reforca-atendimento-a-venezuelanos-na-operacao-acolhida MPAM reforça atendimento a venezuelanos na Operação Acolhida [22.11.2023].

[850] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Refugiados com deficiência», Ministério Público do Estado da Bahia, Salvador, 2023, disponível em https://www.mpba.mp.br/search/node/refugiados%20com%20deficiência Buscar | Ministério Público do Estado da Bahia. (mpba.mp.br) [23.11.2023].

[851] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 32.915, de 21 de dezembro de 2018, Altera o Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PETP), Criado pelo Decreto nº 30.682, de 22 de setembro de 2011, e Dá Providências Correlatas*, Fortaleza, 2018, pp. 8-10, disponível disponível em imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20181228p.01.pdf do20181228p01.pdf (seplag.ce.gov.br) [27.12.2023].

Porém, a presença de um representante do Ministério Público cearense é justificada pela necessidade de acompanhamento da regularidade formal dos atos do Comitê e dos setores de governo, no tocante à sua conformidade com a legislação internacional e brasileira.

Por outro lado, compete ao MP-CE examinar a probidade dos atos administrativos, em razão dos recursos e equipamentos públicos envolvidos na disponibilização dos direitos à saúde, assistência social, educação, trabalho e moradia, extensíveis aos nacionais estrangeiros em situação de refúgio (e outras condições imigratórias)[852].

Em 2023, o Ministério Público do Estado do Maranhão (MP-MA) deparou a suspensão de assistência financeira e logística a refugiados, ao encargo da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social.

De acordo com representantes sociais e os próprios refugiados, o auxílio para o pagamento de aluguéis de moradia fornecido pela municipalidade havia sido suspenso, as crianças refugiadas não estavam matriculadas na escola e não fora garantida a assistência médica adequada.

Neste episódio o MP do Maranhão exerceu não somente uma atividade mediadora entre o poder público municipal e a população de deslocados internacionais, mas também atuou como fiscal da regularidade da política de atendimento municipal[853].

O Ministério Público do Mato Grosso do Sul (MP-MS) tem um representante na composição do Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul (CERMA/MS), conforme a Portaria nº 1839/2021-PGJ, de 26 de maio de 2021, e o Comitê Interinstitucional Municipal de Promoção, Proteção e Apoio aos Migrantes Internacionais e Refugiados, Suas Famílias, Crianças e Adolescentes do município de Campo Grande, nos termos da Portaria nº 4401/2022-PGJ, de 2 de novembro de 2022[854].

[852] O Ministério Público Estadual brasileiro figurou entre as instituições convocadas para enviar propostas à Política Nacional de Imigração. Esta Política deerá regulamentar o artigo 120 da Lei de Migração nº 13.445, de 2017, oportunidade em que diversos aspetos da legislação sobre o refúgio e imigração no Brasil poderão ser revistos (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Relatório das Reuniões do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia*, *Eixo 2 – Integração Local*, Brasília-DF, Ministério da Justiça e Sesgurança Pública, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Política_Nacional_-_GT/documentos_bases/Relatório_completo_preliminar_Eixo_2_GT_PNMRA.pdf [28.12.2023].

[853] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «MPMA vai avaliar suspensão de assistência a refugiados no Maranhão», Ministério Público do Maranhão, São Luís, 2023, disponível em https://www.mpma.mp.br/mpma-vai-avaliar-suspensao-de-assistencia-a-refugiados-no-maranhao/ MPMA vai avaliar suspensão de assistência a refugiados no Maranhão - Ministério Público do Estado do Maranhão [22.12.2023].

[854] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Diário Oficial Eletrônico do MP do Mato Grosso do Sul*, Ministério Público do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023, disponível em https://www.mpms.mp.br/pesquisar?q=refugiados+com+deficiência Pesquisar - MPMS [22.12.2023].

Em 2022, o Ministério Público do Pará (MP-PA) e o ACNUR publicaram conjuntamente a Cartilha de orientação para o tratamento das questões relacionadas à populações indígenas refugiadas e imigrantes[855].

No ano anterior, iniciativa semelhante fora adotada, por meio de parceria entre o ACNUR, a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Estado do Pará, quando veio a público a Cartilha sobre Acesso a Terra e Moradia para Pessoas Refugiadas e Migrantes no Brasil[856].

Situado na região sul do Brasil, o Estado do Paraná tem uma longa tradição de acolhimento de refugiados e outros imigrantes, principalmente alemães, polacos, italianos, holandeses e ucranianos, que ali chegaram há mais de um século, e posteriormente, no período do início da Guerra Fria, entre os anos de 1947 e 1950[857].

Por esta razão o Ministério Público do Paraná opera ativamente em defesa dos direitos humanos de populações refugiadas (e outros imigrantes) em situação mais vulnerável, visto que no sítio sítio eletrônico oficial deparamos 156 políticas institucionais na temática de refugiados e 49 ações na temática de imigração geral[858].

Este volume significativo de ações opera-se por meio da atuação do Centro Operacional de Apoio aos Procuradores e Promotores de Justiça de Direitos Humanos (CAOPJDH), o qual promove ações interventivas em busca de melhorias para as pessoas refugiadas de diversas outras nacionalidades, para além de integrar o Conselho Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas[859].

---

[855] Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, «Cartilha sobre acesso à terra e á moradia orienta pessoas refugiadas e migrantes no Brasil: publicação responde à demanda desta população e é resultado de parceria entre ACNUR e Defensorias Públicas da União e do Estado do Pará», Brasília-DF, 2021, disponível em https.//www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/12/Cartilha-Moradia-11.03-web.pdf [22.12.2023].

[856] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portal Eletrônico do MP-PR*, Ministério Público do Paraná, Curitiba, 2023, disponível em https.//mppr.mp.brMinistério Público do Estado do Paraná (mppr.mp.br) [22.12.2023].

[857] «Nesta parte, é valido discorrer que a imigração ucraniana para o Brasil ocorreu, basicamente,para os estados do Paraná e Santa Catarina e se deu, conforme Boruszenko (1995), em três fases, a saber: a primeira foi no final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, época em que a Ucrânia pertencia ao Império Austro-Húngaro, administrado pelos poloneses e judeus. A segunda, logo após a Primeira Guerra Mundial, ocorreu por motivos políticos em virtude da catástrofe sofrida pelo jovem Estado ucraniano (1918-1920) e, a terceira etapa da imigração ucraniana, diga-se de passagem, a mais representativa, aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial» (Ver Tadinei Daniel JACUMASSO e Ciro DAMKE, «Aspectos da imigração ucraniana para o Brasil: as diversidades na região Centro-Sul da Paraná», *Travessias Revista*, Pesquisas em Educação, Cultura, Linguagem e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, vol. 3, nº 3, Cascavel, 2009, p. 5, disponível em https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3433/2727 Vista do ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO UCRANIANA PARA O BRASIL: AS (A)DIVERSIDADES NA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ (unioeste.br) [2.9.2022].

[858] Verificamos o sítio eletrônico oficial do MP-PR e deparamos 156 intervenções do MP sobre o tema «refugiados» e 49 para o tema «migrantes» (Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «MPPR em Defesa da Sociedade», Ministério Público do Estado do Paraná, Curitiba, 2023, disponível em https:// mppr.mp.br Ministério Público do Estado do Paraná (mppr.mp.br) [28.12.2023].

[859] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Relatório e Proposições: Correição Extraordinária de Fomento à Resolutividade do Ministério Público do Estado do Paraná*, Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília-DF, 2023, disponível em

O Ministério Público do Estado da Paraíba (MP-PB), por intermédio do Centro Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania e Direitos Fundamentais, desde o ano de 2020, tem somado esforços junto a outras instituições do sistema de justiça brasileiro, do meio acadêmico e da sociedade civil organizada.

A campanha de cariz filantrópico consistiu em doações de brinquedos, roupas e calçados, 300 crianças indígenas brasileiras e da etnia indígena warao, na condição de refugiadas, acolhidas nas aldeias Taepe, Mata Escura e Cumaru, Barra de Gramame, Vitória e Nova Conquista, e em abrigos públicos dos municípios de Conde, João Pessoa e Campina Grande[860].

No âmbito do Ministério Público do Estado de Pernambuco, sua atuação se desenvolve de forma intersetorial, na medida em que coopera com o Comitê Interestitucional de Promoção dos Direitos da Pessoa em Situação de Migração, Refúgio e Apatridia de Pernambuco[861], embora não participe da composição da entidade.

Doutra parte, o Decreto estadual nº 53.491, de 31 de agosto de 2022 criou o Comitê Estadual de Políticas Públicas para Promoção dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado de Pernambuco (CEPMIGRA), o qual está sujeito à fiscalização do MP-PE, pelo facto de tratar-se de um órgão definidor de políticas públicas que afetam os direitos fundamentais, individuais indisponíveis, difusos e coletivos de uma população também sujeita às leis estaduais.

Assim o determina o próprio Decreto de 2022, quando refere expressamente que o Ministério Público de Pernambuco pode ser convidado para discutir temas relacionados aos direitos de pessoas refugiadas[862].

---

https://mppr.mp.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-08/relatorio_e_proposicoes_cnmp.pdf relatorio_e_proposicoes_cnmp.pdf (mppr.mp.br) [22.11.2023].

[860] Vide REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Mês das crianças: MPPB apoia campanha que arrecada doações para indígenas e refugiados», Ministério Público do Estado da Paraíba, João Pessoa, 2020, disponível em www.mppb.mp.br/index.php/pt/comunicacao/noticias/18-cidadao/22782-mes-das-criancas-mppb-apoia-campanha-que-arrecada-doacoes-para-indigenas-e-refugiados [28.12.2023].

[861] A presença numericamente mais expressiva de refugiados em Pernambuco, principalmente de origem venezuelana, suscitou a criação de um Comitê dos Direitos das Pessoas em Situação de Refúgio, Migração e Apatridia (COMIGRAR-PE), integrado pela Defensoria Pública da União, o Ministério Público Federal, Ordem dos Advogados do Brasil, Cáritas Diocesana, representantes do governo do Estado e da Prefeitura de Recife (Cf. Álvaro SANTOS e Thalita Franciely de Melo SILVA, «A integração local de refugiados no mercado de trabalho a partir da experiência de Pernambuco, *Anais da XIX Jornada de Iniciação Científica*, *Revista Eletrônica da Estácio Recife*, vol. 6, nº 4, Recife, 2020, pp. 13-14, disponível em https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/503/209 Vista do A INTEGRAÇÃO LOCAL DE REFUGIADOS NO MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE PERNAMBUCO (emnuvens.com.br) [22.11.2023].

[862] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Decreto nº 53.491, de 31 de agosto de 2022, Institui o Comitê Estadual de Políticas Públicas para Promoção dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas no Estado de Pernambuco - CEPMIGRA-PE*, Recife, 2022, disponível em https://leisestaduais.com.br/pe/decreto-n-53491-2022-pernambuco-institui-o-comite-estadual-de-politicas-publicas-para-promocao-dos-direitos-dos-migrantes-refugiados-e-apatridas-no-estado-de-pernambuco-cepmigra-pe [22.11.2023].

O Ministério Público do Piauí tem atuado precipuamente na fiscalização de instituições de acolhimento a refugiados venezuelanos na cidade de Teresina, o que faz por meio de recomendações e e análise de documentos que atestem ações governamentais efetivas em benefício de populações refugiadas em situação de maior vulnerabilidade[863].

Por intermédio de um Grupo de Atuação Especial Cível (GAECIV), o Ministério Público de Rondônia fiscaliza as políticas municipais de assistência desenvolvidas pelo Comitê de Atenção ao Imigrante, Refugiado e Apátrida (COMIRAP) da cidade de Porto Velho[864].

O Ministério Público de Roraima tem-se envolvido ativamente no acolhimento aos nacionais venezuelanos refugiados, tanto no contexto da «Operação Acolhida» do governo federal, como em políticas institucionais autônomas, especialmente para garantir o acesso a direitos básicos de saúde, vacinação, documentação, empregabilidade e renda mínima[865].

Convém-nos referir que o Estado de Roraima possui a maior área de demarcação de terras indígenas do Brasil[866].

Logo, sobre ser indispensável à defesa judicial e administrativa dos direitos de povos indígenas locais e venezuelanos, como enfatiza Edson Damas da Silveira, a atuação do Ministério Público, «decorre de um dever de defesa do meio ambiente que é imposto tanto ao poder público como à coletividade, e por isso geral, amplo e irrestrito»[867].

Na altura em que a crise pandêmica agravou-se, com aumento de casos graves e óbitos entre populações indígenas de Roraima, os líderes indígenas restringiram o acesso às suas comunidades. Contudo, algumas entidades foram autorizadas a prestar assistência.

---

[863] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Em audiência extrajudicial, MPPI solicita que instituições apresentem documento com ações para refugiados venezuelanos acolhidos em Teresina», Ministério Público do Piauí, Teresina, 2023, disponível em https.//www.mppi.mp.br/internet/2022/07/em-audiencia-extrajudicial-mppi-solicita-que-instituicoes-apresentem-documento-com-acoes-para-refugiados-venezuelanos-acolhidos-em-teresina/MPPI - Ministério Público do Estado do Piauí [22.11.2023].

[864] Cf. Rondoniadinamica, O Espaço Democrático da Notícia, «MP-RO monitora ações em favor de comunidades de imigrantes, refugiados e apátridas na Capital: o Promotor de Justiça afirma que a atenção do MP à comunidade imigrante e refugiada tem o objetivo de garantir os direitos fundamentais dessas pessoas», Porto Velho, 2023, disponível em https.//www.rondoniadinamica.com/noticias/2022/02/mp-ro-monitora-acoes-em-favor-de-comunidades-de-imigrantes-refugiados-e-apatridas-na-capital,125752.shtml MP-RO monitora ações em favor de comunidades de imigrantes, refugiados e apátridas na Capital | Geral | Rondônia Dinâmica (rondoniadinamica.com) [22.11.2023].

[865] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Conselheiro Nacional do Ministério Público visita Operação Acolhida para difundir boas práticas aplicadas em Roraima», Ministério Público de Roraima, Boa Vista, 2023, disponível em https://www.mprr.mp.br/noticias/conselheiro-nacional-do-ministerio-publico-visita-operacao-acolhida-para-difundir-boas-praticas-aplicadas-em-roraima [23.11.2023].

[866] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Povos Indígenas da Amazônia», Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2022, disponível povosindigenasrr.uerr.edu.br Povos Indígenas de Roraima (uerr.edu.br) [23.11.2023].

[867] Ver Edson Damas da SILVEIRA, *Meio Ambiente, Terras Indígenas e Defesa Nacional: Direitos Fundamentais em Tensão nas Fronteiras da Amazônia Brasileira*, 2009, 295f., Tese (Direito Econômico e Socioambiental, Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC, Curitiba, 2009, p. 149, disponível em dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp120953.pdf Microsoft Word - tese.capas (mec.gov.br) [23.11.2023].

Entre elas, o Ministério Público Estadual de Roraima e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para além de profissionais de saúde, veículos de funerária, serviços de energia elétrica e digitais. Também foram autorizadas a ingressar a Polícia Federal, o Exército e o Ministério Público Federal[868].

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) patrocinou um encontro intersetorial de Inclusão Escolar para Migrantes e Refugiados, por meio dos Centros de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões (Caoijefam) e o de Direitos Humanos (CAODH), visto que até o ano de 2022 em torno de 3.800 alunos da rede pública haviam sido matriculados na rede pública de ensino, procedentes de 56 países diferentes, em sua maioria haitianos e venezuelanos[869].

Atentos a esta demanda social específica, reuniram-se diversos entes governamentais de assistência social e educação, como também entidades civis comprometidas com os direitos de refugiados e outros migrantes no Estado do Rio Grande do Sul: o Fórum Permanente de Mobillidade Humana, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), o Conselho Estadual de Educação, a Cruz Vermelha Internacional e a Associação dos Angolanos do Rio Grande do Sul.

Na oportunidade foi lançada um «Manual Prático de Comunicação em português, inglês, francês, crioulo haitiano e espanhol», de lavra de jornalistas, acadêmicos e ONGs apoiantes dos direitos de pessoas em situação imigratória do município de Canoas, no Rio Grande do Sul (Integra)».

Já o Ministério Público do Estado do Tocantins atuou em articulação com outros segmentos públicos para promover o atendimento a 80 pessoas refugiadas, distribuídas em 17 famílias, a maioria deles provenientes da etnia *warao* da Venezuela. Implementada em 2021, esta iniciativa nomeada «Parceria Solidária» envolveu coletivos de juízes, membros do Ministério Público e seus funcionários, e resultou em doações de cestas básicas de alimentos e itens de limpeza para nacionais estrangeiros acolhidos nos municípios de Araguaína, Guaraí, Pedro Afonso, Tocantinópolis e Araguatins[870].

[868] Cf. Larissa Maria de Almeida GUIMARÃES e Amarildo FERREIRA JÚNIOR, «Lutas políticas indígenas em Roraima (Brasil) e o enfrentamento à pandemia Covid-19, *Revista Mundo Amazônico*, vol 11, nº2, Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Manaus, 2022, p. 232, disponível em https://api.saudeindigena.icict.fiocruz.br/api/core/bitstreams/4d6715eb-efc2-4d11-b4ca-39cc86cb40fb/content [23.11.2023].

[869] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Inclusão escolar para migrantes e refugiados é tema de encontro no MPRS», Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022, disponível em https://www.mprs.mp.br/noticias/54623/ Inclusão Escolar para Migrantes e Refugiados é tema de encontro no MPRS [28.12.2023].

[870] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, «Indígenas venezuelanos refugiados em Araguaína são atendidos pela campanha Parceira Solidária», Ministério Público do Estado do Tocantins, Palmas, 2021, disponível em https://mpto.mp.br/portal/2021/06/17/indigenas-venezuelanos-refugiados-em-araguaina-sao-atendidos-pela-campanha-parceria-solidaria Portal do Ministério Público do Estado do Tocantins - Indígenas venezuelanos refugiados em Araguaína são atendidos pela campanha Parceria Solidária (mpto.mp.br) [23.12.2023].

7. Iniciativas do sistema das Nações Unidas para as pessoas refugiadas com deficiência no Brasil

Na qualidade de agência do sistema universal de proteção aos direitos humanos, para além das funções que realiza no âmbito externo aos Estados, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados desempenha um papel fundamental no quadro de mobilização social interno e apoio técnico às políticas de governos.

O ACNUR também está autorizado a apoiar as iniciativas que outros setores da sociedade queiram implementar para atenderem populações deslocadas em situação de maior vulnerabilidade.

Como já referimos, os Estados devem cooperar com o ACNUR a fim de que as regras da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados e todos os demais instrumentos de direito internacional destinados à proteção de pessoas em deslocamento internacional involuntário sejam devidamente cumpridos.

No âmbito interno brasileiro a agência articula-se com os três níveis de governo, federal, estaduais e municipais. No nível federal, o ACNUR ocupa-se das questões que dizem respeito aos critérios de elegibilidade para o reconhecimento da condição de refugiado.

Por outro lado, o ACNUR tem assento no Comitê Nacional para os Refugiados, embora não tenha direito a voto, mas ainda assim contribui ativamente com propostas objetivas de melhoria da legislação, sobretudo para que os direitos de pessoas em situação de maior vulnerabilidade sejam preservados.

Mas o ACNUR também atua em articulação com os governos estaduais e municipais, tendo em mente que estes atores oficiais são de facto aqueles que protagonizam o atendimento mais direto e permanente às demandas da população deslocada, para além de serem os responsáveis por integrá-las, uma vez definida a condição jurídica ao fim dos procedimentos de regularização imigratória.

Para esse efeito as relações entre o ACNUR e os entes federativos descentralizados têm-se estreitado por meio de pactuações que embora não sejam vinculativas, no entanto revestem-se de relevância político-institucional: memorandos de entendimento, parcerias, acordos de cooperação, etc.

O município de Ananindeua do Estado do Pará, registrou 994 refugiados e outros migrantes até 2002: colombianos (33%), estadunidenses (13%), venezuelanos (13%) e franceses (5%). Naquela unidade federativa, o ACNUR atuou na dimensão do acesso ao mercado de trabalho para 56 famílias de migrantes venezuelanos da etnia indígena *warao*.

Um dos objetivos almejados é capacitar refugiados e imigrantes para exercerem atividades laborais de reforço de renda familiar, bem como promover a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal.

A política em causa agregou investimentos financeiros, humanos e estruturais do ACNUR, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) e do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), devendo ser avaliada a cada três meses pelo Comitê Intersetorial Municipal de Acolhimento e Atenção à População Indígena *Warao* (CIMAPIW)[871].

A cidade de Belém é a capital do Estado do Pará onde até o ano de 2022 haviam sido registrados 5.962 refugiados e outros migrantes a residir ali, assim distribuídos: estadunidenses (21%), venezuelanos (11%), colombianos (10%), chineses (7%), filipinos (6%).

O ACNUR atua em parceria com a municipalidade na dimensão da estrutura institucional de governança e estratégia local. Assim, foi criado de um Grupo de Trabalho intersetorial para discutir políticas específicas para refugiados e migrantes, e no tocante à transparência e acesso à informação, o ACNUR e o município firmaram termo de compartilhamento de dados.

Na dimensão educacional, o ACNUR coopera por meio de incentivos à matrícula de crianças, jovens e adultos migrantes e refugiados da etnia *warao* nas escolas municipais, em especial para que a população deslocada tenha acesso ao aprendizado da língua portuguesa.

A cidade de Boa Vista é a capital de Roraima, hoje o Estado da federação para onde acorre o maior fluxo de deslocados venezuelanos, desde o ano de 2017.

Logo no início da Operação Acolhida de emergência assistencial, foram identificadas quase 130 pessoas com deficiência, das quais 24 eram mulheres chefes de família e 6 idosas, 81 homens chefes de família e 3 idosos. Entre os indígenas, 15 eram PCDs e 12 era homens. A faixa etária destas PCDs oscilava entre os 18 e 59 anos.

O ACNUR apoia a Casa de Acolhimento Grupos de Mãe Anjos de Luz, providenciando acomodações temporárias para brasileiros e venezuelanos com deficiência que precisam deslocar-se do interior para fazer algum tratamento de saúde na capital Boa Vista.

A Casa de Acolhimento pode receber até 20 PCDs, e possui instalações acessíveis e adaptadas. O ACNUR regularmente oferece doações de fraldas infantis e geriátricas, bolsas de alimentos, e kits de higiene pessoal. Equipamentos para salas de fisioterapia, uma delas adaptada para bebês, também fizeram parte dos investimentos do ACNUR neste estabelecimento.

[871] Ressalvadas outras fontes especificamente referenciadas, as informações deste tópico foram extraídas da Plataforma Migracidades, acessível pelo link https://www.ufrgs.br/migracidades/relatorios-2022-1/Relatórios De Diagnóstico (2022) - MIGRACIDADES (ufrgs.br) [24.1.2024].

Em 2021 e 2022 o ACNUR ofertou cursos de formação sobre a inclusão de refugiados e outros migrantes com deficiência no mercado de trabalho. O curso envolveu mais de 40 participantes de 15 organizações parceiras envolvidas na Operação Acolhida, com aproveitamento das experiências do projeto «Empoderando Refugiadas», criado pelo ACNUR e outros parceiros internacionais para promover o direito à inclusão laboral de mulheres refugiadas no mercado de emprego formal brasileiro.

Para além de capacitar as mulheres participantes, o projeto tem como escopo preparar as empresas para absorção de mão-de-obra diferenciada: mulheres da população LGBTQI+, mulheres com mais de 50 anos, refugiadas com deficiência e com doenças crônicas, para além de outras demandas específicas, numa perspetiva de interseccionalidade[872].

Um grupo de 18 idosos com deficiência, refugiados e migrantes que haviam sido inicialmente acolhidos em Boa Vista, foram o primeiro grupo de PCDs a participar de um programa de interiorização, sendo por fim acolhidos pelo município de Nova Iguaçu do Estado do Rio de Janeiro, como fruto de uma articulação entre o ACNUR, as prefeituras de Boa Vista e São Paulo e o Ministério da Cidadania[873].

O projeto também promoveu capacitação técnica para um grupo de 20 mulheres PCDs, no total de 80 horas, em locais acessíveis para cadeirantes, e auxiliado por intérpretes de linguagem de sinais para surdos e de língua portuguesa e venezuelana.

Ao término de cada ciclo de formação, obtém-se a inserção profissional em empresas do setor privado nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Roraima e no Distrito Federal[874].

Desde o ano de 2018, o ACNUR trabalha pela interiorização de pessoas com deficiência e que necessitam de uma rede de proteção social. Os dados obtidos pelo ACNUR informam que cerca de 3.300 venezuelanos foram alocados em 9 centros de acolhida em diversas cidades do Brasil, espaços que receberam adaptações estruturais e assim puderam beneficiar 810 PCDs com a estratégia de interiorização.

---

[872] «A iniciativa está comprometida e alinhada com a Agenda 2030 das Nações Unidas, em especial ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, voltado à igualdade de gênero. O projeto preza pela diversidade de suas turmas, mesclando mulheres de diferentes nacionalidades, etnias, formações acadêmicas e perfis sociais. Desde 2020, o projeto forma turmas compostas por refugiadas com deficiências, doenças crônicas e/ou com necessidades especiais, além de incluir mulheres que possuem familiares com deficiências e são as únicas provedoras de renda da família. O projeto valoriza também interseccionalidades: refugiadas dos pilares geracionais (50+) e LGBTQI+ (Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «Aulas do programa Empoderando Refugiadas têm início em Boa Vista: ACNUR, Pacto Global e ONU Mulheres promovem formação de refugiadas venezuelanas para que possam ser contratadas por empresas e realocadas para diferentes cidades já no fim de agosto», disponível em https://www.acnur.org/portugues/2022/08/12/aulas-do-programa-empoderando-refugiadas-tem-inicio-em-boa-vista/ Aulas do programa Empoderando Refugiadas têm início em Boa Vista – UNHCR ACNUR Brasil) [27.1.2024].

[873] Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Intervenções do ACNUR Brasil para a Proteção de Pessoas Refugiadas com Deficiência*, Brasília-DF, 2022, p. 4, arquivo próprio enviado pela Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil.

[874] *Idem*, p. 6.

O abrigo Pricumã, que integra a estrutura de acolhimento da Operação Acolhida em Boa Vista, passou por adaptações para receber pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, para além de uma biblioteca comunitária que foi adaptadas às necessidades de integração de crianças e adolescentes com deficiência cognitiva.

Por meio do monitoramento da assistência financeira, o ACNUR verificou a existência de famílias beneficiárias de transferência monetária que têm uma ou mais PCDs ou condições médicas graves, inclusivamente crianças com deficiência, alocadas em Boa Vista.

No município de Cachoeirinha do Estado do Rio Grande do Sul foram contabilizados em 2022 1.105 refugiados e outros migrantes: haitianos (46%), venezuelanos (27%), colombianos (10%), uruguaios (4%) e argentinos (2%).

Neste município, o ACNUR atua na dimensão de parceria institucional para facilitar a emissão de documentos e certidões de interesse de refugiados e outros migrantes e empresta suporte técnico visando à implantação do Centro de Referência Especializado de Atendimento ao Migrante. Foram contabilizados em 2022 1.105 refugiados e outros migrantes, a residir na circunscrição municipal: haitianos (46%), venezuelanos (27%), colombianos (10%), uruguaios (4%) e argentinos (2%).

Em parceria com o município de Caxias do Sul do Estado do Rio Grande do Sul, foram contados 7.142 refugiados e outros migrantes: haitianos (37%), venezuelanos (17%), senegaleses (13%), uruguaios (5%) e colombianos (5%).

O ACNUR auxilia a capacitação de servidores públicos para atendimento a populações refugiadas e outros migrantes, e permanece como parceiro institucional ativo no campo das políticas de regularização imigratória, junto à Polícia Federal.

No município de Esteio do Estado do Rio Grande do Sul residiam até 2022 589 refugiados e outros migrantes, sendo: venezuelanos (67%), peruanos (9%), haitianos (6%), uruguaios (5%), argentinos (2%).

O ACNUR estabeleceu parcerias com o Centro Ítalo-Brasileiro de Instrução e Assistência a Imigrantes (CIBAI-Migrações), vinculado ao Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e presta apoio técnico ao Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR).

No município de Foz do Iguaçu, do Estado do Paraná, em parceria com universidades, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a prefeitura e entidades civis de apoio a refugiados e migrantes, o ACNUR publicou o «Guia para Migrantes e Refugiados em Foz do Iguaçu», disponível em

português e espanhol, com informações sobre os direitos, os deveres e o acesso a serviços públicos para refugiados e outros imigrantes.

O serviço também foi disponibilizado no website do governo local e em postos de atendimento presencial, para uma população de nacionais estrangeiros de 16.954, distribuída em termos percentuais, como se vê: paraguaios (45%), libaneses (15%), venezuelanos (8%), argentinos (8%), colombianos (4%).

No município de Guarulhos do Estado de São Paulo, estimou-se em 2022 uma população de 10.973 refugiados e outros imigrantes, assim divididos por nacionalidades: bolivianos (45%), haitianos (12%), venezuela (8%), paraguaios (6%) e colombianos (4%), o ACNUR desenvolve diversas iniciativas em sintonia com a administração pública municipal: i) participação no Comitê Municipal de Políticas para Imigrantes, Refugiados e Apátridas; ii) apoio à implementação da Casa de Acolhida "Todos Irmãos"; iii) assinatura de Memorando de Intenções, com a prefeitura local, para o fim prestar assessoria técnica às políticas municipais de acolhimento e de acesso das populações deslocadas aos programas e serviços públicos; iv) participação em encontro formativo com 30 Coordenadores(as) Pedagógicos(as) e com 206 Coordenadores(as) Pedagógicos(as), em parceria com o município, OIM, e entidades acadêmicas; v) participação no Ciclo de Palestras Políticas Públicas e Direitos Humanos, por meio da palestra intitulada "Um olhar para crianças e adolescentes migrantes e refugiados", com a participação de entidades de apoio ao segmento e acadêmicos, para debater ações de proteção, acolhimento e atendimento humanizado; vi) apoio financeiro ao abrigamento de pessoas afegãs, em parceria com Caritas Arquidiciocesana de São Paulo, Caritas Guarulhos e Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social e aos centros de acolhimento temporário «Povos Fraternos», novos equipamentos acionados pela assistência social do município para refugiados e imigrantes sobretudo de origem afegã[875].

Em Juiz de Fora do Estado de Minas Gerais foram contabilizados em 2022 2.868 refugiados e outros imigrantes: venezuelanos (27%), estadunidenses (11%), alemães (8%), colombianos (7%), peruanos (4%). Ali o ACNUR atua oferecendo apoio técnico nos processos de interiorização de deslocados forçados de origem venezuelana, uma etapa da política de assistência humanitária

[875] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «ACNUR participa da inauguração de abrigo público para famílias refugiadas e migrantes em Guarulhos: famílias afegãs já estão residindo no centro de acolhimento temporário «Povos Fraternos III», cuja solenidade de abertura contou a presença do Prefeito Guti e da deputada federal Tabata Amaral», Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2023/03/23/acnur-participa-da-inauguracao-de-abrigo-publico-para-familias-refugiadas-e-migrantes-em-guarulhos/ ACNUR participa da inauguração de abrigo público para famílias refugiadas e migrantes em Guarulhos – UNHCR ACNUR Brasil [26.1.2024].

emergencial do governo federal, como também de migrantes venezuelanos que têm-se instalado na cidade de forma espontânea.

Em 2021, o ACNUR, a OIM e o Ministério da Cidadania realizaram ciclos de palestras sobre migrações, refúgio e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, no evento que se nomeou «Oficina de Integração ao Atendimento a Migrantes e Refugiados», com o fito de promover a capacitação de servidores públicos.

A par disto, o ACNUR empresta seu apoio técnico ao Grupo de Trabalho responsável pela construção do Plano Municipal de Atendimento a Refugiados e Migrantes. Na dimensão da participação social e cultural dos refugiados e outros migrantes, o ACNUR ofereceu recursos financeiros, humanos e estruturais em programações culturais, tais como apresentações de danças e músicas de ritmos latino-americanos, exposições de artesanato e culinária típica dos países de origem de migrantes, palestras e *meetings*, com o propósito de promover a interação entre as populações deslocadas e a comunidade local.

Em Manaus do Estado do Amazonas, até o ano de 2022 estavam a residir 71.659 refugiados e outros imigrantes, distribuídos por nacionalidades: venezuelanos (69%), haitianos (6%), japoneses (4%), colombianos (3%) e peruanos (3%).

Manaus é uma via de entrada e saída aérea e terrestre, ao território brasileiro. O ACNUR forneceu estojos de higiene e limpeza, e auxílio financeiro emergencial para famílias de refugiados mais vulneráveis para aluguel de alojamentos de baixo custo.

Então foi inaugurado o programa «Passaporte Cidadania» com o objetivo de promover a autonomia de refugiados temporiamente abrigados, por meio de assistência financeira de 870 reais mensais durante um ano. Muitos destes imigrantes foram acolhidos em alojamentos de baixo custo pertencentes a entidades religiosas parceiras do ACNUR.

O ACNUR também presta suporte ao município de Manaus provendo cursos de treinamento de funcionários que têm de atender diretamente as populações deslocadas, especialmente os imigrantes venezuelanos da etnia indígena *Warao*.

Os cursos oferecidos pelo ACNUR abordam as diversidades culturais e o combate à xenofobia, à discriminação e o racismo são os temas em geral abordados nos cursos ofertados pelo ACNUR. Na dimensão de transparência e acesso à informação o ACNUR elabora material informativo para distribuição gratuita entre as populações deslocadas, nos quais se informam os direitos e os deveres de refugiados e imigrantes traduzidos para os idiomas *warao* e espanhol.

O ACNUR apoia iniciativas de proteção jurídica a pessoas com deficiência, a exemplo do trabalho que faz o Instituto Mana, e o Centro de Apoio e Referência para Refugiados e Migrantes, vinculado à Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais-ADRA, onde se oferecem serviços de assistência social, beneficência e filantropia em favor de PCDs refugiadas e migrantes[876].

Visando melhorar as condições de abrigamento para refugiados e migrantes com deficiência, o ACNUR investiu recursos em reestruturação de espaços para garantir acesso e mobilidade nas unidades Abrigo Oásis I, com capacidade para 25 pessoas, o Abrigo Santo Antônio, com capacidade para 75 pessoas e o Abrigo Coroado, que pode acolher 140 pessoas, e o Abrigo Casa Miga, destinado a pessoas com deficiência, com especificidade para o segmento LGBTQI+, tanto nacionais quanto estrangeiras[877].

No ano de 2022, a população de refugiados e imigrantes de Marabá do Estado do Pará foi calculada em 353 pessoas, assim distribuídas por nacionalidade: colombianos (33%), venezuelanos (21%), peruanos (7%), cubanos (4%).

O ACNUR auxilia o governo municipal de Marabá por meio da formação e capacitação técnica de grupos de trabalho nos quais se discutem políticas e iniciativas para refugiados e imigrantes, bem como ajuda a qualificar funcionários públicos lotados no Departamento de Proteção Social, semelhante ao trabalho que realizam o UNICEF e a Polícia Federal no Estado do Pará.

Para além disto, o ACNUR trabalha na ampliação da rede pública de integração e educação de refugiados da etnia indígena venezuelana *warao*, em parceria com a rede municipal de ensino, UNICEF, a Igreja Católica, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.

Na cidade de Niterói do Estado do Rio de Janeiro foram registrados 9.456 refugiados e outros imigrantes, sendo: estadunidenses (9%), filipinos (7%), britânicos (7%), portugueses (6%), noruegueses (5%). O ACNUR e a OIM apoiaram a fundação do primeiro Núcleo de Atendimento a Migrantes e Refugiados Moïse Kabagambe, sendo o primeiro órgão público municipal inteiramente devotado a este fim. Relativamente à capacitação de servidores, em 2021 o ACNUR ofereceu treinamento sobre em documentação de pessoas refugiadas e migrantes, temas ligados à Operação Acolhida do governo federal, análise dos desafios que enfrenta a população migrante e refugiada, formação e manutenção de redes locais de apoio às populações deslocadas. Em 2022, o ACNUR e a OIM ofertaram curso de

[876] ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Intervenções do ACNUR Brasil para a Proteção de Pessoas Refugiadas com Deficiência*, Brasília-DF, 2022, p. 8, arquivo próprio enviado pela Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil.

[877] ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Intervenções do ACNUR Brasil para a Proteção de Pessoas Refugiadas com Deficiência*, Brasília-DF, 2022, p. 9, arquivo próprio enviado pela Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil.

capacitação sobre acolhimento e atenção à saúde de migrantes para profissionais de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O município de Pacaraima do Estado de Roraima registrou 30.424 refugiados e outros imigrantes, predominantemente venezuelanos (98,83%), seguidos de colombianos (0,75%), cubanos (0,07%), peruanos (0,05%), e dominicanos (0,03%), no ano de 2022.

Pacaraima situa-se na fronteira terrestre com cidade venezuela de Santa Elena de Uiaren, sendo hoje o principal conduto de acesso terrestre das populações deslocadas venezuelanas, e por esta razão, tornou-se a sede principal da Operação Acolhida do governo federal brasileiro, governos estadual e municipal, instituições de justiça, para além do concurso de outros atores não governamentais, agências do sistema ONU, empresas privadas, ONGs e cooperadores voluntários.

Durante o auge da crise pandêmica nos anos de 2020 a 2022, o ACNUR intensificou ações emergenciais em Pacaraima, destinadas a atender 472 indígenas refugiados e migrantes mais vulneráveis a doenças, mediante o fornecimento de Unidades de Habitação Emergencial para a Operação Acolhida do governo federal[878].

Foi também neste período de crise humanitária agravada que o ACNUR estabeleceu uma parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha para criação de um espaço de conectividade via internet, assim permitindo que em média 60 pessoas por dia pudessem comunicar-se com familiares distantes, ou acedessem a rede web para informar-se sobre o seu país de origem, acerca de cadastros públicos e oportunidades de emprego no Brasil e noutros lugares[879].

Neste cenário, o ACNUR continua a dar suporte às políticas de atendimento às pessoas refugiados e migrantes venezuelanos em Pacaraima, com atenção especial para as etnias indígenas *Warao*, *Enepa*, e *Pemon Taurepang*.

Na dimensão de participação social e cultural, articulado à Visão Mundial, à Pan American Development Foundation (PADF) e a Superintendência de Cultura Municipal, o ACNUR está a desenvolver em Pacaraima programações para o público externas, que incluem exposições de

[878] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «ACNUR Brasil fornece Unidades de Habitação Emergerncial para apoiar enfrentamento à COVID-19 na América Latina», Brasília-DF, 2020, disponível em https://«www.acnur.org/portugues/2020/07/27/acnur-brasil-fornece-unidades-de-habitacao-emergencial-para-apoiar-enfrentamento-a-covid-19-na-america-latina/ ACNUR Brasil fornece Unidades de Habitação Emergencial para apoiar enfrentamento à COVID-19 na América Latina – UNHCR ACNUR Brasil [26.1.2024].

[879] Ver ALTO COMISSAIRIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «Internet gratuita em Pacaraima facilita comunicação de pessoas refugiadas, migrantes e brasileiras na fronteira», Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2022/02/15/internet-gratuita-em-pacaraima-facilita-comunicacao-de-pessoas-refugiadas-migrantes-e-brasileiras-na-fronteira/#Internet gratuita em Pacaraima facilita comunicação de pessoas refugiadas, migrantes e brasileiras na fronteira – UNHCR ACNUR Brasil [26.1.2024].

artesanato indígena, apresentações de grupos de música no idioma *criollo* venezuelano, mesas de culinária tradicional e cantatas natalinas venezuelanas.

No Estado da Paraíba, no qual a presença de refugiados e outros imigrantes na Paraíba foi estimada em 9.823 pessoas, principalmente: estadunidenses (11%), italianos (10%), portugueses (10%), chineses (8%), venezuelanos (7%), o ACNUR estabeleceu parceira como governo estadual visando à qualificação de funcionários públicos estaduais, por meio dos seguintes ciclos de formação: i) o «Curso de Formação em Direitos Humanos e a Questão Migratória *Warao*» (2021): ii) o «I Ciclo de Formação – Acolhimento a migrantes e refugiados e a garantia de Direitos» (2022).

Atualmente, encontra-se em estudo a implantação do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção às Populações de Refugiadas, Apátridas e Migrantes da Paraíba, sendo previsto que o ACNUR participe como membro convidado.

Na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, o ACNUR colaborou ativamente para capacitar funcionários públicos municipais na temática «Fortalecendo Capacidades: Gerenciamento de Abrigos e Mecanismo de Soluções Duradouras para População Indígena Refugiada».

A população de refugiados e imigrantes registrados em Recife até o ano de 2022 era de 14.195, majoritariamente estadunidenses (11%), filipinos (9%), portugueses (7%), chineses (6%) e colombianos (5%).

O governo municipal de Ribeirão Preto do Estado de São Paulo estabeleceu parceria com o ACNUR no sentido de qualificar os funcionários públicos, para o adequado atendimento às populações da etnia indígena *Warao*.

Também receberam treinamento específico cerca de 92 técnicos incumbidos da assistência direta a refugiados e migrantes de outras nacionalidades, nomeadamente os setores de assistência e proteção social.

A população refugiada e imigrante de Ribeirão Preto foi calculada, somente no ano de 2022, em 5.191 pessoas das seguintes procedências: Estados Unidos (18%), Colômbia (11%), Venezuela (8%), China (5%), França (5%).

Na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado que tem o mesmo nome, foram registrados em 2022 149.996 refugiados e imigrantes, das seguintes procedências: Estados Unidos (10%), França (7%), Reino Unido (7%), Portugal (5%), China (5%). O ACNUR cooperou para o atendimento à populações migrantes em duas edições do programa «Rota de Direitos» realizado em parceria com a Defensoria Pública do Estado.

Tanto o ACNUR quanto a OIM têm assento no Comitê de Políticas Públicas para Refugiados, Imigrantes e Apátridas do Município do Rio de Janeiro (COMPARM-RIO), embora sejam membros convidados.

Entretanto, a norma de criação do Comitê prevê a hipótese de que os membros convidados tornem-se membros efetivos, caso haja um pleito neste sentido e o colegiado geral decida favoravelmente.

Na dimensão do acesso à saúde o ACNUR e a OIM ofertaram cursos aos profissionais de postos e unidades de saúde do município, para que aprendessem a lidar com pessoas refugiadas e migrantes, tendo em conta as múltiplicas variáveis culturais.

Um destes eventos foi direcionado para os funcionários dos setores de assistência e proteção social, contando com a presença de 92 inscritos. Para além disto, o ACNUR providenciou a tradução de materiais informativos de saúde para os idiomas espanho e *criollo* haitiano.

O Estado do Rio Grande do Sul possui relações institucionais bastante próximas do ACNUR e da OIM. Nesta unidade federativa as organizações internacionais têm participado ativamente, a convite do governo e da academia, para desenvolverem plataformas de análise de governança migratória nos estados e municípios brasileiros.

Foi também no Rio Grande do Sul onde primeiro se tomou iniciativa de um Fórum Nacional de Conselhos e Comitês de Apoio aos Refugiados, Apátridas e Migrantes. O Estado contabilizou em 2022 108.716 refugiados e imigrantes, das seguintes procedências mais expressivas em termos percentuais: Uruguai (23%), Haiti (21%), Venezuela (10%), Argentina (7%), colômbia (5%).

Esta iniciativa de vanguarda do Estado do Rio Grande do Sul teve continuidade em uma segunda edição, realizada na Universidade de Brasília-DF, em 2023, que reuniu outros Estados e municípios interessados, para além de representantes do governo federal e instituições da rede de apoio a refugiados e outros migrantes[880].

Ainda no ano de 2022, o ACNUR e a OIM firmaram parceria com a Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul, para o treinamento de pessoal técnico, sobre os temas de diversidade cultural, direitos humanos, combate ao racismo e à xenofobia. O ACNUR também empresta a sua *expertise*, no que pertine à interiorização de nacionais estrangeiros que para lá são alocados pelo governo federal.

Com uma população de 172.117 refugiados e outros imigrantes registrados até 2022, a maioria venezuelanos (97%), haitianos (1%), colombianos (1%), cubanos (0,29%) e guianenses (0,27%), o

[880] Ver *supra*, p. 183.

Estado de Roraima é a região de maior fluxo de pessoas em busca de refúgio entre as zonas de fronteira do Brasil.

O Estado de Roraima alberga os procedimentos iniciais da Força Tarefa logística humanitária militar-civil conhecida como a Operação Acolhida do governo federal, tendo em vista a ordenação da tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, o acolhimento de nacionais deslocados provenientes da Venezuela e a interiorização em comunidade local.

O ACNUR faz parte da rede de proteção e apoio que atua em pelo menos 14 municípios do Estado, visando dinamizar o atendimento das pessoas migrantes nas escolas das redes de ensino medidas que almejam a melhoria das condições de abrigos temporários.

Deste universos de organizações intergovernamentais fazem parte a OIM, a ONU Mulheres, o UNICEF, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Fundo Pan-Americano de Desenvolvimento (FUPAD), a Organização Pan-americana de Ssaúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

No que pertine ao campo de decisões sobre políticas públicas, o ACNUR tem direito a opinar, mas sem o direito ao voto, no recém-criado Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Migrantes, Apátridas e Refugiados de Roraima (CEIMAR/RR), criado pelo Decreto Estadual nº 33.022, de 26 de julho de 2022, onde a agência tem assento na qualidade de membro convidado permanente.

Com uma população de 1.556 refugiados e outros imigrantes, a maioria venezuelanos (31%), colombianos (23%), estadunidenses (14%), alemães (4%), e argentinos (2%), a cidade de Santarém do Estado do Pará aprovou por Decretos municipais a criação Comitê Municipal Intersetorial de Assistência Emergencial para Acolhimento a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Decorrente de Fluxo Migratório Provocado por Crise Humanitária na Venezuela, visando ao alinhamento institucional e elaboração de políticas públicas para refugiados e migrantes.

Este Comitê conta com o apoio institucional do ACNUR e de órgãos governamentais, instituições públicas de atuação judiciária, órgãos de apoio à infância e à juventude, universidades e representantes da sociedade civil, todos com atribuições deliberativas.

O município de São Lourenço do Oeste do Estado de Santa Catarina, onde residiam até 2022 185 refugiados e outros imigrantes venezuelanos (83%), haitianos (5%), cubanos (2%), mexicanos (2%) e belgas (1%), obteve apoio técnico do ACNUR e da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados em uma capacitação de funcionários públicos do setor de atenção/assistência direta que atuam na assistência social, de epígrafe «Processo de Refúgio no Brasil».

O município também pôde ofertar aos funcionários públicos os cursos «Crianças e Adolescentes Migrantes e a terceira edição da «Oficina para a Inserção Laboral de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade», como resultado da parceria institucional com a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

O Estado de São Paulo mantém duradoura e antiga parceria institucional com o ACNUR, visto ser a unidade federativa que mais acolheu refugiados e imigrantes, comparado a todas as demais regiões do Brasil. Até o ano de 2022, foram contabilizados 595.369 nacionais estrangeiros residentes em São Paulo: bolivianos (20%), haitianos (8%), chineses (6%), estaduninses (5%), colombianos (4%).

Diante deste importante fator populacional, o estado paulista é pioneiro em iniciativas voltadas para a população estrangeira.

Até o ano de 2022, foram contabilizados 595.369 nacionais estrangeiros residentes em São Paulo: bolivianos (20%), haitianos (8%), chineses (6%), estaduninses (5%), colombianos (4%).

O município de São Paulo, capital do Estado que tem o mesmo nome, também se caracteriza por ser uma cidade de acolhimento de refugiados e imigrantes de diversas procedências. Aliás, o povo paulistano é o amálgama de muitas nacionalidades.

Em 2022, 394.818 nacionais estrangeiros residiam como refugiados e outros imigrantes, procedentes dos seguintes países: Bolívia (26%), China (7%), Haiti (6%), Peru (5%), Estados Unidos (5%).

O ACNUR mantém um escritório permanente na capital, por intermédio do qual estabelecem-se parcerias e planeiam-se programas, eventos e ações de apoio técnico à gestão das pessoas refugiadas interiorizadas pelo governo federal ou diretamente acolhidas pelo poder público local.

Convém-nos salientar que o ACNUR e a Caritas Arquidiocesana de São Paulo, organização fundadora da Comissão de Justiça e Paz (1977) e do Centro de Acolhida para Refugiados, desde o ano de 1989 atuam conjuntamente para prestar assistência àqueles que chegam à cidade em busca de refúgio e orientação para receber assistência legal e pessoal.

O ACNUR e a OIM também cooperam na dimensão de capacitação de funcionários públicos do município de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, que acolhe uma população de aproximadamente 354 refugiados e outros migrantes registrados, em sua maioria venezuelanos (60%) e haitianos (16%), seguidos de Colômbia (8%), El Salvador (3%) e Uruguai (3%).

Em Vitória da Conquista do Estado da Bahia, onde viviam até 2022 refugiados e outros imigrantes colombianos (21%), chineses (11%), alemães (6%), estadunidenses (6%) e italianos (6%), o ACNUR e a OIM mantêm parcerias institucionais de apoio técnico ao governo municipal no tocante à gestão imigratória.

7.1. Cátedra Sérgio Vieira de Mello: a dimensão acadêmica do ACNUR no Brasil

Uma outra notável frente de atuação do ACNUR é o seu trabalho de difusão da linguagem dos direitos internacional dos refugiados no ambiente acadêmico. Em homenagem ao diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello que trabalhou 34 nas Nações Unidas, a maior parte dedicados à causa dos refugiados, o ACNUR criou em 2003 a Cátedra Sérgio Vieira de Mello visando à promoção da linguagem universal dos direitos humanos e do direito internacional dos refugiados como disciplinas autônomas nos cursos de Direito em faculdades públicas e privadas[881].

O diplomata participou e coordenou missões de campo no Líbano, Cambodja, ex-Iugoslávia, Kosovo, Grandes Lagos em África, Timor-Leste e por último em Bagdá no Iraque, onde faleceu vítima de um atentado à bomba contra o prédio das Nações Unidas, enquanto supervisionava o cumprimento da Resolução nº 1483 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que tratava da intervenção militar ocidental no conflito Iraque-Kuwait.

Na ocasião, o diplomata ocupava o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Ele e mais 22 funcionários das Nações Unidas perderam suas vidas no atentado, para além de dezenas de outros que ficaram feridos[882].

Atualmente, a iniciativa estende-se a 40 instituições de ensino superior do Brasil, e firma-se em 4 pilares que dão sentido à construção do conhecimento de nível acadêmico, a saber:

i) o ensino, incluindo acesso à educação superior, enfatizando o aprendizado do Direito Internacional dos Direitos Humanos, do Direito Internacional Humanitário e do Direito Internacional dos Refugiados;

ii) a pesquisa, que se concentra em coletar e desagregração dados sobre pessos refugiadas e migrantes em situação de maior vulnerabildiade, promoção de eventos curriculares e extracurriculares, conferências, seminários e publicações;

---

[881] «Inicialmente, a proposta da CSVM focava na implementação e no incremento de cursos e pesquisas em Direito Internacional dos Refugiados e Direito Internacional Humanitário, adotando uma abordagem acadêmica tradicional. Tal ênfase em desenvolvimento doutrinal encontrou eco no ano seguinte, sendo adotada regionalmente como uma das propostas da Declaração e Plano de Ação do México (PAM). Com o passar dos anos, reorientou-se a abordagem da CSVM, optando-se por organizá-la a partir de 3 eixos: ensino, pesquisa e extensão. Os dois primeiros já contemplados originalmente, e o último pensando, por um lado, em difusão da temática junto a outros atores da sociedade, e, por outro, em serviços e benefícios diretos à população refugiada» (Cf. José Blanes SALA *et al.* (orgs.), *15 Anos da Cátedra Sérgio Vieira de Mello no Brasil: Universidades e Pessoas Refugiadas*, São Bernardo do Campo, Universidade Federal do ABC, 2020, p. 10, disponível em https.//www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/10/15-Anos-Cátedra-Sergio-Mello.pdf [31.10.2023].

[882] Ver Andrés RAMIREZ, «Sérgio Vieira de Mello: o funcionário indispensável das Nações Unidas», *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, Universidade Federal do Paraná, vol. 59, nº 1, Curitiba, 2014, pp. 49-50, disponível em https://ojs.homologa.ufpr.br/direito/article/view/36346/22399 Vista do SÉRGIO VIEIRA DE MELLO: O FUNCIONÁRIO INDISPENSÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS / SÉRGIO VIEIRA DE MELLO: THE UNITED NATIONS INDISPENSABLE EMPLOYEE (ufpr.br) [30.1.2024].

iii) extensão e serviços comunitários por meio de uma rede de apoio e assistência à comunidade de pessoas em situação de refúgio que estão a enfrentar os desafios da integração local. Aqui, destacam-se os serviços de saúde mental e apoio psicossocial, ensino de língua portuguesa, assessoria jurídica e integração laboral;

iv) *advocacy* e formulação de políticas públicas, na medida em que as universidades formulam questões e oferecem alternativas de soluções práticas que as esferas de governo podem concretizar em benefício de populações deslocadas. Neste domínio, a universidade aproxima-se das instâncias do poder para que as autoridades ofereçam a melhor resposta às pessoas em situação de deslocamento forçado, em conformidade com as normas internacionais e boas práticas verificadas não somente no Brasil, mas em outros contextos geográficos[883].

No ano de 2003, a Cátedra e a Universidade de São Paulo firmaram o primeiro acordo institucional. Vinte anos depois deste passo, outras 39 IES de 13 unidades da federação brasileira filiaram-se ao projeto: i) na região norte, os Estados de Roraima e Amazonas; ii) na região nordeste, os Estados da Paraíba e da Bahia; iii) na região sul, os Estados do Paraná, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; iv) na região sudeste, os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo; v) na região centro-oeste, os Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás, e em Brasília, a capital do país.

Como percebe a partir da leitura do Pacto Global sobre os Refugiados, os investimentos externos e aqueles que os Estados de acolhimento empregarem no fomento à educação devem ser direcionados à formação de multiplicadores do conhecimento sobre a temática do refúgio internacional e, por consequência, que os profissionais inseridos adquiram um maior nível de consciência e de comprometimento pessoal com as demandas de proteção internacional.

Igual oportunidade deverá alcançar os próprios refugiados por meio de programas de qualificação especial e de revalidação de diplomas, sendo expectável que o enriquecimento da academia como acréscimo da vívida experiência vivida dos próprios refugiados e outros imigrantes, na posição de professores e facilitadores, para além do trabalho que possam desenvolver na área de investigação e políticas públicas.

De outra parte, a educação pode revelar-se uma via complementar de assentamento, havendo incentivos à concessão de vistos para pessoas refugiadas na condição de estudantes internacionais.

[883] Nas palavras do atual representante do ACNUR no Brasil, Davide Torzilli, «[a] CSVM do Brasil é referência regional e mundial, e se tornou o padrão de engajamento do ACNUR com as universidades em apoio às mencionadas populações. E não podia ser diferente. Neste relatório, veremos os resultados do trabalho desta rede de universidades que, em parceria com o ACNUR, continua fortalecendo a busca por proteção e soluções para as milhares de pessoas com necessidade de proteção internacional» (Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, *Relatório Cátedra Sérgio Vieira de Mello 20 anos*, 2023, Brasília-DF, 2023, p. 5, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/11/Relatorio-CSVM-2023-Digital.pdf Relatorio-CSVM-2023-Digital.pdf (acnur.org) [30.1.2024].

Em certos contextos, os Estados devem proporcionar apoio adicional para que facilitar o acesso à formação profissional de refugiados, inclusivamente contratados como professores para ensinar outras pessoas refugiadas.

Noutros segmentos com vulnerabilidade específica como as pessoas com deficiência e com traumas psicossociais, o Pacto expressamente prevê que os Estados devem aplicar métodos inovadores e seguros que garantam a superação de obstáculos à matrícula e frequência, como o ensino à distância e programas flexíveis de aprendizagem certificada[884].

No ano de 2010, inauguram-se os Seminários Nacionais da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, na cidade de Santos do Estado de São Paulo. Em sua primeira edição, os temas abordados foram os avanços e as ações futuras para a melhoria de condições acadêmicas e profissionais de pessoas refugiadas e outros imigrantes[885].

Em 2011 promoveu-se a segunda edição do Seminário na cidade de Vila Velha no Estado do Espírito Santo, a qual revisitou os temas do Seminário anterior e adicionou o tema dos meios de comunicação como instrumento de informação para o público em geral sobre as pessoas em situação de refúgio no Brasil[886].

No ano de 2012, o III Seminário foi patrocinado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, com o tema «O Papel das Universidades na Proteção dos Refugiados: 15 anos da Lei Brasileira de Refúgio».

Este conclave foi dedicado à comunidade acadêmica e à disseminação do direito internacional e da legislação brasileira sobre refúgio e apatridia, nomeadamente a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que criou o Comitê Nacional para os Refugiados e assimilou a hipótese de elegibilidade da Declaração de Cartagena de 1984. Ainda timidamente abordaram-se temas de integração local e

[884] UNITED NATIONS (UN), *Report of the United Nations High Commissioner for Refugees, Part, II, Global Compact for Refugees*, Nova Iorque, 2018, pp. 1, 8, 13 e 19, disponível em https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G18/238/37/PDF/G1823837.pdf?OpenElement Microsoft Word - 1812725E.docx (un.org) [21.01.2024].

[885] Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «I Seminário Nacional Cátedra Sérgio Vieira de Mello, Relatório», Universidade Católica de Santos-UNISANTOS, Santos, 2010, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Relatorio_do_I_Seminario_Nacional_Catedra_Sergio_Vieira_de_Mello.pdf I Seminário Nacional Cátedra Sérgio Vieira de Mello (acnur.org) [2.2.2024].

[886] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «II Seminário Nacional Cátedra Sérgio Vieira de Mello, Relatório Final», Universidade de Vila Velha, Vila Velha (UVV), 2011, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Relatorio_do_II_Seminario_Nacional_Catedra_Sergio_Vieira_de_Mello.pdf Relatorio do II Seminario Nacional Catedra Sergio Vieira de Mello (acnur.org) [2.2.2024].

políticas públicas, visto que o Seminário representantes governamentais nas mesas de debate não marcaram sua presença no conclave[887].

Já a IV edição do Seminário Nacional, realizada em 2013, ocorreu sob os auspícios da Universidade Federal do Paraná, na cidade de Curitiba, quando se puseram em destaque a reforma das leis migratórias, a gestão imigratória no contexto das políticas de integração latino-americana (MERCOSUL), e promoveu-se a análise dos avanços desde a Declaração de Cartagena para os direitos das pessoas em situação de refúgio, apatridia e eventual reassentamento[888].

O V Seminário ocorreu em 2014 na cidade de Porto Alegre do Estado do Rio Grande do Sul, quando se puseram em debate os seguintes temas: i) avanços e contribuições da Declaração de Cartagena de 1984 para o Direito Internacional dos Refugiados; ii) o papel do Brasil nas políticas regionais; iii) o mandato do ACNUR na proteção dos refugiados e apátridas na América Latina.

Naquele ano foram lembrados os trinta anos de adoção da Declaração de Cartagena, documento regional não vinculativo, que entretanto veio a ser admitido como fonte de direito internacional aplicável à resolução de crises humanitárias com efeitos transfronteiriços no contexto regional sul-americano e região do Caribe.

Esta edição contou com a presença do Comitê Nacional para os Refugiados e do ACNUR no Brasil, em debate sobre o impacto da Declaração de Cartagena nas políticas de refúgio de diferentes países[889].

Em 2015, na cidade de Dourados do Estado do Mato Grosso do Sul foi promovida a VII edição do Seminário, com painéis de debates sobre as políticas públicas federais e regionalizadas, nomeadamente nas unidades federativas que partilham fronteiras com outros países. Na oportunidade, foram também discutidos a gestão inter-Estados do refúgio no contexto latino-americano, as questões

[887] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «III Seminário Nacional Cátedra Sérgio Vieira de Mello», São Paulo, 2012, disponível em www.acnur.org/portugues/2012/08/30/abertas-as-inscricoes-para-o-iii-seminario-nacional-catedra-sergio-vieira-de-mello/ Abertas as inscrições para o III Seminário Nacional Cátedra Sérgio Vieira de Mello – UNHCR ACNUR Brasil [2.2.2024].

[888] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «IV Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello: Memória e Legado de Sérgio Vieira de Mello», Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Programação_CSVM_IV.pdf Microsoft Word - Programação agenda do evento completa (acnur.org) [2.2.2024].

[889] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «V Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello: "Cartagena+30 e as Perspectivas da Academia"», Porto Alegre, 2014, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2014/09/02/v-seminario-da-catedra-sergio-vieira-de-mello-cartagena30-e-as-perspectivas-da-academia/ V Seminário da Cátedra Sérgio Vieira De Mello: "Cartagena+30 e as Perspectivas da Academia" – UNHCR ACNUR Brasil [3.2.2024].

relacionadas ao reassentamento, ao tráfico internacional de pessoas e o papel da academia na construção de políticas públicas[890].

O VII Seminário Nacional de 2016 ocorrido em São Bernardo do Campo do Estado de São Paulo ensejou a 1ª Conferência Latino-americana da Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Como resultado de ambos os eventos, foi editada a Carta da Conferência, com um apelo direcionado aos Estados no sentido da adoção de medidas concretas em favor dos refugiados nos âmbitos internacional e regional latino-americano.

O papel da Cátedra Sérgio Vieira de Mello como produtora de conhecimento sobre o direito internacional dos refugiados, e promotora da cooperação entre a academia e as autoridades governamentais foi defendidas de um modo geral em todas as mesas de debate, no mesmo tom da Declaração e Programa de Ação da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos de 1993.

A ideia matricial dos debates e das conclusões foi no sentido de que o ACNUR e os governos descentralizadas do Brasil deveriam estreitar suas relações como meio hábil à consecução de boas – e inovadoras - práticas em favor de pessoas em situação de refúgio[891].

A cidade de Santos do Estado de São Paulo recebeu o VIII Seminário Nacional da CSVM, na edição de 2017. A Nova Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017 foi o destaque deste conclave. Ressalte-se que a interseccionalidade entre múltiplos eixos de desiguldade e de discriminação (gênero, idade, orientação sexual) foram discutidos em primeira mão neste VIII Seminário.

Também se lançaram luzes sobre as questões de saúde, integração, relatos de experiências institucionais, bem como a análise da vulnerabilidade de certos grupos de nacionais deslocados, como os haitianos, em face das incertezas sobre a modalidade de proteção jurídica aplicável, tendo em mente o não-enquadramento destes nacionais no âmbito subjetivo da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados e da Lei de Refúgio brasileira[892].

---

[890] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR*)*, «VI Seminário Internacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello: Refugiados e as Fronteiras Brasileiras, Anais do Encontro Científico», Faculdade de Direito da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2016/Anais_CSVM_2015.pdf Anais do encontro científico. VI Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello: Refugiados e as Fronteiras Brasileiras (acnur.org) [3.2.2024].

[891] Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Carta da Primeira Conferência Latino-americana da Cátedra Sérgio Vieira de Mello e VII Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello*, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2016, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Carta_Oficial_da_VII_Conferência_UFABC.pdf Microsoft Word - Carta Oficial da VII Conferência UFABC (acnur.org) [3.2.2024].

[892] Cf. Liliana Lyra JUBILUT *et al.* (orgs.), *Anais do VIII Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello*: *a Ampliação do Conceito de Refugiado e o Consequente Aumento da Proteção*, Santos, Leopoldianum-Editora da Universidade Cattólica de Santos, Santos, 2017, pp. 37 e 38, disponível em https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2017/10/anais2017.pdf anais2017.indd (unisantos.br) anais2017.indd (unisantos.br) [3.2.2024].

A cidade de Curitiba foi escolhida novamente para sediar o IX Seminário Nacional, em 2018. Nesta edição foram discutidos os aspectos teóricos do acolhimento aos refugiados e outros imigrantes, assim como foram apresentadas propostas de boas práticas de acolhimento, nomeadamente: i) o ensino de língua portuguesa; ii) o tratamento do refúgio, apatridia e migrações como direitos humanos: iii) a inserção laboral de pessoas em situação imigratória: iv) a aplicação da psicologia e da psicanálise e contextos migratórios; v) a interseccionalidade entre as vulnerabilidades de gênero, sexualidade e migrações; vi) experiências individuais e coletivas em contexto imigratório; vi) as migrações na perspetiva das relações internacionais; vii) as questões migratórias sob o ângulo da antropologia cultural e religiosa; viii) saúde, bioética e os direitos dos refugiados e migrantes[893].

Em 2019, o X Seminário Nacional teve como sede principal a cidade do Rio de Janeiro, com ênfase no tema «Entre Hospitalidade, Hostilidade e Resistência: Questionando Fronteiras, Categorias e Dilemas da Migração Forçada na América Latina.

Dentre os subtemas escolhidos sobressaíram os desafios que representa a migração venezuelana para as políticas de acolhimento e de integração local no Brasil[894]. O encontro também promoveu a divulgação dos agraciados no V Concurso Nacional de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM)[895].

[893] «Conforme pode ser visto na programação aqui presente, os GTs tratam das mais diversas temáticas, sempre de modo interdisciplinar, permitindo o diálogo de diversos saberes - dentre eles a Antropologia, Estudos de Gênero, Direito, Economia, Geografia, História, Letras, Psicologia, Sociologia, Relações Internacionais, Demografia, Comunicação e Saúde Social – e de espaços da sociedade. Universitários, grupos nacionais e internacionais de pesquisa e de extensão, ONGs, Fóruns, agentes públicos e privados, todos estão incluídos na 15 nossa proposta. Nossa missão é debater os desafios e as tendências do campo migratório junto a outros atores públicos e privados, dialogando com setores não acadêmicos, mas que têm um conhecimento prático, e, portanto, realístico, sobre a circulação internacional das pessoas» (Ver Isabelle Louise Traub Soares de SOUZA *et al.* (orgs.), *Anais do IX Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, III Conferência Latino-Americana sobre Refúgio, Migração e Apatridia*, Revista Brasileira de Direito Internacional, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018, pp. 14 e 15, disponível em https://ppgd.ufpr.br/publicacao-anais-do-ix-seminario-nacional-da-catedra-vieira-de-mello/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (ufpr.br) [3.2.2024].

[894] «[..] Ao completar 15 anos, a Cátedra Sérgio Vieira de Mello realiza seu 10º Seminário Nacional nos dias 11, 12 e 13 de setembro, no Rio de Janeiro (RJ). A cátedra é uma iniciativa da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e reúne atualmente 22 instituições de ensino superior públicas e privadas [...]» (Cf. NAÇÕES UNIDAS BRASIL, «Seminário no Rio marca 15 anos da Cátedra Sérgio Vieira de Mello no Brasil», Brasília-DF, 2019, disponível em https://brasil.un.org/pt-br/84118-seminário-no-rio-marca-15-anos-da-cátedra-sergio-vieira-de-mello-no-brasil Seminário no Rio marca 15 anos da Cátedra Sergio Vieira de Mello no Brasil | As Nações Unidas no Brasil (omissões nossas)[3.2.2024].

[895] Ver CÁTEDRA SÉRGIO VIEIRA DE MELLO, «Doutorado e Dissertações de Mestrado da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) – 2019, Edital», Brasília-DF, 2019, disponível em https://xseminariocatedrasvm.home.blog/concurso-de-teses-e-dissertacoes-2019/ V Concurso Nacional de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado da Cátedra Sergio Vieira de Mello (CSVM) – 2019 – X Seminário Nacional das Cátedras Sérgio Vieira de Mello (home.blog) [3.2.2024].

No ano seguinte, em meio à crise sanitária mundial do Covid-19, a CSVM promoveu o XI Seminário Nacional por meio de teleconferências envolvendo várias universidades conveniadas à Cátedra, sob a coordenação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-PUCMinas[896].

No XII Seminário Nacional, edição de 2021, os debates foram realizados por teleconferência em espaços pertencentes a universidades conveniadas à Cátedra, para análise de 4 eixos: i) as políticas públicas e marcadores sociais reconhecidos nas situações de múltipla vulnerabilidade de refugiados e imigrantes LGBTQIA+, mulheres, etnias minoritárias, crianças e adolescentes); ii) o acesso a direitos; iii) o acolhimento linguístico e mediação intercultural; iv) a revalidação e reconhecimento de diplomas e a inserção de discentes e docentes refugiados nas universidades brasileiras[897].

As propostas do Seminário foram sobretudo direcionadas para os governos federal, estaduais e municipais, e de modo secundário para as organizações intergovernamentais, as agências de financiamento, as organizações da sociedade civil, os parceiros institucionais e membros da comunidade. Surgiram planos para viabilizar uma mais ativa participação das pessoas em situação de refúgio em todas as fases de construção das políticas públicas que afetam seus direitos.

Destacamos também a moção de maiores investimentos em formação dos funcionários públicos diretamente vinculados no atendimento à população refugiada e migrante, a fim de prestem o atendimento devido, e assim o acesso aos bens e serviços públicos pelos nacionais refugiados se processe de facto em condições igualitárias e livres de qualquer impedimento que possa gerar exclusão ou discriminação.

Assinale-se que neste Seminário a CSVM creditou seu apoio incondicional aos comitês estaduais e municipais já em operação, quanto as iniciativas de expansão deste modelo institucional a todas as regiões do Brasil.

---

[896] «Com a proposta de ampliar e aprofundar as discussões sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado no Brasil, a PUC-Minas realizará o XI Seminário Nacional da Cátedra Sergio Vieira de Mello, nos dias 22 e 24 de setembro, contando com o apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)» (Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello discute efeitos da pandemia para refugiados e solicitantes de condição de refugiado no Brasil», Brasília-DF, 2020, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2020/09/18/seminario-da-catedra-sergio-vieira-de-mello-discute-efeitos-da-pandemia-para-refugiados-e-solicitantes-de-condicao-de-refugiado-no-brasil/Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello discute efeitos da pandemia para refugiados e solicitantes de condição de refugiado no Brasil – UNHCR ACNUR Brasil [3.2.2024].

[897] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), *Guia Orientadora, XII Seminário Nacional das Cátedras Sérgio Vieira de Mello*, 2021, Brasília-DF, pp. 4-8, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/12/CSVM-Guia-Orientadora-Seminario-Anual_PT.pdf CSVM-Guia-Orientadora-Seminario-Anual_PT.pdf (acnur.org) [3.2.2024].

Ressaltou-se a relevância das políticas públicas descentralizadas como complemento das politicas do governo federal sobre a gestão imigratória e de refúgio, pelo facto de que a maior parte das estruturas de atendimento são mantidas pelos governos públicas estaduais e/ou municipais[898].

A XIII edição do Seminário foi dedicado aos temas de fronteiras e identidades, raça, classe e resistência, decorridos 25 anos de promulgação da Lei de Refúgio brasileira. Os eixos temáticos analisaram as políticas de inserção de refugiados e outros migrantes nas universidades, o acesso a direitos e ao acolhimento, arte e gênero e assuntos relacionados ao tema geral da educação[899].

Chegamos à última edição do Seminário sediada na cidade de Caxias do Sul do Estado do Rio Grande do Sul celebrou os 20 anos de atividades da CSVM. Os temas do encontro foram divididos em três painéis:

i) a atuação dos Estados frente aos desafios atuais que se colocam ao direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional dos refugiados; ii) a Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, ora em processo de reavaliação pelo governo federal com ampla participação de instituições e membros da sociedade civil; iii) o contributo das universidades para a ampliação da rede de apoio e proteção às populações forçadamente deslocadas.

Com efeito, esta edição do Seminário foi ao encontro de demandas concretas das pessoas em situação de refúgio no Brasil e alhures, a saber, que os Estados ativem medidas de proteção permanentes, lastreadas em normas imigratórios estáveis e que promovam o envolvimento da sociedade civil, nomeadamente as comunidades receptoras, seja por meio de boas práticas de acolhimento e integração, seja por meio de iniciativas privadas que complementem os serviços públicos[900].

Entretanto, pesa-nos admitir que o mesmo problema que durante longo tempo afetou os próprios Estados - a invisibilidade das pessoas com deficiência em situação imigratória - só em tempos

[898] Com efeito, há uma tendência de expansão de novos comitês e conselhos estaduais e municipais, como aliás ficou evidente depois de duas edições do Fórum Nacional de Comitês e Conselhos para Refugiados, Apátridas e Migrantes (Ver Tabela 2, pp. 248-251 e Tabela 3, pp. 258-262) (*supra*).

[899] Cf. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello discute a discriminação sobre refugiados no Brasil: Evento acadêmico organizado pela Universidade Federal de Goiás será realizado entre os dias 28 e 30 de setembro, com transmissão simultânea em três idiomas e contanto com a participação de representantes do ACNUR, acadêmicos, sociedade civil e autoridades públicas», Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2022, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2022/09/26/seminario-da-catedra-sergio-vieira-de-mello-discute-a-discriminacao-sobre-refugiados-no-brasil/ Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello discute a discriminação sobre refugiados no Brasil – UNHCR ACNUR Brasil [3.2.2024].

[900] Ver ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «XIV Seminário Nacional das Cátedras Sérgio Vieira de Mello 20 anos no Brasil», Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2023, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2023/11/01/universidade-de-caxias-do-sul-realiza-xiv-seminario-da-catedra-sergio-vieira-de-mello/Universidade de Caxias do Sul realiza XIV seminário da Cátedra Sergio Vieira de Mello – UNHCR ACNUR Brasil [3.2.2024].

mais recentes parece caminhar para um outro rumo, na medida em que não mais é possível ignorar os dados oficiais e a realidade dos factos.

Entendemos que outros eixos de vulnerabilidade, como as questões de idade e gênero, com justa razão devem estar sempre presentes no dia a dia das pautas acadêmicas. Por outro lado, entendemos haver uma necessidade – diríamos urgente – de que o Estado brasileiro perceba a dimensão da deficiência no contexto dos deslocamentos internacionais, voluntários ou forçados, e disponha-se a implementar planos e políticas eficazes para garantir a seguraça de que precisa este segmento mais vulnerável entre as populações em mobilidade internacional, que esteja sob a cobertura legal do Estado brasileiro.

Há esperança para refugiados (e outros migrantes) com deficiência. Doravante não terá o menor sentido em que os Estados-Membros das Nações Unidas, que também são Partes das Convenções de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados e da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, possam legitimiamente alegar o desconhecimento das suas obrigações que decorrem do mecanismo de articulação entre o direito internacional humanitário, o direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional dos refugiados.

Em boa hora o sistema africano de proteção aos refugiados reconheceu a deficiência no contexto dos deslocamentos forçados internos do continente africano, e a obrigação correspondente de proteger que cabe aos Estados, nos termos do Preâmbulo da Convenção de Kampala para a Proteção e Assistência às Pessoas Internamente Deslocadas em África, de 2009, e do Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos sobre Pessoas com Deficiência em África, de 2018[901].

8. Perspectivas da proteção às pessoas refugiadas com deficiência no Brasil

Diante de tudo o que foi exposto nos tópicos anteriores, devemos perquirir por que modo o Estado brasileiro garantirá que a deficiência seja uma constante nas políticas públicas, programas e ações para pessoas refugiadas (e outros migrantes) que residem no Brasil?

No âmbito da etapa preparatória à revisão da Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017 e do seu Decreto regulamentar nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, para o fim de elaboração do Plano e da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, o Ministério da Justiça colheu as seguintes propostas de melhoria da condição de PCDs solicitantes de refúgio: i) a flexibilização documental para pessoas com deficiência solicitantes de refúgio; ii) alteração na Portaria Normativa nº

[901] Ver pp. 51 (*supra*).

22, de 13 de dezembro de 2016 do Ministério da Educação e Cultura, e a Resolução nº 03/2016, do Conselho Nacional de Educação, para facilitar a inclusão de PCDs estrangeiros no ensino superio, mediante a revalidação de diplomas de pós-graduação[902]; iii) necessidade de alterar o artigo 312 do Decreto nº 9.199/2017 para incluir as pessoas com deficiênica no rol de pessoas em situação de vulnerabilidade[903], para o efeito de isenção de taxas e emolumentos por serviços de documentação imigratória[904].

Propôs-se também que o Estado brasileiro implemente políticas que garantam às pessoas com deficiência o pleno acesso à informação, o mais completa e precisa quanto possível, sobre os seus direitos[905].

Consta do plano metodológico da 2ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio um tópico que propõe a abordagem transversal da deficiência, de modo a garantir-se a promoção dos direitos de pessoas com deficiência de modo igualitário e universal, sem no entanto prescindir de medidas inclusivas que atendam às demandas específicas de pessoas com deficiência, nos moldes da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência[906].

Acreditamos que o momento é oportuno para uma reflexão séria e consequente sobre o tema das pessoas com deficiência em situação imigratória, de refúgio e de apatridia, a partir do entendimento de que os seus direitos e as correspondentes obrigações específicas dos Estados fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030.

Assim, os direitos humanos de pessoas mais vulneráveis devem ser visto como mais do que o acesso a bens e serviços públicos disponíveis. Na verdade, o cumprimento das obrigações internacionais correspondentes á proteção das pessoas mais vulneráveis torna-se uma das razões

---

[902] Esta Portaria foi parcialmente revogada pela Portaria nº 1.151, de 19 de junho de 2023, mas não prevê qualquer política de inclusão acadêmica para nacionais estrangeiros com alguma deficiência (Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Portaria nº 1.151, de 19 de junho de 2023, Dispõe sobre a Revalidação de Diplomas de Graduação Expedidos por Estabelecimentos de Ensino Superior Estrangeiros e Dá Outras Providências*, disponível em https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.151-de-19-de-junho-de-2023-491021940PORTARIA Nº 1.151, DE 19 DE JUNHO DE 2023 - PORTARIA Nº 1.151, DE 19 DE JUNHO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br) [5.2.2024]..

[903] Sobre a questão do reconhecimento da vulnerabilidade para os fins de isenção de taxas, ver a página 194 (*supra*).

[904] Cf. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Relatório das Reuniões do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia: Eixo 1 - Regularização Migratória*, Brasília-DF, 2023, pp. 8 e 24, disponível em portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Política_Nacional_-_GT/documentos_bases/Relatório_completo_preliminar_Eixo_1_GT_PNMRA.pdfRelatório_completo_preliminar_Eixo_1_GT_PNMRA.pdf (mj.gov.br) [4.2.2024].

[905] Vide REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Relatório das Reuniões do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia: Eixo 5 – Relações Internacionais e Interculturalidade,* Brasília-DF, 2023, pp. 20 e 27, disponível em relatorio_completo_preliminar_eixo_5_gt_pnmra.pdf (www.gov.br) [4.2.2024].

[906] Ver REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Texto Base: 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia – 2ª Comigrar*, Brasília-DF, 2023, p. 6, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/texto-base-2a-comigrar_-cidadania-em-movimento-1.pdfTexto Base - 2ª COMIGRAR: Cidadania em Movimento (www.gov.br) [4.2.2024].

justificadoras da existência do Estado enquanto entidade soberana, a saber, os direitos humanos, a segurança interna e externa e o desenvolvimento sustentável e compartilhado[907].

Neste sentido é que o Estado brasileiro e as Nações Unidas assinaram o Marco de Cooperação 2023-2027, deixando claro que os direitos das pessoas com deficiência devem ser garantidos no quadro de políticas gerais de igualdade e não-discriminação, mas reforçadas por políticas públicas transversais, que envolvam diversos setores, governamentais, organizações internacionais e parceiros privados coletivos e individuais, tendo em mente que a sobreposição de eixos de desigualdade, como se verifica no caso das pessoas com deficiência refugiadas (e outros migrantes), constitui-se em si mesmo um novo e mais complexo cenário para a tomada de decisões por parte dos gestores públicos[908].

[907] Cf. NAÇÕES UNIDAS BRASIL, *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, 2015, Nova Iorque, p. 7, 8, 23 e 45, disponível em https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf agenda2030-pt-br.pdf (un.org) [5.2.2024].

[908] «Governos nacionais e subnacionais, instituições públicas e setor privado têm suas capacidades reforçadas para formular e implementar políticas e iniciativas para promoção do desenvolvimento econômico local, da geração de renda, da ampliação da empregabilidade e garantia do trabalho decente, com foco em igualdade de oportunidades, na redução da discriminação nas relações econômicas e trabalhistas, das diferenças salariais por sexo, geração, gênero, raça, etnia ou nacionalidade, no fortalecimento dos direitos de trabalhadores, dos usuários e das comunidades afetadas pela atividade econômica, e na promoção da inclusão em condições igualitárias de mulheres, jovens, pessoas com deficiência, migrantes e pessoas refugiadas, de modo a proteger os direitos dos segmentos da população em situação de vulnerabilidade» (Cf. NAÇÕES UNIDAS BRASIL, *Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável*, Brasília-DF, 2023, p. 33, disponível em https://unsdg.un.org/sites/default/files/2023-11/Brazil_Cooperation_Framework-2023-2027pdf.pdf Brazil_Cooperation_Framework-2023-2027pdf.pdf (un.org) [5.2.2024].

CONCLUSÕES

Este nosso trabalho tinha como ponto de partida o desejo de perceber a situação das pessoas com deficiência em situação de refúgio no Brasil, de um ponto de vista da proteção a eles reservadas com fulcro no Direito Internacional dos Refugiados, na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e no direito interno brasileiro.

Depois de realizarmos o percurso do surgimento da proteção aos refugiados e às pessoas com deficiência, embora sem pretensões de encontrar nos fatos longínquos do passados pretensas justificações do que se passa no presente, analisamos o ponto de situação dos avanços legislativos e institucionais, bem como das ações concretas postas em prática pelos governos federal, dos estados federais, do Distrito Federal e dos municípios que compõem a República Federativa do Brasil, no sentido de atender as demandas específicas deste segmento mais fragilizado entre os nacionais estrangeiros protegidos em território brasileiro.

Era também nosso objetivo verificar a necessidade de um alargamento da proteção legal, por meio de um subsistema normativo para as pessoas com deficiência em situação de refúgio, à luz das experiências de boas práticas de acolhimento em curso e eventuais incongruências ou ausências de atividade estatal específica, tendo em mente o patamar de proteção aos direitos humanos da regra *pro homine* do artigo 4º, 1 a 5, da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Opcional.

Ao cabo desta análise, desejamos externar sinteticamente nossas conclusões que, no geral, enquadram-se nos seguintes aspectos:

1ª) a fundamentação das políticas públicas destinadas ao atendimento das pessoas refugiadas com deficiência resulta de uma bem engendrada articulação de regimes internacionais, que têm em comum a marca da solidariedade internacional, quais sejam, o direito internacional dos direitos humanos, na vertente dos direitos das pessoas com deficiência, o direito internacional humanitário e o direito internacional dos refugiados. Portanto, como pensamos, é despiciendo criar uma Convenção internacional específica para a proteção a este segmento mais vulnerável.

2ª) outrossim, e reconhecendo que ambos os regimes estão em articulação com o direito interno, por meio dos Decretos de promulgação que os equiparam às Emendas Constitucionais ou leis supra legais – este o caso da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados -, e respetivas leis de integração, somos de opinião que o governo federal do Brasil deve investir na ampliação de quadros técnicos, capacitação, recursos de informática aplicadas na criação de ferramentas digitais para garantir a acessibilidade, melhor informação sobre direitos e equipamentos públicos para

refugiados (e outros migrantes) com deficiência, para além de instalações de acolhimento temporário e alojamentos de baixo custo feitos conforme o desenho universal e as exigências de acessibilidade nas estruturas de apoio e abrigamento temporário, para além dos edifícios públicos onde o atendimento ao público-alvo será feito.

3ª) a necessidade de melhorias nos mecanismos de identificação de pessoas com deficiência em situação de refúgio e outras condições imigratórias, com o escopo de prover os bancos de dados governamentais e das agências internacionais com dados atualizados e credíveis, favorecendo também a pesquisa acadêmica, quanto aos tipos de deficiência, sua natureza e grau, e outras variáveis biológicas e psicosociais. De posse de tais informações, o Estado brasileiro poderá desenvolver políticas mais eficientes e duradouras, bem como assegurar uma mais rápida prestação de serviços de assistência médica e acompanhamento do quadro de saúde das pessoas que buscam a proteção internacional.

4ª) entendemos que o sistemas de competências estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que atribuiu à União a competência privativa da União para entrada e saída de nacionais estrangeiros no país, não causa qualquer obstáculo ao desenvolvimento de políticas dos estados federais e dos municípios, que propiciem o acesso aos direitos, ao acolhimento e à integração local de pessoas refugiadas com deficiência, desde que tais medidas se esquivem de criar vias oblíquas de regularização imigratória colidentes com as regras de estabilidade, indissolubilidade e distribuição de competências, responsáveis pelo equilíbrio federativo entre as unidades componentes do Estado brasileiro.

5ª) julgamos que todos os direitos e políticas públicas que beneficiam os nacionais com deficiência podem estender-se aos deslocados internacionais com deficiência albergados no Brasil. Julgamos, no entanto, que a questão da cidadania plena para os estrangeiros estabelecidos ou em trânsito pelo território brasileiro, para além de ser uma questão jurídica de alta complexidade, envolve outras condicionantes culturais com raízes no passado histórico, bem como interesses estratégicos do Estado brasileiro, a exigir tão drástica mudança nas regras do processo político-eleitoral definido pela Constituição.

6ª) consequente à conclusão anterior, temos que não se faz necessário criar-se um subsistema normativo próprio para as pessoas com deficiência refugiadas no Brasil, sendo bastante que as leis e normativos infra-legais que tratem de matérias de direitos e garantias fundamentais, quando cabível, acrescentem termos inclusivos, tais como «pessoas com deficiência em situação de refúgio e outras condições migratórias, residentes no Brasil». Haverá, por óbvio, hipóteses absolutamente restritivas em

que as pessoas com deficiência em situação de refúgio ou outra qualquer condição imigratória não poderão aceder a certas posições, a exemplo dos cargos eletivos e de investidura por meio de concursos públicos ou por livre nomeação, previstos em lei, para além de funções que exigem plenas capacidades físicas e/ou psíquicas, como operações de veículos de transporte de passageiros e cargas, aeronaves civis e militares, e outras que demandam o uso de todas as funcionalidades motoras e sensoriais.

7ª) relativamente aos avanços no plano institucional, o Comitê Nacional para os Refugiados coordena a implementação das políticas de gestão do refúgio, sem prescindir do Conselho Nacional de Imigração, que cuida das políticas de imigração laborais. Ambos são órgãos civis de controle imigratório, porém não exercem atribuições de fronteira, ao modo como faz a Polícia Federal, sendo responsáveis pela regulação da entrada e da saída de nacionais estrangeiros, procedimentos operacionais e decisões que definem a modalidade de proteção legal que o Estado brasileiro atribuirá ao solicitante.Importa salientar que a composição destes órgãos observa a configuração tripartida, na qual estão presentes representantes do governo, de organizações intergovernamentais e da sociedade civil. Claro está que o acervo acumulado de pedidos de refúgio ou de visto laboral com autorização de residência está a indicar a urgência de investimentos públicos na expansão dos quadros de pessoal. Espera-se com isto a diminuição do tempo de espera por uma decisão em processo administrativo, seja uma solicitação do reconhecimento da condição de refugiado, com trâmite no Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), seja um visto de trabalho com autorização de residência.

8ª) no que pertine a normas específicas para regular a entrada e a saída de pessoas com deficiência em território brasileiro, a Portaria nº 24, de 3 de setembro de 2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública trouxe a novidade de interseccionar a deficiência e a situação de risco humanitário decorrente de fluxos de deslocamento forçado, ocasionado por graves e generalizadas violações a direitos humanos. Permitiu-se então que pessoas com deficiência recebessem uma «atenção especial», o que significou na prática uma limitada flexibilização nas regras de apresentação de documentos obrigatórios, condicionantes das autorizações de entrada, permanência e documentos básicos para a vida em solo brasileiro. Entretanto, tal medida não se reproduziu no tratamento dos nacionais de origem ucraniano, que buscaram acolhimento no Brasil em função do conflito com a Rússia.

9ª) ao longo desta análise, percebemos que não há vazios normativos no âmbito do refúgio, imigração e apatridia no Brasil, ou seja, em qualquer situação um solicitante de refúgio ou de autorização laboral, salvo nas hipóteses previstas em lei que obstam qualquer possibilidade de ingresso no país. Entretanto, o atendimento primário continua a ser menos eficiente, dadas as limitações de

pessoal técnico disponível nas regiões de maior fluxo de populações deslocadas, bem como de funcionários suficientes para analisar com mais rapidez o grande – e cada vez maior – número de solicitações de proteção territorial no Brasil.

10ª) parece-nos evidente que o poder executivo concentra as prerrogativas de gestão imigratória e de refúgio sem maiores preocupações com os poderes legislativo e judiciário, o que se conclui pelo facto de que a promulgação de uma lei reguladora do refúgio demorou cerca de 47 anos para ser aprovada, em 1997, e a nova regra geral para as migrações no Brasil foi publicada já na segunda década do século XXI, contendo itens polêmicos, especialmente no seu Decreto regulamentar, e que no presente estão na eminência de uma revisão geral no contexto dos trabalhos preparatórios do Plano e da Política Nacional de Migrações, Refúgio de Apatridia, coordenados pelo Ministério da Justiça.

11ª) contudo, é notável o engajamento mais frequente de instituições de justiça – juízes, procuradores, defensores, e outros operadores jurídicos – por meio de acordos de cooperação intersetoriais e parceriais com o sistema onusiano de direitos humanos, com objetivos declarados de promover a melhor defesa dos interesses de populações deslocadas mais vulneráveis, a exemplo das pessoas com deficiência. Por outro lado, é indiscutível que as fontes de direito internacional serão os novos compêndios do direito aplicado pelos juízes e tribunais, no mesmo nível de importância – ou até em nível superior – ao das fontes tradicionais do direito interno, o que aliás, se densifica em virtude do posicionamento oficial do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e dos Tribunais superiores, com mais ênfase para o Supremo Tribunal que exerce os controles concentrados de convencionalidade e de constitucionalidade, com efeitos erga omnes e de repercussão geral para toda a Administração Pública.

12ª) neste cenário de eventuais mudanças na legislação primária das migrações, que certamente desencadeará alterações em outros domínios, o Alto Comissariado das Nações Unidas exerce uma função de apoio técnica às instituições do governo e da sociedade, para além de interagir com a sociedade civil e o meio acadêmico, mobilizando-os para o desenvolvimento de propostas e alternativas juridicamente viáveis em favor dos nacionais estrangeiros protegidos pelo Estado.

13ª) a Cátedra Sérgio Vieira de Mello é uma iniciativa do ACNUR que encontrou acolhida em até agora 40 universidades públicas e privadas do Brasil. Breve, a temática do refúgio e suas ligações com outros eixos de desigualdade devem expandir-se, a partir da academia, para as comunidades servidas pelos serviços de ação social que várias destas instituições colocam ao dispor.

14ª) contudo, notamos uma certa carência de estudos acadêmicos mais preocupados em explicar o fenômeno da deficiência em contexto de deslocamento forçado, por meio de pesquisas

estatísticas que demonstrem os números reais de pessoas em situação de deslocamento forçado em situação de refúgio ou outra condição imigratória. Para além dos propósitos estabelecidos na introdução e desenvolvidos no texto propriamente dito, temos esperança de que esta dissertação de algum modo reforce as políticas e iniciativas em favor dos direitos das pessoas com com deficiência refugiadas no Brasil e alhures, alvitrando que seja visto como um tema primacial, elementar e incontornável no ambiente da produção do conhecimento. Esperamos ainda esta nossa dissertação venha a agregar os esforços de outros interessados em produzir conhecimento tal nesta matéria, capaz de influenciar a tomada de decisões no âmbito das organizações internacionais, de governos e da sociedade.

15ª) finalmente, apresentamos uma sugestão de alteração ao Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018, que regula os procedimentos de identificação do solicitante de refúgio e o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório. Este documento é vital para um solicitante de refúgio, pois lhe permitirá o acesso a todos os demais documentos básicos da vida civil, bem como garantirá a livre circulação em território nacional, enquanto tramita a solicitação de refúgio até a decisão final, mesmo que em fase de recurso. No que pertine às pessoas com deficiência, sugerimos que tão logo seja observado algum indício de que um solicitante de refúgio é pessoa com alguma deficiência, a autoridade imigratória solicite a perícia médica para avaliação do grau e natureza, especialmente se houver indicativos de deficiência mental ou distúrbio psíquico. Faz-se indispensável, portanto, que esteja disponível uma equipe multidisciplinar capaz de elaborar a devida análise global do eventual paciente. Uma vez identificada a pessoa com deficiência, duas possibilidades parecem-nos cabíveis, de um ponto de vista documental: a) que se aponha uma observação no documento com a expressão «pessoa com deficiência» ou; b) em caso de risco de discriminação ou impedimento ao exercício de outros direitos, que a identificação seja registrada em banco de dados da Polícia Federal, de acessibilidade restrito, na forma da Lei de Proteção de Dados.

BIBLIOGRAFIA

Fontes secundárias

AGIER, Michel, «Refugiados diante da nova ordem mundial», tradução brasileira de Paulo Neves, *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol. 18, nº. 2, São Paulo, 2006, pp. 197-215, disponível em https://www.scielo.br/j/ts/a/dfrz9tB3Bg93PRGY3pZTjNv/?format=pdf&lang=pt/v18n2a09 (scielo.br) [23.7.2022].

AGUIAR, Paloma Silva de Oliveira, 2016, 110f, *Essequibo em Foco: Um Estudo de Caso de Um Contencioso Sulamericano*, Dissertação (Mestrado em Sociedade e Política), Universidade Federal de Roraima-UFRR, Boa Vista, 2013, disponível em repositorio.ufrr.br:8080/jspui/bitstream/prefix/370/1/Essequibo%20em%20foco%20_%20um%20estudo%20de%20caso%20de%20um%20Contencioso%20Sulamericano...%20Aguiar.pdf Essequibo em foco _ um estudo de caso de um Contencioso Sulamericano... Aguiar.pdf (ufrr.br)) [13.12.2023].

ALEXANDRINO, José de Melo, *A Estruturação do Sistema de Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Portuguesa: A Construção Dogmática*, vol. II, Coimbra, Edições Almedina S/A, 2006.

ALMEIDA JÚNIOR, Elmo José Duarte de, «Aspectos relevantes dos direitos sociais de prestação frente ao mínimo existencial e à reserva do possível», *Revista Jus Navigandi*, nº 1522, Teresina, 2007, s/p., disponível em https://jus.com.br/artigos/10357 Aspectos relevantes dos direitos sociais de prestação frente ao mínimo existencial e à reserva do possível - Jus.com.br | Jus Navigandi [2.9.2022].

ALMEIDA, Filipa Rino, «A criação de serviços de informação para refugiados: uma necessidade e uma oportunidade para o futuro», *Biblos*, 3.ª série, nº 3, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017, pp. 123-147, disponível em https://impactum-journals.uc.pt/biblos/article/view/3_6/4408 Visualização de A criação de serviços de informação para refugiados: uma necessidade e uma oportunidade para o futuro (uc.pt) [23.7.2022].

ALMEIDA, Guilherme Assis de, RACHMAN, Nora, «Pessoa em situação de refúgio e a concepção política de direitos humanos», *in* André de Carvalho de Ramos *et al.*, *70 Anos da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados – (1951-2021): Perspectivas de Futuro*, Brasília-DF, 2021, pp. 21-38, disponível

em www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/12/70-anos-projeto-WEB.pdf. 70-anos-projeto-WEB.pdf (acnur.org) [14.09.2023].

ALONSO, Alba, «A introdução da interseccionalidade em Portugal: (Re)pensar as políticas de igualdade», *Revista Crítica de Ciências Sociais (RCCS)*, nº 90, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, pp. 25-43, disponível em https://journals.openedition.org/rccs/1760 A introdução da interseccionalidade em Portugal: Repensar as políticas de igualdade(s) (openedition.org) [6.9.2023].

ALTOBELLI, Donato, *Il Kanun: etica e tradizione politica in Albania*, Facoltà di Scienze Politiche Corso di laurea in Scienze Politiche e relazioni internazionali Cattedra di Filosofia Política, Itália, 2006/2007, disponível em www.vatrarberesh.it/biblioteca/ebooks/ilkanun.pdf [27.9.2022].

ALVES, Jonas Figueiredo, «Os pobres como sujeitos de desigualdades sociais e sua proteção reconstrutiva no pós-pandemia», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review* , ano LXII, Tomo I, nº 1, Lisboa, 2021, pp. 491-515.

ALVES, José Augusto Lindgren, «A atualidade retrospectiva da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos», *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, nº 53, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo, 2000, pp. 13-66, disponível em https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/Revista%20PGE%2053.pdf Revista PGE [26.8.2022].

_, «Direitos humanos: o significado político da Conferência de Viena», *Lua Nova*, *Revista de Cultura e Política*, nº 32, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, 1994, pp. 169-240, disponível em https://www.scielo.br/j/ln/a/dM3qJKq7wq59dTkxMxXXsDx/?format=pdf&lang=ptscielo.br/j/ln/a/dM3qJKq7wq59dTkxMxXXsDx/?format=pdf&lang=pt [20.9.2023].

ANDENA, Emerson Alves, *Transformações da Legislação Imigratória Brasileira: Os (Des)caminhos Rumo aos Direitos Humanos*, 2013, 160f., Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2013, disponível em

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-16122013-164856/publico/Dissertacao_Emerson_Alves_Andena_RevisadaFinal2.pdf [26.8.2022].

ANDRADE, José Henrique Fischel de, *A Política de Proteção a Refugiados das Nações Unidas: Sua Gênese no Período Pós-Guerra* (1946-1952), 327f., 2006, Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2006, disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3726/1/Tese.pdf Repositório Institucional da UnB: A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas : sua gênese no período pós-guerra (1946-1952) [23.7.2022].

ANDRADE, Natália Martins, e GARCIA, Sílvio Marques, «A concessão do benefício de prestação continuada ao estrangeiro na condição de refugiado no Brasil», *Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca*, vol. 5, nº 1, Franca, 2020, pp. 627-647, disponível em https://revista.direitofranca.br/index.php/icfdf/article/view/1073/pdf A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO ESTRANGEIRO NA CONDIÇÃO DE REFUGIADO NO BRASIL | Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca (direitofranca.br) [23.7.2022].

ANTUNES, Aquilino Paulo, «Covid-19 e medicamentos: vulnerabilidade, escassez e desalinhamento de incentivos», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Lisbon Law Review Vulnerabilidade(s) e Direito*, ano LXII, nº 1, Tomo I, Lisboa, 2021, pp. 145-168.

ARÁN, Márcia, e PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto «Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade», *Revista de Saúde Pública*, vol. 41, nº 5, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2007, pp. 849-857, disponível em https://www.scielo.br/j/rsp/a/ SciELO - Brasil - Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade [4.8.2022].

BAGGIO, Roberta Camineiro, e SARTORETTO, Laura Madrid, «O processo de criação do novo marco regulatório no Brasil: entre a ideologia da segurança nacional e o direito humano de migrar», *Revista Direitos Fundamentais e Democracia*, vol. 24, nº 3, Curitiba, 2019, pp. 27-59, disponível em https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1299 [23.07.2022].

BALDUS, Christian, «Metáforas e procedimentos: vulnerabilidade no direito romano?», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review* , ano LXII, nº 1, Tomo I, Lisboa, 2021, pp. 59-69.

BARRETO, Irineu Cabral, «As Relações entre a Convenção, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e as Instâncias Nacionais», Intervenção no 30º Aniversário de Adesão à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa, 2008, disponível em (Microsoft Word - Interven\347\343o Conselheiro Cabral Barreto.doc) (stj.pt))[26.9.2022].

BARRETO, Jéssica Ribeiro, e RAIOL, Raimundo Wilson Gama, «Diálogos transatlânticos entre os sistemas africano, interamericano e brasileiro para os direitos das pessoas com deficiência», *Revista dos Direitos Humanos em Perspectiva*, *Encontro Virtual*, vol. 8, nº 1, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito-CONPEDI, Florianópolis, 2022, pp. 66-87, disponível em https://www.semanticscholar.org/paper/DIÁLOGOS-TRANSATLÂNTICOS-ENTRE-OS-SISTEMAS-E-PARA-Barreto-Raiol/dbec81d3007b909e2be54b727cb431b2344a2fa3[PDF] DIÁLOGOS TRANSATLÂNTICOS ENTRE OS SISTEMAS AFRICANO, INTERAMERICANO E BRASILEIRO PARA OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | Semantic Scholar [16.3.2023].

BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália,* Coleção Grandes Temas da Nossa História, Círculo de Leitores, Porto, 1994.

BLAUTH, Rafaela Smania Mendes, e VIEIRA, Reginaldo de Souza, «Análise das Constituições Estaduais brasileiras e seu conteúdo quanto aos direitos das pessoas com deficiência», *Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas*, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito-Conpedi, vol. 5, nº 1, Goiânia, 2019, pp. 119-140, disponível em https:// www.indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/5645/pdf ANÁLISE DAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS BRASILEIRAS E SEU CONTEÚDO QUANTO AOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | Smania Mendes Blauth | Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas (indexlaw.org) [28.10.2022].

BOETTGER, Alan, *A Efetividade do Sistema Interamericano de Direitos Humanos à Luz da Teoria da Interconstitucionalidade*, 2021, 157f., Dissertação (Mestrado em Direito da União Europeia), Escola de Direito da Universidade do Minho-UMINHO, Braga, 2021, disponível em

repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/74663 Universidade do Minho: A efetividade do Sistema Interamericano de Direitos Humanos à luz da teoria da interconstitucionalidade (uminho.pt) [6.10.2022].

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet, «Cláusulas pétreas», *Enciclopédia Jurídica da PCUSP, Tomo Direito Administrativo e Constitucional*, 1ª Edição, São Paulo, 2017, s/p., disponível em https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/21/edicao-1/clausulas-petreas Cláusulas pétreas (pucsp.br) [18.01.2024].

BRANDÃO, Cláudio, «O gênesis do conceito substancial de Direitos Humanos: a proteção do vulnerável na Escola Tardia Ibérica, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review* , ano LXII, nº 1, Tomo I, Lisboa, 2021, pp. 169-183.

BRASIL, Deilton Ribeiro, «As dimensões políticas, sociais e econômicas da nova Lei de Migração Brasileira e os Direitos Humanos em uma sociedade globalizada», *Revista Argumentum-RA*, vol. 19, nº 3, Marília, 2018, pp. 757-774, disponível em http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/573 AS DIMENSÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA E OS DIREITOS HUMANOS EM UMA SOCIEDADE GLOBALIZADA | Brasil | Revista Argumentum - Argumentum Journal of Law (unimar.br) [23.07.2022].

BRIERLY, James L., *Direito Internacional*, 2ª edição, tradução portuguesa de M.R. Crucho de Almeida, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1967.

BRISSOS-LINO, João, «O ressentimento nacionalista do profeta Jonas face ao princípio da justiça retributiva», *Ad Aeternum, Revista de Teologia*, nº 1, Instituto de Cristianismo Contemporâneo, Universidade Lusófona de Lisboa, Lisboa, 2021, pp. 112-135, disponível em https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/11743/1/ressentimento_nacionalista_profeta_jonas_principio_justica_retributiva.pdf [14.01.2024].

BRITO, Jaciara Neves, e BARROS, Valdira, «Políticas públicas de acolhimento aos refugiados venezuelanos indígenas warao pelo Estado do Maranhão», *X Jornada Internacional de Políticas Públicas: trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia, consciência de classe e lutas sociais*

na superação da barbárie, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021, pp. 1-12, disponível em www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1365_1365612edff3b7b81.pdf [29.11.2023].

BRITO, Wladimir *Direito Internacional Público*, 2ª. edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2014.

BURG, Amanda Karolini *et al.*, «Refúgio, fechamento de fronteira e Estado de Coisas Inconstitucional (ECI): um estudo a partir da Ação Civil Originária (ACO) nº 3.121», *Revista Direito GV*, vol. 18, nº 1, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2022, pp. 1-26, disponível em www.bibliotecadigital.fgv/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/85607/80782 [5.7.2022].

CALAINHO, Daniela Buono, «Jesuítas e medicina no Brasil colonial», *Tempo (on-line)*, Universidade Federal Fluminense-UFF, Rio de Janeiro, 2005, pp. 61-75, disponível em https://www.scielo.br/j/tem/a/qXjqFSzvp6VymndWw4QtFKN/#ModalArticlesSciELO - Brasil - Jesuítas e medicina no Brasil colonial Jesuítas e medicina no Brasil colonial [8.10.2022].

CAMPOS, João Mota de (coord.) *et al.*, *Organizações Internacionais*, 5ª. edição, Coimbra, Edições Almedina, 2019.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, *Estudos sobre Direitos Fundamentais*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

CANOTILHO, Mariana, «Comentário ao artigo 21º, não discriminação«, *in* Alessandra Silveira e Mariana Canotilho (coords.), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia Comentada*, Coimbra, Edições Almedina, 2013, pp. 260-268.

CARVALHO, Arielle Arry, *Análise do Direito à Assistência Social do Migrante no Brasil com Foco no Benefício da Prestação Continuada e no Benefício do Auxílio Emergencial*, 2021, 137f., Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional), Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Fortaleza, 2021, disponível em https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/?cdConteudo=10974162FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ (unifor.br) [4.9.2023].

CHAVES, Luana Hordones, «A ONU em face do relativismo cultural: o caso dos Direitos Humanos no mundo muçulmano», *Revista Brasileira de Direitos Sociais, Associação Nacional de Pós-Graduação e Ciência em Pesquisas Sociais*, vol. 35, nº 103, São Paulo, 2019, pp. 1-18, disponível em https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/hdzbDpJ68X6JPSkyp4K5GZB/?format=pdf&lang=pt [18.10.2022].

CLARO, Carolina de Abreu Batista, *A Proteção dos Refugiados Ambientais no Direito Internacional*, 2015, 328f., Tese (Doutorado em Direito Internacional), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2016, disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-08042016-155605/pt-br.php A proteção dos Refugiados Ambientais no Direito Internacional (usp.br) [23.7.2022].

COELHO, Damares Medina, *A Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal*, 2014, 255f., Tese (Doutorado em Direito Político e Econômico), Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie), São Paulo, 2014, disponível em https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/5de2f72f-d51f-4595-a1c9-073c36953e8f/content [24.8.2023].

COELHO NETO, Júlio Rodrigues, *Dignidade Social: Direitos Fundamentais e as Fronteiras da Atividade Prestacional do Estado*, 2014, 564f., Tese (Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016, disponível em https://repositorio.ul.pt/handle/10451/25140?mode=full [8.9.2022].

CORDEIRO, António Menezes, «Vulnerabilidades e Direito Civil», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisbon Law Review, Número Temático: Vulnerabilidades e Direito*, Ano LXII, número I, Tomo I, Lisboa, 2021, pp. 22-58.

CORDEIRO, Mariana Prioli, *Nada Sobre Nós sem Nós: Os Sentidos de Vida Independente para Os Militantes de Movimentos de Pessoas com Deficiência*, 2007, 187f., Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, São Paulo, 2007, disponível em https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17230/1/Mariana%20Prioli%20Cordeiro.pdf REPOSITORIO

PUCSP: Nada sobre nós sem nós: os sentidos de vida independente para os militantes de um movimento de pessoas com deficiência [26.10.2022].

COSTA, Pablo Henrique Hubner de Lanna, e BRASIL, Deilton Ribeiro «O regionalismo asiático e a proteção dos direitos humanos: uma análise do papel desempenhado pela Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), *Revista Argumentum*, vol. 18, nº 3, Marília, 2017, pp. 699-713, disponível em ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/374/246O REGIONALISMO ASIÁTICO E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DO PAPEL DESEMPENHADO PELA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO (ASEAN) | Costa | Revista Argumentum - Argumentum Journal of Law (unimar.br) [15.5.2023].

CUNHA, Filipe Brum, *Imigração aos Estados Unidos da América: Análise Histórica e Tendências no Início do Século XXI*, 2012, 165f., Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais), Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, disponível em https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70009/000876107.pdf?sequence=1&isAllowed=y 000876107.pdf (ufrgs.br) [11.11.2022].

DEL CARPIO, David Fernando Santiago Villena, *et al.*, «Discriminação interseccional na Corte Interamericana dos Direitos Humanos: uma análise de suas sentenças»*, Cadernos Eletrônicos: Direito Internacional sem Fronteiras*, vol. 3, nº 2, Curitiba, 2021, pp. 1-21, disponível em https://www.cadernoseletronicosdisf.com.br/cedisf/article/view/141 Discriminação Interseccional na Corte Interamericana de Direitos Humanos | Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras (cadernoseletronicosdisf.com.br) [12.9.2022].

DIEDRICHS, Vivian Martins e CHAVES, Fábio, «As decisões do STF e o fortalecimento da autonomia dos entes federativos durante a pandemia COVID-19», *Vertentes do Direito*, vol. 8, nº 2, Palmas, 2021, pp. 116-144, disponível em https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/11764/19480Vista do AS DECISÕES DO STF E O FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA DOS ENTES FEDERATIVOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 (uft.edu.br) [30.10.2022].

DISNEY, Anthony R., *A História de Portugal e do Império Português: Das Origens da Nação até ao Fim do Antigo Regime, Uma Visão Rigorosa do Primeiro Império Global da História*, tradução portuguesa de Marta Amaral, vol. II, Lisboa, Editora Clube do Autor, 2020.

DOURADO, Maria Teresa Garritano, 2010, 221f., *A História Esquecida da Guerra do Paraguai: Fome, Doenças e Penalidades*, Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2010, disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08122010-135132/publico/2010_MariaTeresaGarritanoDourado.pdf Microsoft Word - TESE FORMATADA.doc (usp.br) [18.04.2023].

DUARTE, Maria Luísa, «O Estado e os Outros: quem é quem no Direito Internacional», *in* Maria Luísa Duarte, *et al.* (coords.), *Ordem Jurídica Global do Século XXI: Sujeitos e Actores no Palco Internacional*, Lisboa, AAFDUL, 2020.

DUMITRAŞCU, Nicu, *Basil, The Great, Faith, Mission and Diplomacy in the Shaping of Christian Doctrine*, Abingdon, Routledge, 2018.

EUGÊNIO, Alisson, «Relatos de Luís Gomes Ferreira sobre a saúde dos escravos na obra Erário mineral (1735)», *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 22, nº 3, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015, pp. 881-897, disponível em https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000300013 [9.10.2022].

ÉVORA, Manuel do Rosário Oliveira Santo Antão, Modelo do Cristão Perfeito na Vita Antonii de Santo Atanásio, 2015, 24f., Dissertação Final (Mestrado Integrado em Teologia (1º grau canónico)), Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Lisboa, 2015, disponível em www.proquest.com/openview/d591ddd42b929eec753138e0e8c0fe71/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y Santo Antão, Modelo do Cristão Perfeito na Vita Antonii de Santo Atanásio - ProQuest [5.7.2022].

FERNANDES, Fernando Manuel Bessa, e OUVERNEY, Assis Luiz Mafort, «Decisões do Supremo Tribunal Federal no início da pandemia de Covid-19: impactos no federalismo brasileiro?», *Saúde em Debate*, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde-CEBES, vol. 46, nº especial 1, Rio de Janeiro, 2022, pp.

48-61, disponível em https://www.scielo.br/j/sdeb/a/PF9vHkC6tXBpJB8KTSQVnHF/?format=pdf&lang=pt [15.9.2022].

FIGUEIRA, Emílio, *Teologia da Inclusão: A Trajetória das Pessoas com Deficiência na História do Cristianismo*, Edição do autor (e-book), São Paulo, Figueira Digital, 2020, disponível em https://www.emiliofigueira.com.br/2020/01/livro-gratuito-de-emilio-figueira.html#:~:text=Em%20suas%20conclusões%2C%20Emílio%20Figueira%20diz%20que%2C%20hoje%2C,a%20deficiência%20como%20consequência%20de%20castigos%20ou%20pecados. [26.10.2022].

FIGUEIREDO, Luiz Orencio, e ZANELLATO, João Henrique, «Legislação e políticas públicas voltadas à imigração no Brasil», *Passagens, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 8, nº 2, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 2016, pp. 252-274, disponível em https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v8n2a32016.pdf Legislação e Políticas Públicas voltadas à Imigração no Brasil | Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica (uff.br) [23.07.2022].

FONSECA, Rui Guerra da, «Vacinação infantil compulsória – o Acórdão TEDH *Vavricka e Outros c. República Checa*, queixas nºs 47621/13 e outros, 08/04/2021, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review* , ano LXII, nº 1, Tomo II, Lisboa, 2021, pp. 1023-1045.

FONSECA, Vítor, «A Recomendação CNJ 123/2022 e a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos», *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, nº 52, Porto Alegre, 2023, pp. 217-238, disponível em https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/124701 [11.10.2023].

FONTES, Fernando, *Pessoas com Deficiência em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

FRANÇA, Rômulo Ataides, *et al.*, «Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil», *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 19, nº 1, Instituto de Psicologia da UERJ da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, Rio de Janeiro, 2019, pp. 89-106, disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100006&lng=pt&nrm=iso Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil (bvsalud.org) [17.9.2022].

FRANÇA, Tiago Henrique, «Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social», *Lutas Sociais*, vol. 17, nº 31, São Paulo, 2013, pp. 59-73, disponível em https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/tiago-henrique-franca.pdf tiago-henrique-franca.pdf (pucsp.br) [29.10.2022].

FRANCO, Renato Júnio, *Pobreza e Caridade Leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*, 2011, 385f., Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2011, disponível em https:// www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25052012-133000/pt-br.php [13.8.2022].

GARCIA, Eugênio Vargas, «De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945», *Revista Brasileira de Política Internacional,* vol. 1, nº 54, Centro de Estudos Globais da Universidade de Brasília-DF, 2010, pp. 159-176, disponível em www.academia.edu/7983805/De_como_o_Brasil_quase_se_tornou_membro_permanente_do_Conselho_de_Segurança_da_ONU_em_1945 (99+) De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945 | Eugenio Vargas Garcia - Academia.edu[6.9.2022].

GASPAROTO, Ana Lúcia, e SALA, José Blanes, «O sistema europeu de proteção dos direitos humanos», *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, Instituto Brasileiro dos Direitos Humanos-IBDH, vol. 15, Fortaleza, 2015, pp. 17-35, disponível em https://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/301 O SISTEMA EUROPEU DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS | Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos (ibdh.org.br) [17.10.2022].

GIL, Ana Rita *Estudos sobre Direito da Imigração e do Asilo*, Lisboa, Petrony Editora, 2021.

GODINHO, João Carlos Carvalho, *A (Re)discussão dos Fundamentos da Vacinação Humana Obrigatória*, Coimbra, Edições Almedina, 2022.

GOMES, Marcelo Augusto Moraes, «*A Espuma das Províncias»: Um Estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864 – 1930)*, 2006, 720f., Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2006, disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05072007-144427/publico/TESE_Gomes_Marcelo_Augusto_Moraes_V1.pdf [2.9.2022].

GOMES, Patrícia Regina Mendes Mattos Corrêa, *O Juiz Conservador da Nação Britânica no Brasil Oitocentista*, 189f., 2019, Tese (Doutorado em Direito), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2019, disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-13082020-235351/publico/7020562_Tese_Original.pdfIntrodução - (5 páginas) (usp.br) [8.10.2022].

GUIMARÃES, Larissa Maria de Almeida, e FERREIRA JÚNIOR, Amarildo, «Lutas políticas indígenas em Roraima (Brasil) e o enfrentamento à pandemia Covid-19, *Revista Mundo Amazônico*, vol 11, nº 2, Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Manaus, 2022, pp. 223-243, disponível em https://api.saudeindigena.icict.fiocruz.br/api/core/bitstreams/4d6715eb-efc2-4d11-b4ca-39cc86cb40fb/content [23.11.2023].

GUSSOLI, Felipe Klein, «Hierarquia supraconstitucional relativa aos tratados internacionais de direitos humanos», *Revista de Investigações Constitucionais*, vol. 6, nº 3, Curitiba, 2020, pp. 703-747, disponível em https://www.scielo.br/j/rinc/a/NnCzVn3Z4RySGWhTChQj7vs/?format=pdf&lang=pt scielo.br/j/rinc/a/NnCzVn3Z4RySGWhTChQj7vs/?format=pdf&lang=pt SciELO - Brasil - Hierarquia supraconstitucional relativa dos tratados internacionais de direitos humanos Hierarquia supraconstitucional relativa dos tratados internacionais de direitos humanos [26.9.2023].

HIROSE, César Toyokazu, «A proteção internacional dos Refugiados antes de 1951: o contexto da Liga das Nações», *Cosmopolita: A Política do Direito Internacional, O Direito da Política Internacional*, s/l., s/p., 2021, recuperado de https://www.cosmopolita.org/post/a-proteção-internacional-dos-refugiados-antes-de-1951-o-contexto-da-liga-das-nações-e-a-oir 2 A Proteção Internacional dos Refugiados antes de 1951: o contexto da Liga das Nações e a OIR (cosmopolita.org) [10.9.2022].

HOMEM, Filipa Aragão, *O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e o Sistema de Proteção de Direitos Fundamentais Nacional: Estudo sobre a Aplicação do Princípio da Subsidiariedade no Caso Português*, Coimbra, Edições Almedina, 2019.

HOSTMAELINGEN, Njal, «Os direitos das pessoas com deficiência: o caso da Noruega«, *in* André Victor e Njal Hostmaelingen (eds.), *Direitos das Pessoas com Deficiência,* Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Internacional Law and Police Institute, Lisboa, Edições Silabo, pp. 76-91.

IOTTI, Luiza Horn, «A política imigratória brasileira e sua legislação (1822-1914)», *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*, ANPUH/SP, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - UNESP, Franca, 2010, pp. 1-17, disponível em legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores.pdf Microsoft Word - 1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.doc (anpuh-rs.org.br) [7.9.2022].

JACOMINO, Sérgio, «Brasil colônia, ordem sesmarial», *Biblioteca Digital Medicina Animae*, Biblioteca da Associação dos Registradores do Estado de São Paulo, São Paulo, 2010, s/p., disponível em https://arisp.wordpress.com/2010/02/20/brasil-colonia-ordem-sesmarial/#:~:text=→%20Decreto%20de%2025%20de%20novembro%20de%201808.,aos%20estrangeiros%20residentes%20no%20Brazil.%20Decreto%20de%202.7.1808. Brasil colônia – ordem sesmarial | Biblioteca Digital Medicina Animae (wordpress.com) [8.10.2022].

JACUMASSO, Tadinei Daniel, e DAMKE, Ciro, «Aspectos da imigração ucraniana para o Brasil: as diversidades na região Centro-Sul da Paraná», *Travessias Revista*, Pesquisas em Educação, Cultura, Linguagem e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, vol. 3, nº 3, Cascavel, 2009, disponível em https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3433/2727 Vista do ASPECTOS DA IMIGRAÇÃO UCRANIANA PARA O BRASIL: AS (A)DIVERSIDADES NA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ (unioeste.br) [2.9.2022].

JUBILUT, Liliana Lyra, *et al*. (orgs.), *Anais do VIII Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello*: *a Ampliação do Conceito de Refugiado e o Consequente Aumento da Proteção*, Santos, Leopoldianum-Editora da Universidade Cattólica de Santos, Santos, 2017, disponível em

https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2017/10/anais2017.pdf anais2017.indd (unisantos.br) anais2017.indd (unisantos.br) [3.2.2024].

JUBILUT, Liliana Lyra, *O Direito Internacional dos Refugiados e Sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro*, São Paulo, Método, 2007, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/O_Direito_Internacional_dos_Refugiados.pdf?view=1 [14.9.2022].

JUNQUEIRA, Caio Gabriel Borges, «Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais do Brasil», *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, nº 83, São Paulo, 2017, pp. 43-68, disponível em https.//bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/429/408 Vista do Paradiplomacia (emnuvens.com.br) [10.11.2023].

KALLÁS E CAETANO, Fernanda Araújo, *et al.*, «Sobre a possibilidade de denúncia de tratados de direitos humanos por ato unilateral do chede do Executivo», *E-Civitas, Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais da UNI-BH*, vol. 13, nº 2, Belo Horizonte, 2020, pp. 228-240, disponível em https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/3194/pdf34567 Sobre a possibilidade de denúncia de tratados de Direitos Humanos por ato unilateral do Chefe do Executivo | Lima, UniBH | E-Civitas [29.12.2023].

KANAAN, Georges Feres, «Operação acolhida, a maior operação conjunta interagências e de natureza humanitária no Brasil», *Doutrina Militar Terrestre em Revista (versão digital)*, Comando de Operações Terrestres (COTER)/Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), vol. 7, nº 18, Brasília- DF, 2019, pp. pp. 10-29, disponível em https://ebrevistas.eb.mil.br/dmt/article/view/2351 [2.9.2022].

KELLER, Werner, *História do Povo Judeu: Da Destruição do Templo ao Novo Estado de Israel*, tradução portuguesa de Brito Roma, Alfragide, Edições Acrópole, 1966.

KENICKE, Pedro Henrique Gallotti, *O Estatuto do Estrangeiro e a Lei das Migrações: Da Doutrina da Segurança Nacional ao Desenvolvimento Humano*, 1ª edição, Curitiba, Thomson Reuters/Revista dos Tribunais-RT, 2016, disponível em

https://unibrasil.academia.edu/PedroHenriqueGallottiKenicke(99+) Pedro Henrique Gallotti Kenicke | Universidade Federal do Paraná - Academia.edu [1.9.2022].

KERSHAW, Ian, *A Europa, 1914-1949: À Beira do Abismo,* tradução portuguesa de Miguel Freitas da Costa, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2018.

KOAKOSKI, Yan Cássio, *A Dinâmica do Acolhimento Humanitário e a Interiorização dos Migrantes Venezuelanos a partir de Roraima*, 2023, 83f., Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social), Universidade de Caxias do Sul-RS, Caxias do Sul, 2023, disponível em https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/12733/TCC%20Yan%20Cassio%20Koakoski.pdf?sequence=1 [8.12.2023].

KOZIREFF, Alan Martinez, «A história das Santas Casas de Misericórdia», *Megajurídico*, Brasil, 2020, s/p., disponível em https://www.megajuridico.com/a-historia-das-santas-casas-de-misericordia/A História das Santas Casas de Misericórdia - Megajuridico [7.9.2022].

LAGE, Leonardo Almeida, *Transconstitucionalismo, Direito Islâmico e Liberdade Religiosa*, 2016, 125f., Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2016, disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22376/1/2016_LeonardoAlmeidaLage.pdf 2016_LeonardoAlmeidaLage.pdf (unb.br)) [01.09.2022].

LAGO, Mayra Coan, *Política Migratória Brasileira e Comparada na América do Sul* (e-book), 1ª edição, São Paulo, Missão Paz-Fundação Rosa Luxemburgo, 2021, disponível em https://missaonspaz.org/politica-migratoria-brasileira-e-comparada-na-america-do-sul/ e-Book-Politica-Migratoria-Brasileira-e-Comparada-na-America-do-Sul-Mayra.pdf (rosalux.org.br)) [30.8.2022].

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins, *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*, 1ª Edição, Secretaria de Recursos Humanos e Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Brasília-DF, 2010, disponível em https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf Presidente da República (al.sp.gov.br) [28.10.2022].

LARA, Rodrigo Pugliesi, «Descentralização de competências no contexto da pandemia», *Revista Jus Navigandi*, Teresina, 2020, s/p., disponível em Competência dos estados e municípios no contexto da pandemia - Jus.com.br | Jus Navigandi [24.8.2023].

LEGALE, Siddarta, e MARTINS, Alisson Silva, «Parâmetros para o acesso à justiça em um Estado de Coisas Inconstitucional: a dignidade dos encarcerados e a ação civil pública, *in* José Ribas VIEIRA *et al.* (coords.), *Jurisdição Constitucional e Direito Constitucional Internacional*, Editora Fórum, Belo Horizonte, 2016, pp. 224-247, disponível em https://www.academia.edu/en/35764978/JURISDIÇÃO_CONSTITUCIONAL_E_DIREITO_CONSTITUCIONAL_INTERNACIONAL_BH_EDITORA_FÓRUM_2016(99+) JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL BH, EDITORA FÓRUM, 2016 | Siddharta Legale, Alexandre Melo Franco de Moraes Bahia, and Letícia V I R G I N I A Leidens - Academia.edu) [23.8.2023].

LEMOS, Nara Elizabeth Torres de Souza, *Pessoas Refugiadas com Deficiência: Convergência Normativa para a Proteção Integral*, 2021, 107f., Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Católica de Santos-UNISANTOS, Santos, 2021, disponível em https://tede.unisantos.br/handle/tede/7505 TEDE: Pessoas refugiadas com deficiência : convergência normativa para a proteção integral (unisantos.br) [26.4.2023].

LEVY, Maria Stella Ferreira, «O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)», *Revista de Saúde Pública*, 3º suplemento, Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP) da Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 1974, pp. 49-90, disponível em https://www.scielo.br/j/rsp/a/gSZkx3b5kCrf8TkWjGRxmfx/?format=pdf [7.10.2022].

LIMA, Daniela Setúbal Santos, *Implementação de Políticas Públicas para Refugiados: O Ensino do Português como Língua de Acolhimento no Distrito Federal*, 2019, 155f., Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília-DF, Brasília-DF, 2019, disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37323/1/2019_DanielaSetúbalSantosLima.pdf2019_DanielaSetúbalSantosLima.pdf (unb.br) [21.11.2023].

MACKINTOSH-SMITH, Tim, *Árabes: Uma História de 3000 Anos de Povos, Tribos e Impérios*, tradução portuguesa de Miguel Freitas da Costa, 1ª edição, Lisboa, Edições 70, 2022.

MAGALHÃES, Breno Baía, e CORREA, Gabriella Thaís Sousa, «A judicialização do refúgio no STJ: deferência ao Executivo e incoerência interpretativa», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná-UFPR*, Curitiba, vol. 64, nº 1, 2019, pp. 137-164, disponível em https://www.academia.edu/38991887/A_judicialização_do_refúgio_no_STJ_deferência_ao_Executivo_e_incoerência_interpretativa (99+) A judicialização do refúgio no STJ: deferência ao Executivo e incoerência interpretativa | Breno B Magalhães - Academia.edu [26.9.2022].

MAGALHÃES, Breno Baía, *Pluralismo Constitucional Interamericano: A Leitura Plural da Constituição de 1988 e o Diálogo entre O Supremo Tribunal Federal e A Corte Interamericana de Direitos Humanos*, 2013, 385f., Tese (Doutoramento em Direito), Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará-UFPA, Belém, 2013, disponível em http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/7497/1/Tese_PluralismoConstitucionalIntramericano.pdf. RIUFPA) [26.9.2022].

MANGALAKOVA, Tanya, *The Kanun in Present-Day Albania, Kosovo, and Montenegro*, International Centre for Minority Studies and Intercultural Relations (IMIR), Sofia, 2004, disponível em pdc.ceu.hu/archive/00003864/01/) [27.09.2022].

MARQUES, Guilherme Ramon Garcia, e MELO, William dos Santos, «As conferências internacionais de Estados americanos e o Consenso de Washington: a política externa norte-americana e a criação de uma área de influência na América Latina», *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, vol 6, nº 2, Madri, 2017, pp. 127-137, disponível em https://journals.eagora.org/revSOCIAL/article/view/118 As Conferências Internacionais de Estados Americanos e o Consenso de Washington: a política externa norte-americana e a criação de uma área de influência na América Latina | SOCIAL REVIEW. International Social Sciences Review / Revista Internacional de Ciencias Sociales (eagora.org) [6.10.2022].

MARTINS, Guilherme Waldemar d'Oliveira, *Manual de Políticas Públicas: As Opções Económicas do Estado*, 1ª Edição, s/l., Editora d'Ideias, 2022.

MAZZUOLLI, Valério de Oliveira, *Rumo às Novas Relações entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Interno: da Exclusão à Coexistência, da Intransigência ao Diálogo das Fontes*, 2008, 266f., Tese (Doutorado em Direito), Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2008, disponível em https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132783/000680945.pdf Rumo às novas relações entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito interno : da exclusão à coexistência, da intransigência ao diálogo das fontes (ufrgs.br) [26.4.2023].

_, «Teoria geral do controle de convencionalidade no direito brasileiro», *Revista Direito e Justiça*, *Reflexões Sociojurídicas*, nº 12, 2009, pp. 113-139, disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/194897/000861730.pdf?sequence=3&isAllowed=y 000861730.pdf (senado.leg.br) [26.4.2023].

MENDES NETO, José Guimarães, *Experimentalismo Constitucional no Âmbito dos Estados-Membros Brasileiros: O Regramento do Argumento do Princípio da Simetria no Plano da Jurisdição Constitucional como Condição de Garantia do Poder de Auto-Organização*, 2019, 168f., Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional), Instituto Brasiliense de Direito Público-IBDP, Brasília-DF, 2019, disponível em https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/2665DSpace IDP: Experimentalismo constitucional no âmbito dos estados membros brasileiros: o regramento do argumento do princípio da simetria no plano da jurisdição constitucional como condição de garantia do poder de auto-organização [28.10.2022].

MENDONÇA, José Tolentino de, «Sobre o uso do termo vulnerabilidade», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review*, ano LXII, nº 1, Tomo I, Lisboa, 2021, pp. 71-76.

MENDONÇA, Marina Gusmão de, «A descolonização da África: nacionalismo e socialismo», *Sankofa, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, 2019, pp. 117-140, disponível em https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/158261/153444 [4.11.2022].

MENDONÇA, Sônia Regina de, «Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961)», *Tempo*, vol. 15, nº 29, 2010, pp. 139-165, disponível em https.//www.scielo.br/j/tem/a/scbb7D6Lk3HN4tXqgkyYRSq/#ModalHowcite [24.11.2023].

MENDONÇA, Valterian Braga, *A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*, 2008, 137f., Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Centro de Estudos Gerais do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, disponível em https://app.uff.br/riuff/handle/1/8207A experiência estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial: 1914-1918 (uff.br) [14.7.2022].

MENEZES, Gustavo Oliveira Teles de, *et al.*, «De Trump a Biden: a disputa pela influência dos Estados Unidos nos Balcãs e no Oriente Médio», *in* Sebastião Carlos Velasco e Cruz, e Neusa Maria Pereira Bojikian (orgs,) *De Trump a Biden: Partidos, Políticas, Eleições e Perspectivas*, Editora Unesp, São Paulo, 2021, pp. 173-194, disponível em cepik__brancher_2021_eua_china_trump_biden.pdf (ufrgs.br) [22.9.2022].

MERIGUETI, Diego Souza, *Da Invisibilidade ao Reconhecimento: O Processo como Instrumento de Luta dos Refugiados pela Efetividade de Seus Direitos*, 2017, 188f., Dissertação (Mestrado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017, disponível em https://repositorio.ufes.br/handle/10/8830 RiUfes: Da invisibilidade ao reconhecimento : o processo como instrumento de luta dos refugiados pela efetividade de seus direitos [17.9.2022].

MIRANDA, Jorge, *Direitos Fundamentais*, 3ª edição, Coimbra, Edições Almedina, 2020.

MONTEFIORE, Simon Sebag, *Jerusalém: A Biografia*, 5ª edição revista e aumentada, revisão portuguesa de Carlos Jesus, Lisboa, Editora Crítica, 2022.

MORAIS, Maria Cezilene Araújo de, *Paradiplomacia no Brasil: Uma Abordagem sobre a Inserção Internacional de Municípios Paraibanos a partir do Programa Plano Diretor*, 2011, 126f., Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, João Pessoa, 2011, disponível em www.pos-

graduacao.uepb.edu.br/ppgri/download/Maria-Cezilene.pdf Maria-Cezilene.pdf (uepb.edu.br) [11.9.2022].

MOREIRA, Júlia Bertino, *Política em Relação aos Refugiados no Brasil (1947-2010)*, 377f., 2012, Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas, 2012, disponível em https://repositorio.unicamp.br/bitstream/reposip/280962/1/moreira_juliabertino_d.pdf [10.10.2022].

MÜLLER, Andreas, «"Tudo isso é adorno para o lugar...": o grande projeto diaconal e caritativo de Basílio de Cesareia», tradução brasileira de Luís Marcos Sander, *Estudos Teológicos*, Escola Superior de Teologia-EST, São Leopoldo, vol. 58, nº 2, 2018, pp. 372-391, disponível em https://www.redib.org/Record/oai_articulo1840311-"tudo-isso-é-adorno-para-o-lugar"-o-grande-projeto-diaconal-e-caritativo-de-basílio-de-cesareia [15.7.2022].

NEVES, Erivaldo Fagundes, «Sesmarias em Portugal e no Brasil», *Politeia, História e Sociedade*, vol. 1, nº 1, Vitória da Conquista, 2001, pp. 111-139, disponível em https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3969/3268 Vista do Sesmarias em Portugal e no Brasil (uesb.br) [16.9.2023].

NOGUEIRA, Ary Jorge Aguiar, «Pessoas com deficiência refugiadas: indesejáveis e invisíveis», *Brazilian Journal of Development*, vol. 5, nº 10, Curitiba, 2019, pp. 17729-17748, disponível em https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/3599/3404 View of Pessoas com deficiências refugiadas: indesejáveis e invisíveis/ Pessoas com deficiências refugiadas: indesejáveis e invisíveis (brazilianjournals.com.br) [26.04.2023].

OLIVEIRA, Andreia Sofia Pinto, *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: Âmbito de Aplicação, Direitos e Princípios*, Lisboa, Petrony Editora, 2018.

_, *O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa: Âmbito de Protecção de um Direito Fundamental*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

OLIVEIRA, Andreia Sofia Pinto, e RUSSO, Anabela, *Lei do Asilo, Anotada e Comentada*, Lisboa, Petrony Editora, 2021.

OLIVEIRA, Catarina Reis, *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual*, 1ª Edição, Lisboa, República Portuguesa, Agência para a Integração, Imigrações e Asilo (AIIMA), Observatório das Migrações, Alto Comissariado para as Migrações, 2023, disponível em https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relatorio+Estatistico+Anual+-+Indicadores+de+Integracao+de+Imigrantes+2023.pdf/ om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relatorio+Estatistico+Anual+-+Indicadores+de+Integracao+de+Imigrantes+2023.pdf/ [21.01.2024].

OLIVEIRA, William Albuquerque de, *Operação Acolhida: Mapeamento Informacional de Fluxos de Acolhimento dos Imigrantes Venezuelanos no Brasil,* 2020, 107f., Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2020, disponível em https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216650) [25.10.2022].

PAIVA, Clotilde A., *et al.*, *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil (Relatório Provisório) Pop 1872 – Brasil. Recenseamento do Império do Brasil*, Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica-NPHED, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, disponível em www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/05/NPHED-Relatório-crítico-do-censo-de-1872.pdf Relatorio_final_1872C_divulgacao_site (ufmg.br) [9.10.2022].

PAPA, Helena Amália, «Memórias sobre o imperador Valente nos testemunhos dos Padres Capadócios: a morte do imperador e denúncias contra o Cristianismo ariano (Séc. IV d.C.)», *Revista de História*, Universidade Estadual de São Paulo-UNESP, vol. 39, São Paulo, 2020, pp. 1-14, disponível em https://www.scielo.br/j/his/a/zGv6gkn4Fm4kh6RxQxTQ3gL/?format=pdf&lang=pt [4.6.2022].

PEIXOTO, Valter, «A Declaração da Concórdia da ASEAN», *Revista Relações Exteriores*, Paulínia, 2022, s/p., disponível em https://relacoesexteriores.com.br/declaracao-concordia-asean/ A Declaração da Concórdia da ASEAN, Relações Exteriores (relacoesexteriores.com.br) [24.10.2022].

PELLIZARI, Kelly, e ALVEZ, Henrique Roriz Aarestrup, «As interfaces da vulnerabilidade social de imigrantes e refugiados frente a Covid-19: cenário mato-grossense», *Revista Cadernos de Campo*, nº 30, Araraquara, 2021, pp. 315-341, disponível em https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/14033/11500 Vista do As interfaces da vulnerabilidade social de imigrantes e refugiados frente a Covid-19 (unesp.br) [5.12.2023].

PENA, Ingrid Machado, *Boas Práticas para a Integração de Populações Imigrantes: Governamentalidade, Gestão e Bem-Estar num Centro de Acolhimento Temporário de Lisboa, entre 2011-2012*, 2012, 97f., Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Instituto Universitário de Lisboa-ISCTE-IUL, Lisboa, 2012, disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4978/1/master_ingrid_machado_pena.pdf Boas Práticas para a Integração de Populações Imigrantes (iscte-iul.pt) [23.12.2023].

PEREIRA, Analúcia Danilevicz, e MEDEIROS, Klei, «O prelúdio da Cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)», *1º Seminário Internacional de Ciência Política, Estado e Democracia em Mudança no Século XXI*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, disponível em https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/PEREIRA-MEDEIROS-2015-O-Prelúdio-Da-Cooperação-Sul-Sul.pdf [27.11.2023].

PEREIRA, Luciana Diniz Durães, «O Fim da História e o Último Homem», *E-Civitas, Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais da UNI-BH*, vol. VII, nº 1, Belo Horizonte, 2014, pp. 1-14, disponível em https:// revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/1240/696 O Fim da História e o Último Homem | Pereira - UFMG | E-Civitas (unibh.br) [3.10.2023].

PEREIRA, Maria Assunção do Vale, *Noções Fundamentais de Direito Internacional Humanitário*, 1ªedição, Coimbra, Coimbra Editora, 2014.

PÉRPERE, Jean-Claude, *As Cidades do Dilúvio*, Coleção Portas do Desconhecido, Publicações Europa-América, 1979.

PIÇARRA, Nuno, «Fronteiras, vistos, asilo e imigração», *in* SILVEIRA, Alessandra *et al*. (Coords.), *Direito da União Europeia: Elementos de Direito e Políticas da União*, Coimbra, Edições Almedina, 2016, pp. 246-337.

PINHEIRO, Juliana Sandi, 2015, 237f., *A Atuação Militar Brasileira na MINUSTAH: Estratégias de Enfrentamento das Gangues no Haiti*, Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional), Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2015, disponível em https://repositorio.unb.br/handle/10482/19957 [8.8.2022].

PINTO, Eduardo Vera-Cruz, «Direito Vulnerável: o combate jurídico pelo Estado Republicano, Democrático e Social de Direito na Europa pós-pandémica», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review*, ano LXII, nº 1, Tomo I, Lisboa, 2021, pp. 185-208.

PIOVESAN, Flávia, «Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: jurisprudência do STF», *Academia.edu*, s/d., s/l., s/p., disponível em https://www.academia.edu/27800019/TRATADOS_INTERNACIONAIS_DE_PROTEÇÃO_DOS_DIREITOS_HUMANOS_JURISPRUDÊNCIA_DO_STF (99+) TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: JURISPRUDÊNCIA DO STF | Jefferson Soares - Academia.edu [3.10.2023].

PLESCH, Dan, *Os Direitos Humanos Depois de Hitler: A História Perdida da Acusação dos Crimes de Guerra do Eixo*, 1ª. Edição, Temas e Debates-Círculo de Leitores, Lisboa, 2018.

POLI, Jaci, *Da Posse para a Propriedade da Terra no Sudoeste do Paraná*, 190f., 2009, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, disponível em https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24173/JACI%20POLI%20DISSERT%20VERSAO%20PARA%20BIBLIOTECA.pdf;sequence=1Capitanias Hereditárias e Sesmarias - A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA (1library.org)) [8.10.2022].

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves, 2007, 309f., *Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos: Análise à Luz do Princípio da Prevalência dos Direitos Humanos nas Relações Internacionais do Brasil*, Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará-UFC, Fortaleza, 2007, disponível em

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12517/1/2007_dis_phgportela.pdf) Microsoft Word - Dissertação - versão final definitiva para impress (ufc.br) [21.11.2022].

QUEIROZ, Benedita Menezes, «O indivíduo no Direito Internacional: a proteção internacional dos refugiados em tempos de pandemia», *in* Maria Luísa Duarte, *et al.* (coords.), *Ordem Jurídica Global do Século XXI: Sujeitos e Actores no Palco Internacional*, Lisboa, AAFDUL, 2020.

QUINTUNDA, Ermelinda Armando, *O Processo de Imigração no Estado de Santa Catarina e em Florianópolis: Desafios para o Serviço Social*, 2017, 55f., (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018, disponível em https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/183544/Ermelinda%20Armando%20Quintunda.pdf?sequence=1&isAllowed=y O PROCESSO DA IMIGRAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E EM FLORIANÓPOLIS: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL (ufsc.br) [27.12.2023].

RAMALHO, Margarida de Magalhães, *Vilar Formoso, Fronteira da Paz*, 2ª Edição, Almeida, Projeto do Pólo Museológico do Município de Almeida, 2018.

RAMIREZ, Andrés, «Sérgio Vieira de Mello: o funcionário indispensável das Nações Unidas», *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, Universidade Federal do Paraná, vol. 59, nº 1, Curitiba, 2014, pp. 35-52, disponível em https://ojs.homologa.ufpr.br/direito/article/view/36346/22399 Vista do SÉRGIO VIEIRA DE MELLO: O FUNCIONÁRIO INDISPENSÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS / SÉRGIO VIEIRA DE MELLO: THE UNITED NATIONS INDISPENSABLE EMPLOYEE (ufpr.br) [30.1.2024].

REICHERT, Henrique, *A Transição Demográfica no Brasil: Distribuição Espacial, Oportunidades e Desafios*, 106f., 2015, Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015, disponível em www.repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6618/REICHERT%2c%20HENRIQUE.pdf?sequence=1&isAllowed=yREICHERT, HENRIQUE.pdf (ufsm.br) [7.10.2022].

RICUPERO, Rubens, «Processo de integração na América Latina: convergência e/ou divergência», *Estudos Avançados*, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol. 10, nº 27, São Paulo, 1996, pp. 163-177, disponível em

https://www.scielo.br/j/ea/a/Pjp4744MHBYn9CSYm4LMMfk/?format=pdf&lang=pt Untitled-4 (scielo.br) [21.11.2022].

RODRIGUES, Cheslane Tavares da Silva, *Contribuições da Operação Acolhida para a Política Migratória Brasileira*, 2021, 110f., Dissertação (Mestrado em Ciências Militares), Escola de Comando e Estado Maior do Exército Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2021, disponível em https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9899/1/MO%206409%20-%20CHESLAINE%20TAVARES%20DA%20SILVA%20RODRIGUES.pdf [25.10.2022].

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio, «Relações internacionais federativas no Brasil», *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 4, 2008, pp. 1015-1034, disponível em https://www.scielo.br/j/dados/a/GGSnVhSxKN66S6T6M4KVmVS/?format=pdf&lang=ptRevista Dados 51 nº 4.vp (scielo.br) [11.09.2022].

RORIZ, João, «O terceiro mundo encontra os direitos humanos: a Conferência de Teerã revisitada», *Meridiano 47, Journal of Global Studies*, vol. 22, Brasília-DF, 2021, pp. 1-16, disponível em https: //periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/38367/37058 [27.11.2023].

SALA, José Blanes, «A política internacional e as regras de *jus cogens*», Corte Interamericana de Direitos Humanos, São José da Costa Rica, 2008, disponível em https://biblioteca.corteidh.or.cr/tablas/R22297.pdf [15.01.2024].

SALA, José Blanes, *et al*. (orgs.), *15 Anos da Cátedra Sérgio Vieira de Mello no Brasil: Universidades e Pessoas Refugiadas*, São Bernardo do Campo, Universidade Federal do ABC, 2020, disponível em https.//www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/10/15-Anos-Cátedra-Sergio-Mello.pdf [31.10.2023].

SANTOS, Álvaro, e SILVA, Thalita Franciely de Melo, «A integração local de refugiados no mercado de trabalho a partir da experiência de Pernambuco, *Anais da XIX Jornada de Iniciação Científica*, *Revista Eletrônica da Estácio Recife*, vol. 6, nº 4, Recife, 2020, pp. 1-19, disponível em https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/503/209 Vista do A INTEGRAÇÃO LOCAL DE

REFUGIADOS NO MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE PERNAMBUCO (emnuvens.com.br) [22.11.2023].

SARLET, Ingo Wolfgang, «Considerações a respeito das relações entre a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos», *Espaço Jurídico Journal of Law [EJJL]*, vol. 12, nº 2, Joaçaba, 2011, pp. 325-344, disponível em https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1328 Considerações a respeito das relações entre a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos | Espaço Jurídico Journal of Law [EJJL] (unoesc.edu.br)) [19.04.2023].

SARTORETTO, Laura Madrid, e MARCOGLIESE, Maria José, «Protección complementaria en Latinoamérica: retos y posibilidades», *in* André de Carvalho Ramos *et al.* (orgs.), *70 Anos da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados – (1951-2021): Perspectivas de Futuro*, Brasília-DF, UNHCR-ACNUR, 2021, pp. 326-349, disponível em www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/12/70-anos-projeto-WEB.pdf. 70-anos-projeto-WEB.pdf (acnur.org) [19.4.2023].

SCHÄFER, Gilberto, *et.al.*, «A margem de apreciação nacional na Corte Interamericana de Direitos Humanos», *Revista de Direito Internacional* do Centro de Ensino Unificado de Brasília-UNICEUB, vol. 15, nº 2, Brasília-DF, 2018, pp. 325-337, disponível em https://publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/5351 A margem nacional de apreciação na Corte Interamericana de Direitos Humanos | Schäfer | Revista de Direito Internacional (uniceub.br) [21.9.2022].

SCHULTZ, Samuel J., *A História de Israel no Antigo Testamento: Um Exame Completo da História e Literatura do Antigo Testamento* (e-book), tradução brasileira de Daniela Raffo, Vida Nova/Semeadores da Palavra, São Paulo, 2008, disponível em https://vdocument.in/a-historia-de-israel-no-antigo-testamento.html?page=1 [30.5.2023].

SGARBOSSA, Luís Fernando, e BITTENCOURT, Laura Cabrell, «Os 30 anos das Constituições Estaduais no Brasil e os Direitos Fundamentais Estaduais», *Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania*, vol. 4, nº 1, Londrina, 2019, pp. 90-116, disponível em https://revistadoidcc.com.br/index.php/revista/article/view/21 Os 30 anos das constituições estaduais no

Brasil e os direitos fundamentais estaduais | Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania (revistadoidcc.com.br) [28.10.2022].

SILVA *et al.*, Gustavo Junger da *O Refúgio em Números*, 6ª edição, Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2021, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/ capa — Ministério da Justiça e Segurança Pública (www.gov.br) [5.7.2022].

SILVA, Ana Luíza Sabino de Sá e *et al.*, «Liberdade religiosa na pandemia: a intervenção jurisdicional na restrição do direito à liberdade de culto», *Plura, Revista de Estudos de Religião*, vol. 14, nº 2, pp. 151-173, disponível em https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/2215/1750 [22.12.2023].

SILVA, Bárbara Correia Florêncio *et al.*, «Os sistemas regionais de proteção dos Direitos Humanos», *Equidade, Politize e Civicus*, Instituto Mattos Filho, 2021, s/p., https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/sistemas-regionais-de-direitos-humanos/Os Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos | Politize! [6.10.2022].

SILVA, Bianca Guimarães, *América para os Americanos ou para a Humanidade? Estudo Crítico dos Diálogos Transjudiciais na Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre Migrações Internacionais*, Dissertação (Mestrado em Direito), 2022, 256f., Faculdade de Direito da Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2022, disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/44214/1/2022_BiancaGuimarãesSilva.pdf [7.3.2023].

SILVA, Gustavo Junger da, *O Refúgio em Números*, 7ª edição, Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/ capa — Ministério da Justiça e Segurança Pública (www.gov.br) [16.10.2023].

_, *Refúgio em Números*, 8ª edição, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/RefugioemNumeros.pdf [17.10.2023].

SILVA, Leda Maria Messias, e LIMA, Sarah Somensi, «Os imigrantes no Brasil, sua vulnerabilidade e o princípio da igualdade», *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, vol. 7, nº 2, Centro Universitário de Brasília-CEUB, Brasília, 2017, pp. 384-403, disponível em https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/issue/view/237 [19.4.2023].

SILVA, Luciana de Mesquita, «Feminismo negro estadunidense e sua invisibilidade no cenário brasileiro: questões de tradução» *Revista Ártemis*, *Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades*, Universidade Federal da Paraíba-UFPB, vol. XXVII nº 1, João Pessoa, 2019, pp. 182-205, disponível em https://www.academia.edu/39964775/Feminismo_negro_estadunidense_e_sua_in_visibilidade_no_cenário_brasileiro_questões_de_tradução?from=cover_page (99+) Feminismo negro estadunidense e sua (in)visibilidade no cenário brasileiro: questões de tradução | Luciana de Mesquita Silva - Academia.edu [21.9.2022].

SILVA, Marco Antonio Marques da, «Vulnerabilidade e mulher vítima de violência: aperfeiçoamento dos mecanismos de combate no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e no Direito Brasileiro», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review*, ano LXII, Tomo I, nº 1, Lisboa, 2021, pp. 637-654.

SILVA, Otto Marques da, *A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje*, CEDAS, São Paulo, 1987, disponível em https://www.issuu.com/amaurinolascosanchesjr/docs/-a-epopeia-ignorada-oto-marques-da-?embed_cta=embed_badge&embed_context=embed&embed_domain=casadaptada.com.br&utm_medium=referral&utm_source=casadaptada.com.br a epopeia ignorada oto marques da silva corrigido by Amauri Sanches - Issuu [18.3.2023].

SILVA, Valmor, «Deus na linguagem proverbial: análise do uso do nome de Deus em provérbios e expressões populares da Bíblia e da atualidade», *Horizonte*, *Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-PUC-Minas*, vol. 14, nº. 43, Belo Horizonte, 2016, pp. 890-908, disponível em www.academia.edu/61461691/Deus_na_linguagem_proverbial_análise_do_uso_do_nome_de_Deus_em_Provérbios_e_expressões_populares_da_Bíblia_e_da_atualidade (99+) Deus na linguagem

proverbial: análise do uso do nome de Deus em Provérbios e expressões populares da Bíblia e da atualidade | Valmor da Silva - Academia.edu) [5.10.2022].

SILVEIRA, Alessandra, e CANOTILHO, Mariana *et al.* (coords.), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia Comentada*, Coimbra, Edições Almedina, 2013.

SILVEIRA, Edson Damas da, *Meio Ambiente, Terras Indígenas e Defesa Nacional: Direitos Fundamentais em Tensão nas Fronteiras da Amazônia Brasileira*, 2009, 295f., Tese (Direito Econômico e Socioambiental, Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC, Curitiba, 2009, disponível em dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp120953.pdf Microsoft Word - tese.capas (mec.gov.br) [23.11.2023].

SMITH, Merrill, «The Bangkok Principles on the Status and Treatment of Refugees», *Rights in Exile*, *The International Refugee Rights Initiatives Refugee Legal Aid Newsletter*, Oxon, 2011, s/p., disponível em https://rightsinexile.tumblr.com/post/13676403836/the-bangkok-principles-on-the-status-and-treatmentdisponível em Rights in Exile | The Bangkok Principles on the Status and Treatment... (tumblr.com) [21.10.2022].

SOTTOMAYOR, Maria Clara, «Vulnerabilidade e discriminação», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *Vulnerabilidade(s) e Direito*, *Lisbon Law Review* ano LXII, Tomo I, nº 1, Lisboa, 2021, pp. 705-732.

SOUSA, Felipe Venade de, *A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Ordenamento Jurídico Português: Contributo para A Compreensão do Estatuto Jusfundamental*, Coimbra, Edições Almedina, 2018;

_, *Direitos Fundamentais das Pessoas com Deficiência e Jurisprudência Multinível*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2021;

_, *Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas, à Luz da Norma do Artigo 74º, nº 2, alínea h) da Constituição da República Portuguesa e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, Coimbra, Edições Almedina, 2014.

SOUSA, Fernando de, *et al.* (coords.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2022.

SOUZA, Celina, «Políticas públicas: conceitos, tipologias e sub-áreas», *Fundação Luís Eduardo Magalhães*, Salvador, 2002, pp. 1-29, disponível em https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf Microsoft Word - Politicas publicas - FLEM.doc (pucgoias.edu.br) [1.1.2024];

_, «Políticas públicas: uma revisão da literatura», *Dossiê Sociedade e Políticas Públicas, Sociologias*, n° 16, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2006, pp. 20-45, disponível em https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pta03n16.pdf (scielo.br) [14.3.2022].

SOUZA, Isabelle Louise Traub Soares de, *et al*. (orgs.), *Anais do IX Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, III Conferência Latino-Americana sobre Refúgio, Migração e Apatridia*, Revista Brasileira de Direito Internacional, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018, disponível em https://ppgd.ufpr.br/publicacao-anais-do-ix-seminario-nacional-da-catedra-vieira-de-mello/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (ufpr.br) [3.2.2024].

SOUZA, Joana D'Arc de, «As religiões no Império, o culto ao imperador e a influência da ideologia imperial», *in* Clóvis Ecco *et al.* (orgs.), *Transformação Social Economia e Literatura Sagrada, Anais do VI Congresso Internacional em Ciências da Religião, XIII Semana de Estudos da Religião*, Goiânia, Editora PUC Goiás/América, 2012, pp. 114-122, disponível em https://www.pucgoias.edu.br/mestrado-e-doutorado/wp-content/uploads/sites/27/2023/07/ANAIS-do-VI-Cong.-Internac.-em-Ciencias-da-Religiao-e-XIII-Semana-de-Estudos-da-Religiao-2012.pdf ANAIS-do-VI-Cong.-Internac.-em-Ciencias-da-Religiao-e-XIII-Semana-de-Estudos-da-Religiao-2012.pdf (pucgoias.edu.br) [23.6.2022].

SOUZA, Simone Elias de, *Os "Socorros Públicos" no Império do Brasil 1822 a 1834*, 2007, 166f., Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual

Paulista, Assis, 2007, disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93420/souza_se_me_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y [28.10.2022].

STACEY, Aisha, «O conceito de Ummah no Islam: a definição de Ummah e seu papel no avanço da humanidade», 2022, disponível em https:// www.islamreligion.com/articles/11312/concept-of-ummah-in-islam/The Concept of Ummah in Islam - The Religion of Islam (islamreligion.com)) [15.9.2022].

STELZER, Joana, e KYRILLOS, Gabriela M., «Inclusão da interseccionalidade no âmbito dos Direitos Humanos», *Revista Direito e Práxis*, vol. 12, nº 1, 2021, Rio de Janeiro, pp. 237-262, disponível em https://www.scielo.br/j/rdp/a/ccVJTdKcSWtVxdpmVPjkwZx/?format=pdf&lang=pt [12.9.2022].

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff, «Apontamentos materialistas à interseccionalidade», *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 29, nº 1, 2021, pp. 1-10, disponível em www.scielo.br/j/ref/a/5v8j75N8f4J59SkxKwy4Qpf/?format=pdf&lang=ptSciELO - Brasil - Apontamentos materialistas à interseccionalidade Apontamentos materialistas à interseccionalidade [21.9.2022].

TAVARES, Cristiane, «Pacômio: o precursor do monacato cenobítico», *Ecclesia*, Sacra Arquidiocese Ortodoxa Grega de Buenos Aires e América do Sul, Curitiba, 2002, s/p., disponível em https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/monaquismo/pacomio_o_precursor_do_monacato_cenobitico.html Pacômio: o precursor do monacato cenobítico (ecclesia.com.br) [5.7.2022].

TEIXEIRA, Felipe, «A paradiplomacia brasileira perante a política internacional nos dias atuais: aspectos contemporâneos das relações federativas e internacionais do país», *NEBRICS-Núcleo de Estudos do BRICS*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2020, s/p., disponível em https://www.ufrgs.br/nebrics/a-paradiplomacia-brasileira-perante-a-politica-externa-nacional-nos-dias-atuais-aspectos-contemporaneos-das-relacoes-federativas-e-internacionais-do-pais/ A paradiplomacia brasileira perante a política externa nacional nos dias atuais: aspectos contemporâneos das relações federativas e internacionais do país – NEBRICS (ufrgs.br) [13.10.2022].

TEIXEIRA, Polyana de Vargas, *Refugiados Venezuelanos no Brasil: Uma Análise da Vulnerabilidade sob Enfoque da Bioética da Intervenção*, 2019, 110f., Dissertação (Mestrado em Bioética), Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília-UNB, Brasília-DF, 2019, disponível em https://repositorio.unb.br/handle/10482/38167 Repositório Institucional da UnB: Refugiados Venezuelanos no Brasil : uma análise da vulnerabilidade sob enfoque da Bioética de Intervenção) [10.11.2023].

UNGERER, Natália Moreno, *Políticas Públicas e a Tutela Jurídica dos Refugiados: a Implementação do Centro de Referência e Atendimento aos Imigrantes e Refugiados em Florianópolis/SC*, 2018, 118f., Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2018, disponível em repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187982/TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=yPolíticas públicas e a tutela jurídica dos refugiados: a implementação do Centro de Referência e Atendimento aos Imigrantes e Refugiados em Florianópolis/SC (ufsc.br)) [27.12.2023].

VENTURA, Deyse Freitas Lima, e YUJRA, Veronica Quispe, *Saúde de Imigrantes e Refugiados*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2019.

VERA, Cesar Adolfo e HERRERA, Andres, «El Código de Ur-Nammu, La primera legislacion estructurada o codificada de la historia, anterior en seiscienetos años al Código de Hammurabi», *IV Congreso Nacional de Sociología Jurídica*, *Sección Sistema Jurídico,* Universidad de Tucuman, San Miguel e Tucumán, 2003, pp. 12-22, disponível em https: issuu.com/anku/docs/codigo_urnammu/11 [4.6.2022].

YOUSSEF, Alain El, *Imprensa e Escravidão: Política e Tráfico Negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*, 2010, 300f., Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2011, disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072011-090553/publico/2010_AlainElYoussef.pdf Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro,... (usp.br) [7.10.2022].

ZELAYA, Silvia Cristina, *Da Invisibilidade ao Protagonismo: Uma Etnografia em Espaços de Luta, Participação e Criação de Políticas Públicas para Imigrantes e Refugiados no Brasil*, 2017, 211f., Tese (Doutorado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2017, disponível em https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172894/001060452.pdf?sequence=1&isAllowed=y) [19.9.2022].

Fontes primárias

A BÍBLIA SAGRADA, *Antigo e Novo Testamentos,* tradução em português de João Ferreira de Almeida, versão Almeida Revista e Atualizada no Brasil, 2ª. edição, Barueri, Sociedade Bíblica do Brasil-SBB, 2008.

Acreamazônica, «Casa de Acolhida é criada em cidade do Acre com capacidade para receber até 20 imigrantes em passagem, Rio Branco, 2022, disponível em https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/05/04/casa-de-acolhida-e-criada-em-cidade-do-acre-com-capacidade-para-receber-ate-20-imigrantes-em-passagem.ghtmlCasa de acolhida é criada em cidade do Acre com capacidade para receber até 20 imigrantes em passagem | Acre | G1 (globo.com) [12.9.2023].

AFRICAN COURT ON HUMAN AND PEOPLE'S RIGHTS (ACHPR), *African (Banjul) Charter on Human and People's Rights*, Nairobi, 1981, disponível em https://www.african-court.org/wpafc/wp-content/uploads/2020/04/AFRICAN-BANJUL-CHARTER-ON-HUMAN-AND-PEOPLES-RIGHTS.pdf [29.12.2023].

AFRICAN UNION, *African Charter on Human and Peoples' Rights*, Nairobi, 1981, disponível em https://www.african-court.org/wpafc/wp-content/uploads/2020/04/AFRICAN-BANJUL-CHARTER-ON-HUMAN-AND-PEOPLES-RIGHTS.pdf AFRICAN (BANJUL) CHARTER ON HUMAN AND PEOPLES' RIGHTS (african-court.org) [14.9.2023].

A Gazeta do Acre.com, «MPAC instala grupo especial para atuar em questões migratórias», Rio Branco, 2022, disponível em https://agazetadoacre.com/2022/02/noticias/mpac-instala-grupo-especial-para-atuar-em-questoes-migratorias/MPAC instala grupo especial para atuar em questões migratórias - Jornal A Gazeta do Acre [21.11.2023].

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR), «I Seminário Nacional Cátedra Sérgio Vieira de Mello, Relatório», Universidade Católica de Santos-UNISANTOS, Santos, 2010, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Relatorio_do_I_Seminario_Naciona

I_Catedra_Sergio_Vieira_de_Mello.pdf I Seminário Nacional Cátedra Sérgio Vieira de Mello (acnur.org) [2.2.2024];

_, «II Seminário Nacional Cátedra Sérgio Vieira de Mello, Relatório Final», Universidade de Vila Velha, Vila Velha (UVV), 2011, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Relatorio_do_II_Seminario_Nacional_Catedra_Sergio_Vieira_de_Mello.pdf Relatorio do II Seminario Nacional Catedra Sergio Vieira de Mello (acnur.org) [2.2.2024];

_, «III Seminário Nacional Cátedra Sérgio Vieira de Mello», São Paulo, 2012, disponível em www.acnur.org/portugues/2012/08/30/abertas-as-inscricoes-para-o-iii-seminario-nacional-catedra-sergio-vieira-de-mello/ Abertas as inscrições para o III Seminário Nacional Cátedra Sérgio Vieira de Mello – UNHCR ACNUR Brasil [2.2.2024];

_, «IV Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello: Memória e Legado de Sérgio Vieira de Mello», Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Programação_CSVM_IV.pdf Microsoft Word - Programação agenda do evento completa (acnur.org) [2.2.2024];

_, «V Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello: "Cartagena+30 e as Perspectivas da Academia"», Porto Alegre, 2014, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2014/09/02/v-seminario-da-catedra-sergio-vieira-de-mello-cartagena30-e-as-perspectivas-da-academia/ V Seminário da Cátedra Sérgio Vieira De Mello: "Cartagena+30 e as Perspectivas da Academia" – UNHCR ACNUR Brasil [3.2.2024];

_, «VI Seminário Internacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello: Refugiados e as Fronteiras Brasileiras, Anais do Encontro Científico», Faculdade de Direito da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2016/Anais_CSVM_2015.pdf Anais do encontro científico. VI Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello: Refugiados e as Fronteiras Brasileiras (acnur.org) [3.2.2024];

_, «XIV Seminário Nacional das Cátedras Sérgio Vieira de Mello 20 anos no Brasil», Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2023, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2023/11/01/universidade-de-caxias-do-sul-realiza-xiv-seminario-da-catedra-sergio-vieira-de-mello/Universidade de Caxias do Sul realiza XIV seminário da Cátedra Sergio Vieira de Mello – UNHCR ACNUR Brasil [3.2.2024];

_, «ACNUR apoia elaboração de plano estadual de políticas para pessoas refugiadas em Goiás», Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2023/02/09/acnur-apoia-elaboracao-de-plano-estadual-de-politicas-para-pessoas-refugiadas-em-goias/) [29.11.2023];

_, «ACNUR Brasil fornece Unidades de Habitação Emergerncial para apoiar enfrentamento à COVID-19 na América Latina», Brasília-DF, 2020, disponível em https://«www.acnur.org/portugues/2020/07/27/acnur-brasil-fornece-unidades-de-habitacao-emergencial-para-apoiar-enfrentamento-a-covid-19-na-america-latina/ ACNUR Brasil fornece Unidades de Habitação Emergencial para apoiar enfrentamento à COVID-19 na América Latina – UNHCR ACNUR Brasil [26.1.2024];

_, «ACNUR, Governo do Amazonas e Prefeitura de Manaus discutem políticas para pessoas refugiadas e migrantes», Brasília-DF, 2023, disponível em https.//www.acnur.org/portugues/2023/04/06/acnur-governo-do-amazonas-e-prefeitura-de-manaus-discutem-politicas-para-pessoas-refugiadas-e-migrantes/ ACNUR, Governo do Amazonas e Prefeitura de Manaus discutem políticas para pessoas refugiadas e migrantes – UNHCR ACNUR Brasil [8.11.2023];

_, «ACNUR e Ministério da Cidadania renovam parceria em prol das pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela», Brasília-DF, 2022, disponível em https.//www.acnur.org/portugues/2022/01/26/acnur-e-ministerio-da-cidadania-renovam-parceria-em-prol-das-pessoas-refugiadas-e-migrantes-da-venezuela/ACNUR e Ministério da Cidadania renovam parceria em prol das pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela – UNHCR ACNUR Brasil [1.3.2023];

_, «ACNUR e OIM parabenizam a nova coordenação do FONACCERAM durante a realização da II plenária nacional», Brasília-DF, 2023, disponível em https.// www.acnur.org/portugues/2023/09/05/acnur-e-oim-parabenizam-a-nova-coordenacARA ao-do-

fonacceram-durante-a-realizacao-da-ii-plenaria-nacional/ACNUR e OIM parabenizam a nova coordenação do FONACCERAM durante a realização da II plenária nacional – UNHCR ACNUR Brasil [18.01.2024];

_, «ACNUR e parceiros fortalecem proteção de pessoas refugiadas e migrantes no Acre: missão com autoridades locais e sociedade civil busca fortalecer o acesso a direitos para pessoas em deslocamento na capital e na fronteira Peru e Bolívia», Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2023/04/18/acnur-e-parceiros-fortalecem-protecao-de-pessoas-refugiadas-e-migrantes-no-acre/#:~:text=Nesta%20semana%2C%20a%20Agência%20da%20ONU%20para%20Refugiados,deslocamento%2C%20composta%20principalmente%20por%20venezuelanos%2C%20colombianos%20e%20haitianos. ACNUR e parceiros fortalecem proteção de pessoas refugiadas e migrantes no Acre – UNHCR ACNUR Brasil [20.8.2023];

_, «ACNUR participa da inauguração de abrigo público para famílias refugiadas e migrantes em Guarulhos: famílias afegãs já estão residindo no centro de acolhimento temporário «Povos Fraternos III», cuja solenidade de abertura contou a presença do Prefeito Guti e da deputada federal Tabata Amaral», Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2023/03/23/acnur-participa-da-inauguracao-de-abrigo-publico-para-familias-refugiadas-e-migrantes-em-guarulhos/ ACNUR participa da inauguração de abrigo público para famílias refugiadas e migrantes em Guarulhos – UNHCR ACNUR Brasil [26.1.2024];

_, «Aulas do programa Empoderando Refugiadas têm início em Boa Vista: ACNUR, Pacto Global e ONU Mulheres promovem formação de refugiadas venezuelanas para que possam ser contratadas por empresas e realocadas para diferentes cidades já no fim de agosto», disponível em https://www.acnur.org/portugues/2022/08/12/aulas-do-programa-empoderando-refugiadas-tem-inicio-em-boa-vista/ Aulas do programa Empoderando Refugiadas têm início em Boa Vista – UNHCR ACNUR Brasil) [27.1.2024];

_, «Brasil: 1ª Conferência Nacional sobre Migraçãoe Refúgio é considerada um marco histórico», Brasília-DF, 2014, disponível em www.acnur.org/portugues/2014/06/04/brasil-1a-conferencia-nacional-

sobre-migracao-e-refugio-e-considerada-um-marco-historico/Brasil: 1ª Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio é considerada um marco histórico – UNHCR ACNUR Brasil [4.2.2024];

_, *Carta Constitutiva do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes*, 2022, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/03/Carta-Constitutiva-do-Forum-Nacional-de-Conselhos-e-Comites-Estaduais-para-Refugiados-e-Migrantes.pdf [8.7.2022];

_, *Carta da Primeira Conferência Latino-americana da Cátedra Sérgio Vieira de Mello e VII Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello*, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2016, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Carta_Oficial_da_VII_Conferência_UFABC.pdf Microsoft Word - Carta Oficial da VII Conferência UFABC (acnur.org) [3.2.2024];

_, «Cartilha reúne informações sobre Auxílio Brasil para pessoas refugiadas e migrantes», Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/Informativo-Auxilio-Brasil_VF.pdf Informativo-Auxilio-Brasil_VF.pdf (acnur.org) [24.1.2024];

_, *Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África*, Adis Abeba, 1969, dhttps://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Convencao_Refugiados_OUA.pdfConvenção da Organização de Unidade Africana que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África (acnur.org) [29.12.2023];

_, *Convenção da União Africana sobre a Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África*, Kampala, 2009, disponível em www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/convencao_de_kampala.pdf [18.10.2022];

_, *Conselhos e Comitês no Brasil*, s/d., disponível em https://www.acnur.org/portugues/politicas-publicas/ Políticas Públicas – UNHCR ACNUR Brasil [8.7.2022];

_, *Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados*, Genebra, 1951, disponível em www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (acnur.org)) [3.10.2023];

_, *Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano*, Brasília-DF, 2010, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_de_Brasilia_sobre_a_Protecao_de_Refugiados_e_Apatridas_no_Continente_Americano.pdf [21.7.2022];

_, *Declaração de Cartagena,* Cartagena, 1984, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf [21.7.2022];

_, *Declaração de Princípios do Mercosul sobre Proteção Internacional dos Refugiados*, Fortaleza, 2012, disponível em https.//www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Lei_9474-97_e_Coletânea_de_Instrumentos_de_Proteção_Internacional_dos_Refugiados2015.pdf [1.11.2023];

_, *Declaração e Plano de Ação do Brasil*, Brasília-DF, 2014, disponível em https://www.refworld.org.es/docid/5d7fceca2.html#:~:text=Alto%20Comisionado%20de%20las%20Naciones%20Unidas%20para%20los,esta%20dirección%3A%20https%3A%2F%2Fwww.refworld.org.es%2Fdocid%2F5d7fceca2.html%20%5BAccesado%20el%2019%20Junio%202023%5D [26.7.2023];

_, *Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina*, Cidade do México, 2004, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_e_Plano_de_Acao_do_Mexico.pdf Declaração e Plano de Ação do México (acnur.org) [21.7.2022];

_, «Doutorado e Dissertações de Mestrado da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) – 2019, Edital», Cátedra Sérgio Vieira de Mello, Brasília-DF, 2019, disponível em https://xseminariocatedrasvm.home.blog/concurso-de-teses-e-dissertacoes-2019/ V Concurso Nacional de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado da Cátedra Sergio Vieira de Mello (CSVM) – 2019 – X Seminário Nacional das Cátedras Sérgio Vieira de Mello (home.blog) [3.2.2024];

_, «DPU e ACNUR renovam parceria para garantir direitos de pessoas refugiadas: Memorando de Entendimento estabelece cooperação institucional, jurídica e técnica e protege vulneráveis», Brasília-DF, 2022, disponível em www.acnur.org/portugues/2022/04/06/dpu-e-acnur-renovam-parceria-para-garantir-direitos-de-pessoas-refugiadas/ [28.6.2022];

_, *Estatuto do ACNUR,* 1950, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR [22.10.2022];

_, *Guia Orientadora, XII Seminário Nacional das Cátedras Sérgio Vieira de Mello*, 2021, Brasília-DF, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/12/CSVM-Guia-Orientadora-Seminario-Anual_PT.pdf CSVM-Guia-Orientadora-Seminario-Anual_PT.pdf (acnur.org) [3.2.2024];

«Internet gratuita em Pacaraima facilita comunicação de pessoas refugiadas, migrantes e brasileiras na fronteira», Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2022/02/15/internet-gratuita-em-pacaraima-facilita-comunicacao-de-pessoas-refugiadas-migrantes-e-brasileiras-na-fronteira/#Internet gratuita em Pacaraima facilita comunicação de pessoas refugiadas, migrantes e brasileiras na fronteira – UNHCR ACNUR Brasil [26.1.2024];

_, *Intervenções do ACNUR Brasil para a Proteção de Pessoas Refugiadas com Deficiência*, Brasília-DF, 2022;

_, *Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiados de Acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 Relativos ao Estatuto dos Refugiados*, Brasília-DF, 2013, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_criterios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado.pdf) [16.9.2022];

_, *Manual para Parlamentares nº 20 - 2013, Deslocações Interna: Responsabilidade e Acção*, União Inter-parlamentar, Genebra, 2013, disponível em https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=54226adb4 Manual para Parlamentares N (refworld.org)) [18.10.2022];

_, *Os 100 Pontos de Brasília*, Brasília-DF, 2018, disponível em www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2018/11591.pdf?file=fileadmin/Documentos/BDL/2018/11591(destacou-se) [24.11.2023];

_, *Painel Brasil no Fórum Global sobre Refugiados*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugiados/dados-sobre-refugiados-no-brasil/ [14.12.2023];

_, «Pessoas com Deficiência: o que é uma pessoa com deficiência?», Brasília-DF, 2023, disponível em https://help.unhcr.org/brazil/onde-encontrar-ajuda/pessoas-com-deficiencia/Pessoas com deficiência - ACNUR Brasil (unhcr.org) [25.8.2023];

_, *Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos*, Genebra, 1998, disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Documentos_da_ONU/Principios_orientadores_relativos_aos_deslocados_internos_1998.pdf [18.10.2022];

_, *Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados,* Nova Iorque, 1967, disponível https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf [20.01.2024];

_, *Relatório Cidades Solidárias*, *Boa Vista/RR*, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-Cidades-Solidarias-Brasil.pdf [24.1.2024];

_, *Relatório Cidades Solidárias*, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-Cidades-Solidarias-Brasil.pdfRelatorio-Cidades-Solidarias-Brasil.pdf (acnur.org) [24.1.2024];

_, *Relatório Cidades Solidárias*, *Campinas*, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-Cidades-Solidarias-Brasil.pdf [24.1.2024];

_, *Relatório Cidades Solidárias*, *Chapecó*, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-Cidades-Solidarias-Brasil.pdf [24.1.2024];

_, *Relatório da Cátedra Sérgio Vieira de Mello 20 anos*, 2023, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/11/Relatorio-CSVM-2023-Digital.pdf Relatorio-CSVM-2023-Digital.pdf (acnur.org) [30.1.2024];

_, «Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello discute a discriminação sobre refugiados no Brasil: Evento acadêmico organizado pela Universidade Federal de Goiás será realizado entre os dias 28 e 30 de setembro, com transmissão simultânea em três idiomas e contanto com a participação de representantes do ACNUR, acadêmicos, sociedade civil e autoridades públicas», Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2022, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2022/09/26/seminario-da-catedra-sergio-vieira-de-mello-discute-a-discriminacao-sobre-refugiados-no-brasil/ Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello discute a discriminação sobre refugiados no Brasil – UNHCR ACNUR Brasil [3.2.2024];

_, «Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello discute efeitos da pandemia para refugiados e solicitantes de condição de refugiado no Brasil», Brasília-DF, 2020, disponível em https://www.acnur.org/portugues/2020/09/18/seminario-da-catedra-sergio-vieira-de-mello-discute-efeitos-da-pandemia-para-refugiados-e-solicitantes-de-condicao-de-refugiado-no-brasil/Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello discute efeitos da pandemia para refugiados e solicitantes de condição de refugiado no Brasil – UNHCR ACNUR Brasil [3.2.2024].

Amazônia, Notícia e Informação, «Políticas de acolhimento a migrantes e refugiados são pautas de visita do procurador federal dos Direitos do Cidadão ao Amazonas», Estado do Amazonas, Manaus, 2021, disponível em https://amazonia.org.br/2021/07/politicas-de-acolhimento-a-migrantes-e-

refugiados-sao-pautas-de-visita-do-procurador-federal-dos-direitos-do-cidadao-ao-amazonas/Políticas de acolhimento a migrantes e refugiados são pautas de visita do procurador federal dos Direitos do Cidadão ao Amazonas – Amazônia – Notícia e Informação (amazonia.org.br) [12.9.2023].

A Notícia Alagoas, «Aprovado por unanimidade projeto de lei que institui Política Estadual para a População Imigrante em Alagoas», Maceió, 2023, disponível em https://anoticiaalagoas.com.br/2023/09/06/aprovado-por-unanimidade-projeto-de-lei-que-institui-politica-estadual-para-a-populacao-imigrante-em-alagoas/ [23.11.2023].

ASEAN Intergovernmental Commission on Human Rights (AICHR), *ASEAN Enabling Masterplan 2025: Mainstreaming the Rights of Persons with Disabilities, Adopted at the 33rd ASEAN Summit*, Singapura, 2018, disponível em https://aichr.org/wp-content/uploads/2019/01/ASEAN-Enabling-Masterplan-2025-Mainstreaming-the-Rights-of-Persons-with-Disabilities.pdfASEAN-Enabling-Masterplan-2025-Mainstreaming-the-Rights-of-Persons-with-Disabilities.pdf (aichr.org) [15.5.2023].

COMISSÃO EUROPEIA, *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, sobre um Novo Pacto em Matéria de Migração e Asilo*, Bruxelas, 2020, disponível em https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:85ff8b4f-ff13-11ea-b44f-01aa75ed71a1.0013.02/DOC_1&format=PDFresource.html (europa.eu) [14.9.2023];

_, *Union of Equality, Strategy for the Rights with Disabilities, 2021-2030*, Bruxelas, 2021, disponível em https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/3e1e2228-7c97-11eb-9ac9-01aa75ed71a1/language-en Union of equality - Publications Office of the EU (europa.eu) [22.1.2024].

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH), *Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*, Cidade da Guatemala, 1999, disponível em https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/discapacidad.asp [6.11.2022];

_, *Principios Interamericanos Sobre Los Derechos Humanos de Todas Las Personas Migrantes, Refugiadas, Apátridas y Las Víctimas de La Trata de Personas, Resolución 04/2019*, San José da Costa Rica, 2019, disponível em

https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Principios%20DDHH%20migrantes%20-%20ES.pdfPrincipios DDHH migrantes - ES.pdf (oas.org)) [6.11.2022];

_, *Proteção das Pessoas Haitianas em Mobilidade Humana: Solidariedade Interamericana*, *Resolução Nº 2/2021*, 2021, disponível em https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-2-21-pt.pdf [22.10.2022].

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, *As Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949*, Genebra, 1949, disponível em https.//www.icrc.org/pt/publication/convencoes-de-genebra-de-12-de-agosto-de-1949 [27.11.2023].

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP), *Estados-Membros*, Lisboa, 2022, disponível em https://www.cplp.org/id-2597.aspx [30.10.2022].

CONSELHO DA EUROPA (CE), *Decisão de Execução (EU) 2022/382 do Conselho de 4 de março de 2022 que declara a existência de um afluxo maciço de pessoas deslocadas da Ucrânia na aceção do artigo 5º da Diretiva 2001/55/CE, e que tem por efeito aplicar uma proteção temporária*, Estrasburgo, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022D0382&from=PT [22.07.2022].

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, *Reforma do Sistema de Asilo da EU*, Bruxelas, 2022, disponível em https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-migration-policy/eu-asylum-reform/#:~:text=A%20reforma%20do%20Sistema%20Europeu%20Comum%20de%20Asilo,os%20fatores%20de%20atração%20e%20os%20movimentos%20secundáriosReforma do sistema de asilo da UE - Consilium (europa.eu) [22.10.2022].

CONSELHO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CIÊNCIAS MÉDICAS (CIOMS) E ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS), *Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Relacionadas a Saúde Envolvendo Seres Humanos*, 4ª. edição, Genebra, Suíça, 2016, disponível em https://cioms.ch/wp-content/uploads/2018/11/CIOMS-final-Diretrizes-Eticas-Internacionais-Out18.pdfLIVRO CIOMS - Diretrizes Éticas Internacionais.indd [20.9.2022].

CONSELHO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, *Políticas de Migração da EU, Reforma do Sistema de Asilo da EU*, Secretariado-Geral do Conselho, Bruxelas, 2022, disponível em https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-migration-policy/eu-asylum-reform/ [5.11.2022].

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), *Recomendação nº 123, de 7 de janeiro de 2022*, *Recomenda aos Órgãos do Poder Judiciário Brasileiro a Observância dos Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos e o Uso da Jurisprudência de Corte Interamericana de Direitos Humanos*, Brasília-DF, 2022, disponível em https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4305 atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4305 [6.9.2023].

CORPORATE FINANCE INSTITUTE (CFI TEAM), «Sharia Law: a religious law that lays down principles for spiritual, mental, and physical behavior that must be fllowed by Muslims», 2002, disponível em https://corporatefinanceinstitute.com/resources/knowledge/finance/sharia-law/Sharia Law - Overview, Sources, Principles, Categories (corporatefinanceinstitute.com)[15.9.2022].

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CtIDH), *Parecer Consultivo OC-16*, *de 1º de outubro de 1999*, S*olicitado pelos Estados Unidos Mexicanos*, São José da Costa Rica, 1999, disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/9a756860684845bbcdb9be2389370b73.pdf) [6.9.2023].

_, *Resolução no Caso Ximenes Lopes*, São José da Costa Rica, 2023, disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/ximenes_lopes_25_09_23_spa.pdfximenes_lopes_25_09_23_spa.pdf (co-rteidh.or.cr) [4.10.2023].

_, *Sentença no Caso López Vs. Honduras*, *Mérito, Reparações e Custas*, São José da Costa Rica, 2006, disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/1fd1d4af1569a345e837bd0ce47ce9d9.pdf seriec_141_por (cnj.jus.br) [27.10.2022].

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem: Um Instrumento Vivo*, tradução portuguesa oficial, Secretariado do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Estrasburgo, 2022, disponível em

https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/Convention_Instrument_POR The European Convention on Human Rights - A living instrument (Portuguese) (coe.int)) [29.12.2023].

EUROPEAN PARLIAMENT, *Legislative Train Schedule, Revision of the Dublin regulation*, www.europarl.europa.eu/legislative-train/carriage/jd-revision-of-the-dublin-regulation/report?sid=6201disponível em 09 2022 | Promoting our European Way of Life | Revision of the Dublin regulation (europa.eu) [20.10.2022].

EUROPEAN UNION, *Eur-Lex, Access to European Union law*, 2023, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:12016E288 C_2016202PT.01017101.xml (europa.eu) [29.12.2023].

EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS (FRA Europe), *Thematic Focus: Migrants with Disabilities*, Viena, 2016, disponível em https://fra.europa.eu/en/content/thematic-focus-migrants-disabilities Thematic focus: Migrants with disabilities | European Union Agency for Fundamental Rights (europa.eu) [9.10.2023].

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES (UNFPA), «Ninguém para trás: pessoas refugiadas e migrantes com deficiência devem ter seus direitos assegurados», Brasília-DF, 2022, disponível em brazil.unfpa.org/pt-br/news/ninguém-para-trás-pessoas-refugiadas-e-migrantes-com-deficiência-devem-ter-seus-direitosUNFPA Brazil | Ninguém para trás: pessoas refugiadas e migrantes com deficiência devem ter seus direitos assegurados [10.10.2022].

GABINETE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COORDENAÇÃO DOS ASSUNTOS HUMANITÁRIOS (OCHA), *Manual de Aplicação dos Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos*, Nova Iorque, 1999, disponível em dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_deslocados_internos.pdfPortugese Handbook.doc (dhnet.org.br) [18.10.2022].

GOVERNMENT OF THE UNITED KINGDOM, *Declaration by The United Nations, done at Washington on January 1, 1942, with Related Documents*, disponível em https://treaties.fcdo.gov.uk/data/Library2/pdf/1942-TS0005.pdf [20.11.2023].

Internacionalização Descentralizada em Foco, «O Governo do Maranhão e a compra de equipamentos estrangeiros para o combate ao COVID-19», *Internacionalização Descentralizada em Foco*, João Pessoa, 2020, disponível em https://idefufpb.com/2020/05/20/o-governo-do-maranhao-e-a-compra-de-equipamentos-estrangeiros-para-o-combate-ao-covid-19/O Governo do Maranhão e a compra de equipamentos estrangeiros para o combate ao COVID-19 | IDeF (idefufpb.com) [30.10.2022].

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, *Deslocações Internas em África: Um Desafio ao Desenvolvimento*, Genebra, 2010, disponível em https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/inline-files/201210-af-internal-displacement-in-africa-development-challenge-thematic-pt.pdf201210-af-internal-displacement-in-africa-development-challenge-thematic-pt.pdf [18.10.2022].

Jornal do Acre, «Com superlotação de abrigos, gabinete de crise solicita escritório da Agência da ONU para Refugiados no Acre: encontro com representantes do estado e de autoridades federais vai definir planejamento para dar mais agilidade no acompanhamento de imigrantes que passam pelo Acre. Representante do governo do Acre afirma que vai pedir a criação de escritório de agência da ONU no estado», Rio Branco, 2023, disponível em https.//g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/07/05/com-superlotacao-de-abrigos-gabinete-de-crise-solicita-escritorio-da-agencia-da-onu-para-refugiados-no-acre.ghtmlCom superlotação de abrigos, gabinete de crise solicita escritório da Agência da ONU para Refugiados no Acre | Acre | G1 (globo.com) [8.11.2023].

MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL), *Decisão Sobre a Suspensão da Venezuela no MERCOSUL*, São Paulo, 2017, disponível em https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercosul/ [2.11.2023].

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, *Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://unsdg.un.org/sites/default/files/2023-11/Brazil_Cooperation_Framework-2023-2027pdf.pdf Brazil_Cooperation_Framework-2023-2027pdf.pdf (un.org) [5.2.2024];

_,«Seminário no Rio marca 15 anos da Cátedra Sérgio Vieira de Mello no Brasil», Brasília-DF, 2019, disponível em https://brasil.un.org/pt-br/84118-seminário-no-rio-marca-15-anos-da-cátedra-sergio-vieira-de-mello-no-brasil Seminário no Rio marca 15 anos da Cátedra Sergio Vieira de Mello no Brasil | As Nações Unidas no Brasil [3.2.2024];

_, «Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, Brasília-DF, 2022, disponível em https://brasil.un.org/pt-br/sdgs Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil [30.10.2022];

_, *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, 2015, Nova Iorque, disponível em https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf agenda2030-pt-br.pdf (un.org) [5.2.2024].

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, *The Atlantic Charter*, Canadá, 1941, disponível em www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_16912.htm NATO - Official text: 'The Atlantic Charter' - Declaration of Principles issued by the President of the United States and the Prime Minister of the United Kingdom, 14-Aug.-1941) [19.11.2023].

O ALCORÃO, *Livro Sagrado do Islã*, tradução brasileira de Mansour Chalita, Centro Cultural Beneficente Árabe Islâmico de Foz do Iguaçu, s/l., s/d., disponível em https://www.academia.edu/88657556/Alcorao_Livro_Sagrado_do_Isl_trad_Mansour_Challita (99+) Alcorao Livro Sagrado do Isl (trad.) Mansour Challita | Carina Vale - Academia.edu [20.9.2023].

OFFICE OF HIGH COMISSIONER ON HUMAN RIGHTS (OHCHR), *Addressing Disabilities in Large-scale Movements of Refugees and Migrants: Joint Statement by the Committee on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families (CMW), and the Committee on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD)*, Genebra, 2017, disponível em https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CMW/JointStatementCMW-CRPDFINAL.pdf JointStatementCMW-CRPDFINAL.pdf (ohchr.org) [11.7.2022];

_, *Treaty Bodies, Status of Ratification, Interactive Dashboard*, Genebra, 2023, disponível em https://indicators.ohchr.org- OHCHR Dashboard - OHCHR Dashboard [21.9.2023].

O Imparcial, «A cultura da miséria nas ruas de São Luís», São Luís, 2020, disponível em oimparcial.com.br/cidades/2020/03/a-cultura-da-miseria-nas-ruas-de-sao-luis/ A cultura da miséria nas ruas de São Luís | O Imparcial [29.11.2023].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Nova Iorque, 1948, disponível em https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Microsoft Word - Document1 (ohchr.org) [5.9.2022].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO), *Declaração do Comité Internacional de Bioética da UNESCO (CIB) e da Comissão Mundial de Ética do Conhecimento Científico e das Tecnologias da UNESCO (COMEST), SHS/IBC-COMEST/COVID-19 Rev.*, Paris, 2020, disponível em https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/covid-19/declarao_cib_comest_pt.pdfdeclarao_cib_comest_pt.pdf (mne.gov.pt) declarao_cib_comest_pt.pdf (mne.gov.pt) [10.11.2023].

_, *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, Paris, 2005, disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146180_por [10.11.2023].

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM), *Contribuições da Plataforma Migracidades para a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia*, 2023, Porto Alegre, disponível em https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2023-04/Contribuições%20da%20Plataforma%20MigraCidades%20para%20a%20Política%20Nacional%20de%20Migrações%2C%20Refúgio%20e%20Apatridia.pdf Contribuições da Plataforma MigraCidades para a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.pdf (iom.int) [23.12.2023];

_, *Portal Migracidades: Perfil de Governança Migratória Local,* Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2022, disponível em https://www.ufrgs.br/migracidades/a-plataforma-migracidades-2/10-dimensoes-da-governanca-migratoria/10 Dimensões De Governança Migratória Local - MIGRACIDADES (ufrgs.br) [22.11.2023];

_, «Reassentamento de refugiados», Brasíla-DF, 2023, disponível https://brazil.iom.int/pt-br/reassentamento-de-refugiados Reassentamento de refugiados | OIM Brasil (iom.int) [29.12.2023].

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES (OAS), *American Convention on Human Rights "Pacto of San Jose", Costa Rica (B-32), Signatories and Ratifications*, São José da Costa Rica, 1969, disponível em https://www.oas.org/dil/treaties_B-32_American_Convention_on_Human_Rights_sign.htm :: Multilateral Treaties > Department of International Law > OAS ::)[19.11.2023];

_, *More Rights for More People*, disponível em https://www.oas.org/en/IACHR/jsForm/?File=/en/iachr/mandate/basic_documents.asp OAS:: IACHR :: Basic Documents in the Inter-American System [22.10.2022].

PARLAMENTO EUROPEU*, Directiva 2011/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 2011, que Estabelece Normas Relativas às Condições a Preencher pelos Nacionais de Países Terceiros ou por Apátridas para Poderem Beneficiar de Protecção Internacional, a um Estatuto Uniforme para Refugiados ou Pessoas Elegíveis para Protecção Subsidiária e ao Conteúdo da Protecção Concedida (reformulação)*, Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas, 2011, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011L0095,Directiva 2011/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 2011, que estabelece normas relativas às condições a preencher pelos nacionais de países terceiros ou por apátridas para poderem beneficiar de protecção internacional, a um estatuto uniforme para refugiados ou pessoas elegíveis para protecção subsidiária e ao conteúdo da protecção concedida (europa.eu) [20.10.2022];

_, *Diretiva 2013/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, Relativa a Procedimentos Comuns de Concessão e Retirada do Estatuto de Proteção Internacional (reformulação)*, Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas, 2013, disponível em eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013L0032 Diretiva 2013/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa a procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de proteção internacional (europa.eu) [21.1.2024];

_, *Diretiva 2013/33/UE do Parlamento Europeu e do Conselho , de 26 de junho de 2013, que Estabelece Normas em Matéria de Acolhimento dos Requerentes de Proteção Internacional*

(reformulação), Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas, 2013, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013L0033Diretiva 2013/33/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que estabelece normas em matéria de acolhimento dos requerentes de proteção internacional (europa.eu) [21.1.2024];

_, *Regulamento (UE) N.o 604/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que Estabelece os Critérios e Mecanismos de Determinação do Estado-Membro Responsável pela Análise de um Pedido de Proteção Internacional Apresentado num dos Estados-Membros por um Nacional de um País Terceiro ou por um Apátrida (reformulação)*, Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas, 2013, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R0604 Regulamento (UE) n.o 604/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou por um apátrida (europa.eu) [21.1.2024]

PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, *Regulamento Relativo à Agência da União Europeia para o Asilo Que Revoga o Regulamento (UE) nº 439/2010*, *Atos Legislativos e Outros Instrumentos*, Bruxelas, 2021, disponível em https://data.consilium.europa.eu/doc/document/PE-61-2021-INIT/pt/pdf [5.11.2022].

PROCESO DE QUITO, *Declaración de Quito sobre Movilidad Humana de Ciudadanos Venezoelanos en la Región*, Quito, 2018, disponível em https.//www.procesodequito.org/sites/g/files/tmzbdl466/files/2021-02/Quito%20Declaration.pdf Declaración (procesodequito.org) [13.12.2023].

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Atas do Conare, 19ª Reunião Extraordinária*, disponível em www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional/arquivos-atas/sei_mj_ata_19_reuniao_extraordinaria.pdf sei_mj_ata_19_reuniao_extraordinaria.pdf (www.gov.br) [1.11.2022];

_, *Atas do Conare, 130ª Reunião Ordinária*, disponível em www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional/arquivos-atas/sei_mj_ata_130.pdf sei_mj_ata_130.pdf (www.gov.br) [1.11.2022];

_, *Atas do Conare*, Comitê Nacional para os Refugiados-CONARE, Ministério da Justiça de Segurança Pública, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional/arquivos-atas/sei_mj_ata_118.pdfprocesso-08018046246202264 (www.gov.br) [7.3.2023];

_, *Atos Decorrentes do Disposto no §3º do art. 5º da Constituição*, Brasília-DF, 2022, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/quadro_DEC.htm Quadro_dec (planalto.gov.br) [27.10.2022];

_, «Atuação em Rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil», Escola Superior do Ministério Público da União (MPU), Brasília-DF, 2018, disponível em https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capacitacao-a-refugiados-e-migrantes Materiais — Escola Superior do Ministério Público da União (mpu.mp.br) [23.11.2023];

_, *Brasil: 500 Anos de Povoamento*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Brasília-DF, 2007, disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf [22.10.2022];

_, *Cartilha para Atuação das Forças de Segurança Pública Junto aos Migrantes*, Estado da Bahia, Salvador, 2022, p. 55, solicitado diretamente à Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia [29.11.2023];

_, «Censo aponta 1,693 milhão de indígenas no país», Brasília-DF, 2023, disponível em www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/censo-aponta-1-693-milhao-de-indigenas-no-paisCenso aponta 1,693 milhão de indígenas no país — Ministério dos Povos Indígenas (www.gov.br) [12.01.2024];

_, *Código de Processo Civil Brasileiro,* Brasília-DF, 2015, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm L13105 (planalto.gov.br) [20.11.2022];

_, *Comigrar Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, Caderno de Propostas pós-Etapa Nacional*, Brasília-DF, 2014, disponível em https://vdocuments.mx/caderno-de-propostar-da-comigrar.html?page=2 Caderno de Propostar da Comigrar - [PDF Document] (vdocuments.mx) [4.2.2024];

_, *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891*, Rio de Janeiro, 1891, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm Constituição91 (planalto.gov.br) [11.11.2022];

_, *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília-DF, 1988, disponível em https://www.planalto.gov.br/ [08.05.2023]

_, *Constituição da República Federativa do Brasil (texto original sem Emendas)*, Brasília-DF, 1988, disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html [27.10.2022];

_, *Constituição de 1946,* Rio de Janeiro, 1946, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm Constituição46 (planalto.gov.br) [28.9.2023];

_, *Constituição de 1967 (alterada pela Emenda Constitucional nº 01/1969*, Rio de Janeiro, 1967, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm Constituição67 (planalto.gov.br) [28.9.2023];

_, *Constituição Política do Império do Brazil*, de 25 de março de 1824, Rio de Janeiro, 1824, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Constituição24 (planalto.gov.br) [12.10.2023];

_, *Constituições Anteriores*, Brasília-DF, 2022, disponível em www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/constituicoes-anteriores-1 Constituições anteriores — Portal da Legislação (planalto.gov.br) [27.10.2022];

_, *Constituições Estaduais*, Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/mesa/segundavice/interacao-legislativa/constituicoes-estaduaisConstituições estaduais — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br) [13.1.2024];

_, *Constituições Estaduais e Lei Orgânica do Distrito Federal*, Senado Federal, 2023, disponível em https://www2.senado.leg.br/[20.11.2023];

_, *Consulta Pública, Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência "Viver sem Limite II"*, Brasília, 2023, disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/plano-viver-sem-limite-ii/consulta-publica-2013-plano-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-201cviver-sem-limite-ii201d Consulta Pública – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência "Viver sem Limite II" — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (www.gov.br) [9.10.2023];

_, «CNMP destaca importância do acolhimento a pessoas forçadas a deixar seus países no Dia Mundial do Refugiado», Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília-DF, 2021, disponível em https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/14354-cnmp-destaca-importancia-do-acolhimento-a-pessoas-forcadas-a-deixar-seus-paises-no-dia-mundial-do-refugiado#:~:text=Com%20uma%20grande%20força-tarefa%20humanitária%20executada%20e%20coordenada,que%20entram%20no%20Brasil%20pela%20fronteira%20com%20Roraima.CNMP destaca importância do acolhimento a pessoas forçadas a deixar seus países no Dia Mundial do Refugiado - Conselho Nacional do Ministério Público [12.9.2023];

_, «Comissão para Refugiados da ONU conhece trabalho de proteção social feito com indígenas venezuelanos no Estado», Estado do Espírito Santo, Vitória, 2021, disponível em https://www.es.gov.br/Noticia/comissao-para-refugiados-da-onu-conhece-trabalho-de-protecao-social-

feito-com-indigenas-venezuelanos-no-estadoGoverno ES - Comissão para refugiados da ONU conhece trabalho de proteção social feito com indígenas venezuelanos no Estado (www.es.gov.br) [12.9.2023];

_, «Conselheiro Nacional do Ministério Público visita Operação Acolhida para difundir boas práticas aplicadas em Roraima», Ministério Público de Roraima, Boa Vista, 2023, disponível em https://www.mprr.mp.br/noticias/conselheiro-nacional-do-ministerio-publico-visita-operacao-acolhida-para-difundir-boas-praticas-aplicadas-em-roraima [23.11.2023];

_, *Decisões de Mérito, Painel Interativo de Decisões sobre o Refúgio no Brasil*, Comitê Nacional para os Refugiados-Conare, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/ [17.10.2023];

_, *Decisões em Bloco*, Comitê Nacional para os Refugiados-CONARE, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional/decisoes-em-bloco Decisões em bloco — Português (Brasil) (www.gov.br) [1.11.2022];

_, *Decisões sem Análise de Mérito*, *Painel Interativo de Decisões sobre o Refúgio no Brasil*, Comitê Nacional para os Refugiados-Conare, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/ [17.10.2023];

, *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Declaração de Estocolmo)*, Estocolmo, 1972, disponível em https.//defensoria.ms.gov.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nudedh/legislacao-internacional/sistema-onu/21-_declaração_de_estocolmo_sobre_o_meio_ambiente_humano_-__1972_-_OK-compactado.pdf [6.12.2023];

_, *Decreto N° 40, de 15 de fevereiro de 1991, Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*, Brasília-DF, 1991, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm D0040 (planalto.gov.br) [9.9.2022];

_, *Decreto Nº 591, de 06 de julho de 1992, Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,* Brasília-DF, 1992, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm D0591 (planalto.gov.br) [12.9.2022];

_, *Decreto Nº 592, de 06 de julho de 1992,* Brasília-DF, 1992, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm D0592 (planalto.gov.br) [12.9.2022];

_, *Decreto Nº 678, de 6 de novembro de 1992, Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969*, Brasília-DF, 1992, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htmD678 (planalto.gov.br) [18.10.2022];

_, *Decreto Nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854*, Rio de Janeiro , 1854, disponível em www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/decretos-do-imperio-1Decretos do Império — Portal da Legislação (planalto.gov.br)[8.10.2022];

_, *Decreto Nº 3.029, de 16 de abril de 1999*, *Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências* Ministério da Saúde, Brasília-DF disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3029.htm D3029 (planalto.gov.br) [[13.10.2022];

_, *Decreto Lei Nº 4.657 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, de 4 de setembro de 1942*, Rio de Janeiro, 1942, com a redação dada pela Lei nº 12.376, de 2010, disponível em https:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm Del4657 (planalto.gov.br) [20.11.2022];

_, *Decreto Nº 4.463, de 8 de novembro de 2002*, *Promulga a Declaração de Reconhecimento da Competência Obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Sob Reserva de Reciprocidade, em Consonância com o Art. 62 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José), de 22 de novembro de 1969*, Brasília-DF, 2002, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4463.htmD4463 (planalto.gov.br) [18.10.2022];

_, *Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*, *Assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*, Brasília-DF, 2009, disponível em Decreto nº 6949 (planalto.gov.br) https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm [9.10.2023];

_, *Decreto Nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009, Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, Concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66*; Brasília-DF, 2009, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htmDecreto nº 7030 (planalto.gov.br) [27.9.2023];

_, *Decreto Nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018*, *Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório*, Brasília-DF, 2018, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9277.htm#:~:text=DECRETO%20N°%209.277%2C%20DE%205%20DE%20FEVEREIRO%20DE,sobre%20o%20Documento%20Provisório%20de%20Registro%20Nacional%20Migratório D9277 (planalto.gov.br) [5.2.2024];

_, *Decreto Nº 9.873, de 27 de junho de 2019, Dispõe sobre o Conselho Nacional de Imigração*, Brasília-DF, 2019, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9873.htm D9873 (planalto.gov.br)) [29.9.2022];

_, *Decreto Nº 10.282, de 20 de março de 2020, Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. (Alterado pelos Decretos nos 10.292, de 25 de março de 2020, 10.329, de 28 de abril de 2020, 10.342, de 7 de maio de 2020 e 10.344, de 11 de maio de 2020)*, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10292.htmD10292 (planalto.gov.br) [4.2.2024];

_, *Decreto Nº 10.830, de 16 de dezembro de 2021, Institui o Regimento Interno do Comitê Estadual de Apoio aos Migrantes, Apátridas e Refugiados-CEAMAR/AC*, Rio Branco, 2021, disponível em https.//leisestaduais.com.br/ac/decreto-n-10830-2021-acre-institui-o-regimento-interno-do-comite-estadual-de-apoio-aos-migrantes-apatridas-e-refugiados-ceamar-ac, disponível em https.//Decreto 10830 2021 do Acre AC (leisestaduais.com.br) [20.8.2023];

_, *Decreto Nº 11.731, de 1º de janeiro de 2023, Revoga o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que Extingue e Estabelece Diretrizes, Regras e Limitações para Colegiados da Administração Pública Federal*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11371.htm#art1 D11371 (planalto.gov.br) [15.9.2023];

_, *Decreto Nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual Faz Parte Integrante o Anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, Assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por Ocasião da Conferência da Organização Internacional das Nações Unidas*, Rio de Janeiro, 1945, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm D19841 (planalto.gov.br) [29.12.2023];

_, *Decreto Nº 32.915, de 21 de dezembro de 2018, Altera o Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PETP), Criado pelo Decreto nº 30.682, de 22 de setembro de 2011, e Dá Providências Correlatas*, Fortaleza, 2018, disponível disponível em imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20181228p.01.pdf do20181228p01.pdf (seplag.ce.gov.br) [27.12.2023];

_, *Decreto Nº 53.491, de 31 de agosto de 2022, Institui o Comitê Estadual de Políticas Públicas para Promoção dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas no Estado de Pernambuco - CEPMIGRA-PE*, Recife, 2022, disponível em https://leisestaduais.com.br/pe/decreto-n-53491-2022-pernambuco-institui-o-comite-estadual-de-politicas-publicas-para-promocao-dos-direitos-dos-migrantes-refugiados-e-apatridas-no-estado-de-pernambuco-cepmigra-pe [22.11.2023];

_, *Diário Oficial Eletrônico do MP do Mato Grosso do Sul*, Ministério Público do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023, disponível em https://www.mpms.mp.br/pesquisar?q=refugiados+com+deficiência Pesquisar - MPMS [22.12.2023];

_, *Edital de Eleição de Entidades da Sociedade Civil para Compor o Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Ceará*, Estado do Ceará, Fortaleza, 2021, disponível em https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2021/06/Edital-de-eleicao-de-entidades-da-sociedade-civil-para-compor-o-CEMIGTRAP-CE.pdf [29.11.2023];

_, «Em 2023, mutirões pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania já atenderam mais de 30 mil pessoas em oito estados brasileiros; garantir a cidadania de pessoas em situação de vulnerabilidade é um dods fundamentos da Pasta», Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/em-manaus-mdhc-realiza-mais-um-mutirao-de-registro-civil-para-populacao-em-situacao-de-rua-migrantes-e-refugiados Em Manaus, MDHC realiza mais um mutirão de registro civil para população em situação de rua, migrantes e refugiados — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (www.gov.br) [24.12.2023];

_, «Em audiência extrajudicial, MPPI solicita que instituições apresentem documento com ações para refugiados venezuelanos acolhidos em Teresina», Ministério Público do Piauí, Teresina, 2023, disponível em https.//www.mppi.mp.br/internet/2022/07/em-audiencia-extrajudicial-mppi-solicita-que-instituicoes-apresentem-documento-com-acoes-para-refugiados-venezuelanos-acolhidos-em-teresina/MPPI - Ministério Público do Estado do Piauí [22.11.2023];

_, *Especificidades Haiti-Venezuela*, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2022, https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/refugio/especificidade-haiti-e-venezuela Especificidade - Haiti e Venezuela — Português (Brasil) (www.gov.br) [13.10.2022];

_, «Estado planeja protocolo de atendimento a migrantes», Governo do Estado do Acre, Rio Branco, 2019, disponível em www. agencia.ac.gov.br/estado-planeja-protocolo-de-atendimento-a-migrantes/Estado planeja protocolo de atendimento a migrantes - Noticias do Acre (agencia.ac.gov.br) [20.8.2023];

_, «Goiás dá início a Plano de Atenção aos Migrantes Refugiados e Apátridas: Estado é um dos pioneiros na implementaçao de uma política sistematizada para essa população», Estado de Goiás, 2023, disponível em https://www.social.go.gov.br/noticias/1263-goiás-dá-início-a-plano-de-atenção-aos-migrantes-refugiados-e-apátridas.html Goiás dá início a Plano de Atenção aos Migrantes Refugiados e Apátridas - Desenvolvimento Social [29.11.2023];

_, «Governo de Goiás celebra Dia Internacional dos Migrantes com políticas alinhadas às necessidades de população estrangeira», Estado de Goiás, 2022, disponível em

https://www.social.go.gov.br/noticias/1043-governo-de-goiás-celebra-dia-internacional-dos-migrantes-com-políticas-alinhadas-às-necessidades-de-população-estrangeira-2.html#:~:text=De%20programas%20como%20o%20Mães%20de%20Goiás%2C%20Aluguel,são%20alvos%20de%20políticas%20públicas%20do%20atual%20governo [23.11.2023];

_, «Governo do Amapá recebe Agência das Nações Unidas para os Refugiados: objetivo é estabelecer um protocolo de ações para garantia dos direitos e migrantes e refugiados no Paraná», Estado do Amapá, Macapá, 2023, disponível em https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1506/governo-do-amapa-recebe-agencia-da-organizacao-das-nacoes-unidas-para-refugiados-nbsp-[2.12.2023];

_, «Governo Federal atua para resolver questão migratória no Acre: cerca de 400 migrantes chegaram no último dia 12 a Assis Brasil, fronteira do Brasil com o Peru, na tentativa de atravessar o país vizinho», Brasília-DF, 2021, disponível em https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/fevereiro/governo-federal-atua-para-resolver-questao-migratoria-no-acre [21.11.2023];

_, *Guia de Boas Práticas, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)*: *Guia de Boas Práticas para Implementação na Administração Pública Federal*, Brasília-DF, 2020, disponível em https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_lgpd.pdf [5.11.2023];

_, «IBGE atualiza lista de municípios, distritos e subdistritos municipais do país, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística», Brasília-DF, 2023, disponível em agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23698-ibge-atualiza-lista-de-municipios-distritos-e-subdistritos-municipais-do-pais IBGE atualiza lista de municípios, distritos e subdistritos municipais do país | Agência de Notícias [13.12.2023];

_, «Inclusão escolar para migrantes e refugiados é tema de encontro no MPRS», Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022, disponível em https://www.mprs.mp.br/noticias/54623/ Inclusão Escolar para Migrantes e Refugiados é tema de encontro no MPRS [28.12.2023];

_, «Indígenas venezuelanos refugiados em Araguaína são atendidos pela campanha Parceira Solidária», Ministério Público do Estado do Tocantins, Palmas, 2021, disponível em https://mpto.mp.br/portal/2021/06/17/indigenas-venezuelanos-refugiados-em-araguaina-sao-atendidos-pela-campanha-parceria-solidaria Portal do Ministério Público do Estado do Tocantins - Indígenas venezuelanos refugiados em Araguaína são atendidos pela campanha Parceria Solidária (mpto.mp.br) [23.12.2023];

_, *Legislação*, Brasília-DF, s./d, disponível em www.planalto.gov.br/ipcd/assuntos/legislacao Legislação — Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência (planalto.gov.br) [28.10.2022];

_, *Lei Complementar Estadual Nº 72, de 12 de dezembro de 2008*, *Institui a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério do Estado do Ceará*, Fortaleza, 2008, disponível em https.//www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/Lei.Complementar72-2008.pdf LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 12 (mpce.mp.br) [22.12.2023];

_, *Legislação Migratória Compilada 2021*, Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2021, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Legislação_Migratória_Compilada/2021_12_20_Compilado_rev_atu.pdfLegislação Migratória Compilada (mj.gov.br) [13.12.2023];

_, *Lei Nº 7 de novembro de 1831, Declara Livres Todos os Escravos Vindos de Fora do Império, e Impõe Penas aos Importadores dos Mesmos Escravos*, Rio de Janeiro, 1831, disponível em https://www. www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM-7-11-1831.htmLIM-7-11-1831 (planalto.gov.br) [7.10.2022];

_, *Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, Declara de Condição Livre os Filhos de Mulher Escrava que Nascerem Desde a Data Desta Lei, Libertos os Escravos da Nação e Outros, e Providencia Sobre a Criação e Tratamento Daquelles Filhos Menores e Sobre a Libertação Annaul de Escravos...*, Rio de Janeiro, 1871, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htmLIM2040 (planalto.gov.br) [7.10.2022];

_, *Lei Nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, Regula a Extinção Gradual do Elemento Servil*, Rio de Janeiro, 1885, disponível em https:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM3270.htm LIM 3270 (planalto.gov.br) [7.10.2022];

_, *Lei Nº 3.535, de 13 de maio de 1888, Declara Extinta a Escravidão no Brasil*, Rio de Janeiro, 1888, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm LIM3353 (planalto.gov.br) [7.10.2022];

_, *Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966*, *Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios*, Brasília-DF, 1966, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172Compilado.htm L5172COMPILADO (planalto.gov.br) [26.9.2023];

_, *Lei Nº 7.967, de 18 de setembro de 1945, Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e Dá Outras Providências*, Rio de Janeiro, 1945, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7967.htm) [11.10.2022];

_, *Lei Nº 8.080, de* 19 de setembro de 1990, Brasília-DF, 1990, disponível em https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm Conselho Nacional de Saúde (saude.gov.br) [24.12.2023];

_, *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional,* Brasília-DF, 1996, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) [3.12.2023];

_, *Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997*, *Define Mecanismos para a Implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e Determina Outras Providências*, Brasília-DF, 1997, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htmL9474 (planalto.gov.br) [26.4.2023];

_, *Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, Cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e Dá Outras Providências*, Agência Nacional de

Vigilância Sanitária-ANVISA, Ministério da Saúde, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htmL9782 (planalto.gov.br) [13.10.2022];

_, *Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Regula o Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Federal*, Brasília-DF, 1999, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9784.htm L9784 (planalto.gov.br) [3.10.2023];

_, *Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2022, Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e Dá Outras Providências*, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm [28.10.2022];

_, *Lei Nº 12.907, de 15 de abril de 2008, Consolida a Legislação Relativa à Pessoa com Deficiência no Estado de São Paulo*, Estado de São Paulo, São Paulo, 2008, disponível em https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei-12907-15.04.2008.html [28.10.2022];

_, *Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*, Brasília-DF, 2015, disponível em https.//www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm L13146 (planalto.gov.br) [19.11.2023];

_, *Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017, Institui a Lei de Migração* (LMB), Brasília-DF, 2017, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htmL13445 (planalto.gov.br) [26.4.2023];

_, *Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018, Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012*, Brasília-DF, 2018, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13675.htm [6.12.2023];

_, *Lei Nº 13.684, de 21 de junho de 2018, Dispõe sobre Medidas de Assistência Emergencial para Acolhimento a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Decorrente de Fluxo Migratório Provocado por Crise Humanitária, e Dá Outras Providências*, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm L13684 (planalto.gov.br) [4.2.2024];

_, *Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018,* Brasília-DF, 2018, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm L13709 (planalto.gov.br))[10.11.2023];

_, *Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, Dispõe sobre as Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus Responsável pelo Surto de 2019*, Brasília-DF, 2019, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm [5.12.2023];

_, *Lei Orgânica do Distrito Federal*, Brasília-DF, 2023, disponível em www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/10_LODF_completa.pdf CLDF (seduh.df.gov.br) [10.10.2023];

_, *Lei Orgânica do Município de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, 2023, disponível em https://camara.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/LOM-versao-atualizada-11-07-23.pdf130FITAUTEC REDATOR DOC 110401193059 (camara.ms.gov.br) [10.10.2023];

_, *Leis Orgânicas das Capitais dos Estados*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://leismunicipais.com.br Leis Municipais [10.10.2023];

_, *Manual Metodológico-COMIGRAR, 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio*, 2014, Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, 2014, disponível em www.participa.br/articles/public/0006/4010/Manual_COMIGRAR_Janeiro_2014__1_.pdfManual_COMIGRAR_Janeiro_2014__1_.pdf (participa.br) [4.2.2024];

_, *Memória IBGE, Censos Demográficos*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasília-DF, 2002, disponível em https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html Censos Demográficos | Memória IBGE [9.10.2022];

_, *Mensagem Nº 163, de 24 de maio de 2017*, *do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil para o Senhor Presidente do Senado Federal, Comunica as Razões dos Vetos Parciais ao Projeto de Lei nº 2.516/15, a Nova Lei de Imigração Brasileira*, Presidência da República, Brasília-DF, 2017, disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-veto-152813-pl.html [21.3.2023];

_, «Mês das crianças: MPPB apoia campanha que arrecada doações para indígenas e refugiados», Ministério Público do Estado da Paraíba, João Pessoa, 2020, disponível em www.mppb.mp.br/index.php/pt/comunicacao/noticias/18-cidadao/22782-mes-das-criancas-mppb-apoia-campanha-que-arrecada-doacoes-para-indigenas-e-refugiados [28.12.2023];

_, *Migração Venezuelana, Janeiro 2017 – Janeiro 2023*, Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, Brasília-DF, 2024, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Subcomitê_federal/publicações/Informe_Migracao-Venezuelana_Jan2017-jan2023.pdf [24.1.2024];

_, «MJSP assina portaria de criação da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras. Cidades podem assinar termo de adesão para integrar Rede Nacional de Cidades Acolhedoras», Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-assina-portaria-de-criacao-da-rede-nacional-de-cidades-acolhedorasMJSP assina portaria de criação da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras — Ministério da Justiça e Segurança Pública (www.gov.br) [21.11.2023];

_, «MPAM reforça atendimento a venezuelanos na Operação Acolhida», Manaus, 2023, disponível em https://www.mpam.mp.br/noticias-portal/12272-mpam-reforca-atendimento-a-venezuelanos-na-operacao-acolhida MPAM reforça atendimento a venezuelanos na Operação Acolhida [22.11.2023];

_, «MP-AP participa de reunião multilateral para debater a proteção às pessoas refugiadas e imigrantes», Ministério Público do Estado do Amapá, Macapá, 2023, disponível em https://mpap.mp.br/noticia/mp-ap-participa-de-reuniao-multilateral-para-debater-a-protecao-as-pessoas-refugiadas-e-imigrantes [28.12.2023];

_, «MPF e DPU garantem acordo para beneficiar imigrantes em Maceió (AL)», Ministério Público Federal, Procuradoria da República em Alagoas, Maceió, 2022, disponível em https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/mpf-garante-acordo-para-beneficiar-migrantes-em-maceio-al [27.12.2023];

_, «MPMA vai avaliar suspensão de assistência a refugiados no Maranhão», Ministério Público do Maranhão, São Luís, 2023, disponível em https://www.mpma.mp.br/mpma-vai-avaliar-suspensao-de-assistencia-a-refugiados-no-maranhao/ MPMA vai avaliar suspensão de assistência a refugiados no Maranhão - Ministério Público do Estado do Maranhão [22.12.2023];

_, «MPPR em Defesa da Sociedade», Ministério Público do Estado do Paraná, Curitiba, 2023, disponível em https:// mppr.mp.br Ministério Público do Estado do Paraná (mppr.mp.br) [28.12.2023];

_, *Nota Técnica Nº 3, de 25 de novembro de 2020*, *Análise Detalhada da Situação do Afeganistão no Intuito de Verificar a Aplicabilidade do Dispositivo de Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos para Reconhecimento da Condição de Refugiado, Conforme Previsto no Inciso III, art. 1º da Lei nº 9.474, de julho de 1997,* Comitê Nacional para os Refugiados-CONARE, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2020, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio/anexos/SEI_08018.001832_2018_01Afeganistao.pdf/view [7.11.2022];

_, «O Brasil e a ONU», Brasília-DF, 2022, disponível em https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/a-missao-do-brasil/a-missao-do-brasilO Brasil e a ONU — Ministério das Relações Exteriores (www.gov.br) [20.9.2023];

_, «O Governo do Amapá recebeu representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), para tratar sobre o acesso de

imigrantes a direitos como saúde, educação, segurança e assistência social. O encontro durou dois dias e encerrou na quarta-feira», Estado do Amapá, Macapá, 2022, disponível em https://www.mpap.mp.br/noticias/gerais/mp-ap-participa-de-reuniao-multilateral-para-debater-a-protecao-as-pessoas-refugiadas-e-imigrantes MP-AP participa de reunião multilateral para debater a proteção às pessoas refugiadas e imigrantes - Ministério Público do Estado do Amapá - MPAP [8.11.2023];

_, *Ofício Nº 257, de 21 de maio de 2023*, Ministério Público Federal, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.mpf.mp.br/pfdc/documentos-diversos/oficio-no-257-2023-pfdc-mpf-mj-politica-nacional-de-migracoes-refugio-e-apatrida/mpf.mp.br/pfdc/documentos-diversos/oficio-no-257-2023-pfdc-mpf-mj-politica-nacional-de-migracoes-refugio-e-apatrida/ [25.9.2023];

_, «Operação Acolhida», *Portal do Governo Brasileiro*, Ministério da Defesa, Brasília-DF, 2023, disponível em https://6bec.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=166&Itemid=315) [17.3.2023];

_, *Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no Poder Judiciário e Ministério Público*, Conselho Nacional de Justiça, Brasília-DF, 2019, disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/578d5640079e4b7cca5497137149fa7f.pdf 578d5640079e4b7cca5497137149fa7f.pdf (cnj.jus.br) [30.9.2023];

_, *Pesquisa Nacional da Defensoria Pública,* Associação Nacional dos Defensores e Defensores Públicos Federais (ANADEF), Rio de Janeiro, 2023, disponível em https://pesquisanacionaldefensoria.com.br/pesquisa-nacional-2020/analise-por-unidade-federativa/Análise por UF – Pesquisa Nacional da Defensoria Pública (pesquisanacionaldefensoria.com.br) [13.11.2023];

_, *Plataforma Migracidades*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024, disponível em https://www.ufrgs.br/migracidades/#:~:text=A%20plataforma%20“MigraCidades%3A%20Aprimorando%

20a%20Governança%20Migratória%20Local,boas%20práticas%20identificadas%20nos%20estados%20e%20municípios%20brasileiros.Início - MIGRACIDADES (ufrgs.br) [18.01.2024];

_, «Políticas de acolhimento a migrantes e refugiados são pautas de visita do procurador federal dos Direitos do Cidadão do Amazonas», Amazônia Notícia e Informação, Manaus, 2021, disponível em https://amazonia.org.br/2021/07/politicas-de-acolhimento-a-migrantes-e-refugiados-sao-pautas-de-visita-do-procurador-federal-dos-direitos-do-cidadao-ao-amazonas/Políticas de acolhimento a migrantes e refugiados são pautas de visita do procurador federal dos Direitos do Cidadão ao Amazonas – Amazônia – Notícia e Informação (amazonia.org.br) [12.9.2023];

_, *Portal de Imigração Laboral*, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2022, disponível em Portal de Imigração Laboral - Página inicial (mj.gov.br) [19.9.2022];

_, *Portal Eletrônico do MP-PR*, Ministério Público do Paraná, Curitiba, 2023, disponível em https.//mppr.mp.brMinistério Público do Estado do Paraná (mppr.mp.br) [22.12.2023];

_, *Portaria 115, de 26 de julho de 2002, Constitui o COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL DE ATENÇÃO AOS MIGRANTES, para Oferta de Serviço de Acolhimento Institucional para Imigrantes e Refugiados Indígenas Venezuelanos Oriundos de Fluxo Migratório Provocado por Crise Humanitária*, Maceió, 2022, disponível em https://maceio.al.gov.br/uploads/documentos/publicado_87353_2022-07-26_c42df5cea33e15d31cfed55abdc2c069.pdf Microsoft Word - maceio_87353_20220726192724 [21.11.2023];

_, *Portaria GM/MS Nº 87, de 19 de janeiro de 2021*, *Estabelece Diretrizes para Utilização de Consultoria ad hoc pelos Setores Finalísticos do Ministério da Saúde, para Contribuição com Atividades Técnico-Científicas*, Brasilia-DF, 2021, disponível em https://www.cosemsrn.org.br/wp-content/uploads/2021/01/portaria87.pdf portaria87.pdf (cosemsrn.org.br) [3.2.2024];

_, *Portaria GM/MS Nº 763, de 26 de junho de 2023*, *Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Saúde, com a Finalidade de Elaborar Proposta para Estabelecimento da Política Nacional de Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/ministerio-da-saude-cria-grupo-de-

trabalho-para-elaborar-a-politica-nacional-de-saude-de-refugiados Ministério da Saúde cria Grupo de Trabalho para elaborar a Política Nacional de Saúde de refugiados — Ministério da Saúde (www.gov.br)]3.2.2024];

_, *Portaria Interministerial Nº 5, de 27 de fevereiro de 2018*, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF, 2018, disponível em https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/4716363/do1-2018-02-28-portaria-interministerial-n-5-de-27-de-fevereiro-de-2018-4716359 [11.10.2022];

_, *Portaria Interministerial Nº 24, de 03 de setembro de 2021, Dispõe sobre a Concessão do Visto Temporário e da Autorização de Residência para Fins de Acolhida Humanitária para Nacionais Afegãos, Apátridas e Pessoas Afetadas pela Situação de Grave ou Iminente Instabilidade Institucional, de Grave Violação de Direitos Humanos ou de Direito Internacional Humanitário no Afeganistão*, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF, 2021, disponível em https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-24-de-3-de-setembro%20-de-2021-343022178 PORTARIA Nº 24, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021 - PORTARIA Nº 24, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br) [22.9.2022];

_, *Portaria MJSP Nº 290, de 23 de janeiro de 2023, Institui Grupo de Trabalho Voltado para o Estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como a Revisão do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2023/PORTARIA_MJSP_Nº_290_DE_23_DE_JANEIRO_DE_2023.pdf#:~:text=PORTARIA%20MJSP%20No%20290%2C%20DE%2023%20DE%20JANEIRO,No%2017%2C%20de%2024%2F01%2F2023%2C%20Seção%201%2C%20Página%2077PORTARIA MJSP Nº 290, DE 23 DE JANEIRO DE 2023 [25.9.2023];

_, *Portaria Nº 770, de 11 de outubro de 2019, Dispõe sobre o Impedimento de Ingresso, a Repatriação e a Deportação de Pessoa Perigosa ou que Tenha Praticado Ato Contrário aos Princípios e Objetivos Dispostos na Constituição Federal*, Brasília-DF, 2019, disponível em portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_Nº_770_DE_11_DE_OUTUBRO_DE_2019.pdf PORTARIA_Nº_770_DE_11_DE_OUTUBRO_DE_2019.pdf (mj.gov.br) [12.10.2023];

_, *Portaria Nº 1.151, de 19 de junho de 2023, Dispõe sobre a Revalidação de Diplomas de Graduação Expedidos por Estabelecimentos de Ensino Superior Estrangeiros e Dá Outras Providências*, disponível em https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.151-de-19-de-junho-de-2023-491021940PORTARIA Nº 1.151, DE 19 DE JUNHO DE 2023 - PORTARIA Nº 1.151, DE 19 DE JUNHO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br) [5.2.2024];

_, *Portaria SENAJUS/MJSP Nº 70, de 16 de fevereiro de 2023, Designa Membros do Grupo de Trabalho Instituído pela Portaria nº 290, de 23 de janeiro de 2023, Voltado ao Estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como a Revisão do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2023/PORTARIA_SENAJUS-MJSP_Nº_70_DE_16_DE_FEVEREIRO_DE_2023.pdf PORTARIA SENAJUS/MJSP Nº 70, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023 [25.9.2023];

_, *Portaria SENAJUS/MJSP Nº 84, de 26 de outubro de 2023, Dispõe sobre a Rede Nacional de Cidades Acolhedoras*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/11708/2/PRT_SENAJUS_2023_84.html#:~:text=PORTARIA%20senajus%2Fmjsp%20N°%2084%2C%20de%2026%20de%20outubro,11.348%2C%20de%201°%20de%20janeiro%20de%202023%2C%20resolve%3ª SEI/MJ - 26152266 - Portaria nº [21.11.2023];

_, «Povos Indígenas da Amazônia», Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2022, disponível povosindigenasrr.uerr.edu.br Povos Indígenas de Roraima (uerr.edu.br) [23.11.2023];

_, *Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em seu trigésimo sétimo período de sessões, pela Resolução 37/52, de 3 de dezembro de 1982*, Nova Iorque, 1982, disponível em https://programa_de_acao_mundial_para_as_pessoas_com_deficiencia_de_3_12_1982.pdf (abres.org.br) abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/programa_de_acao_mundial_para_as_pessoas_com_deficiencia_de_3_12_1982.pdf [31.12.2023];

_, *Projeto de Lei Nº 2.516/15, a Nova Lei de Imigração Brasileira*, Senado Federal, Brasília-DF, 2017, disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-veto-152813-pl.html [21.3.2023];

_, *Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situações de Riscos e Desastres*, Brasília-DF, 2012, disponível em https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sdh/protocolo_nacional_conjunto_protecao_integral_riscos_e_desastres_sdh_2013.pdf [28.10.2022];

_, *Recomendação Nº 123, de 07 de janeiro de 2022, Recomenda aos Órgãos do Poder Judiciário Brasileiro a Observância dos Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos e O Uso da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos*, Conselho Nacional de Justiça, Brasília-DF, 2022, disponível em https://www atos.cnj.jus.br/files/original1519352022011161dda007f35ef.pdf original1519352022011161dda007f35ef.pdf (cnj.jus.br) [26.9.2022];

_, «Refugiados», Ministério Público do Estado do Acre, Rio Branco, 2023, disponível em https://www.mpac.mp.br/?s=Refugiados [28.12.2023];

_, «Refugiados com deficiência», Conselho Nacional de Justiça, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.cnj.jus.br Página Inicial - Portal CNJ [22.11.2023];

_, «Refugiados com deficiência», Defensoria Pública da União, Brasília-DF, 2023, disponível em https.//www.dpu.def.br/component/search/?searchword=refugiados%20com%20deficiência&searchphrase=all&Itemid=564 Buscar (dpu.def.br) [22.11.2023];

_, «Refugiados com deficiência», Ministério Público do Estado da Bahia, Salvador, 2023, disponível em https://www.mpba.mp.br/search/node/refugiados%20com%20deficiência Buscar | Ministério Público do Estado da Bahia. (mpba.mp.br) [23.11.2023];

_, «Refugiados com deficiência», Ministério Público do Trabalho, Brasília-DF, 2023, disponível em https://mpt.mp.br/Ministério Público do Trabalho (mpt.mp.br) [22.11.2023];

_, «Refugiados com deficiência», Ministério Público Federal, Brasília-DF, 2023, disponível em www.mpf.mp.br/@@search?path=&SearchableText=refugiados+com+deficiênciaMPF [22.11.2023];

_, *Regimento Interno do Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado de Mato Grosso do Sul – CERMA/MS*, Estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019, disponível em https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9961_09_08_2019 [6.12.2023];

_, *Regimento Interno do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare)*, Brasília-DF, 1998, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_Nº_756_DE_5_DE_NOVEMBRO_DE_1998_1.pdf PORTARIA_Nº_756_DE_5_DE_NOVEMBRO_DE_1998_1.pdf (mj.gov.br) [22.9.2022];

_, *Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça-CNJ*, Brasília-DF, 2021, disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/01/Regimento-Interno-CNJ_2021-29-01_WEB.pdf Regimento-Interno-CNJ_2021-29-01_WEB.pdf) [30.10.2022];

_, *Relação de Representações da Sociedade Civil Habilitadas para a Eleição do Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará (CEMIGTRAP-CE)*, Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, 2021, disponível em [29.11.2023];

_, *Relatório das Reuniões do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia: Eixo 1 - Regularização Migratória*, Brasília-DF, 2023, disponível em portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Política_Nacional_-_GT/documentos_bases/Relatório_completo_preliminar_Eixo_1_GT_PNMRA.pdfRelatório_completo_preliminar_Eixo_1_GT_PNMRA.pdf (mj.gov.br) [4.2.2024];

_, *Relatório das Reuniões do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia*, *Eixo 2 – Integração Local*, Brasília-DF, Ministério da Justiça e Sesgurança Pública, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Política_Nacional_-_GT/documentos_bases/Relatório_completo_preliminar_Eixo_2_GT_PNMRA.pdf [28.12.2023];

_, *Relatório das Reuniões do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia: Eixo 5 – Relações Internacionais e Interculturalidade,* Brasília-DF, 2023, disponível em relatorio_completo_preliminar_eixo_5_gt_pnmra.pdf (www.gov.br) [4.2.2024];

_, *Relatório de Gestão do Exercício de 2020*, Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF, 2021, disponível em https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/relatorio-de-gestao-2020-final.pdfRelatório de gestão 2020 (www.gov.br) [4.10.2023];

_, *Relatório e Proposições: Correição Extraordinária de Fomento à Resolutividade do Ministério Público do Estado do Paraná*, Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília-DF, 2023, disponível em https.//mppr.mp.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-08/relatorio_e_proposicoes_cnmp.pdf relatorio_e_proposicoes_cnmp.pdf (mppr.mp.br) [22.11.2023];

_, *Relatório Final Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial*, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília-DF, 2020, disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/Doc.01Relatrio_Final_GTI.pdfprocesso-00135213585202052 (www.gov.br) [7.11.2022];

_, *Relatório Informativo sobre a População Migrante Internacional e a Rede de Saúde do Estado de Goiás*, Estado de Goiás, Goiânia, s./d., disponível em https://www.saude.go.gov.br/files/boletins/informativos/populacao-migrante/RelatorioPopMigranteInternacionalGERPOP.pdf RelatorioPopMigranteInternacionalGERPOP.pdf (saude.go.gov.br) [23.11.2023];

_, *Requerimento de aprovação do Plano de Trabalho da Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados para o ano de 2023,* Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/158585#:~:text=Requer%2C%20nos%20termos%20regimentais%2C%20a%20votação%20do%20Plano,e%20Refugiados%20%28CMMIR%29%20para%20o%20ano%20de%202023. CMMIR - Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados - Atividade Legislativa - Senado Federal, [13.12.2023];

_, *Resolução Nº 016, de 03 de novembro de 2022, Dispõe sobre o Plano de Ação para Acolhimento de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade Decorrente de Fluxo Migratório Por Crise Humanitária do Município de Brasiléia*, Brasileia, 2022, disponível em https.//www.brasileia.ac.gov.br/product-page/resolução-nº-016-2022-provar-o-plano-de-ação-para-acolhimento-de-imigrantesRESOLUÇÃO Nº 016/2022 - APROVAR o Plano de Ação para Acolhimento de Imigrantes | Brasiléia (brasileia.ac.gov.br) [1.11.2023];

_, *Resolução Nº 197, de 16 de Junho de 2014, Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas ao tráfico de pessoas (FONATRAPE), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema*, Conselho Nacional de Justiça, Brasília-DF, 2014, disponível em https.//assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/06/CNJ_RESOLUCAO197_16062014.pdf Portal CNJ - RESOLUÇÃO Nº 197, DE 16 DE JUNHO DE 2014 (assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com) [19.11.2023];

_, *Resolução Nº 197, de 26 de março de 2019, Institui o Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas, com o Objetivo de Elaborar Estudos e Propor Medidas para o Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público Quanto ao Tema*, Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília-DF, 2019, disponível em https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-197.pdf disponível em https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-197.pdfResoluo-197.pdf (cndmp.mp.br) [12.9.2023];

_, *Resolução Nº 405, de 6 de julho de 2021, Estabelece Procedimentos para o Tratamento das Pessoas Migrantes Custodiadas, Acusadas, Rés, Condenadas ou Privadas de Liberdade, Inclusive em Prisão Domiciliar e em Outras Formas de Cumprimento de Pena em Meio Aberto, em Cumprimento de Alternativas Penais ou Monitoração Eletrônica e Confere Diretrizes para Assegurar os Direitos Dessa População no Ambito do Poder Judiciário*, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Brasília-DF, 2021, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Legislação_Migratória_Compilada/2021_12_20_Compilado_rev_atu.pdf [14.11.2023];

_, *Resolução CFAE/SE/CC Nº 2, de 26 de julho de 2022*, Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) Brasília-DF, 2022, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resoluções_do_Comitê_Emergencial/RESOLUÇÃO_CFAE.SE.CC_Nº_2_DE_26_DE_JULHO_DE_2022.pdf RESOLUÇÃO CFAESECC Nº 2, DE 26 DE JULHO DE 2022 (mj.gov.br) [17.3.2023];

_, *Resolução Conjunta Nº 1, de 9 de agosto de 2017*, Brasília-DF, 2017, disponível em www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-conjunta-n-1-do-conare-1.pdf resolucao-conjunta-n-1-do-conare-1.pdf (www.gov.br) [6.11.2023];

_, *Resolução Normativa Nº 27, de 30 de outubro de 2018*, *Anexos I e II*, disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resoluções_CONARE/RESOLUÇÃO_NORMATIVA_Nº_27_DE_30_DE_OUTUBRO_DE_2018.pdfRESOLUÇÃO_NORMATIVA_Nº_27_DE_30_DE_OUTUBRO_DE_2018.pdf (mj.gov.br) [6.11.2023];

_, «Secretaria dos Direitos Humanos fortalece política de acolhimento aos migrantes no Ceará», Estado do Ceará, Fortaleza, 2023, disponível em https://www.ceara.gov.br/2023/05/29/secretaria-dos-direitos-humanos-fortalece-politica-de-acolhimento-aos-migrantes-no-ceara/ [21.11.2023];

_, «Semana Estadual do Migrante e do Refugiado: conheça histórias de pessoas que chegaram ao Ceará», Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, 2023, disponível em https://www.ceara.gov.br/2023/07/01/semana-estadual-do-migrante-e-do-refugiado-conheca-historias-de-pessoas-que-chegaram-ao-ceara/ Semana Estadual do Migrante e do Refugiado: conheça histórias de pessoas que chegaram ao Ceará - Governo do Estado do Ceará (ceara.gov.br) [21.11.2023];

_, «Semana Estadual do Migrante e Refugiado destaca conquistas e políticas públicas para acolhimento humanitário», Estado do Acre, Rio Branco, 2023, disponível em https://agencia.ac.gov.br/semana-estadual-do-migrante-e-refugiado-destaca-conquistas-e-politicas-publicas-para-acolhimento-humanitario/ [29.11.2023];

, *Texto Base: 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia – 2ª Comigrar*, Brasília-DF, 2023, disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/texto-base-2a-comigrar-cidadania-em-movimento-1.pdfTexto Base - 2ª COMIGRAR: Cidadania em Movimento (www.gov.br) [4.2.2024];

REPÚBLICA PORTUGUESA, *Constituição da República Portuguesa*, Lisboa, 2022, disponível em https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx [14.7.2022];

_, *Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1992, disponível em https://apambiente.pt/sites/default/files/_A_APA/Cidadania_ambiental/AssuntosInternacionais/1992_Declaracao_Rio.pdf [6.12.2023];

_, *Declaração e Programa de Ação de Viena, Ministério Público de Portugal, Adotados a 25 de junho de 1993 pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos*, Viena, 1993, https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracao_e_programa_acao_viena.pdf [31.12.2023];

_, *Portaria 105-A/2022, de 01 de março, da Administração Interna. Segunda alteração à Portaria n.º 1432/2008, de 10 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 225/2020, de 29 de setembro, que aprovou o modelo de título de residência a ser emitido a cidadãos estrangeiros autorizados a residir em território nacional,* Diário da República n.º 42/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-03-01, Administração Interna, Lisboa, 2022, pp. 2-3, disponível em https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/105-a-2022-179804293, Portaria n.º 105-A/2022 | DRE [18.03.2022].

_, *Resolução do Conselho de Ministros N.º 29-A/2022. Estabelece os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, em consequência dos recentes conflitos armados vividos naquele país.* Diário da República n.º 42/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-03-01, pp. 2-3, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 2022, disponível em https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/29-a-2022-179802560 [22.7.2022];

_, *Transposição de Diretivas*, Direção-Geral das Atividades Económicas, Lisboa, 2022, disponível em www.dgae.gov.pt/servicos/assuntos-europeus/transposicao-de-diretivas.aspx [14.8.2022].

Revista Piloto Ribeirão, «Avião Solidário da LATAM transporta gratuitamente com ACNUR mais de 2 toneladas de itens para ajuda humanitária a refugiados na região Norte do Brasil», Ribeirão Preto, 2023, disponível em https://revistapilotoribeirao.com.br/aviao-solidario-da-latam-transporta-gratuitamente-com-acnur-mais-de-2-toneladas-de-itens-para-ajuda-humanitaria-a-refugiados-na-regiao-norte-do-brasil/ Avião Solidário da LATAM transporta gratuitamente com ACNUR (revistapilotoribeirao.com.br) [21.11.2023].

Rondoniadinamica, O Espaço Democrático da Notícia, «MP-RO monitora ações em favor de comunidades de imigrantes, refugiados e apátridas na Capital: o Promotor de Justiça afirma que a atenção do MP à comunidade imigrante e refugiada tem o objetivo de garantir os direitos fundamentais dessas pessoas», Porto Velho, 2023, disponível em https.//www.rondoniadinamica.com/noticias/2022/02/mp-ro-monitora-acoes-em-favor-de-comunidades-de-imigrantes-refugiados-e-apatridas-na-capital,125752.shtml MP-RO monitora ações em favor de comunidades de imigrantes, refugiados e apátridas na Capital | Geral | Rondônia Dinâmica (rondoniadinamica.com) [22.11.2023].

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), *Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6121,* Brasília-DF, 2019, disponível em https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15341826697&ext=.pdfdownloadPeca.asp (stf.jus.br) [17.9.2022];

_, *Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 6343*, Brasília-DF, 2020, disponível em https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5881008 Supremo Tribunal Federal (stf.jus.br) [6.12.2023];

_, *Acórdão em Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF 672*, Brasília-DF, 2020, disponível em https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF672liminar.pdfADPF672liminar.pdf (stf.jus.br) [24.8.2023];

_, *Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 701 e Nº 811*, Brasília-DF, 2021, disponível em https.//portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5944043 Supremo Tribunal Federal (stf.jus.br) [23.12.2023];

_, *Caso União vs Franklin Adelso Pacheco Rodriguez*, Acórdão em Recurso Extraordinário nº 1.018.911, Brasília-DF, 2021, disponível em www.portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15348975992&ext=.pdfdownloadPeca.asp (stf.jus.br) [2.8.2023];

_, *Convenção Americana sobre Direitos Humanos: Anotada com a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos*, 2ª edição, Brasília, 2022, disponível em https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaInternacional/anexo/STF_ConvencaoAmericanaSobreDireitosHumanos_SegundaEdicao.pdf Convenção Americana sobre Direitos Humanos (stf.jus.br) [28.9.2023];

_, «Entenda – repercussão geral», Secretaria de Gestão Estratégica, Brasília-DF, 2023, disponível em https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=entendarg [11.11.2023];

_, *Recurso Extraordinário 587.970* (SP), Brasília, 2017, disponível em https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE587.970votoMMA.pdf RE587.970votoMMA.pdf (stf.jus.br) [24.1.2024].

THE ARAB LEAGUE, *Council on Foreign Relations*, Cairo, 2023, disponível em https://www.cfr.org/backgrounder/arab-league [14.01.2024].

THE UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION (UPIAS), *Fundamental Principles of Disability*, Londres, 1976, disponível em https://disabledpeoplesarchive.com/wp-content/uploads/sites/39/2021/01/001-FundamentalPrinciplesOfDisability-UPIAS-DA-22Nov1975.pdf [28.10.2022].

THE UNITED STATES FEDERAL GOVERNMENT, *The New Atlantic Charter*, Washington, 2021, disponível em https.//www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/10/the-new-atlantic-charter/ The New Atlantic Charter | The White House) [19.11.2023];

_, *Portarias sobre a Circulação de Nacionais Estrangeiros nas Fronteiras do Brasil, no Período de Crise Pandêmica*, Brasília-DF, disponíveis em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/prt340-20-ccv.htm [5.12.2023].

TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS (TADHP), *Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos sobre a Criação de um Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (TADHP)*, Burkina Faso, 1998, disponível em https://www.african-court.org/wpafc/how-to-file-a-case/?lang=pt-pt Apresentação de Petições - African Court on Human and Peoples' Rights (african-court.org) [19.9.2022].

TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS (TEDH), «Como apresentar devidamente uma queixa», tradução oficial para a língua portuguesa, 2022, disponível em https://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=applicants/por&c= Applicants Portuguese (coe.int) [26.9.2022];

_, *Regulamento do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos,* Secretaria do Tribunal, 2020, disponível em https://dgpj.justica.gov.pt/Portals/31/GRI/2020.03.01_Regulamento%20TEDH_vclean.pdf2020.03.01_Regulamento TEDH_vclean.pdf (justica.gov.pt) [5.11.2022].

UNIÃO AFRICANA (UA), *Acto Constitutivo da União Africana*, Lomé, 2000, disponível em https.// www.iri.edu.ar/publicaciones_iri/manual/Doc.%20Manual/Listos%20para%20subir/Africa/carta_union africana.pdf [26.12.2023];

_, *Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos dos Idosos em África*, Adis Abeba, 2016, disponível em https://au.int/sites/default/files/pages/32900-file-protocol_older_person-p.pdf)[29.12.2023].

UNITED NATIONS (UN), *Abolition of Forced Labor Convention (Nº 105), adopted on 25 June 1957 by General Conference of the International Labour Organisation at its fortieth session*, Nova Iorque, 2022, disponível em https:// www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/abolition-forced-labour-convention-1957-no-105 Abolition of Forced Labour Convention, 1957 (No. 105) | OHCHR [19.9.2022];

_, *Basic Principles on the Use of Force and Firearms by Law Enforcement Officials, adopted on 07 September 1990, by the Eighth United Nations Congress on the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders*, Nova Iorque, 2022, disponível em https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/basic-principles-use-force-and-firearms-law-enforcement [19.9.2022];

_, «Factors such as gender, age and location inform an individual's experience. These factors also impact people with disabilities and their life experiences», *Disability Inclusion Strategy*, Nova Iorque, 2023, disponível em https://www.un.org/en/content/disabilitystrategy/) [16.5.2023];

_, *Final Act of the International Conference on Human Rights*, *Teheran, 22 April to 13 May 1968*, Nova Iorque, 1968, disponível em https://legal.un.org/avl/pdf/ha/fatchr/fatchr_e.pdf Djamchid Momtaz, Professor, University of Teheran, Former Chairman of the International Law Commission - English [27.11.2023];

_, *General Assembly Resolution Nº A/RES/70/1, Adopted by the General Assembly on 25 September 2015, Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, Nova Iorque, 2015, disponível em https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/291/89/PDF/N1529189.pdf?OpenElement Microsoft Word - 1516301E.docx (un.org) [23.1.2024];

_, *General Assembly Resolution Nº A/RES/73/195, 17 December 2018, Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration*, Nova Iorque, 2018, disponível em https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N18/451/99/PDF/N1845199.pdf?OpenElement N1845199.pdf (un.org) [22.1.2024];

_, *General Assembly Resolution Nº A/RES/74/83 Adopted by the General Assembly on 13 December 2019*, Nova Iorque, 2019, disponível em https://www.unrwa.org/sites/default/files/resolution_assistance_to_palestine_refugees_a_res_74_83.pdf [6.10.2022];

_, *General Assembly Resolution Nº A/RES/302 (IV), Adopted by the General Assembly on 8 December 1949*, Nova Iorque, 1949, disponível em https://www.insdip.com/pt/uncategorized/4o-periodo-de-sesiones-1949-1950/ 4ª sessão (1949-1950) Assembleia Geral das Nações Unidas - (insdip.com) [5.11.2022];

_, *General Assembly Resolution Nº 428 (V), Statute of the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees,* Nova Iorque, 1950, disponível em https://www.unhcr.org/publications/statute-office-united-nations-high-commissioner-refugees Statute of the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees | UNHCR [6.10.2022];

_, *General Assembly Resolutions 2442 (XXIII) e 2443 (XIII), 19 December 1968*, Nova Iorque, 1968, disponível em documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/247/56/PDF/NR024756.pdf?OpenElementNR024756.pdf (un.org) [27.11.2023];

_, *Human Rights Instrument: Date into Force*, Nova Iorque, 2022, disponível em indicators.ohchr.org [19.09.2022];

_, *Human Rights Instruments, Core Instruments*, Nova Iorque, 2022, disponível em www.ohchr.org/en/instruments-listings#tab-1 OHCHR | Human Rights Instruments [19.9.2022];

_, *New Yprk Declaration for Refugees and Migrants*, Nova Iorque, 2016, disponível em www.unhcr.org/media/new-york-declaration-refugees-and-migrants-0New York Declaration for Refugees and Migrants | UNHCR [20.01.2024];

_, *Official Languages*, Nova Iorque, 2022, disponível em https.//www.un.org/en/our-work/official-languages [30.10.2022];

_, *Report of the United Nations High Commissioner for Refugees, Part II, Global Compact on Refugees*, Nova Iorque, 2018, disponível em https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G18/238/37/PDF/G1823837.pdf?OpenElement Microsoft Word - 1812725E.docx (un.org) [22.1.2024];

UNITED NATIONS COMMITTEE ON THE RIGHTS OF PERSONS WITH DISABILITIES (UNCRPD), *Concluding Observations on the Initial Report of the European Union*, Genebra, 2015, disponível em https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G11/463/51/PDF/G1146351.pdf?OpenElement [09.10.2023].

UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR), *Conclusions on International Protection, Adopted by the Executive Committee of the UNHCR Programme 1975-2017 (Conclusion Nº 1-114)*, *Conclusion on Refugees with Disabilities and Other Persons with Disabilities Protected and Assisted by UNHCR No. 110 (LXI) – 2010,* Genebra, 2017, disponível em https://www.refworld.org/pdfid/5a2ead6b4.pdf5a2ead6b4.pdf (refworld.org) [22.5.2023].

_, «Durable Solutions», *Integration Handbook*, Genebra, 2022, disponível em https://unhcr.org/handbooks/ih/getting-started/what-resettlement What is resettlement | UNHCR Integration Handbook [22.10.2022];

_, *Emergencies*, disponível em https://www.unhcr.org/emergencies.htmlUNHCR - Emergencies [18.10.2022];

_, *Executive Committee*, Genebra, 2023, disponível em https://www.unhcr.org/executive-committee Executive Committee | UNHCR [20.9.2023];

_, *General Assembly Resolution Nº A/73/151, Adopted by the General Assembly on 17 December 2018 [on the report of the Third Committee (A/73/583)*, *Office of the United Nations High Commissioner for Refugees*, Nova Iorque, 2018, disponível em www.unhcr.org/us/media/resolution-adopted-general-assembly-17-december-2018 Resolution adopted by the General Assembly on 17 December 2018 | UNHCR US [22.1.2024];

_, *Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status and Guidelines on International Protection Under the 1951 Convention and the 1967 Protocol Relating to the Status of Refugees*, Genebra, 2019, disponível em https://www.unhcr.org/media/handbook-procedures-and-criteria-determining-refugee-status-under-1951-convention-and-1967Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees | UNHCR [27.11.2023];

_, *Operational Data Portal, Ukraine Refugee Situation*, Genebra, 2024, disponível em https://data2.unhcr.org/en/situations/ukraine?_gl=1*1qf1hox*_rup_ga*MTQ0MTE0NDU0NS4xNjYzMzIwNjY4*_rup_ga_EVDQTJ4LMY*MTY5NDUzMTMyOS4zOC4xLjE2OTQ1MzEzODQuMC4wLjA.*_ga*MTQ0MTE0NDU0NS4xNjYzMzIwNjY4*_ga_1NY8H8HC5P*MTY5NDUzMTMyOS4zOC4xLjE2OTQ1MzEzODQuMC4wLjA.#_ga=2.208869970.1153179155.1694531330-1441144545.1663320668Situation Ukraine Refugee Situation (unhcr.org) [9.1.2024];

_, *Refugee Data Finder*, Genebra, 2024, disponível em https://www.unhcr.org/refugee-statistics/insights/explainers/forcibly-displaced-flow-data.html [09.01.2024];

«What is a good practice? Find out to share your knowledge, replicate learnings, enhance collaboration and scale up projects», Genebra, 2023, disponível em https://globalcompactrefugees.org/good-practices/what-good-practice What is a good practice? | The Global Compact on Refugees | UNHCR (globalcompactrefugees.org) [14.11.2023].

UNITED NATIONS HIGH COMISSIONER FOR REFUGEES/OFFICE OF THE HIGH COMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, *Joint Return Advisory Update on Haiti*, UNHCR_OHCHR, Genebra, Nova Iorque, s/p., 2011, disponível em https://www.unhcr.org/media/joint-unhcr-ohchr-return-advisory-update-haiti [14.9.2023].

UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMISSIONER ON HUMAN RIGHTS (UNHRC), *Status of Ratification, Interactive Dashboard*, *Convention on the Rights of Persons with Disabilities/Optional Protocol to the Convention on the Rights of Persons with Disabilities*, Nova Iorque, 2023, disponível em https://indicators.ohchr.org [10.9.2023];

_, *The Core International Human Rights Instruments and Their Monitoring Bodies*, Nova Iorque, 2022, disponível em https://www.ohchr.org/en/core-international-human-rights-instruments-and-their-monitoring-bodies [22.10.2022].

UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE (UNRWA), Amã, 2022, disponível UNRWA | United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees [18.10.2022].

UNITED NATIONS (UN), *Arrangement of 12 May 1926 relating to the Issue of Identity Certificates to Russian and Armenian Refugees League of Nations*, Treaty Series, vol. LXXXIX, n°. 2004, Genebra, 2022, disponível em https:// www.refworld.org/pdfid/3dd8b5802.pdf Arrangement of 5 July 1922 with regard to the Issue of Certificates of Identity to Russian Refugees*[1] (refworld.org) [16.9.2022];

_, *New York Declaration for Refugees and Migrants,* Nova Iorque, 2016, https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_71_1.pdfA/RES/71/1: New York Declaration for Refugees and Migrants (un.org) [17.5.2023];

_, *Official Languages*, Nova Iorque, 2022, disponível em https:// www.un.org/en/our-work/official-languages Official Languages | United Nations [11.10.2022];

_, *Report of the International Law*, Nova Iorque, 2018, disponível em https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G18/252/67/PDF/G1825267.pdf?OpenElementA/73/10 (un.org) [26.09.2023];

_, *United Nations Library & Archives Genebra*, *File C1381/277/R.301/20-Russian Refugees-Dr. Nansen, High Commissioner*, 2022, disponível em https:// archives.ungeneva.org/russian-refugees-dr-nansen-high-commissionerRussian Refugees - Dr. Nansen, High Commissioner. - UN Archives Geneva (ungeneva.org) [22.10.2022].

UNITED STATES OF AMERICA, *Los Angeles Declaration on Migration and Protection*, Washington, 2022, disponível em Los Angeles Declaration on Migration and Protection | The White House) [30.9.2023].

WORLD HEALTH ORGANIZATION, *International Classification of Diseases 11th Revision: The Global Standard for Diagnostic Health Information*, Genebra, 2022, disponível em https://icd.who.int/enICD-11 (who.int)) [25.10.2022].